



MARIA TERESA ALVES DE ARAÚJO

***TEÓFILO BRAGA E O ROMANCEIRO DE TRADIÇÃO ORAL
MODERNA PORTUGUESA. QUESTÕES DE HISTÓRIA E TEORIZAÇÃO***



Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas da Universidade Nova de
Lisboa para obtenção do grau de Doutor

82-91 (469)

Lisboa

2000

53138

A meu Pai



INTRODUÇÃO



Como é consensualmente reconhecido, Almeida Garrett, ao estampar a carta a Duarte Lessa como introdução à *Adozinda*, e ao incluir, nesta obra, duas composições tradicionais, inaugura os estudos romancísticos, em Portugal. Também pela sua mão, em 1843 e 1851, imprimem-se os primeiros acervos portugueses com pequenas dissertações sobre o género e, ainda sob sua autoria, os periódicos *Ilustração* e *Revista Universal Lisbonense* oferecem, no final da década de quarenta, estudos que, em parte, serão reencontrados nas páginas da sua última colecção.

Na mesma época, e sob a sua indiscutível influência, surgem outras contribuições, mas o seu número reduzido não excede o *pastiche* de Costa e Silva, feito sobre a *Adozinda*, e um punhado de textos de autores diversos impressos n' *O Panorama*, na *Revista Academica*, n' *A Peninsula* e na *Revista Universal Lisbonense*.

Após estes auspiciosos trabalhos garrettianos e os subsídios avulsos inspirados por si, não é dada continuidade editorial à descoberta e só em meados da década de sessenta, mais de dez anos após a publicação do seu último acervo, aparece estampado um pequeno estudo, na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, assinado por Teófilo Braga.

Naturalmente, o aparecimento deste estudo bem como dos artigos com os quais o jovem micalense colabora no *Jornal do Commercio* (e que hão-de incorporar a sua *Historia da Poesia* de 1867), sobressai no panorama epocal pelo seu isolamento; e, se a sua datação não permite um estatuto pioneiro a essas espécies (nem tão-pouco o teor das páginas escritas entre 1828 e 1851), o seu contexto editorial, isto é, a inexistência de outros títulos congéneres, confere-lhes um significado particular na investigação oitocentista nacional.

A situação não se altera de imediato; a impressão deste tipo de estudos mantém-se rara até ao início dos anos oitenta - período em que as publicações de Braga atingem já uma expressão considerável e directamente proporcional ao reduzido número de obras análogas. Apenas a colecção algarvia de 1870 e um número muito reduzido de versões editadas dispersamente figuram ao lado dos títulos do crítico (não incluímos, neste âmbito, os de Bellermann e Hardung por ambos serem publicados fora de Portugal, em Leipzig, por dois críticos alemães e por resultarem muito mais dos estudos nacionais, particularmente de Garrett, no primeiro caso, e dele e de Braga, no segundo, do que de uma investigação própria). Só a partir do *Romanceiro* de Rodrigues de Azevedo esta desproporção começa a esbater-se e os seus opúsculos passam a encontrar, com mais frequência, outras expressões editoriais semelhantes.

Contudo, mesmo posteriormente ao acervo madeirense (primeiro de uma série de importantes colecções, como as de Leite de Vasconcelos e Tomás Pires, entre outras), a invulgaridade dos seus trabalhos mantém-se, uma vez que, fazendo excepção às ímpares investigações de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, não surgem, no plano dos estudos histórico-literários do género, trabalhos comparáveis aos seus. O movimento editorial contemporâneo a si consiste, sobretudo, na impressão e reimpressão, nem sempre fidedigna, de versões recolhidas da tradição oral moderna (práticas também comuns a Braga), relegando áreas sobre as quais o crítico trabalhava, embora nem sempre com acerto: a tradição antiga (*vide* Anexo A) e as questões de natureza histórica e teórica.

Para além do seu contexto editorial e destes aspectos do seu perfil, características que individualizam particularmente a obra, ela destaca-se, de igual modo, por oferecer um significativo panorama dos estudos sobre as tradições poéticas publicados no país, na Península, na Europa e no mundo de expressão portuguesa, particularmente, no Brasil. Elaborada ao longo de mais

de cinquenta anos, as suas páginas acompanham e reflectem, embora de modo desigual, a evolução da investigação durante esse período. E, seja através das perspectivas apresentadas, seja pelas citações e alusões a obras e a autores, delas jorra uma informação notável sobre trabalhos anteriores a si e seus contemporâneos. Infelizmente, as referências bibliográficas são, em geral, apresentadas com pouco rigor (o que, em certos casos, obriga o leitor a um redobrado esforço de pesquisa); porém, a proximidade temporal entre elas e o ano das espécies referidas mostra bem a actualidade do conhecimento de Braga, chegando, em alguns casos, a indicar títulos (quer nacionais, quer estrangeiros) no próprio ano da sua publicação, como a *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos*, de Juan Menéndez Pidal.

Por tudo isto, não se afigura surpreendente o facto dos seus títulos terem gerado polémicas mas igualmente uma plêiade de eruditos e menos eruditos que manifestava o seu apreço em periódicos, na epistolografia e nos seus próprios trabalhos. Do mesmo modo, se compreende o substancial acervo de recensões aos seus trabalhos, formado paralelamente à sua obra e desenvolvido até à nossa actualidade, o qual é constituído, numa primeira fase, sobretudo por encómios e invectivas e, posteriormente, por uma crítica cada vez menos apaixonada e mais rigorosa.

Se esta bibliografia passiva tem o valor de exprimir avaliações de pressupostos, métodos e teses de Braga, o seu interesse ultrapassa a obra do autor por representar, simultaneamente, o estado dos estudos sobre os romances ao longo do tempo. Assim, ela indicia as premissas subjacentes aos juízos formulados e, neste sentido, documenta o próprio percurso da investigação sobre o género.

Portanto, a obra de Teófilo Braga mostra-se verdadeiramente singular no contexto dos estudos nacionais oitocentistas e, na medida em que sempre

estimulou o exercício crítico, ela própria favoreceu a criação de um conjunto de páginas através das quais é possível acompanhar não só as manifestações do seu tempo como das que a ultrapassam.

Esta apresentação das páginas teofilianas sobre os romances justifica, por si, a escolha do tema deste trabalho, o qual, privilegiando os aspectos destacados, focaliza o pensamento do autor micaelense, no que concerne à construção da sua história literária e da sua poética, mas não inclui a outra vertente da investigação do autor micaelense, o da edição das composições.

Impõem-se, então, duas palavras sobre o motivo desta delimitação. Em primeiro lugar, ela prende-se com uma opção metodológica: prefigurou-se prioritário o conhecimento das concepções do crítico para depois, melhor compreender as suas opções editoriais e os seus procedimentos textuais. Em segundo lugar, a vastidão da obra com que deparamos (quer no plano da teoria, quer no da prática) obrigou-nos a reservar para um outro momento a exposição e discussão dessa outra dimensão da bibliografia de Braga.

Com isto, não afirmamos um total alheamento das questões editoriais, justificamos, sim, a prevalência dada aos problemas genéticos, de periodização, de relação com outros géneros literários, os que se prendem com os processos de tradicionalização, com questões formais, como a versificação, e com a classificação.

Em consequência dos limites assumidos por este trabalho, a determinação das fontes de Braga faz sobressair, mais do que as colecções impressas, os estudos sobre as composições, os quais, frequentemente, introduzem acervos publicados (*vide* Anexo B).

Procedeu-se, em primeiro lugar, à caracterização dos estudos romancísticos, em Portugal, no período delimitado pelos primórdios garrettianos e pelo *Romanceiro* de 1880. A razão da última baliza temporal já foi exposta, bem como a que não nos permite seguir os trabalhos de Braga em confronto com obras dos seus contemporâneos. Ainda assim, acompanhamos este último período através das relações epistolográficas entre Braga e outros críticos e através da recepção à sua obra (documentos, aliás, que nos levam a prolongar a observação até aos nossos dias).

Após estas questões prévias, o pensamento do crítico é investigado traçando a estrutura e os fundamentos da sua construção. Demonstra-se que, ao longo da sua apresentação editorial, foi, por vezes, expresso através da utilização de processos textuais como a reescrita de estudos seus anteriores, a reedição fiel de fragmentos primeiramente publicados noutros locais, intercalando-os em parágrafos apresentados em primeira mão, e, até, a justaposição de longos trechos criando uma espécie de antologia dos seus próprios textos (caso das “Notas” do seu último *Romanceiro* que incluem, largamente, as das colecções de 1867, 1869 e 1883).

A observação deste processo, através do cotejo textual, revela-nos, com uma extraordinária nitidez, a persistência e a evolução das concepções de Braga, por quanto, o crítico, reimprimindo excertos anteriores, reitera as suas convicções mas, ao introduzir-lhes alterações (por vezes, pequeníssimas e discretas), produz afirmações distintas das que constavam na sua matriz.

Realizado este exercício, espécie de prólogo, analisa-se a sua construção da história do género. Observa-se como evolui e, constatada uma linha de continuidade (Teófilo não abandona as suas perspectivas nem estabelece rupturas relativamente às anteriores, antes as refunde à luz de novas leituras e novas descobertas), descreve-se o percurso das iniciais linhas

histórico-poéticas que, sem cederem às novas tendências, se adaptam e se articulam à nova visão étnica e “anthropologica”; simultaneamente, investiga-se a génese da ulterior perspectiva.

Neste âmbito, mais do que validar ou negar as suas teses, procura-se compreender a sua formação e a sua funcionalidade na obra - não deixando de se constatar alguns dos seus desacertos e das suas intuições.

Pelo contrário, as observações feitas por Braga sobre a investigação da tradição oral moderna (particularmente, a portuguesa) são analisadas para além dos seus fundamentos. Fazendo o crítico afirmações concretas quer sobre os resultados das descobertas de outros estudiosos, quer sobre as próprias composições (não se incluem, neste trabalho, os romances religiosos por ainda não se encontrar concluída a sua classificação, em Portugal), afere-se o acerto das suas opiniões.

Finalmente, mas antes das conclusões, estabelece-se a poética do Romanceiro, segundo a visão do erudito. Definem-se os seus elementos, averigua-se a conformidade entre os princípios enunciados e a sua exemplificação, reconhece-se o seu enquadramento ideológico (alguns conceitos românticos nunca serão abandonados, mesmo quando predomina a inspiração positivista) e procura-se clarificar a concepção de Braga relativamente à relação do Romanceiro com outros géneros.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi determinante a consulta do riquíssimo espólio do autor, depositado na Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, onde nos foi possível compulsar o núcleo da correspondência autógrafa dirigida a si, constituído por cerca de dez mil cartas. Nele, relemos as espécies entretanto publicadas e lemos preciosos documentos, ainda inéditos,

sobre as ideias, as reflexões e as publicações que eruditos e colectores peninsulares, europeus e brasileiros trocavam com Braga. Descobrimos, igualmente, uma maior amplitude na projecção internacional da sua obra através dos convites de associações de natureza científica, de periódicos, de comissões organizadoras de congressos e reuniões para as integrar e com elas colaborar.

Percorremos, igualmente, a prolixa colecção dos seus manuscritos que reúne apontamentos de leitura, esquemas, planos de publicações, fragmentos das obras editadas e de estudos que não chegaram a ver letra impressa e nela examinamos os autógrafos que nos provaram a autoria teofiliana da *Mocidade de Theophilo* que é atribuída, na capa do opúsculo, a Francisco Maria Supico.

O manuseamento dos volumes da sua biblioteca pessoal proporcionou-nos a identificação de várias espécies bibliográficas indicadas insuficientemente ao longo das suas páginas impressas e permitiu-nos avançar no conhecimento das suas fontes directas e indirectas, assim como perspectivar as bases mais gerais do seu pensamento.

Imprescindível foi, igualmente, a permanente consulta da base de dados do Instituto de Estudos do Romanceiro Velho e Tradicional, na qual estão inventariadas e classificadas todas as versões da tradição oral moderna portuguesa. Estas pesquisas informáticas eram complementadas com os arquivos materiais das versões impressas a partir de 1828, do mesmo Instituto. Através deste centro de investigação (no qual nos integramos), foi-nos possível aceder a um vastíssimo número de composições, cuja dispersão editorial e raridade das obras em que, por vezes, estão incluídas, dificulta o trabalho do investigador.

Por último, mas não em último lugar, resulta e vive, este trabalho, de uma antiga e sempre renovada lição de Pere Ferré, iniciada nos finais da década de oitenta, pela qual fomos seguindo nos estudos sobre o Romanceiro. Este, assim como outros frutos dessa continuada mestria, nasceu da confiança do Professor, das suas orientações, às quais íamos descobrindo o alcance à medida que avançávamos, e foi crescendo com o seu estímulo, o seu saber, a sua compreensão; por outra parte, em muito se alicerçou na sua biblioteca pessoal (parte da qual estagiou, longamente, nas nossas estantes) e nos seus próprios estudos e projectos de investigação. Com tal pecúlio científico e humano, restava-nos esperar não ter ficado muito aquém do que era possível.

Ao Professor Almeida Pavão - Director da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, quando a frequentamos - devemos a possibilidade da consulta do Espólio de Teófilo Braga e a amabilidade com que guiou os nossos primeiros passos.

E à Dra. Cristina Carinhas, a constante disponibilidade no apoio às pesquisas na base de dados e no arquivo material do Instituto de Estudos do Romanceiro Velho e Tradicional. Mas igualmente, a nossa gratidão fica pela sua resolução dos mistérios informáticos que iam assolando este trabalho, pela sua preciosa ajuda na impressão destas páginas e pelo seu estímulo amigo.

Os outros que nos acompanharam letra a letra, são, de modos diferentes, responsáveis por este estudo e a eles, o oferecemos com amor.

DESENVOLVIMENTO DAS SIGLAS
USADAS NA IDENTIFICAÇÃO DAS VERSÕES

Azevedo (1873) = Alvaro Rodrigues de Azevedo, (edição de), *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso. Historia das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Typ. Funchalense, 1873.

Azevedo (1880) = Alvaro Rodrigues de Azevedo, *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, Funchal, Typ. da "Voz do Povo", 1880.

Ballesteros III (1886) = José Pérez Ballesteros, *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, III, Madrid, Librería de Ricardo Fé, 1885.

Bellermann (1864) = Christ. F. Bellermann, *Portuguesische Volkslieder und Romanzen*, Leipzig, Wilhelm Engelmann, 1864.

Braga (1865) = Theophilo Braga, "Poesia Popular", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, V, 1865, pp. 302-307.

Braga (1867) = Theophilo Braga, *Romanceiro Geral Colligido da Tradição*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

Braga (1869)/(1982) = Theophilo Braga, *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, Porto, Livraria Nacional, 1869. Reedição facsimilada, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

Braga (1870) = Theophilo Braga, *Historia do Theatro Portuguez. Vida de Gil Vicente*, Porto, Imprensa Portuguesa Editora, 1870.

Braga (1870a) = Theophilo Braga, *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, Porto, Imprensa Portuguesa Editora, 1870.

Braga (1876) = Theophilo Braga, *Antologia Portugueza*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Editores, 1876.

Braga (1877) = Theophilo Braga, *Parnaso Portuguez Moderno*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva - Editor.

Braga (1883) = Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brazil. Acompanhados de Introducção e Notas Comparativas por Theophilo Braga*, II, Lisboa, Nova Livraria Internacional - Editora, 1883.

- Braga (1887-1889) = Theophilo Braga, “Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores”, *Revista Lusitana*, I, , pp. 99-100.
- Braga (1906)/(1982) = Theophilo Braga, *Romanceiro Geral Portuguez*. 2ª ed., I. *Romances Heroicos, Novellescós e de Aventuras*, Lisboa, Manuel Gomes, 1906. Reedição facsimilada, Lisboa, Vega, 1982.
- Braga (1907)/(1985) = Theophilo Braga, *Romanceiro Geral Portuguez*. 2ª ed., II. *Romances de Aventuras, Históricos, Lendários e Sacros*, Lisboa, Manuel Gomes, 1907. Reedição facsimilada, Lisboa, Vega, 1985.
- Braga (1909)/(1985) = Theophilo Braga, *Romanceiro Geral Portuguez*. 2ª ed., III. *Romances com Forma Litteraria do Seculo XV a XVIII*, Lisboa, Manuel Gomes, 1909. Reedição facsimilada, Lisboa, Vega, 1985.
- Carinhas II (1994) = Ana Cristina Porfírio Carinhas, *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960)*. Edição crítica, II, [Tese de Mestrado], Universidade Nova de Lisboa, 1994.
- Chaves (1906)/Chaves (1920)/Chaves (1983) = Francisco Afonso Chaves, “Festas do Espírito Santo nos Açores”, *Archivo dos Açores*, XIII, Ponta Delgada, Typ. do Archivo dos Açores, 1906, pp. 11-35. Reedições facsimiladas, Ponta Delgada, Of. Artes Gráficas, 1920 e Universidade dos Açores, 1983.
- Coelho (1873) = Francisco Adolpho Coelho, “Romances Galiciennes”, *Romania*, II, 1873, pp. 259-260.
- Coelho (1874) = Francisco Adolpho Coelho, “Romances Sacros, Orações e Ensalmos Populares do Minho”, *Romania*, III, 1874, pp. 263-278
- Coelho (1879) = Francisco Adolpho Coelho, “Romances Populares e Rimas Infantis portuguezas”, *Zeitschrift für Romanische Philologie*, III, 1879, pp. 61-72 e 193-199.
- Coelho (1883) = Francisco Adolpho Coelho, “Os Jogos e as Rimas Infantis de Portugal: Collecção e Estudos para Servirem à História da Transmissão das Tradições populares”, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, IV, 12, 1883, pp. 567-595.
- Cordeiro (1845) = A. X. R. Cordeiro, “O Conde Alarcos”, *Revista Academica*, 1, Março de 1845, p. 272.

- Cruz (1988) = José Pires da Cruz, *Estudos sobre o Romanceiro tradicional: Tradição Oral das Beiras*, Tese de Doutoramento, University of California, Davis, 1988.
- Cruz (1992) = José Pires da Cruz, “Recolha de Romanceiro de Tradição Oral na Beira Alta e Beira Baixa até 1988”, *Luso-Brazilian Review*, XXIX, 1992, pp. 29-40.
- Cruz (1993b) = José Pires da Cruz, *Estudos sobre o Romanceiro tradicional: Tradição Oral das Beiras*, Guarda, Câmara Municipal, 1993.
- Dâmaso (1882) = António Reis Dâmaso, “Tradições Populares (Colecção do Algarve): Romances” in *Encyclopedia Republicana*, Lisboa, Nova Minerva, 1882, pp. 154-156, 171-173, 184, prossegue com o título “Tradições Populares do Algarve: Romances”, pp. 201-204, 215-216 e 232-237.
- Deusdado (1893) = Ferreira Deusdado, “A Guerra do Mirandum”, *Commercio de Portugal*, Nº 4327, 23 de Dezembro de 1893.
- A. Costa Dias / M. H. Costa Dias / L. A. Costa Dias II (1983) = Augusto da Costa Dias, Maria Helena da Costa Dias, Luís Augusto Costa Dias, *Romanceiro*, II, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.
- A. Costa Dias / M. H. Costa Dias II (1990?) = Augusto da Costa Dias, Maria Helena da Costa Dias, Luís Augusto Costa Dias, *Romanceiro*, II, 2ª. ed., Lisboa, Editorial Estampa, (1990?).
- Costa Dias (1988) = Luís Augusto Costa Dias, *Fontes Inéditas do Romanceiro Português. Os Papelinhos de Garrett*, Sintra, Câmara Municipal, 1988.
- Costa e Silva (1832) = José Maria Costa e Silva, *Isabel ou a Heroína de Aragom. Poema*, Lisboa, Na Impressão Regia, 1832
- Costa e Silva (1838) = José Maria da Costa e Silva, *O Espectro ou A Baroneza da Gaia, Poema*, Em Paris, Na Casa de Guiraudet e Jouaust, 1838.
- Ferré (1982) = Pere Ferré, com a colaboração de Vanda Anastácio, José Joaquim Dias Marques e Ana Maria Martins, *Romances Tradicionais*, Funchal, Edição da Câmara Municipal do Funchal, 1982.
- Garrett (1828) = João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, *Adozinda*, Londres, Em Casa de Boosey & Son, em 1828.

- Garrett (1842) = João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, *O Alfageme de Santarém, ou a Espada do Condestavel*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.
- Garrett (1843) = João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, *Romanceiro e Cancioneiro Geral. I. Adozinda e Outros*, Lisboa, Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecim. Uteis, 1843.
- Garrett (1846) = João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, "Viagens na Minha Terra", *Revista Universal Lisbonense*, V, 1846, pp 377-378.
- Garrett (1847) = João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, "Da Antiga Poesia Portuguesa", *Revista Universal Lisbonense*, VI, 1847, pp. 149-150.
- Garrett II (1851) = João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, *Romanceiro. Romances Cavalherescos Antigos*, II, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1851.
- Garrett III (1851) = João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, *Romanceiro. Romances Cavalherescos Antigos*, III, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1851.
- Hardung I (1877) = Victor Eugenio Hardung, *Romanceiro Portuguez*, I, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1877.
- Hardung II (1877) = Victor Eugenio Hardung, *Romanceiro Portuguez*, II, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1877.
- João Diniz (1893) = João Diniz, *Educação Infantil. Leituras elementares*, 2ª ed., Porto, 1893.
- Leite (1881) = José Leite de Vasconcellos, *Romances Populares Portuguezes*, Barcellos, Typ. da Aurora do Cavado, 1881.
- Leite (1881a) = José Leite de Vasconcellos, "Versão Portuguesa do Romance Popular de Jean Renaud", *Romania*, XI, 1881, pp. 585-586.
- Leite (1882a) = José Leite de Vasconcellos, *Uma Excursão ao Soajo*, Barcellos, Typographia do Tirolino, 1882.
- Leite (1882b) = José Leite de Vasconcellos, "Um Romance Popular Portuguez", *Folha de Braga*, 10 de Setembro de 1882.
- Leite (1883a) = José Leite de Vasconcellos, "Romanceiro Popular de Portugal", *O Penafidense*, Anno IV, Nº 607, 23-X-1883.

Leite (1883b) = José Leite de Vasconcellos, "Romanceiro Popular de Portugal", *O Penafidense*, Anno IV, Nº 617, 27-X-1883.

Leite (1884-1885a) = José Leite de Vasconcellos, "Dialectos Beirões. I. Linguagem Popular de Monte Novo", *Revista de Estudos Livres*, II, 1884-1885, pp. 81-91.

Leite (1884-1885a) = José Leite de Vasconcellos, "Dialectos Beirões. I. Linguagem Popular de Monte Novo", *Revista de Estudos Livres*, II, 1884-1885, pp. 81-91.

Leite (1884-1885b) = José Leite de Vasconcellos, "Dialectos Beirões. I. Linguagem Popular de Taboação", *Revista de Estudos Livres*, II, 1884-1885, pp. 424-436.

Leite (1886) = José Leite de Vasconcellos, *Romanceiro Portuguez*, Biblioteca do Povo e das Escolas, nº 121, Lisboa, David Corazzi, 1886.

Leite (1858) = José Leite de Vasconcellos, *Romanceiro Português*, I, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1958.

Lopo (1890-1892a) = Joaquim de Castro Lopo, "Valdevinos (Romance Popular Transmontano)", *Revista Lusitana*, II, 1890-1892, pp. 80-81, 266-267.

Luiz Ribeiro (1852) = Luiz Ribeiro, "Cantos Populares de Portugal", *A Peninsula*, I, Dezembro de 1852.

Magalhães (1873) = [colaboração de Celso de Magalhães n' *O Trabalho*, 1873] in Sylvio Romero, "A Poesia Popular no Brazil", *Revista Brasileira*, I, 1879, pp. 94-102, 194-203, 264-274, 343-362, 433-440, 503-511 e 561-574, II, 1880, pp. 27-39, 112-126, 205-214 e 432-437.

Menéndez Pelayo (1900) = Marcelino Menéndez Pelayo, "Romances Populares Recogidos de la Tradición Oral" in *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, X, Madrid, Perlado, Páez y Cia., 1900.

Menéndez Pelayo (1945) = Marcelino Menéndez Pelayo, "Romances Populares Recogidos de la Tradición Oral" in *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, 2ª ed., IX, Edición Nacional de las Obras Completas de Menéndez Pelayo, XXV, Santander, CSIC, 1945.

Menéndez Pidal (1885)/ Menéndez Pidal (1986) = Juan Menéndez Pidal, *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos en la Danza Prima, Esfoyazas y Filandones*, Madrid, Imprenta y Fundación de

los Hijos de J. A. García, 1885. Reedición facsimilada de Seminário Menéndez Pidal, Editorial Gredos y GH Editores, Madrid-Gijón, 1986.

Milá (1877) = Manuel Milá y Fontanals, “La Poesia Popular Gallega”, *Romania*, VI, 1877, pp. 47-75. In *Obras Completas de D. Manuel Milá y Fontanals. Coleccionadas por D. Marcelino Menéndez y Pelayo*, V, “Opúsculos Literarios”, 2ª Serie, 1893, pp. 363-399.

Milá (1882) = Manuel Milá y Fontanals, *Romancerillo Catalan: Canciones Tradicionales*, 2ª. ed. refundida y aum. por Manuel Milá y Fontanals, Barcelona, Librería de Álvaro Verdaguer, 1882.

Moraes Ferreira (1898) = Albino J. Moraes Ferreira, *Dialecto Mirandez*, Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1898.

Murguía I (1865) = Manuel Murguía, *Historia de Galicia*, I, Lugo, Imp. de Soto Freire, 1865.

Neves/Campos (1893) = Cesar das Neves e Gualdino de Campos, *Cancioneiro de Musicas Populares*, I, Porto, Typographia Occidental, 1893.

Nunes (1900-1901) = José Joaquim Dias Nunes, “Subsídios para o Romanceiro Português (Tradição Popular do Algarve)”, *Revista Lusitana*, VI, 1900-1901, pp. 151-188.

Oliveira (1905)/Oliveira (198?) = Francisco Xavier d’Athaide d’Oliveira, *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve (Lição de Loulé)*, Porto, Typographia Universal, 1905. Reedición facsimilada, Faro, Algarve em Foco Editora, s.d.

Pedroso (1881) = Zófimo Consiglieri Pedroso, “Contribuições para um Romanceiro e Cancioneiro Popular Portuguez”, *Romania*, X, 1881, pp. 100-116.

Pedroso (1895) = Zófimo Consiglieri Pedroso, “O Rei Traquilha”, *Revista Lusitana*, III, 1895, pp. 370-371.

Pedroso (1902) = Zófimo Consiglieri Pedroso, “Poesias Populares Portuguezas”, *Révue Hispanique*, IX, 1902, pp. 455-467.

Pereira da Cunha (1844) = A. Pereira da Cunha, “Contos da minha Terra. I. Masilgado”, *Revista Universal Lisbonense*, III, 1844, p. 329.

Pires (1885b) = António Thomaz Pires, “Miscellanea Folk-lorica”, *O Elvense*, Nº 452, 31-V-1885.

Pires (1885c) = António Thomaz Pires, "Miscellanea Folk-lorica", *O Elvense*, Nº 453, 4-VI-1885.

Pires (1885j) = António Thomaz Pires, "Miscellanea Folk-lorica", *O Elvense*, Nº 466, 19-VII-1885.

Pires (1885l) = António Thomaz Pires, "Miscellanea Folk-lorica", *O Elvense*, Nº 470, 2-VIII-1885.

Pires (1899)/Pires (1982) = António Thomaz Pires, "Lendas & Romances (Recolhidos da Tradição Oral na Província do Alentejo)", *A Tradição*, I, 1899, pp. 71-74, 93-94, 119, 157, 182-184. Reedição facsimilada, Serpa, Edição da Câmara Municipal, 1982.

Pires (1900-1901a) = António Thomaz Pires, "Miscellanea Folk-lorica", *Revista do Minho*, XV, nºs., 11-17, 22, 23, 23, 25-30, 1900-1901, pp. 84-101, 105-112, 117-136, 172-182 [184], 193[185]-238 [240].

Pires (1901)/Pires (1982) = António Thomaz Pires, "Lendas & Romances (Recolhidos da Tradição Oral na Província do Alentejo)", *A Tradição*, III, 1901, pp. 42-44, 91-92, 143-144, 148-150, 166, 169. Reedição facsimilada, Serpa, Edição da Câmara Municipal, 1982.

Pires (1903-1905) = António Thomaz Pires, "Tradições Poéticas de Entre Douro e Minho", *Revista Lusitana*, VIII, 1903-1905, pp. 215-220.

Quillinan (1853) = Edward Quillinan, *Poems*, Londres, Edward Moixon, 1853.

Revista do Minho (1894a) = Anónimo, "Folk-lore Portuguese. IX", *Revista do Minho*, nºs. 20-21, 1894, pp. 174-176.

Rodrigues (1907) = Daniel Rodrigues, "Romanzas (Complemento ao Romanceiro)", *O Instituto*, LIV, 1907.

Romero (1879) = Sylvio Romero, "A Poesia Popular no Brazil", *Revista Brasileira*, I, 1879, pp. 94-102, 194-203, 264-274, 343-362, 433-440, 503-511 e 561-574.

Romero (1880) = Sylvio Romero, "A Poesia Popular no Brazil", *Revista Brasileira*, II, 1880, pp. 27-39, 112-126, 205-214 e 432-437.

Romero (1880a) = Sylvio Romero, "A Poesia Popular no Brazil", *Revista Brasileira*, V, 1880, pp. 139-151, 211-223, 304-326 e 463-486.

- Soares (1914) = Urbano Canuto Soares, "Subsídios para o Cancioneiro do Arquipélago da Madeira", *Revista Lusitana*, XVII, 1914, pp. 135-158.
- Tavares (1903-1905) = José Augusto Tavares Teixeira, "Romanceiro Transmontano", *Revista Lusitana*, VIII, 1903-1905, pp. 71-80.
- Tavares (1906) = José Augusto Tavares Teixeira, "Romanceiro Transmontano", *Revista Lusitana*, XI, 1906, pp. 277-323.
- Veiga (1860) = Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, "A Vigília e a lenda da Senhora dos Martires de Castro Marim", *A Nação*, nº 3819, 18 de Agosto de 1860, pp. 1-2.
- Veiga (1870) = Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, *Romanceiro do Algarve*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1870.
- Von Koseritz = [colaboração de Carlos Von Koseritz na *Gazeta de Porto Alegre*] in Sylvio Romero, "A Poesia Popular no Brazil", *Revista Brasileira*, V, 1880, pp. 139-151, 211-223, 304-326 e 463-486.

I. QUESTÕES PRÉVIAS

1. Os estudos romancísticos em Portugal até aos primeiros trabalhos de Braga

O aparecimento dos primeiros opúsculos de Teófilo Braga é precedido e acompanhado por investigações que reflectem os estudos pioneiros de Almeida Garrett mas, entre elas, e ainda que sob a mesma influência, começam a surgir perspectivas diferentes, por exemplo, relativamente a problemas editoriais (reportamo-nos, sobretudo, a Teixeira Soares de Sousa). Apesar dessas dissonâncias, pelo menos até à publicação do *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, o modelo garrettiano é dominante estimulando a exumação da tradição oral, a profunda reelaboração dos materiais coligidos e a sua publicação, a qual se faz acompanhar de ensaios de natureza histórica e teórica de sabor romântico.

Após os estudos sobre o género feitos pela mão de Garrett, de Estácio da Veiga e de Rodrigues de Azevedo, surge um manancial de publicações ímpar mas, com excepção dos trabalhos de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, os problemas de natureza teórica estão ausentes do seu horizonte. Em vez dessa preocupação, afigura-se uma outra, a da impressão das composições recolhidas directamente da tradição oral, coligidas por colaboradores ou já estampadas.

Sendo o pensamento de Braga o objecto privilegiado deste estudo, afigura-se particularmente importante, neste momento, traçar o quadro das concepções do período que o precede e daquele em que inicia os seus trabalhos a fim de contextualizar as teorias elaboradas pelo polígrafo e evidenciar o quase deserto teórico em que depois se desenvolvem. Esta época posterior apenas apresenta como contraponto às obras do historiador dos romances a investigação da erudita alemã, mas quer pelo momento em que surge (anos finais da produção de Teófilo, nos quais ele regista um maior isolamento e

cristalização teórica), quer pela necessidade de um estudo específico e aprofundado das páginas de D. Carolina, reservamos o estudo comparativo dos dois autores para outro momento. Contudo, e apesar da distância das respectivas obras, desde já se aponta para um aspecto que as liga, o seu interesse pela presença do Romanceiro nas obras de autores portugueses dos séculos XVI e XVII, o qual originou os *Romances Velhos em Portugal* e, antes deles, levou Braga a elaborar um elenco de citações e alusões disperso por grande parte dos opúsculos que edita ao longo da sua vida¹.

Procedemos, então, a uma descrição do quadro teórico português no qual se inscrevem os primeiros estudos de Braga - os posteriores, como dizíamos, não são acompanhados por nenhum de outro erudito, exceptuando os de D. Carolina.

1.1. Garrett: a função estética dos estudos romancísticos

Garrett não reivindica qualquer estatuto científico para os seus trabalhos romancísticos; afirma mesmo que “a cegueira da ignorância leva pelo mesmo caminho que os desvarios da sciencia [...]: vaidade e presumpção humana”². A sua investigação e edição de romances desenvolve-se sob a égide de um propósito convictamente estético, procurando através delas estabelecer o modelo de renovação da poesia nacional assente nos seus valores genuínos.

Todavia, é remanescente ao longo das suas páginas publicadas entre 1828 e 1851, um ensaio de conceptualização sobre o Romanceiro resultante

¹Incluimos, em anexo, o elenco dos locais onde Teófilo se refere a esses documentos do Romanceiro Velho - essa listagem integra-se num estudo que desenvolveremos fora do âmbito do trabalho agora apresentado e que chama à liça, necessariamente, a investigação de Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

²João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, “Notas”, in *Adozinda*, Londres, Em Casa de Boosey & Son, em 1828, p. 118.

quer das colecções e dos modelos teóricos que vai conhecendo quer do seu trabalho empírico³ sobre os poemas. Em traços gerais, sempre redutores, se a *Adozinda* inaugura os estudos romancísticos em Portugal procurando determinar o paradigma de criação nacional, o *Romanceiro e Cancioneiro Geral*⁴ introduz a questão das fontes dos romances e o *Romanceiro*⁵ insere-os na história literária. Uma linha de continuidade atravessa, porém, estas obras transformando cada uma delas numa espécie de reescrita da anterior à luz de novas leituras e do maior conhecimento dos temas e versões. O problema das fontes, escritas e orais, e a história do género literário estavam presentes já em 1828 mas é em 1843 que o primeiro ocupa lugar de destaque e em 1851 que o segundo é mais desenvolvido.

Esta reescrita dos seus estudos sobre os romances verifica-se claramente na reedição da carta a Duarte Lessa em 1843 e de algum modo na “Introdução” de 1851 que resulta da reunião (com ligeiríssimas modificações, essencialmente estilísticas) de quatro dos cinco artigos publicados na *Revista Universal Lisbonense*⁶, aos quais apõe um final próprio constituído pelo último parágrafo da página XXXVI em diante.

³Escreve Helena Barbas: “A relação de Garrett com os romances é empirista na medida em que avança por tentativa e erro até conseguir um aparelho operatório mínimo, uma metodologia própria.”, “O Romanceiro: da prática à inovação teórica” in Almeida Garrett, *O Trovador Moderno*, Lisboa, Edições Salamandra, 1994, p. 59.

⁴ João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, *Romanceiro e Cancioneiro Geral. I. Adozinda e Outros*, Lisboa, Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecim. Uteis, 1843.

⁵João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, *Romanceiro, Romances Cavalharescos Antigos*, II e III, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1851.

⁶A. G. [João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett], “Da Poesia Popular em Portugal”, *Revista Universal Lisbonense*, V, Anno de 1845-46, 1846, pp. 439-441, 450-452 [artigo não incluído na obra de 1851], 460-462, 473-475 e 483-485.

1.1.1. Indícios da génese de um pensamento (1828)

O primeiro projecto de edição

Garrett escreve a Duarte Lessa na carta-prefácio de 1828, verdadeiro manifesto fundador não só do Romantismo como dos estudos romancísticos em Portugal, que o seu primeiro projecto de edição de romances teria consistido na apresentação das composições actualizadas segundo uma solução de compromisso entre a sensibilidade “da moderna poesia romantica”⁷ e a conservação desse “monumento de antiguidade litteraria”⁸.

De facto, este propósito dado como inicial é referido em 1824, também a Duarte Lessa, atribuindo-o a um período ainda anterior.

“Lembra-se das nossas conversas de Londres sobre antigualhas portuguezas e o muito que d'ellas se podia aproveitar quem de nossas legendas e velhas historias e tradições fizesse o que tam bem fazem inglezes e allemães, que é vestil-as dos adornos poeticos, e saccudir-lhes a poeira dos seculos com bem assisada escolha e apropriado modo? Pois desde então (e já de mais tempo me fervia isto na cabeça) não fiz eu senão pensar no geito com que me haveria para armar assim uma cousa que se parecesse”⁹.

Segundo a tese de Costa Dias¹⁰, o manuscrito garrettiano com o título

⁷“Carta”, in *Adozinda*, p. xlvii.

⁸ *Op. cit.*, p. xlviii.

⁹Correspondência de Garrett com Duarte Lessa, datada de 19 de Novembro de 1824, in Francisco Gomes de Amorim, *Garrett. Memórias Biographicas*, I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881, pp. 350-351. Sublinhado nosso.

¹⁰Luís Augusto Costa Dias, *Fontes Inéditas do Romancero Português. Os Papelinhos de Garrett*, Sintra, Câmara Municipal, 1988.

*Cancioneiro de Romances, Xacaras e Solãos*¹¹, datado de 1824, documenta uma concepção diferente de plano. Fundamentando-se na análise desse volume autógrafo, no qual o autor foi registando, por seu punho, as versões dos romances que ia obtendo, o seu programa inicial consistiria na transcrição fiel dos romances e não na sua reconstrução. Cotejando as manchas gráficas, o cuidado de transcrição das versões ou a mera indicação do título, a inclusão ou não de “variantes” e as diversas fases da caligrafia, defende Costa Dias que o

“vol. ms. esclarece, material e formalmente, sobre a mais remota ideia de Garrett de um *Cancioneiro de romances*, cujo *método e limites* originais de organização não seriam os de reunir alguns textos *reconstruídos e ornados* artificialmente (como exemplar digno da Europa culta), mas de os apresentar tal-qualmente saídos da tradição oral do povo.”¹²

Corresponderão as declarações a Duarte Lessa e o *Cancioneiro de Romances* a dois documentos que indiciam alguma indefinição inicial entre um plano de edição de romances reconstruídos e um outro cujo critério seria o respeito pela autenticidade tradicional?

Procuremos alguma elucidação na sua primeira obra publicada. “Adozinda” não parece realizar o programa restaurador designado a Lessa por “*Romanceiro portuguez*”¹³. É mesmo Garrett que o sugere na advertência à composição que dá o título ao volume,

“o que fôra começado para um romance, para uma cantiga, ou, como lhe chamam Allemães e Inglezes, para uma *ballad*, sahiu um poema de quatro cantos,

¹¹Manuscrito existente na Universidade de Coimbra, Biblioteca da Faculdade de Letras, Sala Ferreira Lima, FL. 1-2-1-24.

¹²*Fontes Inéditas do Romanceiro Português. Os Papelinhos de Garrett*, p. 59.

¹³“Carta”, in *Adozinda*, p. xlviii.

pequenos sim, porém muito maiores do que eu pensei
que fossem, e do que geralmente são taes coisas”¹⁴.

Realmente, “Adozinda”¹⁵, mais do que um “remoçamento”, recria livremente o tema romancístico da “Sylvana”¹⁶ o que se verifica, também no caso do “Romance de Bernal e Violante”¹⁷ composto a partir do “Bernal Francez”¹⁸, apesar de Garrett o dar como exemplo desse plano vintista de reconstrução.

Outro facto não referido por Garrett concorre para a inadequação de *Adozinda* ao “*Romanceiro portuguez*”. Nesta obra, para além dos poemas de Garrett, são dados à estampa não dois romances modernizados mas, como viram Leite de Vasconcelos¹⁹ e Lindley Cintra²⁰, entre outros, duas versões autênticas dos romances citados. Neste sentido, a edição de 1828 obedece à ideia de imprimir os romances de acordo com a forma tradicional, no respeito da autenticidade do texto, subjacente ao manuscrito *Cancioneiro de Romances, Xacaras e Solãos*.

Assim, entre a edição “ornada” e a fidedigna, a publicação londrina opta por exemplificar o processo de criação poética nacional a partir da tradição, da “Sylvana” à “Adozinda” e do “Bernal Francez” ao “Romance de Bernal e Violante”. A reconstrução

¹⁴*Op. cit.*, p. li.

¹⁵“Adozinda”, in *Adozinda*, pp. 17-101 e in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, pp. 33-95.

¹⁶“Notas”, in *Adozinda*, pp. 107-113.

¹⁷“Carta”, in *Adozinda*, pp. xxxiii-xxvii.

¹⁸*Op. cit.*, pp. xxvi-xxxii.

¹⁹José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, I, Lisboa, 1933, p. 250. Citado por Luís Filipe Lindley Cintra, “Notas à Margem do Romanceiro de A. Garrett”, *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, VIII, 1967, p. 124.

²⁰*Op. cit.*, pp. 124-135.

“[d]aquellas rudes e antiquissimas rapsodias nossas [as quais] continham um fundo de excellente e lindissima poesia nacional, e que podiam e deviam ser aproveitadas”²¹

só se concretizará em 1843, com o *Romanceiro e Cancioneiro Geral*.

O programa que Garrett indica como inicial parece ter sido relegado editorialmente para a fase posterior à publicação da genuína forma tradicional.

O conceito de romance

Na carta-prefácio de 1828, o conceito de romance não é claramente explicitado, considera os poemas como “interessantes reliquias da nossa archeologia poetica”²², de “tom e stylo de melancholia e sensibilidade”²³, com “singelleza da phraze, um não sei quê de sentimental e terno e mavioso”²⁴ mas, por vezes, regista, têm um “assumpto notavel e horroroso”²⁵ e estão deturpados “pela rudeza das mãos e memorias por onde passou”²⁶.

Apesar da reduzida precisão destas asserções, revela consciência da polissemia do termo ao afirmar que

“Francisco Rodriguez Lobo ainda usou d'estes versos [octossílabos] no genero bucolico e tambem no que então chamavam *romances* - que certamente não era o que hoje strictamente se intende por este nome”²⁷

²¹“Carta “, in *Adozinda*, p. xxiii.

²²*Op. cit.*, p. xvii.

²³ *Op. cit.*, p. xxvi.

²⁴ *Op. cit.*, pp. xxi-xxii.

²⁵No caso de “Silvana”; *op. cit.*, p. l.

²⁶ *Op. cit.*, p. xxv.

²⁷ *Op. cit.*, pp. ix-x.

e reconhece-o como género diferente das composições que integram “o cancionero de Rezende e o do Collegio dos Nobres”²⁸.

Na sua perspectiva, um dos atributos seguros do romance é o metro octossilábico, cuja origem emerge da própria língua e se adequa à sua natural musicalidade; por isso, ele se verifica quer na poesia primitiva quer nas improvisações modernas dos camponeses. Ainda hesita, em 1828, quanto à anterioridade dos romances relativamente à poesia dos dois Cancioneiros, mas não vacila na valorização dos romances tradicionais, embora os considere corrompidos pela transmissão popular.

O comparativismo

Anuncia-se já em 1828 a metodologia comparativista seguida posteriormente, ao associar o tema da “Sylvana” ao da grega Mirra; mas desde logo evita que a semelhança ceda ao equívoco e determina a diferença, neste caso, na

“maneira de conceber, de pensar, de pintar, de moralizar as mesmas ideias, as mesmas coisas por diferente modo”²⁹.

Exprime, assim, os operadores semelhança-diferença que o levarão a cotejar versões de tradições várias e que o conduzirão à integração dos romances portugueses na balada europeia afirmando, em simultâneo, a sua diferença, a sua qualidade nacional. Em 1851, estes operadores fa-lo-ão conjugar a ideia de “*republica litteraria*”³⁰ dos menestrelis, pátria única à qual

²⁸ *Op. cit.*, p. xxiii.

²⁹ “Notas”, in *op. cit.*, p. 114.

³⁰ *Romanceiro*, III, p. 127.

pertenciam os romances primitivos, com a de diferente nacionalidade das composições, expressa pelas suas posteriores adaptações às circunstâncias linguísticas e históricas³¹.

Do comparativismo, ressalta também a relação do romance com a história a qual será posteriormente desenvolvida.

“Provavelmente ambas as duas anedotas teem o seu fundamento historico na chronica escandalosa das familias de alguns regulos ou senhores das duas diversas epochas”³².

1.1.2. A concretização do “*Romanceiro portuguez*” (1843)

O projecto do “*Romanceiro portuguez*”, edição dos romances modernizados, é concretizado em 1843 com a publicação do *Romanceiro e Cancioneiro Geral*. O atraso desta consumação, explica Garrett, prende-se com algumas vicissitudes pessoais³³ no entanto, elas não inviabilizaram o permanente estímulo do exemplo de obras estrangeiras congéneres. Por outro lado, não esclarece o motivo da alteração do tratamento editorial dos romances, a passagem da publicação de acordo com a forma tradicional, na *Adozinda*, para a impressão das composições “remoçadas”. Se no exemplo tantas vezes

³¹Escreve em 1851 que “o verdadeiro romance antigo era de todos os países, como a todos pertencia o menestrel, o trovador, o cavaleiro andante, cuja pátria era o mundo.”, *Romanceiro*, II, p. 157. E no mesmo ano: “Viajou e peregrinou com a harpa ou com a viola do cantor que o compôs ou que somente o aprendeu de cor: espalhou-se por essas terras de diferentes dialectos que mais ou menos tiveram de o traduzir para o conservar na tradição de seus povos. [...] Já se vê que não aplico esta teoria ao que trás visível e marcado o selo de sua nacionalidade, como são os romances propriamente mouriscos ou granadinos, os que à imitação destes se fizeram em tamanha cópia nos seculos XVI e XVII, nem tão pouco aos historicos estritamente ditos.”, *op. cit.*, pp. 286-287.

³²“Notas”, in *Adozinda*, p. 114.

³³“Mas sobreveio tanta interrupção, tanta distracção de tam variado genero, mortificações, cuidados, trabalhos mais serios; enfim deixei e desisti da empreza”, “Carta”, in *Adozinda*, p. xlviii.

invocado de Scott, Burger, Burns, Grimm, Depping e Muller se pode ver uma das razões desta evolução, Costa Dias considera haver um outro factor explicativo, a sua desconfiança relativamente às versões que ia recebendo. Garrett terá começado a sentir alguma perplexidade frente às versões e romances cada vez mais numerosos

“verific[ando] que alguns deles não só eram verdadeiros fragmentos de romances adulterados e misturadas as passagens de uns com os outros, como também podiam apresentar uma estrutura métrica alterada (ou desusada, ao menos)”³⁴.

Os objectivos da obra de que só Portugal carecia no contexto das nações cultas europeias³⁵ aparecem agora inseridos num plano conceptualmente mais elaborado que desenvolve a importância do *corpus* romancístico como entidade dotada de espessura histórica. É descrita a história da nossa poesia através de uma relação analógica com a história dos povos, na sua evolução para a expressão da identidade literária num caso, e para a liberdade política no outro. O percurso histórico resulta da tensão entre a tirania e a resistência jogada em dois estratos, um de superfície que corresponde ao poder conquistado pela influência estrangeira e outro de profundidade, o poder de sobrevivência do “aborigine”. A “reacção vulgarmente chamada romantica”³⁶, mais do que fazer uma inversão dos poderes, liberta o autêntico e exalta a “*renasença da poesia nacional e popular*”³⁷.

³⁴ *Fontes Inéditas do Romancero Português. Os Papelinhos de Garrett*, p. 59.

³⁵ “Carta”, in *Adozinda*, p.xlviii e “Ao Sr. Duarte Lessa”, in *Romancero e Cancioneiro Geral*, p. 18. Na versão de 1843, acrescenta, bastante seguro do que afirma, “porque de quasi todas sei, e de todas creio, que se não pode dizer tal.”

³⁶ “Prefacio”, in *Romancero e Cancioneiro Geral*, p. XXII.

³⁷ *Ibidem*.

O *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, para além do texto prefaciador e das introduções e “Notas” aos romances, inclui uma versão reformulada da carta introdutória de 1828, o que constitui matéria particularmente significativa.

A reedição da carta a Duarte Lessa

A reedição da referida carta manifesta numa face, a consciência da sua importância fundadora destes estudos mas na outra, tem inscrita a necessidade de corrigir alguns aspectos em relação aos quais o seu pensamento entretanto evoluiu. O pretexto confessado em nota de pé de página, é o de ter sido

“escripta muito á pressa em Londres logo ao chegar de Portugal, não tinha agora essa desculpa, que então podia valer”³⁸

e, portanto, nas “Notas” finais esclarece algumas das novas opiniões. Contudo, o motivo da revisão ultrapassa a justificação de Garrett e as alterações não se esgotam nas referidas pelas “Notas”.

Cotejando as duas versões desta carta e recorrendo aos esclarecimentos do autor, ressaltam aspectos de natureza vária, desde simples reescritas sem consequências conceptuais ou terminológicas passando por modificações que correspondem a uma precisão de ideias e maior rigor, até alterações que configuram claros visos de correcção do texto epistolar editado em 1828.

Assim, a reelaboração de alguns excertos foi determinada não só por uma aprofundada reflexão que o tempo favoreceu, mas igualmente pela evolução do seu pensamento literário compassada pelas obras e ideias que os quinze anos que medeiam as duas publicações lhe foram dando a conhecer no

³⁸“Ao Sr. Duarte Lessa”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 22.

estrangeiro e em Portugal. Se, em 1828, se dirige a Duarte Lessa inspirado pelos exemplos de criação poética a partir da tradição, “principalmente os do famoso escocez”³⁹ Scott, ao reeditar o texto em 1843, já havia conhecido obras eruditas e mais específicas sobre o género romancístico, como se confirma pelo “Prefacio” do *Romanceiro e Cancioneiro Geral*.

A reedição de 1843 lança a suspeita sobre o anterior conhecimento de Garrett do acervo de materiais de Francisco Xavier de Oliveira, descobertos por Duarte Lessa, em Londres. É verdade que o poeta afirma, nas palavras prefaciadoras do *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, conhecê-los, apenas, em 1829⁴⁰ e, realmente, na primeira versão da carta, eles não são referidos. Porém, o cotejo dos dois fragmentos (a seguir transcritos) pode conduzir à hipótese colocada:

Carta a Duarte Lessa

Versão de 1828 (p. XIX)	Versão de 1843 (pp. 12-13)
[...] citarei aquelle romancesinho de Gaia e do rei Ramiro que V. descobriu em Londres e de que talvez não haja mais dous exemplares em todo o Portugal.	[...] citarei aquelle romancesinho de Gaia e do rei Ramiro, que V. descobriu em Londres com o precioso achado dos papeis e livros do nosso infeliz Oliveira.

Como se observa, o texto epistolar reescrito informa que os materiais de Oliveira foram encontrados por Lessa, na cidade inglesa, “com” o “romancesinho de Gaia e do rei Ramiro”. Ora, se interpretarmos a proposição “com” no sentido de simultaneidade das duas descobertas, e havendo já a alusão a este “romancesinho” na *Adozinda*, é possível que, em 1828, Garrett

³⁹“Carta”, in *Adozinda*, p.xi e “Ao Sr. Duarte Lessa”, *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 7.

⁴⁰“Por voltas do anno seguinte, 1829, [...] [c]resceram logo mais os meus haveres pela contribuição de outro amigo tambem muito particular e muito prezado, o sr. Duarte Lessa [...]. Tinha elle adquirido em Londres varios livros e manuscriptos que haviam sido do célebre portuguez o cavalheiro de Oliveira”, *op. cit.*, pp. VI-VII.

conhecesse o espólio de Oliveira. Contudo, como não se tenha apercebido imediatamente da sua importância, não citou os “papeis e livros” nessa altura. Só mais tarde, analisando-os - particularmente, o exemplar da “Bibliotheca de Barboza”⁴¹ anotado e comentado por Oliveira - terá apreciado o seu valor para o Romanceiro e daí, acrescentar, em 1843, à carta de 1828, a informação sobre esses materiais.

Esta hipótese é estimulada pelo achado que Lindley Cintra faz, na Biblioteca Oliveira Lima, em Washington, em 1960. Aí, encontra o eminente investigador, não só o exemplar do dicionário de Barbosa Machado como um documento do período em que Garrett o compulsou. Descreve, então, Cintra, a existência

“de um livro [a *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa de Machado] que o autor das *Viagens na Minha Terra* folheou por volta de 1825-1828 [...]. Esse livro conservava, no interior, um vestígio material da sua utilização por Almeida Garrett - uma recordação da época em que o grande escritor, então exilado em Inglaterra, o teve consigo e o manuseou. Ao percorrer o volume, página a página, deparei, efectivamente, com um sobrescrito [dirigido a Garrett] aberto e inutilizado, com restos do lacre que um dia serviu para o fechar e cheio de apontamentos”⁴².

Aceitando a datação estabelecida por Lindley Cintra relativamente à consulta da *Bibliotheca*, afigura-se provável o conhecimento destes materiais, por parte de Garrett, muito antes de os mencionar como suas fontes romancísticas⁴³. E o que justificaria a sua referência tardia seria a sua avaliação, essa sim, possivelmente posterior a 1828.

⁴¹“Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. VII.

⁴²“Notas à Margem do Romanceiro de A. Garrett”, p. 105 (sublinhado nosso).

⁴³“Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, pp. VII-IX.

Contudo, não lendo a proposição “com” no sentido de simultaneidade mas de local comum das duas descobertas (de acordo com esta interpretação, Duarte Lessa teria encontrado, tanto o “romancesinho” como os “papeis e livros”, em Londres, embora em momentos diferentes), a hipótese fica inviabilizada e as palavras de Garrett relativamente à data do seu conhecimento dos materiais de Oliveira correspondem à realidade.

Para além deste aspecto, o facto é que o estudo mais detalhado de documentos vários (entretanto realizado pelo escritor) origina, na versão de 1843, referências mais completas, a correcção de ideias anteriores e afirmações de teor apreciativo. Está neste caso a análise que faz dos Cancioneiros: indica onde examinou o do *Collegio dos Nobres*, Paris, local da edição de Stuart⁴⁴ que agora critica “[e]m Paris fui ver o cancioneiro do Collegio dos Nobres na defeituosa edição de Sir Charles Stuart”⁴⁵; substitui a ideia de predominância do octossílabo nos romances e nas composições incluídas neste Cancioneiro e no de Rezende, “são todas ou quasi todas n'este metro, mas tambem outras poesias mais antigas talvez, os romances populares”⁴⁶ pela ideia de variedade métrica aplicada aos dois Cancioneiros “ha muita variedade de metros”⁴⁷ contra a de uniformidade do metro dos romances em “octosylabo ou em endechas”⁴⁸; se em 1828 pensa não haver “nenhum romance historico ou narrativo”⁴⁹ em qualquer destes Cancioneiros, em 1843 admite, “no primeiro nada, no segundo [*Cancioneiro de Rezende*] pouco achei do romance historico ou narrativo”⁵⁰. Como se vê, o significado destas novas acerções ultrapassa a maior reflexão

⁴⁴Lord Charles Stuart de Rothesay, *Fragments de hum Cancioneiro Inedito que se acha na Livraria do Real Collegio dos Nobres de Lisboa*, Paris, 1823.

⁴⁵ “Ao Sr. Duarte Lessa”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 16.

⁴⁶ “Carta”, in *Adozinda*, p. xvi.

⁴⁷ “Ao Sr. Duarte Lessa”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 11.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ “Carta”, in *Adozinda*, p. xxiii.

⁵⁰ “Carta ao Sr. Duarte Lessa”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 16.

invocada por Garrett, antes indicia um exame mais rigoroso dos textos em questão.

A concretização e a clarificação das suas afirmações caracteriza outras diferenças entre as duas edições e é reflexo do mesmo aprofundamento. Veja-se a referência às fontes escritas dos romances, “fragmentos conservados por Fr. Bernardo de Brito, e pouco mais”⁵¹ depois identificada “por Fr. Bernardo de Brito, e por Miguel Leitão”⁵², assim como as “*ballades allemans*”⁵³ atribuídas a Burger⁵⁴ só na versão revista.

Se estes aspectos não merecem a Garrett qualquer esclarecimento nas “Notas”, o mesmo não sucede ao assunto que mais vivamente destaca as lições entre si. Trata-se da alteração da concepção sobre a génese da poesia nacional e do conhecimento que tem do género romancístico.

Em 1843, está convencido da origem épica da nossa literatura contra o postulado da génese lírica pelo qual se inclinava na primeira redacção. Esta nova opinião, desenvolvida na “Nota D”⁵⁵ à “Adozinda”, baseia-se na antítese romântica poesia cortesã, artística dos cancioneiros *versus* poesia rude e singela das “xacaras e soláos” populares e no princípio igualmente romântico de que a última é anterior à primeira. No parágrafo alterado da carta, a reformulação da tese é bastante elucidativa: se em 1828, “A nossa poesia primitiva e eminentemente nacional [...] é a poesia dos trovadores”⁵⁶ provençais, em 1843:

⁵¹“Carta”, in *Adozinda*, p. xxiii.

⁵²“Carta ao Sr. Duarte Lessa”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 16.

⁵³Almeida Garrett, na “Carta”, in *Adozinda*, não menciona o autor dos textos a que se refere, nem na p. xi, nem na p. xxiii.

⁵⁴“Carta ao Sr. Duarte Lessa”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 16

⁵⁵ *Op. cit.*, p. 196.

⁵⁶“Carta”, in *Adozinda*, p. x.

“A nossa poesia primitiva e eminentemente nacional [...] foi seguramente o romance historico e cavalheresco, ingenua e ruda expressão do enthusiasmo de um povo guerreiro; logo vieram esses trovadores de Provença e nos ensinaram modos mais cultos porêm menos originaes e menos cunhados do sêllo popular: era coisa mais de côrte. E como tal não pôde absorver, senão modificar, o que brotára espontaneamente do natural da terra. Mas as duas feições ficaram ambas, e deram assim á poesia portugueza um character talvez unico no mundo, - nas Hespanhas de certo.”⁵⁷

O reflexo do novo e mais seguro conhecimento do género romancístico verifica-se em pormenores como a supressão, em 1843, do qualificativo “talvez” desfazendo assim a suspeita de que “outras poesias mais antigas, talvez os romances populares”⁵⁸ fossem anteriores à dos cancioneiros do “Collegio dos Nobres” e de “Rezende”; o acrescento do adjectivo “duvidosos” aos “fragmentos de romance conservados por Bernardo de Brito”⁵⁹ avaliando-os já com outros critérios mais apurados; o reconhecimento da existência do verso longo, considerando-o, contudo, duplicação da unidade métrica, “acaso farão os versos compostos visivelmente de dois metros, isto é, os alexandrinos ou dittos de arte-maior”⁶⁰.

Podiam multiplicar-se as referências aos aspectos que distinguem as duas versões da carta, por exemplo a rejeição, em 1843, da hipótese da introdução do hendecassílabo toscano no português e no castelhano por Boscan, apontada em 1828; “hoje está averiguado com certeza”⁶¹ de que não foi ele o primeiro autor a usá-lo, defende que esse metro é tão estranho à Toscana como aos “hespanhoes”, tendo lá chegado através do mesmo veículo

⁵⁷“Carta ao Sr. Duarte Lessa”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 6.

⁵⁸“Carta”, in *Adozinda*, p. xvi. Confronte-se com “Carta ao Sr. Duarte Lessa”, p. 11.

⁵⁹“Carta”, in *Adozinda*, p. xxiii. Confronte-se com “Carta ao Sr. Duarte Lessa”, p. 16.

⁶⁰Acrescenta no *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 10. Confronte-se com “Carta”, in *Adozinda*, pp. xv-xvi.

⁶¹“Carta ao Sr. Duarte Lessa”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, pp. 5, 194-195.

que o trouxe até nós, os trovadores. Ou a rejeição da tese do provençal como tronco comum das línguas romance do ocidente europeu que Ofélia Paiva Monteiro⁶² destaca. Contudo, de uma forma mais clara, o seu renovado pensamento é exposto no “Prefacio” que abre o *Romanceiro e Cancioneiro Geral*.

O “Prefacio”

A classificação - Um crescente conhecimento do romance, não impede Garrett de reconhecer alguma incapacidade em distinguir

“romances populares, xacaras e solãos - designações que, sinceramente confesso, não sei ainda quadrar bem nas diversas especies e variedades em que se divide o genero”⁶³

mas em parte, esta dificuldade decorre da própria “anarchia” gerada pela quase ausência de regras de composição poética nos “tempos primitivos” e, a seu “exemplo, ou na falta dele”⁶⁴, nos que lhe sucederam. Todavia, consegue vislumbrar os modelos de composição e a partir deles admitir “Ésta classificação [...] mas com tantas excepções que chegam a fazer duvidar d'ella”⁶⁵ - o romance, predominantemente épico, a xácará, com forte cariz dramático e o solau eminentemente lírico⁶⁶. Regista mesmo traços pertinentes da estrutura romancística, a “contextura simples mas forte, a scena tão dramatica com que abre, o fexo sublime com que termina”⁶⁷.

⁶²Ofélia Milheiro Caldas Paiva Monteiro, *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e Criação*, I, Coimbra, Atlantida Editora, 1971, p. 362, nota nº 29.

⁶³“Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. V.

⁶⁴“Notas”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 211.

⁶⁵*Ibidem*.

⁶⁶ *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. 160.

⁶⁷ *Op. cit.*, p. 99.

A história da colecção - Ocupa-o longamente a história da sua colecção de romances, ciente da urgência e importância do trabalho de recolha e edição, acompanhando-a de indicações relativas às suas fontes, sejam orais sejam bibliográficas, no que concerne às composições poéticas e aos modelos teóricos. Faz referências genéricas à geografia das suas recolhas ou das recolhas oferecidas, à identificação dos informantes, de alguns colectores e de alguns títulos consultados. Porém, outras são mais circunstanciadas, diz ter ouvido nos Açores,

“umas criadas velhas de minha mãe e uma mulata brasileira de minha irman [que] appareceram sabendo varios romances que eu não tinha, e muitas variadas licções de outros que eu sim tinha, porém mais incompletos”⁶⁸,

nomeia, entre os seus colaboradores, o Sr. Doutor Emygdio Costa com a sua colecção das Beiras, e refere a *Biblioteca* de Barbosa anotada por Cavaleiro de Oliveira, a “obra publicada em Madrid em 1832”⁶⁹ de Durán, “A nova e augmentada edição do Sr. Ochoa, impressa em Paris em 1838”⁷⁰ e a “edição de Londres de 1841”⁷¹ de Lockhart, entre outras.

Tipos de corrupção dos romances - Ao considerar este labor sobre os romances uma “tarefa tam tediosa ás vezes, de collaccionar, estudar e explicar os textos ja viciados”⁷², destaca o problema da corrupção dos romances, logo

⁶⁸“Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. XII.

⁶⁹ *Op. cit.*, p. XVII.

⁷⁰ *Op. cit.*, p. XVIII.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² *Op. cit.*, p. IX.

referido em 1828⁷³. Só que nessa altura, perante as versões tradicionais que ia reunindo, atribuía-o à ignorância, à rudeza do povo e aos limites da memória. Neste momento, apercebe-se

“de outra ignorancia mais confiada e mais corruptora ainda, a de copistas presumpçosos de letrados e de castigadores do que elles suppoem vício.”⁷⁴

A descoberta deste tipo de intervenção não deve ser estranha ao cotejo das notas manuscritas de Cavaleiro de Oliveira nos artigos dedicados a Bernardim Ribeiro, Gil Vicente e Rodrigues Lobo da *Biblioteca Lusitana* de Barbosa de Machado com as composições romancísticas presentes nas obras impressas desses autores. Deste exercício, concluiu a superior autenticidade das primeiras baseado em dois argumentos, “algumas alli achei em portuguez [...] as quaes so andavam impressas em castelhano”⁷⁵, e esse “portuguez [era] manifestamente antigo e da respectiva epocha”⁷⁶.

O postulado da corrupção dos romances advém, em Garrett, da análise comparativa de versões “cada rhapsodista d'estes que sabe a sua xacara, a repette a seu modo, e sempre differente em alguma coisa do que outro a diz”⁷⁷ mas a verdade é que ela decorre, igualmente, de uma convicção que vive com formulações diferentes em vários autores românticos e mesmo pre-românticos citados por si, concretamente em Percy⁷⁸

⁷³ “Carta”, in *Adozinda*, p. xxv.

⁷⁴ “Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. X.

⁷⁵ *Op. cit.*, pp. VIII-IX.

⁷⁶ *Op. cit.*, p. IX.

⁷⁷ *Op. cit.*, p. VI.

⁷⁸ Vide R. Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico (Hispano-Portugués, Americano y Sefardi). Teoria e Historia*, I, 2ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1953, pp. 13-14.

e Lockhart⁷⁹: a existência de composições poéticas num tempo arcaico, mais ou menos arquetípico, depois sujeitas à decadência desse tempo primitivo.

Algumas influências - Se amiudadas vezes Elis, Percy e Scott⁸⁰ são indicados como fontes de inspiração ou modelos das suas opções de trabalho, Garrett mostra, agora, bastante apreço pelas obras de Durán, Ochoa e Lockhart⁸¹. Este interesse advém das suas edições dos poemas, aspecto central das preocupações garrettianas, mas não exclui os estudos que integram esses títulos.

O confronto entre o autor português e Durán assume particular interesse dado o pioneirismo dos seus trabalhos no quadro ibérico. É no ano de 1828

“que Garrett publica em Londres su *Adozinda* juntamente con su *Bernal Francés*, redacción nueva de dos romances, y año también en que Durán comienza a publicar su *Romancero*, con el tomo de los romances moriscos”⁸²,

escreve Menéndez Pidal. Noutras páginas, porém, admite a anterioridade da edição portuguesa dos poemas tradicionais:

⁷⁹ Vide “O Romancero: da prática à inovação teórica”, p. 40.

⁸⁰ “Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. IX. Para avaliar a aproximação entre estes autores ingleses e Garrett, vide “O Romancero: da prática à inovação teórica”; Lia Noemia Rodrigues Correia Raitt, “Scott”, in *Garrett and the English Muse*, London, Thamesis Books Limited, 1983; E. J. Moreira da Silva, *As Reliques of Ancient Poetry de Thomas Percy e o Romanceiro de Almeida Garrett: Dois Modos Diferentes de Entender e Avaliar a Poesia Popular*, Angra do Heroísmo, s.e., 1990.

⁸¹ “Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, pp. XVII-XVIII. As obras a que se refere são Agustín Durán, *Romancero de caballeros é historicos*, 1832; Eugenio de Ochoa, *Tesoro de los Romanceros y Cancioneros Españoles, Históricos, Caballeroscos, Moriscos y Otros*, Paris, 1838 e J. G. Lockhart, *Ancient Spanish Ballads; Historical and Romantic*, 1841.

⁸² Ramón Menéndez Pidal, “En torno a «Miragaia» de Almeida Garrett”, in *De Primitiva Lirica Española y Antigua Épica*, 3ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1977, pp. 137.

“El fué el primero en hacer cierta la tímida y fallida esperanza que el gran Jacobo Grimm concibió sobre los restos actuales de la primitiva epopeya; y los muchos años que se pasaron antes que Garrett hallase continuadores en otras partes de España, prueban lo genial de su cuidado exploratorio”⁸³.

Lindley Cintra⁸⁴ concretiza o pioneirismo garrettiano com o facto do autor português editar logo em 1828 versões autênticas da tradição oral moderna enquanto D. Agustín só as imprime em 1849-1851⁸⁵.

Observações muito próximas destas sobre a contemporaneidade ou pioneirismo dos estudos romancísticos em Portugal e em Espanha, já tinham sido esboçadas pelo espírito arguto de Garrett. Em 1851, fazendo a história da revolução literária que se agitava na Europa e suas repercussões ibéricas, escreve:

“Não quero, por muitos motivos, e alguns d'elles personalissimos, não quero entrar aqui em disputas de preferencia e prioridade com os nossos vizinhos e parentes mais proximos: direi somente que em Hespanha portuguezes e castelhanos despertaram quasi ao mesmo tempo”⁸⁶.

E não deixa de realçar a poderosa influência dos eruditos alemães sobre a literatura castelhana também reconhecida por Durán⁸⁷

⁸³Ramón Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico (Hispano-Portugués, Americano y Sefardí). Teoría e Historia*, II, 2ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1968, p. 271.

⁸⁴“Notas à Margem do Romanceiro de A. Garrett”, p. 124.

⁸⁵Agustín Durán, *Romancero General, Coleccion de Romances Castellanos Anteriores al Siglo XVIII*, 2 vols., Biblioteca de Autores Españoles, X, XVI, Madrid, M. Rivadeneyra, 1849-1851.

⁸⁶“Introdução”, in *Romanceiro*, II, p. XL.

⁸⁷“[...] las primeras antologías de romances regularmente concebidas y bien pensadas se han hecho en Alemania. Alemanes son los que mejor han publicado la historia de nuestra literatura y teatro; los que sabia y filosóficamente han reimpresso, comentado y juzgado algunas de nuestras crónicas.”, “Prólogo”, in *Romancero General*, I, p. VIII.

“os castelhanos foram poderosamente auxiliados pelos ingleses e allemães, especialmente e largamente pelos ultimos: a nós ninguém nos ajudou, ninguém combateu a nosso lado, ninguém nos ministrou armas, munições, soccôrro o mais minimo”⁸⁸.

Apesar da diferente postura dos dois oitocentistas, o

“propósito directamente artístico [de Garrett], [...] mientras Durán va indirectamente a la reforma del gusto, mediante una labor erudita y doctrinal”⁸⁹,

muitas das opiniões pela primeira vez expressas ou reformuladas no *Romanceiro e Cancioneiro Geral* terão emergido da leitura do *Romancero de caballerescos é historicos*.

“[Esta] obra publicada em Madrid em 1832, mas que so por aqui chegou cinco ou seis anos depois, veio illustrar-me em muita dúvida e ajudar-me a classificar muita coisa difficil”⁹⁰.

De facto, a determinação do romance como o representante da poesia nacional primitiva não será estranha à convicção de Durán sobre o romance como “la primitiva combinacion métrica adoptada por nuestros antepassados”⁹¹, referindo ambos que se trata de poesia de povos guerreiros. A antítese entre a poesia artística e a poesia popular e a anterioridade desta é igualmente defendida pelos dois autores. O estabelecimento das Beiras como núcleo genuíno da poesia portuguesa⁹² parece fazer eco da tese das Astúrias

⁸⁸“Introdução”, in *Romanceiro*, II, p. XLI-XLII.

⁸⁹“En torno a «Miragaia» de Almeida Garrett”, p. 137.

⁹⁰“Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. XVII-XVIII.

⁹¹“Discurso Preliminar”, in *Romancero General*, I, p. XLIX.

⁹²O “verdadeiro coração e amago do Portugal primitivo”, “Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. XVII.

como berço da língua e da poesia castelhana⁹³ - e quer o postulado de Garrett quer o de Durán dimanam da construção de uma mesma analogia entre a história dos povos e a história da poesia. O argumento da musicalidade da língua para justificar a naturalidade linguística do octossílabo reflecte a opinião de que esse verso é o mais conforme “al carácter de la lengua”⁹⁴ castelhana.

Mas a proximidade de algumas opiniões, ampliada ulteriormente em 1851 também com a contribuição do *Romancero General*, esconde por vezes uma motivação que distingue esses pareceres. Assim, sobre o trabalho de colecção de romances, Garrett considera “aquella tarefa, tam tediosa ás vezes”⁹⁵ e Durán “árdua, difícil y poco brillante”⁹⁶. O autor português referia-se à exumação da tradição oral corrompida quer pela transmissão através das sucessivas gerações quer pela intervenção dos letrados, o que dificultava o seu trabalho não só de colecção como de estudo dos romances. Durán tinha como mira a edição dos romances transmitidos pela literatura escrita e as suas razões prendiam-se com a necessidade de adequação dos seus trabalhos ao neoclassicismo setecentista ainda vigente.

Alguns destes e outros aspectos comuns aos dois autores decorrem do espírito epocal compartilhado com várias figuras cuja influência se interpenetra. Está neste caso a concepção dos romances como documento histórico, reservas vivas do carácter de um povo, enunciada na *Adozinda*⁹⁷. Lockhart e os outros autores ingleses a que Garrett vai fazendo referência estão imbuídos destas mesmas ideias, embora com formulações diferentes.

⁹³“Discurso Preliminar”, p. LIII.

⁹⁴ *Op. cit.*, p. LIV.

⁹⁵“Prefácio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. IX.

⁹⁶“Discurso Preliminar”, p. XLIX.

⁹⁷Denomina-os Garrett logo na carta-prefácio da *Adozinda* “genero de archeologia nacional, - galantes cofres”, p. xxiv. Vide, de uma forma mais desenvolvida, a opinião de Agustín Durán, “Discurso Preliminar”, pp. LV e LXI.

O especial destaque dado no *Romanceiro e Cancioneiro Geral* às *Ancient Spanish Ballads*, igualmente expresso numa carta dirigida a Gomes Monteiro⁹⁸, compreende-se pelo assentimento de várias ideias. A manifesta preocupação histórico-literária; o entendimento dos romances como testemunhas contemporâneas dos factos que narram e como relatos cuja visão é independente da versão oficial⁹⁹; o reconhecimento da actual persistência de traços antigos da poesia mais remota, apesar da inevitável alteração operada pela transmissão oral de geração em geração¹⁰⁰; a defesa da teoria do octossílabo como unidade métrica original¹⁰¹. Porém, não estará ausente desta preferência a aproximação feita por Lockhart dos velhos textos peninsulares aos ingleses e a enunciação da tese sobre a temática comum dos Cancioneiros espanhóis e das antigas baladas inglesas¹⁰². Estes dois aspectos coadunam-se bem ao comparativismo de Garrett e à sua teoria de uma ancestral pátria poética comum.

⁹⁸“Mande vir de Londres, que vale a pena, a última edição de Lockhart's Spanish Ballads, que é uma bella e esplendida coisa. Aquillo é que é imprimir”, Francisco Gomes de Amorim, *Garrett. Memoria Biographica*, II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p. 713.

⁹⁹Leio por J. G. Lockhart, “Introduction”, in *Ancient Spanish Ballads; Historical and Romantic*, 4ª ed., London, John Murray, Albemarle Street, 1853, pp. vii e ix.

¹⁰⁰ *Op. cit.*, p. vii.

¹⁰¹ *Op. cit.*, p. viii.

¹⁰²“The specimens of which the third and larges section [Romantic Ballads] consists, are taken from amongst the vast multitude of miscellaneous and romantic ballads in the old Cancioneros. The subjects of a number of these are derived from the fabulous Chronicle of Turpin; and the Knights of Charlemagne's Round Table appear in all their gigantic lineaments. But the greater part are formed precisely of the same sort of materials wich supplied our own ancient ballad-makers.”, *op. cit.*, pp. xvii-xviii (sublinhado nosso).

1.1.3. A importância de alguns estudos publicados em periódicos (1845-1847)

Antes de aparecer a edição de 1851, Garrett publicou alguns artigos na *Ilustração*¹⁰³ e na *Revista Universal Lisbonense*¹⁰⁴ que, de forma diversa, irão repercutir-se no *Romanceiro*. “Bernal-Francez”, “Da Poesia Popular em Portugal” e “Da Antiga Poesia Portuguesa” serão, em boa parte, incluídos na sua última obra dedicada aos romances. O primeiro artigo será integralmente reimpresso, o segundo, com exclusão do trecho das páginas 450-452, integrará a “Introdução”, que se apresentará com um final próprio, e o terceiro verá a parte “Romances Populares”, páginas 148-150, de novo, letra impressa.

Estes escritos retomados no *Romanceiro* com pequenas alterações mostram que o pensamento de Garrett estava em boa parte formado na segunda metade da década de 40.

¹⁰³ A. G. [João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett], “Bernal-Francez” e “Os Figueiredos”, *A Ilustração*, I, 1845, pp. 22-23 e 59-60 e pp. 62-63 e 65, respectivamente.

¹⁰⁴ João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, “Da Poesia Popular em Portugal” e “Da Antiga Poesia Portuguesa”, *Revista Universal Lisbonense*, V, 1846, pp. 439-441, 450-452, 460-462, 473-475 e 483-485 e VI, 1846-1847, pp. 99-102 e 148-150, respectivamente.

Garrett ratifica o seu entendimento dos romances como objecto literário e como documento histórico mais fidedigno do que as obras de “letrados”, porque apesar de corrompidos pelos limites da fixação memorialística, eles não “inventam”. Romanticamente, proclama assim, a superioridade do popular rude sobre a cultura letrada tanto no plano literário quanto no histórico e a esse conceito de superioridade associa o de anterioridade. Por isso, o facto do “Bernal-Francez” não apresentar artifícios trovadorescos garante a sua anterioridade, “é mais antiga e menos polida a civilização que [o] produziu”¹⁰⁵ assim como o Cancioneiro do “Collegio dos Nobres”, pela perfeição do metro, da rima e da linguagem das suas poesias não pode corresponder à poesia mais primitiva¹⁰⁶.

Os romances estão na génese da poesia portuguesa, embora não se conservem nos Cancioneiros nem nos códices, apenas sobrevivam em alguns registos escritos dos finais do século XV e século XVI e na tradição oral, transmitidos secularmente. Se o seu estado actual revela adulterações textuais, esse problema é desvalorizado comparativamente ao verificado na deturpação da linguagem usual; ao contrário do ocorrido na linguagem, na repetição dos romances muitas palavras cujo significado é desconhecido são mantidas, preservando, assim, mais do que qualquer outro documento, os traços arcaicos¹⁰⁷.

¹⁰⁵“Bernal-Francez”, p. 22.

¹⁰⁶“Os Figueiredos”, p. 62.

¹⁰⁷“Mui adulterado achâmos sem dúvida o que se conservou na bôcca do povo; mas sempre menos do que a sua linguagem usual, porque até muitas palavras elles repettem, no cantar e recitar dos romances, que não sabem o que significam, nem as usam no tratto commum da vida.”, *Ibidem*.

A detecção de um novo tipo de corrupção textual

Para além da referida acção corruptora do povo e da que os letrados operam, em 1846-47, na primeira parte “Da Antiga Poesia Portuguesa”, Garrett alerta para mais uma espécie de cometimento corruptor, certas acções atribuídas ao “fanatismo dos archeologos” que, para garantirem a antiguidade das suas descobertas contra os mais cépticos, lhes introduzem anacronismos quer linguísticos quer de outra ordem. Desta “fraude philologica” resulta mais uma desfiguração textual que obsta ao estudo deste género.

Aperfeiçoamentos da classificação

Reafirmando o carácter provisório do modelo classificativo da poesia, mantém as categorias estabelecidas em 1841, romance, xácara e solau. Expande, porém, esta tabela inserindo novas espécies e um novo género misto, o “romance-xacara” e a “xacara-romance” - o primeiro, sendo épico não exclui o dramático, o segundo admite fragmentos em prosa que Garrett, intuitivo e muito sensível ao género romancístico, faz depender mais do cantor do que do poema,

“diz as fallas em verso e cantando, e as indicações narrativas em prosa, sem restricção a texto positivo, e mais ou menos diffusamente segundo o talento ou a verbosidade do recitador.”¹⁰⁸

Ao romance, à xácara, cuja métrica é comum aos dois, e ao solau aceita associar a cantiga, estes últimos com pendor lírico, e agrupa estas espécies no género cantar; designa por aberrações os romances pastoris ou os

¹⁰⁸“Bernal-Francez”, p. 22.

hendecassilábicos do século XVII. Refere outras categorias mais genéricas, a trova, e outras mais modernas, a loa, a barca, a tenção, a chacota. Mas relativamente a estas divisões mantém a mesma suspensão de juízo, adiantando alguns dos critérios que estariam subjacentes ora a umas ora a outras.

“Umas eram talvez determinadas pela fôrma exterior metrica, outras pelo stylo ou tom, outras pelo objecto e assumpto, outras finalmente pelo uso, pela solemnidade a que eram consagradas, pela occasião para que eram compostas.”¹⁰⁹

A série “Da Poesia Popular em Portugal”

O manifesto estético - A sua atitude crítica perante a sistematização ou a erudição e os seus objectivos de renovação estética através do renascimento dos valores nacionais declarados com a veemência de um manifesto no primeiro artigo destes estudos, não nos podem fazer esperar um trabalho erudito. Somam-se a estas razões o facto de a “dissertação” não se coadunar ao seu carácter e sensibilidade, “cousa com que tenho particular antipathia”¹¹⁰, como confidenciava a Duarte Lessa, e por várias vezes mostrar que a “falta de documentos de indisputavel authenticity”¹¹¹ o levava a não garantir qualquer modelo de classificação, cronologia, ou comentário crítico.

A origem e a essencialidade da poesia portuguesa - O artigo não reimpresso em 1851 destaca a importância do movimento editorial europeu das quatro, cinco décadas anteriores por dar a conhecer antigos exemplares bibliográficos, investigações sobre arquivos ancestrais, sobre códices

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ Garrett. *Memorias Biographicas*, I, p. 358.

¹¹¹ “Da Poesia Popular em Portugal”, p. 440.

manuscritos e sobre a própria tradição oral e mostra o efeito benéfico da descoberta desses documentos mais arcaicos nas literaturas nacionais. Contribui para o estabelecimento dos modelos da nova criação poética e para o estudo das histórias literárias.

Portugal, assim como a França antes dos trabalhos de Raynouard¹¹², vivia letargicamente alheado das suas origens mas ultimamente “acordou também já esse gosto”¹¹³. A descoberta dos seus Cancioneiros, apesar de não serem muito abundantes, permite o conhecimento do género lírico nacional contudo, a inexistência de Romanceiros dificulta o trabalho sobre a sua poesia épica. Para resolver este vazio documental, torna-se necessário indagar códices velhos e, sobretudo, a memória do povo, reunir os textos e depois classificá-los, atribuir-lhes a origem e a cronologia. Adverte, porém, para a necessária precaução no trabalho teórico posterior à recolha dos romances por ser uma empreza prematura no estágio de conhecimento romancístico disponível e lembra que os castelhanos ainda não o conseguiram realizar plenamente apesar de há três séculos disporem de Romanceiros e serem investigados por eruditos ingleses e alemães¹¹⁴.

É o facto da existência de Cancioneiros contra o da inexistência de Romanceiros em Portugal que faz Garrett interrogar-se sobre a justeza da caracterização da poesia portuguesa como tendencialmente lírica contra a da castelhana predominantemente épica. O que coloca em questão não é a origem mas a tendência dominante; como não está coligido nem estudado o Romanceiro português, resta sem solução a pergunta que se afigura assim, essencialmente metodológica.

¹¹²Garrett teria em referência as duas obras de François Juste Marie Raynouard, *Choix des Poésies Originales des Troubadours*, 6 vols., Paris, Imp. F. Didot, 1816-1821 e *Lexique Roman au Dictionnaire de la Langage des Troubadours*, 6 vols., Paris, Silvestre, Imp. Simon Raçon & Cie., 1844.

¹¹³“Da Poesia Popular em Portugal”, p. 451.

¹¹⁴Como dirá na “Introdução”, in *Romanceiro*, II, pp. XLI-XLII.

“Será Portugal e Galliza a lingua d'Oc da peninsula em que so se faziam canções, como dos provençaes se acreditou muito tempo? E será Castella a nossa lingua d'Oeil privilegiada para o romance historico ou quasi-historico?”¹¹⁵

Garrett remete a resposta para o momento em que se conheça o Romanceiro português. Para já, a distinção do *corpus* poético lusitano do castelhano pelo traço lírico do primeiro e pelo épico do segundo, apoia-se apenas na existência de documentos escritos e na sua valorização privilegiando-os em detrimento dos materiais que a tradição oral ia fornecendo cada vez em maior número.

Depois de traçar a evolução da literatura clássica para a “litteratura da sociedade christian”¹¹⁶ na Idade Média, de destacar o papel dos bárbaros no nascimento das línguas e literaturas vernáculas e estabelecer a relação entre estas e a sociedade e instituições, recentra os seus estudos na poesia portuguesa.

Apesar da influência provençal estar muito próxima da origem da nossa criação poética, defende que uma poesia local lhe é anterior,

“os vestigios d'essa poesia indigena ainda duram, desfigurados e alterados pelo contacto de tantas invasões sociaes e litterarias, nos singelos poemas narrativos que, é certo, mais abundam em Castella do que entre nós, mas de que ainda nos restam alguma coisa todavia.”¹¹⁷

¹¹⁵“Da Poesia Popular em Portugal”, p. 452.

¹¹⁶*Op. cit.*, p. 460.

¹¹⁷*Op. cit.*, p. 483.

Ou seja, os romances são herdeiros de uma poesia mais arcaica, a épica, que é anterior à lírica, embora estas duas “litteraturas” se apresentem muito indiferenciadas no século XIII, período do apogeu trovadoresco.

À falta de documentação, a definição da origem épica assume-se como postulado. Realmente, o seu carácter é mais dogmático do que comprovável, uma vez que na periodização da poesia, as duas primeiras épocas, séculos XI-XII e XIII, respectivamente, só “a puro adivinhar” é que encerram “pouco de epico”. Mas, de facto, esta tese é a consequência lógica da constatação da existência na tradição moderna de romances cuja antiguidade é tida como primordial. Além disso, se na actualidade garrettiana, o povo fornece romances seculares, porque duvidar da ancestralidade semelhante dos primeiros registos do século XVI¹¹⁸?

A história da poesia portuguesa - Em 1846-47, retoma a ideia de 1843 do duplo estrato, o da influência estrangeira e o de inspiração nacional, contudo, agora, vai desenvolver este modelo conceptual não só em relação ao período posterior ao século XVI. Esta época mais recente é descrita pela relação de subordinação da poesia nacional, reservada entre o povo, à poesia de importação, de corte, tal como já havia esboçado no *Romanceiro e Cancioneiro Geral*. A que lhe antecede é entendida através de uma relação de paridade e de harmonização entre a poesia indígena e os novos gostos e influências ao ponto de admitir na designação poesia originariamente portuguesa “a aborigine, a provençal e a mixta”¹¹⁹.

¹¹⁸“[...] não ha razão nenhuma para duvidar de que no seculo XVI Frei Bernardo [de Brito] ainda achasse na tradição oral do povo um romance composto quatro ou cinco seculos antes, quando ainda hoje vemos conservados na mesma tradição outros romances e cantares que positivamente sabemos por documentos irrefragaveis, terem, quando menos, equal número de seculos de existencia.”, “Os Figueiredos”, p. 62.

¹¹⁹“Da Poesia Popular em Portugal”, p. 483.

A história do romance, em Portugal, obedece a este modelo. A sua antiguidade remonta ao período anterior à influência provençal, permanece ao longo do século XIII mas com maior segurança situa os romances mais antigos ainda hoje conservados no período de D. João I, sob influência “dos romances da Tavola-redonda”. Logo nos reinados de D. Afonso V e D. João II chegam “os romances de Carlos-magno”, sob o gosto germânico mas o século XVI marcará a agonia do género.

A convivência entre a inspiração não nacional e o substrato indígena foi estimulante para a poesia portuguesa mas a partir dos finais quinhentistas, a relação começa a assumir uma forma hierárquica, separa-se a poesia popular da poesia de corte, a qual ganhará cada vez mais preponderância introduzindo sucessivas influências estéticas que ora desvirtuam o romance cultivando-o ora o relegam ao esquecimento. Todavia, nem estas composições cultas nem o desprezo pelo romance secaram no povo a memória das primitivas composições e a apetência por esta poesia alimentada também pelos romances castelhanos ainda de “sinceridade e rudeza epica”. Eles reservaram-se através da sua transmissão secular, ainda que corrompidos pelos limites da oralidade e da memória, pela ignorância e pelas sucessivas modernizações.

O século XVII, dominado por Castela, introduz os romances granadinos que lutarão com o gosto pastoril da Arcádia e o século seguinte tentará artificialmente reabilitar o romance para conquistar o povo. Este manter-se-à afastado das lutas que não eram suas, reservando os vestígios da poesia original.

1.1.4. Formulação última do seu pensamento (1851)

A “Introdução”, reunindo os artigos supra referidos, apresenta poucas alterações a esses textos, a maior parte das quais meramente estilística. No entanto, algumas delas merecem reparo.

A reedição “Da Poesia Popular em Portugal”

Intercalando a transcrição do primeiro artigo, Garrett acrescenta o segundo e terceiro parágrafos da página IX¹²⁰ nos quais estabelece que o *Romanceiro e Cancioneiro Geral* deve ser considerado preparatório do presente e dos seguintes; que nele tinha dado à estampa as “modernizações” dos romances que agora edita. Compreende-se a necessidade dos novos parágrafos imposta por um maior respeito textual e pelo número mais vasto de romances agora publicados mas há outra razão para este bloco ter interesse. Trata-se do anúncio da sua determinação em continuar a coligir e editar as composições poéticas tradicionais, propósito que se confirma no final da “Introdução” ao apresentar o plano dos seus livros dedicados ao *Romanceiro*¹²¹.

Este intento em nada surpreende já que sempre reconheceu a necessidade de recolha e colecção e, embora este trabalho ulterior prometido por Garrett, não mereça qualquer referência a Gomes de Amorim, podemos inferi-lo da carta de João Teixeira Soares a Teófilo Braga, de 9 de

¹²⁰“A primeira parte e volume do presente ROMANCEIRO [...] aqui vão os próprios textos d'esses e de muitos outros romances.”

¹²¹ “Introdução”, in *Romanceiro*, II, p. XLV.

Novembro de 1867¹²², na qual refere as primeiras acções de colaboração com o poeta, malogradas pela morte deste.

Insere igualmente um novo parágrafo no texto correspondente ao quarto artigo, na página XXIII¹²³, para exemplificar, segundo a sua opinião, as colecções de poesia provençal em Portugal, “O CANCIONEIRO ditto do Collegio dos Nobres, o de Dom Diniz, o de Rezende”.

Registam-se duas alterações na página XXX ao texto do quinto artigo que revestem bastante interesse. A primeira substitui a ideia de maior abundância dos romances em Castela do que em Portugal pela de igualdade¹²⁴. O seu maior conhecimento de temas e versões possibilitou-lhe abandonar a ideia de menoridade do património romancístico português - não podemos esquecer que apesar das colecções que os castelhanos foram fazendo ao longo dos “três séculos” e que os ingleses e alemães estudaram, as primeiras versões da tradição oral moderna, em Espanha, foram editadas apenas no *Romancero General*, quando Garrett trabalhava nela desde a década de 20. A segunda modificação desfaz a ideia de alguma indistinção entre a poesia trovadoresca e a poesia indígena, relegando-a apenas para os “olhos inexpertos”¹²⁵.

¹²²“Vivia ainda Almeida Garrett quando nos propusemos recolher o Romanceiro popular cavalheiresco desta ilha com o fim de lhe aproveitar nas subseqüentes edições do seu *Romanceiro*./Tinhamos empregado n'essa tarefa pouco tempo e exercido as nossas investigações em uma pequena área, quando a noticia da sua morte suspendeu o nosso trabalho”, Teophilo Braga, *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, Lisboa, Typographia Lusitana-Editora Arthur Brandão, 1903, pp. 29-30 e Francisco Maria Supico, *A Mocidade de Teophilo. Subsidios bio-bibliographicos para o estudo da obra de Theophilo Braga*, Lisboa, Instituto Theophiliano, 1920, pp. 272-273.

¹²³“Veja e examine com paciencia os exemplares [...] e conhecerá quanto é exacta a observação”, “Introducção”, in *Romanceiro*, II, p. XXIII.

¹²⁴Os “singelos poemas narrativos que, é certo, mais abundam em Castella do que entre nós, mas de que ainda nos resta alguma coisa todavia.”, “Da Poesia Popular em Portugal”, p. 483 . Os “singelos poemas narrativos que o nosso povo conserva, que ama com tanto affinco, e que não são nem mais queridos nem mais vulgares em nenhuma outra parte das Hespanhas.”, “Introducção”, in *Romanceiro*, II, p. XXX.

¹²⁵“[...]as duas litteraturas da côrte e do povo nos apparecem extremamente confusas.”, “Da Poesia Popular em Portugal”, p. 483. “[...]as duas litteraturas da côrte e do povo vistas hoje

*O final da “Introdução”,
os preâmbulos das versões e as “Notas”*

Os motivos que terão levado Garrett a excluir o segundo artigo “Da Poesia Popular em Portugal” na “Introdução” prender-se-ão com razões de composição textual. Realmente, suprime este artigo para referir os mesmos assuntos na parte final da “Introdução” impressa pela primeira vez. Descreve a descaracterização da poesia peninsular e europeia operada no última época da sua periodização histórica até ao momento em que “a revolução se levantou no Norte”¹²⁶ e se propagou a todo o continente. Contextualiza os seus trabalhos no movimento encabeçado por Grimm, Rodd, Depping, Muller, Mme. de Stael, Sismondi, Durán. Reafirma o carácter provisório da tese lírica da poesia portuguesa:

“O nosso cancionero passou sempre por ser o mais rico; e é decerto o mais antigo [...] Romanceiro, torno a dizer, não o colligimos nunca; mas na tradição oral do povo, e dispersos pelos livros de varios auctores e por alguns raros manuscriptos, anda uma grande riqueza que ainda se não trattou de ajuntar e apurar como ella merece e como tanto precisâmos.”¹²⁷

O certo é que data a “Bela Infanta”¹²⁸, a

d'esta distancia, se confundem aos olhos inexpertos: mas o observador illustrado bem depressa as extrema logo.”, “Introdução”, in *Romanceiro*, II, p. XXX.

¹²⁶“Introdução”, in *Romanceiro*, II, p. XXXIX.

¹²⁷ *Op. cit.*, pp. XLIII-XLIV.

¹²⁸“Os criticos e collectores da nação vizinha e parente collocam alguns romances, que são visiveis fragmentos d'este, entre os seus mais antigos e mais populares, daqueles cuja vetustade se perde talvez nas trevas do decimo terceiro seculo. É sabido que os romances mais antigos e queridos do povo davam tema aos poetas para trovarem sôbre elles, ou os applicarem aos factos do seu tempo. É o que se vê nos referidos fragmentos que se encontram entre os primeiros das vastas collecções de Duran e Ochoa”, *Romanceiro*, II, p. 3-4. Refere-se a Agustín Durán, *Romancero General* e Eugenio de Ochoa, *Tesoro de los Romanceros y Cancioneros Españoles*.

“Enfeitiçada”¹²⁹, a “Silvaninha”¹³⁰ do período anterior à influência lírica provençal.

Os estudos que introduzem as versões dos romances que edita e as respectivas notas são, igualmente, indicadores do seu pensamento. Assim, a sua proverbial crítica, ou pelo menos alguma dúvida, à elaboração erudita manifesta-se novamente em relação aos problemas da génese do romance e do modelo de classificação.

Crítica à teoria da genética de Scott - A tese de Walter Scott segundo a qual os romances seriam fragmentos de poemas mais extensos que os menestrelis seccionariam para mais facilmente serem memorizados e cantados não merece a Garrett uma apreciação concludente. Prefere reconhecer a sua possibilidade embora sem verificação universal. Ao introduzir o “Conde Iano” português admite-o como obra de “algum menestrel portuguez [que] o accomodou ao gosto popular, contrahindo-o do poemeto castelhano”¹³¹ mas a sua opinião, baseada na antiguidade do onomástico, aponta para o inverso, para o desenvolvimento castelhano da versão portuguesa. Sobre a “Claralinda”¹³² exprime a mesma hesitação acrescida da suspeita do desenvolvimento poético ter sido obra de “poetas ou collectores letrados” e não de trovadores.

¹²⁹ É anterior às “eras cavalherescas. Tambem não é ainda do cyclo da Tavola-redonda [...]. O ar desta pequena peça é muito mais antigo; e por tal a têm os críticos e colectores castelhanos”, *Romanceiro*, II, p. 31.

¹³⁰ “Quanto se póde julgar [...], inclino-me a crer que ésta singela rhapsodia popular é anterior ou, se contemporanea, estranha á polida e estudada litteratura provençal do seculo XIII.”, *op. cit.*, p. 100.

¹³¹ *Op. cit.*, p. 40.

¹³² *Op. cit.*, pp. 210-211.

Objeções à classificação do Romancero General - O modelo de classificação de Durán é criticado pelo seu carácter sistemático, o que o torna “falso muita vez, e o obriga a subdivisões tam minuciosas que, por muitas demais, confundem em lugar de elucidarem”¹³³, o que não o impede de consultar e seguir muito de perto as edições de 1832 e de 1849-1851, como se verifica pelos estudos introdutórios das versões que publica e suas notas.

O critério tradicional - Permanentemente submete a erudição e a informação bibliográfica à tradição oral. Apesar de romanticamente a considerar corrompida, ela não deixa de ter um estatuto de critério de apreciação. Assim é, por exemplo, ao passar pelo seu crivo as reputadas notas de Cavaleiro de Oliveira, “de que me não valho senão em extremos, porque lhe dou menos fé que às tradições oraes do povo”¹³⁴. A propósito de “Dom Gaifeiros” faz justiça a esse acervo mas depois de confirmado pela tradição oral.

“Tinha-o incontrado na collecção manuscripta do cavalleiro de Oliveira, mas confesso que fiz injúria á sua memoria, suppondo, sem mais exame, que era pia fraude do bom do cavalleiro, e que elle não tinha feito mais do que traduzir dos romanceiros castelhanos o que lá tinha achado em muito boa lettra redonda. Não é assim; julguei de leve e julguei falso; o romance é corrente na tradição de Tras-os-montes.”¹³⁵

É esta atenção sobre os textos e o permanente método comparativo que o fazem detectar traços muito pertinentes, como se viu já a propósito da estrutura do romance, na edição de 1843. Em 1851, verifica a existência de

¹³³“Introducción”, in *Romanceiro*, II, p. XLIV-XLV.

¹³⁴*Op. cit.*, p. 89.

¹³⁵*Op. cit.*, p. 243.

“*bordões poéticos*”¹³⁶, fórmulas comuns a vários romances não só da mesma tradição como de tradições geograficamente diferentes, não deixando mesmo de admitir que este fenómeno estivesse presente já na poesia grega e latina¹³⁷.

Garrett reconhece nas alterações tradicionais, na corrupção, o custo da sobrevivência dos romances, apesar disso, considera-as “mutilações e interpolações graduas, [...] não constantes nem uniformes”¹³⁸. Compreende-se, portanto, a sua necessidade da recolha, colecção e confronto de versões de proveniência diversa a fim de, sem ambições científicas e com um critério sobretudo estético, poder reconstituir o romance na forma que considera autêntica e original, apesar da dificuldade que advém do casuismo das modificações.

Não cabendo neste trabalho uma edição crítica do *Romanceiro* de Garrett, fica por determinar o tipo das suas intervenções nos romances, registo, contudo, a distinção entre restauro e retoque:

“Não se tomaram aqui liberdades de editor que restaura: é o quadro velho limpo, mas não repintado. [...] Não foi preciso, como n’outros casos muitas vezes é, cozer a tella rasgada ou avivar o desenho sumido”¹³⁹.

Note-se que, apesar de tudo quanto secularmente se tem dito sobre as intervenções textuais garrettianas, o autor mostrava, desde 1841, um princípio de respeito textual. Não discutindo as reservas que a comparação suscita¹⁴⁰, observe-se o que Garrett aconselhava para a reedição da obra de Garcia da Orta

¹³⁶ *Op. cit.*, p. 191.

¹³⁷ *Op. cit.*, p. 21.

¹³⁸ *Op. cit.*, p. 50.

¹³⁹ *Op. cit.*, p. 53.

¹⁴⁰ Alguma legitimidade a esta comparação é dada pela opinião de Vanda Anastácio discorrendo sobre o entendimento romântico de versão ainda verificado no final do século XIX. “Com efeito, apesar da consciência da variação do texto oral [...] é sempre encarado

“a orthographia e termos antiquados devem religiosamente conservar-se, porque, alterados, tirariam á nova edição o character monumental da obra que tanto interêsse lhe dá”¹⁴¹.

O romance e a História - A consciência desta relação é manifestada por Garrett desde 1828, como se viu; em 1851 confirma os romances como documentos históricos contemporâneos ou pouco posteriores aos sucessos narrados exprimindo a visão não oficial dos acontecimentos¹⁴². Mas distingue estes romances compostos sobre os factos, às vezes sem o conhecimento exacto ou sem possibilidade de o exprimir na totalidade, fixados na memória e repetidos de geração em geração, já reportando-se vagamente à realidade, daqueles que tiveram origem não nos factos mas na “historia escripta [composta por] poetas lettrados”¹⁴³.

A presença de Durán - Ao lado das colecções de Ochoa e das inglesas, o autor do *Romancero General* é sistematicamente referido nas páginas de 1851 e a sua obra assume particular importância como termo comparativo na edição das versões dos romances bem como referência teórica.

como um texto de características idênticas às de qualquer objecto escrito de autor conhecido, sendo a manipulação de várias versões que dele se obtêm encarada como se de várias edições de uma obra individual se tratasse [...]”, Vanda Anastácio, “Acerca do Romancero e Cancioneiro do Algarve de Ataíde de Oliveira”, *Estudos de Literatura Oral*, Nº 1, Centro de Estudos Ataíde de Oliveira, Universidade do Algarve, 1995, p. 22.

¹⁴¹Excerto da carta-resposta de Almeida Garrett, de 5 de Abril de 1841, dirigida à “mesa da sociedade de sciencias medicas” indicando os requisitos da edição dos “*Coloquios do nosso Garcia da Orta*” transcrita por Francisco Gomes de Amorim, *Garrett. Memorias Biographicas*, II, p. 609.

¹⁴²*Romancero*, II, pp. 75-76.

¹⁴³*Op. cit.*, p. 181.

Considerando ambos a cronologia dos romances um terreno pouco seguro e admitindo que a forma romance conserva vestígios de uma poesia anterior, Durán, no “Prologo”, data do século XV as primeiras composições ainda hoje conservadas e no “Apendice”, indica as do *Cancionero General* de 1511. Garrett situa-as no reinado de D. João I, ainda nos finais do século XIV, presumindo, contudo, a existência de romances anteriores ao século XIII, como se viu. Contudo, o autor castelhano, em 1832, não estava muito longe da baliza temporal estabelecida por Garrett,

“el romance octosílabo es la primera forma que adoptó entre nosotros la poesia popular; y aunque ninguno de los que nos restan sea en su totalidad anterior al siglo XIV, así en ellos como en varios del XV creo hallar vestigios y trozos proverbiales de otros mas antiguos”¹⁴⁴,

admitindo que antes do século XII se cantassem romances nas Astúrias.

Comum ao “Discurso preliminar” e à “Introdução”, é a ideia de ausência de maravilhoso na poesia primitiva da Península¹⁴⁵.

A concordância entre os dois românticos verifica-se igualmente na determinação da anterioridade e oposição da poesia popular em relação à artística e no problema da autoria destas composições. Distinguem os romances primitivos que circulavam entre o povo dos romances de poetas artísticos e defendem o carácter anónimo dos primeiros mas nenhum deles exprime qualquer conceito de criação colectiva. Durán advoga explicitamente que eles são composições de poetas que se distinguem do vulgo mas o personificam; com o desenvolvimento da sociedade, aparecerão os jograis, poetas profissionais com menor intimidade com a comunidade, mas os seus poemas

¹⁴⁴“Discurso Preliminar”, in *Romancero General*, I, pp. LV-LVI.

¹⁴⁵*Op. cit.*, pp. LI.

romancísticos são igualmente apreciados e adoptados pelo povo que os conserva por instinto¹⁴⁶. Garrett refere-se sempre aos poetas identificados com o povo a que pertencem, imbuídos de um sentir comum, criando “por mero instinto do coração”¹⁴⁷; a entidade “povo-povo” é transmissora, interventora textual, mas não primeira criadora.

1.2. Os trabalhos romancísticos contemporâneos de Garrett

Quatro anos decorridos sobre o aparecimento d'*Adozinda*, Costa e Silva edita *Isabel, ou a Heroína de Aragon*¹⁴⁸ e em 1838, *O Espectro ou A Baroneza de Gaia*¹⁴⁹, nos quais reproduz a estrutura da obra londrina com idêntica motivação estética. O primeiro inclui uma versão de **La doncella guerrera** (0231)¹⁵⁰ e o segundo uma do **Bernal Francés** (0222)¹⁵¹ que inspiram as respectivas composições poéticas.

Posteriormente, poucas versões são publicadas¹⁵² e menos textos com alguma feição teórica são produzidos¹⁵³ em vida de Garrett. No entanto, a sua

¹⁴⁶ Agustín Durán, “Apendice”, in *Romancero General*, I, pp. XXXIX-XL.

¹⁴⁷ “Da Poesia Popular em Portugal”, p. 440 e *Romanceiro*, II, p. X.

¹⁴⁸ José Maria da Costa e Silva, *Isabel, ou a Heroína de Aragon. Poema*, Lisboa, Na Imprensa Regia, 1832.

¹⁴⁹ José Maria da Costa e Silva, *O Espectro ou A Baroneza da Gaia, Poema*, Em Paris, Na Casa de Guiraudet e Jouaust, 1838.

¹⁵⁰ A partir deste momento, darei a referência bibliográfica das versões romancísticas por siglas (já desenvolvidas). Neste caso, Costa e Silva (1832) XI-XV.

¹⁵¹ Costa e Silva (1838) 13-16.

¹⁵² Vide Pere Ferré, “O Romanceiro” in Joaquim Pais de Brito (coord.), *Tradições*, Lisboa, Pomo, 1993, p. 124.

¹⁵³ Destaco: Silva Leal, [*Romanceiro e Cancioneiro Geral*], “Bibliografia”, *O Panorama*, 2ª série, II, N° 104, Dezembro de 1843, pp. 405-408; [s.a.], “[*Romanceiro e Cancioneiro Geral*], *Revista Universal Lisbonense*, III, 1844, pp. 130-131; Silva Pereira, “Da Antiguidade e Belleza dos Versos Octosylabicos”, *Revista Academica*, I, 1845, pp. 28-31; A. X. R. Cordeiro,

influência germinava e, ladeada pelo exemplo do movimento editorial europeu, instigou a reflexão sobre problemas romancísticos, a qual, na generalidade, não apresenta novidade nas questões nem nos conteúdos. A sua figura é tutelar e apenas Costa e Silva, em 1838, introduz uma nova contribuição para a definição da geografia romancística com a notícia do seu acervo incluir versões oferecidas por uma senhora que as “havia aprendido de sua may em Goa, d'onde era natural”¹⁵⁴.

De acordo com a lição garrettiana, os seus contemporâneos determinam a antiguidade dos romances superior ao período genético que atribuem aos poemas conhecidos. Embora o primeiro registo de romances que citam seja o *Cancionero de Romances* de Antuérpia¹⁵⁵, reconhecem-lhes vestígios de composições anteriores ao final do século XIII, princípio do século XIV.

A sua fixação memorialista e a sua transmissão secular oral, permitiram, de acordo com a sua perspectiva romântica, uma evolução corruptora. Porém, também consideram que a este processo degenerativo resistiram elementos arcaicos, garantes da genuinidade e do espírito dos poemas primitivos. A. Cordeiro traduz bem a compreensão oitocentista deste dinamismo tradicional comentando, numa nota a “O Conde Alarcos”, “a tradição [...] conserva, estragando”¹⁵⁶.

“O Poema do Cid”, *ibidem*, pp. 172-176, 201-204; Luiz Ribeiro, “Cantos Populares de Portugal”, *A Peninsula*, I, Dezembro, 1852, pp. 545-547.

¹⁵⁴“Prologo”, in *O Espectro ou A Baroneza da Gaia*, p. 5.

¹⁵⁵Silva Pereira, “Da Antiguidade e Beleza dos Versos Octossylabicos”, *Revista Academica*, p. 29. É indicada por este autor a data de 1555 como ano de reimpressão do *Cancionero de Romances*. Não é esta a apontada por R. Menéndez Pidal: situa a primeira edição entre 1547 e 1549 e as três segundas em 1550. Vide *Romancero Hispánico (Hispano-Portugués, Americano y Sefardi)*, II, pp. 70-71.

¹⁵⁶A. X. R. Cordeiro, “O Conde Alarcos”, *Revista Academica*, p. 272.

O que persiste dos romances primitivos, “a construção e cadência das antigas linguas rusticas”¹⁵⁷, convive com as sucessivas e inevitáveis modernizações e algumas vezes sobrevem, no dizer de Silva Pereira, detectando um tipo de contaminação romancística, “em muitos Romances, em que se acham *intercalados* alguns fragmentos d'outros Romances evidentemente muito mais antigos”¹⁵⁸.

O seu metro octossilábico, “natural” às línguas da Europa do sul, emerge da poesia primitiva peninsular e adequa-se aos assuntos próprios do género. Quando observam registos destas composições em verso largo, entendem-nos como resultado da associação de dois hemistíquios de oito versos, autêntica unidade métrica. A dupla “naturalidade” linguística e poética do octossílabo certifica, igualmente, o Romanceiro como poesia verdadeiramente ancestral, a que viram definida na Europa por Herder, Marmier, Montaigne, entre outros, e em Portugal por Garrett¹⁵⁹.

A determinação da natureza histórica ou ficcional dos factos que estas composições referem, tende para um entendimento verídico, pesem, embora, a sua ausência dos relatos históricos posteriores aos sucessos narrados. Sublinham, em paralelo, o seu conteúdo literário, filológico e documental para o exame do carácter do povo e da civilização que os cantam mas entendem-nos num contexto de indefinição de géneros, apenas distintos da poesia dos Cancioneiros do “Collegio dos Nobres”, de “Rezende” e de “D. Diniz” segundo a dicotomia romântica poesia popular, primitiva *versus* poesia de corte, artificiosa.

¹⁵⁷Silva Pereira, “Da Antiguidade e Beleza dos Versos Octossylabicos”, *Revista Academica*, p. 29.

¹⁵⁸*Ibidem*.

¹⁵⁹Silva Leal, [*Romanceiro e Cancioneiro Geral*], “Bibliografia”, *O Panorama*, p. 405.

1.3. Estácio da Veiga e Rodrigues de Azevedo, dois ilustres garrettianos

Apesar dos dois colectores não publicarem na mesma altura os seus *Romanceiros*, dez anos os separam, o facto de serem os mais representativos discípulos de Garrett bastava para os associar. Todavia, outra razão se conjuga, a de serem, ao lado de João Teixeira Soares de Sousa, os primeiros investigadores a quem se devem as pioneiras edições de romances com um critério geográfico regional.

Os três autores apenas se justificam reunidos por esse facto, porque a figura do colector jorgense, como se verá, destaca-se entre eles pelo seu espírito crítico e pela sua preocupação com critérios científicos. Por isso, se reserva tratamento em apartado próprio do importante e inovador legado de Teixeira Soares de Sousa.

Uma outra advertência tem de ser feita. Se aos três investigadores se devem os primeiros títulos regionais, é Estácio da Veiga o primeiro a formular o objectivo claro de edição autónoma de cada tradição provincial e, com muita probabilidade, o primeiro a realizá-lo, embora os *Cantos Populares* açorianos precedam editorialmente o seu *Romanceiro*. Os dois colectores da tradição insular não exprimem, no início, um propósito semelhante; pelo contrário, vocacionam os seus materiais para as colecções de Garrett e Braga, no caso de Teixeira Soares, e para as do autor micaelense no de Rodrigues de Azevedo.

A saber.

1.3.1. Estácio da Veiga: um discípulo com algumas críticas

A datação do Romanceiro do Algarve

Os *Romanceiros* de Garrett não produziram imediatamente publicações comparáveis, apenas em 1867 e em 1869 as primeiras colecções assinadas por Teófilo vêem letra impressa. Contudo, entre estes anos que medeiam os trabalhos de Garrett e Braga, deveria ter sido editada a colecção de Estácio da Veiga estampada apenas em 1870¹⁶⁰. Segundo o colector algarvio, o seu acervo estava pronto para publicação desde 1858¹⁶¹ e por isso, com à vontade escreve

“deu o visconde de Almeida Garrett o primeiro passo, e se entre este e a publicação do *Romanceiro do Algarve* ha algum outro, não o conheço eu”¹⁶²,

sem fazer qualquer referência nem ao *Romanceiro Geral* de 1867, embora o cite na “Advertencia” da sua obra e na introdução ao poema não romancístico “A moira encantada”¹⁶³, nem aos *Cantos Populares do Archipelago Açoriano* de 1869.

Se, neste excerto, o autor tivesse usado o lexema “colecção” em vez de “publicação” teria sido mais exacto, porque se esse acervo estava pronto, ele não foi publicado. Contudo, o mais surpreendente é a exclusão deliberada do

¹⁶⁰Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, *Romanceiro do Algarve*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1870.

¹⁶¹“Introdução”, in *Romanceiro do Algarve*, p. XXVII, nota 1. Na “Advertencia” desta obra declara “Ha feitos dez annos que escrevi este livro [...] Testemunho desta verdade poderão dar os romances, que em 1858, 1859 e 1860 publiquei nos jornaes O FUTURO, e A NAÇÃO”, página sem numeração.

¹⁶²*Op. cit.*, p. XXVII.

¹⁶³*Romanceiro do Algarve*, p. 29.

título de Braga de 1867, apesar de o mostrar conhecer - ao contrário do de 1869, nunca referido. Estará subjacente a esse vazio a ideia de que essa obra resultava, em parte, de reedições¹⁶⁴ enquanto a sua e a de Garrett apresentavam poemas coligidos ou recolhidos pelos próprios em primeira edição¹⁶⁵? É que na referida “Advertencia”, Veiga nota que alguns dos romances publicados por si em periódicos foram “ultimamente reproduzidos no ROMANCEIRO GERAL do sr. T. Braga”¹⁶⁶.

É provável haver algum acerto na sua datação já que em 1858, n’*O Futuro*, afirma dedicar-se-lhe “ha mais de tres annos”¹⁶⁷ e em 1861 anuncia

“tenho completos dois livros para serem impressos, um denominado ROMANCEIRO DO ALGARVE, o qual consta de romances, xacaras e lendas-christãs daquella provincia, e o outro intitulado CANCIONEIRO DO ALGARVE, composto de canções, descantes, cantigas e outras peças de poesia popular”¹⁶⁸.

A “Introducção” é, com certeza, posterior a 1858 uma vez que parte dela resulta da reescrita da quase totalidade do referido artigo desse ano¹⁶⁹, ampliando as informações bibliográficas, anexando notas de rodapé¹⁷⁰ mas

¹⁶⁴ Vide Pere Ferré, “Nota Prévia”, in Teófilo Braga, *Romanceiro Geral Português*, I, ed. fac-similada, Lisboa, Vega, 1982, p. XVIII, nota 20.

¹⁶⁵ Estácio da Veiga edita, excepcionalmente, no seu *Romanceiro*, entre as páginas 185-187, uma versão da “Santa Iria” publicada por Almeida Garrett, fonte que o colector assinala devidamente.

¹⁶⁶ Página sem numeração.

¹⁶⁷ S. [Sebastião] P. [Philippe] M. [Martins] Estácio da Veiga, “Poesia Popular do Algarve”, *O Futuro*, N° 33, 7 de Maio de 1858, p. 1.

¹⁶⁸ S. [Sebastião] P. [Philippe] M. [Martins] Estácio da Veiga, “Cantos Populares do Algarve, Canção da Engeitada”, *Estrella d’Alva*, n° 2, 1861.

¹⁶⁹ “Poesia Popular do Algarve”, *O Futuro*, p. 1, reescrito na “Introducção” do *Romanceiro do Algarve*, pp. XXVII-XXXIII

¹⁷⁰ “Introducção”, in *Romanceiro do Algarve*, pp. XXVIII-XXIX. Os parágrafos “Os cantos populares da Escocia acham-se já traduzidos [...] e do proprio *Cancioneiro* do nosso Rezende apresentou em 1851 uma excellente edição”, por exemplo, não figuram no artigo de 1858; o mesmo se verifica com as notas destas páginas.

igualmente suprimindo fragmentos como o que manifesta a motivação que presidiu à sua investigação de romances¹⁷¹.

A parte final deste artigo é retomada no estudo introdutório da versão que denomina “A Serrana”¹⁷². Outros textos prefaciadores de composições publicadas no seu *Romanceiro* são, igualmente, transcrições de trabalhos inicialmente dados à luz e reeditados posteriormente em periódicos vários, no período indicado na “Advertencia”, entre 1858 e 1860. Como o próprio Veiga indica, as introduções d’“A moira encantada”, de “Santo Antonio e a Princeza” e d’“A Senhora dos Martyres” são disso exemplo. Nestas reposições, porém, não se registam alterações significativas, ao contrário do artigo d’*O Futuro*. Demonstram, todavia, o que Veiga refere na abertura da sua obra de 1870.

Sob o signo de Garrett: o seu exemplo e os seus limites

Antes da sua colecção ver letra impressa, a qual apresenta uma estrutura semelhante às de Garrett, uma introdução contextualizando os trabalhos romancísticos e um pequeno estudo precedendo cada versão, embora a indicação de “variantes” e outras notas sejam mais reduzidas, o colector algarvio inicia, como se viu, a publicação de pequenos estudos e algumas versões em periódicos¹⁷³. Neles, verifica-se um conhecimento mais vasto do

¹⁷¹“O que em meio de tudo isto posso certificar [...] é que não foram idéas de interesse, ou de gloria litteraria que me levaram a esta empreza; antes a verdadeira devoção que sempre tive ás cousas da minha querida provincia ainda mal tão desamparada esquecida”, “Poesia Popular do Algarve”, *O Futuro*, p. 1.

¹⁷²*Romanceiro do Algarve*, pp. 118-120.

¹⁷³Interessam particularmente os seguintes artigos dos quais se indicam algumas reedições: “Poesia Popular do Algarve”, *O Futuro*, pp. 1-2, reescrito na “Introdução” do *Romanceiro do Algarve*, pp. XXVII-XXXIII; “Cantos Populares do Algarve”, *A Nação*, pp. 1-2, reescrito na “Poesia Popular do Algarve”, *Estrella d’Alva*, pp. 91-92; “A Vigília e a lenda da Senhora dos Martires de Castro Marim”, *A Nação*, nº 3819, 18 de Agosto de 1860, pp. 1-2, reeditado na *Estrella d’Alva*, nº 20, 1861, pp. 149-152; “Cantos Populares do Algarve”, *Estrella d’Alva*, nº 2, 1861, pp. 1-2; “Poesia Popular do Algarve”, *Estrella d’Alva*, nº 11, 1861, pp. 83-84.

movimento editorial europeu do que os autores contemporâneos de Garrett manifestavam, dando mesmo referências bibliográficas concretas da Polónia logo em 1858¹⁷⁴.

É, porém, na “Introdução” do seu *Romanceiro*, que as citações de estudos e traduções de Inglaterra, França, Alemanha e Espanha¹⁷⁵ assumem maior destaque. A maior parte delas reporta-se a Garrett e embora referencie as colecções de Durán e Ochoa, as do autor português serão objecto de confronto quase sistemático com as versões publicadas por si, estabelecendo entre elas relações comparativas de autenticidade e antiguidade.

Identifica, ao jeito garrettiano, a motivação das suas indagações, o “amor às coisas da sua província”¹⁷⁶, e declara-a consequência do exemplo mas, simultaneamente, dos limites da obra de Garrett. Lendo-a, sentiu-se estimulado para a investigação dos romances no Algarve, alguns dos quais guardava na memória mas não via contemplados nas colecções do poeta. Nelas, detecta apenas duas versões com indicação geográfica da sua província, “A Noiva Arraiana” e a “Nau Cathrineta”, embora discorde da origem algarvia da última ao compará-la com a composição de que dispunha. Como considera ter Garrett dado por concluída a prospecção e publicação de romances, inicia ele próprio “as improbas fadigas do [s]eu difficil empenho”¹⁷⁷. Porém, ao lançar a edição última dos materiais coligidos, reconhece-a também incompleta perante a riqueza da tradição oral e propõe-se ampliá-la em tempo oportuno - o que não chegará a efectuar.

Ao publicar estudos e versões em periódicos e depois ao organizar o seu *Romanceiro*, não teve como “proposito [...] escrever uma memoria

¹⁷⁴“Poesia Popular do Algarve”, *O Futuro*, p. 1.

¹⁷⁵“Introdução”, in *Romanceiro do Algarve*, pp. XXVII-XXX.

¹⁷⁶“Poesia Popular do Algarve”, *O Futuro*, p. 1.

¹⁷⁷“Introdução”, in *Romanceiro do Algarve*, p. XXXI.

historica e critica da poesia portugueza”¹⁷⁸ mas contribuir com alguns elementos para o conhecimento da origem e evolução das composições “populares”. Todavia, consciente da sua antiguidade, recorre, desde logo, à periodização garrettiana.

Basta ler dois parágrafos da primeira página do seu artigo publicado n'*A Nação*¹⁷⁹ no qual procura situar geneticamente determinadas tradições, desde as festas de S. João à superstição das moiras encantadas, para se avaliar o seu benefício. Reconhece ser o século XIII a “epoca em que a eschola provençal começava a dar uma feição especial á nossa poesia”, antepondo-a, portanto, a essa influência estrangeira; admite que no reinado de D. Fernando se compuzesse ao “gosto normando” evoluindo depois, no período de D. Afonso V até D. João II, para o “genero germanico”, o qual terá dado um “novo character [aos romances], fazendo-os mais lyricos do que epicos”. Posteriormente a Gil Vicente e Bernardim Ribeiro, regista a influência italiana e, por consequência, a clássica, com o triunfo de António Ferreira, a qual é “popularisada por Luiz de Camões”. Curiosamente, Garrett havia escrito do épico, “Camões populariza o genero classico repassando-o quanto era possivel do gôsto popular”¹⁸⁰. Data, tal como o autor dos primeiros *Romanceiros*, o “genero moirisco” no século XVII, sob o domínio castelhano contudo, considera que nesta altura ele “começou de novo a reverdecer” enquanto Garrett o supõe introduzido naquela época pela influência castelhana.

Na “Introducção” do seu *Romanceiro*, transcreve mesmo a periodização apresentada em “Da Poesia Popular em Portugal” e na “Introducção” do *Romanceiro* de 1851, esse “precioso trabalho, que não posso

¹⁷⁸*Op. cit.*, p. XXXVIII.

¹⁷⁹“Cantos Populares do Algarve”, *A Nação*, p. 1.

¹⁸⁰“Da Poesia Popular em Portugal”, *Revista Universal Lisbonense*, p. 484. Na “Introducção” do *Romanceiro*, II, substitui “gosto popular” por “gosto nacional”, p. XXXIII, o que segundo o pensamento de Garrett e do romantismo em geral não corresponde a nenhuma alteração.

deixar de adoptar”¹⁸¹. Embora mostre conhecer a de Costa e Silva¹⁸² e admita que “a melhor parte da nossa poesia popular” pertença à primeira época determinada pelo historiador da literatura, a “escola gallega, ou dos trovadores”, e que a poesia portuguesa é descendente da provençal, reconhece o maior arcaísmo da língua e poesia portuguesas, crendo mesmo que a tradição oral moderna conserva vestígios de poemas “muito anteriores” ao século XI, período ao qual pertenceria uma composição sobre a derrota do Rei Rodrigo atribuída por Durán aos portugueses¹⁸³. Veiga supõe que o erudito espanhol se reportava “talvez ao chamado *Poema da Cava*” e, nesse caso, discorda do autor do *Romancero General*.

Os estudos romancísticos são colocados no âmbito da história literária, concretamente na determinação da génese da poesia nacional e sua natureza. Como Garrett, vê os romances muito próximos das composições que lhe deram origem por manterem os traços de uma poesia primitiva cantada por um povo de tradições guerreiras embora “desfigurad[a] e alterad[a] pelo contacto de tantas invasões sociaes e litterarias”¹⁸⁴. Reconhece, como o primeiro editor de romances, esses poemas como o bastião de genuinidade e resistência, os quais, acompanhados doutras “velhas crenças e tradições reagem constantemente contra todo o poder, que jámais [o]s consegue subjugar”¹⁸⁵, embora na sua transmissão de geração em geração acusem algumas modificações.

Percebe-se, desde logo, a presença do conceito romântico e garrettiano de corrupção associado à vida tradicional dos poemas, as “fataes alternativas porque passam as tradições oraes”¹⁸⁶. Por isso, se verá impelido a reunir um

¹⁸¹“Introducção”, in *Romanceiro do Algarve*, pp. XVII-XXVII.

¹⁸²*Op. cit.*, pp. XIII-XIV.

¹⁸³*Op. cit.*, pp. XV-XVI.

¹⁸⁴*Op. cit.*, p. XXXIV.

¹⁸⁵*Op. cit.*, p. XXXV.

¹⁸⁶*Op. cit.*, p. XVI, nota.

número significativo de versões de um romance e cotejá-las a fim de restaurar a sua autenticidade numa forma poética “que na essencia [segundo a sua convicção] não differe de nenhuma e de todas mais ou menos se aproxima”¹⁸⁷, a versão factícia.

Este labor de reconstrução tem como critério, segundo o próprio, não “alterar o estilo do povo”¹⁸⁸ todavia, apercebe-se, ele mesmo, deste processo como pulverizador de textos que diferem segundo a mão de “restauro”. É o que deixa transparecer na introdução à versão de “Dom Aleixo”: comparando-a ao poema correspondente editado por Garrett e identificando alguns aspectos distintivos, o “argumento” e a “rhyma”, explica, sem qualquer crítica, o facto pelo

“engenho do fecundo poeta andou muito applicado a embellezar, por todos os modos possiveis, esta peça de poesia tradicional, ou então [...] a lição por mim colligida é outra, verdadeiramente outra”¹⁸⁹.

Neste mesmo estudo, embora não se refira à teoria genética de W. Scott, ela parece presidir à sua suspeita de que o poema seria mais extenso, “a sua acção dramatica tivesse primitivamente occupado um mais desenvolvido plano”¹⁹⁰. Neste aspecto, afastava-se de Garrett que, como se viu, tinha uma opinião crítica relativamente a essa tese.

¹⁸⁷ *Romanceiro do Algarve*, p. 1.

¹⁸⁸ *Op. cit.*, p. 3.

¹⁸⁹ *Op. cit.*, p. 23.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

O projecto dos Romanceiros provinciais

É convicção de Estácio da Veiga, numa crítica implícita primeiro às colecções garrettianas e depois ao *Romanceiro* de Braga, não estar dotada a literatura portuguesa de um *Romanceiro* verdadeiramente geral, representativo da tradição nacional. Particularmente, não reconhece nem num acervo nem noutra uma significativa representação da sua província do Algarve. Esboça, então, o seu plano para suprir essa lacuna: uma em 1858, no artigo já referido d'*O Futuro* (onde se subentende o reparo a Garrett) e na sua nova versão, na “Introdução”¹⁹¹ do *Romanceiro* (na qual teria em mente a colecção de 1867), outra em 1861 no artigo também já citado da *Estrella d'Alva*¹⁹².

Primeiro, era necessário proceder à exploração provincial sistemática, coleccionar as composições coligidas e publicar esses acervos regionais. A tarefa de exumação, a seu ver, devia ser confiada a “indivíduos habilitados”, mostrando, assim, ter noção da especificidade da actividade de recolha a qual exige conhecimentos adequados.

“[C]onviria [...] incumbir em cada uma das provincias individuos bem habilitados, de recolher todas as rapsodias oraes de romances e canções.”¹⁹³

¹⁹¹“Em litteratura portugueza, a par de muitas obras essencialmente indispensaveis, falta ainda um *Romanceiro Geral*. Das muitas versões tradicionaes que andam promiscuamente espalhadas na reminiscencia do povo, só uma pequena parte pôde por em quanto sair ao terreiro da imprensa. Não conviria portanto incumbir, em cada uma das provincias, individuos bem habilitados, de recolherem todas as rapsodias oraes de romances, e canções, cada provincia constituir um romanceiro e um cancionero propriamente seu, e finalmente reunir todos esses trabalhos já depurados e coordenar-os sob a denominação de *Romanceiro e Cancioneiro Geral*?”, “Introducção”, in *Romanceiro do Algarve*, p. XXXII.

¹⁹²“E oxalá que em cada uma das outras [provincias] houvesse quem taes trabalhos empreendesse, que deste modo, coordenados mais tarde todos estes elementos, bem poderamos constituir um precioso ROMANCEIRO GERAL e outro não menos precioso CANCIONEIRO.”, “Cantos Populares do Algarve, Canção da Engeitada”, *Estrella d'Alva*, p. 82.

¹⁹³“Poesia Popular do Algarve”, *O Futuro*, p. 1 e “Introducção”, in *Romanceiro do Algarve*, p. XXXII.

Posteriormente, e depois de todas as áreas investigadas, reunir-se-iam os vários acervos e, da sua coordenação, resultaria o Romanceiro Geral. Considerava, no respeitante ao Algarve, que a sua colecção cumpria o primeiro objectivo.

Infere-se, portanto, do seu projecto, que os Romanceiros provinciais não constituem um fim em si mas integram-se num processo de constituição do Romanceiro nacional. No entanto, o objectivo de Veiga é marcadamente regionalista tal como a sua convicção de existir um *corpus* peculiar a cada província, “um romanceiro privativamente seu”¹⁹⁴.

Convém, contudo, não interpretar o plano à luz de uma exagerada exigência de critérios de rigor. Veiga trabalha sob um ideário romântico - embora conceptualmente mostre afastamentos pontuais de Garrett e manifeste algum do interesse etnográfico que caracterizará os anos seguintes destes estudos em Portugal. Do mesmo modo, não se menospreze o facto do seu projecto inicialmente separar o Romanceiro e o Cancioneiro e, em 1870, juntá-los “sob a denominação de *Romanceiro e Cancioneiro Geral*”¹⁹⁵, ao modo da obra de 1843, apesar dela não conter a designação Cancioneiro.

De qualquer modo, aceitando-se a sua data de conclusão do *Romanceiro do Algarve*, estamos perante o primeiro título romancístico de âmbito regional e Veiga assume-se, neste aspecto, pioneiro de um critério de edição que só em 1869 terá seguidores.

¹⁹⁴“Poesia Popular do Algarve”, p. 1.

¹⁹⁵“Introdução”, in *Romanceiro do Algarve*, p. XXXII.

A existência de um Romanceiro nacional

Embora Estácio da Veiga não reconheça editorialmente um Romanceiro verdadeiramente nacional, considera certa a sua existência na tradição oral. A prova é-lhe dada pela superioridade da memória algarvia relativamente à que é representada nas colecções de Garrett e de Braga. Por analogia, crê verificar-se o mesmo no contexto de outras províncias e daqui, o grande imperativo da recolha e colecção regional sistemática.

O facto de se confrontar, amiudadas vezes, com a inexistência de versões de outras províncias correspondentes às suas não o impede de referir implicitamente um acervo nacional. “A Captiva”¹⁹⁶, por exemplo, apesar de não surgir em nenhum *Romanceiro* de Garrett, com os quais estabelece as relações textuais possíveis no contexto nacional, nem em qualquer “antigo códice que conhe[ça]”¹⁹⁷, considera-a “genuinamente portuguesa”¹⁹⁸ a qual, nas suas próprias palavras, “denuncia mui claramente que acordou em Portugal”¹⁹⁹ na “dinastia do Mestre de Avis”²⁰⁰.

O aparecimento de versões semelhantes às suas publicadas por Ochoa, no *Tesoro de los Romanceros y Cancioneros Españoles*, também não questiona o Romanceiro nacional. “Dom Rodrigo”²⁰¹, apesar de conter paralelos com duas dessa colecção, pela “sua linguagem [...] ninguém deixará de confessar que é portuguesa, e de bom tempo”²⁰² e o assunto se parece castelhano, é antes

¹⁹⁶ *Romanceiro do Algarve*, pp. 60-63

¹⁹⁷ *Op. cit.*, p. 59.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹ *Op. cit.*, pp. 58-59.

²⁰⁰ *Op. cit.*, p. 58.

²⁰¹ *Op. cit.*, pp. 19-22.

²⁰² *Op. cit.*, p. 16.

um tema, “um logar commum para trovadores portuguezes e castelhanos”²⁰³.

1.3.2. Rodrigues de Azevedo: um garrettianismo revisto à luz de Teófilo Braga

O plano editorial do Romanceiro madeirense

O organizador da terceira colecção regional, o *Romanceiro do Archipelago da Madeira*²⁰⁴, acompanhou, desde o início, as publicações de Braga dedicadas à literatura tradicional. Como se pode ler numa carta inédita conservada no Espólio do erudito açoriano, datada de Outubro de 1867, Azevedo dirige-se ao autor da *Poesia Popular Portuguesa*, fazendo-se assinante dessa edição²⁰⁵ e, logo que os *Cantos Populares* açorianos lhe chegaram às mãos, em 1869, felicita-o “pelo seu precioso trabalho [considerando] as notas [...] um thesouro de critica e erudição”²⁰⁶.

Este reconhecimento aliado ao apelo de Braga para que inquirisse a tradição madeirense encontrava receptividade em Azevedo já desperto, como confessa²⁰⁷, pelo *Romanceiro* de Garrett para a poesia tradicional. Assim, não surpreende que ao iniciar as suas prospecções, as destinasse, em 1873, ao compilador açoriano,

²⁰³ *Op. cit.*, p. 18.

²⁰⁴ Alvaro Rodrigues de Azevedo, *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, Funchal, Typ. da “Voz do Povo”, 1880.

²⁰⁵ Alvaro Rodrigues de Azevedo, [carta] - Funchal, 19 de Outubro de 1867 - 1 fol - ms. Espólio de Teófilo Braga, carta Nº 703. Inédita.

²⁰⁶ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 109.

²⁰⁷ “Prefacio”, in *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, p. XII.

“vou explorando como posso, a mina, tão sua recommendada, dos Romances populares. [...] logo que o peculio chegue ao thesouro, eu lh'o deporei nas mãos, contente de lhe satisfazer o gosto ardente que tem por esses monumentos poeticos.”²⁰⁸

No ano seguinte, ainda reitera essa intenção²⁰⁹ mas em 1877, já é perceptível a ideia de um *Romanceiro* organizado por si²¹⁰. Lamentavelmente, a carta que acompanha o envio a Braga das duas primeiras folhas do *Romanceiro* madeirense, a fim deste proceder à apreciação pedida, não exhibe qualquer data ou elemento referente, mas a 4 de Março desse ano, escrevia-lhe Teófilo:

“O aparecimento das suas duas folhas do *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*, que recebi ontem, foi para mim um relâmpago, que por um instante me fez suspeitar se estava sonhando”²¹¹.

Não existem indícios dos motivos que terão levado Azevedo a transformar a colaboração prometida em título seu. Pelo contrário, poderá vislumbrar-se uma razão justificadora para este colector relembrar a Braga, em 1878²¹², o pedido de uma introdução e notas para o seu *Romanceiro* e depois, em 1880, prescindir delas com o argumento de ter “inferi[do] da sua resposta que os seus muitos trabalhos lh'o não consentiriam”²¹³. Segundo A. do Prado Coelho, não era esse o teor da resposta de Braga, pois em 20 de Junho de 1878, acedia ao convite nestes termos:

²⁰⁸ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 111.

²⁰⁹ *Op. cit.*, p. 112.

²¹⁰ *Op. cit.*, p. 114.

²¹¹ A. do Prado Coelho, “Teófilo Braga e Álvaro Rodrigues de Azevedo, perante o *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*”, in *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, Lisboa, Livraria Central Editora, [1946], p. 105.

²¹² *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 116.

²¹³ *Op. cit.*, p. 118.

“Ainda não respondi à sua carta de 22 de Maio²¹⁴, para lhe agradecer as suas tão obsequiosas expressões e em especial a honra que me quer dar, de escrever o prólogo para o *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*... Quanto ao prólogo, o meu amigo me avisará da época em que precisa dele, e do número de páginas que deve conter”²¹⁵.

Prender-se-ão as alterações de intenção de Rodrigues de Azevedo com as diferentes concepções dos dois autores sobre o carácter nacional e popular dos romances? Apesar do provável conhecimento do colector, no Funchal, das teses de Braga, observe-se que a última vez que Azevedo refere a introdução pedida, em 22 de Maio de 1878, é anterior à carta de Teófilo, de 20 de Junho desse ano, na qual este desenvolve a sua concepção sobre esse carácter dos romances.

É verdade que Azevedo continuará enviando a Braga os seus materiais, pedindo o seu parecer e demonstrando o apreço que ele lhe merece, fazendo mesmo depender dessa aprovação a continuidade do seu trabalho²¹⁶ mas realmente, manterá as suas convicções sobre este assunto quer na epistolografia²¹⁷, quer no “Prefácio”²¹⁸ do *Romanceiro*.

²¹⁴ *Op. cit.*, pp 115-116.

²¹⁵ “Teófilo Braga e Álvaro Rodrigues de Azevedo, perante o *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*”, in *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, p. 105, nota.

²¹⁶ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 115.

²¹⁷ *Op. cit.*, pp. 113-115, 115-116 e 117-118.

²¹⁸ “Prefácio”, in *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, pp. XVIII-XXI.

Um dos aspectos que justificou a relação de Rodrigues de Azevedo com Estácio da Veiga, para além do critério geográfico comum, foi o traço garrettiano que perpassa o *Romanceiro* da Madeira e o do Algarve: nomeadamente, ao nível do tratamento textual e da edição de romances, os quais são refundidos pelos respectivos colectores com o objectivo romântico de superarem a corrupção introduzida pelo povo²¹⁹.

Ao nível das formulações conceptuais, Azevedo permeabiliza a influência de Garrett com a de Teófilo - não esquecendo a contribuição doutras leituras²²⁰ - mas não se exime de defender uma visão, às vezes, supostamente própria, sobre determinadas questões romancísticas.

É representativo desse cruzamento o preâmbulo que Azevedo faz à indicação do seu processo de transcrição dos romances. Apresenta a metodologia de Garrett inserida na tradição romântica de Uhland e Percy e considera-a adequada ao propósito, igualmente romântico, de rejuvenescimento da criação poética através da popularização dos estudos literários. Nesse quadro, aprecia o génio poético do editor que confrontando “fragmentos” e “variantes” portuguesas com versões publicadas em colecções espanholas, restaura as composições numa forma poética em tudo acorde aos “caracteres do genero e da epocha, sem deixar de [manter] o transumpto da tradição”²²¹. Contudo, como o seu imperativo, ao realizar as investigações romancísticas não

²¹⁹Relativamente à edição crítica do *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, vide Ana Cristina Carinhas, *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960). Edição Crítica*, I, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, pp. 17-25 e 83-88; II, *op. cit.*, pp. 110-188. O *Romanceiro do Algarve* está a ser objecto da tese de doutoramento de José Joaquim Dias Marques.

²²⁰“Teófilo Braga e Álvaro Rodrigues de Azevedo, perante o *Romanceiro do Arquipélago da Madeira*”, in *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, pp. 138-139.

²²¹“Prefacio”, in *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, pp. XII.

é comparável ao de Garrett, considera esse processo “abusivo”, demasiado livre, ao permitir retoques “de propria conta, na falta de outro meio”²²².

Contrapõe-no ao propósito de Braga, o qual não se reporta à construção de um modelo estético mas ao conhecimento de um objecto cientificamente multifacetado, “historico, linguistico e ethnographico”, e, por isso, transcreve, segundo a lição de Grimm, os poemas de acordo com a forma tradicional, no pressuposto de que se o povo a respeita na sua transmissão, assim deve proceder o editor.

Azevedo também não podia aceitar o princípio da autenticidade textual. Não compartilha a ideia de fidelidade da transmissão popular dos romances e tem, como o primeiro editor das composições em Portugal, as alterações tradicionais como deturpação involuntária, devida às “manifestas aberrações da memoria, da ignorancia analphabeta e da inconsciencia boçal”²²³, processem-se por “omissão ou [...] comissão”²²⁴ de elementos inadequados.

Todavia, ao afirmar que os romances se mantiveram entre o povo “mais ou menos innovad[os], mais ou menos viciad[os] [...] como poesia tradicional”²²⁵, parece pretender distinguir e ressaltar deste processo degenerativo algumas modificações tidas como admissíveis que resultariam da inovação tradicional. É neste mesmo sentido o comentário que envia a Braga,

“essa inconsciente tradição, conservando os romances medievaes, tambem ora innova, ora vicia o texto delles; e que por isso [...] deve ser respeitada sim, ainda nas

²²² *Ibidem*.

²²³ *Op. cit.*, p. XIII.

²²⁴ “[...] deve[m] ser [...] expungidas contudo as manifestas viciações, de omissão ou de comissão quando redundem em absurdo evidente, não conforme a epocha.”, *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 118.

²²⁵ “Prefacio”, in *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, p. VIII.

inovações mesmas, expungidas contudo as manifestas viciações”²²⁶.

A aparente intuição sobre o vector da criação tradicional não voltará a manifestar-se. No “Prefacio”, reduz a tradição a um “phenomeno [...] meramente transmissor; e se deixa de ser isto, degenera”²²⁷. O seu valor é o da fossilização, conservação da

“poesia do periodo genesiaco da sociedade moderna, a idade-media: nisto cuidamos cifrar-se-lhe o carácter ou valor especifico, ethnographico e poetico, historico e litterario”²²⁸.

Neste contexto, prefere adoptar um processo intermédio entre Garrett e Braga, invocando o exemplo de Durán, o qual nem favoreça demasiado a intervenção textual nem ignore as formas corrompidas mas respeite a inovação tradicional. Não é o momento de avaliar a justeza da protecção do autor do *Romancero General* mas, como é visível no trabalho de Cristina Carinhas²²⁹, a edição dos romances madeirenses aproxima-se bastante do critério garrettiano e excede o tipo de intervenções exemplificadas por Azevedo²³⁰ como metodologia intermédia de transcrição. De resto, em momento próprio (que não este trabalho) se averiguará o acerto deste autor na atribuição a Teófilo do critério de respeito pela autenticidade tradicional.

Azevedo assegura registar fielmente “na essencia e na fôrma, na linguagem e na lettra, e até na pronunciação”²³¹ os romances recolhidos,

²²⁶ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, op. cit, pp. 118.

²²⁷ “Prefacio”, in *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, p. XX.

²²⁸ *Op. cit.*, p. XXII.

²²⁹ *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960). Edição Crítica*, I, pp. indicadas.

²³⁰ “Prefacio”, in *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, pp. XV-XVIII.

²³¹ *Op. cit.*, p. XV.

mantendo-lhes os títulos com que circulam entre o povo e organizando-os por géneros e espécies designados segundo denominação popular. De facto, na carta que acompanha as duas primeiras folhas do seu *Romanceiro*, já havia anunciado a Braga

“neste plano, classificação e denominações especiaes
cingi-me escrupulosamente quanto possível, ás
indicações da poetica intuitiva e á phrase do povo”²³²

preferindo-as a categorias baseadas em “cyclos” ou em critérios genéticos. Verifica-se, porém, através das suas notas manuscritas no volume do *Romanceiro* da Madeira referidas por A. do Prado Coelho²³³ e compulsadas por Cristina Carinhas²³⁴, que alguma reflexão dedicou ao modelo de classificação, o qual foi aplaudido por Teófilo²³⁵.

Sintonizados encontram-se os três autores portugueses na atribuição da precedência dos romances relativamente à poesia provençal, e seu posterior desprestígio na corte com o correspondente refúgio entre as “camadas da população inferior”. Mas na tentativa de Azevedo explicar a introdução e sobrevivência dos romances no Arquipélago, é compreensível que se reflecta alguma luz do estudo prefaciador dos elogiados *Cantos* de 1869, sobretudo, a tese do isolamento como um factor de preservação tradicional defendida por Teófilo²³⁶. Porém, à incomunicabilidade com o exterior, à qual se referia o

²³² *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 113.

²³³ “Teófilo Braga e Álvaro Rodrigues de Azevedo, perante o *Romanceiro* do Arquipélago da Madeira”, in *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, pp 151-152.

²³⁴ *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960)*. Edição Crítica, I, pp. 22-23.

²³⁵ “Teófilo Braga e Álvaro Rodrigues de Azevedo, perante o *Romanceiro* do Arquipélago da Madeira”, in *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, p. 151.

²³⁶ “[Q]ue até ao presente os povos dos Açores viveram quasi, por assim dizer, incommunicaveis [...] Portanto, os romances açorianos estão em um estado de pureza e originalidade”, Theophilo Braga, “Introdução”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, Porto, Typ. da Livraria Nacional, 1869, p. VII.

compilador micalense, juntava o professor do liceu do Funchal, conhecendo a morfologia madeirense, o isolamento das populações devido aos acidentes geográficos internos²³⁷. A manutenção da estrutura da sociedade medieval na Madeira contribuía, igualmente, para a persistência dos romances, cujo “assumpto e typo, originariamente, ou por assimilação, [eram] medievaes”²³⁸.

Estas composições teriam sido introduzidas logo no primeiro povoamento português, no século XV, mas a ulterior riqueza do Arquipélago atraiu colonos estrangeiros, arrastando consigo a sua própria tradição, à qual se associou, no período filipino, uma leva espanhola com “velhos romances que tanto abundam na sua patria”²³⁹.

Este facto histórico de confluência de tradições, associado ao conhecimento de colecções romancísticas estrangeiras²⁴⁰, estará na origem da sua concepção dos romances não como poesia nacional mas nacionalizada, não popular mas popularizada.

Os argumentos que a suportam, primeiro endereçados a Teófilo²⁴¹ e depois desenvolvidos no “Prefacio”²⁴², partem da constatação da presença de

²³⁷“Prefacio”, in *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, p. XI.

²³⁸*Op. cit.*, p. V.

²³⁹*Op. cit.*, p. IX.

²⁴⁰“Ha pouco adquiri os Romanceiros e Cancioneiros hispanhoes da Bibliotheca de Ribadaneyra e de Py Margal. Pasmei! O meu trabalho, de talvez tres annos, em colligir o Romanceiro do Archipelago da Madeira (exceptuadas poucas paginas) um mero farrapo, rasgado, como a nossa nacionalidade foi da grande unidade iberica. Nacional, portuguez, ali - a linguagem só; [...] E, se a puzermos de parte, e alguns outros accessorios secundarios que de si revelam elaboração secundaria, tudo o mais, assunto, intuito, personagem, lugar, tempo, tudo é anterior a Portugal, ou de fóra dele”, *Quarenta Annos de Vida litteraria*, pp. 113-115.

²⁴¹*Op. cit.*, pp. 114, 115-116 e 117.

²⁴²“Prefacio”, in *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, pp. XVIII-XXII.

certos temas romancísticos em diferentes tradições, o que se explicaria pela origem desses poemas ser anterior às nacionalidades modernas, portanto, não privativa de qualquer delas. Partem, igualmente, da convicção da impossibilidade dos romances serem, na sua génese, criação do povo, entidade cuja “ignorancia analphabeta” e “condição servil” não permitia “obras de espirito”; e do facto do “baixo-povo”, tendo absorvido essas composições, as adulterar e esquecer,

“o que denuncia não ser a tradição popular continuidade de inspiração nativa, senão viciado ecco de longiqua inspiração estranha”²⁴³.

Tinha, além disso, como contraditório considerar-se os romances, em simultâneo, nacionais e populares: historicamente, “povo” era apenas um dos três estados da nação; se se qualificavam por um dos atributos, invalidava-se o outro. A origem deste equívoco estava no erro da extensão histórica de uma concepção recente, a da fusão de todos os estados da sociedade na categoria “povo”, a qual assumia, assim, um conteúdo de “nação”.

Era, para si, inaceitável qualificar os romances multiseculares à luz de um conceito tão ulterior. Por isso, demarcou, essencialmente, a nacionalidade destas composições na sua linguagem de transmissão e o seu carácter popular na sua apropriação pelo povo - “salvo raras e secundarias excepções, que, por taes, confirmam a regra”²⁴⁴.

A. do Prado Coelho²⁴⁵ transcreve parcialmente duas cartas de Braga a Azevedo, ambas de 1878, nas quais o seu autor revela concordância

²⁴³ *Op. cit.*, p. XIX.

²⁴⁴ *Op. cit.*, pp. XIX-XX.

²⁴⁵ “Teófilo Braga e Álvaro Rodrigues de Azevedo, perante o Romanceiro do Arquipélago da Madeira”, in *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, pp. 109, 113-114 e 129-130.

relativamente à tese das origens pré-nacionais dos romances mas defende também que o “facto nacional” se há-de exprimir através deles e mostra a complexidade dos conceitos de popular e popularizante.

Confessando a transitoriedade das construções conceptuais num período em que as permanentes novidades científicas obrigavam à sua constante reformulação²⁴⁶, Teófilo esclarece, nessa correspondência, a não contradição entre o carácter nacional do Romanceiro e o seu perfil indiciador de um “fundo” étnico e poético anterior ao “acidente histórico” da nacionalidade portuguesa.

“A poesia dos Romanceiros, colhida hoje da boca do povo, é mais francamente tradicional, e sob este aspecto novo não é nem portuguesa, nem espanhola, [e] não somos menos originais, [porque] cada povo conservou uma parte da sua herança étnica”²⁴⁷.

Desenvolve, ainda, esta teoria, aplicando-a quer aos Romanceiros quer aos Cancioneiros, estabelecendo duas faces na tradição: uma “ante-histórica” definida pelo “fundo” antropológico comum onde radicam algumas poesias populares da Europa do sul, o qual se traduz, modernamente, em “formas e frases, e às vezes versos completos comuns a Portugal, à Galiza, Provença e Itália”²⁴⁸; a outra realiza-se através de “uma consciência histórica” e exprime os

“costumes actuais, [...] os acidentes da nossa nacionalidade [...] as tradições étnicas a que se prende, [...] os cantos individuais, tornados anónimos na *popularidade*”²⁴⁹.

²⁴⁶*Op. cit.*, p. 111.

²⁴⁷*Op. cit.*, p. 109.

²⁴⁸*Ibidem*.

²⁴⁹*Op. cit.*, p. 129-130.

Sobre a segunda questão, embora admita o carácter dúbio da designação poesia popular, por incluir a tradicional e a vulgarizada assim como as composições formadas

“quer como *abreviação* na forma oral, quer como *desenvolvimento literário* por escritores que comunicam com o povo e se inspiram nesse meio”²⁵⁰,

indica-lhe a distinção wolfiana entre popular e tradicional e o seu valor operativo no estudo da poesia primitiva.

Não obstante, estas indicações e a provável leitura das obras de Braga posteriores aos *Cantos*, Azevedo manter-se-à nas suas convicções, não “para doutrinar como mestre, senão no intuito de discutir para ser esclarecido”²⁵¹. Malogradamente, nem as “Notas” à obra de 1880 são conhecidas nem a segunda edição do seu *Romanceiro*, com as respectivas anotações, se concretizou. E torna-se, assim, impossível avaliar a evolução do pensamento do colector para além destas formulações.

1.4. A singularidade de Teixeira Soares de Sousa nos meados do século XIX

A correspondência do investigador jorgense dirigida a Braga, publicada na *Mocidade* e nos *Quarenta Annos* e conservada no Espólio do autor micaelense é um *corpus* de relevância invulgar para o conhecimento do seu espírito crítico e da sua actividade de prospecção de romances. De tal forma,

²⁵⁰ *Op. cit.*, p. 114.

²⁵¹ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 115.

que assume carácter de referência na evolução dos estudos romancísticos em Portugal.

Assim, do mesmo modo que se considerou a carta de Garrett enviada a Duarte Lessa, um manifesto fundador dos estudos romancísticos em Portugal - nessa altura, sob a influência de um ideário romântico - este conjunto epistolográfico marca o início da investigação cada vez mais afastada de imperativos estéticos e cada vez mais preocupada com critérios científicos.

Não se trata de um conjunto de documentos anti-românticos, fazendo uma oposição aos conceitos e tratamento textual dos primeiros editores de romances. Marca, porém, uma nova forma de pesquisar a poesia tradicional, um novo entendimento sobre ela mas sem elucubrações sobre rupturas epistemológicas - até porque, como se verá, uma linha de continuidade atravessa essas páginas.

Alguns traços do seu perfil de investigador

A elaboração de um manifesto ou de uma doutrina não se adequava ao perfil do minucioso investigador jorgense, reunindo anotações, apontamentos, resultados de pesquisa. Ernesto do Canto assim descrevia a sua personalidade, postumamente, ao defrontar a tarefa de analisar um caixote de manuscritos deixados por Teixeira Soares,

“o trabalho colossal que ali está acumulado. Não ha nada feito, nada acabado, mas uma infinita variedade de materiaes para muitas obras. Era inesgotavel a paciencia d'elle em enthesourar notas, mas tambem inexcedivel a sua preguiça em as coordenar ou ainda em lhe tornar clara a significação! [...] O trabalho proprio do nosso amigo e de certo o mais valioso, era aquelle que tinha na mente, e de que deixou raras e laconicas phrazes, pelas

quaes, na maior parte dos casos se torna mui difficil adivinhar as suas idéas”²⁵².

Admitindo o conteúdo circunstancial desta opinião, devido ao manancial de notas pessoais não organizadas que Ernesto do Canto acabava de descobrir, este comentário dirigido a Braga parece retratar com alguma pertinência o perfil do autor das cartas jorgenses enviadas a Teófilo. O de um investigador exaustivo com critérios de invulgar rigor para a época mas cujo pensamento se adivinha para além dessa epistolografia. Nela, ficaram apenas registadas algumas ideias sobre a literatura tradicional e os seus géneros, os critérios de publicação e alguns planos editoriais mais sugeridos do que assumidos para sua autoria.

Outro documento significativo é constituído por alguns manuscritos inéditos que se encontram apenas à sua epistolografia, no Espólio de Braga, os quais manifestam, apesar da observação de Ernesto do Canto, algum método na organização dos materiais das suas investigações - neste caso, dos romances, quer na tradição oral, quer em fontes literárias.

Um deles inventaria o conjunto das composições não enviadas a Braga indicando, com alguns comentários, os títulos, o número de versões e a existência de “variantes”; apresenta, igualmente, uma tabela de classificação relativa ao conjunto dos poemas enviados²⁵³.

²⁵²*Op. cit.*, p. 135.

²⁵³Transcrevemos o autógrafo avulso (sem qualquer referência cronológica), usando os símbolos: / (mudança de linha), [] (ilegível), <> (acrescento na entrelinha superior) e // (mudança de página). “Parte ainda não remet/tida / Bella infanta uma linda versão com variantes miu/das. / D. Varão, 3 versoens lindas / Gerinaldo, 2 versoens com variantes / miudas. / A noiva desertora, 3 variantes / A Silvana / Aldina / Bernal françoilo, 2 variantes lindas / D. Duardos (Conde Niño) 3 ver. / Donzella que se fina d'amores, 3 ver/soens / D. Aleixo, 3 variantes / D. Helena, 2 variantes / A nau Catrineta, 4 versoens / D. Jº da Armada, 4 v. / A Condeça / D. Pedro / Lisarda / Flores / D. Maria // Joaosinho, lindo e filosofico roman/ce em que [] a pena de / exilio á da morte pintando eloquentemente as amarguras da/quelle / Flores e ventos, variante notavel / do antecedente, mas só um frag/mento por a pessoa que mo communicou estar esquecida / Sancta Cath. < na> / [] contra as prisoens / D. Duardos (Gil Vicente) / Casamento mallogrado / Conde Yanno, linda versão com / variantes

Um outro manuscrito parece ser um ensaio de ordenação e classificação do seu acervo tomando como modelo a tabela do *Romanceiro Geral* de 1867²⁵⁴. Tratar-se-à da sugestão expressa a Braga, atribuindo-a a António Pereira da Cunha, a de uma classificação semelhante à das suas colecções de 1867²⁵⁵?

O manuscrito seguinte²⁵⁶, o qual deve ter acompanhado a carta de 24

miudas / Conde d'Allem. < idem> / Claralinda, 2 versoens / Bella Aninhas 2 < v.> / D. Alberto, 5 variantes / Esta parte ainda cá está toda / [] na quasi totalidade // [] que fiz o anno passado que / só deve servir para subsidio de / variantes miudas. / Parte cuja remessa / se conclue no presente / paquete / Romances moiriscos / Xacaras e coplas de burlas / Cançoens profanas. / Rosal de namorados / Proverbial / Desta parte dou agora por con/cluida a remessa, podendo V. Ex. / se a distribuição das materias e / divisão da obra o permittirem / enviala para a imprensa se V. / bem quiser”.

²⁵⁴Mantendo os símbolos anteriores, transcrevemos: “Romances comm. aos povos do meio dia / da Europa / 1. Rom.<da> Bella infanta / 2 R. <de> Dom varão / 3 R. <de> Gerinaldo / 4 R. <da> Noiva desertora / 5 R. <da> Filha do rei de França / 6 R. <do> Caçador e da donzilha / Romances de suposta origem ori/gem portuguesa / 1 Rom. <da> Sylvana / 2 Aldina / 3 Rom. <de> D. Pedro françoilo / 4 R <de> D. Duarte (Conde Niño) / 5 R. <da> Promeça de noivado / 6 R. <de> D. Aleixo / 7 D. Aleixo / 8 as tres irmanas / 9 Rom. <de> D. Helena // 10 Rom. <da> Náu Catrineta / 11 A Nau Catrineta / 12 [] / 13 Rm. <de> D. Jº da Armada / 14 R. da Condeça / 15 R. de D. Pedro menino / 16 R. de Lisarda / 17 R. de Flora / 18 R. de Florinda / 19 R. de Joãozinho, ou do banido. / Romances que se encontram / nas collecçoens hespanholas / 1 Rom. <de> Conde Adolpho ou Yanno / 2 R. do Conde d'Alem.^a / 3 R. de Claralinda / 4 R. da Bella niña / 5 R. de D. Ignez (Rico franco, Ochoa, p. 7) / 6 R. de D. Alberto (Blanca [], p. 8) / 7 [] // 8 o Cativo d'Argel / Xacaras e coplas de burlas / Lendas piedosas, cançoens sagrda/das, oraçoens e ensalmos / 1 Sancta Iria, 2 ver. / 2 S. Antonio livrando o pae da forza / 3 oração do Juizo final / 4 R. de S. Theresa (Jesus mendigo) / 5 Nascimento de [] / 6 oração do planto de N. S. / 7 R. de S. Cath.[na] / 8 [] / 9 N. S. falou a [] / 10 Estando a Virgem M.^a / 1 Dia de janeiro / 2 Bons annos // 3 Os Reis / 4 Abc do Senhor amoroso / 5 [] de N. S. / 6 oração de S. Antonio / 1 oração de S. Apollonia contra as / dores de dentes / 2 Or. contra o pesadello / 3 Or. contra os cobros / Cançoens profanas / 1 os meses do anno / 2 Abc dos amores, 3 vers. / 3 Queixas de freira / 4 vida do marinheiro / 5 Or. do soldado / 6 os 5 sentidos / Sylva de cantigas soltas (500) / Proverbial, ou collecção de / dictados”.

²⁵⁵*Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 36, reeditada in *Mocidade de Theophilo*, p. 282.

²⁵⁶ Mantendo os símbolos anteriores, transcrevemos: “Referencias a Romances e Can/çoens populares, que se encon/tram nas Decadas de Couto. / NB. Não referimos o proposi/to a que Couto faz as citaçoens; / isso nos levaria um tempo / [] de que se gastará em / lêlo nos logares citados. / Capitão Dom Paulo / [] Dec. 4ª, Livro 8º, cap. 11º / Olival, olival verde / Ibidem. / Pelos campos de Salsete / [] / [] / Dec. 6ª, Livro 5º e 10º // Gil Fernandes de Carvalho / tomou os [] a 15 de maio / Dec. 6ª, Livro 10º, cap 10º / Dom Duarte, Dom Duarte / mal cavalhesco [] probado / Parodia de Durandarte / Dec. 7ª Livro 5º, cap. 3 / Mi [] da janella /

de Outubro de 1872²⁵⁷, parece conceder alguma verdade à apreciação de Ernesto do Canto sobre a “preguiça em [...] coordenar” de Teixeira Soares. Corresponde a um apontamento oferecido a Teófilo sobre as alusões a romances e canções nas *Decadas* de Diogo do Couto. Escreve nessa data,

“mando a nota sobre as referencias do Couto á poesia pop. Não exponho o proposito das citaçoens, porque o meu am^o de certo que consultará os logares citados”²⁵⁸.

Realmente, as indicações não são muito completas mas não se relegue a natureza deste tipo de escrito (uma anotação de uma consulta não definitiva que não pretendia invalidar o manuseamento directo da fonte por parte de Teófilo, como o autor confessa), e não se queira fazer uma avaliação segundo outra funcionalidade.

Algumas linhas de continuidade conceptual numa abordagem de maior rigor

O conceito de corrupção textual e a legitimidade da sua correcção -

Ao longo das suas folhas epistolares, observam-se aspectos que indiciam a continuidade de um pensamento cuja referência, em Portugal, é Garrett. O

Zamora como se hacia / Parodia / Dec. 7^a, Livro 9^o, cap. 17^o / Entram os Gregos em Troya / tres a tres, quatro a quatro / Dec. 8^a, cap. 32^o // Sobre poesia popular nos / povos do oriente, cantando em / romances os feitos dos seus heroes, / vejase o que diz o mm. Couto / a proposito [] / morto em Diu. e [] á cerca de Antonio / Galvão no seu governo das / ilhas Molucas. / A proposito das lendas de / elrei Arthur e de Dom Se/bastião deve considerarse / o que diz o mm. autor so/bre as crenças dos povos do orien/te com relação a Sultão [] / Dec. 5^a, Livro 1^o, cap. 11^o; / e com relação a [], Dec. / 7^a, Livro 4^o, cap. 8^o.

²⁵⁷ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 53. Já a carta enviada em 26 de Setembro de 1872, e publicada neste mesmo local, p. 51, se referia a este apontamento.

²⁵⁸ *Op. cit.*, p. 53.

conceito de corrupção textual associado aos romances tradicionais, que tem sido recorrente nas obras compulsadas, emerge, igualmente, destas páginas.

Para Soares de Sousa, o fenómeno da adulteração é correlativo à natureza “fallada” da nossa poesia popular, à sua fixação e transmissão oral. Esta especificidade permite a cada “tradicionalista” adaptar o poema ao seu “senso métrico e indole da expressão”²⁵⁹ e, portanto, submetê-lo a um processo degenerativo.

Assim sendo, há alguma legitimidade no trabalho de tratamento textual por parte do editor de romances, desde que este obedeça a alguns critérios. A fórmula “corrigir a tradição pela tradição”²⁶⁰, expressa por várias vezes, define a intervenção admitida e mostra que, apesar de tudo, as fronteiras deste procedimento não se definem num espectro muito permissivo e muito menos se submete a um critério estético.

Acresce a este estabelecimento de limites a distinção entre o aperfeiçoamento interno e externo dos romances. Embora não clarifique o âmbito desta dupla face, considera que os romances açorianos estão, no plano interno, num estado ainda genuíno, e por isso não se justifica qualquer intervenção, mas aceita que ao nível externo, eles careçam da correcção filológica e poética de Braga²⁶¹.

Esta definição de requisitos traduz uma crescente observância da tradição, não por imperativos teóricos, embora não os ignore, mas devida a uma notável intuição tradicional e espírito criterioso. Não reconhece à teoria de Grimm ou à opinião de Teófilo sobre o respeito pelas formas poéticas

²⁵⁹ *Op. cit.*, p. 40, reeditada in *Mocidade de Theophilo*, p. 288.

²⁶⁰ *Op. cit.*, p. 32 e 40, respectivamente, reeditadas in *op. cit.*, p. 275 e 288, respectivamente.

²⁶¹ *Op. cit.*, p. 40, reeditada in *op. cit.*, pp. 288-289.

recolhidas, uma pertinência absoluta no caso português, embora admita a sua adequação às tradições alemãs, por não estarem tão adulteradas quanto as nossas;

“as principaes razões estão na differença da imaginação e da lingua que vae dos povos da Iberia para os da Allemanha. Alli as tradições devem conservar-se em quasi todo o seu rigor do pensamento e formas iniciaes, cá não é isso possível”²⁶².

É a sua sensibilidade à tradição que o faz distinguir as versões enviadas a Teófilo, das que Garrett²⁶³, Veiga²⁶⁴ e Azevedo²⁶⁵ editam. As suas são mais autênticas porque desprovidas de retoques. Neste aspecto, Teixeira Soares de Sousa inverte a perspectiva garrettiana, segundo a qual o restauro tem uma funcionalidade de recuperação da genuinidade textual. Intuitivo se mostra, igualmente, na determinação dos factores de preservação das “tradições poeticas”: o isolamento geográfico, o conservadorismo social e a funcionalidade dos cantos²⁶⁶. Como se sabe, Braga fará referência, na “Introducção” de 1869, à incomunicabilidade dos Açores como uma das causas do “estado de pureza e de originalidade”²⁶⁷ dos seus romances. Curiosamente, Rodrigues de Azevedo, anos mais tarde, como se viu, há-de repor as duas primeiras causas de Soares de Sousa no contexto da tradição madeirense.

²⁶² *Ibidem*, reeditada in *op. cit.*, p. 288.

²⁶³ “Algumas variantes de trechos e mesmo de romances inteiros nos pareceram mais singelas e naturais que as lições de Garrett”, *op. cit.*, p. 30, reeditada in *op. cit.*, p. 272.

²⁶⁴ “Mas poderei dizer que são genuínos os do Algarve colleccionados pelo Estacio da Veiga? Não creio na sua authenticidade”, *op. cit.*, p. 32, reeditada in *op. cit.*, p. 277.

²⁶⁵ “Folguei com a noticia da publicação do Romanceiro da Madeira, promettido desde 1872. Oxalá, porem, que os romances causem melhor impressão do que os que o collector então publicou em uma nota das Saudades de Fructuoso. Pareceram-me exibidas depois de uma forçada elaboração do author”, *op. cit.*, p. 62.

²⁶⁶ “As povoações mais ricas de tradições poeticas são Rosaes e Beira, as mais accidentadas da ilha, e isto é devido a serem os povos d’ellas os mais apegados ás tradições e costumes de seus maiores, mas principalmente ao uzo dos serões nos seis mezes do inverno, de Outubro a Março, inclusivé”, *op. cit.*, p. 42, reeditada in *op. cit.*, p. 291.

²⁶⁷ “Introducção”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. VII.

A mesma sensibilidade estará subjacente à qualificação dos romances açorianos como pouco corrompidos, baseando-se na “rapidez que os caracteriza”²⁶⁸; refere-se, provavelmente, o colector jorgense à sua forma condensada, reduzida à essencialidade dramática, embora não o esclareça.

Mas não se releguem os seus critérios de rigor e o seu conhecimento de alguns estudos romancísticos europeus. A teoria genética de W. Scott está implícita nesta caracterização dos romances e é referida a propósito da versão de “D. Duardos”, de “Maria Victorina, mulher do sr. Silveira Soares [...] 60 e tantos annos”²⁶⁹, de Rosais, S. Jorge. Escreve Soares de Sousa que o poema surge “contrahido, como que para provar plenamente a theoria de Sir Walter Scott”²⁷⁰. Implícito está, também, o conhecimento das colecções de D. Agustín quando apelida Braga de “Duran portuguez”²⁷¹, não tanto pelo que o seu correspondente realizou mas pelos seus projectos em que Sousa deseja colaborar.

Intencionalmente, acima se transcreveu o nome e a idade da informante e a geografia da versão de “D. Duardos”, uma vez que, ao contrário do que é comum na época, são dadas referências tão concretas. De uma forma invulgar, pela mão de Teixeira Soares, a versão tem uma identificação e não a difusa enunciação popular que descrevia Garrett, entre tantos, “o dictar dos rusticos depositarios das nossas tradições populares”²⁷². Na verdade, o introdutor destes estudos em Portugal, registava, no seu manuscrito, alguns nomes e especificava a geografia mas serão necessários bastantes anos para Teixeira Soares de Sousa fazer escola, também neste aspecto.

²⁶⁸ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 40, reeditada in *op. cit.*, p. 288.

²⁶⁹ *Op. cit.*, p. 32, reeditada in *op. cit.*, p. 279.

²⁷⁰ *Ibidem*.

²⁷¹ *Op. cit.*, p. 44, reeditada in *op. cit.*, p. 294.

²⁷² “Introdução”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, p. XVII.

A valorização da versão e “variante” tradicionais contraposta à preocupação pela procura do romance genuíno através da elaboração do poema factício, levam-no a preferir o *Romanceiro* de Braga aos de Garrett.

“Uma das grandes bellezas do *Romanceiro geral* de v. está no numero de versões que offerece do mesmo romance. Garrett n'esta parte peccou, offerece uma só versão e corrompida por vezes ridiculamente de variantes minimas”²⁷³.

As formas tradicionais de um tema permitiam ao autor da *Adozinda* o restauro do romance e o respectivo conhecimento da sua - mítica - genuinidade mas para o investigador jorgense, a versão e a variante revelam-na na sua tradicionalidade.

Daí a sua exigência de prospecção exaustiva da tradição²⁷⁴ a fim de conhecer os seus temas romancísticos e um número significativo das respectivas versões. Este imperativo leva-o a manifestar-se renitente à pressa que Braga mostra em publicar as composições enviadas e as suas recomendações nesse sentido assumem mesmo uma veemência pouco usual na correspondência sempre cordial, o que indicia alguma pressão por parte de Teófilo²⁷⁵, sempre ávido por editar. Esta necessidade da exploração prévia da tradição leva-o, também, a instigar Teófilo a deslocar-se aos Açores para a indagação directa da tradição novelística. “Venha o meu amigo ate aqui numas ferias, ou mm. em tempo lectivo, por que fará brincando aquillo que na verdade não ousou intentar”²⁷⁶. É particularmente significativo este convite do colector jorgense porque revela consciência não só da necessidade de exploração como da especificidade dessa investigação segundo o género de composições que se

²⁷³ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 40, reeditada in *op. cit.*, p. 289.

²⁷⁴ *Op. cit.*, p. 38, reeditada in *op. cit.*, p. 285.

²⁷⁵ *Op. cit.*, pp. 38-40, reeditada in *op. cit.*, pp. 285-286.

²⁷⁶ *Op. cit.*, p. 53.

pretende recolher. Se se sente habilitado para a prospecção do Cancioneiro e do Romanceiro, relativamente à novelística “não ous[a] intentar”.

Este mesmo espírito de rigor leva-o a não se mostrar acorde com o título pelo qual Braga quer designar a sua colecção. Sabendo que as composições enviadas têm origem jorgense, regeita qualquer responsabilidade pela denominação açoriana dessa colecção. Valha a verdade, Soares não a reprova absolutamente, ele próprio admite “que as investigações ulteriores nas mais ilhas nunca virão a fazer qualificada de ousada uma tal denominação”²⁷⁷, todavia, não deixa de fazer o reparo.

Os Cantos na perspectiva de Soares de Sousa

O primeiro propósito de Teixeira Soares ao iniciar a sua investigação não tinha uma vocação editorial própria, o perfil de um Romanceiro independente. Pretendia colaborar com Garrett, oferecer-lhe os seus materiais para integrarem as “subsequentes edições do seu Romanceiro”²⁷⁸. Interrompido este projecto pela morte do poeta, manifesta vontade em remeter a sua colecção a Teófilo, o qual “se propunha a continuar a obra do grande mestre”²⁷⁹. Lendo a carta seguinte escrita de Velas, supõe-se que Braga o informou do atraso da possibilidade da reimpressão do seu *Romanceiro Geral*, a qual integraria o acervo açoriano, porque o colector jorgense, nessa altura, envia-lhe uma proposta concreta para a publicação da sua oferta.

²⁷⁷ *Op. cit.*, p. 34, reeditada in *op. cit.*, p. 279.

²⁷⁸ *Op. cit.*, p. 29, reeditada in *op. cit.*, p. 272.

²⁷⁹ *Op. cit.*, p. 30, reeditada in *ibidem*.

“No caso de haver demora de annos para a segunda edição do seu Romanceiro, será possível publicar o d'esta ilha a titulo d'appenso a elle?”²⁸⁰

A resposta de Braga foi positiva e em Agosto de 1868 surge, pela primeira vez e pela mão de Soares de Sousa, a referência à obra não “apensa” ao *Romanceiro Geral* mas independente dele.

“Segundo os meus desejos, e pelo que colhi da anterior de v. presta-se v. a publicar em volume exclusivo o Romanceiro e Cancioneiro d'esta ilha”²⁸¹.

As suas motivações prendem-se com a abundância e riqueza das composições recolhidas, sobretudo das versões romancísticas²⁸² e com a ideia de que a edição despertaria o interesse pelos poemas tradicionais e estimularia outros colectores. Todavia, uma outra intencionalidade, de natureza romântica, é expressa, a de que a obra, fixando versões “aperfeiçoadas” pela tradição, corrigisse essa mesma tradição²⁸³. Extraíndo o conteúdo romântico deste propósito, o facto é que, na opinião de Almeida Pavão e J. Purcell, a edição posterior dos *Cantos* feita na Horta²⁸⁴ sem a introdução e notas de Braga e sem o nome deste autor,

“repopularizar[ou] o Romanceiro naquela Ilha, determinando que alguns dos seus romances, já

²⁸⁰ *Ibidem*, reeditada in *op. cit.*, p. 273.

²⁸¹ *Op. cit.*, p. 32, reeditada in *op. cit.*, p. 276.

²⁸² “Esta parte, a que eu chamarei o Romanceiro propriamente dito, é para mim o mais bello do nosso trabalho e com que mais me tenho desvellado, inquirindo sobre elle um sem numero de pessoas, pretendendo por assim dizer esgotar a tradição a esse respeito”, *op. cit.*, p. 38, reeditada in *op. cit.*, p. 285.

²⁸³ *Ibidem*, reeditada in *ibidem*.

²⁸⁴ João Teixeira Soares de Sousa, *Cantos Populares Açorianos, Cancioneiro e Romanceiro, Edição Popular*, Horta, Typ. Minerva Insulana, 1902.

decorados pelo povo, fossem muito apreciados nos serões”²⁸⁵.

Braga terá começado imediatamente a trabalhar sobre as composições enviadas dos Açores, porque, logo em Setembro desse ano de 1868, Teixeira Soares comenta favoravelmente “os títulos por v. dados ao Romanceiro e suas partes”²⁸⁶ embora o seu espírito de rigor, como se viu, o leve a não concordar com o nome de capa da obra.

Vai dando algumas sugestões para o seu Romanceiro, como a indicação de informantes²⁸⁷, a numeração dos versos dos romances²⁸⁸, a inclusão de uma nova secção, a dos Romances moiriscos²⁸⁹ mas é a António Pereira da Cunha, seu conterrâneo, que atribui algumas ideias para a organização e edição do seu acervo²⁹⁰. Contudo, uma carta-resposta inédita de Pereira da Cunha a Teófilo, conservada no seu Espólio, não faz uma confirmação dessa autoria. Escreve:

“Se o meu amigo João Teixeira falou no meu nome a V. Ex^a., foi favor da sua parte [...] O que V. Ex^a., pois, tomou como meu é só d'aquelle meu amigo, a quem V. Ex^a. deve toda a coadjuvação n'esta ilha e não a mim. Não temos mesmo por cá pessoa alguma que, além de

²⁸⁵J. de Almeida Pavão, “Prefácio” in Teófilo Braga, *Cantos Populares do Arquipélago Açoriano*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, p. XVII. Na realidade, a edição da Horta não só “reanimou” a memória colectiva na Ilha do Faial mas também noutras ilhas, nomeadamente, em S. Jorge. Esta constatação pode ser comprovada na colectânea de Manuel da Costa Fontes, *Romanceiro da Ilha de S. Jorge*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1983, dedicada à ilha natal de Teixeira Soares de Sousa, na medida em que algumas versões não passam de rememoração de textos divulgados a partir dessa altura.

²⁸⁶*Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 34 e *Mocidade de Theophilo*, p. 279.

²⁸⁷*Op. cit.*, p. 43, reeditada in *op. cit.*, p. 292.

²⁸⁸*Op. cit.*, p. 42, reeditada in *op. cit.*, p. 291.

²⁸⁹*Op. cit.*, p. 36, reeditada in *op. cit.*, p. 283.

²⁹⁰*Ibidem*, reeditada in *op. cit.*, pp. 281-282.

muito gôsto por taes composições, tenha habilitações para o fazer como o meu dito amg”²⁹¹.

Em qualquer caso, e depreendendo-se que tais conselhos terão resultado de um encontro de ideias entre os dois, as quais nenhum reclama como suas, Teixeira Soares sugere-os como pertinentes.

Não é necessária uma observação muito rigorosa para encontrar em alguns deles uma raiz garrettiana. A saber. A indicação em nota da geografia das versões e a apresentação das composições com um “argumento” que desse uma ideia do seu “objecto” e de suas “bellezas poeticas e moraes” parece ter como referência os primeiros *Romanceiros* portugueses.

A sugestão de um índice analítico das ideias presentes nos romances a fim de se detectarem “os principaes traços da poesia popular” exprime, porém, preocupações de natureza menos romântica, com um conteúdo mais científico. Neste sentido se entende também, o apelo à reprodução, nos *Cantos*, do modelo de organização das colecções de Braga de 1867, como se viu; embora não o discuta, mostra a vantagem de instituir uma única classificação, a qual, aproximando romances de assunto semelhante, permitiria uma fácil identificação das composições que fossem aparecendo.

Esta obra deveria ter incluído uma introdução de Teixeira Soares. É verdade que, em Agosto de 1868, ao regozijar-se com a publicação do seu acervo, manifesta vontade em oferecer a Braga elementos desconhecidos sobre “o descobrimento e colonização” para integrarem uma “introducção historica”²⁹².

²⁹¹ Antonio Pereira da Cunha [carta] - Ribeira Seca, 20 de Abril de 1869 - 2 fols - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 803. Inédita.

²⁹² *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 32, reeditada in *op. cit.*, p. 276.

Mas, no ano seguinte, em Fevereiro²⁹³, ao referir ainda não a ter preparado, mostra implicitamente que a autoria deveria ser sua. Em Maio desse ano, já declina a intenção de a escrever com o argumento do excessivo número de páginas que o volume já contava e por isso não admitir o seu estudo necessariamente longo.

“O meu fim era mostrar a origem da povoação dos Açores e as intimas relações que desde as primeiras colonias tem sempre conservado com a mãe pátria”²⁹⁴.

Este propósito revela que, na sua perspectiva, os romances mantêm uma relação com a história e a sua vida espelha a própria história dos povos.

Teixeira Soares apreciou o resultado final dos *Cantos*. Considera-os

“um livro mui formoso [do qual] me disse o velho auctor da *Corografia açorica* e particular amigo de Garrett, que lera toda a sua introdução e commentario [...] - é um livro mais para ser apreciado lá fóra do que entre nós”²⁹⁵.

Contudo, a sua modéstia é impressionante e não os reconhece como obra sua. “Não sei que lhe diga do seu livro, senão que estou namorado d'elle”²⁹⁶. Antes da sua publicação, recusou mesmo partilhar “os interesses materiaes” decorrentes da edição, “pretendo assignar com um certo numero de exemplares, cujo valor pagarei *re vera*”²⁹⁷.

²⁹³ *Op. cit.*, p. 45, reeditada in *op. cit.*, p. 295.

²⁹⁴ *Ibidem*, reeditada in *op. cit.*, p. 296.

²⁹⁵ *Op. cit.*, p. 46, reeditada in *op. cit.*, p. 297.

²⁹⁶ *Op. cit.*, p. 45, reeditada in *op. cit.*, p. 295.

²⁹⁷ *Op. cit.*, p. 35, reeditada in *op. cit.*, p. 280.

Depois da sua publicação, manifestou algumas vezes a vontade de uma segunda reimpressão “mais para o povo”, sem a “Introdução” e “Notas”, para a qual “auxiliaria nos romances com correcção e nas cantigas com novidade”²⁹⁸. Em 1881²⁹⁹, dá indicações precisas sobre essa nova publicação à qual reconhecia a necessidade de uma “profunda reforma” da anterior. A separação do Romanceiro do Cancioneiro é uma delas, expressa ainda anteriormente à edição dos *Cantos*; a outra contém implícita a constatação das intervenções textuais de Teófilo sobre as versões que lhe enviava “V. para evitar a satisfação de variantes conglutinou algumas nas que publicou”³⁰⁰. Sugere, então, que elas sejam “restituídas” à sua forma tradicional e que se amplie o *corpus* da colecção com “novas lições”.

Soares de Sousa não verá o seu desejo realizado. A sua morte ocorre no ano seguinte, em 1 de Julho de 1882, e a reedição de 1902, embora seja uma versão “mais para o povo”, não obedece nem a uma edição crítica das composições retocadas por Teófilo nem a uma ampliação do acervo de 1869; reedita simplesmente os textos fixados por Braga.

1.5. Tendência da investigação ulterior: o interesse pela exumação e edição

A partir das décadas de setenta e, sobretudo, oitenta, após os primeiros títulos do autor micaelense e durante a sua produção, a qual se desenvolve ainda no século XX, surge uma plêiade de notáveis investigadores de

²⁹⁸ *Op. cit.*, pp. 52-53. Volta a exprimir o mesmo desejo noutra carta, *vide op. cit.* pp. 57-58.

²⁹⁹ *Op. cit.*, pp. 60 e 61-62.

³⁰⁰ *Ibidem*.

romances, em Portugal. Como afirmávamos, ao contrário de Braga, a maior parte deles não se detém em problemas de natureza teórica, consistindo os seus estudos na edição das composições que coligem ou reeditam. Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, Tomás Pires, Ataíde de Oliveira, José Augusto Tavares Teixeira e o insuperável Leite de Vasconcelos são alguns nomes desse grupo a quem se deve um considerável aumento do *corpus* português publicado³⁰¹. Carolina Michaëlis de Vasconcelos³⁰² constitui a excepção a essa tendência dominante, merecendo as suas páginas teóricas sobre o género uma atenção cujo âmbito, pela sua importância específica, ultrapassa os limites definidos para o presente.

O conjunto dos autores dos acervos, apesar de acolher personalidades de envergadura intelectual tão distinta como, por exemplo, Adolfo Coelho (filólogo, etnógrafo, pedagogo, professor do Curso Superior de Letras) e Tomás Pires (autodidacta, funcionário da Câmara de Elvas), manifesta uma uniformidade quanto à necessidade de inquirir a tradição - a qual se assume como objectivo desde 1828 - e quanto ao “espírito” que preside à sua publicação, “o do apuramento das versões”³⁰³, comum ao dos investigadores já citados.

Quer os de feição mais romântica, quer estes, por razões distintas, sentem ter legitimidade para retocar as versões antes de as darem à luz da imprensa. Os primeiros intervêm textualmente porque a composição, tal como se apresentava, assim estão convencidos,

³⁰¹Sobre a bibliografia destes autores, entre outros, vide Pere Ferré, “Fontes Impressas da Tradição Oral Moderna Portuguesa”, *Relatório para o Concurso para Professor Associado*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993, pp. 68-89.

³⁰²Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Estudos sobre o Romanceiro peninsular: Romances Velhos em Portugal”, *Cultura Española*, V, 1907, pp. 767-803, 1021-1057; IX, 1908, pp. 93-132, 435-512, 717-758; XIV, 1909, pp. 434-483, 697-732.

³⁰³Pere Ferré, “Problemas textuais do Romanceiro Português: algumas notas”, *Quaderni Portoghesi*, 11-12, Primavera-Autunno, 1982, p. 42.

“ora resultava de uma adulteração introduzia pelo *povo ignorante*, ora não passava de uma reliquia de tempos já distantes.”³⁰⁴

Os de inspiração mais positivista, partindo do princípio da autoria individual do poema tradicional, da sua criação localizada no espaço e no tempo, sentiam como imperativo a reconstrução dessa forma a partir das composições que recolhiam. Conclui Ferré:

“Lícito se tornava assim, porque «cientificamente» se procurava o arquétipo, introduzir variantes nos textos colhidos da tradição oral moderna.”³⁰⁵

Com este procedimento comum, cujos contornos variam segundo o seu autor, regista-se um significativo movimento editorial em termos de aparecimento de opúsculos, artigos dispersos pela imprensa periódica e revistas especializadas nos temas da tradição. Entre estas últimas, assumem particular destaque a *Revista Lusitana*, a *Revista do Minho* e *A Tradição*.

³⁰⁴ *Op. cit.*, p. 43.

³⁰⁵ *Op. cit.*, p. 45.

2. Aspectos da recepção às obras de Braga: vectores de evolução dos estudos romancísticos (1867-1982)

Uma outra via para a compreensão do universo em que surgem os trabalhos do erudito micaelense consiste no percurso dos textos críticos às suas publicações. É nesse sentido que, agora, se procede. Contudo, neste apartado, ultrapassou-se a barreira temporal ditada pela morte do polígrafo e prosseguiu-se até 1982 com uma dupla intencionalidade: contextualizar a leitura da obra de Braga que este trabalho apresenta e perspectivar os estudos romancísticos em Portugal.

Verifica-se que o conjunto dos escritos de recepção às suas obras sobre temas tradicionais é vasto e frequentemente apaixonado. Reúne títulos dispersos em periódicos, os quais ainda não estão inventariados na sua totalidade devido à profusão deste tipo de imprensa, e em opúsculos; consistindo, esta bibliografia passiva, na sua parte identificada, em artigos de novidades editoriais, de impressões de leitura e em estudos de diferente interesse científico ditados por concepções teóricas e ideológicas diferenciadas.

Apesar de não ser ainda possível determinar o *corpus* crítico, compulsar os textos conhecidos - em especial, os vincadamente relevantes - permite encontrar vectores de evolução desses juízos, desde as primeiras recepções aos trabalhos críticos das últimas décadas deste século, os quais descrevem uma aproximação mais criteriosa aos estudos de Braga e reflectem o próprio desenvolvimento da investigação sobre temas tradicionais. A uma perspectiva inicial de alguma indistinção epistemológica, sucede uma fase etnográfica até atingir um posicionamento claramente literário ou antropológico.

A recepção que é contemporânea ao autor constitui um documento do universo cultural português na dobragem do século e da sua repercussão além fronteiras. Mas o seu valor crítico é, na generalidade, fortemente condicionado pelos preconceitos ideológicos de configuração vária que agitavam os meios intelectuais de então e, conseqüentemente, a sua coloração é ou panegírica ou demolidora.

As décadas que se seguem à morte do escritor contribuem de modo não muito dissemelhante para a avaliação da obra e só pontualmente fornecem leituras com critérios mais objectivos e menos exaltados.

Só nos últimos anos, ao completarem mais de um século, estes estudos começam a efectivar uma reavaliação descomprometida dos trabalhos de Braga.

2.1. A crítica contemporânea ao autor

Entre os primeiros juízos valorativos que propagandeiam os feitos editoriais e a “sciencia” da doutrina, destacam-se, pela diferença, algumas apreciações tendencialmente mais críticas devidas à lucidez dos seus autores, caso de Oliveira Martins, de Antero, e à especificidade dos critérios dos que começam a acompanhar Braga na investigação das tradições, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Investigadores de Espanha, França, Inglaterra referem-se aos seus trabalhos, provando a repercussão das obras do autor açoriano numa Europa que recebia com muito interesse as contribuições para o estudo da tradição. A

torrente de reacções por parte de escritores brasileiros possibilitou, mesmo, a organização de uma antologia³⁰⁶ de textos críticos.

Em muitos deles circulam ideias de raiz semelhante, embora desenvolvidas com níveis de argúcia e discernimento diferentes. A diferença entre elas decorre do que lhes é subjacente. Da prática de recolha directa das composições tradicionais, ou da sua inexistência; do nível de fundamentação em investigações teóricas mais especializadas no campo romancístico ou da lírica ou da novelística

2.1. A crítica das fontes teóricas

Uma das linhas dominantes deste período tenta definir o enquadramento desta investigação no quadro das referências teóricas de Braga. Ao ensaiar estabelecer estas filiações, este tipo de recepção cria não só um operador de inteligibilidade como, em simultâneo, encontra matéria argumentativa para a fundamentação das apreciações.

Assim, Oliveira Martins³⁰⁷ detecta uma das explicações da falta de rigor científico da *Historia da Poesia*³⁰⁸, do *Cancioneiro*³⁰⁹ e do *Romanceiro*³¹⁰, incluindo os próprios *Cantos*, no facto de Braga recusar a herança de

³⁰⁶Fran Paxêco, *Teófilo no Brazil*, Lisboa, Caza Ventura Abrantes, 1917.

³⁰⁷J. P. de Oliveira Martins, “Theophilo Braga e o Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez”, *Revista Critica de Litteratura Moderna*, II, 1869, pp. 1-47.

³⁰⁸Theophilo Braga, *Historia da Poesia Popular Portugueza*, Porto, Typographia Lusitana, 1867.

³⁰⁹Theophilo Braga, *Cancioneiro Popular Colligido da Tradição*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

³¹⁰Theophilo Braga, *Romanceiro Geral Colligido da Tradição*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

historiadores da cepa de Herculano para se inspirar em poetas como Vico, Herder, Michelet, Quinet, entre outros.

Antero, numa série de clarividentes artigos publicados inicialmente n'*O Primeiro de Janeiro*³¹¹, se desfere críticas aos seus trabalhos de história literária por estarem enfermos da matriz etnológica de Schlegel, teoria à qual reconhece reduzida aplicação ao caso da literatura nacional, salvo em relação ao conhecimento da obra vicentina, admite que ela é útil para o conhecimento da tradição e nessa linha de pensamento alemão situa os trabalhos de Braga.

Teixeira Bastos³¹² valoriza-os ao inscrevê-los na tríade Vico - Hegel - Comte e ao reconhecê-los como confluências de um grande movimento europeu e do próprio fundador destes estudos em Portugal, Garrett.

2.1.2. A filiação garrettiana

É frequente e consensual a ideia das obras de Braga continuarem o projecto garrettiano sobre a tradição mas, algumas vezes, num efeito de valorização do “mestre” açoriano, acentuam o passo adiante que as especifica: o critério científico que sublima o esteticismo do antecessor, o método comparatista aplicado ao universo poético peninsular e europeu, o seu mais vasto arquivo não apenas romancístico.

³¹¹ Anthero de Quental, “Philosophia da Historia Litteraria em Portugal”, *O Primeiro de Janeiro*, N.ºs. 113, 114, 115, 116, 118, 119, IV Anno, 1872.

³¹² Teixeira Bastos, *Theophilo Braga e a sua Obra. Estudo complementar das modernas ideias da litteratura portugueza*, Porto, Liv. Internacional de Ernesto Chardron, Lugan & Genelioux, 1892, pp. 97-124.

Contudo, Oliveira Martins, no raciocínio coerente de quem não o considera um homem de ciência mas um poeta, subscreve cautelosamente este pretense avanço teofiliano. Comparando as opiniões dos dois autores sobre a poesia original portuguesa, apenas reconhece como nova a afirmação do vigor poético do período que antecedeu a influência provençal contra a de Garrett que constata a sua precariedade³¹³.

É verdade que a tese do seu pioneirismo na subversão epistemológica dos estudos sobre a poesia popular em Portugal, é veiculada mesmo sem ter como referência Garrett. Logo em 1865, Rodrigues de Freitas nota a propósito da *Poesia do Direito*³¹⁴ que se as obras até então apenas colecionavam os símbolos jurídicos, pelo contrário, Teófilo “tenta dar a tudo uma fôrma científica, tornando o estudo do symbolo em estudo anthropologico.”³¹⁵

Mas a referência de Garrett tutela muitos dos temas que as apreciações realçam. Do ponto de vista da avaliação das suas colecções, é unânime a opinião que as de Teófilo representam um considerável progresso quantitativo e qualitativo relativamente à do seu antecessor.

Com efeito, os seus contemporâneos contaram-lhes mais versões de um tema romancístico, mais temas; viram uma maior amplitude geográfica e leram sem qualquer desconfiança os prólogos em que o compilador garante o respeito absoluto pela poesia popular e a autenticidade textual.

³¹³“Theophilo Braga e o Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez”, *Revista Critica de Litteratura Moderna*, pp.31-32.

³¹⁴Theophilo Braga, *Poesia do Direito*, Porto, Em Casa da Viuva Morré-Editora, 1865.

³¹⁵Rodrigues de Freitas, [Sem título], *Jornal do Commercio*, Nº 3511, 12º Anno, 1865.

Menéndez Pelayo³¹⁶, Morel-Fatio³¹⁷, Leite de Vasconcelos³¹⁸, entre outros, elogiam o seu trabalho de colecção, porém, com grande lucidez em relação às consequências que daí resultam, os dois últimos autores citados advertem para o facto do compilador não ter recolhido directamente da tradição oral.

Esta colagem a Garrett, embora reconhecida por Braga numa carta a Supico³¹⁹, entre outros textos, incomodou, em certos períodos, o seu espírito e tê-lo-à confessado a seu amigo Joaquim de Araújo que lhe responde de Génova:

“diz na sua carta “Se algum dia me considerarem continuador da obra de Garrett...” A este respeito, tenho a dizer-lhe duas coisas muito curiosas. Num artigo muito violento contra o Garrett, seu, anotei eu a margem, também no meu período negativista “Theophilo Braga a bater no pai” Se quizer, mostro-lhe o livro em que tenho a nota a lapis. Em um artigo do Pinheiro Chagas lê-se: “... o sr. Th. Braga, cujos prologos não vão alem dos de Garrett”. Já o meu amigo vê, por estas citações, que desde muito ha quem o julgue o continuador de Garrett; e cito-lhe ainda a carta que lhe escrevi sobre os Doze de Inglaterra, poema que me faz lembrar da D. Branca.”³²⁰

³¹⁶Marcelino Menéndez Pelayo, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, IX, Madrid, Perlado, Páez y Cia., 1900, pp. 162-163.

³¹⁷Alfred Morel-Fatio, “Braga, **Cancioneiro e Romanceiro Geral, Cantos populares do archipelago açoriano e Floresta de varios romances**” e “Braga, **Epoetas da raça mosarabe**”, *Romania*, II, 1873, pp. 124-134 e pp. 369-370, respectivamente.

³¹⁸José Leite de Vasconcellos, “Bibliographia”, *Anuario para o Estudo das Tradições populares portuguesas*, 1º Anno, Porto, 1882, p. 70 e *Ensaio Ethnographicos*, I, Collecção Silva Vieira, Espozende, s. e., 1891, pp. 291-301.

³¹⁹“A publicação do Cancioneiro e Romanceiro geral portuguez [...] É o primeiro passo da minha ambição litteraria, que se define em continuar a obra de Garrett, e completal-a no seu pensamento.”, *Mocidade de Theophilo*, p. 257.

³²⁰Joaquim de Araújo, [carta] - Génova, s.d. - 3 fols. - ms. Espólio de Teófilo Braga, carta Nº 1907. Inédita.

É, de facto, interessante este documento porque, num estilo coloquial, sem qualquer preocupação científica, não indicando sequer as espécies bibliográficas citadas, compartilha essa ideia de filiação com outros comentadores e, implicitamente, regista duas perspectivas, a de Pinheiro Chagas que não reconhece o passo adiante de Teófilo e a sua, ao admitir as diferenças que a paternidade consente.

2.1.3. Os estudos sobre a tradição no conjunto da sua obra

A crítica esboça, com igual frequência, outro tipo de contextualização destes estudos, desta feita, em relação ao percurso intelectual do autor. Segundo um determinado ponto de vista, colocam-nos no âmago da sua evolução poética, no afastamento progressivo do lirismo subjectivo para uma poesia da Humanidade alicerçada no conhecimento do passado e da tradição.

Nesta marcha, segundo Oliveira Martins, perdeu-se um promissor poeta e não se ganhou uma verdadeira investigação histórica, uma vez que esta não procura a análise dos factos mas instrumentaliza-os para a confirmação de teses³²¹.

Noutro sentido, aponta Teixeira Bastos ao interpretar essas investigações na subordinação a motivações científicas decorrentes dos estudos do Direito e da Literatura e na origem do conhecimento dos elementos civilizacionais portugueses e sua integração na civilização europeia³²². Assim,

³²¹“Theophilo Braga e o Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez”, *Revista Critica de Litteratura Moderna*, pp. 11-12.

³²²*Theophilo Braga e a sua Obra*, pp. 89-93.

atribui-lhes, ao lado de Marques Braga³²³, Fran Paxêco³²⁴ e A. do Prado Coelho³²⁵, um forte poder de valorização e revitalização nacional até porque desfazem a visão deletéria da escola de Herculano e suas consequências depressivas.

A tese do enquadramento da tradição como propedêutica aos estudos literários é iluminada poeticamente por José Carracido com a analogia entre Braga e o geólogo que escava desde os

“fundos abysmos do planeta os mais rudimentares esbôços da vida orgânica, [a tradição mais remota] e d'elles parte para seguir o seu desenvolvimento progressivo até attingir as fórmias mais complexas [a história literária].”³²⁶

Fidelino de Figueiredo discorda desta interpretação ao ponto de recusar qualquer utilidade à compilação do *Romanceiro Geral* para a história da literatura - lembrando o texto anterior, ressalva, contudo, o caso excepcional da obra vicentina.

³²³ Marques Braga, [Sobre o *Romanceiro Geral* Portuguez], in AAVV, *Quinquagenario. 1858 a 1908, Cincoenta Annos de Actividade Mental de Theophilo Braga julgado pela critica contemporanea de tres gerações litterarias*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos & C^a, 1908, p. 433.

³²⁴ *Teófilo no Brazil*, pp. 22-29.

³²⁵ A. do Prado Coelho, *Teófilo Braga e a História da Literatura portuguesa*, Separata dos *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*, Primeira Série, Tomo VI, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, pp. 11-12, 19.

³²⁶ José Carracido, “Publicistas portugueses”, in AAVV, *Quinquagenario. 1858 a 1908, Cincoenta Annos de Actividade Mental de Theophilo Braga*, p. 390.

2.1.4. Interpretações sobre debilidades e incorrecções

A contestação a aspectos das teorias de Braga, a qual atinge ponto alto na polémica em torno da teoria “mosárabe”³²⁷ e na diatribe de Silvio Romero³²⁸, bem como os reparos ao excessivo pendor filosófico e ao método pouco rigoroso não são escamoteados pelos mais indefectíveis comentadores. Contudo, estes últimos procuram demonstrar a sua razoabilidade e usam-nos para vitimizar o intelectual incompreendido e realçar a obra.

Teixeira Bastos justifica as apontadas falhas pela grande exigência científica do autor na incessante procura do método, num exercício “que se desenvolveu á vista do publico”³²⁹, de uma forma transparente. Igual atitude é a de Fran Paxêco que relativiza os “pecadilhos” do “mestre”, comentando

“que não sobra espaço para se perder em miudêzas ao hercules que tomou por lema - “planear trabalho como

³²⁷É célebre e, ao longo do tempo, várias vezes referida, a contenda em torno desta tese. Envolveu Antero de Quental, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas (entre outros), como se pode observar pela resposta que constitui a obra Theophilo Braga, *Os Criticos da Historia da Litteratura Portuguesa. Exame das Affirmações dos Snrs. Oliveira Martins, Anthero de Quental e Pinheiro Chagas*, Porto, Imprensa Portuguesa-Editora, 1872 e pelo texto editado postumamente J. P. Oliveira Martins, *A Teoria do Mosarabismo de Teófilo Braga (Inédito)*, Coimbra, Separata da Biblos, Vol. XXVIII, 1953.

³²⁸Os textos que constituem a polémica: Sylvio Romero, *Uma Esperteza (Os Cantos e Contos populares do Brazil e o Sr. Theophilo Braga. Protesto)*, Rio de Janeiro, Typ. da Escola, 1887; *ibidem*, *Passe Recibo (Réplica a Theophilo Braga)*, Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904; *ibidem*, [carta] - Rio [de Janeiro], e de Janeiro de 1885 - 2 fols. - ms. Espólio de Teófilo Braga, carta Nº 4039. Inédita [Maria Margarida Maia Gouveia anuncia a futura publicação desta carta no seu estudo *Sobre as relações culturais entre Portugal e o Brasil nos fins do século XIX: uma carta de Fran Paxêco a Teófilo Braga*, Separata do *Arquipélago, Revista da Universidade dos Açores*, Série Ciências Humanas, Nº V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983]; Fran Paxêco, *Teófilo no Brazil*; Fran Paxêco, *O Sr. Silvio Romero e a Literatura portuguesa*; Fran Paxêco, *Cartas de Teófilo com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas “Confissões” de Camilo*, Lisboa, Portugália Editora, 1924.

³²⁹*Theophilo Braga e a sua Obra*, p. VIII.

quem ha-de viver cem anos e eze cutá-lo como quem ha-de morrer amanhã.”³³⁰

Esta qualidade, aos olhos de Paxêco, resulta em vício na perspectiva de uma plêiade composta, sobretudo, por investigadores da tradição. Coelho³³¹, Leite³³², D. Carolina³³³, Morel-Fatio³³⁴, Morley³³⁵, entre outros, reconhecem que a precipitação e o raciocínio largo prejudicaram uma obra notável como compilação de materiais: impediu a confirmação das fontes, fez com que negligenciasse importantes trabalhos e obstou à reflexão criteriosa.

Entre os principais aspectos que criticam, está a classificação dos romances. Embora Marques Braga saliente que ela decorre logicamente dos critérios antropológico, étnico e histórico³³⁶, os investigadores referidos não a subscrevem. Consideram-na, na melhor das hipóteses, provisória por não ser possível no estágio dos estudos de então, conhecer todos os romances e a respectiva origem, e colocam várias objecções à inclusão de certos romances nas categorias indicadas por Teófilo.

³³⁰Teófilo no Brazil, pp. 21-22.

³³¹Francisco Adolpho Coelho, “Notas e paralelos folclóricos: VI. Romance de D. Gato”, *Revista Lusitana*, I, Nº 4, 1887-1889, p. 325.

³³²*Ensaio Ethnographicos*, I, pp. 291-301.

³³³Carolina Michaëlis de Vasconcellos, “Resenha Bibliographica”, in *Cancioneiro da Ajuda*, II, Halle A. S., Max Niemeyer, 1904; ed. facsimilada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p. 29 e ss.; *Romances Velhos em Portugal* [locais vários].

³³⁴“Braga, **Cancioneiro e Romanceiro Geral, Cantos populares do archipelago açoriano e Floresta de varios romances**”, e “Braga, **Epopeas da raça mosarabe**”, pp. 124-134 e pp. 369-370, respectivamente.

³³⁵S. Griswold Morley, [Sobre o *Romanceiro Geral Portuguez* de Teófilo Braga], *Modern Language Notes*, XXIII, Nº 7, Novembro, 1908, pp. 227-229.

³³⁶[Sobre o *Romanceiro Geral Portuguez*], in AAVV, *Quinquagenario. 1858 a 1908, Cincoenta Annos de Actividade Mental de Theophilo Braga*, p. 429.

Morel-Fatio, reportando-se às colecções editadas na década de sessenta, rasura os pretensamente carolíngios, excepto o “Gerinaldo”, e todos os que são classificados no ciclo da Távola Redonda³³⁷. Leite contesta que o “Romance da Moura encantada” surja no no *ítem* do *Romanceiro Geral* “Romances mouriscos e contos de cativos”: diz tratar-se de uma simples analogia que remonta ao tempo de ocupação árabe da Península, não correspondendo a uma origem segura³³⁸. A génese portuguesa da “Nau Catrineta” é refutada por Adolfo Coelho, o qual, firmando-se em textos publicados além-Pirinéus, sustenta que o romance nos terá chegado através de Espanha. Indica as espécies bibliográficas e acusa Braga do desconhecimento “da litteratura dos outros paizes sobre a poesia popular”³³⁹.

Observações críticas às edições de Teófilo surgem de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, entre outros, no que concerne à indicação parcial das fontes dos textos publicados, ao vazio de referências aos colectores das composições, à indistinção entre versões romancísticas artísticas, refundidas e genuínas e à denominação bastante livre das espécies, a qual impede a sua imediata identificação³⁴⁰.

Os estudos críticos compulsados por último, mostram uma análise menos ideológica e mais específica e são eles, efectivamente, que começam a realçar a importância dos trabalhos de Braga. Nenhum duvida do valor do seu arquivo e mesmo de certas intuições. A observação das suas imperfeições

³³⁷“Braga, *Cancioneiro e Romanceiro Geral*, Cantos populares do archipelago açoriano e *Floresta de varios romances*”, p. 128.

³³⁸“Bibliographia”, *Anuario para o Estudo das Tradições populares portuguesas*, p. 70.

³³⁹“Notas e paralelos folckloricos: VI. Romance de D. Gato”, *Revista Lusitana*, p. 325, nota 2.

³⁴⁰Vide referência “Braga” no “Índice de Nomes e Coisas”, in *Romances Velhos em Portugal*, p. 308, onde surgem indicadas as numerosas páginas dessa obra que aludem aos trabalhos do polígrafo.

revela, antes, um progresso significativo da investigação sobre as espécies tradicionais, ao qual nem sempre o Teófilo parece ter sido sensível, e deixa antever a importância dos seus trabalhos e a necessidade do seu estudo crítico. O seu apregoador método científico, à luz destas recensões, não excede um propósito formal, um pretendo viso de diferenciação dos antecessores, um argumento de legitimação bem ao gosto do cientificismo do final de século português.

Será necessário esperar pelas últimas décadas deste século para a linha crítica de Coelho, Leite e Carolina se desenvolver³⁴¹.

2.2. A crítica entre as décadas novecentistas de 20 e 80

A recepção posterior à morte de Braga vai perdendo o carácter generalista; todavia, de algum modo prolonga e desenvolve alguns dos seus vectores, agora à luz da evolução dos estudos etnográficos e da visão mais distanciada do que caracterizou o oitocentismo. Abandona, compreensivelmente, os propósitos apologéticos da obra e do homem, salvo nas expressões de Fran Paxêco e António Ferrão, até porque o espírito político-cultural do pós 28 de Maio de 1926 não lhe era favorável³⁴². Quer o *In Memoriam*³⁴³ projectado logo em 1924 pela Comissão Teófilo Braga³⁴⁴, quer o

³⁴¹ A obra José Leite de Vasconcelos, *Etnografia Portuguesa*, I, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1933 e a de A. do Prado Coelho, *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, de algum modo a mantêm viva até surgirem os estudos mais recentes.

³⁴² Sobre a pouca simpatia do Estado Novo pelo intelectual republicano, veja-se, por exemplo, o que escreve Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem, *Teófilo Braga, Filosofia e Pensamento Político-Social*, [Tese de Doutoramento], Coimbra, Faculdade de Letras, 1988, pp.82-83.

³⁴³ AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1934.

³⁴⁴ Vide *O Seculo*, nº 15100, 28 de Fevereiro de 1924.

*Primeiro Centenário*³⁴⁵, sendo obras comemorativas incluem depoimentos com alguma distância crítica³⁴⁶.

2.2.1. A crítica das fontes teóricas

É prosseguida a linha de afectação dos seus estudos aos autores e movimentos que os precederam. Ferreira Lima apresenta-o como “garrettianista” reiterando as diferenças já estabelecidas³⁴⁷, mas Joaquim de Carvalho, Leite de Vasconcelos e Jorge Dias, cada um de modo diferente, reinterpretem a sua contextualização.

Aceitam a influência do romântico português nesses trabalhos, porém, J. de Carvalho secundariza-a em relação a Michelet, ao “espírito generalizador do historiador e do apologista de Vico e de Grimm”³⁴⁸ que profundamente inspirou a geração de Coimbra, e Leite e J. Dias situam-nos na perspectiva da evolução da história etnográfica em Portugal, na qual figura também Garrett³⁴⁹.

³⁴⁵ AAVV, *Primeiro Centenário do Nascimento do Doutor Teófilo Braga*, Ponta Delgada, Edição Comemorativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1944.

³⁴⁶ Luís Chaves, “Notas etnográficas”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, pp. 265-281 e Francisco Carreiro da Costa, “Teófilo Braga, o trabalhador e o amigo dos Açores”, in AAVV, *Primeiro Centenário do Nascimento do Doutor Teófilo Braga*, pp. 67-80.

³⁴⁷ Henrique de Campos Ferreira Lima, “Garrettianista”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, pp. 217-218.

³⁴⁸ Joaquim de Carvalho, “Teófilo Braga”, in João Gaspar Simões (Direcção, Prefácio e Notas bio-bibliográficas), *Perspectivas da Literatura portuguesa do século XIX*, Lisboa, Edições Ática, p. 25.

³⁴⁹ José Leite de Vasconcelos, *Etnografia portuguesa*, I e A. Jorge Dias, *Bosquejo histórico da Etnografia portuguesa*, Separata do Suplemento Bibliográfico da *Revista Portuguesa de Filosofia*, Vol. II, Coimbra, 1952.

2.2.2. Perspectivações dos seus estudos sobre a tradição

Recupera-se a discussão em torno do lugar destes estudos no conjunto da produção intelectual de Braga. António Ferrão³⁵⁰ inspira-se mesmo no esquema de classificação e análise bibliográfica de Teixeira Bastos³⁵¹ e ratifica o lugar que assumem nesse sistema. Porém, regista-se, a partir deste momento, uma certa viragem.

Anteriormente, esses trabalhos foram entendidos no âmbito epistemologicamente indistinto da investigação científica, histórica, filosófica, da civilização e da literatura e interpretados com uma função de algum modo subsidiária, como exercício de escavação de fontes para o conhecimento histórico, literário. Surgem, agora, considerados como investigações autónomas e específicas da recém constituída ciência etnográfica, para Leite e Dias, e da literatura, para A. do Prado Coelho.

Claro que a perspectiva etnográfica era já evidente nos *Ensaaios Ethnographicos*³⁵² mas o desenvolvimento desse conhecimento e a sua constituição científica é determinante. Também A. do Prado Coelho realçara o ponto de vista literário dos estudos tradicionais, através deles se descobriam as bases do critério estético, mas com a publicação d'*O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, estabelece esses estudos como trabalhos sobre literatura e não apenas contribuições subsidiárias para o seu estudo. Estas alterações no modo de os entender coexistem, todavia, com as

³⁵⁰ António Ferrão, *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal*, Lisboa, Separata do *Boletim de Segunda Classe*, vol. XIX, Lisboa, 1935.

³⁵¹ *Theophilo Braga e a sua Obra*.

³⁵² J. Leite de Vasconcellos, *Ensaaios Ethnographicos*, I, pp. 291-301.

contextualizações filosófica e antropológica de Cláudio Basto³⁵³ e histórica de Luís Chaves³⁵⁴.

Transita, igualmente, das primeiras recepções a constatação do viso nacionalista mas, por vezes, acende violentos comentários como o de Alfredo Pimenta que o acusa de anti-nacional por assentar na negação da Igreja e do Rei, pilares da nação³⁵⁵ - monárquica, entende-se. Entre os autores que referem o vínculo do nacionalismo à tradição, é igualmente devastadora a contestação de Castelo Branco Chaves ao fundamento poético popular da literatura nacional. Considera absurdo o pressuposto de que a expressão verdadeiramente literária tenha como paradigma e critério um conjunto de manifestações esteticamente inferiores³⁵⁶. Contra esta interpretação se insurge A. do Prado Coelho:

“Uma coisa é ter sido o primeiro, e até hoje não excedido, entre os que puseram a descoberto o que há de mais genuíno da essência da literatura nacional [...] e outra a subordinação, que o acusam de ter feito na sua **História da Literatura Portuguesa**, de toda a noção de valor literário ao plano do folclore”³⁵⁷.

Joaquim de Carvalho destaca o cerebralismo desse vínculo imposto por opções teóricas e ideológicas e cultivado longe da vivência directa do universo popular³⁵⁸, sempre através de documentos colhidos por terceiros.

³⁵³Cláudio Basto, “Teófilo Braga. II. - Como etnógrafo”, *Revista Lusitana*, XVIII, 1930, pp. 307-314.

³⁵⁴“Notas etnográficas”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, pp. 265-281.

³⁵⁵Alfredo Augusto Lopes Pimenta, *Teófilo Braga*, Separata da *Revista Gil Vicente*, Guimarães, 1943.

³⁵⁶Castelo Branco Chaves, *Teófilo Braga e o Nacionalismo*, Lisboa, Seara Nova, 1935.

³⁵⁷*O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, p. 166.

³⁵⁸“Teófilo Braga”, in João Gaspar Simões (Direcção, Prefácio e Notas bio-bibliográficas), *Perspectivas da Literatura portuguesa do século XIX*, pp.16-17.

As apreciações mais atinentes aos problemas internos da literatura tradicional retomam as considerações anteriores sem trazerem elementos que contribuam de uma forma muito nova para a reavaliação dos estudos teofilianos. Reafirmam os seus dislates, a pouca fiabilidade das teorias e interpretações, a precaução relativamente às espécies que edita e repetem as suas causas, pondo a tónica na ausência de investigação directa da oralidade popular. Rebuscam, ainda, a questão do método concretizando tentativas de classificação, como Luís Chaves, no trabalho referido³⁵⁹. Contudo, imprimem alguns estudos de referência posterior. Leite de Vasconcelos organiza as suas obras fundamentais segundo três alíneas, “poesia popular”, “contos populares” e “conjunto etnográfico” e apresenta-as considerando a mais-valia das reedições³⁶⁰. A. do Prado Coelho edita o único livro³⁶¹ quase integralmente dedicado aos estudos romancísticos de Teófilo, facto singular acompanhado pelo interesse do estudo que, apesar de aspectos ultrapassados pela actual crítica, constitui, ainda, uma referência com valor.

Esta obra sistematiza alguns dos problemas tratados por Braga, cotejando-os com as opiniões dos contemporâneos, Rodrigues de Azevedo, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Realça o comparativismo a que o autor submetia os temas e as formas tradicionais portuguesas baseando-se nas indicações bibliográficas de Braga; expõe as suas teorias genéticas e destaca as condições históricas da formação do romanceiro, acompanhando a evolução do conceito romântico da criação colectiva para o conceito positivista de invenção individual; refere os problemas da difusão e evolução das formas e dos temas, no que concerne às

³⁵⁹ Denomina-o comparativo e histórico. “Notas etnográficas”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, p. 275.

³⁶⁰ *Etnografia portuguesa*, I, pp. 259-265.

³⁶¹ *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*.

condições históricas e à importância do elemento polifónico e das medidas rítmicas; apresenta os fundamentos da originalidade dos romances portugueses e da sua antiguidade, equivalente à do romanceiro espanhol; trata o problema da classificação.

Este comparativismo entre Braga e outros investigadores é dado, também, por Jorge de Sena no seu estudo sobre a presença do tema de Inês de Castro no Romanceiro³⁶²; nele, estabelece relações de semelhança e diferença entre Teófilo, Menéndez Pelayo e Carolina Michaëlis de Vasconcelos³⁶³.

2.3. *A crítica mais recente*

A partir da década de 80, os estudos críticos trazem uma visão mais desapaixorada quer na vertente histórico-cultural de pendor filosófico³⁶⁴ ou

³⁶² Esta investigação faz parte de um trabalho mais vasto sobre o tema de Inês de Castro na literatura portuguesa; vide Jorge de Sena, “Inês de Castro, ou a literatura portuguesa desde Fernão Lopes a Camões, e história político-social de D. Afonso IV a D. Sebastião, e compreendendo especialmente a análise estrutural da Castro de Ferreira e do episódio camoniano de Inês”, in *Estudos de História e de Cultura*, I, Lisboa, Ed. da Revista Ocidente, 1967, pp. 123-618.

³⁶³ *Op. cit.*, pp. 131, 135.

³⁶⁴ Cf., por exemplo, Amadeu José de Figueiredo Carvalho Homem, *Teófilo Braga, Filosofia e Pensamento Político-Social*.

antropológico³⁶⁵ ou literário³⁶⁶, quer numa linha mais textual³⁶⁷. À distância de mais de um século do início da recepção, abandonam a frequente postura afirmativa ou contestatária dos seus antecessores para destacarem a funcionalidade das teses, o seu cariz epocal e a sua organização interna, independentemente da sua consistência científica.

2.3.1. A determinação do significado das teses

Toda a polémica despoletada pela tese “mosárabe”, depois superada pelo ligurismo, é agora substituída pela compreensão do seu papel fundador no quadro da identificação nacional, da sua operatividade na interpretação das formas literárias³⁶⁸ e da sua génese que resulta da síntese entre a filosofia da história de Hegel e a teorização de Schlegel³⁶⁹. As suas ideias romancísticas são integradas na revolução que caracterizou estes estudos na viragem do século,

³⁶⁵Cf., por exemplo, João Leal, “Em torno desta Reedição” in Teófilo Braga, *Contos Tradicionais do Povo Português*, I, 3ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, pp. 13-19 e Jorge de Freitas Branco, “A Propósito da presente Reedição” in Teófilo Braga, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 15-25.

³⁶⁶Cf., por exemplo, Pere Ferré, “Nota Prévia” in Teófilo Braga, *Romanceiro Geral Português*, pp. IX-XLV; M. Viegas Guerreiro, *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, pp. 79-83, João Palma Ferreira, “Teófilo Braga”, *Literatura Portuguesa, História e Crítica*, I, Lisboa, IN-CM, 1985, pp. 177-201.

³⁶⁷Por exemplo, José de Almeida Pavão Jr., *Aspectos do Cancioneiro Popular Açoriano*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981; Pere Ferré, “Nota Prévia” pp. IX-XLV; João David Pinto Correia, *Os Romances Carolíngios da Tradição Oral Portuguesa*, 2 Vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1993-1994; e Ana Cristina Porfírio Carinhas, *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960). Edição crítica*, II.

³⁶⁸Pere Ferré, “Nota Prévia”, pp. XII-XIII mas também, já no final da década de setenta, Eduardo Lourenço, “A Imagem Teofiliana de Camões”, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978, p. 153.

³⁶⁹Teófilo Braga, *Filosofia e Pensamento Político-Social*, pp. 54-56.

ao lado, mas de modo diferente, de Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Consiglieri Pedroso, Carolina Michaëlis de Vasconcelos³⁷⁰.

As doutrinas são dissecadas nos vectores de formação e desenvolvimento e é encontrada uma lógica feita de referências teóricas e científicas diversas que se organizam sem fissuras epistemológicas, antes, se articulam numa construção eclética de erudições, nada reprovável na época. A uma perspectiva etnogenética, é associado o evolucionismo, a mitologia comparada e o difusionismo turaniano que se encaixam e sintetizam com os postulados positivistas³⁷¹.

É verdade que alguns dos contemporâneos de Braga produziam trabalhos à luz de metodologias e influências teóricas mais avançadas e com critérios mais específicos³⁷² mas a veia romântica, o espírito de sistema e o seu próprio temperamento não lhe permitiram concretizar alguns dos propósitos científicos que, por várias vezes enuncia. No entanto, nem Per Ferré³⁷³ nem João Leal³⁷⁴ dissociam a *matriz romântica* e a *perspectiva científica* dos seus estudos, antes defendem que Teófilo harmoniza a concepção das tradições como manifestação do génio nacional e como objecto de tratamento científico - literário, no ponto de vista de um, antropológico, segundo o outro. Assim, Braga, com o suporte científico já caracterizado, ao analisar a entidade especificamente nacional, investiga-a através dos movimentos étnicos que

³⁷⁰Cf. Pere Ferré, “Autour du *Romanceiro* Portugais”, *La Recherche en Histoire du Portugal*, I, Paris, 1989, pp. 73-84.

³⁷¹João Leal, “Em Torno desta Reedição”, pp. 13-19 e Jorge de Freitas Branco, “A Propósito da Presente Reedição”, pp. 15-25.

³⁷²“Os temas solares explicava-os pelas **concepções primitivas do ano solar**, teoria que mitólogos europeus tinham defendido, mas já em decadência ao tempo em que escrevia”, *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*, p. 81.

³⁷³“Autour du *Romanceiro* Portugais”, p. 79.

³⁷⁴“Em Torno desta Reedição”, pp. 16-18.

tiveram lugar em Portugal e integra-a na própria história da Humanidade, o que constitui um traço muito particular na sua época³⁷⁵.

2.3.2. *A crítica textual*

Reconhece-se na sua obra uma das preocupações do século XIX, a colecção de materiais e a sua organização num sistema prévio, neste caso, de inspiração positivista. Mas só agora se dá continuidade ao estudo crítico do seu arquivo, encetado por Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho e Carolina Michaëlis. Pere Ferré coteja algumas versões romancísticas publicadas por Teófilo com as suas fontes - dois exemplos³⁷⁶: a) toma o “Conde Claros” editado com o título “Conde de Montealvar” e verifica as alterações introduzidas por Braga face à respectiva fonte, “D. Carlos de Montealvar”, dada à estampa por Adolfo Coelho; b) verifica que as duas versões do “Conde Preso” de Trás-os-Montes e da Beira correspondem ao desdobramento da “Justiça de Deus”, de Garrett, mediante as variantes regionais indicadas por este. Cristina Carinhas vê, igualmente, as modificações que o autor micaelense introduz nas versões insulares por si editadas³⁷⁷ e chega mesmo a afirmar que

“se tivermos em conta que Braga não editou só textos dos Açores e da Madeira, o trabalho refundidor de Teófilo ao longo das suas edições dava, com certeza, material para que se construísse um novo *Romanceiro Geral*”³⁷⁸.

³⁷⁵ *Op. cit.*, p. 17.

³⁷⁶ Exemplo a) cf. “Nota Prévia”, pp. XXXI-XXXIX. Exemplo b) consulto o dactiloscrito de uma conferência, ainda inédita, de Pere Ferré, proferida em Paris, em Maio de 1990, no seminário intitulado “Romancero Ibérico”, realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales.

³⁷⁷ *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960). Edição crítica*, I, pp. 89-97.

³⁷⁸ *Op. cit.*, p. 92.

Braga retoca mesmo as versões inicialmente dadas ao prelo por autores que são objecto dos seus acérrimos ataques por não respeitarem a autenticidade tradicional. Ferré, prosseguindo o seu cotejo, nota que o compilador as refunde sem qualquer critério definido e, muito menos, as submete a um estudo prévio à sua publicação³⁷⁹. A mesma falta de rigor textual encontra-se na edição de romances com forma literária dos séculos XVI a XVII, já que Teófilo compulsa reedições pouco fidedignas em vez de recorrer aos códices epocais³⁸⁰. Por isso, Ferré afirma em relação ao *Romanceiro Geral Portuguez* que

“sa compilation n'ait plus de valeur, pour ainsi dire, que celle que l'on peut attribuer aux collecteurs dont il s'est servi.”³⁸¹

2.3.3. Os problemas de classificação

Outros problemas são detectados a nível da classificação. Almeida Pavão refere-se à falta de unidade de critério e à consequente arbitrariedade que permite a inclusão de diversos romances em diferentes rubricas: no *Romanceiro* de 1867 e no “*Romanceiro de Aravias*”³⁸², o mesmo texto é classificado ora segundo a sua origem e tema ora segundo a sua estrutura. Embora Pavão considere que o *Romanceiro Geral Portuguez* traz alguma novidade com a organização em ciclos³⁸³, mantém a mesma crítica e aplica-a, igualmente, ao *Cancioneiro*³⁸⁴.

³⁷⁹“Autour du *Romanceiro Portugais*”, p. 78, nota 14.

³⁸⁰ “Nota Prévia”, p. XX.

³⁸¹ Cito a partir do dactiloescrito da, já aludida, conferência, inédita, de Pere Ferré, proferida em Paris, em Maio de 1990, no seminário intitulado “*Romancero Ibérique*”.

³⁸² *Cantos Populares do Archipelago Açoreano*, pp. 181-386.

³⁸³ *Aspectos do Cancioneiro Popular Açoriano*, pp. XXXII-XXXIV

³⁸⁴ *Op. cit.*, pp. 215-216.

Pere Ferré acompanha o desenvolvimento dos critérios de classificação desde 1867 a 1906-1909 e evidencia a mesma arbitrariedade, para além das contradições e dislates, mas observa, igualmente, os progressos consubstanciados no *Romanceiro Geral Portuguez* e algumas intuições acertadas³⁸⁵. Critica-a, ainda, por se basear nos modelos de Durán e Hardung em vez de, como escreverá mais tarde, Pinto Correia, seguir as pistas traçadas por Milá y Fontanals, Menéndez Pelayo, Menéndez Pidal, entre outros, que sabiamente Carolina Michaëlis observou³⁸⁶.

2.3.4. A necessidade do estudo crítico da obra

Se todos estes problemas são levantados, eles não desmerecem os trabalhos de Braga e particularmente a “até então mais ingente colectânea da tradição oral moderna”³⁸⁷, o *Romanceiro Geral Portuguez*. Todos os investigadores o reconhecem e reiteram a necessidade do seu estudo crítico sistemático. É que o crítico, para além de reunir grande parte dos materiais romancísticos que andavam dispersos em periódicos e opúsculos, inclui versões inéditas e, ao lado de muitas elucubrações fantasiosas, desenvolve raciocínios de grande lucidez, nomeadamente, o “jogo entre a persistência e a transformação”³⁸⁸ e o papel do isolamento como factor de preservação tradicional³⁸⁹.

³⁸⁵“Nota Prévia”, pp. XL-XLV.

³⁸⁶*Os Romances Carolíngios da Tradição Oral Portuguesa*, I, p. 245.

³⁸⁷Pere Ferré, “Prefácio”, in Armando Cortes-Rodrigues, *Romanceiro Popular Açoriano*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, p. 37.

³⁸⁸“Nota Prévia”, p. XII.

³⁸⁹*Op. cit.*, p. XIX.

A sua obra é vista como um marco importante, a primeira tentativa que abre o tempo dos “mestres”, e se o seu espírito de sistema prejudicou o cotejo minucioso dos textos, perguntamo-nos com Joaquim de Carvalho³⁹⁰, se teria Braga produzido a sua obra sem a inspiração desse sistema.

2.4. A crítica na epistolografia dirigida ao autor

Os escritos de recepção dados ao prelo não encerram a totalidade dos juízos expressos pelos contemporâneos de Braga. A eles se associa um conjunto epistolográfico cujo destinatário não era o anónimo público mas o autor, ao qual eram confiadas impressões de leitura das suas obras. Constitui, por isso, um significativo acervo de comentários até sobre a própria recepção que ia surgindo no espaço editorial.

É sobre ela, ou sobre a sua ausência, que Tomás Pires escreve a Braga:

“Ouço ha muito fallar n'uma certa conspiração de silencio que tem por alvo o nome do meu amigo. Eu não creio em tal conspiração. O silencio a meu ver, tem outra causa: a ignorancia. Para se poder devidamente apreciar e fallar de um livro de V. Ex^a. carece de muito saber e de muito e muito estudo - e o jornalismo portuguez não estuda nada... senão a politica.”³⁹¹

Esta é, também, a opinião de Augusto Soromenho que se refere ao mesmo

³⁹⁰“Teófilo Braga” in João Gaspar Simões (Direcção, Prefácio e Notas bibliográficas) *Perspectiva da Literatura portuguesa do século XIX*, II, p. 20

³⁹¹Antonio Thomaz Pires [carta incompleta] - s. l., s. d. - 4 fls - ms. Espólio de Teófilo Braga, carta Nº 6533. Inédita

“silêncio da imprensa e por consequencia dos escriptores sobre os seus livros [mas isso] significa apenas incapacidade de os avaliar.”³⁹²

Teófilo terá, porventura, sido alvo de alguma resistência no início dos seus trabalhos mas, como se viu, ao longo da sua vida, este silêncio foi colmatado. O facto de os dois correspondentes se referirem à imprensa periódica tem como pressuposto a especificidade da actividade editorial nas últimas décadas do século XIX, que é sobretudo jornalística, e na qual o livro tem uma notória subalternidade. Neste contexto, não surpreende que a escrita de recepção aos trabalhos de Braga surja frequentemente nos periódicos, e que muitos dos opúsculos dedicados à sua obra passem primeiro pelas folhas de jornais, e só posteriormente, resultado de um projecto antológico, sejam integrados em livros³⁹³. Sampaio Bruno comentava que tínhamos

“um mercado litterario restricto, em que por longo tempo, só mercê de listas especiaes de subscrição, pois que se não contava com o concurso anonymo do grande publico, é que os livros podiam obter ser impressos.”³⁹⁴

Daí, ser necessário “encontrar um mais prompto vehiculo de circulação”³⁹⁵, os periódicos, para a produção literária e “científica” e para os primeiros exercícios da sua recepção, fossem eles de cariz especializado ou com uma vocação mais generalista.

³⁹² *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 146 e AAVV, *Theophilo Braga perante as Gerações Escolares de 1872 a 1922*, Lisboa, Instituto Theophiliano, 1922, p. 3

³⁹³ Vide: Teixeira Bastos, *Theophilo Braga e a sua Obra*, pp. 483-503; Notas de AAVV, *Quinquagenario 1858 a 1908, Cincoenta Annos de Actividade Mental de Theophilo Braga*; Álvaro Neves, “Escritos referentes ao Dr. Teófilo Braga e sua Obra”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, pp. 474-508.

³⁹⁴ Sampaio Bruno, *A Geração Nova*, Porto, Magalhães & Moniz, Editores, [1886], p. 59.

³⁹⁵ *Ibidem*.

Sobre a forma como os estudos de Braga são recebidos por Morel-Fatio, na *Romania*, escreve-lhe indulgentemente Adolfo Coelho:

“O artigo consta principalmente d'uma comparação entre os seus trabalhos e os anteriores de Garrett, Bellermann, etc; [...] As criticas principaes baseam-se sobre o desconhecimento que o Th. tem dos trabalhos de Diez e Wolf, e em geral dos allemães; mas essa critica [...] está já respondida em grande pelo livro Trovadores galecio-portugueses. Vê-se que o Morel Fatio não conhece do Th. senão o Romanceiro e que d'este o conhecimento, se elle o tivesse, tomaria algumas d'essas criticas inuteis.”³⁹⁶

Porém, na mesma carta, corrobora as objecções que o autor do artigo coloca à classificação e expõe as suas razões,

“também eu o critico, dizendo por exemplo, que nenhum [poema] pertence positivamente ao cyclo da tav. redonda e só o do Gaifeiros, que o Theophilo põe na Tavola redonda e o do Gerinaldo pertencem ao cyclo carolingiano.”³⁹⁷

Coelho havia de referir, por outra vez, esta recensão no seu artigo “Notas e paralelos folkloricos” a fim de provar a “paixão do snr. Th. Braga pelos seus erros”³⁹⁸. Nesta carta, porém, a compreensão domina, ainda, a leitura desse texto crítico

“em tudo isso há muita severidade, mas a severidade que se tem para um homem em que se reconhece auctoridade, saber e intelligencia”³⁹⁹.

³⁹⁶ Adolfo Coelho, [carta] - Porto, 16 de Maio, [?] - 4 fols. - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 3300. Inédita.

³⁹⁷ *Ibidem*.

³⁹⁸ “Notas e paralelos folkloricos”, p. 325, nota 4.

³⁹⁹ Adolpho Coelho, [carta] - Porto, 16 de Maio, [?] - 4 fols. - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 3300. Inédita.

Noutra missiva que acompanha as folhas tipográficas da *Bibliographia Critica*⁴⁰⁰, alerta-o para um maior rigor nos seus escritos:

“Chamo-lhe a atenção sobre os nomes e as citações em que, valha a verdade o Theophilo não é muito cuidadoso.”⁴⁰¹

E Carolina Michaëlis, no minucioso cotejo textual contrastante com a pouca exactidão de Braga, deixa subentendidas duas críticas ao 2º volume dos *Contos Tradicionaes*⁴⁰², as lacunas na indicação das fontes e as refundições dos textos. Pergunta qual a edição de Trancoso que serviu de fonte aos contos identificados com os nºs 151 e 169 e se lhes introduziu algumas alterações.

“Estou em duvida porque um dos contos que examinei detidamente (o de Griselia) diverge notavelmente das edições que tive ensejo de consultar”⁴⁰³.

Contra as intervenções textuais apela Leite de Vasconcelos ao sugerir-lhe um artigo para a sua revista sobre as tradições⁴⁰⁴,

“alguma cousa de uma collecção que o amigo uma vez me ahi mostrou em sua casa sobre poesia popular açoreana; será mesmo bom conservar todas as

⁴⁰⁰ *Revista de Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, I, (1873-1875), 1875.

⁴⁰¹ Adolfo Coelho, [carta] - s. l., s. d. - 2 fols; 21 cm - ms. Espólio de Teófilo Braga, TB, Nº 3316. Inédita.

⁴⁰² Theophilo Braga, *Contos Tradicionaes do Povo portuguez, com um Estudo sobre a Novellistica geral e Notas comparativas*, 2 vols., Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz -Editores, 1883; 2ª ed. ampliada, Lisboa, J. A. Rodrigues & Cª., 1914-1915. Várias reedições posteriores; a última, Lisboa, Dom Quixote, 1995-1998.

⁴⁰³ Carolina Michaëlis de Vasconcelos, [bilhete postal] - Porto, 24 de Abril de 1894 - ms. Espólio de Teófilo Braga, Nº 1426. Inédito.

⁴⁰⁴ *Annuario para o Estudo das Tradições populares portuguezas*.

particularidades de linguagem que as canções e romances tinham [...]⁴⁰⁵.

A conhecida polémica de Silvio Romero estala numa das cartas que envia a Teófilo, no início de 1885⁴⁰⁶. Nela, expõe as objecções à “Introdução” que Braga escreve para os seus *Contos Populares do Brasil*⁴⁰⁷. Acusa-o de se apropriar da divisão dos contos estabelecida por si quer no manuscrito da obra, quer nos *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*⁴⁰⁸, quer na *Historia da Litteratura Brasileira*⁴⁰⁹,

“contos de origem portuguesa, contos de origem africana, contos de origem americana, contos em que se nota accentuadas transformações recentes”⁴¹⁰.

Insurge-se contra a alteração da origem de alguns contos “que dei como indianos [e] apparecem citados no seu estudo como africanos”⁴¹¹. Recusa a inclusão dos contos tupis do *Selvagem* de Couto de Magalhães, feita sem a

⁴⁰⁵ Manuel Augusto Rodrigues, *Correspondência para Teófilo Braga*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1988, p. 140.

⁴⁰⁶ Silvio Romero, [carta] - Rio [de Janeiro], de Janeiro de 1885 - 2 fols. - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 4039. Inédita.

⁴⁰⁷ Theophilo Braga, “Sobre a Novellistica brasileira”, in Silvio Romero, *Contos Populares do Brasil*, Lisboa, Nova Livraria Internacional-Editora, 1885, pp. VII-XXXVI.

⁴⁰⁸ Silvio Romero, *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Laemert, 1988, cap. VII. Leio pela 2ª. ed., Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1877, pp. 196-233. Sobre esta obra escreve Manuel Diegues Júnior: “Datam de 1888 estes estudos reunidos em livro; contudo, sua divulgação é anterior, pois parcelarmente se divulgaram como artigos nas páginas da *Revista Brasileira*, em 1880.”, Manuel Diegues Júnior, “Introdução. O Folclorista Silvio Romero” in Silvio Romero, *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil*, 2ª. ed., p. 17. Sobre os artigos que surgem no referido periódico entre 1879 e 1881 tratando de problemas relativos ao Romanceiro, nos dedicaremos mais tarde. Privilegiamo-los em relação ao opúsculo por serem eles a fonte citada por Braga.

⁴⁰⁹ Silvio Romero, *Historia da Litteratura Brasileira*, Rio de Janeiro, Garnier, 1888.

⁴¹⁰ Silvio Romero, [carta] - Rio [de Janeiro], e de Janeiro de 1885 - 2 fols. - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 4039. Inédita.

⁴¹¹ *Ibidem*.

sua autorização ou a do autor, por não se integrarem no espírito da sua obra, que define pela edição de

“contos que das tres fontes passaram ás nossas populações actuaes e são por elas narrados, e não [...] os contos que das tres origens não passaram ao nosso povo actual”⁴¹².

Considera que esta inclusão impede um estudo comparativo rigoroso entre as duas espécies, as adoptadas e as repudiadas pelo povo, mas sendo admitida, obrigaria à contemplação das colecções de Hartt e de Barbosa Rodrigues e o seu cotejo com as

“collecções portuguezas e [...] africanas e copiar a papelada toda dos contos de taes origens e metel-os entre os contos do Brazil!...”⁴¹³

Por tudo isto, manifesta o seu desacordo e teme pelos erros e alterações que novas folhas tipográficas lhe tragam.

Outra opinião sobre o mesmo estudo de novelística brasileira, manifestam Alejandro Guichot⁴¹⁴ e Machado y Alvarez⁴¹⁵, o qual, inclusivamente, saúda as próprias colecções de *Cantos*⁴¹⁶ e de *Contos*⁴¹⁷ do

⁴¹²*Ibidem*.

⁴¹³*Ibidem*.

⁴¹⁴Alejandro Guichot, [carta] - Sevilha, 2 de Janeiro de 1889 - 1 fol. - ms. Espólio de Teófilo Braga, Nº 1719.

⁴¹⁵*Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 238 e 240.

⁴¹⁶Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brazil*, 2 vols. Lisboa, Nova Livraria Internacional-Editora, 1883.

⁴¹⁷Sylvio Romero, *Contos Populares do Brazil*, Lisboa, Nova Livraria Internacional-Editora, 1885.

Brasil por permitirem estabelecer paralelos com a literatura tradicional andaluza.

Entre este *corpus* epistológico, inúmeras cartas felicitam as edições e os trabalhos de Braga. Motiva os seus autores o interesse comparativista que advém de certas obras. Rodriguez Marín⁴¹⁸ salienta a importância dos *Cantos Populares do Archipelago Açoriano* na comprovação da correspondência dos romances portugueses com os espanhóis e Milá y Fontanals⁴¹⁹ diz ter aproveitado muito de Teófilo para o seu *Romancerillo Catalán*⁴²⁰ bem como para o artigo da *Romania* “De la Poesia Popular Gallega”⁴²¹. Mas são, igualmente, aspectos metodológicos e teóricos que lhes suscitam o apreço. Rodriguez Marín aprova

“el sistema de coordinacion hallado por U. para los refranes, y desde luego lo aceptaré y aprovecharé cuando prepare mi Refranero general español”⁴²².

e Rosendo Serra⁴²³, tendo como referência os *Contos Tradicionaes do*

⁴¹⁸F. Rodriguez Marín [carta] - Sevilha, 1 de Novembro de 1882 - 2 fols. - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 1773 e F. Rodriguez Marín [carta] - Sevilha, 9 de Novembro de 1882 - 2 fols. - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 1775. Ambas as cartas são inéditas.

⁴¹⁹Milá y Fontanals [carta] - Barcelona, 23 de Outubro de 1889 - 2 fols. - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 1712. Inédita.

⁴²⁰Manuel Milá y Fontanals, *Romancerillo Catalan: Canciones Tradicionales*, Barcelona, 1853. 2ª. ed. refundida y aum. por Manuel Milá y Fontanals, Barcelona, Librería de Álvaro Verdaguer, 1882.

⁴²¹Milá y Fontanals, “La Poesia Popular Gallega”, *Romania*, VI, 1877, pp. 47-75. In *Obras Completas de D. Manuel Milá y Fontanals. Coleccionadas por D. Marcelino Menéndez y Pelayo*, V, “Opúsculos Literarios”, 2ª Serie, 1893, pp. 363-399.

⁴²²F. Rodriguez Marín [carta] - Sevilla, 19 de Outubro de 1882 - 2 fls. - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 1774. Inédita.

⁴²³Rosendo Serra [carta] - Barcelona, 6 de Setembro de 1904 - 2 fls.; 21 cm. - ms. Espólio de Teófilo Braga, N° 5814. Inédita.

*Povo Portuguez e O Povo Portuguez*⁴²⁴, escreve:

“Fue una revelación para mí, ver reunido un cuerpo de doctrina tan nutrida, acostumbrado á ver tan solo compilaciones extensas, cual la siciliana de G. Pitré, ó monografias reducidas [... ou] Cabos sueltos de mucha importancia como en Tylor, Max Muller, Gubernatis, Luzel, Sébillot [... agora,] una Folklorelogía, eso, repito, no lo he visto sino en sus obras.”⁴²⁵

Como se sabe, são as suas construções teóricas que mais críticas levantaram mas, bem consciente delas, contrapõe, Tomás Pires:

“Serão (como alguns dizem) discutíveis algumas das doutrinas apresentadas por V. Ex^a. nesta Hist. da poesia pop.? Serão; mas ao menos representam afirmações que podem servir de estímulo e da discussão d'ellas pode surgir a luz de que tanto carecemos. Antes essas doutrinas discutíveis, do que phrases vagas, indivisas[...] Ao menos nos livros de V. Ex^a. ha opiniões bem expressas e definidas, e isto alenta-nos [...] Terão sido discutidas - e por vezes severa e cruelmente criticadas - as conclusões de V. Ex^a. ácerca dos varios e complicadissimos problemas que resultam da genese da litteratura e da historia do paiz; mas essas conclusões teem obrigado os homens de sciencia das outras nacionalidades a occupar-se de Portugal e a estudar conscienciosamente os assumptos portugueses.”⁴²⁶

Na generalidade, os comentários são de reconhecimento da

“su opinión en estas materias [...] como maestro que [...] es en la literatura popular, en cuyo campo ha hecho tan

⁴²⁴Theophilo Braga, *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, 2 Vols., Lisboa, Livraria Ferreira-Editora, 1885. 2ª. ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994.

⁴²⁵Rosendo Serra [carta] - Barcelona, 6 de Setembro de 1904 - 2 fls.; 21 cm. - ms. TB N° 5814. Inédita.

⁴²⁶Antonio Thomaz Pires [carta incompleta] - s. l., s. d. - 4 fls; 18 cm. - ms. Espólio de Teófilo Braga, TB N° 6533. Inédita.

importantísimos estudios y apreciados en cuanto valen por todos los que cultivamos tal linaje de conocimientos”⁴²⁷,

escreveu Juan Menéndez Pidal e, nesse pressuposto, é solicitado a dar informações, orientações científicas, a colaborar em publicações ou séries de conferências e a autorizar a tradução de algumas obras.

Hardung pede-lhe o envio dos *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, imprescindíveis ao seu estudo da língua e literatura portuguesas realizado já com o subsídio de outras obras de Teófilo⁴²⁸. Sousa Gonçalves e Bartolomeu Rodrigues tomam conselho relativamente à organização de um ciclo de conferências sobre a etnogenia portuguesa e suas manifestações históricas, convidando-o a participar⁴²⁹. Sigrid Hemberg requer-lhe autorização para os *Contos Tradicionaes* serem traduzidos na Suécia⁴³⁰.

2.5. O interesse de Braga pela recepção às suas obras

O autor micaelense acompanhava cuidadosamente o tecido de ideias formado em torno dos seus trabalhos, mas com uma motivação à qual não era alheia uma perspectiva egocêntrica de pessoalização de qualquer comentário. Revela, de facto, alguma incapacidade de entender uma nota discordante sem azedume pessoal. *Os Críticos da Historia da Litteratura Portuguesa* e o

⁴²⁷ Juan Menéndez Pidal [carta] - Madrid, 8 de Abril de 1886 - 2 fols; 21 cms - ms. Espólio de Teófilo Braga, TB N° 8897. Inédita.

⁴²⁸ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 208-210.

⁴²⁹ Joaquim Cardoso de Sousa e F. Bartolomeu Rodrigues [carta] - Lisboa, 22 de Maio de 1905 - 2 fols; cms - ms. Espólio de Teófilo Braga, TB N° 682. Inédita.

⁴³⁰ Sigrid Hemberg [carta] - Porto, 28 de Junho de 1901 - 2 fols; 18 cms - ms. Espólio de Teófilo Braga, TB N° 8257. Inédita.

projecto não concretizado *Balas frias* ou *Chispas da bigorna*⁴³¹ correspondem a esse perfil mas, a correspondência que envia ao longo da sua vida, regista, de uma forma dramática, a amargura e o narcisismo com que observa a recepção do seu trabalho e do seu ideário.

Não é esta a imagem dada por Fran Paxêco à diatribe de Teófilo contra Herculano. Segundo ele, esta tem “um carácter de rigor doutrinário”⁴³², embora A. do Prado Coelho, mais lúcido, aponha razões de natureza afectivo-intelectual⁴³³. O mesmo viso objectivo mostra a carta editada por Fran Paxêco⁴³⁴, na qual Braga responde ao libelo de Silvio Romero, *Uma Esperteza*. Nela, Teófilo argumenta com serenidade ao justificar as alterações que introduz nos manuscritos de Romero, concretamente, quanto à nomenclatura da classificação dos contos⁴³⁵ e à inclusão de materiais coleccionados por Couto de Magalhães⁴³⁶ e prova que, não só registou no estudo introdutório dos *Contos* a intervenção no plano de Romero, como não se apropriou da sua “teoria etnica”, até por não a subscrever⁴³⁷. Simultaneamente, acusa-o de não conhecer os temas

⁴³¹“Teófilo, entre outros projectos, alimentava o de juntar em volume as polémicas. Denominava-as - **Balas frias**. Figurariam nela as respostas a Castilho, Herculano, Camilo, Gomes Monteiro, Antero, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas, Ad. Coelho, Júlio de Vilhena, padre Manuel de Oliveira Chaves e Castro, Fernandes Costa, Sílvio Romero, Anselmo Braancamp Freire, Brito Rebêlo, Ricardo Jorge.”, *Cartas de Teófilo com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas “Confissões” de Camilo*, p. 11. Nesta mesma obra, p. 42, Braga refere-se a este projecto intitulando-o “*Chispas da bigorna*”.

⁴³² *Op. cit.*, p. 7.

⁴³³“[Teófilo] Amou Camões, Garrett, tantos outros, principalmente por isso [a simpatia pelos perseguidos]. Na guerra a Herculano, que perseguira Garrett, como perseguiu Macedo, o Visconde de Santarém, Seromenho para os inutilizar, era, por isso, implacável.” A. do Prado Coelho, “Nota preliminar”, in *Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva. Correspondência trocada entre o historiador e o bibliófilo da literatura portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. IX-X.

⁴³⁴*Cartas de Teófilo com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas “Confissões” de Camilo*, pp. 28-42.

⁴³⁵ *Op. cit.*, pp. 36-37.

⁴³⁶ *Op. cit.*, pp. 37-38.

⁴³⁷ *Op. cit.*, p. 32.

romancísticos ao apresentar, no manuscrito dos *Cantos, os romances D. Branca e Casamento malogrado* [... como] *um só*⁴³⁸, tendo sido ele a separá-los, e critica-o por não ter eliminado as numerosas repetições do conjunto das *quadras* que formam o 2º volume dessa colecção, inicialmente publicadas por Koseritz em periódicos, trabalho que também ele teve de realizar⁴³⁹.

Existem no seu Espólio de Braga, depositado na Biblioteca e Arquivo de Ponta Delgada, alguns manuscritos, inéditos, dispersos com anotações retiradas de recensões que revelam igual apreciação objectiva. É o caso do pequeno apontamento sobre o estudo de Morel-Fatio⁴⁴⁰ que regista o elogio mas, verdade se diga, também algumas das objecções e discordâncias que o crítico exprime:

“Epopêas da raça mosarabe / No n 7 da Romania (Julho de 1873) a / p. 369, discute Morel Fatio este livro / “M. Braga poursuit avec un zèle des plus / louables la grande tâche qu'il s'est imposé / celle d'écrire une histoire complète de la litte/rature de son pays.” / Rejeita a interpretação de Malato. / Não aceita a importancia da Aravia. / Recommenda que não me fie em Du Meril”⁴⁴¹.

Todavia, este não é o tom dominante das suas apreciações. Elas manifestam uma exacerbada vontade de afirmação pessoal que não admite obstáculos à sua concretização. Na carta enviada a Inocêncio F. da Silva, depois do primeiro encontro, já no continente, firma essa necessidade de evidência ao confidenciar-lhe o seu desígnio de “despontar uma idea, diante

⁴³⁸ *Op. cit.*, p. 31.

⁴³⁹ *Op. cit.*, p. 32.

⁴⁴⁰ “Braga, *Epopéas da raça mosarabe*, pp. 369-370.

⁴⁴¹ Espólio de Teófilo Braga, Caixa Nº. 20.

da qual estacassem todos os pensadores”⁴⁴². E uma nota epistolográfica de um estudante, publicada pelo *Nacional*, desmerecendo o convite feito a Braga, pela Universidade de Coimbra, para apresentar as provas de doutoramento em Direito, é motivo para o desabafo à mulher:

“A minha vontade era dar facadas em quem me anda
difficultando os passos por qualquer maneira, seja ella
uma simples palavra [...]. Hade-me chegar a minha hora
de reprezalia; então heide sacudir a canalha.”⁴⁴³

Teófilo representa-se, amiúde, como vítima da novidade do seu trabalho intelectual, o qual indis põe o pensamento dominante contra si e incomoda a incapacidade de outros⁴⁴⁴ mas, ao afirmá-lo, manifesta quase uma ponta de vaidade pelos “ultrajes da imprensa periódica”⁴⁴⁵ e pelos cometimentos de Herculano e dos “admiradores” de Garrett⁴⁴⁶. São eles que lhe vincam a diferença e o pioneirismo dos seus estudos; o queixume do isolamento a que está votado no contexto português, oposto ao reconhecimento que lhe chegava de fora, servia para corroborar a oposição entre o atraso cultural do país e a modernidade dos seus trabalhos compreendida no “estrangeiro”⁴⁴⁷.

⁴⁴²Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva. *Correspondência Trocada entre o Historiador e o Bibliófilo da Literatura Portuguesa*, p. 67.

⁴⁴³Teófilo Braga, *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite*, Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, 1994, p. 118.

⁴⁴⁴“O torpe do Antero agora n'esta occasião [no ano do Concurso do Curso Superior de Letras] é que se lembrou de atacar a *Historia da Litteratura portugueza* [refere-se às *Considerações sobre a Filosofia da Historia da Litteratura Portugueza a proposito de alguns livros recentes*, Porto, Liv. Internacional de Ernesto Chardron, 1872], talvez para favorecer-me deante do jury e provocar um feliz resultado. É um franco canalha esse miseravel, parasita, inerte, que se põe de barriga ao sol a condenar aquillo que não pode fazer.” *op. cit.*, p. 250.

⁴⁴⁵*Cartas inéditas de Teófilo Braga a Wihelm Storck conservadas na Biblioteca da Universidade de Munster*, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1936, p. 18.

⁴⁴⁶*Op. cit.*, p. 20.

⁴⁴⁷*Ibidem*.

No final da sua vida, apesar do quadro de pacificação traçado por A. do Prado Coelho⁴⁴⁸ e Álvaro Neves⁴⁴⁹, mostrava ainda inquietação perante os seus opositores e só aparentemente conseguia iludir o aspecto pessoal e passional desses combates. De acordo com o testemunho de Fran Paxêco, perguntava:

“Só me assiste razão, a mim, contra tantas e tão más vontades? É que as causas não estavam em mim. Continham-se no ódio latente de mediocridades obscuras, que se incomodavam com as minhas afirmações pelo trabalho.”⁴⁵⁰

Com o mesmo fervor, descreve a apoteose do público ao conhecer o resultado do Concurso ao Curso Superior de Letras e dá à sua vitória pessoal uma dimensão revolucionária, ao introduzir a “eschola nova” saída de 1865 no ensino oficial, contra os poderes instituídos⁴⁵¹.

“Tenho recebido felicitações de varios pontos do reino,[...] Todos sabiam as minhas ideas revolucionarias e materialistas, mas os catholicos e auctoritarios votaram em mim pela força da opinião.”⁴⁵²

⁴⁴⁸“Passava com frequência em revista, pela memória sempre viva, as suas boas relações com Inocência; e doía-lhe intensamente o mal-entendido de que proviera a quebra definitiva dessas relações.”, “Nota preliminar”, in *Teófilo Braga e Inocência Francisco da Silva. Correspondência Trocada entre o Historiador e o Bibliófilo da Literatura Portuguesa*, pp. X-XI.

⁴⁴⁹ “Teófilo falou demorada e carinhosamente, com saudade, de Inocência. Assim, expressava o seu reconhecimento por aquele escritor de nomeada, seu conselheiro na juventude literária.”, “Nota bibliográfica”, *op. cit.*, p. XIX.

⁴⁵⁰ *Cartas de Teófilo com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas “Confissões” de Camilo*, p. 13 (sublinhado nosso).

⁴⁵¹ “Não se imagina a grandeza do triumpho senão tendo visto; nota que sou desconhecido entre estas gente, e que esta manifestação da opinião publica foi devida ás prelecções e sobretudo á argumentação, que era de apear o mais pintado contendor. Em fim, esta victoria significa um progresso na opinião publica, porque a eschola nova penetra pela primeira vez no ensino official.”, *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite*, p. 253.

⁴⁵² *Op. cit.*, pp. 255-256.

E sente-se reconhecido em relação aos que o “glorificam”, que demonstram uma profunda compreensão das suas obras⁴⁵³ e chega mesmo a propor e orientar, numa manifestação de empenho pessoal pouco desinteressado, estudos sobre os seus trabalhos. A Marques Braga apresenta a ideia de publicar

“os seus artigos críticos acêrca da HISTORIA DA LITTERATURA PORTUGUESA e lhes juntar uma pequena introdução tirada da PSICOLOGIA DO POVO PORTUGUÊS. [...] Se o meu amigo conceder, em qualquer ocasião, poderei dar publicidade a êsse interessantíssimo trabalho”⁴⁵⁴

e a Fran Paxêco, visivelmente satisfeito com a manifesta pretensão de estudar a sua obra, sugere a consulta dos *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, entretanto surgido depois da forçada interrupção do trabalho de Teixeira Bastos⁴⁵⁵.

Esta mesma obra, os *Quarenta Annos*, da responsabilidade de Braga, corresponde ao interesse pessoal, várias vezes manifestado⁴⁵⁶, na publicação da sua epistolografia. Com ela, pretendia o lançamento de espécies bibliográficas que contribuíssem para a compreensão do seu trabalho mas de acordo com uma perspectiva sancionada por si. No seu Espólio, existem dois autógrafos inéditos

⁴⁵³Em quase todas as *Cartas de Teófilo Braga a Marques Braga*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931 e, por exemplo, em duas missivas a Tomás Pires, uma de Lisboa, 7 de Junho de 1902 e outra de Lisboa, 13 de Março de 1905, *Cartas de Teófilo Braga a António Tomás Pires (1883-1911)*, Coimbra, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIII, 1968, pp. 47 e 60.

⁴⁵⁴*Cartas de Teófilo Braga a Marques Braga*, p. 35.

⁴⁵⁵*Cartas de Teófilo com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas “Confissões” de Camilo*, pp. 47-48, 49 e 53.

⁴⁵⁶“Convidado pelo grande Mestre [...] a coligir a sua correspondência para a publicar”, António Ferrão, “Teófilo Braga e Joaquim de Araújo”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, p. 65.

que projectam uma edição semelhante, não concretizada. Um tem o cabeçalho “Cartas litterarias” e indica

“Gaston Paris - Dr. Gustave Grobes / Dr. Storck - Reinhardstoettner / Schaener - Foucart - Max Nordeau / 1872 a 1880”.

O outro intitula-se “Documentos Litterarios” e organiza dois grupos epistolográficos

“I / Cartas de Michelet, Littré, Gaston Paris / Amador de los Rios, Gubernatis, Storck, / Reinhardstoettner, Monaci, Pitré, / Machado y Alvarez, Maiene [?] de Valmae, / Bjorckman, Prestagge, etc / N.B. Todas estas cartas referentes a obras / e trabalhos do collector / II / Cartas de Escriptores portuguezes ?? / Jose Gomes Monteiro, José Teixeira Soares, Camillo, / Castilho, João de Deus, Anthero do Quental, / Oliveira Martins, Bulhão [?], etc, etc”.

Para além destes projectos epistolográficos, outros planos de estudo, igualmente inéditos, estão depositados no Espólio e indiciam a mesma solicitude em relação a edições sobre os seus trabalhos. É o caso de um manuscrito posterior a 1912, já que refere as *Soluções Positivas*⁴⁵⁷, no qual expõe dois planos: um, de reedição de *Theophilo Braga e a sua Obra* do seu amigo Teixeira Bastos, feita com artigos saídos n'*O Seculo* e n'*O Occidente* e outro de uma “Bibliographia systematica e chronologica das Obras de Th. Braga”:

Theophilo Braga e a sua Obra / por Teixeira Bastos/ (2ª edição actualisada) / § I A ctividade esthetica: (Desenvolve a analyse poe/tica - artigos Seculo etc. / §

⁴⁵⁷Theophilo Braga, *Soluções Positivas da Politica Portuguesa*, 2 Vols, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1912-1913.

II Actividade scientyfica: - Hist. da Litteratura e da /
Universidade de Coimbra - artigos do Seculo etc / §III
Actividade philosophica: O Occidente, sobre / a relação
da capacidade esthetica e a philosophica. / 1 vol. /

Bibliographia systematica e chro/nologica das Obras de
Th. Braga/ § I. Obras poeticas:Visão dos Tempos /
(Juisos de Anthero, Herculano, Castilho, Olivei/ra
Martins, Camillo.... (Prologos ?) / § II Historia da
Litteratura portugueza / a) Fontes tradicionaes / b)
Historia da Litt. 1ª e 2ª edição / c) Historia da
Universidade / § III Obras philosophicas a) Historia
Universal / b) Sociologia / c) Soluções positivas / Indice
chronologico e analytic / 2 vol.⁴⁵⁸

A reunião de artigos de Teixeira Bastos publicados n'O *Seculo*, é feita em *Theophilo Braga perante as Gerações Escolares de 1872 a 1922* e é acompanhada de uma carta sua, na qual manifesta o interesse de “algum dia, fazer segunda edição”⁴⁵⁹ da obra. Braga, com este projecto manuscrito, parece preparar, ele próprio, a concretização dessa ideia. Bastos seria o seu “testamenteiro literário”⁴⁶⁰, ao qual reconhece “disciplina de espirito”⁴⁶¹, mas a sua morte faz com que, ele mesmo, tome em mãos o projecto inacabado. É verdade que o confia, em 1901, a Paxêco, mas como este manuscrito não é datado, não é possível saber se é anterior ou posterior à carta enviada a Paxêco, apenas que Braga, em dado momento, pretendeu concretizá-lo.

⁴⁵⁸ Espólio de Teófilo Braga. Caixa Nº 20.

⁴⁵⁹ Em carta dirigida a Teófilo, Bastos refere-se a este projecto. Cf. AAVV, *Theophilo Braga perante as Gerações Escolares de 1872 a 1922*, p. 65.

⁴⁶⁰ *Cartas de Teófilo com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas “confissões” de Camilo*, p. 49.

⁴⁶¹ *Ibidem*.

2.6. Braga produtor de apreciações à sua obra?

Outros manuscritos compulsados, documentam intenções semelhantes mas lançam a suspeita sobre um Teófilo tentado a exercer um papel ainda mais activo na produção de algumas espécies da sua bibliografia passiva. Trata-se de uma intervenção que ultrapassa o estímulo feito aos seus colaboradores ou a concretização dos seus planos forçadamente interrompidos, mas que sugere a atribuição da autoria de textos próprios a outros.

Os autógrafos que indiciam esta suspeita, datarão de 1907, como é visível por um dos limites das “bibliografias”, e consistem em dois planos de estudo da sua obra, escritos pelo seu próprio punho e atribuídos a António Ferrão. A sua estrutura não é muito diferente da vista no plano anterior que, por sua vez, está de acordo com a de 1892, de Teixeira Bastos. Transcrevo-os⁴⁶²:

1.
Theophilo Braga e a / sua Obra/ por / Antonio Ferrão /
(Continuando a Obra de Teixeira Bastos) / Introdução:
Da Questão de Coimbra / ao Centenario de Camões. / I /
A Obra Poetica / I A Visão dos Tempos - Nova []
synthetica / II A Alma portuguesa. A critica estrangeira.
/ II / A Obra scientifica / III Historia da Poesia popular
portuguesa / IV Historia da Litteratura portugueza / V
Historia da Universidade de Coimbra / III / A Obra
philosophica e politica / I Conferencias philosophicas,
historica / politica e pedagogica. - A [] / Bibliographia
systematica desde 1890 / a 1907.

2.
Theophilo Braga e a / sua Obra/ por / Antonio Ferrão /
(Continuação do Estudo de Theophilo Braga) / I /
Actividade esthetica: (A Obra poetica) / -Nova phase da
Visão dos Tempos / -Alma Portuguesa. - A critica /
estrangeira. / II Actividade scientifica: (A Obra literaria)

⁴⁶² Espólio de Teófilo Braga. Caixa N.º. 20.

/ - Historia da Universidade de Coimbra / -historia da Litteratura portugueza / Historia da Poesia popular / III. Actividade philosophica: Conferencia sobre / Comte [] / doutrinario. - Da Eschola de Coimbra / ao Centenario de Camões / Bibliographia systematica das Obras/ de Th. Braga de 1895 a 1907.

A semelhança destes dois planos obriga a pensá-los em correspondência, todavia, algumas diferenças mostram alterações de concepção. No segundo, a especificação do sub-título não é tão restritiva como no primeiro; desaparece a “Introdução” e entende-se o respectivo assunto como “actividade philosophica”; compreende-se a “obra” no âmbito da “actividade”. A grande diferença entre eles reside na mudança da data do início da “bibliographia”; substituindo “1890” por “1895”, excluem-se várias obras entre as quais, o primeiro volume da *Historia da Universidade de Coimbra*⁴⁶³, obra que, no entanto, continua contemplada na “actividade scientifica”.

Estes planos não se concretizaram em opúsculo, embora o estudo de António Ferrão *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal* que introduz a publicação da epistolografia de Júlio de Matos a Braga, reproduza o mesmo esquema de sistematização. Nem foi encontrado no Espólio qualquer texto que, mesmo incompletamente, indiciasse a sua preparação. Contudo, não deixam de sugerir que Teófilo, através de uma dissimulação de autoria, intentasse, algumas vezes, produzir a sua própria bibliografia passiva.

De facto, já no final da sua vida, concretiza essa intenção com a *Mocidade de Theophilo*. A coberto do nome de Francisco Maria Supico é

⁴⁶³Theophilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a Instrução Publica Portugueza*, I, Lisboa, Por Ordem e na Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892.

publicado um opúsculo cuja concepção, organização de assuntos e preparação de documentos é, efectivamente, da sua lavra.

Já em 1955, Bruno Carreiro lhe atribuí a obra⁴⁶⁴ acusando-o, mesmo, de forjar documentos que no livro são dados como autênticos⁴⁶⁵. Tinha como sustentação o cotejo das cartas que Braga enviara a Supico e a sua transcrição na *Mocidade*. Os únicos excertos desta obra verdadeiramente de Supico, escreve em nota⁴⁶⁶, são os três artigos transcritos nas páginas 25 e seguintes e 132, primeiramente publicados no jornal fundado por Supico, em Ponta Delgada, *Persuasão*.

A tese da autoria de Teófilo é comprovada por manuscritos seus agora compulsados no riquíssimo Fundo da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada. Um autógrafo inédito, de apenas uma página, exhibe um plano com o título “*Mocidade de Theophilo por F. M. Supico*”. Nele são enunciados os oito *itens* que passo a transcrever e cuja sequência está muito próxima daquela com que esses assuntos figuram na *Mocidade*, como se pode ver pelo número das páginas da obra que incluo entre parêntesis rectos e a letra gorda.

I O Orfão. Artigo no jornal O/ Templo, em 1858 [pp. 60-63] / Cartas explicativas de Theophilo sobre/ sua vida domestica - Como fui[.] / - Theophilo Braga / - A Estreia na Estrella Oriental da Ribeira/ Grande [Por cima escreve] Plano [] - A [] [pp. 53-55] /II Os Poetas

⁴⁶⁴José Bruno Carreiro, *Vida de Teófilo Braga*, Coimbra, Arquipélago, 1955, pp. 20, 34.

⁴⁶⁵“Em carta com a data de 16 de Janeiro de 1865, preparada muitos anos depois para o livro *Mocidade de Teófilo* (pág. 229 e seg.), contou como nessa ocasião conheceu Herculano”, *op. cit.*, p. 51. Afirmções destas são repetidas ao longo da obra. Na p. 38, em nota, acusa-o: “[nesta] carta que Supico publicara no jornal A Persuasão, Teófilo substituiu Teologia por Filosofia. Supico reproduzira fielmente o autógrafo.” Amadeu Homem de Carvalho cita este facto no seu estudo “Teófilo na Ilha” in Teófilo Braga, *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite (1864-1909)*, pp. 15-16.

⁴⁶⁶*Vida de Teófilo Braga*, p. 14, nota.

açoreanos - Plano de / Antologia - [] [pp. 73] / [] - O quadro traçado/ por Supico no Prologo das Folhas / Verdes 1859 [pp. 74-76] / Santelmo [p. 76] / III. As Cartas de Inocencio Fran/cisco da Silva. [pp. 89, 90-115] - Leituras:/ Garção [p. 116] - Filinto [p. 117] - Diniz - Gil / Vicente [Auto de (...) p. 73] / IV - Livraria do Visconde da Praia d. Antonio Borges de Medeiros (José / BenSaude) - Chegada das Obras / de Garrett á Bibliotheca municipal / da Graça [nome do convento onde passou a funcionar o liceu e a biblioteca; pp.51, 63, 68-69, 72]- [] / V. Estado moral - Elevação do sentimento peça Musica: As / Matinas de Pe. Serrão. [pp. 84-89] / VI Resolução de embarcar para a / America. - Como o Plano / se converteu em ida para /Coimbra. - Embarque para / Lisboa no Insulano [] / [] [pp. 83, 128-131, 134-135] / - Cartas de Lisboa e Porto/e Coimbra. - Com [] / [] [cartas a Supico: de Lisboa, p. 133-136 e 219-221; do Porto, pp. 136-137, 190-193, 221-223, 226-228, 234-238, 305-308, 321-327, 330-338, 354-355; de Coimbra, pp.137-139 até 190, 229-231, 246-265] / - Descrição do Meio Coimbrão [por várias vezes, nas cartas a Supico] / - Trabalhos junto do Dr. [] / []: Dissertação do Doutoramento - Dissertação dos Concursos / - Os exames dos Lyceus. [pp. 146,162,164] -/ No Começo dos [] / VII - A Alegria moral [p. 183] - O equi/librio no [] - Diffi-/culdades e Resistencias. / - [] / 1862 (Castilho em Coimbra / [] [pp.159-162] / A []? de Castilho. / - A [] em 1863 / [] / VIII - [] 1864 / - A Questão 1865. [pp.206-207, 238 e ss.]

Deste confronto, resulta evidente a probabilidade deste manuscrito ter servido de base de elaboração de parte da obra ou, pelo menos, ter constituído um primeiro esquema de ordenação de assuntos e documentos.

Outro manuscrito com uma anotação sobre as cartas enviadas a Supico “para intercalar” e um memorando com aspectos relativos à sua infância corrobora a mesma ideia:

Cartas a Supico (para intercalar) / - As reminiscências mais remotas: 1846: [falecimento da mãe pp.41, 42-43] / As [] 1847 / A Tia Gertrudes, criada velha 1848 [será a criada referida nas pp.41 e 44?] / Sentado nas pernas do pae dando/lhe pão e carne mitigada - 1848 / - Ampli[a]ção da Casa com a [] / [] velho tio []. - 1849 [p. 45 mas situa em 1848] / -Entrada da Madrasta em casa na noite/ de seu casamento [p. 45 mas situa em 1848] / - Vinda para casa da irmã D. Maria Jose / (o corte de cabelo para ir / para o convento da Esperança [p. 47] / - Luiz acompanha o pae para a Tercei/ra, [] [pp.45 e 46] / -Concurso do Lyceu de Ponta Delgada [p. 45] / - João parte para o Brazil em 1853 [pp. 45 e 46] / -[] Miguel de Almeida ? [p. 47?] / -O Lyceu de Ponta Delgada. - Biblio/theca [p. 47] / -A ida em [] ás Capellas 18[] / - Vista de [] das Capellas / -Vem morar para []

Apesar das partes ilegíveis dos manuscritos, é possível situar na *Mocidade*, a quase totalidade dos assuntos referidos e constatar a mesma visão dolorida da sua infância e dos primeiros anos no continente, a qual é confirmada por um outro plano autógrafo de edição complementar à *Mocidade*:

O DRAMA DA VIDA / I. Cartas de Amor de / Marcello (1865 A 1872) /
II. A Maior Dor humana / [] João de / Deus (1886-87) [] /
III Na morte da Esposa / (1911) - Palavras do seu /
testamento... / (Completa o Livro de Supico / Mocidade de Theophilo⁴⁶⁷ .

Existem provas tipográficas das *Cartas de Marcelo*, no Espólio⁴⁶⁸ e na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra⁴⁶⁹, mas não foram publicadas senão em 1994⁴⁷⁰ e, de resto, essa edição é mais abrangente do que este plano

⁴⁶⁷ Espólio de Teófilo Braga. Caixa N° 14.

⁴⁶⁸ Teófilo Braga, 1843-1924. *Testemunhos de uma Vida e de uma Obra. Exposição*, Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, 1993, p. 13.

⁴⁶⁹ Almeida Pavão Jr., "Nota Introdutória" in Teófilo Braga, *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite*, pp. 11-12.

⁴⁷⁰ *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite*.

que apenas prevê a inclusão da correspondência entre 1865 e 1872. *A Maior Dor Humana* foi a única obra, desta trilogia, a ser publicada em vida de Braga⁴⁷¹.

Mediante os planos transcritos, resulta óbvia a autoria da *Mocidade de Theophilo*, apesar do que pretende fazer crer na carta enviada a Paxêco,

“[receei] que não recebesse a obra de Francisco Maria Supico. Mas felizmente, acolheu-a”⁴⁷².

Oliveira Martins, já o havia acusado de ter feito “de si proprio uma religião da qual se institu[iu] sacerdote supremo”⁴⁷³ contudo, as motivações subjacentes à dissimulação de autoria parecem mais profundas. Prendem-se com um carácter, na sua própria expressão, “avido de gloria, querendo desafiar a fama”⁴⁷⁴, e por “uma ambição sem limites de glória literária”⁴⁷⁵ mas, simultaneamente, com a iniludível “consciência da natureza despudoradamente apologética e do [...] recorte glorificador”⁴⁷⁶ do opúsculo.

De qualquer modo, todos estes manuscritos e obra são preciosos documentos. O seu interesse crítico “decorre do facto de se tratar de um depoimento psicológico verdadeiramente insubstituível”⁴⁷⁷ mas, também, de um

⁴⁷¹ AAVV, *A Maior Dor Humana* [...] dado á estampa pela amizade de Anselmo de Moraes, 1889.

⁴⁷² *Cartas de Teófilo com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas “Confissões” de Camilo*, p. 92.

⁴⁷³ J. P. de Oliveira Martins, “O snr. Theophilo Braga e um dos criticos da “Historia da Litteratura Portuguesa””, *O Primeiro de Janeiro*, Nº 177, IV Anno, 1872.

⁴⁷⁴ *Teófilo Braga e Inocência Francisco da Silva. Correspondência trocada entre o Historiador e o Bibliófilo da Literatura Portuguesa*, p. 7.

⁴⁷⁵ *Vida de Teófilo Braga*, p. 15.

⁴⁷⁶ “Teófilo na Ilha”, p. 15.

⁴⁷⁷ *Teófilo Braga, Filosofia e Pensamento Político-Social*, p. 4.

manifesto de reflexão sobre os seus próprios trabalhos, na linha da “Autobiographia mental de um pensador isolado”⁴⁷⁸.

⁴⁷⁸Theophilo Braga, “Autobiographia mental de um pensador isolado”, in *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. V-LXV.

*II. O pensamento de Teófilo Braga sobre o Romanceiro de Tradição Oral
Moderna Portuguesa*

1. Mais de cinquenta anos de edição de estudos sobre romances

Ao longo de mais de cinquenta anos, desde a “Poesia Popular”¹ de Abril de 1864, ao volume da *Historia da Litteratura* de 1916², Teófilo Braga desenvolve estudos sobre o Romanceiro quer publicando, reeditando e anotando versões, quer construindo teorias sobre o género e sua contextualização histórico-literária-antropológica. Porém, a frequência do aparecimento dos títulos não é constante ao longo desse período, notando-se, por exemplo, que a baliza final, embora datada de 1916, se pode situar dois anos antes, com a impressão de *Tristão, o Enamorado*³.

Em traços gerais, e tomando apenas em consideração o volume editorial, não a sua importância, percebe-se ser entre a segunda metade dos anos sessenta e o início da década de oitenta que surge a maior parte das obras, parcial ou integralmente, a ele dedicadas - trabalhos não especificamente literários⁴, colecções de versões já editadas e inéditas⁵, pequenos estudos e

¹ “Poesia Popular”, *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, 1865, pp. 302-307.

² *Historia da Litteratura Portuguesa, III, Os Seiscentistas*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmãos, 1916.

³ *Tristão, o Enamorado. Quadros de Conjunto do Romanceiro Popular Português*, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, s.d. Embora a edição desta obra não apresente qualquer datação, Álvaro Neves, “Doutor Teófilo Braga. Bio-bibliografia”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, p. 456, situa-a em 1914.

⁴ Destacam-se dois títulos: 1) *Poesia do Direito*, Porto, Em Casa da Viuva Moré - Editora, 1865; procurando os vestígios do primitivo Direito português, reconhece-os “em fragmentos dos velhos foraes” (p. 145) e nos próprios romances (*vide*, por exemplo, pp. 151 e 177) e defende que as “formulas d[este] antigo direito” (p. 177) têm “uma analogia profunda com o symbolismo germanico [do qual] recebemos influencia através da França”, p. 145; 2) *Historia do Direito Portuguez. Os Foraes*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1868; escreve no “Proemio” desta obra: “[a] relação entre os Foraes do seculo XIII e os romances populares actuaes estabeleceu-se no nosso espirito [...]”, sem paginação.

⁵ *Romanceiro Geral e Cantos Populares do Archipelago Açoriano*.

recensões⁶ e dissertações sobre a génese e evolução do género, as quais incluem múltiplas e dispersas referências a romances em espécies literárias portuguesas⁷.

Até ao final do século, colabora na edição de duas colecções, a de Sílvia Romero⁸ e a de Ballesteros⁹ e, para além d'*O Povo Portuguez*¹⁰, edita alguns artigos¹¹ e continua a integrar assuntos romancísticos em opúsculos de

⁶ Veja-se, por exemplo, a já citada "Poesia Popular", pp. 302-307; "A Lenda da Nau Catherineta", *Jornal do Commercio*, nº 3561, 1/Setembro/1865; a "Poesia da Historia nos Cyclos Cavalheirescos", in *A Ondina do Lago*, Porto, Typographia Commercial, 1866, pp. V-XXVII; [D. Antonio Romero Ortiz, *La Literatura Portuguesa en el siglo XIX. Estudio Literario*, Madrid, Tip. De Greg. Estrada, 1870], [A. Joly, *Benoit de Sainte-More et le Roman de Troie, ou les Metamorphoses d'Homère et l'Epopée Greco-Latine au Moyen-Age*, 2 vols., Paris, Librairie A. Franck, 1870], [Adelino Antonio das Neves e Mello (Filho), *Musicas e Canções Populares Colligidas da Tradição*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872], [D. Luis Fernandes Guerra y Orbe, *Don Juan Ruiz de Alarcon y Mendonza*, Madrid, Imprenta Rivadaneira, 1871], [Carolina Michaëlis, *Romancero del Cid*, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1871], *Revista de Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, pp. 33-38, 161-171, 204-208, 309-318, 337-341, respectivamente; "O Romance Popular de Virgilio", *Era Nova, Revista do Movimento Contemporaneo*, (1880-1881), 1881, pp. 89-90.

⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, Porto, Typographia Lusitana, 1867; *Floresta de Varios Romances*, Porto, Typ. Da Livraria Nacional, 1869; *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, Porto, Imprensa Portuguesa - Editora, 1870; "Sobre a Litteratura Portuguesa", in Dr. Frei Domingos Vieira, *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, Porto, E. Chardron e Bartholomeu H. Moraes, 1871, pp. CCIX-CCXLVIII; *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Nacional). Epopeas da Raça Mosarabe*, Porto, Imprensa Portuguesa-Editora, 1871; "Romanceiros: Epopêa Cyclica Nacional", in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa-Editora, 1872, pp. 20-39; "Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional", in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., Porto, Imprensa Portuguesa-Editora, 1881, pp. 31-59.

⁸ "Sobre a Poesia Popular do Brazil" e "Notas", in Sílvia Roméro, *Cantos Populares do Brazil*, I e II, pp. IX-XXXI e 141-230, respectivamente.

⁹ "Sobre a Poesia Popular da Galiza", in José Pérez Ballesteros, *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, I, Madrid, Librería de Ricardo Fé, 1885, pp. VII-XLV. Existe uma outra edição com a data de 1886.

¹⁰ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, 2 vols, Lisboa, Livraria Ferreira - Editora, 1885; 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994.

¹¹ Destaco: "Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores", *Revista Lusitana*, I, 1887-1889, pp. 99-116; "O Mytho de Istar em uma Lenda Popular Extremenha e Asturiana", *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, I, 1889, pp. 7-17; "Origem do Romance *Donzela que Vae à Guerra*", *Revista do Minho*, VI, Nº 11, 1890; "O Mytho Chaldeo-Babylonico dos

história literária¹².

A partir da viragem do século, reelabora uma *Historia da Poesia Popular*¹³ em dois volumes, compila grande parte do acervo português (o qual integra versões galegas, brasileiras e sefarditas do oriente), ao qual junta um monumental corpo de notas, no *Romanceiro Geral Portuguez*¹⁴, trata de alguns problemas romancísticos nos volumes da *Historia da Litteratura* de 1909¹⁵, 1914¹⁶ e 1916 e, também em 1914, edita *Tristão, o Enamorado*.

Com esta última obra, *Tristão* - de facto, a última inteiramente dedicada ao *Romanceiro* - pretende reconstruir através de uma recriação poética em três “quadros”, o tema de Tristão e Isolda recorrendo, em boa parte, a romances da tradição portuguesa. Um processo aparentemente evocador da *Adozinda* de Garrett, mas na realidade distinto. O de 1828, como se viu, constrói-se em ordem a uma assumida renovação literária; o de Braga pretende,

Amores de Istar na Tradição Occidental (Estudo sobre o Cyclo Romanesco de Juliana e Jorge)”, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, II, 1893, pp. [1]-18; “Romance do Natal (Versão da Ilha de S. Jorge)”, *Revista do Minho*, VIII, Nº 24, 1893, p. 196; “Vilancico do Natal (Versão da Ilha de S. Jorge)”, *Revista do Minho*, VIII, Nº 24, 1893, p. 198.

¹² *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, Lisboa, Nova Livraria Internacional - Editora, 1885; “Estudos Sobre as Tradições Populares Portuguezas - Historia da Litteratura Portuguesa”, in *As Modernas Ideias na Litteratura Portuguesa. Com um Estudo sobre Theophilo Braga e a sua Obra por Teixeira Bastos*, I, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora Lugan & Genelioux, Successores, 1892, pp. 326-346; “Das Fórmas Épicas”, in *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, Porto, Livraria Chardron, Casa Editora, Successores Lello & Irmão, 1896, pp. 83-100.

¹³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Origens*, 3ª ed., Lisboa, Manuel Gomes, Editor, 1902; *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, Lisboa, Manuel Gomes Editor, 1905; reedição facsimilada, Lisboa, Vega, 1987.

¹⁴ *Romanceiro Geral Portuguez*, 2ª ed., I: *Romances Heroicos, Novellescos e de Aventuras*, Lisboa, Manuel Gomes, 1906; II: *Romances de Aventuras, Historicos, Lendarios e Sacros*, *ibidem*, 1907, III: *Romances com Forma Litteraria do Seculo XV a XVIII*, Lisboa, J. A. Rodrigues & Cª, 1909. Reedição facsimilada, Lisboa, Vega, 1982-1985.

¹⁵ *Historia da Litteratura Portuguesa, I, Edade Media*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1909.

¹⁶ *Historia da Litteratura Portuguesa, II, Renascença*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1914.

com base na denominada ciência folclórica, recuperar o tema que inspirara os poetas medievais¹⁷. Resulta, em 1914, um trabalho de autor sem interesse do ponto de vista de recriação poética mas com relevância para o estudo das suas investigações em torno do Romanceiro. Assim, os conceitos que servem de premissa a esta reconstrução, expostos no texto introdutório¹⁸, justificam uma breve referência.

O exercício de reconstituição é fundamentado por Braga numa relação analógica estabelecida por si: se através das composições medievais que conservam o tema poético de Tristão é possível a aproximação reconstrutiva do poema de Chrétien de Troyes, também

“pelos romances do Folk-lore portuguez [...] completa-se todo o quadro estructural do maravilhoso poema.”¹⁹

Os dois grupos de composições, continua Braga, apenas se distinguem por, no primeiro caso, corresponderem a reelaborações individuais daquela peça perdida e no segundo resultarem da recriação anónima dos episódios mais sugestivos da obra. Ressalva, porém, que entre os romances e o poema de Chrétien de Troyes existiu, também, um acto de criação individual.

Dois aspectos sobressaem deste raciocínio, o da tese da génese individual das composições, mesmo das que são apropriadas e recitadas pelo

¹⁷ “A riqueza dos materiaes provocou já a consideração: Que fazer de tantos residuos da tradição popular? O processo do Folk-Lore realisara o trabalho dos antigos *Rhapsodos*, considerando o povo como o inconsciente Aédo; era preciso exercer o trabalho dos *Diacevast*as, apreciando essas *variantes* e constituindo os quadros isolados; e então é que o Folk-Lore se constitue em sciencia formando os *conjunctos* que nos revelam a Lenda principal, que inspirara os poetas e lhe deram fórma.”, “A Lenda de Tristão nas Epopêas de Amor na Edade Média”, in *Tristão, o Enamorado*, p. 12.

¹⁸ *Op. cit.*, pp. 7-63.

¹⁹ *Op. cit.*, p. 59.

povo, e o do reconhecimento das composições tradicionais como espécies literárias ao ponto de as submeter a uma metodologia reconstrutiva semelhante às eruditas e procurar em cada grupo de poemas, o tradicional e o erudito, resposta a interrogações levantadas por um e por outro. E em ambos, encontra a mesma matriz.

1.1. O volume editorial e a fecundidade do pensamento

Regressando ao panorama geral da obra de Braga, constata-se não existir uma correspondência entre a esboçada periodização editorial e a relevância dos trabalhos. A sua produção escrita não traz uma constante apresentação de ideias inovadoras nem sequer de novos textos, sejam eles estudos ou versões romancísticas. Com alguma frequência, e sem qualquer observação²⁰, obras *princeps* incluem, com maior ou menor fidelidade textual, artigos ou excertos de estudos previamente publicados por si.

Este aspecto, entre outros relacionados com os processos de construção da obra, pouco valorizadores do perfil do erudito, reveste-se de especial interesse por constituir um excepcional filão do pensamento de Braga. Por um lado, evidencia a persistência de alguns conceitos e pressupostos, por outro, na medida em que permite a detecção de supressões, ampliações e alterações lexicais, sintácticas, ou mesmo ao nível da organização textual, salienta visos evolutivos desse pensamento.

²⁰ Quer Teixeira Bastos na sua “Bibliographia Systematica das Obras de Theophilo Braga”, in *Theophilo Braga e a sua Obra*, pp. 427-481, quer Álvaro Neves no seu estudo “Doutor Teófilo Braga. Bio-bibliografia”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, pp. 355-508, proporcionam, embora não exaustivamente e sem um tratamento crítico, algumas informações sobre a inclusão de estudos em vários títulos.

Sem a veleidade de pretender elaborar uma crítica textual exaustiva da obra de Teófilo Braga, cotejo algumas das suas reedições. A saber.

1.2. A *Historia da Poesia Popular Portuguesa* de 1867

No âmbito editorial português, este é o primeiro trabalho de grande fôlego teórico no qual o seu autor ensaia uma sistematização e uma história da poesia “popular”, nomeadamente, do Romanceiro. É surpreendente o aparecimento deste título num período em que a investigação da tradição oral moderna era ainda bastante reduzida. A exploração dos romances resumia-se, para além de um punhado de versões dispersas, à colecção garrettiana e à do *Romanceiro Geral* que reimprime várias composições do acervo do introdutor dos estudos romancísticos em Portugal²¹, uma do primeiro colector algarvio, Estácio da Veiga, e outra já publicada por si em 1864.

Apesar do limitado conhecimento da tradição oral moderna, o erudito manuseava o monumental *Romancero General* de Don Agustín, o *Tesoro de los Romanceros* de Ochoa, alguns dos estudos que chegavam de Espanha e de além Pirinéus²², e apressadamente, pretendeu esboçar uma história da “poesia popular” portuguesa cujo interesse científico é, assim, bastante reduzido.

Uma primeira observação da obra revela, desde logo, uma estrutura pouco consistente, denunciando o que uma segunda leitura comprova. A *Historia da Poesia Popular* resulta, em boa parte, da reposição de estudos

²¹ Sobre o problema das fontes do *Romanceiro Geral* se referia Pere Ferré no estudo introdutório à reedição facsimilada do *Romanceiro Geral Portuguez*. Vide Pere Ferré, “Nota Prévia”, p. XVIII, nota 20.

²² Aludiremos às leituras e fontes de Braga à medida que formos apresentando os vários aspectos da sua obra sobre os romances.

anteriores, dispersos por periódicos e um opúsculo, que, apesar de algumas alterações, não foram submetidos a uma revisão necessária para a sua correcta coordenação num volume.

Sem qualquer advertência, Braga reúne em 1867, o já referido artigo “Poesia Popular” da *Revista Contemporanea* (nas páginas 119-128), estudos publicados no *Jornal do Commercio* em 1865²³, (páginas 31-119, 128-134 e 167-200) e recorre a fragmentos do texto introdutório d’*A Ondina do Lago*, pp. XXIV-XXV, XXV e XI-XII, ao longo das páginas 149-150, 152-153 e 156-157, respectivamente.

1.2.1. A “Poesia Popular” na Historia da Poesia Popular

Embora as duas versões do estudo sejam, no plano discursivo, muito próximas, a reposição não é absolutamente fiel. Exclui uma citação de 1864²⁴, a versão de **El labrador caritativo** (0185)²⁵ e o comentário final sobre os primeiros poetas cultores do “sentimento do povo”²⁶; amplia questões já colocadas e introduz a ideia da génese céltica da poesia popular portuguesa.

²³ “Da Litteratura de Cordel”, *Jornal do Commercio*, nº 3513, 6 /Julho /1865; “Do Cyclo Greco-Romano na Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº 3553, 23 /Agosto / 1865; “Maravilhoso da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº 3568, 9 /Setembro / 1865, *op. cit.*, nº 3577, 20 /Setembro / 1865, *op. cit.*, nº 3582, 26 / Setembro / 1865; “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº 3595, 11 / Outubro / 1865, *op. cit.*, nº 3603, 20 / Outubro / 1865, *op. cit.*, nº 3604, 21 / Outubro / 1865, *op. cit.*, nº 3616, 7 / Novembro / 1865, *op. cit.*, nº 3631, 24 / Novembro / 1865, *op. cit.*, nº 3643, 8 / Dezembro / 1865.

²⁴ “Padre assai si fia men doglia / Se tu mangi di noi, tu ne vestiti / Queste misere carni, e tu le spoglia”, “Poesia Popular”, p. 303. Trata-se, segundo anota, de um fragmento de Dante Alighieri, *Divina Comédia*.

²⁵ Braga (1865) 306-307.

²⁶ “De todos os poetas portugueses, depois de Garrett, o que tem um gosto delicado, uma intuição viva do sentimento do povo é indubitavelmente o sr. Castilho. [...] e tão mal aproveitadas na quasi totalidade.”, *op. cit.*, p. 307. Refere-se ao poeta António Feliciano de Castilho (Lisboa, 1800-1875).

A supressão da transcrição sem fonte bibliográfica não tem qualquer significado mas a exclusão da versão do romance obedece ao plano que gizou os três volumes de 1867: um tomo teórico, a presente *Historia da Poesia Popular*, e dois relativos às composições de dois géneros tradicionais, o *Cancioneiro Popular*²⁷ e o *Romanceiro Geral*. De facto, a versão de 1864 figura neste último acervo, entre as páginas 118-120.

Ao evitar as elogiosas considerações sobre a “poesia popular do sr. Castilho”, manifesta uma alteração da avaliação do trabalho poético sobre as composições tradicionais, a qual corresponde a um novo interesse pelo próprio *Romanceiro*. Abandona-o como modelo de criação literária para, tenuemente, o começar a conceber como objecto “científico”. De acordo com esta evolução, escreve Braga ao encerrar a obra:

“Quasi todos os nossos poetas modernos contrafizeram a poesia popular imitando-lhe a sua rudeza; chegaram a fazer collecções que têm o mero valor de um *pastiche* [...] mas que nada revelam do instinto que é necessario para comprehender o genio do povo”²⁸.

Por arrastamento da supressão do parágrafo final da “Poesia Popular”, desaparece a referência a Garrett. Contudo, ao contemplar a sua obra na “Bibliographia de Romanceiros e de Folhas volantes da poesia popular-jogralesca em Portugal, a contar do seculo XVI”²⁹, reitera a sua importância e estabelece a diferença entre o contributo do “primeiro entre nós que teve a intuição do belo da poesia popular”³⁰ e “os nossos poetas modernos”.

²⁷ *Cancioneiro Popular Colligido da Tradição*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

²⁸ *Historia da Poesia Popular Portugueza*, p. 210.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*.

O desenvolvimento do estudo do tema da “legenda” da hospitalidade, no qual inclui a versão de **El labrador caritativo** (0185) é feito através da referência e citação de obras e autores que permitem a constatação do mesmo tema noutras expressões não romancísticas. Algumas espécies são apenas aludidas no artigo de 1864 e agora transcritas, por exemplo, o excerto de Voragine³¹; outras figuram pela primeira vez³². Esta maior amplitude de referências será uma constante ao longo da sua obra graças ao seu acentuado pendor comparativista e a preocupação em alargar cada vez mais o *corpus* de cotejo de composições.

A diferença mais relevante entre as duas versões advém da nova frase intercalada

“[a] poesia celtica, assimilando esta legenda de todos os povos, repassou-a da sua bondade feminina.”³³

Através dela, o texto de 1864 é plenamente integrado na tese genética que perpassa toda a *Historia da Poesia*: pela nossa “indole sentimental”, pela nossa “predilecção da poesia nos arraies e no fragor das batalhas” e pela nossa “adoração do maravilhoso”, se descobre a origem céltica da poesia popular portuguesa³⁴.

A atribuição da origem rática dos cantos há-de variar ao longo dos seus trabalhos, mas esta visão étnica enformará persistentemente os seus estudos.

³¹ “Poesia Popular”, p. 305 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 124-125. Refere-se a um excerto da *Legenda Aurea* de Jacobus de Voragine (Génova, 1228/30 - 1298).

³² *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 127, nota.

³³ *Op. cit.*, p. 123

³⁴ *Op. cit.*, pp. 6-7.

Por isso, ao introduzir a frase citada, recupera o artigo da *Revista Contemporanea* e integra-o na emergente perspectiva.

1.2.2. Os estudos do *Jornal do Commercio* na *Historia da Poesia Popular*

A compilação de artigos publicados ao longo do segundo semestre de 1865, neste periódico, não respeita a sua ordem cronológica nem a respectiva estrutura³⁵. Amiudadas vezes, intercala excertos desses diferentes estudos,

³⁵Acompanhe-se esta compilação considerando o símbolo < como designação de proveniência. A partir desta nota, as reposições serão identificadas, no corpo do texto, pelo número que, na tabela seguinte, precede o ano da obra (1867):

1. (1867) pp. 31-33 < (1865) N° 3595 - “Um dos factos que mais caracteriza [...] natural e menos hypothetica?”
2. (1867) pp. 34-36 < (1865) N° 3595 - “Um facto que mostra [...] á redondilha popular portugueza.”
3. (1867) pp. 36 < (1865) N° 3595 - “A *assonancia* é uma rima [...] *Fablieu de Aucassin et Nicolette*.”
4. (1867) pp. 37-38 < (1865) N° 3595 - “O verso octosyllabico, como se vê [...] como mais tarde veio a ter.”
5. (1867) pp. 40-41 < (1865) N° 3595 - “«Infimos son aquellos [...] de los *romancistas* o vulgares.»”
6. (1867) pp. 43-44 < (1865) N° 3595 - “O *romance* chegou [...] nos digam respeito.”
7. (1867) pp. 44-45 < (1865) N° 3603 - “Depois de excluido o povo [...] principalmente no seculo XVI.”
8. (1867) pp. 45-48 < (1865) N° 3604 - “O *estribilho* é um dos [...] que n’isto se fazem.»”
9. (1867) pp. 49-55 < (1865) N° 3604 - “O que determina as fórmãs [...] saíram as linguas neo-latinas.”
10. (1867) pp. 55-63 < (1865) N° 3616 - “Nas fórmãs da poesia [...] coisa muito sabida.”
11. (1867) pp. 63-65 < (1865) N° 3631 - “A poesia jogralesca [...] de varias cantigas.”
12. (1867) pp. 66-67 < (1865) N° 3604 - “A *endexa* é uma [...] e *coronach* na Irlanda.”
13. (1867) pp. 67-70 < (1865) N° 3568 - “Pela postura da camara [...] n’outras seguidilhas.”
14. (1867) pp. 71-74 < (1865) N° 3616 - “No canto dos marinheiros [...] e qualquer canto lyrico.”
15. (1867) pp. 75-78 < (1865) N° 3631 - “Na poesia popular [...] usadas no culto.”
16. (1867) pp. 78-79 < (1865) N° 3603 - “Apesar de todos os caracteres [...] os nossos antigos alludiam.”
17. (1867) pp. 80-82 < (1865) N° 3603 - “Do *solao* nos fala [...] e nem sempre claramente.”

altera a sua sequência discursiva e o próprio discurso. Suprime fragmentos por economia textual, raras vezes por coerência a outros pontos de vista. Contudo, a intervenção dominante consiste na interpolação de frases em primeira mão explicitando ou completando opiniões já apresentadas. Frequentemente, estas modificações não têm correspondências conceptuais porém, algumas

-
18. (1867) pp. 83-85 < (1865) N° 3603 - “No fragmento do romance [...] com respeito á *barcarolla*.”
 19. (1867) pp. 85-89 < (1865) N° 3631 - “O *dizer* é uma fôrma [...] /Troban los bels *dictats*.”
 20. (1867) p. 89 < (1865) N° 3603 - “A *trova* é uma denominação [...] *trovare* significa achar.”
 21. (1867) pp. 89-90 < (1865) N° 3643 - “O *Fado*, como a xacara [...] se tornar popular.”
 22. (1867) pp. 92-96 < (1865) N° 3643 - “Na poesia popular [...] ser profundamente sentida.”
 23. (1867) pp. 98-107 < (1865) N° 3568 - “Uma postura da camara [...] Boissard *De Divinatione*.”
 24. (1867) pp. 108-109 < (1865) N° 3577 - “Em o nosso direito [...] do maravilhoso popular.”
 25. (1867) pp. 112-114 < (1865) N° 3577 - “Não há poesia popular [...] tinha ficado vencido.”
 26. (1867) pp. 116-118 < (1865) N° 3577 - “Do uso do maravilhoso [...] de *Nossa Senhora dos Martyres* [...]”
 27. (1867) pp. 118-119 < (1865) N° 3577 - “O maravilhoso na poesia popular [...] esta genese da sua poesia?”
 28. (1867) pp. 128-134 < (1865) N° 3582 - 1867: “Nas relações dos naufragios [...] os povos do Meio Dia.” 1865: “Nas relações dos naufragios [...] os povos da peninsula.”
 29. (1867) pp. 167-170 < (1865) N° 3553 - “Entre a multiplicidade [...] da historia sombria de *Myrra*.”
 30. (1867) pp. 174-176 < (1865) N° 3553 - “Um outro elemento [...] Annibal, Heitor e Scipião.”
 31. (1867) pp. 176 < (1865) N° 3553 - “Alguns dos nossos romances [...] lenda byzantina de Constantino.”
 32. (1867) pp. 184-185 < (1865) N° 3553 - “Parecerá talvez inexplicavel [...] /Pur les francs homes amender.”
 33. (1867) pp. 187-189 < (1865) N° 3513 - “Amam-se as creações [...] principalmente de Nicolau Luiz.”
 34. (1867) pp. 192-193 < (1865) N° 3513 - “A *Historia da imperatriz Porcina* [...] por Balthazar Dias.”
 35. (1867) pp. 194 < (1865) N° 3513 - “A *Formosa Magalona* [...] Gomes de Santo Estevão.”
 36. (1867) pp. 197-200 < (1865) N° 3513 - “A *Historia dos tres corcovados* [...] foram encorporadas em volume.”

intervenções quase imperceptíveis produzem afirmações contrárias às de 1865³⁶.

A persistência de um pensamento

Uma parte das concepções expressas em 1867 apresentava-se já nos artigos do *Jornal do Commercio*. As suas posições estão bem definidas em 1865, no que concerne à origem individual dos cantos, à naturalidade linguística da versificação octossilábica e ao reconhecimento de três ciclos poéticos na Idade Média.

O conceito de autoria - numa clara reacção anti-romântica - não tem qualquer conteúdo colectivo, é sempre individual. Por isso, atribui o carácter anónimo da “poesia popular” não a uma criação simultânea do povo mas, di-lo nas reposições 1. e 11., entre outras, ao sucesso de um canto individual, à sua adopção pela comunidade, a qual o sente como expressão sua e o repete tão largamente que a filiação autoral vai desaparecendo na proporção directa do aparecimento das “variantes”.

Confirma a naturalidade linguística do metro octossilábico dos romances pela origem cronística de alguns deles (fragmentos 1. e 2., entre

³⁶ Embora sem grande pertinência para este estudo, cujo objecto consiste nos seus estudos sobre o Romanceiro, verifique-se o processo usado pelo autor para expor novas concepções sem grandes modificações discursivas. Em 1865, no artigo do *Jornal do Commercio* nº 3603, refere-se ao conceito garrettiano de “solao” mostrando-se de acordo com ele; em 1867, porém, opõe-se-lhe. Transcreve, contudo, o excerto do artigo do periódico introduzindo duas discretas alterações. Apresento em itálico o que na *Historia da Poesia* suprime de 1865, em negritas o que pela primeira vez escreve em 1867 e em tipo corrente o que mantém: “*É aqui bastante de peso a [A] opinião de Garrett, a quem um senso esthetico profundo, uma intuição viva de todos os sentimentos, fazia tocar a verdade mesmo nas questões mais controversas [...] é n’este ponto infundada: [...]*”, “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº 3603 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 81.

outros): se os jograis criaram composições com esse verso transformando a prosa das crônicas em “linhas inteiras metrificadas sem alteração alguma”³⁷, o octossílabo tem a sua raiz no ritmo da língua. Braga esgrime este argumento contra a tese da filiação árabe desse metro, defendida por A. J. Conde, e acrescenta que ele acompanha o carácter igualmente natural e espontâneo da assonância, rima “privativa da poesia popular”, como estabelece na reposição 3..

Uma parte do seu entendimento sobre a história do significado de “romance” está também formada em 1865. As reposições 4. e 5. fazem intervir as contribuições do Marquês de Santillana, de Huber, de Edelestand du Méril e de Ticknor para o esclarecimento da evolução do conceito e para a sua relação com o “cantar”³⁸.

De igual modo, pelo fragmento 29., se verifica estarem já contemplados os três “cyclos” da poesia medieval, o de Carlos Magno, o da Távola Redonda e o greco-romano.

O desenvolvimento de conceitos e concepções

Na generalidade, as alterações discursivas com pertinência ideológica não traduzem desvios relativamente a 1865 e verificam-se, sobretudo, em blocos textuais cujo assunto se reporta a aspectos romancísticos - o que permite observar a evolução do seu pensamento no sentido da valorização do

³⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 33 e “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº 3595.

³⁸ *Op. cit.*, p. 41 e *ibidem*.

gênero, mesmo ainda no contexto da “poesia popular”. Contudo, verificam-se pontuais “correções”.

1) A interpolação de novos parágrafos.

a) Torna mais explícita uma das provas da naturalidade do octossílabo, a origem cronística de alguns deles³⁹ e a assonância considerada em 1865, “privativa da poesia popular” ganha, em 1867, uma maior especificação pela referência à opinião de Rengifo, “privativa dos romances”⁴⁰.

b) Amplia as fontes historiográficas dos romances⁴¹.

c) Consolida a sua argumentação sobre o carácter anónimo da “poesia popular” estabelecendo três etapas na sua formação; consistem elas na origem individual do canto, na sua vulgarização jogralesca e na sua apropriação popular com os respectivos fenómenos de fragmentação e selecção das “partes e situações dramaticas”⁴². No último estágio, faz referência explícita à tradicionalização dos romances. Se a dificuldade de identificação autoral nunca se opôs ao conceito de criação individual, um novo bloco textual exclui

³⁹ Introduce na reposição 1., o trecho: “Os romances populares eram por vezes tirados das chronicas em prosa; a linguagem prosaica produz uma versificação natural, filha da prosodia da lingua, como succede com o verso octosyllabo.” *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 33.

⁴⁰ Intercala na reposição 3.: “Alonzo de Fuentes a considerava como um signal de *rusticidade*, e Rengifo, como privativa dos romances”, *op. cit.*, p. 36.

⁴¹ Complementando a reposição 2., escreve: “Da Chronica do pseudo-Turpin sae essa enorme efflorescencia de romances carolinos, cujas variantes simples denotam uma fonte commum”, *op. cit.*, p. 34.

⁴² Entre os excertos 3. e 4., intercala: “Tres phases se determinam na formação da poesia popular [...] A exaggeração da poesia popular nasce d’esta tendencia para se apropriar dos traços geraes”, *op. cit.*, pp. 36-37.

qualquer relação com a tese da origem divina da “poesia popular”. Ela não é expressão de uma transcendência mas de uma imanência⁴³.

d) Anexa novas contribuições à história do significado de romance como “linguagem vulgar, a narração em vernáculo” e como composição poética cuja versificação estaria muito próxima dessa linguagem⁴⁴.

e) Procura documentar o conhecimento erudito de “*Gestas*” francesas em Espanha e “na primitiva poesia portugueza”⁴⁵.

f) Reitera o valor histórico dos romances, transcrevendo um excerto do prólogo do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Rezende sobre a sua importância⁴⁶ mas, para além desse conteúdo, acrescenta o de documento étnico⁴⁷.

g) Apresenta o fenómeno de variação geográfica, concretamente, provincial, da “poesia popular” fundamentando-se no seu conhecimento da

⁴³ Entre os excertos 11. e 12., intercala: “A verdade da poesia popular está em brotar da inspiração, que provém directamente dos actos da vida; [...] aonde permanece o uso das carpideiras, reminiscencia da Italia antiga, das *proeficae*, conhecidas ainda na Sardenha com o nome de *prefiche*”, *op. cit.*, p. 66.

⁴⁴ Entre os excertos 3. e 4., intercala: “A palavra *romance* serviu primeiramente para significar a linguagem vulgar. [...] Marquez de Santillana, que primeiro foi o que d’ella se serviu para exprimir uma composição poetica: [...]”, *op. cit.*, pp. 38-40.

⁴⁵ Entre os excertos 5. e 6., intercala: “Os cantos que celebravam os personagens historicos, ou propriamente os cantos tirados das chronicas [...] Confirma estas muitas cantilenas o dito de Faria e Sousa: «Omito unas canciones, que en Portugal se conservan, y que con antigua lenguaje relatan esta aventura.»”, *op. cit.*, pp. 41-43.

⁴⁶ Entre os excertos 6. e 7., intercala: “O valor historico da composição poetica do romance entre nós, encontra-se n’estas palavras, que apresenta como prologo ao seu *Cancioneiro Geral*, Garcia de Rezende: «E assy muitos emperadores, reys e pessoas de memoria pelos *rrymançes* e trouas sabemos suas estorias;» etc.”, *op. cit.*, p. 44. Intercalado na reposição da “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portugueza”, *op. cit.*, nº 3595.

⁴⁷ Entre os excertos 22. e 23., intercala: “Toda a importância da poesia popular está mais na verdade do sentimento do que na fórmula que o exprime [...] o nosso maravilhoso é a revelação do genio celtico do nosso povo. Interroguemos os factos.” *Historia da Poesia Popular Portugueza*, pp. 97-98.

tradição oral moderna portuguesa e na semelhante constatação de Caselli a propósito dos cantos italianos⁴⁸.

h) Regista o papel dos cegos na transmissão das tradições, desde a antiguidade à modernidade, e sublinha a importância do folheto de cordel por eles distribuído na divulgação de romances espanhóis em Portugal⁴⁹.

i) Transcreve um romance não tradicional do “cyclo troyano” extraído do *Memorial dos Cavalleiros da Tavola Redonda*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos bem como referências de outras espécies portuguesas⁵⁰ para, segundo a sua opinião, “provar que nos não foi extranho este cyclo erudito”⁵¹.

j) Apesar de aludir em 34., à recriação *Imperatriz Porcina* de Baltazar Dias, apresenta, agora, um estudo sobre a fonte do poeta madeirense, a “lenda” medieval recolhida por Grimm com o título “*Hildegarda*”, considerando a possibilidade de ter sido transmitida através dos “*exemplos*” usados nos sermões⁵². Desenvolve a referência de 1865 ao “*Marquez de Mantua*”

⁴⁸ Entre os excertos 21. e 22., intercala: “A poesia popular apresenta diferentes caracteres de provincia para provincia [...] O unico modo de caracterisar a poesia popular é pela musica com que é cantada; n’isto parece fundarem-se as asserções de Caselli”, *op. cit.*, pp. 90-92.

⁴⁹ Entre os excertos 25. e 26., intercala: “O povo muitas vezes não sabe porque canta; narra as velhas tradições, sem saber a origem d’ellas [...] assim se vulgarisaram o romance do *Conde Alarcos*, do *Marquez de Mantua*, de *Gayfeiros*, do *Conde Claros de Montavan*, e outros muitos que assim emigraram de Hespanha para a tradição portugueza”, *op. cit.*, pp. 114-116.

⁵⁰ Entre os excertos 29. e 30., intercala: “Os romances do cyclo troyano são de origem erudita [...] na «Carta de Ullisses a Penelope, por Joam Rroiz de Lucena» e na de Oenone a Pares”, *op. cit.*, pp. 170-174.

⁵¹ Entre os excertos 30. e 31., intercala: “O *Livro de Hanibal* [...] este cyclo erudito”, *op. cit.*, p. 176.

⁵² Entre os excertos 33. e 34., intercala: “O romance da *Imperatriz Porcina* foi composto por Balthazar Dias [...] Dá-se com elle o facto notavel de ser na tradição oral mais breve e por isso mais lido”, *op. cit.*, pp. 189-192.

apresentando as fontes por si conhecidas e exemplificando o “processo artístico” do poeta cego⁵³.

2) Na inclusão de um pequeno trecho corrector de uma concepção anterior.

Depois de transcrever a definição de Francisco Manuel de Melo e de Garrett de “*xacara*”, essencialmente dramática, opinião que subscreve em 1865, interrompe a reposição 17. para interpor um excerto expositivo do seu novo conceito. Inicia-o com a afirmação categórica “[t]udo o que fica dito sobre a *xacara* é de mera phantasia [...]”⁵⁴ e passa a defender o seu carácter narrativo.

3) Numa substituição discursiva.

Amplia o universo de referência. Em 1865, determina ser

“[...] pelo estudo do maravilhoso, que melhor se conhece o genio celtico que nos distingue entre os povos da peninsula.”⁵⁵

Na *Historia da Poesia*, conclui por ser o “[...] que nos distingue entre os povos do Meio Dia.”⁵⁶

4) Em supressões de excertos.

⁵³ Entre os excertos 34. e 35., intercala: “O nosso *Marquez de Mantua*, que anda na litteratura de cordel [...] Quando Garrett sacou do lixo da Feira da Ladra esta perola, ainda não sabia quem era o auctor”, *op. cit.*, pp. 193-194.

⁵⁴ Entre os excertos 17. e 18., intercala: “Tudo o que fica dito sobre a *xacara* é de mera phantasia; não se póde tocar a verdade sem conhecer o que realmente esta fórmula poetica era. [...] é narrativa, mas sem caracter cavalheiresco”, *op. cit.*, pp. 82-83.

⁵⁵ “Maravilhoso da Poesia Popular Portugueza”, *op. cit.*, nº 3582.

⁵⁶ *Historia da Poesia Popular Portugueza*, p. 134.

a) Não concordando, em 1867, com o carácter dramático da “*xacara*”, exclui a sua comparação com as “*lôas*”⁵⁷. Também não integra as composições não romancísticas publicadas no artigo do *Jornal do Commercio* N°. 3643.

b) A supressão da referência a “*Sylvana*” como romance com alusões ao “cyclo greco-romano”⁵⁸ não significa o abandono desse entendimento já que mantém uma afirmação idêntica numa página anterior.

“Mesmo na nossa poesia popular, a *Sylvana* é como uma reprodução da historia sombria de *Myrra*.”⁵⁹

1.2.3. A “*Poesia da Historia*” na *Historia da Poesia Popular*

Se na reposição anterior se verifica uma proximidade discursiva logo perceptível, essa evidência não ressalta neste caso. Braga recorre, em 1867, ao seu texto do ano transacto mas expunge, quase completamente, as suas dissertações sobre a natureza do herói. Delas, reitera, apenas, o que havia afirmado sobre as figuras referenciais de Carlos Magno e de Artur na criação poética, da relação mimética de Artur em relação a Carlos e dos respectivos

⁵⁷ Deveria figurar na *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 85, o fragmento “[d]ifferem n’isto da *xacara*, tambem dramatica em que esta, longe de apresentar lendas piedosas de devoção, comprehende as tradições mouriscas de preferencia.”, “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº 3603.

⁵⁸ Deveria figurar na *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 176, o fragmento “[a] *Sylvana*, [...] tem uma semelhança profundissima com a *Myrra* da poesia grega.”, “Maravilhoso da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº 3553. Já Garrett estabelecia a relação do tema da *Silvana* com *Mirra* na sua carta a Duarte Lessa quer na versão da *Adozinda*, p. l-li, quer na do *Romanceiro e Cancioneiro Portuguez*, p. 20.

⁵⁹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 170 e “Maravilhoso da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº 3553.

ciclos poéticos, os quais são recriados pelos povos da “Hespanha” e Itália por si vencidos.

A recuperação deste texto se segue, por vezes, quase passo-a-passo o estudo de 1866 (por exemplo, na comparação dos dois ciclos poéticos⁶⁰), faz-se mais livremente do que a verificada em relação aos artigos de 1864 e de 1865. Contudo, em ambos os casos, ela é inequívoca⁶¹.

⁶⁰ “Assim é fundada a opinião do conde de Caylus, que supõe o cyclo de Arthur uma imitação do cyclo de Carlos Magno e dos Doze Pares [...] O nome de Pares desperta a ideia de igualdade, symbolisada na Tavola Redonda.” *Historia da Poesia Popular Portugueza*, pp. 156-157. “Segundo o conde de Caylus, o Rei Arthur e os cavalleiros da Tavola Redonda são fundados no typo de Carlos Magno. [...] Os cavalleiros da Tavola correspondem em igualdade a este nome de *Pares*”, “Poesia da Historia nos Cyclos Cavalheirescos”, in *A Ondina do Lago*, pp. XI-XII.

⁶¹ Comparem-se os fragmentos:

<i>Historia da Poesia Popular Portugueza</i>	“Poesia da Historia nos Cyclos Cavalheirescos”, in <i>A Ondina do Lago</i>
“Cada provincia tem seu heroe; Carlos Magno é tratado na legenda do mesmo modo que o deprimem os povos a quem vencera, como se vê nas tradições poeticas d’este cyclo na Italia e na Hespanha.” (pp. 149-150) “O typo de Carlos Magno, nos romancistas italianos e hespanhoes, desce daquella exaggeração primitiva; [...] O espirito sarcastico da burguezia ridiculariza o ideal cavalheiresco, reduzindo as exaggerações do valor e dos feitos audaciosos ás proporções da verdade [...]” (p. 152-153)	“[...] cada terra tem heroes seus que os vae substituindo aos extranhos, primeiro destituindo-o [sic] de importancia como vencidos, depois matando-os pelo ridiculo. O cyclo de Carlos Magno, tanto na Hespanha como na Italia, appropriase d’esse caracter ridiculo.[...] O espirito burguez tem absorvido tudo; o heroe vae decaindo progressivamente.” (pp. XXIV-XV)

1.3. “Transformações do Romance Popular”

em 1868/1879 e em 1869

No ano seguinte à publicação do tríptico *Historia da Poesia Popular*, *Cancioneiro Popular* e *Romanceiro Geral*, data em que Braga obtém o seu doutoramento em Direito⁶², vê letra impressa *Villa Nova de Gaia. Romance por João Vaz de Evora*⁶³, fidedignamente reeditado em 1879⁶⁴. Em 1869, surge a *Floresta de Varios Romances* - duas datas figuram neste opúsculo, no entanto, a validade da datação de 1869 comprova-se por duas razões: 1) na p. xlvj, nota 2, desta obra, são citados os *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, de 1869; 2) ao indicar, também neste opúsculo, os volumes que integram o *Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez*, contempla como IV aquela colecção insular e como V, a *Floresta*.

Relaciona estes dois trabalhos, o de 1868-1879 e o de 1869, a presença dos estudos cujos títulos são bastante próximos, apenas com âmbitos temporais diferentes. “Transformações do Romance Popular no Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI” e “Transformações do Romance Popular do Seculo XVI a XVIII”, respectivamente⁶⁵.

Nas edições de *Villa Nova de Gaia*, trata-se de um prefácio dedicado ao século XVI. Na *Floresta*, o texto é, igualmente, introdutório e abrange o

⁶² Vide Álvaro Neves, “Doutor Teófilo Braga. Bio-Bibliografia”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, p. 374.

⁶³ *Villa Nova de Gaia. Romance por João Vaz de Evora*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1868.

⁶⁴ *Villa Nova de Gaia. Romance por João Vaz de Evora*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira do Editor Manuel de Almeida Cabral, 1879.

⁶⁵ “Transformações do Romance Popular no Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI”, pp. III-VIII. “Transformações do Romance Popular do Seculo XVI a XVIII”, pp. v-liij.

período entre os séculos XVI a XVIII. Todavia, relativamente à época comum, é identificável o parentesco textual.

Quase a totalidade dos dois primeiros parágrafos da introdução de *Villa Nova de Gaia* assim como excertos das páginas IV, IV-V e V, são comuns à *Floresta*, páginas vj, xij, xj e xij, respectivamente. Em traços gerais, salientam a unidade das literaturas do sul da Europa, defendem que os nossos “primeiros monumentos linguisticos [...] são essas canções do seculo XII e XIII”⁶⁶, as quais não são identificadas; caracterizam o “romance popular” e o seu aproveitamento por Lope de Vega⁶⁷; registam a presença de uma forma romance e de um “rymance” no *Cancioneiro Geral*⁶⁸ de Garcia de Resende; e distinguem o culto palaciano da forma romance do genuíno e antigo género⁶⁹.

Segundo a bibliografia teofiliana de Álvaro Neves⁷⁰, a qual estabelece a precedência de *Villa Nova de Gaia* sobre a *Floresta*, e que assim confirma a validade da data de 1869, é de considerar o estudo cronologicamente mais abrangente como uma ampliação do outro.

⁶⁶ “Transformações do Romance Popular no Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI”, p. III. “Transformações do Romance Popular do Seculo XVI a XVIII”, p. vj.

⁶⁷ “Transformações do Romance Popular no Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI”, p. IV. “Transformações do Romance Popular do Seculo XVI a XVIII”, p. xij.

⁶⁸ “Transformações do Romance Popular no Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI”, p. IV-V. “Transformações do Romance Popular do Seculo XVI a XVIII”, pp. xj, xj. A citação do “rymance” na *Floresta* é mais extensa.

⁶⁹ “Transformações do Romance Popular no Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI”, p. V. “Transformações do Romance Popular do Seculo XVI a XVIII”, p. xij.

⁷⁰ Álvaro Neves, “Doutor Teófilo Braga. Bio-bibliografia”, pp. 394-395.

A Historia da Poesia Moderna de 1869
na “Poesia Moderna em Portugal” de 1870

Ao terminar a década de sessenta, Braga publica um pequeno opúsculo⁷¹ sobre a poesia portuguesa, o qual não assume uma especial pertinência no âmbito dos seus estudos romancísticos. Não obstante, ao traçar algumas linhas sobre a investigação da poesia “popular” na Europa e ao confrontá-la com o correspondente labor em Portugal, reitera a sua opinião sobre a dupla vertente deste movimento moderno e sua recepção em Portugal. Distingue a “erudição” histórica e linguística dos estudos de Jacob Grimm, da recriação poética dos cantos do povo feita por literatos⁷² como Uhland, Percy e reconhece os trabalhos garrettianos na senda da reconstrução tradicional⁷³.

Um ano mais tarde, integra parte desta obra na sua *Historia da Literatura portugueza. Introducção*⁷⁴ suprimindo apenas alguns excertos⁷⁵ sem

⁷¹ *Historia da Poesia Moderna em Portugal. Carta a J. M. Nogueira Lima sobre a GRINALDA*, Porto, Typographia da Livraria Nacional, 1869.

⁷² “Jacob Grimm percorre a Allemanha, e no decurso de dez annos recolhe a rica e extensa mina das tradições dos povos do Norte; o que elle fazia como erudito, para esclarecer os problemas da historia e da linguistica, os poetas tentaram-no como artistas, fazendo reconstrucções perfeitas para serem recebidas pelos academicos superciliosos”, *op. cit.*, p. 14. Excerto retomado na “Poesia moderna em Portugal”, in *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, p. 349.

⁷³ “Quando Garrett veio para Portugal, encetou a colheita dos romances do nosso povo. Começou por aperfeiçoal-os e reconstruil-os ao gosto de Uhland e do Bispo Percy; [...] Dezasseis romances foi o maximo da sua colheita no mundo da imaginação portugueza; alterou-lhe a verdade para apurar a linguagem e esclarecer a peripecia dramatica”, *Historia da Poesia Moderna em Portugal*, p. 15. Excerto retomado in “Poesia Moderna em Portugal”, pp. 350-351.

⁷⁴ (1870) pp. 341-355 < (1869) pp. 7-18 - “As grandes commoções do seculo XVIII [...] O facto consummou-se, *ala jacta est*.”

⁷⁵ (1869) p. 9 - “[...] (imitações directas de Florian, de Gressner e de Demoustier, dentro dos limites da ficção traçados pelo *Diccionario mythologico* de Chompré,)”

(1869) p. 10 - “Esta phase poetica passou; [...] só admissivel nos albuns de meninas.”

(1869) p. 12 - “Só tarde , e quasi fóra do tempo [...] e que tanto explorou Castilho, com o *Amor e Melancolia*.”

(1869) pp. 12-13 - “A mocidade brasileira, desde que os livros d’esse rapaz de genio, Alvares de Azevedo [...] admiravelmente aceitas pelo renascimento do genio da historia.”

relação com a investigação sobre a poesia “popular” ou sobre o Romanceiro, bem como os títulos dos parágrafos. No que concerne a este género, recoloca, portanto, as considerações sobre a importância da descoberta da poesia do povo a partir dos estudos filológicos das “obscuridades da idade media”⁷⁶ e sobre os trabalhos de investigação erudita e literária. Contrapõe as nefastas consequências, em Portugal, da escola reconstrutiva garrettiana⁷⁷ à direcção que tomaram estes estudos na Europa, sobretudo a partir das “descobertas das epopeas francezas do seculo XII”⁷⁸. E assegura, agora, a origem “mosarabe” do Romanceiro.

1.5. Os estudos sobre o Romanceiro no Thesouro da Lingua Portuguesa e na série Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa (1871-1896)

Neste período de vinte e cinco anos, durante o qual outros títulos verão a luz da imprensa, Braga integra um estudo sobre o Romanceiro num trabalho dedicado à literatura nacional, no *Thesouro da Lingua Portuguesa*⁷⁹. Recupera-

(1869) p. 15 - “[...] José Freire de Serpa attribuia a si [...] Xavier Cordeiro, Palmeirim, [...]”

(1869) pp. 17-18 - “Com esta terminologia apanhada de orelha [...] a persuadirem-se de que são poetas.”

⁷⁶ *Historia da Poesia Moderna em Portugal*, p. 14 e “Poesia Moderna em Portugal”, pp. 349.

⁷⁷ “Se o trabalho de Garrett era importante, os resultados foram perniciosos; a geração moderna, preparada por elle, formou logo uma idade media de cartão, falsa, recortada, sem realidade [...]”, *op. cit.*, p. 15. Excerto retomado na “Poesia Moderna em Portugal”, p. 351.

⁷⁸ *Historia da Poesia Moderna em Portugal*, p. 16 e “Poesia Moderna em Portugal”, p. 352.

⁷⁹ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, no seu estudo “Sobre a Litteratura Portuguesa”, in Dr. Frei Domingos Vieira, *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, pp. CCXVI-CCXXIV. Este apartado sobre o Romanceiro está integrado no seguinte plano: [Introdução]; “Secção I. Das Fórmas Épicas. §. 1.º Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional. §. 2.º Novellas de Cavalleria: degeneração erudita das epopêas”; “Secção II. Das Fórmas Lyricas. §. 1.º Eschola provençal, §. 2.º Eschola hespanhola, §. 3.º Eschola hispano-italica, §. 4.º Eschola italiana, §. 5.º Eschola seiscentista, §. 6.º Eschola arcadica,

o no ano seguinte, na sua “Dissertação para o Concurso [...] do Curso Superior de Letras”⁸⁰, na sua denominada terceira edição, de 1881, “totalmente refundida”⁸¹, e na *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*⁸² de 1896.

1.5.1. O estudo do Thesouro da Lingua Portugueza em 1872

A reposição do texto de 1871 na primeira *Theoria* é bastante fiel, quer em termos de estrutura, quer ao nível do discurso, quer no plano ideológico. Apenas se regista a supressão de uns quantos parágrafos e notas, alguns dos quais, porém, são retomados nas edições posteriores, como seguidamente se assinala.

Em 1872, não inclui:

§. 7.º O Romantismo”; “Secção III. Das Fórmas Dramaticas. §. 1.º Eschola nacional, §. 2.º Eschola classica”.

⁸⁰ “Romanceiros: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, pp. 20-39. A identificação desta obra como trabalho apresentado ao Concurso é feita no frontispício do opúsculo. O plano em que se integra o estudo sobre o Romanceiro é igual ao de 1871: “Secção I / Das Fórmas Épicas. “§ 1º - Romanceiros: epopêa cyclica nacional, §. 2.º Novellas de Cavalleria: degeneração erudita das epopêas”; “Secção II. Das fórmas lyricas. §. 1.º Eschola provençal, §. 2.º Eschola hespanhola, §. 3.º Eschola hispano-italica, §. 4.º Eschola italiana, §. 5.º Eschola seiscentista, §. 6.º Eschola arcadica, §. 7.º O Romantismo”; “Secção III. Das fórmas dramaticas. §. 1.º Eschola nacional, §. 2.º Eschola classica”.

⁸¹ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., pp. 29-59. As indicações relativas ao número de edição e à refundição constam do frontispício da obra. Esta obra mantém a estrutura geral anterior mas amplia-a e altera alguns títulos.

⁸² “Das fórmas épicas”, pp. 83-100. O plano geral desta obra distingue-se do que organiza as publicações anteriores e o próprio estudo sobre o Romanceiro obedece a uma outra estrutura. “Prologo”; “Anteloquio”; “I. Elementos staticos da Litteratura. § 1. - A Raça e o Meio, § 2. A Tradição e os Costumes, a) Das fórmas lyricas, b) Das fórmas épicas - Do elemento iberico, - Do elemento germanico, - Transformação erudita do Romance popular, c) Das fórmas dramaticas, § 3. - A Linguagem oral e escripta, § 4. Patria e Nacionalidade. II. Elementos dynamicos da Litteratura. III. Epocas historicas da Litteratura Portugueza.

1. na página 22, a relação entre a “*saga*” irlandesa, o “*sige*” dinamarquês, o “*soeggan*” anglo-saxão e a “*seguidilha*” peninsular⁸³ - a ideia deste parentesco linguístico e poético é, porém, retomada na *Theoria* de 1881⁸⁴;

2. na página 23, a nota em que apresenta “[u]ma outra prova dos vestígios germanicos” na poesia portuguesa: nela transcreve um excerto de uma composição editada por Grimm e relaciona-a com a “Infantina” através da imagem feminina na árvore⁸⁵ - embora mantenha nas *Theoria[s]* de 1872, 1881 e 1896, a tese do “fundo” germânico do romance, não repõe a citação de Grimm porque o indício que aponta não é a imagem da mulher na árvore mas a presença da “condição do servo germanico notada com o nome de *malado*”⁸⁶, de resto, já presente em 1871⁸⁷;

3. na página 24, a constatação do entendimento humano da linguagem das aves na poesia escandinava e numa quadra portuguesa e o parentesco entre a “Donzella que vae á guerra” e a saga irlandesa de Thorubioerg⁸⁸;

4. na página 25, a referência à obra de William H. Prescott como argumento de fundamentação da sua teoria sobre a “aravia” nem a nota que

⁸³ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in Dr. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXVI.

⁸⁴ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 40.

⁸⁵ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in Dr. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXVII.

⁸⁶ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 23 e “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 41; “Das fôrmas épicas”, p. 92. Quer na edição de 1881, quer na de 1896, regista “*malato*” e não “*malado*”.

⁸⁷ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in Dr. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXVII.

⁸⁸ *Ibidem*.

documenta a “influencia arabe puramente musical”⁸⁹ - em 1881⁹⁰, recupera, com quase total fidelidade textual, o contributo do autor da *History of the Conquest of Peru*⁹¹ e, igualmente, em 1896⁹², embora numa reposição mais livre;

5. na página 30, alguns vestígios “do fundo celtico” na tradição portuguesa nomeadamente, no “Rico Franco”; não repõe, também, a nota sobre o uso do onomástico Artur pela aristocracia portuguesa⁹³;

6. na página 35, a nota sobre um dos costumes mais arcaicos, “o jogo do aléu usado pela sociedade do século XV”⁹⁴;

7. finalmente, na página 36, os parágrafos em que traça o paralelismo entre a canção “Belle Alice” e “Morena” [versão que indica ser garrettiana] da Beira Baixa⁹⁵.

Apesar destas omissões, algumas das quais sem grande relevância, trata-se do mesmo texto, não se prefigurando qualquer divergência ou

⁸⁹ *Op. cit.*, p. CCXVIII.

⁹⁰ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., pp. 34-35.

⁹¹ William H. Prescott, *History of the Conquest of Peru, With a Preliminary View of a Civilization of the Incas*, 2 vols., Paris, Baudry’s European Library, 1847.

⁹² “Das fórmās épicas”, p. 88.

⁹³ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in Dr. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXX.

⁹⁴ *Op. cit.*, p. CCXXII.

⁹⁵ *Op. cit.*, p. CCXXIII.

reformulação conceptual. É necessário tomar a reedição de 1881 para se observarem algumas alterações mais relevantes.

1.5.2. O estudo na *Theoria da Lingua Portuguesa em 1881*

O estudo editado no início desta década integra-se no mesmo plano das espécies de 1871 e 1872 e resulta de bastantes colagens de excertos seus. Todavia, como é verificável pela tabela inserta, em nota⁹⁶, Braga compõe o

⁹⁶ Acompanhe-se a tabela considerando a designação do estudo pela do seu ano de edição e o símbolo < representando a proveniência. Algumas destas reposições não são rigorosamente textuais, embora sem grandes consequências conceptuais; sempre que a nova versão possa originar alguma dificuldade na identificação do excerto, apresentam-se as respectivas balizas dos fragmentos:

1. (1881) pp. 33-34 < (1872) p. 24 < (1871) p. CCXVIII - 1881: "Para os eruditos do seculo XV e XVI [...] falar mui bem a aravia." 1872 e 1871: "[...] para os eruditos do seculo XIV [...] falar mui bem a aravia."
2. (1881) p. 34 < (1872) p. 24 < (1871) p. CCXVIII - 1881: "[...] quando no fim do seculo XVI [...] destruiu a originalidade nacional." 1872 e 1871: "Quando no fim do seculo XVI [...] destruiu a originalidade nacional."
3. (1881) pp. 34-35 < (1871) p. CCXVIII - 1881: "Prescott fallando dos trouvères peruanos [...] pode-nos lembrar o *trouvère* normando." 1871: "Prescott, na *Historia da Conquista do Perú* [...] pode-nos lembrar o *trouvère* normando."
4. (1881) p. 35 < (1871) p. CCXVIII - 1881: "[...] «era em parte exercido [...] á mesa dos Incas.»" 1871: "«[...] era em parte exercido [...] á mesa dos Incas.»"
5. (1881) p. 35 < (1872) pp. 24-25 < (1871) p. CCXVIII "Dos cantos do Perú [...] acompanhamento de guitarra."
6. (1881) p. 35 < (1871) p. CCXVIII - 1881: "Tanto o *Yaravi*, como o romance peninsular e a *aravia* insulana, são acompanhados á guitarra, a *quitara* arabe, popular ainda hoje." 1871: "O *Yaravi*, como o romance insulano, é acompanhado com a *quitara* arabe, popular na Peninsula."
7. (1881) pp. 36-38 < (1872) pp. 20-22 < (1871) p. CCXVI - 1881: "Da grande familia germanica [...] recebidos da sociedade mosarabe." 1872 e 1871: "Do grande ramo da familia germanica [...] e superstições que o communicavam."
8. (1881) p. 38 < (1872) p. 21 < (1871) p. CCXVI - 1881: "[...] os cegos, principalmente entre os Lombardos [...] Chamaram-se por isso *Chiecone*." 1872 e 1871: "Os cegos, principalmente entre os Lombardos [...] chamava-se *Chiecone*;"
9. (1881) p. 38 < (1872) p. 21 < (1871) p. CCXVI - 1881: "As cantilenas germanicas [...] não se perdeu completamente." 1872 e 1871: "As cantilenas germanicas [...] não se perdeu completamente [...]"
10. (1881) p. 38 < (1872) p. 21 < (1871) p. CCXVI - 1881: "Nem de outro modo [...] Affonso o Sabio na sua Chronica." 1872 e 1871: "Nem de outro modo [...] Affonso o Sabio na sua Historia."

texto não respeitando sempre a organização discursiva das matrizes. Repõe os excertos comuns a 1871 e 1872 e, inclusivamente, recupera os fragmentos do *Thesouro* que rejeitara na primeira *Theoria*, como se verifica em 3., 4. e 6..

-
11. (1881) p. 39 < (1872) p. 21 < (1871) p. CCXVI - 1881: “[...] *Figueiral figueiredo*, a que Miguel Leitão de Andrada, que o ouvira da bocca do povo no ultimo quartel do seculo XVI, denomina com uma extraordinaria intuição *Cantilena*.” 1872 e 1871: “Miguel Leitão de Andrada tambem dava á mais antiga poesia da tradição popular portugueza, a Canção do Figueiral, o nome de Cantilena, talvez levado pela influencia erudita.”
 12. (1881) p. 39 < (1872) p. 22 < (1871) p. CCXVI - 1881: “Depois que a poesia dos jograes [...] se continúa no Romance popular.” 1872 e 1871: “Depois que a poesia dos jograes [...] que caracteriza o *romance*.”
 13. (1881) pp. 39-40 < (1872) p. 24 < (1871) p. CCXVII - “Nas fórmulas metricas [...] *Gota a gota* o mar se esgota;”
 14. (1881) pp. 40-41 < (1872) pp. 22-23 < (1871) p. CCXVII - “Em nenhum povo da Europa [...] não m’a louves, companheiro.”
 15. (1881) p. 41 < (1872) pp. 23-24 < (1871) p. CCXVII - “Passemos ás *superstições*. [...] como o *lobis-homem*.”
 16. (1881) p. 43-44 < (1872) pp. 31 < (1871) CCXXI - “Cansados de esgotar [...] passou a ser octosyllabo.”
 17. (1881) p. 44 < (1872) pp. 31-32 < (1871) CCXXI - “A acção erudita foi [...] «Jeremias o nosso tamborileiro.»”
 18. (1881) pp. 46-47 < (1872) pp. 33-34 < (1871) CCXXI-CCXXII - “Depois das bases da critica [...] ramos da epopêa nacional.”
 19. (1881) p. 50 < (1872) p. 35 < (1871) pp. CCXXII - “[...] «muitas vezes algumas dicções [...] são o *Auto da Serra da Estrella*, o *Juiz da Beira* e o *Clerigo da Beira*.”
 20. (1881) p. 50 < (1872) pp. 34-35 < (1871) pp. CCXXII - 1881: “Herculano diz na sua Historia [...] d’estes dous factos.” 1872 e 1871: “Herculano prova-o pela organização [...] d’estes dois factos.”
 21. (1881) p. 50 < (1872) p. 36 < (1871) pp. CCXXIII - “A Beira tambem era notada [...] *!Que sabe os bailes da Beira*. (I, 131.)”
 22. (1881) p. 51 < (1872) p. 37 < (1871) pp. CCXXIII - 1881: “[...] mas a reacção catholica contra a Reforma extinguiu uma boa parte d’essa efflorescencia, como se conhece pela queixa de Gil Vicente, no *Triumpho do Inverno*.” 1872 e 1871: “A reacção contra a Reforma matou tudo isto, como diz Gil Vicente no *Triumpho do Inverno*.”
 23. (1881) pp. 51-52 < (1872) pp. 37-38 < (1871) pp. CCXXIII-CCXXIV - 1881: “Em 1866 emprehendemos [...] A Extremadura pertence tambem a esta zona poetica, mas [...]”. 1872 e 1871: “Em 1866 emprehendemos [...] A Extremadura pertence tambem a esta zona de efflorescencia, mas [...]”.
 24. (1881) pp. 53-54 < (1872) p. 38 < (1871) p. CCXXIV - 1881: “[...] nota-se no Algarve que de anno para anno [...] do tempo da invasão arabe e da reconquista.” 1872 e 1871: “[...] é no Algarve aonde de um modo mais sensivel e rapido vão desaparecendo de anno para anno [...] do tempo da invasão arabe e da reconquista.”
 25. (1881) pp. 56-57 < (1872) pp. 38-39 < (1871) p. CCXXIV - “Bastava notar-se [...] á morte do principe D. Affonso em 1491 [...]”

Estes factos, por si, não levariam à compreensão, no que concerne ao estudo sobre o Romanceiro, da advertência do frontispício do opúsculo “Terceira edição / totalmente refundida”. O que vem elucidar esta refundição - não o número da sua edição que permanece enigmático, pois qual seria a data da segunda, sendo esta a terceira? - é, logo numa primeira leitura, a nova estrutura da dissertação em torno do género⁹⁷. Mantendo parte significativa de excertos anteriores, submete-os a um outro esquema e integra alguns deles numa sistematização ampliada da geografia romancística.

Este alargamento da coordenação regional poderia induzir-nos a supor um maior conhecimento de versões de zonas não exploradas em 1872. Todavia, Braga, ao reportar-se a essas tradições regionais, fá-lo preferencialmente através da presença de alusões romancísticas em obras de literatura escrita⁹⁸ e

⁹⁷ Comparem-se os planos de 1881 e de 1871/1872, grafados segundo Braga. O da “[t]erceira edição”:

1. Formação dos Romanceiros peninsulares
 - a) Do elemento iberico
 - b) Do elemento germanico
 - c) A transformação erudita do Romance no seculo XV
2. Os centros ethnologicos dos Cantos tradicionaes, e systema de coordenação da Poesia popular portugueza
 - a) Galliza e Minho
 - b) Beira Baixa e Extremadura
 - c) Alemtejo e Algarve
 - d) Archipelago da Madeira
 - e) Archipelago dos Açores
 - f) Brazil e India

O do *Thesouro* e da primeira *Theoria*:

1. *Formação dos Romanceiros peninsulares*
2. *Os Cyclos das Epopêas medievaes em Portugal*
3. *Transformação erudita do Romance no seculo XV*
4. *Os tres centros ethnologicos dos Cantos nacionaes*
 - A) *Beira Baixa* [Embora não apareça no título, a Extremadura é incluída neste “centro”]
 - B) *Algarve*
 - C) *Ilhas dos Açores*

⁹⁸ Refere, genericamente, os *Autos* de Gil Vicente e os autores Miguel Leitão de Andrada, Frei Bernardo de Brito, Camões e Francisco Manuel de Melo. “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., pp. 48-53.

não contempla grande parte da bibliografia da tradição oral moderna entretanto surgida na imprensa⁹⁹.

As linhas conceptuais comuns aos estudos anteriores

A descoberta de “aravia” como designação de romance nos Açores contribuiu para Braga provar, em 1869¹⁰⁰, a face “mosarabe” dos romances peninsulares e a antiguidade da tradição insular; na edição de 1871, como é visível pelas seis primeiras reposições feitas em 1881, este argumento é mantido e desenvolvido relativamente à formulação do final da década de sessenta. A denominada terceira edição da *Theoria*, recupera o significado linguístico e poético de “aravia”, espécie de “gíria popular” e “canto do povo”, as suas fontes eruditas (1. e 2.) bem como a sua relação com o “*yaravi*” peruano caracterizado por Prescott e Marcroy pela sua semelhança com os romances (3., 4., 5. e 6.).

Reitera a tese dos vestígios germânicos dos romances portugueses mantidos pelos “mosarabes” cuja raiz étnica emerge do godo *lite*. Embora das “cantilenas goticas”, “fórma poetica, breve, narrativa, cantando os feitos bellicos, [...] correndo de bocca em bocca, sempre anonyma [...]”,

⁹⁹ As versões de romances da tradição oral moderna das áreas geográficas contempladas por Braga, publicadas entre 1872 e 1881, referidas ou incompletamente aludidas no seu estudo, são incomparavelmente inferiores às efectivamente publicadas. Apenas cita, nas páginas 54-56, as de Álvaro Rodrigues de Azevedo, *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, e, da tradição do Brasil, refere, na página 58, autores que publicam na *Revista Brasileira* sem identificar os seus artigos. O seu conhecimento ultrapassa, porém, estas referências, como se verá mais tarde.

¹⁰⁰ Embora Teófilo Braga desenvolva, pela primeira vez, em 1869, o alcance desta denominação na “Introdução” dos *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, pp. IX-XVI, já na sua primeira *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 7, regista a designação vendo nela vestígios da eflorescência poética árabe. Também nas “Transformações do Romance popular do Século XVI a XVIII”, estudo incluído na *Floresta de Varios Romances*, p. xlvj, alude às “aravias” e “algaravias” no sentido poético e linguístico.

sobrevivam apenas costumes e aspectos simbólicos (7.), decaída a sua funcionalidade com o fim das invasões, elas foram revigoradas pelo aparecimento do herói Carlos Magno (8.) e “forma[ram] as grandes canções de *Gesta*” (12.)

Para além do aspecto simbólico remanescente nos romances, nas superstições e no direito (14. e 15.), e da origem germânica da aliteração, privativa dos anexins e “peculiar á poetica dos povos do norte”, segundo a sua perspectiva (13.), Braga indica, pelo testemunho de Miguel Leitão de Andrada, uma versão oral dos finais do século XVI do que considera ser uma “cantilena”, o “*Figueiral figueiredo*” (11.).

Os poetas palacianos do século XV não ignoraram a poesia romancística que resistia entre o povo. Imitaram e glosaram romances em tal profusão

“que, antes da primeira collecção formada em Sevilha em 1551, encontramos allusões de sessenta e oito romances tradicionaes nos escriptores portuguezes do seculo XV e XVI” (16.).

A opinião de Braga é que esta moda poética erudita acompanhou os movimentos de Contra-Reforma e de centralismo político na asfixia da tradição (17).

Prova pelas investigações oitocentistas que o povo a conservou e indica os pressupostos críticos que permitem compreender a “sua importancia scientifica”. Ao fazê-lo, define as suas próprias coordenadas: a) destaca o critério estabelecido por Vico e Wolf para o estudo dos poemas homéricos, a saber, a preexistência de uma tradição recriada pelo poeta; b) sublinha a perspectiva dos cantos como “documento ethnico” traçada por Grimm (18).

Os seus pressupostos críticos são evidentes ao finalizar a reposição 18. E ao expor o imperativo da exumação regional dos romances, o confronto das versões com diferente geografia e o estabelecimento de “uma coordenação ethnologica dos diversos ramos da epopêa nacional.”

Nessa sistematização, ampliada em 1881, mantém a Beira como um reduto linguístico e poético “mosarabe” apoiando-se nas opiniões e exemplos de Fernão de Oliveira, Gil Vicente, Herculano e Garrett (19., 20. e 21.) e garante a autenticidade das suas versões através da metrificação, da narratividade e dramaticidade e da ausência de descrição e de “maravilhoso” (23.). A Estremadura continua a estar associada a esta “zona de efflorescencia”, embora o traço que distingue as duas províncias seja diferente. Substitui o da sedentariedade da Beira como causa da “sua superioridade” (23.) pelo da “intervenção do maravilhoso na acção do romance”¹⁰¹ na Estremadura para reiterar a mais valia beirã.

Em contraste, o Algarve continua a ser visto como uma área onde a tradição se extingue mais rapidamente, pelo que o interesse das composições recolhidas é maior, para Braga. Dessa geografia, salienta os “romances sacros” (assim denominados sem indicar os respectivos temas), documentos do “tempo da invasão arabe e da reconquista” (24.).

Os Açores serão, ao longo de toda a sua obra, um repositório vivo da antiguidade da tradição portuguesa. Em 1881, repete as considerações dos estudos anteriores destacando a importância da designação de “aravia”, a qual o leva a datar dos séculos XII a XV os romances recolhidos na Ilha de S. Jorge, e

¹⁰¹ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 52.

documenta esse arcaísmo pela presença de temas por ele considerados raros, como o “*Rico Franco*” não recolhido até então, no continente (25.).

Entre a persistência e a novidade

As duas páginas que introduzem a “Secção” sobre as “fórmias épicas” embora recuperem pequenos fragmentos de 1872 e 1871, não repõem textualmente as suas correspondentes. No entanto, tal como elas, apresentam uma breve teorização sobre os géneros épico, lírico e dramático. A saber. Cada uma destes “fórmias” exprime uma específica circunstância cultural, social, em suma, histórica, e realiza-se numa sucessão determinada, não casuística.

Na redacção dos anos setenta, influenciado (segundo indica) por Gervinus, epopeia, lirismo, drama formavam uma linha evolutiva simples, a qual organizava qualquer literatura¹⁰². Na de 1881, sem negar esta relação, considera a epopeia e o lirismo formas expressivas simultâneas, a primeira decorrente da degeneração dos mitos, a outra da manifestação do sentimento¹⁰³.

Em qualquer dos géneros, incluindo o drama, é salientada agora uma matriz e uma transmissão tradicionais tornando mais explícita a influência da tese wolfiana sobre os poemas homéricos anunciada na reposição 18.

¹⁰² “Estas tres fórmias apparecem por uma evolução historica.”, “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in Dr. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXVI, reeditado in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 20.

¹⁰³ “Assim o *lyrismo* foi simultaneo com a *Epopêa* [...]”, “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 30.

Afirma a antiguidade do Romanceiro, “colligido desde o seculo XIII”¹⁰⁴, o seu valor superlativo, “o elemento poetico mais rico das litteraturas peninsulares”¹⁰⁵ e compara-o nos dois lados da fronteira. Em qualquer dos países e tendo em consideração a similitude e a especificidade das respectivas versões, continua a considerá-lo um “documento ethnico”¹⁰⁶, corrigindo-se a si próprio relativamente ao “exclusivismo” atribuído ao elemento germânico detectado anteriormente, e para a necessidade de partir de uma raiz anterior, o “typo iberico”¹⁰⁷.

Se os vestígios germânicos dos romances os relacionavam com tradições não peninsulares, em 1881, a detecção de um estrato etnológico mais profundo, “anterior ao desenvolvimento da raça árica na Europa”, reforça esse método comparativista e impõe a Braga a necessidade de investigar “a civilização proto-historica do Perú”¹⁰⁸ já que esta geografia oferece o “yaravi”, o qual encerra uma relação de parentesco com a “aravia” peninsular.

A nova raiz étnica da tradição não anula a influência germânica estabelecida desde os primeiros estudos e reiterada ao longo de toda a obra. Bem pelo contrário. Braga apresenta mais indícios desse estrato¹⁰⁹ e recupera a ideia da relação da “*seguidilha*”, estabelecida em 1871, com formas poéticas de

¹⁰⁴ *Op. cit.*, p. 31.

¹⁰⁵ *Ibidem.*

¹⁰⁶ *Ibidem.*

¹⁰⁷ *Op. cit.*, pp. 32-33.

¹⁰⁸ *Op. cit.*, p. 35.

¹⁰⁹ “Na *Chronica rimada do Cid*, acham-se versos que se decompõem no typo primitivo do Romance popular, e no Cancioneiro da Vaticana acha-se assignado por João Ayras um Romance, que começa *Desfiar enviaran ora de Tudela*, que nos aproxima immensamente do typo primitivo das cantilenas”, *op. cit.*, p. 39. *Vide*, igualmente: “Nos costumes populares, temos a *cavalgada furiosa*, [...] No norte de Portugal em que preponderou, sobretudo na Galliza, o ramo suevico é frequente a tradição da *Náo Catherineta*”, *op. cit.*, pp. 41-42.

tradições do Norte¹¹⁰, à qual nos referíamos supra, analisando as alterações introduzidas a este estudo na primeira edição da *Theoria*.

No apartado relativo a esse “elemento germanico”, é introduzida uma justificação da ausência de alusões à influência romana na formação das literaturas portuguesa e “novo-latinas”¹¹¹. A sua irrelevância genética deve-se à diminuta consideração da tradição por parte dos invasores imperiais mas este mesmo desprezo é interpretado, no *item* sobre “A Transformação do romance no século XV”¹¹², não como insignificante mas como profundamente nefasto sempre que agiu nas letras portuguesas - ideia por muitas vezes repetida ao longo das suas obras.

Paralelamente, outros factores de asfixia da tradição são apresentados e mesmo a moda de recriação erudita do romance não é entendida como uma forma de conservação na produção literária. Na alínea em que apresenta esta reelaboração, embora não se afaste muito das versões anteriores deste estudo, antes as desenvolve, conclui que, depois de glosado, o romance acabou por ser “dissolv[ido] no lyrismo subjectivo”¹¹³, reservando-se, apenas, entre o povo.

¹¹⁰ “A palavra *Rima*, significando composição poetica em geral, como a *Seguidilha* (*sige*, no dinamarquez; *soeggan*, no anglo-saxão, e a *saga* irlandeza), alargam-nos o campo da exploração dos vestígios germanicos, nos symbolos, nas superstições e nos costumes”, *op. cit.*, p. 40.

¹¹¹ “Deixamos sem exame a acção dos romanos na criação da litteratura portuguesa, porque sendo a tradição a base da criação individual, esse povo, como notou Gregorovius, não communicou elemento tradicionaes [...] as litteraturas da edade media perderam tanto mais da sua originalidade quanto mais se aproximaram da reproducção dos modelos latinos”, *op. cit.*, p. 36.

¹¹² “Quando no seculo XV a erudição latina tomou ascendente definitivo, pela fórma escripta, sobre os dialectos populares, chamados pelos latinistas com o nome desprezível de *romances*, este mesmo nome servia tambem para designar os cantos do povo. [...] A fecundidade do povo, que se conta entre o seculo XII e XIV, acabou em consequencia da extincção das garantias foraleiras pela monarchia, e com a liberdade de consciencia pela intolerancia catholica, a pretexto de combater a Reforma. Ambos estes poderes fizeram reviver a influencia da civilização latina na politica e nas letras”, *op. cit.*, pp. 42-43.

¹¹³ *Op. cit.*, p. 45.

Braga procede a pequenas alterações nos fragmentos repostos cujas consequências assumem, nalguns casos, especial pertinência. A substituição sistemática de “cantos [ou poesia] naciona[l]es” por “cantos [ou poesia] *tradicional[l]es*” reveste-se de particular importância se se observar que a modificação do atributo coincide com a descoberta de composições nos espaços galego e brasileiro e a sua inclusão na tradição portuguesa. Se em 1872 e 1871, o conceito de “nacional” coincidia com o de “português”, neste momento, ao reconhecer as tradições da Galiza e do Brasil integradas no grande acervo português, este último perde o seu conteúdo político e torna-se mais abrangente¹¹⁴.

De modo semelhante, as modificações introduzidas nos excertos a seguir transcritos, as quais realçado através de sublinhados, exprimem conteúdos significativos. Em 1881 reescreve:

“Em 1866 empreendemos a exploração dos cantos tradicionalaes da Beira; conhecemos imediatamente a sua riqueza. Ali encontramos o romance de *D. Garfos* mais completo e vigoroso do que o do Conde Grifos Lombardo, da collecção hespanhola; as duas versões não se influíram reciprocamente, mas derivam de uma tradição anterior á separação das duas nacionalidades”¹¹⁵

o fragmento que aparece em 1871 e 1872:

“Em 1866 empreendemos a exploração dos cantos oraes da Beira; revelou-se-nos imediatamente a verdade; alli encontramos o romance de *D. Garfos* mais

¹¹⁴ Braga fundamenta, segundo as suas próprias palavras, esta tese de unidade tradicional no pensamento de Ferdinand Gregorovius: “As leis, as instituições *separam*; mas a língua, na qual o povo falla e canta é um elemento de *aproximação*; ahi se encontra o que os latinos chamavam *indoles*”, *op. cit.*, p. 48.

¹¹⁵ *Op. cit.*, pp. 51-52.

completo e vigoroso do que o romance *Conde Grifos Lombardo*, da collecção hespanhola; as duas tradições não se influíram reciprocamente, mas pertencem a duas elaborações geniaes”¹¹⁶.

A alteração do atributo “oraes” por “tradicionaes” revela a convicção de que nem todos os cantos “oraes” são “tradicionaes” e a substituição da expressão “revelou-se-nos [...] a verdade” por “conhecemos [...] a riqueza” corresponde a uma linguagem mais positivista, a qual procura um acréscimo de rigor terminológico, verificável, também na alteração de “tradições” por “versões”, referindo-se às composições “*Dom Garfos*” e “*Conde Grifos Lombardo*”, **Conde Grifos Lombardo** (0118). As duas últimas expressões sublinhadas não revelam uma oposição mas uma outra formulação, até complementar, da mesma tese: as duas “elaborações” têm a mesma génese, a qual é anterior ao estabelecimento de fronteiras.

Contudo, a mais evidente marca diferenciadora deste estudo em relação às suas matrizes, consiste na maior amplitude geográfica do acervo poético já anteriormente sistematizado segundo um critério étnico, o qual não deixa de ter um conteúdo geográfico. Na “[p]arte continental”, considera existirem três centros, Galiza e Minho, Beira-Baixa e Estremadura e Alentejo e Algarve; na “[p]arte colonial”, outros três, Madeira, Açores e Brasil e Índia.

Apesar desta marca diferenciadora, constata-se que algumas das regiões contempladas neste quadro, estavam já representadas no *Romanceiro Geral* de 1867 e que grande parte do texto relativo aos centros étnicos transita

¹¹⁶ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in Dr. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXXIII e “Romanceiros: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 37.

das edições anteriores (18.). A parte restante justifica a inclusão da Galiza e do Brasil na tradição portuguesa e mostra o respectivo esquema coordenador¹¹⁷.

Também as áreas que eram contempladas em 1871 e 1872 arrastam consigo grande parte dos excertos correspondentes (19., 20., 21., 22., 23., relativos à Beira-Baixa e Estremadura; 24., ao Algarve; 25., aos Açores) embora acrescente aspectos mais ou menos relevantes. No que concerne à Beira Baixa, faz referências literárias vagas¹¹⁸ sem relação com recentes explorações da tradição romancística¹¹⁹ mas anuncia que dispõe de versões inéditas dos Açores, da ilha de S. Miguel¹²⁰.

Quanto às recém instituídas regiões, salvo no que concerne à Madeira e ao Brasil, identifica incompletamente as suas fontes e, amiudadas vezes, opta pela erudição. No entanto, algumas destas geografias romancísticas eram já conhecidas anteriormente. Porque só agora considera a tradição do Minho se composições desta província figuravam na sua colecção de 1867 (algumas das quais, em reimpressão)¹²¹? E porque continua a não contemplar a área de Trás-os-Montes se ela consta igualmente do seu primeiro acervo¹²²? Relativamente

¹¹⁷ *Op. cit.*, p. 48.

¹¹⁸ *Op. cit.*, p. 51 [Gil Vicente, Baltazar Dias, Gonçalo Enes Bandarra, Gonçalo Fernandes Trancoso] e p. 52 [Camões, Francisco Manuel de Melo].

¹¹⁹ José Leite de Vasconcelos publicava nos seus *Romances Populares Portuguezes*, Barcellos, Typ. da Aurora do Cavado, 1881, várias versões da Beira-Alta. *Vide*, pp. 5, 15-19, 23-25, 27, 28-29, 47-49, 58-61, 66-68, 88-89, 90-93, 94-97.

¹²⁰ “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., p. 57.

¹²¹ Braga (1867) 55-58 [**Muerte del príncipe Don Juan** (0006) < Garrett III (1851) 32-35], 118-120 [**El labrador caritativo** (0185) < Braga (1865) 306-307], 126-127 [**Santa Iria** (0173) < Pereira da Cunha (1844) 329<] e 129-130 [**La toca de la Virgen y la alma pecadora** (0685)].

¹²² Braga (1867) 18-20 [**Gerineldo** (0023)], 24-25 [**Una fatal ocasión** (0232) < Bellerman (1864) 168-171 < Garrett III (1851) 4-6], 37-38 [**Conde Niño** (0049)], 45-47 [**La bastarda y el segador** (0161) < Garrett (1851) 98-104], 60-61 [**Conde Grifos Lombardo** (0118)]; versão elaborada a partir das variantes de Trás-os-Montes de Garrett II (1851) 289-294], 77-79 [**El**

ao critério coordenador da tradição, também ele estava já subentendido no estabelecimento dos “*tres centros ethnologicos dos Cantos nacionaes*” de 1871 e 1872, constituindo a presente sistematização apenas uma ampliação, reiterando o mesmo princípio organizador.

1.5.3. A versão inserta

na Introdução e Teoria da Historia de 1896

Já se observou que esta obra apresenta uma estrutura diferente das *Theorias* anteriores mas o próprio plano do estudo em referência sofre uma modificação relativamente ao das edições precedentes. É suprimido o título “Formação dos Romanceiros peninsulares”, embora os apartados sobre os elementos ibérico e germânico permaneçam, é substituída a denominação do item “Transformação erudita do romance no seculo XV” por “Transformação erudita do Romance popular” e, mais relevante, os “centros ethnologicos” são ignorados bem como a correspondente sistematização do acervo romancístico português.

Em termos discursivos, acompanha a edição de 1881¹²³, ela própria herdeira das versões anteriores do estudo, salvo a reposição 23. que

conde Alemán (0095) <], 89-92 [*Pérdida de don Beltrán* (0150) < Bellerman (1864) 56-62 < Garrett II (1851) 234-238], 94-97 e 97-103 [*Gaiferos libera a Melisendra* (0151); versões elaboradas a partir de Garrett II (1851) 250-267], 128-129 [*La devota calumniada* (0165)] e 152-154 [*El quintado* (0176) < Gerrett III (1851) 168-171].

¹²³ Observe-se a tabela:

1. (1896) p. 84-85 < (1881) p. 31 - “É incalculavel a extensão e profundidade [...] commum a Portugal e Hespanha [...]”
2. (1896) pp. 85-86 < (1881) pp. 31-32 - “Nos Romances peninsulares [...] mas cuja natureza não é romana.”
3. (1896) p. 86 < (1881) p. 32 - 1896: “Os recentes estudos accadicos [...] seis mil annos de antiguidade.” 1881: “Os recentes estudos accadicos [...] seis mil annos de antiguidade [...]”

-
4. (1896) p. 86 < (1881) p. 32-33 - “As inscrições lapidares [...] sobre a ethnologia iberica.”
 5. (1896) p. 86 < (1881) p. 32 - 1896: “A persistencia do typo iberico [...] nos *dois typos* bascos francez e hespanhol.” 1881: “[...] a persistencia do typo iberico [...] nos doi typos bascos francez e hespanhol.”
 6. (1896) pp. 86-87 < (1881) p. 33 - 1896: “Por tanto o estudo da poesia [...] desprezíveis em comparação com a lingua e cultura latina [...]” 1881: “Por tanto o estudo da poesia [...] desprezíveis em comparação com a lingua latina [...]”
 7. (1896) p. 87 < (1881) p. 33 - “O povo, porém chamou-lhes *Aravia* [...] em contacto com os Arabes [...]”
 8. (1896) pp. 87-88 < (1881) pp. 33-34 - “[...] esta classe sendo constituída [...] entre a Peninsula e as ilhas Cassiterides ou Inglaterra.”
 9. (1896) p. 88 < (1881) pp. 34-35 - 1896: “Continúa Prescott [...] lembrar o *trouvère* normando.” 1881: “[...] continua Prescott [...] lembrar o *trouvère* normando.”
 10. (1896) p. 88 < (1881) p. 35 - 1896: “A função do menestrel saxonico que cantava á meza dos princepes [...] á mesa dos Incas.»” 1881: “[...] como o menestrel saxonico, que cantava á meza dos principes [...] á mesa dos Incas.»”
 11. (1896) pp. 88-89 < (1881) pp. 35-36 - 1896: “Dos cantos populares do Perú [...] a regressão mais pronunciada ao typo iberico.” 1881: “Dos cantos do Perú [...] a regressão mais pronunciada ao typo iberico.”
 12. (1896) pp. 90-91 < (1881) pp. 36-37 - 1896: “Nas invasões germanicas na Peninsula [...] até aos seus mais inconscientes vestígios.” 1881: “Nas invasões germanicas na Peninsula [...] até aos seus mais apagados vestígios.”
 13. (1896) pp. 91-93 < (1881) pp. 40-41 - 1896: “Em nenhum povo da Europa [...] o rigorismo catholico e a cultura romana pouco actuaram n’este ponto entre os *Mosarabes*.” 1881: “Em nenhum povo da Europa [...] entre os Mosarabes é que o canonismo catholico, bem como a cultura romana, não tiveram influencia.”
 14. (1896) p. 94 < (1881) pp. 39-40 - “Nas fórmãs poeticas conservou-se [...] Vento e ventura pouco dura, etc.”
 15. (1896) pp. 94-95 < (1881) pp. 37-38 - “A vida historica da raça germanica [...] Eram esses os cantores narrativos [...]”
 16. (1896) pp. 95-96 < (1881) p. 38 - 1896: “As cantilenas germanicas, antes do seculo IX [...] que nos aproxima do typo da Cantilena.” 1881: “As cantilenas germanicas, antes do seculo IX [...] que nos aproxima immensamente do typo primitivo das cantilenas; [...]”
 17. (1896) p. 96 < (1881) p. 39 - 1896: “O romance do *Figueiral figueiredo*, a que Miguel Leitão ouvira [...] é um vestigio da Cantilena [...]” 1881: “[...] *Figueiral figueiredo*, a que Miguel Leitão de Andrada [...] denomina com uma extraordinaria intuição *Cantilena*.”
 18. (1896) p. 96 < (1881) p. 39 - “Depois que a poesia [...] continúa no *Romance* popular.”
 19. (1896) pp. 96-97 < (1881) p. 39 - 1896: “Na antiga poesia hespanhola falla-se na *Maestria de França* [...] a *neuma* tradicional dos recitadores.” 1881: “[...] e na antiga poesia hespanhola falla-se na *maestria de França* [...] Gesta de Maldizer de D. Affonso Lopes Baião.”
 20. (1896) p. 97 < (1881) p. 43 - 1896: “Cansados de esgotar [...] á imitação dos cantos populares;” 1881: “Cansados de esgotar [...] a imitar os romances do povo, [...]”
 21. (1896) p. 97 < (1881) p. 43 - “O que havia de profundamente humano [...] impressionar os Poetas palacianos.”

corresponde, sem absoluto rigor textual, ao excerto de 1871 e 1872 não integrado na denominada terceira edição da *Theoria*. Contudo, os trechos retomados nem sempre surgem, em 1896, de acordo com a sequência da matriz.

Traços persistentes de uma teoria

A afirmação da antiguidade e valor do Romanceiro, “o elemento poetico mais rico das Litteraturas peninsulares”¹²⁴ (1.), continua a ser comprovada pelos vestígios que apresenta de uma sociedade arcaica, “barbara” (2.), por recolhas, indocumentadas por Teófilo, feitas a partir do século XIII e pela sua presença na *Crónica General de España* como fonte histórica usada por Afonso, o Sábio (1.).

Como em 1881, considera necessário fazer remontar o seu estudo à origem das tradições peninsulares, ao seu “sub-solo ethnico”, o ibérico (4. e 5.). Um estrato anterior à invasão romana e, por consequência, precedente da nova expressão linguística que os cantos assumiram (2.), revigorado posteriormente pela chegada dos árabes à Península (8.) e igualmente anterior às invasões germânicas. O método aconselhado para a sua investigação - o mesmo que conduziu, no âmbito da lírica, à constatação de “um typo commum ás

22. (1896) pp. 97-98 < (1881) pp. 43-44 - 1896: “D. João Manuel adoptára [...] impressa em Sevilha em 1551.” 1881: “Mas D. João Manuel adoptara [...] nos escriptores portuguezes do seculo XV e XVI.”

23. (1896) pp. 98-99 < (1872) pp. 25-26 < (1871) pp. CCXVIII-CCXIX - “Quando no seculo XV a erudição latina [...] a pretexto de combater a Reforma.” Verificam-se, em 1896, alterações de fontes.

24. (1896) pp. 99-100 < (1881) pp. 44-45 - 1896: “A reacção clerical contra a Reforma [...] dissolvendo-se por fim no gosto allegorico e subjectivo.” 1881: “A reacção clerical contra a Reforma [...] dissolveu-se no lyrismo subjectivo por meio do gosto allegorico.”

¹²⁴ “Das fórmás épicas”, p. 85 e “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., p. 31.

populações romanicas”¹²⁵ - é forçosamente o comparativo e dele emergirá um fundo étnico e poético preexistente ao mundo romanizado (6.).

Continua, portanto, desde 1871, a cumprir um programa de investigação do Romanceiro eminentemente étnico. Neste contexto, a concepção e funcionalidade de “aravia” assumem particular importância sendo repostas persistentemente nas várias versões do estudo e ampliadas desde a descoberta do “elemento iberico”, em 1881.

Se até à chamada “terceira edição” da *Theoria*, a designação que teve, no século XIV, um conteúdo linguístico e depois poético¹²⁶, provava a antiguidade dos romances peninsulares, particularmente das versões açorianas, e a sua raiz “mosarabe”, depois de instaurado o elemento étnico mais arcaico, o ibérico, “aravia” passa a exprimir, para além do germanismo e do semitismo contidos na população “mosarabe”, o próprio viso ibérico pelo facto do “elemento *mauresco*”, constituinte da população “mosarabe” e resultante da miscigenação do árabe com o berber cuja raiz rácica é ibérica, ramo

¹²⁵ “Das fórmās épicas”, p. 86 e “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 33.

¹²⁶ “Tomemos a designação de *Aravia*: significou para os eruditos do século XIV, a linguagem arabe corrupta com que os christãos se entendiam. [...] uma giria privativa do baixo povo [...]. Quando no fim do século XVI o Padre Fernão Guerreiro a usou, no sentido de canto, na phrase «entoar uma aravia», já era bastante empregado pelo povo, a ponto de apparecer nas colonias do Perú e dos Açores [...]”, “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in Dr. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXVIII e “Romanceiros: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 24. Vide reposição 8. de 1896, sobretudo o fragmento correspondente ao supra transcrito: “Para os eruditos do século XV e XVI a *Aravia* é a linguagem corrupta [...] no fim do século XVI, o padre Fernão Guerreiro a usou no sentido de canto, na phrase «entoar uma aravia», era já bastante empregado pelo povo nas colonias portuguezas dos Açores e nas colonias hespanholas do Perú [...]”.

turaniano¹²⁷, produzir “a revivescencia do typo iberico”¹²⁸.

A argumentação usada em torno da “aravia” repõe, sobretudo, fragmentos de 1881 (7., 8., 9. 10. e 11.), como é verificável pelo cotejo das várias tabelas apresentadas em nota. Daí se poder inferir que terá sido em 1871, na primeira versão do estudo, que Braga formou parte fundamental da sua concepção e estabeleceu a sua funcionalidade no contexto da história do Romanceiro.

A descoberta do “elemento ibérico”, em 1881, reiterada nesta edição, induzia-o a fazer recuar as origens étnicas do Romanceiro mas esse “sub-solo” não anulava, nem agora anula, a tese da raiz germânica das composições (12.).

“Raro será o romance popular portuguez que não contenha um symbolo germanico francamente expresso, mesmo com a ingenuidade de quem já o não comprehende”¹²⁹.

¹²⁷ O primeiro volume d’*O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições* colabora para o esclarecimento desta filiação rácica. “A mais antiga das raças historicas que occuparam a Peninsula pertence ao ramo alofico do tronco branco, designação vaga que substitui o nome de *turaniano*; esta raça entrou no sul da Europa, vinda da Asia, tendo estacionado em Africa, onde ainda subsiste o *Berber*, cujo cruzamento com o Arabe veio a produzir o typo *mauresco*. Além d’este elemento *iberico*, chegou á Peninsula Hispanica [...]”, *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, p. 65 (leio, como indiquei, pela 2ª ed. e todas as referências serão dadas a partir desta reimpressão).

¹²⁸ “[...] a *Aravia* significou um dialecto vulgar das classes que estavam em contacto com os Arabes ou propriamente com Berberes; esta classe sendo constituída com as populações hispanicas preexistentes á invasão arabe, facilmente assimilou a si o elemento *mauresco* determinando a revivescencia do typo iberico.”, (excerto da reposição 8., p. 87). A matriz deste fragmento torna o pensamento de Braga mais explícito ao nomear a “classe” a que se refere e ao apresentar a constituição do elemento *mauresco*, “[...] a *Aravia* significou um dialecto vulgar das classes que estavam em contacto com os Arabes, a que na historia social se dá o nome de *Mosarabes*; esta classe sendo constituída com as populações hispanicas preexistentes á invasão arabe, facilmente se assimilou o elemento *mauresco*, onde pelo cruzamento do Arabe com o Berbere, se Vê que determinou n’essas populações a revivescencia do typo iberico”, “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 33.

¹²⁹ (1896) 92 < (1881) 40 < (1872) 23 < (1871) CCXVII.

A investigação dos “symbolos” é permanentemente realizada desde a *Historia do Direito*, verificando-se, também, nas quatro versões deste estudo (12. e 13.). Porém, o germanismo de Braga não se esgota nessa procura, pelo contrário, os visos residuais desse elemento são detectados na existência de vestígios da cantilena germânica na Península (16., 17. e 19) e na própria formação de romances através da influência do ciclo de Carlos Magno (15., 16. e 18.).

Se estes elementos étnico e poéticos são apreciados positivamente na formação e reelaboração das composições, a imitação erudita verificada nos séculos XV-XVI (20. 21. e 22.), ao revelar-se-lhe alheada da origem da tradição romancística e do seu período mais fértil, os séculos XII a XIV (23.), e ao originar a degenerescência do género é considerada nefasta (24.). Distingue, contudo, autores como Gil Vicente, espécie de paradigma de criador verdadeiramente nacional, que respeitando a tradição, a documentam nas suas obras (22.), advindo daí um imenso benefício para o conhecimento da tradição poética.

Alterações e reajustamentos conceptuais

Algumas reescritas dos fragmentos repostos e a introdução de pequenos blocos textuais individualizam esta versão do estudo. Uma longa citação das “*Origens da Poesia lyrica em França*”¹³⁰, através da qual Braga justifica a sua fundamentação étnica da tese da “unidade de tradição poetica” na Europa abre

¹³⁰“Das fôrmas épicas”, pp. 83-84.

o texto de 1896, após a qual transcreve o fragmento “Formação dos Romanceiros peninsulares” de 1881¹³¹, apesar de, agora, suprimir este título.

A crescente amplitude da sua perspetivação dos cantos tradicionais produz algumas alterações. Ao transcrever, na página 85, o excerto da edição anterior onde desenvolve a ideia da tradição comum a Portugal e Espanha¹³², trunca-o para acrescentar o alargamento dessa unidade a outras zonas tradicionais. Termina a sua reposição com a frase conclusiva de 1881 evitando o trecho seguinte de referência apenas aos dois países. Citando o fragmento de 1896, destaco em negritas o que não consta na edição anterior e em itálico o que dela exclui:

“A tradição apparece por vezes commum a Portugal e Hespanha; **outras vezes os paradigmas encontram-se em França, na Italia, e na Grecia moderna**, o que revela uma *mesma* fonte primordial. [:]”

A perspetiva mais ampla deste universo e respectivos estudos volta a produzir efeitos semelhantes. Por exemplo, as investigações sobre

“[a] origem dos cantos épicos occidentaes [que] tem sido já procurada n’este sub-sólo social de uma raça não árica”¹³³

fazem-no referir a descoberta de Liebrecht da presença do tema de **La doncella guerrera** (0231) em composições da China¹³⁴. Alude, também, ao

¹³¹ “É incalculavel a extensão e profundidade da tradição popular hispanica [...]”, “Das fórmias épicas”, p. 84. “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, in *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., p. 31.

¹³² “Romanceiro: Epopêa Cyclica Nacional”, *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., p. 31.

¹³³ “Das fórmias épicas”, p. 89.

¹³⁴ *Ibidem*.

que considera ser um documento da cantilena germânica encontrado na Argentina e publicado por Eduardo de la Barra, “o romance de *Don Favila*”¹³⁵.

Termina esta versão do estudo com a referência ao período entre os finais do século XVII e o dealbar do Romantismo em que a tradição épica se refugia entre o povo¹³⁶.

Como se observava, a marca mais notória de diferenciação do texto de 1896 consiste na exclusão da sistematização étnico-geográfica da tradição portuguesa. Se não a substituí por outra, não esqueçamos que no segundo volume d’*O Povo Portuguez*, entretanto publicado em 1885, Braga ensaiava uma tipologia temática. Debruçar-nos-emos sobre o problema.

1.6. O estudo “Sobre a Poesia Popular do Brazil” dos Cantos Populares do Brazil na Historia da Poesia Popular Portuguesa de 1905

A introdução “Sobre a Poesia Popular do Brazil”¹³⁷ da colecção de Sílvio Romero, publicada graças ao empenho do investigador português e do editor Carrilho Videira¹³⁸, é integrada por Braga, vinte e dois anos mais tarde,

¹³⁵ “O romance de *Don Favila*, colligido da tradição popular na Republica Argentina, é uma prova d’esta elaboração poetica anterior aos cantares de Gesta.” E em nota, esclarece “Publicado por Eduardo de la Barra, no folheto *El Endecassilabo dactilico*, p. 83; diz ter colligido muitos outros romances anteriores ao seculo XIII”, *op. cit.*, p. 96.

¹³⁶ “D’aqui em diante a poesia épica do povo perde-se totalmente [...] Só muito tarde, na renovação das Litteraturas pelo Romantismo é que se tornou a achar este veio riquissimo da Tradição”, *op. cit.*, p. 100.

¹³⁷ “Sobre a Poesia Popular do Brazil”, in Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brazil*, pp. IX-XXXI.

¹³⁸ Reconhece o autor sergipano: “Resta-nos agora agradecer a todos aquelles que nos ajudaram n’esta improba tarefa, e especialmente aos snrs. e Carilho Videira, que tão galhardamente se offereceram para salvar das traças esta collecção, que foi repellida pelos

na *Historia da Poesia Popular Portuguesa*¹³⁹ numa versão que apresentando algumas supressões e fragmentos em primeira mão, conserva uma notável proximidade discursiva e conceptual¹⁴⁰.

1.6.1. Uma reedição reveladora de uma contenda

Duas intervenções na versão de 1905, a supressão da elogiosa referência feita a Romero em 1883¹⁴¹ e a introdução da extensa nota da página 434, na qual transcreve dois excertos de duas cartas de Fran Paxêco, explicam-se pela dissensão entre os dois eruditos após a colaboração do português na publicação dos *Contos Populares do Brazil*¹⁴² coligidos por Romero. A essa diatribe nos dedicaremos mais tarde.

livreiros e editores brasileiros com o mesmo horror com que se foge da peste.” Sylvio Romero, “Advertencia”, in *op. cit.*, p. VII.

¹³⁹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, pp. 423-444.

¹⁴⁰ Observe-se a tabela:

1. (1905) pp. 423-428 < (1883) pp. IX-XVII - “A população do vasto territorio do Brazil [...] e encommendam as almas do purgatorio.»”
2. (1905) pp. 429-430 < (1883) pp. XVII-XVIII - “Como é que renasceu a poesia tradicional [...] tão característico, chamado o *bahiano*.”
3. (1905) pp. 430-432 < (1883) pp. XVIII- XXI - “Os pontos mais frequentados [...] / Nos braços de frei João./”
4. (1905) pp. 433-436 < (1883) pp. XXI-XXIII - “Celso de Magalhães allude [...] a situação particular d’aquella provincia.”
5. (1905) pp. 436-441 < (1883) pp. XXIII-XXIX - “Este genero poetico primeiramente [...] no auto rudimentar dos *Marujos*.”
6. (1905) pp. 442-444 < (1883) pp. XXIX-XXXI - “A importancia scientifica que adquire [...] á Hespanha, á França, á Italia e á Grecia moderna.”

¹⁴¹ “O vigoroso critico e intelligente professor Sylvio Roméro coordenando a collecção dos *Cantos Populares do Brazil*, completa o pensamento fundamental da sua *Introducção á Historia da Litteratura brasileira*”, “Sobre a Poesia Popular do Brazil”, in Sylvio Romero, *op. cit.*, pp. X-XI.

¹⁴² “Sobre a Novellística Brasileira” in Sylvio Romero, *Contos Populares do Brazil*, pp. VII-XXXVI.

Braga utiliza as palavras do correspondente e amigo sobre a descoberta de manuscritos de Celso de Magalhães que retiram o pioneirismo às investigações do autor sergipano, para acusar Romero de falsamente se intitular primeiro estudioso de romances no Brasil e serve-se delas para anunciar que as modificações introduzidas por este na segunda edição dos seus *Cantos*¹⁴³ brasileiros, coincidem com as teses contestadas pelo colector .

Provavelmente, estas dissensões originam também, na versão de 1905, a citação de Rodrigues de Carvalho¹⁴⁴ em lugar da referência a Sílvio Romero. Apesar do crítico sergipano descrever, na *Revista Brasileira*¹⁴⁵, realizações dramáticas locais que incluem a “Nau Catrineta” (**Nau Catrineta** - 0457), o erudito português, apesar de seguir atentamente esses artigos¹⁴⁶, prefere incorporar e documentar este facto, na reedição do estudo de 1883, através do (segundo indica) “Folk Lore do Ceará”, de Rodrigues Carvalho, inserido *in Commemorando o Tricentenário da Vinda dos Portuguezes ao Ceará*.

No entanto, a influência de Romero não sucumbe às desavenças e esconde-se por trás da supressão de epítetos elogiosos ou referências explícitas, neste caso, como se pode conferir nas reposições 4. e 5..

¹⁴³ Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, S. Paulo, Livraria Clasica de Alves & Comp., Tip. “Confiança”, 1897.

¹⁴⁴ “A canção narrativa *Nao Cathrineta* recebeu a fôrma dramatica na tradição popular do Brasil; Rodrigues de Carvalho no *Folk Lore do Ceará*, descreve essa representação scenica [...] e mantendo com a pose de Adamastor e elmo guerreiro de papelão e papel prateado.»”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 441-442.

¹⁴⁵ Sylvio Romero, “A Poesia Popular no Brazil”, *Revista Brasileira*, I, 1879, p. 265.

¹⁴⁶ “Já em 1881 me interessava pelos estudos da tradição poética do Brasil, que descrevo na *Teoria da Literatura Portuguesa*, pgs. 57-59, citando a *Revista Brasileira*, pelas suas valiosas informações”, *Cartas de Teófilo com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas “Confissões” de Camilo*, pp. 29-30.

1.6.2. Alterações devidas à estrutura da obra de 1905

Braga havia associado, na introdução de 1883, a tradição brasileira à da Índia portuguesa por ambas terem o seu início na primeira fase da colonização e conservarem, ao lado da Madeira e Açores, os traços mais arcaicos e fecundos da tradição portuguesa¹⁴⁷.

A utilização deste excerto, na *Historia da Poesia*, vai disseminar-se não só pelo apartado relativo ao Brasil mas também pelo dedicado à poesia popular na Índia¹⁴⁸. No que concerne a esta parte, integra algumas fontes da tradição oriental, nomeadamente, a referência à versão de **La doncella guerrera** (0231) publicada por Costa e Silva¹⁴⁹, e a algumas citações das *Decadas* de Diogo do Couto¹⁵⁰. Conserva, contudo, no *item* do Brasil o excerto sobre a obra camonianiana, particularmente, as suas Cartas escritas da Índia, como fonte para o conhecimento do vigor poético dessa tradição - fazendo-o com o objectivo de manter a tese da analogia das duas tradições no primeiro período da colonização¹⁵¹.

¹⁴⁷ “No renascimento da poesia tradicional portuguesa repete-se este phenomeno importante [...] A endexa da *Mulatinha*, (Nº 34) que tenda a obliterar-se na tradição de Sergipe na fórmula de parodia, acha-se unicamente na ilha da Madeira, com o titulo de *A Mulatona*, completa e com uma graça inexcédível.”, “Sobre a Poesia Popular do Brazil”, in Sylvio Romero, *op. cit.*, pp. XIII-XVIII.

¹⁴⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 411-422.

¹⁴⁹ “[C]olligiu Costa e Silva do ditado de uma senhora de Goa o antigo romance da *Donzella que vae á guerra*, de que falla Jorge Ferreira na *Auleographia*. Foi da India que nos veiu a primeira centelha que inspirou a Costa e Silva, arcadista ferrenho, o gosto pela tradição, baseando sobre esse romance o poema de *Isabel ou a Heroína de Aragão*”, *op. cit.*, p. 422. “Costa e Silva colligiu da versão oral de uma senhora de Goa o romance popular da *Donzella guerreira*, que imprimiu como thema originario do seu poema *Isabel ou a Heroína de Aragão*”, “Sobre a Poesia Popular do Brazil” in Sylvio Romero, *op. cit.*, pp. XIII.

¹⁵⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 413-415. “Sobre a Poesia Popular do Brazil”, in Sylvio Romero, *op. cit.*, pp. XV-XVI.

¹⁵¹ “Nas obras de Camões ha muitas referencias [...] e encommendam as almas do purgatorio”, *op. cit.*, pp. XVI-XVII; *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 428-429.

Se o último bloco apresenta uma absoluta fidelidade textual relativamente à sua matriz (faz parte da reposição 1.), nos outros casos, embora os excertos de 1883 surjam como referência, constata-se uma reelaboração discursiva.

1.6.3. Outras alterações

Grande parte das restantes intervenções consiste na introdução de blocos textuais em primeira mão, com uma funcionalidade comprovativa de aspectos já desenvolvidos na edição de 1883, mas outras trazem novos dados aos problemas colocados ou concretizam ideias apresentadas.

No primeiro caso se coloca o parágrafo¹⁵² que, por um lado, afirma a acção deletéria dos Jesuítas e do elemento étnico negro sobre a tradição no Brasil, através da transcrição de um excerto de Simão de Vasconcelos e da referência à opinião de Celso de Magalhães; por outro lado, especifica uma ideia anteriormente apresentada para a compreensão da vitalidade tradicional brasileira. Em 1883, já apreciava negativamente a acção dos clérigos¹⁵³ e considerava ser a emigração portuguesa um dos factores contrários a essa influência¹⁵⁴; na *Historia da Poesia*, a mesma visão sobre o papel da Igreja

¹⁵² “O padre Simão de Vasconcellos, na vida do missionario Padre Anchieta falla da influencia das cantigas na conversão dos selvagens do Brasil [...] A influencia jesuitica e o influxo da raça negra africana actuaram profundamente na deturpação da poesia popular portugueza no Brasil, como notou Celso de Magalhães; a transmissão pelas colonias de emigrantes açorianos é que tem alimentado esse fundo tradicional.”, *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicas*, p. 428-429.

¹⁵³ “D. João de Mello, bispo de Coimbra, mandou compôr um cathecismo e fel-o decorar á força pelos povos das aldêas [...] e como Frei Antonio de Portalegre metrificava a Paixão para eliminar do vulgo o gosto dos romances heroicos.” “Sobre a Poesia Popular do Brazil”, in Sylvio Romero, *op. cit.*, pp. XIV-XV. Excerto excluído da edição de 1905.

¹⁵⁴ “A emigração portugueza para o Brazil alimenta esta persistencia tradicional, sem comtudo tirar a cada provincia o character da sua elaboração local.”, *Historia da Poesia*

reaparece mas a identificação dos elementos do renascimento dos cantos tradicionais surge mais especificada, as “colonias de emigrantes açorianos”.

Todavia, um outro excerto¹⁵⁵, em primeira mão, tem um significado que ultrapassa o mero desenvolvimento ou documentação de uma ideia. Através de uma extensa citação d’*A Poesia Popular* de Celso de Magalhães, contempla uma nova perspectiva da “assimilação” da tradição poética portuguesa no Brasil. Se vários elementos constituintes da sociedade brasileira haviam sido já apresentados, o negro, o tupi, como influentes reelaboradores dos romances no Brasil ao longo da história, Braga, transcrevendo Magalhães, admite que, na sua contemporaneidade, um fenómeno semelhante se processe, o da adaptação dos romances à linguagem e costumes actuais dos brasileiros, considerando, assim, o fenómeno da recriação tradicional não apenas no plano diacrónico mas, igualmente, no sincrónico.

1.6.4. Manutenção de um pensamento

A demonstração da importância da publicação dos *Cantos* e da investigação das tradições no Brasil dominam as duas versões do estudo. Essa obra documenta a sua poesia tradicional no que designa como o “período de

Popular Portuguesa. Cyclos Épicos, p 429; “Sobre a Poesia Popular do Brasil”, in Sylvio Romero, *op. cit.*, p. XVIII.

¹⁵⁵ “Celso de Magalhães nos seus estudos sobre *A Poesia popular do Brasil*, observou o facto da assimilação dos Romances portugueses á linguagem e viver da sociedade brasileira. [...] Em primeiro lugar temos a locução - que era macaco - puramente brasileira, no sentido de astuto, fino: em segundo lugar ha a substituição do *creado* portuguez pelo *moleque*, que só se encontra entre nós.»”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 432-433. O estudo do investigador brasileiro teve uma edição prefaciada e anotada por Bráulio do Nascimento: Celso de Magalhães, *A Poesia Popular Brasileira*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1973.

transição”¹⁵⁶ da nação brasileira, o momento em que os elementos étnicos constitutivos da população se interpenetram para formarem uma poesia original (1.). O seu valor manifesta-se, de igual modo, ao apresentar as matrizes de formação da literatura brasileira; ao oferecer as suas “bases organicas”, “a materia prima de criação anonyma para ser elaborada pelos genios individuaes”¹⁵⁷ (1.).

As investigações brasileiras sobre as suas tradições, de que fazem parte os *Cantos*, provam, ainda, a especificidade étnica e poética de cada província (2.), desde os estudos de Celso de Magalhães, no Maranhão, aos de Sílvio Romero, em Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro (1., 2., 3. e 4.). Paralelamente, transferindo os seus resultados para outras ciências, conferem

“á psychologia as manifestações mais francas da affectividade, á critica os elementos primarios e eternos das creações artisticas, e á pedagogia o vehiculo mais seguro para levar á alma da creança um interesse mental que lhes põe gradativamente em acção todas as faculdades”¹⁵⁸ (6.).

Mas o pensamento de Braga não se conforma a uma perspectiva meramente provincial ou nacional dos *Cantos*. Consigna-os também como manifestação do Romanceiro e Cancioneiro comum à Europa ocidental (6.)

Privilegia, nos *Cantos*, a herança deixada pelos primeiros colonizadores portugueses, a qual é apenas comparável às composições recolhidas nos Açores e Madeira¹⁵⁹ (1.). Ao constatar o vazio documental da tradição no período

¹⁵⁶ (1905) p. 424 < (1883) p. X.

¹⁵⁷ (1905) p. 424 < (1883) p. XI.

¹⁵⁸ (1905) p. 443 < (1883) p. XXIX. Em 1883, “[...] todas as suas faculdades.”

¹⁵⁹ “Os *Cantos populares do Brasil* são o deposito augusto conservado da vida moral transmittido pela mãe patria; sob este aspecto, vêm elles completar a tradição portugueza, tão

quinhentista, não hesita em recorrer a uma fonte indirecta para a comprovar. Baseando-se no postulado do primeiro elemento colonial ser idêntico ao da Índia, recorre às Cartas de Camões escritas do Oriente, onde transparece o vigor da tradição entre os navegadores portugueses, para provar semelhante manifestação na América lusa (1.).

As sucessivas levas migratórias do Minho, Açores e Madeira mantiveram vivo esse *corpus* tradicional (2.) e, de tal forma Braga o vê enraizado, que verifica nessa tradição processos semelhantes ao de Gil Vicente na criação da sua obra dramática.

“[O]s romances e cantigas populares eram intercalados nos seus Autos, da mesma fôrma que na tradição brasileira ainda hoje o romance da *Nao Catherineta* e a *Canção do marujo* vêm intercalados no auto rudimentar dos *Marujos*.”¹⁶⁰ (5.).

O vigor e a autenticidade arcaica dos *Cantos* suscitam-lhe a confirmação da tese da maior conservação das tradições nas áreas mais longínquas e mais isoladas do foco de difusão (1.). Na colecção açoriana de 1869, exprimia o princípio do isolamento geográfico como factor de preservação tradicional¹⁶¹, mas em 1905, como em 1883, amplia-o com o factor da distância relativamente à metrópole. Analogicamente, verifica esta a “lei da historia” no facto de serem os mais “infimos” estratos sociais, os mais afastados

apagada já no continente, e tão vigorosa nas colonias distantes, como se vê pelos opulentos thesouros dos *Cantos populares do Archipelago açoriano*, e pelo *Romanceiro do Archipelago da Madeira*.” *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 425; “Sobre a Poesia Popular do Brazil”, in Sylvio Romero, *op. cit.*, p. XI. Em 1883, “Os *Cantos populares do Brazil* [...]”.

¹⁶⁰ (1905) p. 441 < (1883) pp. XVIII-XIX.

¹⁶¹ “Ao estudar-se o romanceiro das Ilhas dos Açores devemos ter em vista: [...] que até ao presente os povos dos Açores viveram quasi, por assim dizer, incommunicaveis [...] Portanto, os romances açorianos estão em um estado de pureza e de originalidade [...]”, “Introdução”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. VII.

das classes cultas, aqueles que “mais persiste[m] na situação psychologica rudimentar”¹⁶² (1.). Aplicando a tese no plano individual, aponta o caso de Garrett que descobriu as tradições no isolamento da emigração e, no caso de Celso de Magalhães, Sílvia Romero, entre outros, que as exumaram ao encontrarem-se afastados da capital¹⁶³ (1.). Braga formalizou, em 1883, o princípio que desde sempre intuía: é entre o povo e nas áreas geográficas mais longínquas e isoladas dos centros culturais e políticos que resiste a tradição mais genuína.

1.7. As “Notas” do Romanceiro Geral, dos Cantos Populares do Archipelago Açoriano e dos Cantos Populares do Brazil no Romanceiro Geral Portuguez

O mesmo processo de reposição se descobre ao compulsarem-se as “Notas” às colecções de 1867, 1869, 1883 e 1909. Braga, reeditando na primeira década do século XX, grande parte das composições recolhidas e publicadas até então, mostra-se particularmente atento aos seus estudos que acompanharam as versões dos referidos acervos. Transcreve, amiudadas vezes, textualmente, blocos das “Notas” dessas colecções¹⁶⁴, com mais frequência, do

¹⁶² (1905) p. 427 < (1883) p. XIV.

¹⁶³ “No renascimento da poesia tradicional portugueza repete-se este phenomeno importante de ser na emigração que Garrett conheceu a existencia de um Romanceiro nacional, [...] Na investigação dos *Cantos populares do Brasil*, a vitalidade da tradição despertou o interesse dos criticos longe da capital [...]” *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicas*, p. 427; “Sobre a Poesia Popular do Brazil”, in Sílvia Romero, *op. cit.*, pp. XIII-XIV. Do excerto de 1883, Braga exclui o fragmento já referido “Costa e Silva colligiu [...] *Isabel ou a Heroína de Aragão*”.

¹⁶⁴ Indicando as obras pelos anos de edição, apresenta-se a tabela dos excertos das “Notas” repostas em 1909, mantendo as designações dos romances dadas por Braga, nesse terceiro volume do *Romanceiro Geral Portuguez*. Excluem-se as pequenas transcrições que, pela sua dimensão e significado, se tornam irrelevantes, as alterações discursivas sem relevância e as

referências bibliográficas dispersas, uma vez que as fontes textuais de Braga serão identificadas mais tarde, ao expormos o seu pensamento. As reposições serão identificadas, a partir desta nota, no corpo do texto, pelo número e alínea.

1. “Náo Catherineta”, pp. 314-335:

a) pp. 318-322 < (1867) pp. 191-195 - “Nas antigas Relações de naufragios [...] feito em verso por um marinheiro.”

b) pp. 322-327 < (1869) pp. 425-431 - “Ao passo que esta admiravel reliquia [...] / Que tinham para ladrar”

c) pp. 328-329 < (II, 1883) pp. 177-178 - “No *Romancerillo catalan*, [...] / L’ancian á visitá./ ”

d) p. 329 < (1883, II) pp. 174-176 - “No *Gwerzian-breiz-izel* [...] / Que promenoun long de la mar.../ ”

e) pp. 330 < (1883, II) pp. 176-177 - “/I était un petit navire/ [...] / *Nons allons la recommencer.*”

2. “Bella Infanta”, pp. 335-334:

p. 335 < (1883, II) pp. 141 - “Segundo Ampère, [...] que entraram na formação dos poemas homericos; [...]”

3. “Dom Marcos”, pp. 347-362:

a) pp. 348-349 < (1883, II) pp. 145-146 - “Tambem na *Deutsche Sagen* [...] os Sarracenos da Hespanha.» (*Ib.*, p. 123)”

b) pp. 349-350 < (1867) pp. 172-173 - 1909: “Nos *Cantos populares da Grecia moderna*, publicados pelo Conde de Marcellus, vem uma lenda com o titulo *O Rapto*, em tudo semelhante ao romance portuguez [...] nem sequer a avistaram.» (p. 140) 1867: “Na bella colecção dos *Cantos populares da Grecia moderna*, feita pelo conde de Marcellus, quinta parte, que encerra as legendas, se encontra uma intitulada o *Rapto*, em tudo semelhante ao romance portuguez [...] nem sequer a avistaram.» (p. 140)

c) p. 350 < (1869) pp. 406-407 - 1909: “Sobre a passagem das tradições occidentaes [...] é um thema commum á poesia popular occidental.” 1869: “Sobre a passagem das tradições occidentaes [...] é frequente na poesia popular de toda a Europa.”

4. “Dom Martinho de Avisado”, pp. 367-384:

a) pp. 377-378 < (1867) pp. 165-166 - 1909: “Nos seus interessantissimos estudos [...] tambem na Servia vestigios d’este romance.” 1867: “M. Nigra, em seus interessantissimos estudos [...] tambem na Servia vestigios d’este romance.”

b) p. 378 < (1867) p. 166 - “Tomaseo colligira [...] muitas vezes originarios da Provença, etc.»”

5. “Dom Aleixo”, pp. 384-385:

a) p. 384 < (1867) p. 187 - 1909: “Garrett encontrou-o nos apontamentos manuscripts [...] de versões provincianas.” 1867: “Nos manuscripts do curioso Cavalleiro de Oliveira [...] o encontrou Garrett.” Excerto reescrito.

6. “Reginaldo; Gerinaldo”, pp. 386-395:

a) pp. 387-391 < (1867) pp. 167-171 - “Na Beira, segundo descobriu [...] com o humilde servo.» (*Ib.*, p. 85)” Em 1909, exclui o fragmento de 1867, p. 170, “Uma das verdades da

poesia popular é o seu aparecimento logico; o romance *Gerinaldo* encontra-se em Hespanha e Portugal, justamente até onde se estendeu a acção da poesia provençal;”

b) p. 391 < (1867) p. 172 - Versão “Carrerilla de Gerinaldo” de “(*Duran, Rom. geral, t. I, p. 177*)”

7. “Dom Beltrão; Valdevinos”, pp. 395-396:

a) p. 395 < (1867) p. 199 - “São assim os cavallos do Cyclo carlingio [...] que tocava lyra.”

b) p. 396 < (1867) p. 199 - 1909: “[...] era anteriormente muito vulgarizado em Portugal [...] pelo *Cancionero de Romances*, de Anvers.” 1867: “[...] este romance era conhecido em Portugal [...] pelo celebre *Cancionero de Romances*, de Anvers, reimpresso em Lisboa em 1581.”

8. “Dom Gayfeiros; Melisendra”, pp. 396-397:

a) p. 396 < (1867) pp. 200 e 200-201 - “Estes dois romances foram reunidos por Garrett em um só [...] no *Cancionero de Romances*, de Anvers de 1550 e reimpresso em Lisboa em 1581.” Em 1909, não inclui o excerto de 1867, p. 200, “Na tradição oral [...] reduzindo-as aos traços mais profundos.”

9. “Cruel Vento - Joãozinho o Banido - Flores e Ventos - Dona Branca”, pp. 403-405:

a) p. 404 < (1869) p. 415 - “«Eis aqui um romance [...] que se chama *Flores e Ventos*.»”

b) pp. 404-405 < (1869) pp. 414-415 - “Eis o que escrevemos [...] /*El otro se torna can.*/ (Ochoa, *Tesoro de Rom.*, p. 14.)”

10. “Infantina - A Encantada - O Caçador e a Donzella, etc.”, pp. 407-415:

a) p. 407 < (1867) p. 177-178 - “«Todo indica que [...] los cantos de los troberos.» (Ib., t. I, p. 152.)”

b) pp. 407-408 < (1869) pp. 401-402 - “«Sente-se a gente tentado [...] /*Tant soit belle ou habille.*/ (*Vieux de Vires*, d’Oliver Basselin, p. 225.)”

c) pp. 408-409 < (1869) p. 398 - “«Este Dom Diego Lopez [...] foisse logo com elle.»”

d) p. 409 < (1867) p. 176 - “«A versão portugueza [...] d’estes romances.» (*Proben*, S. 54.)”

e) pp. 409-410 < (1867) p. 177 - “Gerard Nerval colligiui [...] /*Il fallait la plumer.*/ (*Vieux Auteurs castillanes*, II, 257.)”

11. “Conde Nillo; Conde Nino; Conde Lindes”, pp. 415-423:

a) p. 418 < (1883, II) pp. 158-159 - “O episodio das duas arvores [...] morto de amor pela donzella.»”. Acrescenta “Child considera-o como uma questão aberta”. Altera a ordem discursiva da matriz.

b) p. 420 < (1867) p. 184-185 - “Na lição de Garrett [...] na apparencia de uma pomba.”

c) pp. 420-421 < (1867) pp. 185-186 - “Quando a realidade historica [...] pelo *Cancionero* de Baena.”

12. “Princeza peregrina; Promessa de Noivado; a Enganada; Peregrina, etc.”, pp. 423-426:

a) pp. 425-426 < (1869) pp. 412-413 - “/La femme abandonée/ [...] o amante já casado e com filhos”

13. “Dom Carlos de Montealbar - Dom Carlos de Além mar; Albaninha, etc.”, pp. 427-437:

a) p. 427 < (1867) p. 198 - 1909: “É um d’aquelles romances [...] em novas situações.” 1867: “Eis um d’aquelles romances [...] de novas situações.” Excerto reescrito.

b) p. 428 < (1883, II) pp. 165-166 - 1909: "Dom Francisco de Portugal [...] penar, por penar.»" 1883: "[...] *Arte de Galanteria* [...] penar, por penar.» (p. 122.)" Excerto reescrito.

14. "A Romeira; Marianinha", pp. 437-444:

a) p. 438 < (1867) p. 175 - "No testamento de el rei D. Diniz [...] determinaram os seus paradigmas."

15. "A Filha do Imperador de Roma; Hortelão das Flores; Dom Duardos", pp. 444-451:

a) pp. 445-446 < (1867) pp. 188-189 - "Um facto notavel se descobre [...] / *Nadie no tiene valia.* / *Obras*, t. II, p. 249"

b) pp. 447-451 < (1869) pp. 448-452 - "A maior e mais bella parte [...] / Te busco, oh donzella. / (Caselli, *Cantos populares da Italia*, p. 195)." Acrescenta, em 1909, p. 449, a referência "No *Romancerillo catalan* [...] *La Violeta*."

16. "Sylvaninha; Faustina; D. Sylvana; Galdina; Aldina", pp. 453-465:

a) p. 453 < (1867) p. 180 - "É dos mais populares e antigos [...] com o titulo de Delgadina". Acrescenta em 1909, "[...] ou melhor Antiocho, do *Livro de Apolonio*, que se apaixonou pela filha."

b) p. 453 < (1867) p. 184 - "É um facto curioso vêr como o povo [...] no tempo de D. João I."

c) pp. 453-456 < (1869) pp. 402-403 - "A versão do romance [...] na asturiana chamam se *degorrios*." Exclui, em 1909, um pequeno fragmento, "[a] novella de *Amadis de Gaula* [...] do partido democrata do seculo XII.", p. 405

17. "Conde Yano; Conde Alberto; Conde Alves; Silvana; Dona Iria; Conde Alarcos; Conde de Alado; Conde Elarte; Conde de Alado; Conde Olario; Conde Algalia", pp. 465-473:

a) pp. 466-467 < (1867) pp. 197-198 - "Qual será a razão [...] e mais proxima da sua origem." Suprime, em 1909, "[...] porque em todas as versões portuguesas [...] que vão soffrendo na tradição.", p. 197.

b) p. 467 < (1869) pp. 421-422 - "A versão açoriana [...] *El Conde Flores*. (*Hist. crit. de la Litteratura espanola*, p. 454)." Exclui a chamada de atenção para a Nota de 1867.

18. "Dona Anna; Alferes matador; Rei Traquilha; D. Branca; Flor-Bella; Pobre Viuva", pp. 478-483:

a) pp. 480-481 < (1867) p. 174 - "Gerard Nerval (*Bohème galante*, pag. 71) [...] / J'ai fait trois jours la morte pour mon honneur garder/."

19. "Guimar; Dom João; D. Agueda de medina; Pomba sem fel; D. Maria", pp. 483-489:

a) pp. 485-486 < (1869) pp. 433-435 - 1909 "O genio ligurico do povo portuguez [...] (Vid. Du Canges, *Gloss.*, vbº *Abjuratio terrae*.)" 1869 "O genio celtico do povo portuguez [...] (Vid. Du Canges, *Gloss.*, vbº *Abjuratio terrae*.)" Acrescenta, em 1909, p. 486, "[...] these exposta e demonstrada muito antes de nós por Muñoz y Romero [...] nos romances populares portuguezes."

20. "Conde de Alemanha", pp. 498-501:

a) p. 499 < (1867) p. 198 - "Do Conde de Allemanha escreveu Garrett [...] un hecho verdadero.» (*Romancero general*, Nº 305)"

21. "Dona Alda - D. Aldonso - D. Alberto - Flor de Marilia", pp. 501-509:

a) pp. 504-505 < (1869) pp. 417-418 - “Eis o citado romance [...] em belleza e antiguidade.”

b) p. 505 < (1869) p. 416 - “Qual será a razão [...] uma lição contemporanea das nossas.”

22. “Bernal francez - Dom Francisco - Bernal Françaio - D. Pedro Françaio - O caso da Francisquinha”, p. 509:

a) p. 509 < (1867) p. 184 - 1909: “[...] a sua desmembração em duas partes distintas [...] morta por causa d’elle.” 1867: “[...] é formada de duas partes distintas [...] morta por amor d’elle.” Excerto reescrito sem alterações conceptuais.

23. “A Morena - A Moreninha - Frei João - Mulher falsa - Marianna - Frade Caçador”, pp. 517-522:

a) pp. 517-518 < (1867), p. 213 - “Frei João é tão antigo [...] versão de Garrett não vem o milagre do calix”

b) pp. 518-519 < (1869) pp. 467-468 - “Os contos de Frades [...] o marido é quem chorava.”

c) p. 519 < (1869) pp. 468-469 - “Na outava jornada [...] um almofariz da parochiana.”

24. “O Cordão de ouro - O Soldadinho - Entrada de Maio”, pp. 522-523:

a) p. 522 < (1867), p. 213 - 1909: “Foi pela primeira vez publicada por Garrett [...] tres versões de Traz-os-Montes.” 1867: “Foi pela primeira vez recolhida por Almeida Garrett [...] mais completa do que as outras.” Excerto reescrito exprimindo opiniões diferentes.

25. “Branca Flor”, pp. 531-545:

a) pp. 531-532 < (1867) pp. 201-202 - 1909: “Outra vez o thema do reconhecimento [...] para se tomarem por primitivos». (*Vieuz Auteurs castillans*, t. II, pag. 270)”. 1867: “Outra vez a peripecia do reconhecimento [...] para se tomarem por primitivos». (*Vieuz Auteurs castillans*, t. II, pag. 370)”.

Este excerto é reescrito e actualizado à luz de novos conhecimentos.

b) pp. 532-533 < (1867) pp. 202-203 - “Será este romance um vestigio [...] /Qual vos eu ey;/”

26. “O Cativo”, pp. 545-551:

a) pp. 545-546 < (1869) pp. 446-447 - “A poesia d’este romance [...] amava a sua terra”

b) p. 546 < (1869) p. 446 - “Já Camões fazia allusões [...] /Y mi madre de Antequera, etc./”

c) pp. 546-547 < (1867) p. 207 - “/El Cativo/ [...] /Mejor que yo mereciera./”

27. “O Cego”, pp. 551-554:

a) pp. 551-552 < (1869) pp. 464-465 - “/Yo me era mora Moraina/ [...] /Y abril de par en par./”

b) p. 552 < (1869) p. 465 - “/Llevántate, panadera/ [...] /No traigo vino ni pan./ (Obras, t. II, p. 139.)”

c) p. 552 < (1883, II) p. 196 - “No Lagarto, villa de Sergipe [...] do theatro popular. (*Rev. Brasileira*, vol. I, p. 265.)”

28. “Triste noivo; A má nova; Casamento mallogrado; Novas ruins; La cantiga del Mirandum”, pp. 580-581:

a) pp. 580-581 < (1869) pp. 447-448 - “[...] este romance é allusivo ao desastroso successo [...] *Memorial dos Cavalleiros da segunda Tavola Redonda* [...]”

Romanceiro Geral e dos Cantos Populares do Archipelago Açoriano. Sem qualquer advertência, repõe parte das suas próprias palavras - ou, o que assume mais relevância, de um pensamento de décadas anteriores.

Em 1909, reúne, nalgumas notas, e sem qualquer indicação nesse sentido, fragmentos de estudos anteriores de diferentes romances e de diferentes notas, o que produz alguma dificuldade no estabelecimento da relação entre a análise do romance e o próprio romance. Por vezes, é só através da identificação das fontes desses fragmentos e das fontes das versões que se torna possível fazer o encontro entre a apreciação teórica e o romance.

29. “Despedida de Lisboa; D. Joaquim; Não que vae á guerra; D. João da Armada; Batalha de Lepanto”, pp. 581-582:

a) pp. 581-582 < (1869) pp. 435-437 - Em 1909 “Foi colligido da tradição [...] /Que era de tanta valia.” Em 1869 “Foi recolhido da tradição tradição [...] /Que era de tanta valia.”

30. “*Cyclo evangelico e popular*”, pp. 583-586:

a) pp. 583-584 < (1869) pp. 459-460 - “Estes romances são a revelação [...] é a parte psychologica, subjectiva.”

b) p. 585 < (1869) pp. 457-458 - “Os romances *ao divino* [...] dos Jeronymos de Belem.”

31. “Nossa Senhora dos Martyres”, pp. 587-590:

a) pp. 587-590 < (1867) pp. 203-206 - “O sentimento do maravilhoso [...] fôrmas do maravilhoso do povo.”

32. “A Devota da Ermida”, p. 591:

a) todo o texto é de 1867, p. 211

33. “Santa Iria; Santa Helena; Santa Irena; Iria-a-Fidalga”, pp. 593-597:

a) p. 593 < (1867) p. 210 - 1909: “Apareceu pela primeira vez [...] com a tradição poetica popular.” 1867: “A lenda appareceu pela primeira vez [...] da tradição da padroeira de Santarem; [...]” Excerto reescrito; substitui “senso artistico” por “senso critico”.

b) pp. 594-595 < (1869) pp. 461-462 - “A legenda piedosa [...] nos gelos do polo. (Du Méril, *Poésies populaires latines du Moyen Age*, p. 326)”

34. “Jesus mendigo; O Pobresinho; Jesus peregrino”, pp. 600-601:

a) pp. 603-604 < (1867) pp. 209-210 - “/La ballade de Jésus Christ/ [...] gosam ambos a bem-aventurança.”

Veja-se que a nota a “Guimar; Dom João; D. Agueda de Medina; Pomba sem fel; D. Maria”¹⁶⁵ engloba, sem se referirem as contaminações, **Blancaflor y Filomena** (0184), **La difunta pleiteada** (0217) e **La nave guiada por la Virgen** (0108) deixando, contudo, duas versões de **Blancaflor y Filomena** (0184) - uma do Algarve, páginas 598-601, e outra dos Açores, páginas 601-603 - na nota “Dona Anna; Alferes matador; Rei Traquilha; D. Branca; Flor-Bella; Pobre Viuva”¹⁶⁶ que reúne para além desse romance, **Los soldados forzadores** (0170) e **Tarquino y Lucrecia** (0403).

Outras vezes, ainda, refere-se à mesma versão em diferentes notas, como a do **Conde Claros preso** (0366), do primeiro volume, páginas 405-407, na de “Dom Carlos de Montearbar - Dom Carlos de Além mar; Lisarda; Albaninha, etc.”¹⁶⁷ que, para além dessa composição, engloba outras do **Conde Claros en hábito de fraile** (0159), da **Aliarda** (0149) e de **La infanta preñada** (0469), e na de “A Romeira; Marianinha”¹⁶⁸, reúne a ela versões de **Una fatal ocasión** (0232), de **La apuesta ganada** (0255) e do **Conde Claros en hábito de fraile** (0159).

1.7.1. Causas das alterações: novas teses “antropológicas”, a reavaliação das fontes e ulteriores investigações

Na maioria dos casos, as reposições são textuais mas se uma se encontra conformada a um novo enquadramento antropológico, por exemplo, a

¹⁶⁵ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, pp. 483-489.

¹⁶⁶ *Op. cit.*, pp. 478-483.

¹⁶⁷ *Op. cit.*, pp. 427-437.

¹⁶⁸ *Op. cit.*, pp. 437-444.

filiação ligúrica do povo e das tradições, a alteração reduz-se à substituição do qualificativo e mantém o corpo restante intacto.

A transcrição 19.a), através da modificação de “genio celtico”, de 1869, por “genio ligurico”, em 1909, adapta-se à nova tese sem necessidade de outra intervenção.

“O genio ligurico do povo portuguez revela se n’este romance [**La nave guiada por la Virgem** - 0108]; a aventura maritima inspirou-o ao povo das ilhas dos Açores. Não se encontra, até hoje, em collecção alguma”.

A reposição do excerto exigia, pelo menos, uma correcção a Braga: figurando “D. Maria” nos *Cantos*¹⁶⁹ dos Açores, deveria, no *Romanceiro Geral Portuguez*, substituir “em colecção alguma” por “em nenhuma colecção que não seja açoriana”.

Os fragmentos das notas a **El quintado** (0176), 24.a), e às **Hermanas reina y cautiva** (0136), 25.a), sofrem algumas alterações decorrentes de uma reavaliação da fonte aludida e de ulteriores investigações, respectivamente. O primeiro caso traduz uma apreciação diferente da versão publicada por Garrett¹⁷⁰: em 1909, ao contrário de 1867, reconhece-a como factícia, composta a partir de três composições. O segundo actualiza a geografia portuguesa e espanhola do romance e destaca-o “nos fócios mais ricos das tradições poeticas

¹⁶⁹ Braga (1869) 302-304; reeditada in Braga (1906) 625-627.

¹⁷⁰ Garrett III (1851) 168-171: versão contaminada **El quintado** + **La aparición** (0168 + 0176)).

peninsulares: *Asturias, Catalunha e Traz-os-Montes*¹⁷¹, quando em 1867, era a Beira-Baixa “a mina mais rica d’estas preciosidades”¹⁷².

Uma viragem conceptual sobre a origem, em Portugal, de **Gaifeiros libera a Melisenda** (0151) exprime-se no excerto 8.a), através da inclusão do advérbio de negação. Em 1867, Braga considera ter vindo “o romance directamente da Hespanha para a tradição portugueza” fundamentando-se no castelhanismo da citação vicentina na *Comedia de Rubena*, a qual coincide com “o primeiro verso do segundo romance de Gayfeiros que traz Ochoa no *Tesoro de los Romanceros*, p. 44.” Indica, além disso, no seu primeiro acervo, a fonte das versões portuguesas, o *Cancionero de Romances* de Anvers editado em Lisboa, em 1581. As “Notas” do *Romanceiro Geral Portuguez*, escritas na concepção de que a tradição portuguesa se elaborou paralelamente à espanhola e não a partir dela, fazem questão de

“[a] sseverar, como abaixo se prova, que este romance não nos veio directamente de Hespanha nem das collecções impressas castelhanas.”

A alusão de Gil Vicente ao romance deixa de ser interpretada pela língua em que aparecia citado e lhe marcava a proveniência, mas pelo facto desta obra ser anterior ao *Cancionero de Romances*, o que, implicitamente, anulava a possibilidade deste ser a fonte do romance em Portugal. Aliás, esta colecção aparece, apenas, como fonte de uma “[o] utra lição castelhana”.

¹⁷¹ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 531.

¹⁷² *Romanceiro Geral*, p. 174.

1.7.2. Para além da proximidade discursiva

Dispersas pelas “Notas” de 1909, figuram referências documentadas nos estudos das colecções anteriores. Reflectem, sem reposição textual, iguais fontes bibliográficas de versões ou indicam paralelos temáticos entre costumes e composições de diferentes géneros em várias tradições. Por regra, vão sendo repetidas nas obras em apreço e surgem integradas em actualizações feitas à luz de novas publicações e trabalhos entretanto realizados.

1.7.3. A persistência de um pensamento

A fidelidade dos excertos em apreço relativamente às suas matrizes é, porém dominante e chega a gerar, na nota à “Náo Catherineta”, efeitos que confirmam as proverbiais críticas ao espírito de Braga pouco atinente ao pormenor, à minudência. A rigorosa justaposição das transcrições 1.a) e 1.b), ou seja, das notas correspondentes do *Romanceiro Geral* e dos *Cantos* açorianos, produz a repetição da mesma informação dada em 1867 e 1869 e apresenta a explicação do título do romance como hipótese, primeiro, e como certeza, depois, em conformidade com as respectivas obras. Na página 319, seguindo a nota do *Romanceiro Geral*¹⁷³, e na 323, a dos *Cantos*¹⁷⁴, refere o facto dos marinheiros atribuírem às naus um nome afectivo, substituindo a sua designação oficial e, portanto, “Catherineta” não teria valor histórico. Nessas mesmas páginas, mostra-se convicto da relação entre o nome da “Náo” e do galeão “Santa Catherina do Monte Sinay” que levou a infanta D. Beatriz para Saboia.

¹⁷³ *Op. cit.*, p.192.

¹⁷⁴ *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 425.

Ambas as reposições, 1.a) e 1.b), estabelecem a relação do tema com a literatura de naufrágios. Porém, se o fragmento que corresponde à nota de 1867, afirma a improbabilidade da filiação histórica do romance num sucesso determinado, insurgindo-se contra o que aventava Garrett, e a interpreta como reflexo de uma memória geral dos naufrágios¹⁷⁵, o de 1869, embora afirme não “acceit [ar] a hypothese”¹⁷⁶ de Garrett, coteja a narrativa do naufrágio de Jorge de Albuquerque Coelho com as cinco versões açorianas e reconhece existirem ecos dessa “relação em prosa” nessas composições, concluindo

“[d]e facto, o naufragio que mais se aproxima do romance é o de Jorge Coelho de Albuquerque”¹⁷⁷.

O excerto de 1909 com matriz de 1867, apenas se distingue do seu modelo pelo estabelecimento do paralelo com duas versões de Trás-os-Montes transcritas nas páginas 317-318, a partir do “Romanceiro Transmontano”¹⁷⁸.

Apesar das diferenças apontadas entre matrizes e novas versões, exprime-se, nestes excertos, parte de um pensamento dominante na obra de Braga.

A saber.

¹⁷⁵ “A lenda da *Não Catherineta* não tem uma determinada origem historica; é a generalidade tetrica de todos os naufragios. Garrett inclina-se a achal-a no naufragio que passou Jorge de Albuquerque Coelho, vindo do Brasil no anno de 1556 [...] Em todas as narrações de naufragios ha mais ou menos uma sombra do quadro horrivel da *Não Cathrineta*; fômos apontando alguns factos, não para determinar origens, mas para reconhecer a generalidade da lenda.”, *Romanceiro Geral Portuguez*, III, pp. 320-321; *Romanceiro Geral*, p. 191-192.

¹⁷⁶ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 323; *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 426.

¹⁷⁷ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, pp. 326-327; *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 431. A inversão que se regista nos sobrenomes é, com certeza, devida a uma gralha tipográfica.

¹⁷⁸ José Augusto Tavares Teixeira, “Romanceiro Transmontano”, *Revista Lusitana*, XI, 1906, pp. 281 e 319.

Quer a edição de versões, quer os estudos do seu antecessor na investigação de romances continuam a ser uma alusão frequente, sobretudo, nas reposições de 1867; nas de 1869, apenas o excerto 23.b) se lhe refere, considerando “artificial” o final de **Ronda a una mujer malcasada** (0167) de Garrett¹⁷⁹. Esta crítica, supra verificada a propósito de 24.a), a **El quintado** (0176), repete-se no fragmento 5.a), o qual evidencia o carácter factício da versão de 1851, de **Don Alejo muerto por traición de su dama** (0546)¹⁸⁰; porém, como se sabe, é o próprio Garrett quem afirma, no estudo introdutório a essa versão¹⁸¹, tê-la composto a partir de composições recolhidas da tradição oral e do poema constante dos materiais do Cavaleiro Oliveira.

Apesar da crítica mais clara no excerto 17.a), sobre a origem portuguesa do **Conde Alarcos**, “[h]ipothese inadmissível à luz dos factos”, nas reposições de 1909, e, portanto, já no final dos seus estudos, Braga recorre, em termos teóricos e editoriais, a Garrett, numa perspectiva diferente, mais comparativa do que valorativa. Vejam-se as reposições: 11.b) [**Conde Ninho** - 0049]; 16.a) [**Silvana + Delgadina** - 0005 + 0075]; 20.a) [**Conde Alemán** - 0095]; 23.a) [**Ronda a una mujer malcasada** - 0167]; 25.a) [**Hermanas reina y cautiva** - 0136].

Mostra mesmo aceitar a descoberta de Garrett, feita na Beira, do onomástico “*Eginaldo*” que prova o aportuguesamento dos nomes das personagens carolíngias - 6.a), [**Gerinaldo + Canción del huerfano + El**

¹⁷⁹ Garrett III (1851) 54-57: **Ronda a una mujer malcasada** (0167).

¹⁸⁰ Garrett (1851) 91-95: Versão contaminada **Don Alejo muerto por traición de su dama + El castigo del sacristán** (0546 + 0536)

¹⁸¹ Almeida Garrett, *Romanceiro*, 1851, pp. 88-89.

prisionero + Conde Niño - 0023 + 0092 + 0078 + 0049] - e até se manifesta apologético do “senso critico” do poeta e dos seus ensaios de cotejo com outras tradições - 33.a), [**Santa Iria - 0173**], e 6.a), [**Gerinaldo + Canción del huerfano + El prisionero + Conde Niño - 0023 + 0092 + 0078 + 0049**], respectivamente.

Antiguidade e génese da tradição romancística portuguesa

O argumento da presença de alusões romancísticas na obra vicentina legitimava, nas “Notas” da primeira colecção de Braga, a afirmação da existência, pelo menos, no início do século XVI, do género na tradição nacional.

Em 1869 e nas suas reposições, Braga reitera esse mesmo argumento, como se confirma pelo excerto 15.b) relativo a **Flérída y don Duardos** (0431).

“A maior e mais bella parte dos romances cavalheirescos, que se encontram no *Cancionero de Romances* de Anvers, vêm citados nos *Autos* de Gil Vicente”.

Porém, o facto incontornável da edição de colecções espanholas leva-o a interrogar-se sobre a tradição mais arcaica. Uma pergunta retórica, a do fragmento 21.b) [**Blancaniña - 0234**], que Braga resolve de imediato por recurso à tradição oral moderna e à tese genética dos romances. A não existência de acervos publicados em Portugal, não se deve ao desconhecimento de romances; comprovam-no as investigações do século XIX que descobrem romances antigos em “abundancia de variantes, e [...] diversidade de versões, ao passo que o colector hespanhol [Nucio] só appresenta uma lição contemporanea das nossas.” Admite que a não fixação escrita da tradição

portuguesa tenha deixado esquecer “muitos thesouros”, mas garante que os romances são “elaborações” simultâneas dos dois povos peninsulares feitas a partir de uma tradição poética comum anterior às suas nacionalidades.

Claro que em 1867, considerava muitas versões portuguesas, entre as quais as acima referidas de **Gaifeiros libera a Melisenda** (0151) e de **Blancaniña** (0234), imitações das espanholas. Atribuía, assim, precedência à tradição romancística em Espanha. No entanto, nos *Cantos* açorianos, essa tese começa a ceder à da génese ser comum aos dois países, num tempo anterior ao estabelecimento de fronteiras. É esta concepção genética que prevalece em 1909, reiterando-a ao longo de reposições de 1869, 21.b) [**Blancaniña** - 0234], 29.a) [**Batalha de Lepanto** - 0112], e adaptando os excertos das “Notas” do *Romanceiro Geral*.

O *Cancionero General* de Hernando del Castillo, de 1511, e a indicação do prólogo de que o início desta colecção ter-se-ia verificado vinte anos antes, produzem no fragmento 30.b) um recuo na documentação dos romances em Espanha. Nada que invalidasse a concepção de Braga, a qual sai reforçada pelo novo dado:

“[a] poesia popular insulana data nos Açores desde o meiado do seculo XV, e tem-se conservado pura até ao presente.” [30.b)]

Neste caso, é a tradição oral moderna que fundamenta o arcaísmo mas a comprovação pelo registo epocal não é descurada pelo autor micaelense. Para além da *Comédia de Rubena*, já referida, indica citações ou simples alusões dos romances em outras obras (cuja colecção apresentamos em anexo).

A antiguidade dos romances, porém, não se confina nesses séculos XV-XVII. Para Braga, composições poéticas medievais sobrevivem nos poemas

tradicionais recolhidos em pleno século XIX, como na versão estremenha de 1867, de **Hermanas reina y cautiva** (0136), 25.b), a qual, garante,

“se encontra exactamente quanto á essencia no romance *Blanchefleur*, desde o verso 55 até o verso 190. (Edic. Elzeviriana.)”

E na reposição 30.a), afirma que os romances do “*Cyclo evangelico popular*”

“são a revelação da fôrma poetica anterior aos *Evangelhos apocriphos*, que já se julgava perdida.”

No entanto, é pelos temas, motivos e símbolos que detecta em algumas versões, uma ancestralidade mais profunda do que a encontrada pela forma poética, como assevera em 31.a). É sua convicção existir um fundo mítico universal que se exprime através dos romances e que os relaciona com outras composições longínquas, cronológica e geograficamente. Na **Silvana**, 16.a), reconhece de tal forma a personagem mítica Mirra, que coloca a hipótese do romance pertencer “às ficções eruditas do cyclo greco romano.” Costumes medievais, símbolos jurídicos do Norte da Europa e elementos dos “*Foraes*” portugueses são, também, conservados, entre outros, no **Gerinaldo** (0023), 6.a), no **Floresvento** (0343), 9.a), em **La nave guiada por la Virgen** (0108), 19.a), na **Santa Iria** (0173), 33.b).

O Romanceiro e a História

A análise das reposições 1. mostrou ter havido no pensamento de Braga, entre 1867 e 1869, uma aproximação do tema do romance a uma narrativa de um sucesso histórico. Ela figurava já na afirmação, embora cautelosa, do *Romanceiro Geral*, sobre a “realidade historica” do **Conde Ninho**

(0049) - o fragmento 11.c), deixa ver o cotejo feito nessa altura entre a versão transmontana e fragmentos da *Chronica do Conde D. Pedro Niño*, concluindo desse paralelo a própria formação do romance.

Contudo, são as reposições dos *Cantos* que, em 1909, estabelecem convictamente a relação de alguns romances com a História. A **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0069), 28.a), reporta-se ao trágico acontecimento que cedeu o trono a D. Manuel e as versões açorianas de **La batalla de Lepanto** (0112), 29.a), ao sucesso do século XVI. A partir destas composições insulares, assevera a contemporaneidade do romance, em Portugal, com o facto histórico.

Perante estes elementos e a constatação em 33.b), de

“grande parte do direito consuetudinario portuguez [se]
acha [r] perpetuada na poesia popular”

não surpreende que aí considere os cantos do povo fonte da própria História.

Processos de tradicionalização

Das reposições 16.b), de 1867, e 17.b) de 1869, emerge o juízo crítico de Braga sobre o fenómeno da contaminação dos romances. Em ambos os casos, considera que a tradição oral moderna “funde” a “Sylvana” com o “Conde Alarcos”.

“O principio da *Sylvana* anda quasi sempre confundido
com o romance do *Conde Alarcos*”¹⁸²

¹⁸² *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 453; *Romanceiro Geral*, p. 180.

No primeiro caso, se observa bem o processo, erra ao procurar identificar as “fusões”. Reportando-se à versão garrettiana¹⁸³ da **Silvana** (0005), anota que “[o] nó da acção é imitado pelo povo dos romances do *Conde de Alemanha*”¹⁸⁴, quando efectivamente, a composição está contaminada pela **Delgadina** (0075). Na nota seguinte, explicita mesmo a forma de engaste da versão de Ribeira de Areias do **Conde Alarcos**¹⁸⁵

“da pequena circumstancia por onde Sylvana começa a accusar o pae, sae esta fusão do romance do *Conde Yano*”¹⁸⁶

mas não detecta uma outra contaminação, a de **Flérída y don Duardos** - **Conde Alarcos** + **Silvana** + **Flérída y don Duardos** (0503 + 0005 + 0431).

A este processo de variação tradicional, Braga junta o de conservação, igualmente tradicional, consubstanciado na persistência dos segmentos dramáticos dos romances. Na reposição 15.a), do *Romanceiro Geral*, comparando a *Tragedia de D. Duardos* de Gil Vicente com a versão da Beira-Baixa¹⁸⁷, e tendo em consideração o texto fixado na colecção de Antuérpia e no manuscrito do Cavaleiro Oliveira (Braga considera a versão de Garrett que não é tradicional¹⁸⁸), é peremptório, “[s]ão sempre as partes dramaticas que se perpetuam”¹⁸⁹.

¹⁸³ Garrett III (1851) 109-115.

¹⁸⁴ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 453; *Romanceiro Geral*, p. 184.

¹⁸⁵ Braga (1906) 483-488, versão reeditada de Braga (1869) 259-264.

¹⁸⁶ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 467; *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 421.

¹⁸⁷ Braga (1906) 426-428, versão reeditada de Braga (1867) 48-50.

¹⁸⁸ Garrett III (1851) 131-133.

¹⁸⁹ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 445; *Romanceiro Geral*, p. 188.

Considera a tradicionalização um processo de redução aos elementos nucleares e, portanto, de condensação. A versão mais breve é sempre menos arcaica e este critério leva-o a contestar a opinião de Garrett sobre a origem portuguesa do **Conde Alarcos** (17.a). Se, em 1909, suprime do bloco textual 17.a) o fragmento

“porque em todas as versões portuguesas se encontram somente os traços geraes da lição hespanhola, resultado das abreviações que vão soffrendo na tradição”¹⁹⁰

não deixa de manter outro cujo teor é o mesmo.

“Na collecção hespanhola é elle mais extenso, d’onde se vê que a versão popular foi d’ali abreviada.”¹⁹¹.

A importância de uma pequena reposição

Um pequeno fragmento dos *Cantos Populares do Brasil* inicia a nota da “Bella Infanta”, 2., dando a informação que Jean-Jacques Ampère, na sua obra *La Grèce, Rome et Dante*, filia este romance no “Cyclo das lendas odyssaicas” bem como

“os Cantos populares meridionaes, que entraram nas rhapsodias agrupadas no poema de Homero”.

Embora reduzida, esta reposição denota que raízes da classificação dos romances, em 1909, estão já enunciadas nos primeiros anos da década de

¹⁹⁰ *Romanceiro Geral*, p. 197.

¹⁹¹ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 466; *Romanceiro Geral*, p. 197.

oitenta do século anterior, e que resistem a ensaios organizadores bem distintos, como o *d'O Povo Portuguez* já aludido embora ainda não tratado.

A preocupação pelo confronto

Para concluir, sublinho o permanente método comparativista implícito nas motivações das intervenções sobre os blocos textuais retomados ao longo da sua elaboração crítica e da manutenção desses mesmos excertos. Vai sendo enriquecido por uma ampliação do universo em referência, por mais exumações das tradições, por novas fontes teóricas e por novos enquadramentos antropológicos que, em vez de refutarem os anteriores, antes dotam a tradição de uma espessura histórica mais arcaica. Contudo, ele constitui o traço mais persistente no processo de construção do pensamento de Braga e na sua tradução editorial.

2. Evolução e fontes da construção de uma história do Romanceiro

2.1. A evolução do significado de romance

2.1.1. Conteúdo linguístico e conteúdo poético

Sob esta designação, Braga distingue duas acepções, uma historicamente anterior, a de língua vulgar, e uma outra, mais tardia, de composição poética¹⁹². Sob a primeira reconhece o nascimento de uma expressão linguística emancipada do latim, não obstante ter, na língua romana, a sua etimologia. Seria essencialmente coloquial, no início, e sem uma gramática bem elaborada

“As novas linguas, apenas falladas, eram chamadas pelos eruditos da Edade Media, *Romance*, pela indisciplina das suas fórmulas com relação ao latim”¹⁹³.

No sentido de “vernáculo”, vê a denominação usada ainda no século XVI, por Camões, no seu poema épico - a constatação não é sua e resulta da interpretação que o autor açoriano recolhe em Faria e Sousa¹⁹⁴.

¹⁹² “A palavra *romance* serviu primeiramente para significar a linguagem vulgar. [...] O romance nos finais do século XV, designava já exclusivamente uma forma literária”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 38 e 43. O fragmento, agora transcrito, da p. 43, integra o artigo já citado “Discussão das Formas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº 3595. Vide a mesma opinião in *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 261-264.

¹⁹³ *Historia do Romantismo em Portugal*, . Garrett - Herculano - Castilho, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1880; reedição facsimilada Lisboa, Ulmeiro, 1984, p. 67.

¹⁹⁴ “[...] a narração em vernáculo. Camões empregava-a no mesmo sentido, no cant. X da *Luziada* (Est. XCVI): / O Rapt Rio nota, que o *romance* / Da terra chama Obi, etc. / *Romance*, diz Faria e Sousa commentando este verso: «Entiende-se el language natural de aquella terra [...]», *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 39. Vide a mesma referência in *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 267. Pelo número do volume que Braga indica na sua referência bibliográfica de Manuel Faria e Sousa, devia ter perante si as *Rimas varias de Luis de Camoens, principe de los poetas heroicos y liricos de España, comentadas. Tomos I e II que contienen la 1ª, 2ª y 3ª centuria de los sonetos*, Lisboa, Por Theotonio Damaso de Mello, 1685. *Tomos III, IV y V, que contienen: el tomo III las canciones, las odes y las sextinas; el*

A segunda é usada no século XV¹⁹⁵ e designa as composições em língua romance cuja história emergia de poemas épicos ancestrais; o significado poético da denominação nascia, assim, por extensão, da língua dessas espécies. “A essa espontaneidade de linguagem correspondia a espontaneidade dos novos sentimentos”¹⁹⁶.

Na *Antologia Portuguesa* acrescenta que essas composições tomaram a designação por referência ao “*Romans*” provençal que consistia numa “qualquer composição versificada sem separação de estrophes e com caracter narrativo”¹⁹⁷. A semelhança formal entre o “*Romans*” e os poemas épicos peninsulares terá, também, estado na origem do significado poético da denominação.

Seguindo as palavras do camoniano seiscentista, admite que antes dessa designação significar exclusivamente aquelas espécies, se aplicava indistintamente à prosa em língua romance e à poesia que se aproximasse dela tanto a nível linguístico, como da versificação (a que não tivesse rima consonântica) e do próprio tema (a que narrasse “lo que se escrevia en ella, que

tomo IV las elegias y octavas; y el tomo V las primeras ocho eglogas, Lisboa, Na Imp. Craesbeeckiana, 1689. A outra obra do autor seiscentista especialmente dedicada a Luís de Camões, apresenta-se em dois volumes, *Lusíadas de Luís de Camoens Príncipe de los Poetas de España. Al rey nuestro señor Felipe Quarto, el grande. Comentadas, etc.*, 2 vols., Madrid, Por Juan Sanchez, 1639.

¹⁹⁵ “O romance nos fins do século XV, designava já exclusivamente uma forma litteraria”, “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº. 3595; *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 43.

¹⁹⁶ *Historia do Romantismo em Portugal*, p. 68. Sobre o duplo significado de “romance”, o linguístico e o poético, vide, também, *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª. ed., p. 42 e *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 98.

¹⁹⁷ *Curso de Litteratura Portuguesa. Antologia Portuguesa*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz - Editores, 1876, p. XIV.

eran historias”¹⁹⁸). Braga verifica esta polissemia de romance confirmada no facto da poesia popular ser, em alguns países, denominada “prosa”.

“A *prosa* é uma designação usual da poesia do povo; na Italia e na Hespanha assim chamaram ás composições rythmicas, cantadas na linguagem proveniente do latim urbano vernaculisado.”¹⁹⁹

Mas lê, igualmente, nas palavras de Faria e Sousa o menosprezo do século XVII pela “poesia popular”, a menos elaborada. O mesmo que constata nas palavras do Proemio de 1445, do Marquês de Santillana (texto que traduz em 1871²⁰⁰):

“«Infimos son aquellos que sin ningunt orden, regla, ni cuento, facen estos *romances* è *cantares* de que a gente baja è de servil condicion se alegra.»”²⁰¹.

Aliás, para Braga, a subvalorização destas composições era geral, entre os poetas eruditos para os quais a poesia estaria associada à “difficuldade da

¹⁹⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 39-40. Vide a mesma referência in *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 267. Conf. nota *supra* sobre a referência bibliográfica de Braga sobre Manuel de Faria e Sousa.

¹⁹⁹ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº. 3616 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 73.

²⁰⁰ *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Hespanhola) Seculo XV. Poetas Palacianos*, Porto, Imprensa Portuguesa - Editora, 1871, pp. 161-169.

²⁰¹ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº. 3595 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 40. Esta interpretação é dominante na obra de Braga; veja-se, por exemplo: “Os eruditos chamavam-lhes *Romance*, porque romance se denominava a linguagem vulgar; e como esses cantos eram compostos *si regla ni cuento*, como dizia o Marquez de Santillana, d’ahi vinha o equiparal-os á linguagem vulgar livre de todo o artificio. Bem se vê que este nome era dado por desprezo e como protesto, para não reconhecer esses cantos como poesia; o erudito só julgava poesia as difficuldades da metrificacão e da rima”, *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 130. Braga indica compulsar a edição de Amador de los Rios, *Obras de Don Inigo Lopez de Mendonza, Marquez de Santillana compiladas...* notas e comentarios por José Amador de los Ríos, Madrid, José Rodriguez, 1852.

metrificação e da rima”²⁰².

2.1.2. Os “romances è cantares”

Deste fragmento da célebre carta ao Condestável de Portugal, no qual vê a designação aplicada pela primeira vez a um determinado género de composição poética, retira mais do que uma fonte do desprezo palaciano por esta poesia. Nela pretende fundamentar a sua convicção sobre o carácter mais tardio da denominação de romance, relativamente à de cantar. No entanto, só o pode fazer depois de interpretar os termos colocados por si em itálico, na citação, bem como a sua relação e a conjunção copulativa que os liga.

Encontra o significado da expressão do Marquês de Santillana depois de fazer a crítica às leituras de Huber, Ticknor e Du Méril dessa afirmação. Considera que Huber via em “romances è cantares” a referência a diferentes composições poéticas, distinguindo o romance pela narração e o canto pela música, enquanto Du Méril e Ticknor, com a mesma visão distintiva, identificavam romance pelo seu traço linguístico, composição em língua romance, e o autor francês, a partir do “*Poema del Cid*”, definia “cantar” como parte do romance²⁰³.

²⁰² *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 175.

²⁰³ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, n.º. 3595 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 40. Obras em referência (incompletamente citadas por Braga): Victor Aimé Huber, “Introd.”, *Chronica del famoso cavallero Cid Ruydiez Campeador, Nueva Edición con una Introducción Historico-literaria por...* Huber, Marburg, 1844; Edelestand Du Méril, *Poesies Populaires Latines du Moyen Âge*, Paris, Firmin-Didot Frères, A. Franck 1847 (reedition en fac-simile Genève, Slatkine; [Paris], [diffusion Champion], 1977); George Ticknor, *Historia de la Litteratura Española*, 4 vols., Madrid, [s.n.] 1851-1856 (*History of Spanish Literature*, 3 vols., London, John Murray, 1849-1850).

Os argumentos contrapostos por Braga não se dirigem à caracterização de “romance” nem à última interpretação de “cantar”. Porém, se é compreensível que o polígrafo açoriano não tenha objecções relativamente ao traço narrativo e linguístico da primeira denominação, não deixa de surpreender o facto de em 1865-1867, admitir simultaneamente que “o *cantar*, como menor em extensão, poderia constituir as divisões do *romance*”²⁰⁴ e que esses “cantos de *Gesta* eram os romances”²⁰⁵; em 1871, corrige a incoerência ao definir que o romance tem “a mesma fôrma epica [do cantar de gesta] mas reduzida ao essencial da acção, aos traços geraes e dramaticos”²⁰⁶ e, como tal, deixa de entender o “cantar” como parte constituinte do romance.

As suas objecções prendem-se, sim, com o problema da distinção desses objectos e nessa medida, rebate Huber com a ideia de que

“a palavra *cantar* não inclue idêa musical, porque sempre a lêmos acompanhada de outra para a significar: «que los juglares *canten* sus *cantares*, ò digan sus *cuentos*»”²⁰⁷.

Nas *Epopêas*, depois da confusa e contraditória exposição de 1865-1867, diz que se enganaram os três investigadores. Os dois termos usados pelo Marquês de Santillana designam o mesmo tipo de composições, simplesmente o primeiro corresponde a uma denominação mais recente do que o outro. Como o

²⁰⁴ “Discussão das Fórmias da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº. 3595 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 41.

²⁰⁵ *Ibidem*.

²⁰⁶ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 266.

²⁰⁷ “Discussão das Fórmias da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº. 3595 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 41.

poeta espanhol “empregava o primeiro vocabulo em um sentido novo, pôz adiante o seu equivalente antigo para se fazer entender.”²⁰⁸

Essas composições eram designadas na “*Chronica general de España*” pelo segundo

“A denominação de *cantar*, [...] antecedeu a de *romance* [...]. Lê-se na *Chronica de España*: «E agora sabed los que esta estoria oydes que maguer que los juglares cantan en sus *cantares* e dizem en sus *fabras* [...]»”²⁰⁹.

mas desde logo, segundo Braga pretende ler na mesma carta-proêmio, esses cantares começam a ser denominados romances²¹⁰.

A incoerência é evidente. Se no tempo do texto historiográfico essa designação era comum, como afirma ser o Marquês de Santillana o primeiro a usá-la? A acumular a esta, outras surgem decorrentes da indistinção com que usa as denominações “cantares de gesta” e “romances” - nomeadamente, ao referir-se às fontes poéticas tradicionais da “*Chronica general de España*” de Alfonso X denomina-as ora por “gestas”²¹¹ ora por “romances primitivos”²¹². Braga não lhes reconhece qualquer diferença ao aplicar uma ou outra

²⁰⁸ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 265.

²⁰⁹ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, N.º. 3595 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 37.

²¹⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 40-42. Reitera em 1871: “O romance já no século XIII significava narração épica sem canto”, *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 266.

²¹¹ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, n.º. 3595 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 41. Vide, também, *op. cit.*, p. 42 e “[**Romancero del Cid**, nueva edicion añadida y reformada sobre las antiguas, que contiene doscientos y cinco romances recopilados, ordenados publicados por Carolina Michaelis. Leipzig, F. A. Brockhaus. 1871 1 vol. In-8º p. x, 368]”, *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, p. 339.

²¹² *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 284.

designação - mesmo nas *Epopêas*, onde, apesar de tudo, as distingue, conforme se apontou.

2.1.3. As novas criações “romance”

Encontra, no século XVI, a aplicação da denominação às novas criações poéticas inspiradas pela forma dos romances velhos, quer em Portugal, quer em Espanha, e escolhe as palavras do prólogo dos *Romances Nuevamente Sacados de Historias Antiguas*, de Sepulveda, para ilustrar esse fenómeno.

“Era a moda do tempo, como confessa o proprio Sepulveda [...]: «va puesto en estyllo que vuestra merced lea. Digo en metro Castellano y en tono de *Romances viejos, que és lo que agora se usa*»²¹³.

No contexto nacional, destaca que antes desta apropriação por parte dos poetas eruditos, o emprego do vocábulo “rymance” é feito no *Leal Conselheiro*²¹⁴ e no prólogo do *Cancioneiro Geral*²¹⁵, não no sentido de “linguagem vulgar” mas já em referência a uma forma poética.

No século XVII, depois dos muito repetidos exercícios de composição a partir da sua forma e dos seus temas,

²¹³ “Transformações do romance popular. Seculo XVI a XVIII”, in *Floresta de Varios Romances*, p. xvij. Braga indica, em nota, a sua fonte: Lorenzo de Sepúlveda, *Romances Nuevamente Sacados de Historias Antiguas* [...], Anvers, Ivan Steelsio, 1551. É possível, porém, que o seu conhecimento provenha da consulta de Agustín Durán, *Romancero General*.

²¹⁴ “Introdução”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, pp. VIII-IX.

²¹⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 44. Vide, também, *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 266. A edição do *Cancioneiro* compulsada por Braga é, seguramente, *Cancioneiro geral. - Altportugiesische Liedersammlung des edeln Garcia de Resende. - Neu herausgegeben von Dr. E. H. v. Kausler* [...], 2 vols., Stuttgart, Gedruckt auf Kosten des literarischen Vereins, 1846-1848.

“a designação de *romance* servia para qualquer composição fastienta feita a proposito de circunstancias ridiculas, em metro octosyllabo, em assonancias.”²¹⁶

2.1.4. “Aravia”, um especial sinónimo de *romance*

Na história da denominação *romance*, o vocábulo “aravia” que lhe é referido pelo erudito jorgense a quem deve a sua colecção açoriana, assume particular significado.

A informação dada por João Teixeira Soares de Sousa, em carta do final de 1868, sobre o uso local da designação de “aravia” aplicada aos “romances e xacaras”²¹⁷ - facto que não deveria ser estranho ao micaelense Teófilo Braga que também a ela se refere em 1867, com o sentido de “canção de amores em vulgar”²¹⁸ - deve ter contribuído para a exploração desta denominação, a qual se prefigura nos estudos introdutórios dos *Cantos* açorianos e da *Floresta* e é desenvolvida em obras posteriores. Mas de tal modo essa carta deve ter estimulado a sua teorização da “aravia” que, em 1902 lhe dá o devido destaque²¹⁹.

A sua explicitação sobre o significado de “aravia” apresenta um notável paralelismo com o quadro já estabelecido anteriormente sobre a denominação

²¹⁶ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. lii.

²¹⁷ “Observarei a V. que o povo aplica a todos os romances e xacaras o epitheto de *Aravias*.” Carta de João Teixeira Soares de Sousa publicada in *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 42-43, reeditada in *Mocidade de Theophilo*, pp. 288-293. Braga refere-se a esta mesma informação na “Introdução”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. IX, nota 2.

²¹⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 7.

²¹⁹ “Na investigação dos cantos populares na ilha de S. Jorge (Açores), escrevia-nos o Dr. João Teixeira Soares em carta de 24 de Novembro de 1868”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 98-99.

“romance”. Em ambas, admite um duplo plano de significação, o linguístico e o poético.

Relativamente ao primeiro, em 1869, define a sua natureza (linguagem “arabe ou um mixto”²²⁰) e o seu estatuto (“gíria, humilde e obscura”²²¹); em 1871, nas *Epopêas da Raça Mosárabe* procede a uma perspetivação histórica do seu significado. Nos seus primórdios, teria sido a designação da língua dos “naturaes da Arabia”; em contacto com a dos peninsulares cristãos, foi sujeita a um processo de corrupção; no século XIV, passa a designar o vernáculo e, nos dois seguintes, uma “gíria propria para embustes e trapaças”²²².

No plano poético, designa os romances por analogia à língua em que se cantariam, como é consignado no título da parte dos *Cantos açorianos* que inclui essas composições. Mais tarde, aponta uma outra origem a esta denominação de romance

“[n]ão hesitamos em admittir que o nome de *Aravia* dado aos cantos populares heroicos, fosse derivado da designação d’aquelle que os cantava, o *Rawi* [figura da sociedade árabe]”²²³.

Em “aravia”, ou na sua forma não contraída, “algaravia” ou “algarabia” (relação linguística que não é reiterada no estudo introdutório ao *Cancioneiro*

²²⁰ “Introducção”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. XII.

²²¹ *Ibidem*.

²²² *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 133.

²²³ “Introducção”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, p. CIII. Retira o conhecimento desta figura na obra traduzida em espanhol, Adolf Frederic Von Schack, *Poesia y Arte de los Arabes en España y Sicilia*, Madrid, Imp. Rivadeneyra, 1867. Volta a citar esta figura, com o mesmo propósito, na *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., p. 35 e na *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 89.

*Portuguez da Vaticana*²²⁴ mas novamente afirmada, por exemplo, num artigo da *Era Nova*²²⁵, n' *O Povo Portuguez*²²⁶ e nas *Historia da Poesia* de 1902²²⁷ e de 1905²²⁸) se produziram também textos em prosa, não se limitando, assim, à língua coloquial e poética. Nela, também “se redigiram as primeiras cartas de Foral e os primeiros documentos juridicos”²²⁹, textos em prosa.

No plano da documentação da sua significação linguística recorre a fragmentos retirados de textos historiográficos, da “III *Memoria avulsa de Santa Cruz de Coimbra*” e do que designa por “*Chronica geral de Hespanha*, mandada traduzir por El-Rei Dom Diniz” e poéticos, particularmente do *Cancioneiro Geral*, da *Auleografia* e da obra de Francisco Manuel de Melo²³⁰.

O próprio léxico dos romances da tradição oral moderna apresenta, a Braga, copiosos vestígios “d’essa lingua de *aravia*”, ao ponto de lhe permitir proceder a um levantamento, disperso pelas páginas de 1870 e 1871, de vocábulos de origem árabe nos romances - para além de apresentar um glossário no final da “Introdução” dos *Cantos* de 1869²³¹. A esta inventariação lexical não deve ter sido estranho o estudo de W. H. Engelmann a que Braga

²²⁴ Refere-se à “confusão de *Aravia* com *Algaravia*” não explicitando a diferença. “Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CIII.

²²⁵ “A Civilização Árabe em Portugal”, *Era Nova*, p. 88.

²²⁶ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, p. 70.

²²⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 97.

²²⁸ Indica mesmo uma fonte da relação linguística: “Covarrurias, no *Tesoro de la lengua castellana* define *Aravia* como contracção de *Algaravia* «la lengua de los Africanos y Ponientina, por que en respecto nuestro nos caen al Poniente, de *Algarve* que vale Poniente, *aaravie*, *algaravia*.»”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 300. Refere-se a Sebastián de Covarrubias Orozco, *Tesoro de la Lengua Castellana, o Española*, Madrid, Luis Sanchez, 1611.

²²⁹ “Introdução”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. XI.

²³⁰ *Op. cit.*, pp. XI-XII.

²³¹ *Op. cit.*, pp. XV-XVI.

alude nas *Epopêas da Raça Mosárabe*²³² e na *Historia da Poesia Popular* de 1902²³³. É possível que antes de 1871 o conhecesse já - por um lado, a sua data da edição é 1861, por outro, como é sabido, o autor micaelense nem sempre cita oportunamente as fontes.

O conjunto de provas documentais da “aravia” completa-se pela “auctoridade” da opinião de António Ribeiro dos Santos, embora referida sem indicação do local do estudo²³⁴, e na que é apresentada pelo *Dicionario da Academia* segundo o uso de diversos autores portugueses²³⁵.

De um modo distinto, a documentação da acepção poética, adverte Braga, não é possível fazer pelo facto deste sentido ser privativo do povo e, por essa razão, não se encontrar sequer nos dicionários, o que, para o erudito, prova o erro em que incorrem os lexicógrafos ao não considerarem a linguagem oral nos seus estudos²³⁶. Apesar desta limitação, ainda a revê numa curta referência de Fernão Guerreiro²³⁷.

²³² *Epopeias da Raça Mosárabe*, pp. 30, 68, 135, *passim*. A obra a que se reporta: W. H. Engelmann, *Glossaire des Mots Espagnols et Portugais dérivés del Arabe*, Leyde, Brill, 1861.

²³³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 83.

²³⁴ “O sabio Antonio Ribeiro dos Santos, nos seus estudos sobre a *Poesia portuguesa*, foi o primeiro que aventou esta ideia, hoje repetida, fazendo-a valer pela auctoridade do seu nome”, *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 95. Três anos antes, referia-se Braga ao inédito *Da Origem e progresso da Poesia de Portugal* deste autor, na *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 208.

²³⁵ *Epopeias da Raça Mosárabe*, pp. 133-134.

²³⁶ *Op. cit.*, pp. 128-129.

²³⁷ “[...] como prova temos uma passagem do Padre Fernão Guerreiro, em que a *aravia* se emprega no sentido de *canto*: «Elle começou a entoar *hua aravia*, de que nada lhe entendemos», *op. cit.*, p. 134. Referência bibliográfica que apresenta na nota 3: “*Relações annuaes das cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus na India e Japão desde os annos de 1600 até 1609*, v. II, liv. 4, cap. 3.”

Nas *Epopêas*, a designação de aravia figura como equivalente à de romance embora tenha um conteúdo mais arcaico, apesar da contemporaneidade também admitida²³⁸ e da actualidade testemunhada por Teixeira Soares e reconhecida por Braga. Teria sido uma composição semelhante às “cantilenas germanicas” (que se reelaboraram, em França, e aí deram origem às “Canções de Gesta”) “moldadas pelo rythmo arabe”²³⁹. Posteriormente, em contacto com o Cantar de Gesta carolíngio - ou como teria sido designado em Portugal, “*estoria*”, segundo pensa Braga durante bastante tempo²⁴⁰ - ela assumiu a forma romance e as duas designações têm uma relação de equivalência .

“[A aravia] representa os cantos godos, analogos ás *Cantilenas* gernamicas [...] *R[omance]*, é o producto resultante do encontro das *Gestas* francezas com as *Aravias* peninsulares [...] Só depois do seculo XIV é que se chamou a este novo producto *Romance*”²⁴¹.

Uma aparente objecção à sua teoria

A inexistência da designação em Espanha, constatada por Braga, não inviabilizou a sua teorização, pelo contrário, estimulou o erudito a uma arrojada

²³⁸ Enquanto os eruditos usavam a denominação “romance”, o povo continuava com “aravia”. Reitera este aspecto por várias vezes, mas leia-se sobre a existência das “duas designações d’este genero de poesia heroica, a *Aravia*, usada pelo povo, e o *Romance* empregada pelos eruditos”, *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 175.

²³⁹ *Epopeias da Raça Mosárabe*, pp. 215, 219, 223, entre outras.

²⁴⁰ “*Estoria* substituiu a palavra *Gesta*, que mal se comprehendia”, *op. cit.*, p. 250. “O povo ficou empregando a palavra *Estoria* no mesmo sentido da *Gesta* poetica”, *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª. ed., p. 42. Este fragmento de 1881 é reeditado na *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 98, porém, substitui “*Gesta* poetica” por “*narrativa poetica*”, na versão de 1896.

²⁴¹ *Epopeias da Raça Mosárabe*, p. 223.

elucubração, elaborada a partir de analogias históricas e relações étnicas bem características da construção do seu pensamento.

O facto de Espanha desconhecer a denominação não distingue os dois países peninsulares nem diminui o valor do seu significado histórico, a origem do próprio Romanceiro²⁴². O continente nacional também não a reconhece. É uma região insular, isolada, conservadora das formas romancísticas tal como foram levadas pelos primeiros navegadores quinhentistas, que a mantém viva. Analogicamente, Braga recorre, então, a uma geografia espanhola equivalente para verificar a sua existência histórica.

“Assim como a designação de *aravia* está hoje obliterada no continente de Portugal, e é ainda usual nas colónias do archipelago açoriano, o mesmo facto se dá em Hespanha, aonde esse termo está substituído pela palavra *romance*, mas se conserva nas colónias hespanholas da America do Sul.”²⁴³

Encontra, então, no Perú, pelas *Scenes et Paysages dans les Andes*²⁴⁴, a denominação de “*Yaraví*”, na qual reconhece “a corrupção castelhana da

²⁴² “A designação é nada menos do que uma revelação historica: a origem arabe dos romances populares da Peninsula.”, “Introducção”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. IX. Na perspectiva de 1869, a sua origem é árabe, embora posteriormente a indique “mosárabe”, como se verá. Em 1875, escreve a este propósito, sem no entanto se referir à sua afirmação de 1869: “O titulo de *Aravia* não quer dizer, como se tem querido entender, que os romances são de origem arabe; quer dizer, que a classe Mosárabe transmittiu as suas tradições, acceitando da coexistencia com os Arabes a sua musica simplesmente.”, *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 131. E em 1878: “A influencia arabe sobre os cantos heroicos peninsulares resume-se em um estimulo de revivescencia.”, “Introducção”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CIII.

²⁴³ *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 127-128. Braga fala impropriamente de “colónias hespanholas”. A região a que se reporta corresponde ao Peru, independente de Espanha desde 1824.

²⁴⁴ *Op. cit.*, pp. 128-130. Reporta-se a Paul Marcroy, *Scenes et Paysages dans les Andes*, 2 vols., Paris, L. Hachette, 1861. A alusão a esta obra, exactamente no mesmo contexto, será repetida no seu estudo in Frei Domingos Vieira, *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, p. CCXVIII, na *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, pp.

palavra *aravia*, introduzida pelos soldados hespanhoes do seculo XVI”²⁴⁵ e, de acordo com Marcroy, a alusão a uma poesia antiga e cantada, tida como criação local.

A análise formal desses cantos peruanos, a partir de um fragmento publicado nessa obra²⁴⁶, descobre-lhe uma versificação definida pelo “verso octosyllabo [...] em asonancia”²⁴⁷ bem como um tom lírico equivalente ao que observa nos romances, para si, mais populares do século XV - “Fonte-frida, fonte-frida, / Fonte-frida y con amor”²⁴⁸, “Rosa fresca, rosa fresca, / Tan crescida y con amor”²⁴⁹ e “Yo m’era mora Moraima, / Morilla d’un bel cantar”²⁵⁰.

Logo dá como provado, através desta analogia histórica e poética, o uso comum do termo na Península, no período de ouro dos romances.

Seis anos depois, no estudo introdutório ao *Parnaso Portuguez Moderno* (e na sua versão incluída nas *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*), vai mais longe e constata que a designação de *aravia* e a sua relação com o “*yaravi*”, para além de revelarem o período embrionário da formação dos romances, na Península, a época da sua difusão geográfica transatlântica e o uso provável de “*aravia*” em Espanha, manifestam uma

24-25, na *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª. ed., p. 35 e na *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 88-89.

²⁴⁵ *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 128.

²⁴⁶ *Op. cit.*, p. 130. Nas pp. 131-132, Braga indica encontrar confirmada a existência destes cantos peruanos no estudo Elisée Reclus, “La Poésie et les Poètes dans l’Amérique hespagnole”, *Revue des Deux Mondes*, XLIX, 1864.

²⁴⁷ *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 130.

²⁴⁸ *Romancero General*, II, p. 448 (Nº. 1446).

²⁴⁹ *Op. cit.*, p. 448 (Nº. 1445).

²⁵⁰ *Op. cit.*, I, p. 1 (Nº. 3).

arqueologia mais profunda, a da “civilização da raça turaniana” comum à Europa “ante-histórica”, à “história do Egipto, da Chaldêa e da Ásia pre-vedica nas suas relações com a America”²⁵¹, a qual explica a semelhança entre as composições autóctones americanas e as levadas por navegadores e colonos espanhóis. Qualquer delas tem o cunho étnico dessa raça “proto-histórica”.

“Tudo nos leva a crêr que a designação popular de *Aravia*, é um vestígio turaniano nada incompatível com qualquer influência árabe, por isso que o árabe também propagou na Europa as superstições turanianas como prova Lenormant, no livro *La Magie, Chez les Chaldéens*”²⁵².

Braga fundamenta-se em estudos sobre os turanianos, para além do autor supra citado,

“[n]o livro recente *l'Origine turanienne des Américains Tupis-Caribes*, já se procura verificar esta grande these ethnographica, que liga as raças das duas Americas á raça mestiça que prestou os primeiros elementos ás civilizações do Egipto e da Chaldêa.”²⁵³

²⁵¹ “Da Poesia Moderna Portuguesa, suas Transformações e Destino”, in *Parnaso Portuguez Moderno*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva - Editor, 1877, p. XXIV, nota 1; reeditado in “Velho Lyrismo Portuguez”, in *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*, Lisboa, Editor - A. J. P. Lopes, s. d., p. 65, nota. Escreve em 1880: “A reconstituição d’essa grande civilização proto-histórica vem explicar a unidade de um certo numero de tradições entre povos que não tiveram relações entre si nas épocas históricas.”, “Tradições das Raças selvagens do Brazil”, *O Positivismo*, II, (1879-1880), 1880, p. 26.

²⁵² “Da Poesia Moderna Portuguesa, suas Transformações e Destino”, p. XXXI, nota 3; reeditado in “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 76, nota 3. Obra em referência: François Lenormant, *Les Sciences Occultes en Asie. La Magie chez les Chaldéens et les Origines Accadiennes*, Paris, Maisonneuve, 1874. Braga, no “Velho Lyrismo Portuguez”, num fragmento que não é herdado de 1877, do *Parnaso Portuguez Moderno*, reforça a ideia de compatibilidade entre o turanianismo e a influência árabe. “Sabe-se que o Árabe trouxe para a península um grande numero de superstições turanianas”, “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 45.

²⁵³ “Da Poesia Moderna Portuguesa, suas Transformações e Destino”, p. XXX; reeditado in “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 75. Reporta-se a: Francisco Adolfo Varnhagen, *L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens Égyptiens, indiquée principalement par la Philologie Comparée*, Vienne, I. Et R. de Faes et Frick, 1876.

A sua aplicação na área dos estudos sobre os romances é, essa sim, da sua responsabilidade mas essa teoria (reiterada, também no estudo introdutório à sua edição da colecção da Vaticana²⁵⁴) que, se numa primeira leitura, não ultrapassa um exotismo da erudição oitocentista portuguesa, tem subjacente a si uma concepção cuja modernidade e consenso parece pouco discutível - a de que sendo o Romanceiro uma expressão poética eminentemente peninsular, contém em si visos de universalidade.

É, aliás, esta a lição que deixa num fragmento de um estudo de 1880:

“[...] o caminho por onde o turaniano da Asia entrou no sul da Europa vindo através da Africa, onde uma parte estacionou [o “*Berber*”]. É por isso que se torna legitima a comparação das Canções provençaes com os cantos accadicos e chineses, [...] e o mesmo processo leva a grandes resultados aproximando o Romanceiro peninsular ou as Aravias dos cantos historicos ou *Yaravis* do Perú.”²⁵⁵

Mesmo em estudos posteriores, continua a relacionar as composições coligidas no espaço peninsular com outras, geográfica e linguisticamente assaz longínquas - serve de exemplo a analogia estabelecida em 1885, entre **La doncella guerrera** (0231) e “a tradição chinesa dos Avadanas”²⁵⁶.

Na última *Historia da Poesia*, reactualiza e desenvolve a teorização da “aravia” e sua relação com o “*yaravi*”²⁵⁷ incluindo outras referências,

²⁵⁴ “[P]orem este nome [*Rawi*] de uso ante-islamico liga-se á mesma proveniencia turaniana pelas suas analogias com os *Yaravi*, ou os cantores das tradições heroicas entre os peruanos.”, “Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CIII. Braga, agora, designa os cantores e não os cantos como “*Yaravi*”.

²⁵⁵ “Tradições das Raças Selvagens do Brazil”, *O Positivismo*, p. 24.

²⁵⁶ *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 92.

²⁵⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, pp. 291-303.

nomeadamente, a sua relação com o “*arvu*” (“flexa, ou seta”) nórdico com que os versos eram escritos²⁵⁸; pareando-a com outra designação açoriana, faialense, “Oravia”, anunciada por Gomes Monteiro²⁵⁹; retomando os depoimentos dos autores que contribuíram para o estabelecimento do parentesco com a denominação sul-americana, Reclus, Prescott, Marcroy, P. Costa²⁶⁰. Repõe, também, a concepção de que as designações verificadas nos dois lados atlânticos comprovam a origem comum identificada na “raça que primeiro explorou”²⁶¹ esse oceano, os Lígures²⁶².

E ao terminar os seus estudos sobre os romances, em 1909, não deixa de ratificar as relações da aravia com o yaravi²⁶³.

2.1.5. A história da denominação

corresponde à génese e história do Romanceiro

Como foi observado, apesar de Braga apenas verificar o uso poético da denominação romance no século XV, pretende encontrá-lo na “*Chronica*” de Afonso X. A razão da incoerência detectada, reside na sua (confusamente enunciada) concepção genética do tipo de composições assim designadas no século XV.

²⁵⁸ *Op. cit.*, p. 291.

²⁵⁹ *Op. cit.*, pp. 291-292. Braga transcreve um fragmento de uma carta de Gomes Monteiro a Garrett no qual noticia o uso de “Oravia” na ilha do Faial; retira-o, segundo anota, de Gomes de Amorim, *Memorias de Garrett*, II, p. 526.

²⁶⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 293-298 e 305.

²⁶¹ *Op. cit.*, p. 293.

²⁶² *Op. cit.*, pp. 299, nota, e 300-305.

²⁶³ *Historia da Litteratura Portuguesa, I, Edade Media*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1909, pp. 430-432.

É sua convicção de que nesse século XIII, os romances têm a sua origem quer nos cantares de gesta referidos no documento de Afonso X, quer nos que a partir dele se formaram, “os cantos tirados das chronicas que relatam os feitos do heroe”²⁶⁴. Para corroborar esta génese, afirma a existência da designação nesse período mas, em simultâneo, também para a comprovar, assevera que a de “cantar” a precede.

Ao verificar que, como Sepulveda, outros poetas criam em romance, poetizando troços de “chronicas”, não se surpreende, compreendendo-o pelo período genético desse tipo de composições. E a designação acompanha o processo.

Mais tarde, ao iniciar a década de setenta, procura clarificar a questão da denominação frente a outras que a antecederam mas cujo significado poético é, na sua perspectiva, equivalente.

Num texto escrito sob a influência das *Epopêas da Raça Mosárabe*, integrado no estudo “Sobre a Litteratura Portuguesa” introdutório ao *Thesouro da Lingua Portuguesa*²⁶⁵ e reeditado na primeira *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*²⁶⁶ (ver apartado sobre meio século de edição), Braga continua a desenvolver a questão da evolução da denominação no contexto da história da origem do género romancístico. Esse estudo confirma a ideia que vigora desde 1865, os diversos nomes que surgem ao longo da época inicial reportam-se ao mesmo objecto, não a diferentes tipos de composições, como quereriam Huber, Du Méril, Ticknor, e marcam as sucessivas influências que vão sofrendo.

²⁶⁴ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 42.

²⁶⁵ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, pp. CCXV-CCXXIV.

²⁶⁶ *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, pp. 19-39.

“Assim, nas designações diversas d’esta fôrma épica temos determinados os periodos da sua evolução historica; são ellas: *Cantar, Aravia, Gesta, Estoria, Romance*.”²⁶⁷

Este enquadramento ratifica, também, a anterior determinação da precedência de “cantar” relativamente a “romance”. Porém, agora, não o identifica com o cantar de gesta peninsular mas fá-lo corresponder “á fôrma [breve] da antiga Cantilena germanica” trazida pelas invasões dos Godos, na qual o romance tem a sua génese - designação que pretende ver em alusões posteriores, mesmo na tradição oral moderna, “no romance do *Conde Niño*: «um lindo *cantar* se ouvia»”²⁶⁸. Esta forma breve e rudimentar, em contacto com as epopeias francesas, há-de reelaborar-se nos cantares de gesta referidos na “*Chronica*” de Afonso X.

Anteriormente à chegada das tradições poéticas carolíngias, continua a verificar a “aravia” e indica novos fundamentos para a tese defendida sobre a sua existência na América espanhola. Trata-se de uma observação de Prescott relativa ao uso, no Peru, de cantos “«*similhantes ás balladas inglezas e hespanholas*»” que perpetuavam os feitos de um herói²⁶⁹. Refere, também, a

²⁶⁷ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXVI; reeditado in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 22. Veja-se o esquema desta evolução nas *Epopeias da Raça Mosárabe*, pp. 222-223.

²⁶⁸ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXVII; reeditado in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 22. Nenhuma versão publicada até 1871-1872 inclui o hemistiquio citado. São elas: Garrett III (1851) 9-12 [*Conde Niño* - 0049]; Braga (1867) 37-38 [*Conde Niño* - 0049]; Veiga (1870) 65-67 [*Conde Niño* - 0049]; Braga (1869)/Braga (1982) 271-272 [*Conde Niño* - 0049], 272-274 [*Conde Niño* - 0049], 274-275 [*Conde Niño* - 0049].

²⁶⁹ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXVIII. Fonte indicada: William H. Prescott, *History of the Conquest of Peru, With a Preliminary View of a Civilization of the Incas*, 2 vols., Paris, Baudry’s European Library, 1847. Na versão de 1872, não faz qualquer referência a esta obra, porém, nas de 1880 e 1896, retoma-a exactamente no mesmo contexto. Vide *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª. ed., pp. 34-35, e *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, pp. 87-88.

“persistencia” no México de composições idênticas. Só em 1875, a explicita a partir de uma citação, lida numa obra de Guerra y Orbe, de um relato do século XVI feito por um missionário espanhol no México, Acosta, sobre a facilidade com que os índios cantavam na sua língua, várias composições espanholas, entre as quais, romances; desta adaptação e assimilação, terá ficado o “yaravi”, forma equivalente, segundo Braga, a “aravia”²⁷⁰.

As “canções de gesta” carolíngias, conhecidas em Portugal por “estoria”, segundo Braga, reanimaram as “aravias” até que no século XV, a designação erudita dos “dialectos populares”, “romance”, foi aplicada a “esses cantos vulgares”²⁷¹.

Poder-se-ia objectar que as gestas carolíngias e as “*estorias*”, neste quadro, não se equivalem ao objecto poético designado pelo Marquês de Santillana, romance. Contudo, tendo presente a concepção de Braga sobre a origem germânica compartilhada pela epopeia francesa e pelo romance peninsular (as cantilenas germânicas e os “cantos gothicos”, respectivamente) compreende-se o raciocínio do polígrafo.

²⁷⁰ “[Don Juan Ruiz de Alarcon y Mendonza, por Don Luis Fernandes Guerra y Orbe. - Obra premiada en publico certamen de la real Academia española, y publicada á sus expensas. Madrid, Imprenta Rivadaneyra, 1871. 1 vol. In-8º grande, x-556 pp. (Com retrato e fac-simile de Alarcon)]”, *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, p. 312. Vide, também, *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 130. Reporta-se a: José de Acosta, *Historia Natural y Moral de las Indias: en que se tratan las cosas notables del cielo y elementos, metales, plantas y animales dellas y los ritos y ceremonias, leyes y gouierno y guerras de los Indios / compuesta por el Padre Ioseph de Acosta... de la Compañia de Jesus...*, Madrid, En casa de Alonso Martin, 1608. Por várias vezes, Braga vai reiterando a relação da “aravia” e do “yaravi”. Vide *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 176.

²⁷¹ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.* p. CCXVIII; reeditado in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 25.

2.1.6. O “*Rimance*” e o “*Romance*”

Na penúltima *Historia da Poesia Popular*, alude a uma “confusão” que terá ocorrido na erudição quinhentista, entre as designações “*Rimance*” e “*Romance*”²⁷². Não obstante, elas têm, historicamente, significados distintos. Quer o “*Rimanço*” de D. Duarte, quer o “*Rymance*” de Garcia de Resende, têm o sentido de “*rima*” usada nas composições a fim de serem melhor conservadas na memória e transmitidas oralmente. A denominação “*Romance*” nenhuma informação contém relativamente a “*rima*”; primeiro aplicou-se à “língua vulgar” e posteriormente, ao “canto épico”²⁷³.

2.1.7. A diversidade das designações e a geografia do Romanceiro

Pelo exposto relativamente à “aravia”, sua verificação em S. Jorge, ao “yaravi” americano, constata-se existir, no pensamento de Braga, uma relação implícita entre algumas designações de romance e a expressão geográfica do género. Embora justifique historicamente a denominação de “aravia” e nela encontre as “revelações” supra descritas, o erudito tem consciência da sua pertinência geográfica - no continente português, nenhuma região lhe atribuía significado. São, contudo, as crescentes publicações dos resultados da exumação da tradição oral moderna que lhe avivam a percepção da variação geográfica das designações.

²⁷² *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 448.

²⁷³ *Op. cit.*, p. 448-449.

N’*O Povo Portuguez*, reitera o significado linguístico de “aravia” mas marca o seu sentido de “canto heróico ou romance cavalheiresco”²⁷⁴ nos Açores - ao editar, na *Revista Lusitana*, as versões micaelenses oferecidas por Francisco Arruda Furtado²⁷⁵, delimita este uso a S. Jorge - colocando-o em paralelo com o andaluz de “*corrio, corrido, carrerilla*”²⁷⁶. No entanto, é no volume inaugural da *Revista Lusitana*, onde publica as composições insulares recolhidas pelo seu conterrâneo, que esboça um mapa de designações, apresenta as respectivas origens e preconiza - de acordo com o seu espírito²⁷⁷ - uma teorização sobre os múltiplos significantes.

“Assim como do conteudo da narrativa, ou do caracter da linguagem, ou das fórmulas metricas derivaram os varios nomes da poesia heroica do povo, tambem do modo do canto ou da dança que a acompanha se criaram outras designações igualmente preciosas.”²⁷⁸

As fontes identificadas das denominações são os colectores das respectivas regiões, Teixeira Soares de Sousa e Arruda Furtado, nos Açores, Leite de Vasconcelos, em relação a Trás-os-Montes - na Madeira, deverá ser, sem dúvida, Rodrigues de Azevedo, e no Alentejo, Tomás Pires. Mas as explicações genéticas têm, na generalidade, o cunho de Braga e revelam mais a

²⁷⁴ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, pp. 90-91.

²⁷⁵ “Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores”, *Revista Lusitana*, I, p. 99.

²⁷⁶ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, II, p. 291. A sua fonte, indicada em nota, é Agustín Durán, *Romancero General*.

²⁷⁷ A descrição dos factos não basta nem esgota a avidez intelectual de Braga. A sua aspiração é por si retractada ao expor os objectivos da investigação: “achar, porem, um principio de coordenação racional no que é aparentemente absurdo, é esse o intuito científico, sem o qual todo o esforço ficará reduzido a uma curiosidade banal”, *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, II, pp. 17-18.

²⁷⁸ “Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores”, p. 100.

sua necessidade intelectual do que uma criteriosa investigação filológica e semântica²⁷⁹.

“*Aravia*”, em S. Jorge e “*Caso*” em S. Miguel. Na Madeira, seria conservada “*Estoria*”, denominação que seria usada por Fernão Lopes para designar tradição popular, e “*Arenga*”²⁸⁰. No continente português, em Vimioso, “*Rimance*”, no qual Braga reconhece o efeito da ideia de rima marcado na expressão “*Cantar de antiguo rimar*” de Lopez de Ayala, constatado na expressão de Berceo “*romance bem rimado*” e no “*Rimanço*” de D. Duarte. Aproveitando, em nota, o esclarecimento dado por Leite de Vasconcelos acerca da evolução directa de “rima” para “rimance”, transcreve

“mas o que eu tenho por mais conforme com os factos glotologicos é que *rimance* viesse de *romance* por influencia da palavra *rima*, pois *rima* não podia morphologicamente dar *rimance*.”²⁸¹

Em Miranda, seria usado “*Remance de segadas*” e no Campo de Vímoras, segundo informação do filólogo citado, “*Trobos*”, por referência, segundo hipótese de Braga, a “um genero de canção a vozes chamado *Controbadura*” do tempo de Berceo. Nas Duas Igrejas, “*Jacras*” suscita-lhe a probabilidade da sua relação com as “*Xacaras hespanholas do seculo XVII*” que, segundo a opinião atribuída a Francisco de Quevedo, teriam origem na designação dos seus cantores, os “*Xaques* ou tunantes”. O Alentejo apresentaria, em Gáfete e Tolosa, “*Chacoulas*”, designação em que reconhece a “*Chacoína*”, “*dansa heiratica*” de Friellas, e a “*Caoína*”, “*dansa basca*”.

²⁷⁹ A exposição das designações e respectiva teorização ocupa as duas páginas iniciais do artigo. *Vide op. cit.*, pp. 99-100.

²⁸⁰ Regista esta última denominação apenas na *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 268, indicando, em nota, a sua fonte, “Correspondência para a *Actualidade*, 1876, nº 293”.

²⁸¹ “Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores”, p. 99, nota.

Encontra nas Astúrias, o verbo “*Estavillar*”²⁸² com o significado de recitar um romance, cuja origem coloca nas “primeiras palavras do romance typico *Ay un galan d’esta villa*”. Regista, ainda, embora sem identificação geográfica, designações de conteúdo referente ao tipo de recitação, “*romance resado*” que teria sido usada por Baltazar Dias, e “*Corrio, Corrido e Corriola*”.

2.2. Percursos do seu pensamento sobre a história do Romanceiro

2.2.1. Uma visão histórico-poética

A geral preocupação historiográfica de Braga associada à sua necessidade de provar a espessura histórica dos romances exumados da tradição oral moderna, estimulou-o a lançar os primeiros alicerces da sua história dos romances em Portugal, logo que editou a primeira versão de **El labrador caritativo** (0185), na *Revista Contemporanea*²⁸³, publicando, depois, ao longo do segundo semestre desse mesmo ano de 1865, no *Jornal do Commercio*, uma

²⁸² Refere, noutro local, “*cantos de estavillar*”. *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 90. Esta designação figura, por diversas vezes, ao longo da *Histora da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*.

²⁸³ Braga (1865) 306-307. Esta versão é oferecida a Braga por José Gomes Monteiro, como se verifica pela carta enviada do Porto, em 13 de Outubro de 1863, na qual há a referência a uma outra composição perdida deste romance. “Não consegui achar copia d’aquella xácara de *Jesus mendigo*, de que lhe fallei; felizmente pode supprir-se ainda que incompletamente de reminiscencias. Envio-lhe a adjuncta versão que me parece correcta. - Na lacuna havia o annuncio do premio que a hospitalidade ou antes *caridade* do lavrador tinha alcançado no céu junto do seu hospede. A toada a que se cantava era uma melopea monotona e plangente como são todas as do genero, mas bastante differente das que tenho ouvido.”, *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 19.

série de artigos, alguns dos quais coligidos em 1867, na *Historia da Poesia Popular Portuguesa*.

O seu primeiro ensaio, concluído em 1869, reunindo estudos disseminados por enoveladas páginas escritas em vários locais a partir de 1865²⁸⁴, cruza abordagens históricas, literárias, étnicas, e enferma de uma indefinição dos limites dos géneros literários a que se vai reportando e de uma debilidade metodológica salva, apenas, pela indicação de “determinar pela historia as [...] epochas na poesia popular portugueza”²⁸⁵. Acresce, entre outros aspectos, alguns dos quais salientados pela já aludida recensão de Oliveira Martins²⁸⁶ à *Historia da Poesia Popular*, a recorrência, por reforço ou por ausência de documentação, ou, ainda, por interpretações erróneas das suas fontes, a teorias e induções de confirmação duvidosa.

Os escritos de 1868 e 1869, porém, assumem alguma individualidade, neste contexto. Privilegiam os romances sobre qualquer outro tipo de composição e centram-se na sua documentação bibliográfica, embora insuficiente ou inexistente, em detrimento das “inducções” observadas em 1867.

Apesar deste quadro geral, é possível detectar nele alguns vectores de elaboração de uma história do Romanceiro.

²⁸⁴ Refiro-me aos já citados artigos publicados na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*; no *Jornal do Commercio*, ao longo do segundo semestre de 1865; ao estudo introdutório a *A Ondina do Lago*; à *História da Poesia Popular Portuguesa*; ao “Do Collector” e às “Notas” do *Romanceiro Geral*; à “Transformação do Romance Popular no Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI”, in *Villa Nova de Gaia. Romance por João Vaz de Evora* e à “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, in *Floresta de Varios Romances*.

²⁸⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 141.

²⁸⁶ J. P. Oliveira Martins, “Theophilo Braga e o Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez”, pp.1-47.

Deste primeiro ensaio, extraem-se três grandes períodos de formação e reelaboração dos romances. O primeiro desenvolve-se ao longo da Idade Média, sob três influências distintas, os ciclos poéticos carolíngio, arturiano e greco-romano. O segundo é dominado por uma dupla inspiração poética, a italiana e a castelhana. No terceiro, o romance desvirtua-se em recriações eruditas, sendo apenas conservado pela memória que Braga designa popular.

Uma sistematização problemática - Um quadro apresentado na geral *Historia da Poesia Popular Portuguesa*²⁸⁷, pretende sistematizar esta visão evolutiva através do estabelecimento de seis épocas histórico-literárias.

A saber.

1.^a - Influência francesa das “grandes tradições do cyclo carlingiano” implantada pela vinda de Cruzados e do próprio D. Henrique a qual sobrevive ainda hoje, de uma forma residual, “nos nossos romances”;

2.^a - preponderância do “cultismo provençal”;

3.^a - influência dominante da “poesia do cyclo da Tavola Redonda” no reinado de D. João I, motivada pelas intensas relações com a corte inglesa;

4.^a - “torna-se exclusiva a influencia dos Romanceiros hespanhoes na poesia do nosso povo” no período de regência de D. Manuel, o qual favorece a presença, no seu palácio, dos súbditos dos Reis Católicos;

²⁸⁷ *Op. cit.*, pp. 142-144.

5.^a - tal como acontecia em Espanha, Francisco Rodrigues Lobo e Francisco Manuel de Melo imitam os “romances mouriscos”;

6.^a - por decadência da “idade heroica de Portugal, pela perda de Alcacer-Kibir” os romances começam a ser substituídos por lendas, contos e cantigas.

Esta tabela, contudo, encerra alguns problemas de coerência interna e com a obra onde está inserida, os quais não colaboram na clarificação da perspectiva de Braga. Um, imediatamente perceptível, prende-se com a sua própria estrutura de seis épocas distintas:

a) Os três primeiros períodos correspondem à chegada das tradições carolíngias, à preponderância do “cultismo provençal” e ao gosto privilegiado pela “poesia do cyclo da Tavola Redonda”, respectivamente. Em termos históricos, eles situam-se, por ordem cronológica, na época anterior à formação de Portugal e nos seus primeiros anos, no reinado de D. Dinis e no de D. João I. Esta sequência temporal está, todavia, em desacordo com a, determinada por Braga, relativa contemporaneidade dessas influências poéticas.

“Ao lado da poesia dos trovadores [de inspiração provençal] foi apparecendo uma outra efflorescencia poetica dos jograes; elles diffundiram no Meio Dia da Europa os romances de amor e de aventuras guerreiras, abreviados e reduzidos aos traços geraes, dos intrincados poemas bretões e carolinos.”²⁸⁸

b) As duas últimas épocas são temporalmente pouco distintas, não se justificando a sua individualização histórica, e estão, em rigor, invertidas. A quinta verifica-se no século XVII e é caracterizada pela recriação poética

²⁸⁸ *Op. cit.*, p. 16.

erudita, nomeadamente, de Francisco Manuel de Melo e, antes dele, Francisco Rodrigues Lobo, inspirada pelos “romances mouriscos ou granadinos”. A sexta época corresponde à decadência dos “romances cavalleirescos”, depois da derrota de Alcácer-Quibir e do “fim da idade heroica de Portugal”.

c) Nenhuma delas contempla, objectivamente, quer a introdução do “cyclo greco-romano”, quer a influência da “eschola italiana”.

Para além destes, outros problemas de coerência são colocados pelo quadro à medida que vão sendo afloradas as espécies poéticas. Para comprovar a voga da poesia arturiana, Braga recorre a um poema de D. Dinis²⁸⁹, autor que não só precede a época de D. João I, como havia sido considerado o emblema de uma outra, a de influência provençal²⁹⁰. Não identifica essa composição dionisiaca mas deve referir-se a “Senhor fremosa e do muj loução”, na qual figuram as duas alusões a matérias bretãs a que se reporta Braga: “*Brancaflor*”, que é uma das personagens de “*Flore et Blanchefleur*”, e “*Yseult*”, enamorada das composições “Mal se queixa don Tristán, que la muerte le aquexava” e de “Ferido está don Tristán de una mala lançada”²⁹¹. Não obstante, nenhuma advertência é feita no sentido de esclarecer a dupla “inspiração” do monarca-poeta.

De igual modo, afirmações feitas nas “Notas” do *Romanceiro Geral* apresentam, por vezes, incongruências com o pensamento esquematizado.

²⁸⁹ “No *Cancioneiro de Dom Diniz* tambem se encontra uma allusão ao romance de *Brancaflor* e ao romance de *Yseult*”, *op. cit.*, p. 161. O poema de D. Dinis é frequentemente apontado por Braga; funciona como uma espécie de emblema dessas tradições poéticas no Portugal medieval. Veja-se, por exemplo, o *Manual de Historia da Litteratura Portugueza*, p. 57 e 65.

²⁹⁰ Situa o “cultismo provençal, no tempo de Dom Diniz. [...] Dom Diniz deixa a redondilha para rimar á provençalesca.”, *Historia da Poesia Popular Portugueza*, p. 142.

²⁹¹ *Romancero General*, I, p. 198 (Nº. 353).

Apesar de, neste momento, não reconhecer a existência de tradições poéticas épicas na Provença²⁹², aceita a lição de Nigra²⁹³ e atribui origem provençal à “Donzella que vae á guerra”²⁹⁴ (**La Doncella guerrera** - 0231). Simultaneamente, vê na presença deste romance em Portugal, a prova da vinda das tradições carolíngias para o país. Cria, assim, incoerências e contradições relativamente ao quadro referido.

Neste caso, Braga reconhece pouca consistência à aplicação portuguesa da tese de Nigra²⁹⁵ contudo, credibiliza-a não resolvendo a sua intricada construção.

“Se estes cantos foram levados para a Grecia pelos Cruzados, e se encontram também entre nós, não é destituída de fundamento a indução, posto que não fizemos o campo da historia.”²⁹⁶

²⁹² Corroborando esta ideia, escreve mais tarde: “Os criticos e historiadores litterarios notam a carencia de tradições épicas na Provença”, “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 66.

²⁹³ “Nigra determina as similhanças que se dão entre elle [o romance piemontez, *A Guerreira*] e um canto slavo publicado por Tommaseo nos seus *Canti Greci, illirici*, e outro canto grego que traz o conde de Marcellus nos Cantos da Grecia moderna; por este facto assigna-lhe a Provença por origem, passando para ali [Grécia] no tempo das Cruzadas”, *Romanceiro Geral*, p. 164. Alusões bibliográficas em referência: Cte. Constantino Nigra, “Canzoni Popolari del Piemonte”, *Romania*, XIV, 1885, pp. 229-273. Torino, 1888. Niccolò Tommaseo, *Canti Popolari Toscani, Corsi, Illirici, Greci*, 4 vols., Venezia, Tip. di G. Tasso, 1841-1842. Cte. de Marcellus, *Chants Populaires de la Grèce Moderne*, Paris, M. Lévy, 1860.

²⁹⁴ *Romanceiro Geral*, p. 164 e 165-167. Na p. 164, coloca em paralelo com a “Donzela que vae á guerra”, as suas “Noiva roubada” (**La vuelta del navegante** - 0559), *idem*, pp. 20-22, reedição de Garrett III (1851) 108-111, e “Dona Infanta” (**Vuelta del marido** - 0113), *idem*, pp. 1-4. Nesta altura, estavam publicadas as seguintes versões de **La doncella guerrera** (0231): Costa e Silva (1832) XI-XV; Garrett (1851) III, 65-71; Braga (1867) 8-11, 11-14, 15-18.

²⁹⁵ Braga não indica o estudo a que se refere mas no seu *Romanceiro Geral*, p. 165, dá o seu local de edição, *Revista Contemporanea de Turin*, Novembro de 1858.

²⁹⁶ *Romanceiro Geral*, p. 164.

Os processos de “indução” levam-no a outras afirmações contraditórias sem, contudo, manifestar alguma percepção em relação a elas. Ao classificar “Gerinaldo”²⁹⁷ (**Gerineldo** - 0023) como um romance carolíngio²⁹⁸, na mesma nota o apresenta “incontestavelmente de origem provençal”²⁹⁹, construindo esta irrefutabilidade a partir de considerações de Edgar Quinet³⁰⁰ sobre a sociedade trovadoresca³⁰¹. Segundo o historiador francês, ela caracterizar-se-ia pela aliança da castelã com o humilde servo - logo aí, Braga reconhece “Gerinaldo” e, no contexto do seu próprio quadro, cria uma nova incoerência.

Os “cyclos” poéticos medievais

O primeiro momento de elaboração dos romances é situado na Idade Média e é descrito na confluência dos três ciclos poéticos registados em *La*

²⁹⁷ Braga (1867) 18-20. Para além desta versão, Braga conhecia “Reginaldo” (**Gerineldo** + **Canción del huerfano** + **El prisionero** + **Conde Niño** - 0023 + 0092 + 0078 + 0049) de Garrett II (1851) 158-167, transcrita, em parte, na sua *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, 181-183.

²⁹⁸ “O romance de *Reginaldo* pertence ao cyclo carlingiano”, *Romanceiro Geral*, p. 167. Já assim o considerava anteriormente, por nele reconhecer o símbolo da espada e a figura de Carlos Magno no rei-pai. “A *espada* do heroe é quem lhe sustenta a *honra* [...] no nosso romance de *Reginaldo* ha uma allusão a este rito cavalheiresco, quando Carlos Magno surprehende o pagem dormindo com a princeza, e deixa o seu punhal entre ambos.”, “Poesia da Historia nos Cyclos Cavalheirescos”, in *A Ondina do Lago*, p. XVII.

²⁹⁹ *Romanceiro Geral*, p. 171.

³⁰⁰ Edgar Quinet, *Œuvres Complètes: les Révolutions d'Italie*, Paris, Pagnerre, 1857.

³⁰¹ “Cumpre citar aqui a auctoridade de Edgar Quinet no seu brilhante livro das *Revoluções de Italia*: «A feição característica dos trovadores é que quasi todos são filhos de servos que, pelo acaso do genio, pela elevação do coração, se acham por instantes em uma relação de egualdade ficticia com a aristocracia feudal. [...] tudo está contido nestes esponsaes invisiveis da dama nobre com o humilde servo» (p. 85)”, *Romanceiro Geral*, pp. 170-171 e *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 390.

*chanson des Saxons*³⁰², composta por Jean Bodel nos finais do século XII: o ciclo de Carlos Magno, de Artur e da Távola Redonda e o greco-romano.

A cada um deles é traçado um perfil próprio, definido por critérios temáticos e de génese poética. Os “sentimentos do valor e da honra são a inspiração epica do cyclo carolino”³⁰³ e a “*Chronica do Pseudo Turpin* [é] a fonte de todos os romances carolinos”³⁰⁴ (pensa muito livremente Braga), por contraposição ao “maravilhoso, característico do cyclo bretão”³⁰⁵, ou à inspiração pré-renascentista do greco-romano³⁰⁶. Contudo, Braga reconhece os poemas inspirados pela Távola Redonda também na perspectiva de uma reelaboração do ciclo de Carlos Magno³⁰⁷, assim como encontra alguma

³⁰² *La chanson des Saxons par Jean Bodel*, publicada por Francisque Michel, Paris, 1839. Barga cita-a através de Alexis Chassang, *Histoires du Roman et de ses Rapports avec l'Histoire dans l'Antiquité Grecque et Latine*, Paris, Didier, 1862, como indica incompletamente in *Jornal do Commercio*, n.º 3553 e na *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 174-175. Ao contrário de Braga, Ramón Menéndez Pidal detectou que, do poema do século XII com cerca de 7500 versos, muito conhecido na Península Ibérica, “proceden varios romances, algunos de los cuales conservan hasta hoy día su tradicionalidad”, *Romancero Hispánico*, I, p. 256. Vide, para além do estudo no *Romancero Hispánico*, também do filólogo espanhol, “La «Chanson de Saisnes» en España” in *Los Godos y la Epopeya Española - “Chansons de Gesta” y Baladas Nordicas*, 2ª ed., Madrid, 1969, pp. 175-209.

³⁰³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 150.

³⁰⁴ *Op. cit.*, p. 153. Sobre o *Pseudo-Turpin* ou *Historia Karoli Magni et Rotolandi* e sobre a sua fortuna editorial mais importante, vide João David Pinto Correia, *Os Romances Carolíngios da Tradição Oral Portuguesa*, I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1993, pp. 96-97, 127-130, entre outras. Afirma Pinto Correia que esta obra teve como fontes não só documentos historiográficos, ou pretensamente historiográficos, como uma tradição oral relacionada com narrativas lendárias de Carlos Magno e seus Pares na Península. Destas, mais tarde, surgiriam os “cantares” que preparariam o surgimento das canções de “gesta” francesa e peninsular.

³⁰⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 163.

³⁰⁶ “[...] a antiguidade começara a seduzir a imaginação como um pressentimento da Renascença, originando uma nova serie de romances e narrações intermináveis dos heroes gregos e romanos”, “Do Cyclo Greco-Romano na Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, n.º 3553 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 167.

³⁰⁷ “Segundo o conde de Caylus, o Rei Arthur e os cavalleiros da Tavola Redonda são fundados no typo de Carlos Magno. Carlos Magno e Arthur tiveram ambos as mesmas

“analogia dos romances de Arthur com as fabulas hellenicas”³⁰⁸.

Os romances nos séculos XVI-XVIII

A necessidade de uma história mais detalhada do longo período que medeia entre a medievalidade criadora e o oitocentismo leva-o a apresentar um estudo em duas versões³⁰⁹, no qual tenta aprofundar o seu conhecimento recorrendo a fontes literárias dos séculos XVI a XVII.

“Convinha colligir estas flores dispersas, por onde se mostra que o movimento litterario operado em Portugal no seculo XVI e XVII era analogo ao de Hespanha; sem ellas o *Cancioneiro e Romanceiro geral portuguez* seriam uma obra truncada e imperfeita.”³¹⁰

Se até 1867, a construção da história dos romances se encontra numa história geral de uma indistinta “poesia popular”, procurando com ela contextualizar no tempo e na literatura (poética, entenda-se), as espécies dos seus *Cancioneiro* e *Romanceiro* da tradição oral moderna, agora, elege os romances entre qualquer outra espécie e privilegia a sua investigação a partir da sua presença - alusões, citações ou recriações - em obras literárias. Refere-se a outro género de composições apenas explicitar a “lucta” que observa entre a resistência do “octosyllabo” e o poder da influência do metro que a “eschola

guerras, as mesmas viagens; ambos combateram os Saxões. Os Capitulaser de Carlos Magno estão em acção na vida de Arthur. Ambos elles têm um sobrinho valente que amaram em extremo [...] Os cavalleiros da Tavola correspondem em egualdade a este nome de *Pares*.”, “Poesia da historia nos Cyclos Cavalheirescos”, p. XII. *Vide Historia da Poesia Popular Portugueza*, pp. 156-157.

³⁰⁸ *Historia da Poesia Popular Portugueza*, p. 157.

³⁰⁹ “Transformação do romance popular no romance com fórmula erudita nos fins do século XVI”, pp. III-VIII e “Transformações do Romance Popular. Século XVI a XVIII”, pp. v-liij.

³¹⁰ “Transformações do romance popular”, p. v.

italiana” quer impor ou para corroborar as proibições eclesiásticas dos romances, na época da Contra-Reforma.

Desenvolve o estudo comparativo da sua presença nas literaturas portuguesa e espanhola (aliás, atitude metodológica frequente nos seus estudos) na perspectiva, agora emergente, embora ainda embrionária, da existência de uma literatura portuguesa - contra a tese wolfiana³¹¹.

A sua visão é que existe um paralelo literário peninsular integrado num mais vasto, europeu, que radica não num mimetismo mas na “unidade de raça dos povos neo-latinos”³¹². Na verdade, esta postura, na qual pontificam razões de conteúdo étnico, está presente tanto nas páginas das “Notas” do *Romanceiro Geral* como nas dos *Cantos Populares* açorianos como em escritos posteriores - juntando uma fundamentação linguística, a unidade das linguas europeias descoberta por Bopp³¹³, escreve em 1880:

“Em todas as litteraturas meridionaes, ha elementos communs, que eram coexistentes ao tempo da formação das nacionalidades; são elles, a tradição *greco-romana* [...]; o elemento *germanico* [...]; o elemento *celtico* [...]; finalmente o elemento *oriental* [...] depois que a moderna sciencia da philologia, descobriu, com Bopp, a

³¹¹ Vide apartado sobre a questão da originalidade dos romances portugueses.

³¹² “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. vj.

³¹³ O conhecimento do sânscrito na Europa proporcionou o estudo comparativo entre essa língua indiana e as europeias. Franz Bopp teve um papel de pioneiro na fundação da gramática comparativa romântica com as obras *Das Conjugationssystem der Sanskritsprachen in Vergleichung mit der griechischen, lateinischen, persischen und germanischen Sprache*, de 1816, e *Comparative Grammar* publicada entre 1833 e 1852. Braga não indica nenhuma obra deste autor, contudo, na sua biblioteca pessoal, existe M. Franz Bopp, *Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes Comprenant... traduit sur la deuxième édition et précédée d'une introduction par M. Michel Bréal*, Paris, Impériale, 1867.

unidade das línguas da Europa, deduzindo-as de uma origem *commum*”³¹⁴.

Todavia, é aqui desenvolvida e centrada numa investigação comparativa peninsular sobre os romances distinguindo a sua forma tradicional e a sua recriação erudita, na qual o caso português é sempre privilegiado.

A ancestralidade dos romances continua a ser considerada aquém da sua coleção pelos livreiros quinhentistas. No entanto, reconhece que anteriormente a essas edições, não existe deles qualquer registo.

“Don Agustin Duran afirma que nenhum Codice anterior á primeira metade do século XVI conserva vestígios da poesia popular.”³¹⁵

A mesma ideia é reiterada mais tarde, ao prefaciá-lo seu *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, porém, a fonte apresentada é o estudo “De la Poesia Castellana” do Marquês de Pidal³¹⁶.

A excepção é feita ao *Cancionero General* de Castillo com os seus fragmentos e glosas de romances. Até essa altura, os romances residiam,

³¹⁴ *Historia do Romantismo em Portugal*, pp. 30-31.

³¹⁵ “Transformações do Romance Popular. Século XVI a XVIII”, p. ix. Vide “Prólogo”, *Romancero General*, p. VIII, nota 5 e o estudo que primeiro integrou o *Romancero de Romances Caballarescos é Históricos*, do mesmo autor, publicado em 1832 e incluído, depois, no *Romancero General*: “¿Pues cómo han llegado á nosotros códices anteriores al siglo XV con una multitud de versos cortos variamente combinados, y no se ve entre ellos romance alguno? ¿Por qué hay tan pocos de amor, y ménos históricos ni caballerescos en la multitud de Cancioneros generales y particulares que se imprimieron ántes de acabarse el primer tercio del siglo XVI, y estos de autores tan conocidos como la corte de Juan II, donde florecían?”, “Discurso Preliminar”, *Romancero General*, pp. LIV-LV.

³¹⁶ “Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CV. Reporta-se a: P. J. Pidal, “Estudio de la Poesia Castellana en los Siglos XIV e XV”, in *El Cancionero de Juan Alfonso Baena (siglo XV) / ahora por primera vez dado a luz, con notas e comentarios* [Eugenio de Ochoa, P. J. Pidal], Madrid, Imp. De la Publicidad, a cargo de M. Rivadeneyra, 1851.

sobretudo, na memória colectiva, como lhe deixam perceber as citações vicentinas.

“Por este tempo [século XVI] o Cancionero de Romances é reimpresso em Portugal, sendo a maior parte dos romances que cita já conhecida de Gil Vicente, e por conseguinte do povo portuguez.”³¹⁷

O sucesso de alguns deles, anterior a esses acervos, é mesmo a razão que explica a Braga a sua forma proverbial observada na obra de Cervantes, do início de seiscentos: “muitas das suas strophes tinham-se convertido em proverbio, como se vêem no *Dom Quijote*”³¹⁸.

Contudo, o movimento editorial quinhentista, pelos títulos e romances que divulgou, teve consequências na história destas composições.

As influências sobre os romances entre os séculos XVI-XVIII - Este período decorre sob três influências de diferentes naturezas e efeitos.

a) Uma poética, a da “*eschola italiana*”, que, embora tenha suscitado a oposição de alguns escritores espanhóis e portugueses, nomeadamente, quanto à

³¹⁷ “Transformação do romance popular no romance com forma erudita nos fins do século XVI”, pp. III-IV. O *Cancionero* de Antuérpia é editado em Lisboa, por Manuel de Lyra, em 1581.

³¹⁸ *Op. cit.*, p. xij. Por várias vezes, Braga se há-de referir à forma proverbial que os romances assumiam, a qual prova, a seu ver, a imensa fortuna que gozavam. No final da década de noventa, por exemplo, escreve: “No *Auto dos Cantarinhos* [de António Prestes] manifesta-se também um grande conhecimento do Romanceiro peninsular, que era corrente entre o povo, para o qual um grande numero de versos tinha um sentido proverbial, e uma intenção satirica quando eram parodiados.”, *Historia da Litteratura Portuguesa. Eschola de Gil Vicente e Desenvolvimento do Theatro Nacional*, Porto, Livraria Chardron, Casa Editora, Successores Lello & Irmão, 1898, p. 282.

introdução do novo metro³¹⁹, triunfou iniciando-se “a decadência da poesia nacional dos dois povos da Península. Os romances populares caíram em um imenso desprezo”³²⁰.

Considera esta nova inspiração nefasta para as composições “octosyllabicas”, para a autêntica poesia peninsular, mas não a vê como uma poética estranha, sendo italiana. O motivo da segunda ponderação é, contextualmente, compreensível. Acabava de enunciar o pressuposto da unidade literária das línguas neo-latinas: como podia admitir estranha uma influência interna a esse universo? Braga não entende o hendecassílabo, caracterizador do modelo italiano, desconhecido da poesia peninsular. Perverso em relação ao gosto tradicional, sim, mas não “estrangeiro”. Ele existia já na arcaica poesia castelhana, lê no estudo de Argote y Molina, e daí, não poder admitir que tivesse sido introduzido por Boscan e Garcilasso mas divulgado por esses poetas espanhóis até se tornar moda de criação.

Escreve, então, sobre o problema da influência ser considerada estranha

“[...]bem vistas as cousas, a questão provinha de se não ter conhecido ainda a unidade das linguas romanas. Argote de Molina, provando que os metros endecasyllabos já existiam na velha poesia castelhana, afirmava insensivelmente a unidade da poetica das linguas neo-latinas.”³²¹

³¹⁹ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, pp. xiv-xxiv.

³²⁰ *Op. cit.*, p. xxij.

³²¹ *Op. cit.*, p. xv. O estudo de Argote y Molina a que se refere é indicado em nota, “Discursos de la Lengua Castellana”, in *Conde de Lucanor*. Corresponde a Gonzalo Argote y Molina, [Advertência e notas], in MANUEL Infante de Castilla, Juan, *El Conde de Lucanor compuesto por el... Principe don Juan Manuel...*, Madrid, por Diego Diaz de la Carrera, 1642.

b) De natureza diferente, não poética, mas de idêntico poder nefasto, a influência da “reacção catholica contra o movimento da Reforma atacou barbaramente os cantos populares”³²². A proibição eclesiástica, pelo *Index* de 1580, da

“maior parte das commedias dos auctores mais populares, como Gil Vicente e Balthazar Dias, e assim os romances que andavam na tradição da Peninsula, como o do *Mouro Calaynos e todos os tirados da letra da Escriptura*”³²³

reitera a documentação apresentada em 1867, na “Bibliographia de Romanceiros e Folhas volantes da poesia popular-jogralesca em Portugal, a contar do seculo XVI”³²⁴.

c) A moda linguística e poética castelhana na corte de D. Manuel, é desenvolvida na perspectiva da reciprocidade entre as tradições portuguesa e espanhola. Em 1867, apesar de Braga ponderar sobretudo a preponderância romancística espanhola e a sua acção obliteradora da tradição nacional, já fazia uma breve constatação da presença de temas portugueses entre os vizinhos peninsulares.

“Nos *Romanceiros* hespanhoes encontram-se muitos romances tirados da historia portugueza que, a não serem de origem litteraria, se extinguiram na tradição oral do nosso povo.”³²⁵

³²² “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII, p. xxiv.

³²³ *Op. cit.*, p. xxvj. *Vide*, também, *op. cit.*, p. xlv.

³²⁴ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 206-207.

³²⁵ *Op. cit.*, p. 29.

Neste momento, não só torna mais precisa a documentação que sugeria como a invoca para provar a ideia de reciprocidade poética. Refere uma composição do *Romancero General* sobre um namorado português que canta na sua própria língua, “Afora, afora Rodrigo! o soberbo Castelhana” (“Afuera, afuera Rodrigo, el sobervio castellano”) continuando com um “cantarcillo” sobre a forneira de Aljubarrota³²⁶. Junta uma outra alusão a este romance, de Camões, embora não a identifique - Carolina Michaëlis de Vasconcelos colmata essa informação

“[...] na Carta II em prosa (da Índia ou talvez de Ceuta). Querendo afugentar ideias tristes que o arrastavam, disse *Afuera, Afuera Rodrigo! Que se eu muito por êste caminho fôr, darei em enfadonho, ainda que me parece que, para o deixar de ser, já me não livrarão privilegios de cidadão do Porto.*”³²⁷

Apesar da enunciação das vicissitudes sofridas pelo romance, a tradição oral moderna evidencia a Braga a sua sobrevivência através dos tempos; mas não é essa a fonte preferencial dos estudos de 1868-1869. Agora, são as suas referências em várias obras de autores que ora os glosavam, ora os citavam, que são coligidas, ampliando o elenco iniciado em 1867.

As edições antigas que conhece - Como, por vezes, deixa transparecer, é bastante provável que Braga conhecesse a tradição antiga e as respectivas edições através das obras de autores como Durán. Todavia, refere-

³²⁶ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, pp. xxx-xxxj. Também D. Carolina se refere a este “cantarcillo” tendo como fonte o *Romancero General*, II, p. 599-601: “Nem quero deixar de lado o curioso romance satírico sobre as aventuras quixotescas de um namorado português, em que este canta na sua linguagem (estropiadíssima, como sempre em impressões espanholas) os versos iniciais das queixas de D. Urraca (e posteriormente um *cantarcillo* sobre a forneira de Aljubarrota)”, *Romances Velhos em Portugal*, p. 43.

³²⁷ *Op.cit.*, p. 41.

se preferencialmente a esses acervos não pelas suas fontes de conhecimento mas pelas indicações nelas recolhidas. Entre as primeiras colecções antigas que cita, destaca a de Esteban G. de Nájera, *Silva de Varios Romances*. Indica que a colecção foi publicada em Saragoça, em 1550, mas não se reporta à edição das suas três partes surgidas entre 1550 e 1551.

Acertadamente, regista o *Cancionero General* de Hernando del Castillo, de Valencia, de 1511, como um acervo que inclui fragmentos tradicionais glosados; porém, em nota, contabiliza-os em 38³²⁸ quando eles são 48³²⁹. Contempla, ainda, o acervo de Martin Nucio, publicado “[a]o mesmo tempo”³³⁰ da colecção de Nájera, em Antuérpia, sob o título de *Cancionero de Romances*. A afirmação da contemporaneidade do título de Saragoça relativamente ao de Antuérpia pode-se compreender pelo facto de apenas referir a *Silva* de 1550 e a edição datada do *Cancionero de Romances* também desse ano³³¹. Conhece, igualmente, a existência da reimpressão de 1557 da colecção de Nucio³³².

Recorrendo ao catálogo apresentado por Durán³³³, inclui os “pliegos sueltos” neste movimento editorial, muitos dos quais, anteriores aos acervos em opúsculo, teriam levado romances à letra impressa.

³²⁸ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. ix, nota 5.

³²⁹ Giuseppe Di Stefano, “Estudio critico”, in *El Romancero*, 4ª ed., Madrid, Narcea, S. A. de Ediciones, s.d., p. 17.

³³⁰ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. x.

³³¹ “El volumen vio la luz en Amberes, alrededor del año 1547 (por no llevar fecha se le llama *sin año*) [...] En la reimpresión del *Cancionero*, llevada a cabo en 1550 [...]”, Giuseppe Di Stefano, “Estudio Critico”, p. 18.

³³² “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. ix, nota 3.

³³³ *Op. cit.*, p. x. “Catalogo por orden alfabetica de varios pliegos sueltos que contienen romances, vilancicos, canciones, etc.”, *Romancero General*, I, pp. LXVII-XCVI.

Braga pretende provar o apreço destas composições, em Portugal, pelo movimento editorial que geraram em Lisboa. Nomeia, então, muito provavelmente seguindo o “Catalogo de los Documentos” de Durán³³⁴: a reimpressão do *Cancionero de Romances*, de Antuérpia, feita por Mauel de Lyra, em Lisboa, em 1581; a publicação do *Ramilhete de flores: quarta, quinta e sexta partes de romances nuevos hasta agora não impressos* que Pedro Flores, compilador do *Romancero General*, de 1594, fez em Lisboa, em casa de Antonio Alvares em 1593, e do designado “*Romancero del Cid*” de Juan de Escobar, em Lisboa, em 1605, 1613 e 1615 (pela impressão de 1605, que diz possuir por oferta, e pela leitura das licenças de publicação tenta, mais tarde, comprovar a origem portuguesa da edição *princeps* desta obra contra a opinião de Durán que a considera de Alcalá, de 1612³³⁵); e a edição da *Primavera y Flor de los mejores romances*, também em Lisboa, em 1626, na imprensa de Matheus Pinheiro³³⁶.

Apesar da apresentação do elenco bibliográfico, Braga deixa perceber que as fontes compulsadas por si da tradição antiga são, neste momento, basicamente, as obras de Durán e de Ochoa. Não obstante a conhecida

³³⁴ “Catalogo de los Documentos, Origenes y Fuentes de donde se han tomado los romances de esta coleccion, en el que se da ademas noticia de algunos otros libros curiosos y análogos á ella”, *Romancero General*, II, pp. 678-695.

³³⁵ *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 309, nota 1. Vide, igualmente, “[*Romancero del Cid*, nueva edicion añadida y reformada sobre las antiguas, que contiene doscientos y cinco romances recopilados, ordenados publicados por Carolina Michaelis. Leipzig, F. A. Brockhaus. 1871 1 vol. In-8º p. x, 368]”, *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, pp. 340-341. “Catalogo de los Documentos [...]”, *Romancero General*, p. 678. Sobre a primeira edição da obra de Escobar, vide estudo de Arthur Lee-Francis Askins, no qual o autor se inclina a defender a primazia da mencionada por Braga. Arthur Lee-Francis Askins, “Introducción”, in Juan Escobar, *Historia y Romancero del Cid (Lisboa, 1605)*, edición, estudio bibliográfico e índices por Antonio Rodríguez-Moñino, Introducción por Arthur Lee-Francis, Madrid, Editorial Castalia, 1973, pp. 7-34.

³³⁶ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. xiiij. Algumas destas espécies estão referidas na “Bibliographia de Romanceiros e Folhas volantes da poesia popular-jogralasca em Portugal, a contar do seculo XVI”, in *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 201-210.

insuficiência das suas referências, assume especial relevância o *Romancero General*, já que o *Tesoro de los Romanceros*, embora indicado desde 1867, apenas nas *Epopêas da Raça Mosárabe* ombreia com a colecção de Don Agustín. A título comparativo, vejam-se as alusões explícitas a um e outro autor, até ao final de 1869 (incluo a colecção açoriana apesar de não fazer parte deste primeiro ensaio histórico porque sendo do ano da publicação da *Floresta* confirma a desproporção).

	Referências a Durán	Referências a Ochoa
<i>Hist. da Poesia Pop. Port.</i>	Pp. 29, 33, 116, 135-136, 138, 163	Pp. 29, 140
<i>Romanceiro Geral</i>	Pp. 164, 167, 171, 176, 177-178, 184, 186-187, 196, 198, 199, 200, 201	Pp. 184, 199, 201
<i>Floresta de Varios Romances</i>	Pp. ix, x, xlvij-xlvijj	Pp. xliij
<i>Cantos Pop. do Arch. Açoria.</i>	Pp. 417, 440, 448, 450	Pp. 417, 451

Consequências do movimento editorial - As colecções que iam sendo publicadas traduzem-lhe a voga destas composições e o interesse dos “livreiros mercenários dos principios do seculo XVI”³³⁷ que dela se aproveitam. O próprio Renascimento poético, sendo pouco sensível às tradições populares, ainda terá usado a forma romance para divulgar temas greco-latinos³³⁸. No entanto, este modismo “da tradição oral”, expresso editorialmente, precisa, ainda, da protecção prestigiante da designação de “*Cancionero*, com que se

³³⁷ “Transformação do Romance Popular. No Romance com Fôrma Erudita nos Fins do seculo XVI”, p. III.

³³⁸ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. xxijj.

nobilitavam todas as collecções”³³⁹, por causa do remanescente “gosto erudito e provençalesco”³⁴⁰.

De qualquer modo, continua o polígrafo, se estes acervos reflectem um apreço, foram, simultaneamente, estímulo e modelo de criação para os poetas cultos que, timidamente, começaram a glosar esses poemas e a comporem em forma romance.

O processo desta elaboração, em termos temáticos, não apresenta, a Braga, inovações relativamente às autênticas composições que apresenta na sua colecção de 1867. Os poetas espanhóis e portugueses, nos séculos XVI e XVII,

“[...] glosam e imitam os romances populares, já cantando os feitos da nossa hisoria, já as façanhas da guerra de Troya e de Roma, da Tavola Redonda e de Carlos Magno.”³⁴¹

Até porque, ainda para o mesmo autor, muitas destas criações não eram mais do que uma poetização de troços cronísticos, invertendo o processo mais antigo das crónicas que prosificavam fragmentos poéticos.

“[A]té aí [século XVI] as chronicas procuravam o subsidio da tradição oral; d’aí por diante os poetas iam tirar d’ellas os motivos e factos para os seus romances. Sepulveda poz em verso os principaes factos da Chronica de Affonso o Sabio.”³⁴²

³³⁹ *Op. cit.*, p. xj. Braga reitera esta interpretação do título, em 1871: “A influencia palaciana que tanto amava os Cancioneiros prevaleceu até ao meado do seculo XVI, como se vê pelo titulo de *Cancionero de Romances*, amalgama disparatado, feito pela força do costume para comprazer com os cultistas”, *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Hespanhola)*, p. 69.

³⁴⁰ “Transformação do Romance Popular. No Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI”, p. III.

³⁴¹ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. v.

³⁴² *Op. cit.*, p. xviii.

No plano formal, embora registe que as composições mantêm o metro romancístico, encontra alterações e descreve-as pelas palavras de um seiscentista:

“Na *Poetica Española* de Rengifo, publicada em 1592 (cap. XXXVIII), se lê: «No ha muchos años, que comenzaron nuestros Poetas a glosar Romances viejos, metiendo cada dos versos en la segunda de las Redondillas.»³⁴³

A sua avaliação da nova moda de criação não se restringe a estes aspectos. Ela é apreciada com evidente ambivalência ao considerar os seus efeitos sobre o género e as suas vantagens para a investigação moderna.

É vista, por um lado, como o princípio da degenerescência do romance, pervertendo-se pelas glosas e pelas imitações, ainda que muito próximas do modelo “tradicional”, como as composições de Jorge Ferreira de Vasconcelos - aos olhos de Braga, bastante semelhantes a romances conservados no *Cancionero de Romances*³⁴⁴. Especialmente se refere, tal como em 1867³⁴⁵, à composição segundo o modelo dos “romances mouriscos”, cultivada por Francisco Manuel de Melo.

“O romance achou-se d’este modo despido da sua natural *sencillez*; tornaram-no declamador [...] fizeram-no descritivo, com uma abstracção subjectiva, que o desnaturava.”³⁴⁶

³⁴³ “Transformação do Romance Popular. No Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI”, p. V. Fonte indicada: Juan-Diaz Rengifo, *Arte poetica española, con una fertilissima silva de consonantes comunes, propios, esdruxulos y reflexos y un divino estimulo del amor de Dios*, Madrid, En la Imprenta de F. Martiniez, 1644.

³⁴⁴ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. xxiiij.

³⁴⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 136.

³⁴⁶ “Transformação do romance popular no romance com fôrma erudita nos fins do seculo XVI”, p. IV.

Mas as novas criações, ao pretenderem, em certos casos, substituir os romances “velhos”, aqueles que são “a parte mais bella e divina dos Romanceiros da Peninsula”³⁴⁷, permitiram, também, o enriquecimento do próprio Romanceiro ao oferecerem composições que a tradição aceitou.

A *Tragicomedia de Dom Duardos*³⁴⁸ de Gil Vicente é o exemplo dado deste fenómeno de introdução de novos temas.

“Por este tempo, entraram na tradição do povo muitos romances de formação litteraria. O romance de *Dom Duardos*, de Gil Vicente, foi recolhido nos Romanceiros hespanhoes; o Cavalheiro de Oliveira o colligiu outra vez da versão oral, e ha pouco nos veiu da Ilha de Sam Jorge, da freguezia dos Rosaes, outra variante não menos veneranda, se não mais pura.”³⁴⁹

Observa acertadamente a autoria vicentina da *Tragicomédia*³⁵⁰, a inclusão de versões em acervos espanhóis e o surgimento do tema nos Açores.

³⁴⁷ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. xix.

³⁴⁸ Segundo indica por várias vezes, compulsa a edição de 1562: *Compilacam de todas as obras de Gil Vicente, a qual se reparte em cinco livros. O primeyro he de todas suas cousas de deuaçam. O segundo as comedias. O terceyro as tragicomedias. No quarto as farsas. No quinto as obras meudas. - Emprmiouse em a muy nobre & sempre leal cidade de Lixboa em casa de Ioam Alvarez impressor del Rey nosso senhor. Anno de M.D. LXII. Foi visto polos deputados da Sancta Inquisiçam. Com Priuilegio Real.[...]. A partir dela, Obras de Gil Vicente, correctas e emendadas pelo cuidado e diligencia de J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro, 3 vols., Hamburgo, 1842.*

³⁴⁹ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, pp. xviii-xix. Sobre a inclusão do tema em colecções espanholas, vide estudo de *Romances Velhos em Portugal*, pp. 115-134. A versão açoriana a que se refere é Braga (1869)/Braga (1982) 331-332 (*Flérída y don Duardos* - 0431). Nesta mesma colecção, figura uma outra versão deste romance entre as pp. 282-284. Porém, de acordo com a carta enviada por João Teixeira Soares de Sousa, de Velas, em 24 de Novembro de 1868, a versão a que se reporta é a das pp. 331-332. Vide este documento epistolográfico in *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 43, reeditado in *Mocidade de Theophilo*, p. 293.

³⁵⁰ Braga, em 1872, contesta a opinião de Faria e Sousa e de Barbosa Machado sobre a autoria da obra pertencer ao Infante D. Luis. Baseia a sua arguição no prólogo de Gil Vicente que acompanha a edição de 1720, em “folha volante”, dessa obra, a qual foi por si compulsada na Biblioteca do Porto (segundo informa). Interpreta a tese refutada como resultante da fonte vicentina dos dois eruditos, já que esta “dedicatoria” não constaria da

Mas levado pela informação de Garrett, tomada acriticamente, sobre a versão de Oliveira³⁵¹, incorre no erro de considerar essa versão tradicional.

É evidente que este pressuposto convinha à sua justa consideração da vida tradicional do tema com origem vicentina, na medida em que por ele podia apresentar uma prova documental da sua existência na memória colectiva do século XVIII. Para Braga não aceitar a indicação garrettiana, teria de ter cotejado, pelo menos, as versões publicada em 1851³⁵² com o texto de Gil Vicente, editado em 1562³⁵³, e com a composição do *Cancionero de Romances*³⁵⁴. Assim não procedeu. Fê-lo Carolina Michaëlis de Vasconcelos, mostrando, através desse exercício, a falibilidade das afirmações dos dois autores.

“[O] D. Duardos que os dois [Garrett e Oliveira] apresentam é tradução do texto vicentino (ed. de 1562), aferido pelo do *Cancionero de Romances*, e em seguida retocado com fino sentimento artístico. Provas disso são a omissão dos versos 6, 7, 8, a hemistíquios 15b e 16a, 21b e 22a, assim como os vocábulos: *estrangeira* (v. 10), *buscare* (v. 11), *por conta* (29), *a princesa* (30).”³⁵⁵

edição em opúsculo que consultavam. Vide *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Hispano-Italica) Seculo XVI. Bernardim Ribeiro e os Bucolistas*, Porto, Imprensa Portuguesa - Editora, 1872, pp. 262-263.

Alude a Manuel de Faria e Sousa, *Rimas varias de Luis de Camoens, principe de los poetas heroicos y liricos de España, comentadas*.

³⁵¹ *Romanceiro*, III, pp. 129-130.

³⁵² Garrett III (1851) 131-133.

³⁵³ Leio por *Compilaçam de todas as Obras de Gil Vicente*, Introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buesco, II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 74-75.

³⁵⁴ Braga podia lê-la no acervo da tradição antiga permanentemente consultado por si, *Romancero General*, I, pp. 156-157 (Nº. 288).

³⁵⁵ *Romances Velhos em Portugal*, p. 134, nota 24.

Contudo, as genuínas composições romancísticas, algumas das quais a tradição oral moderna conserva, são, para Braga, anteriores a essa moda de criação. O autêntico Romanceiro é do século XV.

“Comparem-se os romances de Fonte frida [“Fonte-frida, fonte-frida, / fonte-frida y con amor”] e Rosa fresca [“Rosa fresca, rosa fresca, / tan crescida y con amor”], de Mora Moraina [“Yo m’era mora Moraima, morilla d’un bel cantar”] com as contrafacções do gosto popular das eclogas e mesmo dos romances do século XVII!”³⁵⁶

Na perspectiva de investigador de romances, reconhece que as criações eruditas posteriores ao movimento editorial quinhentista possibilitam a avaliação da fortuna dos romances e dos próprios romances, depois de distinguida a sua forma erudita e a sua forma tradicional.

A documentação da sua periodização

O primeiro período - Para a documentação da época medieval, recorre, em muitos casos, a discutíveis fontes quer bibliográficas, quer da própria tradição oral moderna, entendida como repositório de vestígios arcaicos. Pretende ver alusões ao ciclo poético greco-romano, por exemplo, no *Cancioneiro Geral*³⁵⁷, quando nenhuma razão, segundo a opinião de Carolina

³⁵⁶ “Transformações do Romance Popular. Século XVI a XVIII”, p. xxvij. As composições citadas terão sido lidas in *Romancero General*, II, p. 448 (N.ºs. 1445 e 1446) e I, p. 1 (N.º. 3), respectivamente.

³⁵⁷ “As tradições do ciclo greco-romano aparecem também no *Cancioneiro Geral*, na «Epístola de Penelope a Olyxes, trasladada de Latym em lyngoagem per Joam Rroiz de Saa», na epístola de Laodamia, e na Epístola de Dido a Eneas; na «Carta de Ulisses a Penelope, por Joam Rroiz de Lucena» e na de Oenone a Pares”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 173-174.

Michaëlis de Vasconcelos, justifica a interpretação de se reportarem a romances. Escreve esta investigadora:

“Os cantares velhos sobre essas matérias [clássicas e bíblicas] não são numerosos. Por isso só poucos alcançaram voga popular. Fazem excepção: o lindo cantar de *Hero e Leandro* [...]; o cerco de *Troya*” [...]; a megalomania criminosa de *Nero* [...]. Há também muitíssimas alusões a Dido e Eneas, Aquiles e Polixema, Páris e Helena, Orfeu e Euridice, mas o seu teor não permite que as derivemos de romances.”³⁵⁸

Do mesmo modo, o apreço de D. Nuno Álvares Pereira e de D. Duarte pelas narrativas do ciclo arturiano³⁵⁹ e o fragmento da *Crónica de D. João I*, no qual o protagonista invoca personagens da Távola Redonda na apreciação dos seus companheiros³⁶⁰, constitui uma argumentação apenas relativa ao conhecimento da matéria da Bretanha, mas para Braga, afigura-se como prova da existência de romances arturianos.

Contudo, a *Tragedia do Marquez de Mantua* de Baltazar Dias é, com razão, considerada um vestígio poético carolíngio³⁶¹. De acordo com a lição da investigadora supra transcrita, resulta de uma recriação dos três romances carolíngios incluídos na *Primavera y Flor de Romances* com os números 165, 166 e 167³⁶². Também assume alguma pertinência a indicação da alusão de

³⁵⁸ *Romances Velhos em Portugal*, p. 135.

³⁵⁹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 161.

³⁶⁰ *Op. cit.*, pp. 159-160.

³⁶¹ *Op. cit.*, pp. 140, 153, 192-193. Sobre a fortuna editorial da obra de Baltazar Dias, vide Albino Forjaz de Sampaio, *Subsídios para a Historia do Teatro Português - Teatro de Cordel (Catálogo da Colecção do Autor)*, Lisboa, 1922, pp. 62-63 e Alberto Figueira Gomes, *Poesia e Dramaturgia Populares no Século XVI - Baltazar Dias*, Lisboa, 1983, pp.100-103.

³⁶² *Romances Velhos em Portugal*, p. 97. João David Pinto Correia procede ao estudo da *Tragedia* n'Os *Romances Carolingios da Tradição Oral Portuguesa*, I, pp.165-170, entre outras.

Camões à presença de personagens desse ciclo nos romances³⁶³, como se verá no apartado dedicado às citações romancísticas de autores portugueses.

No que concerne à comprovação deste período através da tradição oral moderna, “Dom Carlos de Alem-mar”³⁶⁴ (**Conde Claros en hábito de fraile + La apuesta ganada + La infanta preñada** - 0159 + 0255 + 0469) afigura-se-lhe, acertadamente, um romance carolíngio (considerando apenas o tema dominante) mas a sua fundamentação baseia-se na analogia que encontra entre a versão romancística e os *Amores de Milon e Aglante*, de Antonio de Eslava. Na criação deste autor, Carlos Magno seria retratado como

“tyrano de suas irmãs e suas filhas. Bertha, irmã do imperador acha-se grávida, e segundo a lei deve ser queimada viva; o amante é quem vem libertá-la e foge com ella.”³⁶⁵

O “Conde Nillo” (**Conde Niño** - 0049) indicia-lhe o ciclo arturiano por apresentar um traço maravilhoso, o qual, na sua perspectiva, individualiza essa influência poética. Comprova-o pelo confronto com um fragmento de *Tristan, Chevalier de la Table Ronde* e reconhece-o no “Lord Thomaz and fair Annet”, “Prince Robert” e no “The Douglas Tragedy”³⁶⁶.

³⁶³ “Quando nos *Luziadas* Camões allude aos Pares e às façanhas do *vão Rogeiro*, entendia exclusivamente o romance vulgar do *cyclo* cavalleiresco; refere-se a elle como a uma cousa sabida.”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 153-154.

³⁶⁴ *Op. cit.*, p. 152. Braga não indica a que versão se refere. Pelo título, verifica tratar-se da que é editada por Garrett II (1851) 192-203 e reimpressa in Braga (1867) 156-157 (aqui, apenas os versos de Garrett referentes à Beira Alta).

³⁶⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 152.

³⁶⁶ *Op. cit.*, pp. 163-164. Braga indica, na nota 2 da p. 163, a existência de duas versões publicadas deste romance. Trata-se de Garrett III (1851) 9-12, reeditada por Bellerman (1864) 134-138, e Braga (1867) 37-38. O fragmento que publica é da versão garrettiana. Refere na nota 1 da p. 164, embora incompletamente, as fontes que utiliza no seu exercício comparativo: o fragmento de *Tristan, Chevalier de la Table Ronde* terá sido lido em Edelestand Du Méril, *Histoire de la Poésie Scandinave: Prolégomènes*, Paris, Brockhaus et Avenarius, 1839; a primeira composição inglesa em Thomas Percy, *Reliques of ancient*

A “Dona Ausenda” (**La infanta preñada + La infanta parida** - 0469 + 0138) é, pela mesma razão - neste caso, a presença da “herva fadada” -, um romance de origem bretã. Neste motivo, encontra analogia com “o lirio” (a “azucena”) de “Ferido esta don Tristán” que lê no *Romancero General*, de Durán, e com a “yerba” da “Princeza Alexandra” asturiana, de Du Puymaigre³⁶⁷.

Querendo demonstrar a sobrevivência do ciclo poético greco-romano, escreve um parágrafo onde coloca, lado a lado, afirmações de valor bem díspar.

“Este romance [**Virgílios** - 0400] appareceu pelo seculo XVI nas primeiras collecções hespanholas. Não ousámos affirmar positivamente que seja o poeta Virgílio o personagem; a grande popularidade do mantuano, e a paridade de lendas semelhantes, levam-nos a crer que seja uma reminiscencia d’aquelle que tanto satisfez o espirito da Renascença. Entre nós são raros os romances do cyclo greco-romano, comtudo o romance de Virgílio parece ter existido, porque no romance de *Reginaldo*, em que se encontra a fusão de duas acções differentes [...] na acção pouca differença faz do romance de Virgílio.”³⁶⁸

Não esclarece sobre o local de edição quinhentista, embora posteriormente o refira incluído no *Cancionero* de Antuérpia de 1550, mas

english poetry (edições possivelmente compulsadas: London, 1839, London, 1847; London, J. Dodsley, 1775); e as duas últimas em Walter Scott, *Minstrelsy of the Scottish Border, consisting of historical and romantic ballads... with a few of modern date*, 3 vols., Edinburgh, Longman, Hurst and Rees, 1812, respectivamente (considerando a informação dada por Braga sobre o número de volumes, a edição utilizada é, seguramente, esta e não a de London, T. Cadell Jun. And W. Davies, 1802-1803 que se apresenta em dois tomos). A imagem de Tristão no **Conde Niño** (0049) é reiterada frequentemente por Teófilo; veja-se, por exemplo, *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Provençal) Seculo XII a XIV. Trovadores Galecio-Portuguezes*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871, pp. 324-325; *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 57.

³⁶⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 162-163. Refere na nota 1 da p. 162, a fonte da única versão até então conhecida, Garrett II (1851) 172-178.

³⁶⁸ *Op. cit.*, p. 180.

adverte bem para a raridade dos romances clássicos em Portugal. Porém, confundido, talvez, pela presença do “motivo” da prisão, reconhece mal **Virgílios** (0400) na versão “Reginaldo”³⁶⁹ (**Gerineldo + Canción del huerfano + El prisionero + Conde Niño** - 0023 + 0092 + 0078 + 0049) que, tal como afirma, é realmente contaminada, embora por outros romances.

O segundo período - A época seguinte, descrita por uma dupla influência, a italiana e a castelhana, não merece a Braga a detença anterior. Rapidamente se lhe refere acusando as nefastas repercussões do “cultismo” renascentista e da preponderância da língua castelhana com a respectiva influência romancística³⁷⁰. Em simultâneo, destaca a sobrevivência dos romances, em Portugal, a essas adversidades e com ela prova a espessura histórica do género.

Encontra, nesse período, os romances em citações e recriações de autores portugueses (*vide* apartado próprio). Entre elas, atribui particular importância às alusões de Gil Vicente pelo facto, já referido, de serem anteriores ou contemporâneas ao *Cancionero de Romances*, colecção onde figuram os romances correspondentes, o que lhe garante a precedência de algumas composições portuguesas relativamente a Espanha.

“N’esta riquíssima collecção [*Cancionero de Romances*, de Antuérpia] se acha a maior parte dos romances a que Gil Vicente allude nos seus *Autos*; d’onde se conclue que já na primeira metade do século XVI eram communs á tradição dos dois povos. *Em Paris está Dona Alda*, e *Los hijos de Dona Sancha*, romance sobre os Infantes de

³⁶⁹ Embora indique apenas ser uma versão do Ribatejo e Beira Alta, trata-se da composição publicada in Garrett II (1851) 158-167.

³⁷⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 20-22.

Lara e do bastardo de Mudarra, e o romance de *Mal me quieren en Castilla* encontram-se citados por Gil Vicente antes de serem colligidos no Cancioneiro de Romances.”³⁷¹

Para além destes e outros, o caso **Flérída y don Duardos** (0431), com origem na composição do dramaturgo português, *Tragédia de Dom Duardos*, e posteriormente incluída nessa colecção como romance “anonymo”, chama-lhe especial atenção pela sua anterioridade relativamente à colecção de Nucio.

“Foi por certo da tragicomedia de *Dom Duardos*, que o povo tirou o romance e o assimilou, como se conhece pela lição do cavaleiro de Oliveira, e d’onde igualmente o recolheram os colleccionadores hespanhoes.”³⁷²

Por várias vezes, Braga duvida da existência das versões manuscritas de Oliveira referidas por Garrett³⁷³ - as quais ficaram devidamente comprovadas pela, já referida, descoberta de Lindley Cintra.

“[N]ós, talvez, sem grande erro, poderíamos tomal-as [as versões de Cavaleiro Oliveira] como uma ficção com que Garrett encobriu o aperfeiçoamento que deu aos romances populares.”³⁷⁴

Todavia, por agora, é-lhe conveniente o contributo da versão que o poeta assevera ser de Oliveira, na medida em que por ela pretende documentar a presença do romance na memória “popular”, consignada pelo acervo quinhentista³⁷⁵. Voltar-se-à a esta questão.

³⁷¹ *Op. cit.*, p. 138.

³⁷² *Op. cit.*, p. 30.

³⁷³ *Romanceiro*, II, p. XI, *passim*.

³⁷⁴ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 209.

³⁷⁵ *Op. cit.*, pp. 30, 62-63.

O reconhecimento das matrizes da *Tragédia do Marquez de Mântua* e da glosa a “Retraída está la infanta” (**Conde Alarcos** - 0503) de Baltazar Dias, nos “Romanceiros castelhanos” e nos “pliegos sueltos” fá-lo ponderar a hipótese dos romances terem sido compartilhados pelas “duas nações, como tantos outros communs aos povos do Meio Dia da Europa”³⁷⁶.

Camões, Jorge Ferreira de Vasconcelos são outros, entre vários autores, cujas citações e referências romancísticas colaboram na elaboração de um elenco de provas documentais do conhecimento de romances. Através do seu registo, Braga vai, de uma forma pioneira, em Portugal, tentando proceder a um trabalho que será feito pela erudição e rigor de Carolina Michaëlis de Vasconcelos - os *Romances Velhos em Portugal*, ainda hoje inexcedíveis. Contudo, as diferenças entre as investigações dos dois estudiosos quase não permitem estabelecer qualquer relação entre os seus resultados. O polígrafo açoriano limita-se a indicar (e frequentemente, com pouco rigor) a alusão ou citação mas, na maior parte dos casos, não identifica o romance em referência, muito menos discute as várias possibilidades que algumas delas admitem.

O terceiro período - A época que encerra o seu panorama histórico dos romances, os quais só volta a ver manifestarem-se pelo renascimento romântico, deixou apenas as criações eruditas de Francisco Rodrigues Lobo e Francisco Manuel de Melo feitas sob a mesma inspiração “mourisca e granadina” dos escritores espanhóis dos séculos XVI e XVII. O mote dessas recriações, por agora não identificadas, é encontrado em “Morianas en un castillo juega con moro Galvane”, e em “Mira Zaide que te aviso que no passes por mi, calle”, lidos em Durán como romances mouriscos³⁷⁷.

³⁷⁶ *Op. cit.*, p. 29.

³⁷⁷ *Op. cit.*, pp. 135-136. *Romancero General*, I, pp. 3 (Nº. 7) e 27 (Nº. 56).

Braga considera a classificação do erudito espanhol discorde com a de Wolf, na qual a composição de Moriana seria incluída entre os romances novelescos. Segundo afirma, o investigador alemão está convencido que

“[...]o caracter fundamental d’estes romances não participa do genio arabe, posto que n’elles o tom lyrico, e um colorido mais vivo e brilhante encubra certa ausencia de sentimento.”³⁷⁸

Neste aspecto, o polígrafo português não o acompanha. Reconhece maior credibilidade à de Don Agustín transcrevendo as suas palavras para abalizar a sua própria opinião

“«Los romances moriscos seran siempre una prueba de las mas inmediatas de aquella parte de civilizacion arabe, que inoculada con la nuestra constituyó la poesia española, y del caracter especial que en el siglo XVI empezó á tomar, y siguió despues.»”³⁷⁹

Uma outra razão que não se prende com a classificação destes romances, preside à opção teórica de Braga: a sua ainda ténue e embrionária tese “mosárabe”, já implícita na resposta à posição wolfian³⁸⁰.

A importância dessa tese na sua obra irá ser avaliada e a datação do romance, é corrigida nas *Epopêas*³⁸¹. Por agora, regressando à presença

³⁷⁸ *Op. cit.*, p. 134.

³⁷⁹ *Op. cit.*, p. 136.

³⁸⁰ “[O]s romances mouriscos [...] são filhos de um estado social, em que a indole e os costumes se fundiam, e d’onde saíram os *Mosárabes*. [...] quem duvidará d’essa influencia mourisca lendo o romance do seculo XIV: / Yo me era Moraima, /Morilla de un bel cantar”, *op. cit.*, pp. 134-135. *Romancero General*, I, p. 1 (Nº. 3).

³⁸¹ *Op. cit.*, p. 130. Esta nova opinião de Braga é, também, a de Armistead e Di Stefano. “Armistead [1978b], 222-223, [...] define el texto «obra de un poeta morisco, o más bien, dada la fecha temprana, de un mudéjar (si se prefiere)», sugiriendo la segunda mitad del siglo XV como época de composición.”, Giuseppe Di Stefano, *Romancero*, Madrid, Taurus, 1993,

histórica dos romances no último período da tabela histórica, resta salientar que ela é dada pelas imitações eruditas dos “romances mouriscos” as quais, na sua opinião, desvirtuaram o que considera serem genuínos romances mouriscos. O interesse dessas composições “artificiosas”, portanto, reside apenas na prova da fortuna do género sobre o qual se construíram.

A difusão dos romances

A divulgação de todos estes cantos pela Europa do sul, é atribuída aos movimentos das Cruzadas, aos de Reconquista, o que exemplifica com a presença de colónias francesas em Portugal; às peregrinações; às alianças entre cortes com as correspondentes influências poéticas; e, sobretudo, vê na figura do jogral o factor privilegiado de difusão dos cantos. Todavia, a acção do jogral é caracterizada por um efeito mais profundo, o da adaptação das próprias composições.

A intervenção dos jograis - Sugere:

“Na edade media o jogral é como o homeride da Grecia primitiva; é elle que vae, como as andorinhas que anunciam o verão, povoar os castellos de tradições brilhantes de feitos de armas; [...] O jogral muitas vezes conta a mesma aventura mudando o nome do heroe.”³⁸²

p. 183, nota 11. Estudo a que Di Stefano se reporta: Samuel G. Armistead, “¿Existió un romancero de tradición oral entre los moriscos?”, *Actas del Coloquio Internacional sobre Literatura Aljamiada y Morisca*, Madrid, Gredos, 1978, pp. 211-236.

³⁸² *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 150.

O papel do jogral como mediador entre as composições individuais, sejam poemas ou fragmentos historiográficos, e a sua tradicionalização através de composições que pretendem interpretar a curiosidade e o gosto dos seus públicos, é particularmente enfatizado

“A poesia jogralesca é que foi dando fôrma às tradições [...] E então começa o processo da *variante*, de modo que, passado tempo, já o canto nada tem de pessoal, e está inteiramente assimilado. [...] N’este ponto concordamos plenamente com a opinião de M. Circourt: «As poesias dos jograes são um risco de união entre as poesias populares [...] e as poesias dos scholares e trovadores; participam de umas e de outras, emquanto á essencia e forma. [...]». A acção da poesia jogralesca é evidente, quando se vêem romanceados fragmentos de chronicas, que o povo não conhecia.”³⁸³

Como se verá, é a partir deste reconhecimento da acção reelaboradora do jogral - e do próprio povo, participante em todo o processo de assimilação e de recriação dos cantos - que Braga perspectiva o processo de tradicionalização, não como fenómeno recente, mas intrínseco à vida do próprio romance.

A divulgação pelas colecções e folhetos de cordel - Pretende Braga que os cantos tivessem chegado a Portugal pelas Cruzadas, pela chegada dos cavaleiros franceses que acompanharam o Conde D. Henrique, mas um pressuposto teórico formado em conclusões wolfianas sobre o carácter imitativo da poesia portuguesa³⁸⁴, obriga-o a reconhecer que “[q] uasi todos os

³⁸³ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *op. cit.*, nº. 3631 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 63-64. A citação de Circourt extraída da *Nouvelle Revue Encyclopedique*, de Setembro de 1847, é lida in Théodore-Joseph Boudet, Comte Du Puymaigre, *Les Vieux Auteurs Castillans*, II, Metz, Rousseau-Pallez, 1862, como indica incompletamente na p. 20, nota 2.

³⁸⁴ A opinião de Ferdinand Wolf e as suas repercussões teofilianas é tratado no apartado dedicado ao problema da originalidade e nacionalidade dos romances em Portugal.

romances portugueses são de origem castelhana”³⁸⁵ e que boa parte deles foi introduzida na tradição portuguesa a partir de versões jogralescas das composições publicadas pelos acervos quinhentistas.

“O romance de *Virgilio* é um d’aquelles que foram recolhidos no *Cancionero de Romances* de Antuérpia, reimpresso em Lisboa em 1581; d’ahi sahiu talvez para a versão jogralesca que o tornou popular.”³⁸⁶

Equivoca-se Braga ao descobrir a presença de **Virgílios** (0400) na tradição portuguesa - o tema só surgirá, pela primeira vez, editado no *Romanceiro Português* de Leite de Vasconcelos³⁸⁷.

Outras versões indica com essa pretensa fonte quinhentista de Lisboa, sempre sem qualquer referência à localização dos romances nessa colecção ou à fortuna editorial moderna dessas composições³⁸⁸. Desse *Cancionero de Romances* terão sido introduzidos na tradição portuguesa: **La infantina** (0164)³⁸⁹; o **Rico Franco** (0133) que erroneamente vê na “Romeirinha” (**Una**

³⁸⁵ *Romanceiro Geral*, p. 165.

³⁸⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 183. Por várias vezes Braga se refere à reimpressão de Lisboa do *Cancionero* de Antuérpia feita por Manuel de Lyra, em 1581. Hardung, também dá notícia dessa reimpressão mas, muito provavelmente, por a encontrar indicada por Braga. Victor Eugenio Hardung, “Introdução”, in *Romanceiro Português*, I, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1877, p. X, nota 1.

³⁸⁷ José Leite de Vasconcellos, *Romanceiro Português*, I, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1958, p. 333. R. Menéndez Pidal, “A Propósito del ‘Romanceiro Português’ de J. Leite da Vasconcelos” in AAVV, *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, I, Lisboa, 1957, p. 497 reeditado in José Leite de Vasconcellos, *Romanceiro Português*, p. XVIII, tinha já publicado os primeiros quatro versos desta versão que lhe tinha sido enviada por Leite.

³⁸⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 139.

³⁸⁹ Neste momento, Braga conhece as versões: Garrett (1847) 149-150 [**La infantina** + **El caballero burlado** + **La hermana cautiva** - 0164 + 0100 + 0169]; Braga (1867) 26-28[**La infantina** + **El caballero burlado** + **La hermana cautiva** - 0164 + 0100 + 0169] e 28-29 [**La infantina** + **El caballero burlado** - 0164 + 0100]. Tradição antiga: “A cazar va el caballero, / a cazar como solia”, *Romancero General*, I, pp. 159-160 (Nº. 295).

fatal ocasión - 0232) do seu *Romanceiro Geral*, reedição retocada de uma versão garrettiana, entretanto reimpressa por Bellerman³⁹⁰; o **Bernal Francés** (0222)³⁹¹; **El conde Alemán** (0095)³⁹²; o **Conde Claros en hábito de fraile** (0159)³⁹³; o **Conde Alarcos** (0503)³⁹⁴; **Gaiferos libera a Melisendra** (0151) que Braga está convencido corresponder a dois romances, editando-o fragmentado em 1867³⁹⁵; a **Pérdida de don Beltrán** (0150), com uma única versão garrettiana, reeditada por Bellerman e Braga³⁹⁶; **El cautivo del**

³⁹⁰ Garrett II (1851) 4-6; Bellerman (1864) 168-171; Braga (1867) 24-25. Tradição antiga: “A caça yuan a caça / Los caçadores del rey”, *Romanceiro General*, I, p. 160 (Nº 296).

³⁹¹ Versões então publicadas: Garrett (1828) XXVI-XXXII e Braga (1867) 34-36, respectivamente. Tradição antiga: “En los tiempos que me vi / Mas alegre y placentero”, *Romanceiro General*, I, pp. 158 (Nº 292).

³⁹² Garrett (1851) 78-82 e Braga (1867) 77-79. Tradição antiga: “A tan alta va la luna / como el sol a mediodia”, *Romanceiro General*, I, p. 163 (Nº. 305).

³⁹³ Garrett II (1851) 192-203 [**Conde Claros en hábito de fraile + La apuesta ganada + La infanta preñada** - 0159 + 0255 + 0469], reeditada por Braga (1867) 156-157; Braga (1867) 79-83 [**Conde Claros en hábito de fraile + Conde Claros preso + La infanta preñada** - 0159 + 0366 + 0469], 83-86 [**Conde Claros en hábito de fraile + Aliarda** - 0159 + 0149], 87-89 [**Conde Claros en hábito de fraile + La infanta preñada** - 0159 + 0469]. Tradição antiga: “A caza va el emperador / a Sant Juan de Montaña”, *Romanceiro General*, I, pp. 223-224 (Nº. 364).

³⁹⁴ Garrett II (1851) 44-55 [**Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos** - 0503 + 0005 + 0431] reimpressa por Bellerman (1864) 76-90; Braga (1867) 68-71 [**Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos** - 0503 + 0005 + 0431], 71-74 [**Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos** - 0503 + 0005 + 0431]. Tradição antiga: “Retraida está la infanta, / bien así como solía”, *Romanceiro General*, I, pp. 224-226 (Nº. 365).

³⁹⁵ Garrett II (1851) 250-267 [**Gaiferos libera a Melisendra** - 0151], reeditada por Bellerman (1864) 30-54 e por Braga (1867) 94-97 e 97-103. Tradição antiga: “Caballero, si a Francia ides / por mi señor preguntad”, *Romanceiro General*, I, p. 175 (Nº. 319). “Asentado está Gaiferos / en el palacio real”, *op. cit.*, pp. 248-252 (Nº. 377).

³⁹⁶ Garrett II (1851) 234-238, Bellerman (1864) 56-62 e Braga (1867) 89-92. Tradição antiga: “En los campos de Alventosa / mataron a don Beltrán”, *Romanceiro General*, I, p. 263 (Nº. 395).

renegado (0443)³⁹⁷; **Gerineldo** (0023)³⁹⁸; finalmente, um “romance perdido” cujo *incipit* seria “*Con rabia esta el rey David*”³⁹⁹.

Os “*pliegos sueltos*” são a fonte portuguesa “dos romances que não vieram pelo *Cancionero* de Anvers”⁴⁰⁰ de 1581, afirma. Porém, logo exemplifica com o **Conde Claros en hábito de fraile** (0159) anteriormente considerado com origem na colecção reeditada por “Manuel de Lyra”. Assegura ter sido através dessas “*folhas volantes*”, vendidas por cegos, que Baltazar Dias, também cego, conheceu e depois nacionalizou o “*Conde Alarcos*, compost[o] por Pedro de Riano [Riaño]” (**Conde Alarcos** - 0503), também já incluído entre os romances conhecidos pela edição de 1581, o “*Marquez de Mantua* de Jeronymo Treviño [ou Tremiño ou Temiño de Calatayud]” (não existe na tradição moderna portuguesa) e “*La Esposa Fiel* de [Juan] Ribera” (**Vuelta del marido** - 0113).

Braga explica o processo de criação da *Tragedia do Marquez de Mantua* de Dias, reelaboração poética a partir de três composições independentes, em “Romanceiros hespanhoses”⁴⁰¹, “um longo romance abreviado de outros mais extensos do Romanceiro hespanhol”⁴⁰², e expõe

³⁹⁷ Garrett III (1851) 77-82 [**El cautivo del renegado** + **Cautivo firme en su fe** - 0443 + 0317], Bellerman (1864) 184-190 e Braga (1867) 115-117; Braga (1867) 113-115. Tradição antiga: “Pregonando está Florida / a su esposo placentero”, *Romancero General*, I, pp. 136-137 (Nº 258).

³⁹⁸ Garrett II (1851) 158-167 [**Gerineldo** + **Canción del huerfano** + **El prisionero** + **Conde Niño** - 0023 + 0092 + 0078 + 0049]; Braga (1867) 18-20. Tradição antiga: *Primav.* 161 - “Gerineldo, Gerineldo, / el mi paje mas querido”, *Romancero General*, I, pp. 176-177 (Nº 321) e “Levantóse Gerineldo / e rey estaba dormido”, *op. cit.*, pp. 175-176 (Nº 320).

³⁹⁹ Esta composição não figura na edição de Lisboa, de 1581. Conhece-a Braga, provavelmente, pelo *Romancero General*, I, pp.299-300 (Nº. 453).

⁴⁰⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 140.

⁴⁰¹ *Op. cit.*, pp. 193-194.

⁴⁰² *Op. cit.*, p. 202.

mesmo a discussão em torno do estatuto de Treviño - autor dessas composições, para Pellicer, editor, como defenderia Ochoa. Tudo indica seguir, Braga, a opinião do autor do *Tesoro de los Romanceros*, a qual é admitida, também, por Carolina Michaëlis de Vasconcelos ao referir que a criação do *Marquez de Dias* não nasceu de um poema mas de várias cantigas jogralescas do princípio do século XVI, provavelmente do autor referido por Braga⁴⁰³.

Nestas alusões, não adverte para o carácter hipotético da existência da obra de Baltazar Dias que teria recriado a de Juan Ribera⁴⁰⁴, embora talvez não tenha sido por descuido que não a incluiu na referida “Bibliographia de Romanceiros e Folhas Volantes da Poesia Popular-Jogralesca em Portugal, a contar do século XVI”,⁴⁰⁵.

Não se esqueça que a responsabilidade por essa divulgação é, também atribuída aos grupos em movimento pela Europa medieval comunicando tradições poéticas e sedimentando a unidade meridional europeia, na qual se integram Portugal e Espanha. Os acervos editados, os antigos e os seus contemporâneos, provam-lhe à saciedade, essa difusão e essa unidade.

2.2.2. Uma perspectiva étnica

Entre o final dos anos sessenta e o início dos anos setenta, a publicação do texto prefaciador dos *Cantos*, do volume introdutório da *Historia da Litteratura Portuguesa* e das *Epopêas da Raça Mosárabe* marcam uma revisão do seu pensamento sobre a vida do Romanceiro.

⁴⁰³ *Romances Velhos em Portugal*, p. 97.

⁴⁰⁴ Devido à inexistência de documentos ou referências a essa obra, Carolina Michaëlis de Vasconcelos apenas admite essa criação como “vaga hipótese”. *Op. cit.*, pp. 199 e 240.

A sua nova perspectiva sobre a história e o carácter do Romanceiro radica na convicção da literatura como expressão do “genio” nacional, de perfil étnico, e na correspondente criação da teoria rática e poética “mosárabe”. Esta revisão é, portanto, essencialmente étnica e desencadeia um aprofundamento de aspectos dos anteriores estudos quer tenham com ela uma relação de causa-efeito, quer não.

Contudo, ela não tem efeitos sobre o entendimento do Romanceiro como género literário, já que continuará a descrevê-lo nesse universo, a estabelecer relações mútuas com outras criações⁴⁰⁶, a procurar, nelas, manifestações suas, elementos genéticos, efeitos da sua inspiração e a considerá-lo uma forma literária equivalente a algumas reconhecidas oficialmente pela instituição da literatura - aquelas que, na sua concepção, se revelam genuinamente nacionais, expressão autêntica do génio pátrio.

Claramente o define na *Historia da Litteratura*:

“Quando a litteratura portugueza acompanha o genio nacional, amoroso e aventureiro, appresenta o *Amadis* e a prosa de Fernão Lopes, Gil Vicente e Camões, a *Historia Tragico-Maritima*, as *Cartas de uma Religiosa* e o romanceiro cavalheiresco.”⁴⁰⁷

⁴⁰⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 201-210.

⁴⁰⁶ Veja-se como exemplo: “Em quanto Villasandino cantava as perseguições que estes dois amantes [D. Pedro e D. Beatriz de Portugal] soffreram, o povo portuguez formava esses mimosos romances do *Conde Niño*, calcados sobre a morte de *Tristão* e de *Yseult*.” *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Provençal)*, p. 325. O poeta e as composições a que Braga se refere, segundo a sua indicação, figuram no *Cancionero de Baena*.

⁴⁰⁷ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 3. Braga mostra defender a tese da origem portuguesa da obra medieval *Amadis de Gaula*, embora não a desenvolva. Conhece-a pela edição da reprodução da edição de 1508, na “Biblioteca de Autores Españoles” Madrid, Rivadeneyra, 1857. Com a mesma origem considera as “*Cartas de uma Religiosa*” publicadas, pela primeira vez em Paris, em 1669, com o título *Lettres Portugaises traduites en français*, e, no mesmo ano, em Colónia, com o título *Lettres d'Amour d'une Religieuse Écrites au Chevalier de C., Officier François en Portugal*. A *Historia Tragico-Maritima*,

Aliás, basta compulsar-se a *Historia da Poesia Popular* para se encontrarem estes autores e estas espécies, com excepção das “*Cartas*”, em relações multiformes com o Romanceiro e, nomeadamente, com alguns romances. Portanto, nada de novo. O *Amadis*⁴⁰⁸ era apontado como exemplo do “maravilhoso do cyclo bretão” que se manifesta em várias versões romancísticas e em narrações da própria *Historia Tragico-Maritima*⁴⁰⁹. O relato cronístico do reinado de D. João I era indicado como prova do conhecimento das tradições “carlingianas” em Portugal, na medida em que continha alusões a heróis da Távola Redonda⁴¹⁰. As obras do dramaturgo e do poeta eram dadas como riquíssimos repositórios do género, encontrando nelas citações, referências a romances e, como se viu, até a origem de **Flérída y don Duardos** (0431).

Os estudos teóricos de 1867, 1868 e 1869 mostram, até, uma maior profusão dessas alusões e recriações eruditas feitas por autores portugueses a romances, resenha apenas superada pelo copioso elenco das *Epopêas da Raça Mosárabe*.

A sua revisão também não anula a periodização estabelecida. Verifica-se sim, uma descrição mais aprofundada e uma documentação acrescentada das épocas, embora essa mais-valia não corresponda sempre a um maior rigor.

Nomeadamente. O número de versões da tradição oral moderna portuguesa com que pretende provar a influência do “cyclo carlingiano”, é mais

compilação de Bernardo Gomes de Brito de manuscritos e impressões de relatos de naufrágios, publicada em dois volumes, em 1735-1736.

⁴⁰⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 158.

⁴⁰⁹ *Op. cit.*, pp. 128-130, entre outras. Fragmento já publicado em 1865, “Maravilhoso da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, nº 3582.

⁴¹⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 159-160.

elevado em 1870 do que na *Historia da Poesia Popular*. Nesse estudo teórico, apresentava o “Dom Carlos de Alem-mar”⁴¹¹ (**Conde Claros en hábito de fraile + La apuesta ganada + La infanta preñada** - 0159 + 0255 + 0469), e agora acrescenta⁴¹² “Dom Garfos”⁴¹³ (**Conde Grifos Lombardo** - 0118) “Gerinaldo”⁴¹⁴ (**Gerineldo** - 0023), “Dom Carlos de Montalvar”⁴¹⁵ (**Conde Claros en habito de fraile + Conde Claros preso + La infanta preñada** - 0159 + 0366 + 0469) e o “Passo de Roncesval”⁴¹⁶ (**Pérdida de don Beltrán** - 0150)⁴¹⁷.

Contudo, os novos exemplos são importados apenas do *Romanceiro Geral*, não se compreendendo porque não considera as composições dos *Cantos* de 1869. Os “Romances de Claralinda”⁴¹⁸ (**Conde Claros en hábito de fraile + La infanta preñada** - 0159 + 0469), “Dom Carlos de Montealvar”⁴¹⁹ (**Conde**

⁴¹¹ *Op. cit.*, p. 152. Garrett II (1851) 192-203; os versos correspondentes à Beira Alta são reeditados in Braga (1867) 156-157.

⁴¹² *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, p. 89.

⁴¹³ Braga (1867) 62-64. Para além desta sua versão, conhece outra, Garrett II (1851) 289-294 reeditada por Bellermann (1864) 160-166 e Braga (1867) 60-61 e 65-67.

⁴¹⁴ “Gerinaldo” (**Gerineldo** - 0023), Braga (1867) 18-20. Para além desta versão, Braga conhecia “Reginaldo” (**Gerineldo + Canción del huerfano + El prisionero + Conde Niño** - 0023 + 0092 + 0078 + 0049) de Garrett (1851) II, 158-167, Braga (1869)/Braga (1982) 265-267 (**Gerineldo** - 0023) e 268-270 (**Gerineldo** - 0023).

⁴¹⁵ Braga (1867) 79-83. Braga conhece, também, Garrett II (1851) 192-203 [**Conde Claros en hábito de fraile + La apuesta ganada + La infanta preñada** - 0159 + 0255 + 0469], reeditada por Braga (1867) 156-157; Luiz Ribeiro (1852) 561 [**Conde Claros en habito de fraile + La apuesta ganada + Aliarda** - 0159 + 0255 + 0149]; Braga (1867) 83-86 [**Conde Claros en hábito de fraile + Aliarda** - 0159 + 0149], 87-89 [**Conde Claros en hábito de fraile + La infanta preñada** - 0159 + 0469] e Braga (1869)/Braga (1982) 243-246 [**Conde Claros en hábito de fraile + La infanta preñada** - 0159 + 0469] e 246-249 [**Conde Claros en hábito de fraile** - 0159].

⁴¹⁶ Garrett II (1851) 234-238, Bellerman (1864) 56-62 e Braga (1867) 89-92.

⁴¹⁷ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, p. 198.

⁴¹⁸ Braga (1869)/Braga (1982) 243-246.

⁴¹⁹ Braga (1869)/Braga (1982) 246-249.

Claros en hábito de fraile - 0159), “Romances de Joãozinho ou o Banido”⁴²⁰ (**Floresvento** - 0343), “Flores e Ventos”⁴²¹ (**Floresvento** + **Blancaniña** - 0343 + 0234) e “Dona Branca”⁴²² (**Floresvento** - 0343).

Indícios anteriores da visão étnica

Em rigor, Braga não manifesta nesta altura, pela primeira vez, esta perspectiva. O primeiro ensaio sobre a história do Romanceiro, cuja construção se faz, essencialmente, pelo estabelecimento de relações entre a criação poética e os acontecimentos que vão marcando o curso dos tempos, contém alguns traços resultantes de uma abordagem étnica. Nomeadamente, o entendimento da assimilação das tradições poéticas como um fenómeno não apenas histórico-literário mas também étnico, o povo adopta aquelas que se aproximam da sua identidade.

Assim, eram razões desta natureza que presidiam à explicação do sucesso da matéria bretã no período de D. João I. A aceitação deste “cyclo” correspondeu mais a uma revitalização do genio céltico, que já distinguia o povo português⁴²³ (em 1865, este traço étnico identificava-o no contexto peninsular, em 1867, no da Europa do sul), do que a uma influência estranha.

⁴²⁰ Braga (1869)/Braga (1982) 230-231.

⁴²¹ Braga (1869)/Braga (1982) 232-233.

⁴²² Braga (1869)/Braga (1982) 233-235.

⁴²³ “Celtas eram os Turdetanos da Luzitania, os Gallaicos, e quasi toda a Peninsula”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 7. “É pelo estudo do maravilhoso, que melhor se conhece o genio celtico que nos distingue entre os povos do Meio Dia”, *op. cit.*, p. 134. Este fragmento estava incluído no artigo já referido “Maravilhoso da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, nº 3582, no qual o universo de referência não era constituído pelos “[...] povos do Meio Dia” mas pelos “[...] povos da peninsula.” Segundo a própria indicação de Braga, a sua consideração sobre a raiz céltica assenta na opinião de Ribeiro dos Santos lida nas *Memórias da Academia*.

De tal modo a sua fecundidade se revelava que Braga o encontrava na tradição oral moderna, nos já referidos “Dona Ausenda” (**La infanta preñada + La infanta parida** - 0469 + 0138) e “Conde Nillo” (**Conde Niño** - 0049) mas também, agora, no “Conde Yano”⁴²⁴ (**Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos** - 0503 + 0005 + 0431), composição em que uma criança de leite fala, e na “Nau Cathrineta”⁴²⁵ (**Nau Catrineta** - 0457)⁴²⁶.

Embora não recorresse, nessa altura, a razões étnicas para explicar o metro da “poesia popular portuguesa” e, particularmente dos romances, uma vez que encontrava a sua fundamentação na prosódia da própria língua (como se verá, no apartado sobre a versificação), não deixa de reconhecer a sua semelhança com a versificação da poesia não artificiosa árabe conhecida na Península desde o período de dominação desse povo, em que um notável florescimento poético foi registado⁴²⁷ ao par de um contacto profundo com as populações locais, e mesmo de compreender que essa similitude métrica tivesse levado Conde⁴²⁸ a nela fundar a origem do “octosylabo” peninsular⁴²⁹.

O enquadramento étnico verifica-se, também, em estudos anteriores de âmbito não estritamente literário. Na *Poesia do Direito*, os romances, entre outras espécies, são observados como vestígios do antigo simbolismo jurídico

⁴²⁴ Garrett II (1851) 44-55.

⁴²⁵ Garrett III (1851) 89-93.

⁴²⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 113 e 116-117, respectivamente. Fragmentos editados, inicialmente, no artigo já referido, do “Maravilhoso da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº 3577. É Braga que indica as fontes das versões, embora a do “Conde Yano” não figure em 1867.

⁴²⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 7.

⁴²⁸ Antonio José Conde, *Historia de la Dominación de los Árabes en España: Sacada de Varios Manuscritos y Memorias Árabigas*, Barcelona, Imp. De D. Juan Oliveres, 1844.

⁴²⁹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 7-8. Desenvolver-se-à esta questão sobre a génese árabe do octossílabo no apartado dedicado à versificação dos romances.

germânico⁴³⁰ que, segundo a lição dos estudos de Michelet⁴³¹, se lhe afigura como a matriz do português e “da maior parte dos povos da Europa”⁴³².

A construção da nova perspectiva

O desenvolvimento da investigação étnica é correlativo à da literatura como expressão da “essencia” rática de cada povo, como “creação fatal” dessa identidade e, nesse sentido, manifestação genuína da nacionalidade. Por isso, a nova perspectiva manifesta-se já maduramente na *Historia da Litteratura* de 1870, na qual surge copiosamente explicitada, ao longo do capítulo I, a concepção de que a criação artística de cada povo exprime inexoravelmente o génio que emerge da mais profunda identidade rática desse povo e daí o seu “character fatal”.

Naturalmente, esta perspectiva exige-lhe um aprofundamento da investigação sobre as etnias e, de facto, na própria obra sobre a literatura portuguesa, Braga detém-se sobre este aspecto. Processa esse estudo no contexto da “grande descoberta moderna da *Geografia moral*”⁴³³, a da relação entre as condições geográficas e a individualidade física e psicológica das raças, a qual determina as manifestações artísticas dos povos.

Toda esta construção de conteúdo profundamente determinista, nomeadamente, o da concepção da literatura, e, como tal, do Romanceiro, traduz bem a orientação das obras que Braga apresenta como suporte teórico da

⁴³⁰ *Poesia do Direito*, p. 177, entre outras.

⁴³¹ Vide a frequência de citações, alusões e paralelos ao longo da obra.

⁴³² *Poesia do Direito*, p. 142.

⁴³³ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, p. 13.

sua nova perspectiva. Ao lado da *Introduction à l'Histoire Universelle*⁴³⁴ e das *Origines Indo-Europeénes*⁴³⁵, indica referências a autores que, no seu conjunto, desenvolveram os estudos evolucionistas, desde Blumenbach, fundador da Anatomia Comparada, aos naturalistas Darwin e Albrecht von Haller⁴³⁶.

Contudo, se esta é a linha das fontes do seu pensamento, a este respeito e nesta altura, parece conveniente não menosprezar a lição que o estudioso do Romanceiro tinha lido no “Discurso Preliminar” de Durán sobre a influência dos climas nos idiomas.

“Reparable es que en todas estas lenguas [as línguas modernas com origem latina] se encuentra una pronunciacion mas abierta, mas semejante a la originaria e menos contraida, cuanto mas al mediodia se acercan los pueblos que las hablan, probandose así cuanto influye el clima sobre los órganos bocales, guturales y auditivos.”⁴³⁷

A espécie humana e a caracterização das raças - Sem uma definição clara do conceito de raça, faz-lhe corresponder a ideia de uma específica adaptação física e “moral” à morfologia geográfica e aos climas da espécie humana, na sua marcha da “Índia para a Europa”.

⁴³⁴ Jules Michelet, *Introduction à l'Histoire Universelle*, Paris, L. Hachette, 1831.

⁴³⁵ Adolphe Pictet, *Les Origines Indo-Européennes, ou les Aryas Primitifs, Essai de Paléontologie Linguistique*, 2 vols., Paris, J. Cherbuliez, 1859-1863.

⁴³⁶ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, pp. 5 e 7. Os autores a que se refere, para além de Michelet e Pictet, são J. Frederic Blumenbach (Gota, 11.5.1752 - 1840), o médico Pierre J. G. Cabanis (Cosnac, Limousin, 1757 - Rueil, 1808), o naturalista Charles R. Darwin (Shrewsbury, 12.2.1809 - Down, Beckenham, 19.4.1882) e o médico, naturalista e poeta Albrecht von Haller (Berna, 16.10.1708 - La Roche, 12.12.1777).

⁴³⁷ “Discurso Preliminar”, in *Romancero General*, p. L.

“O Grego, em um clima brando, suave, em uma natureza risonha, collocado em um justo equilibrio das forças da natureza exterior com as do seu organismo, não se sente [...] desafiado na sua individualidade como na rispidez do norte. Gosa a vida por todos os póros; é uma infancia contínua, uma voluptuosidade da comunicação, tem a vida da cidade, onde o conflicto dos interesses agita as paixões que formam a obra de arte. A Grecia descobriu á vida o sentimento do *Bello*. [...] O Germano, tendo de lutar mais com a natureza que o cerca, sente-se dotado de uma tempera mais robusta; a asperaza do norte, e as invasões fazem da *independencia individual* a base do seu character.”⁴³⁸

O princípio de individualidade de cada raça, porém, não anula a concepção de unidade primordial e essencial da espécie humana.

“Como as folhas das plantas variam segundo o ar em que respiram, a diversidade das raças humanas provém da mesma causa. Blumenbach, na *Unidade da especie humana*, considera o Negro retinto e o loiro Dinamarquez como provindos do mesmo tronco.”⁴³⁹

Neste sentido, a sua investigação étnica leva-o a detectar traços individualizantes mas, assentando também a sua teoria na tese da “unidade da especie humana”, não os considera isolada nem hierarquicamente, até porque, reconhece, as próprias raças não são estanques umas em relação às outras⁴⁴⁰.

Esta sua posição enunciada no plano etnológico vigora no plano dos estudos literários. A investigação sobre as criações nacionais é realizada no sentido da descoberta de uma expressão étnica e poética individualizada mas,

⁴³⁸ *Historia da Literatura Portuguesa. Introdução*, pp. 5-6.

⁴³⁹ “As emigrações das raças, os seus cruzamentos, são a base da moderna historia”, *op. cit.*, p. 7.

⁴⁴⁰ Esta idea de miscigenação está subjacente à sua afirmação: “As emigrações das raças, os seus cruzamentos, são a base da moderna historia”, *op. cit.*, p. 34.

simultaneamente, no da descrição de inter-relações múltiplas com outras literaturas. Particularmente ao nível da investigação sobre os romances esta é a perspectiva de Braga.

Assim, no volume introdutório da *Historia da Litteratura Portugueza*, elabora uma história étnica peninsular indissociável dos movimentos migratórios das raças na Europa e dela retira os dois conceitos étnico-poéticos (com algum cariz político, também) o “mosarabismo”, princípio de individuação, e o “pan-latinismo”, princípio de inter-relação, sobre que funda a sua visão do Romanceiro em Portugal.

O “pan-latinismo”

Sob esta designação, define o universo étnico-poético a que pertence o povo português, o da raça ibérica, aquela que mais cedo habitou a zona meridional, entre as duas penínsulas e que, durante muito tempo, foi mal identificada.

“Ella achava-se ramificada pelo sul de Italia, pelo Meio Dia de França, [...] a raça dos Iberos. O genio iberico, segundo Guilherme Humbolt, é o principio de unidade dos povos do Meio Dia. Antes de existir a sciencia ethnographica, as divisões de uma mesma raça tinham nomes que o commum dos historiadores julgava de povos independentes. D’aqui a grande confusão;”⁴⁴¹

⁴⁴¹ *Ibidem*. Karl Wilhelm von Humboldt (1767-1835), diplomata e filólogo alemão, desenvolve estudos particularmente influentes ao nível da filologia comparada. A ideia de que os iberos foram os primeiros povos a habitar a Península é expressa, no mesmo ano, nos *Estudos da Edade Media. Philosophia da Litteratura*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1870, p. 3.

Este primordial elemento ibérico, responsável pela “consanguinidade dos povos latinos”⁴⁴², foi assimilando e unificando as várias raças e ramos que cruzaram esse território meridional e, simultaneamente, criando a unidade das literaturas e, particularmente, das tradições poéticas ao ponto de

“[a]s mesmas legendas occupa[rem] as imaginações. Carlos Magno, combate nos romances com os sarracenos; os Hespanhoes celebram a sua derrota de Roncesvalles, os Italianos ferem-n’o na degradação e vileza do filho; e a Portugal os vestígios meio apagados do cyclo carlingiano são trazidos pela passagem dos Cruzados.”⁴⁴³

Este universo pan-latinista de raiz ibérica, onde Braga mesmo antes de descobrir a sua identidade étnica, estabelecia as relações entre romances peninsulares e composições europeias, desvenda-lhe, agora, a razão que lhe tornava possível o exercício comparativista realizado de uma forma empírica e, assim, encontra legitimidade para essa metodologia.

No entanto, se é verdade que o seu comparativismo se desenvolve nesta unidade pan-latinista, de facto, ultrapassa-a também. Composições gregas, por exemplo, estranhas a este espaço étnico-poético, são frequentemente incluídas nas suas comparações por contribuírem para a determinação da génese, da transmissão e da variação de um determinado tema.

Admite, sob uma influência que identifica mais tarde, os estudos de Bopp⁴⁴⁴, que esta unidade tem, também, um conteúdo linguístico, “[a]s linguas neo-romanas têm um caracter commum”⁴⁴⁵. Apesar de ser conhecida a

⁴⁴² *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, p. 44.

⁴⁴³ *Op. cit.*, pp. 43-44.

⁴⁴⁴ Vide excerto supra transcrito da *Historia do Romantismo*, pp. 30-31.

⁴⁴⁵ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, p. 43.

renitência de Braga em aceitar qualquer importância à contribuição romana fora do universo erudito⁴⁴⁶, reconhece-a no plano linguístico.

O “pan-latinismo” e a unidade dos “povos neo-latinos” - Na *Floresta de Varios Romances*, obra que estabelece a ponte, relativamente a determinados aspectos já referidos, entre a primeira visão histórico-poética e a sua revisão étnica, definia Braga um universo individualizado constituído pela “raça dos povos neo-latinos”⁴⁴⁷. Nessa altura, embora se referisse a essa entidade por um traço étnico, não fazia qualquer exploração da ideia dessa “raça” pelo motivo de não ser pela via etnológica que encontrava a unidade dos povos latinos. Era, sim, através da literatura comparada que o erudito construía esse conceito.

“[N] enhum facto faz sentir mais do que a litteratura a unidade de raça dos povos neo-latinos. Quasi todas as transformações que experimentaram as litteraturas italiana, franceza, hespanhola e provençal [...] tudo, abertamente o sustentamos, se encontra, mais ou menos rudimentarmente, na litteratura portugueza.”⁴⁴⁸

Todavia, é um conceito reiterado nesta nova visão através da sua fundamentação ibérica.

⁴⁴⁶ A esta permanente avaliação da influência latina, não é estranha a própria posição do erudito que cita em 1880: “Herculano reagia contra a auctoridade da tradição romana, do mesmo modo que as litteraturas modernas estavam reagindo: «Roma [...] viva e possante não alcançára subjugar inteiramente este cantinho da Europa, cadaver profanado pelos pés de muitas raças barbaras [...]»”, *Historia do Romantismo em Portugal*, p. 114.

⁴⁴⁷ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. vj.

⁴⁴⁸ *Ibidem*.

Primeiras manifestações do “mosarabismo”

Se a perspectiva étnica se vislumbra anteriormente a 1869, a teoria étnico-poética “mosárabe”, no contexto dos estudos sobre os romances, anuncia-se, também, previamente. De uma forma embrionária, esboça-se na *Historia da Poesia Popular*, ao ser descoberta a influência da poesia dos godos e dos árabes nos cantos do povo. Nessa altura, as consequências extraídas restringiam-se à vaga referência da denominação de aravia e à discussão em torno da génese do “octosylabo”, como se observou acima.

Também as páginas introdutórias da colecção açoriana não são alheias a esta teoria, mas nelas perpassa uma acentuação da influência árabe que não será reiterada. Defende que nela radica a origem dos romances depois de ter definido a génese da designação de “aravia” e exposto os seus vestígios nos romances⁴⁴⁹. Braga partia do pressuposto da completa miscigenação do godolite com o árabe, mas a ideia de “fusão” étnica perderá a validade substituída pela de convivência tolerante entre as duas raças.

Prefigura-se com mais alguma consistência no estudo da *Floresta de Varios Romances* e na *Historia da Poesia Moderna em Portugal*, trabalho integrado na *Historia da Litteratura* de 1870 (ver apartado sobre a história das edições e reedições), onde considera “que a formação dos Romanceiros da Peninsula pertence unica e exclusivamente ao genio da raça *mosárabe*”⁴⁵⁰.

⁴⁴⁹ “Introducção”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, pp. IX-XVI.

⁴⁵⁰ *Historia da Poesia Moderna em Portugal*, p. 16. Fragmento reimpresso na *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 352.

Na *Floresta*, é a composição “Yo m’era mora Moraima, / Morilla d’un bel cantar”⁴⁵¹ que volta a justificar idêntica referência. Deve dizer-se que, independentemente da crítica ao seu “mosarabismo” - exercício cuja pertinência, nos nossos dias, não assume relevância, posto o seu interesse se colocar apenas ao nível da sua funcionalidade no contexto do pensamento de Braga - o erudito engana-se ao encontrar na tradição oral moderna portuguesa aquele romance.

Compreende-se a intencionalidade subjacente a essa indicação mas ela não é suportada por um suficiente conhecimento dos temas. Através da conservação do romance, Braga podia provar a persistência de um elemento poético “mosárabe”. Porém, em nenhuma das regiões indicadas, Açores e Beira (assim como em qualquer outra geografia portuguesa), ele foi descoberto. Possivelmente, confundia-o com **El Moro que reta a Valencia** (0045) pela presença de elementos mouriscos, esse sim, inserto nos seus *Cantos* insulares, entre as páginas 314-315. Mas qual a versão que diz conhecer da Beira? Em 1870, voltará a retomar a referência ao romance na documentação poética dos vestígios “mosárabes” mas corrige-se quanto à sua existência na tradição oral moderna portuguesa⁴⁵².

*O “mosarabismo”,
teoria de identificação étnica e literária*

Paralelamente à determinação da unidade étnica e literária dos povos do sul da Europa, Braga sente necessidade de individualizar Portugal nesse universo. Funda, então, a sua identidade na raça “mosárabe”, a qual surge na Península de uma “baixa classe” do ramo germânico que esteve em contacto

⁴⁵¹ “Transformações do Romance Popular”, p. xlvj. *Romancero General*, I, p. 1 (Nº. 3).

⁴⁵² *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 82.

com o árabe. E deste modo, garante a consistência de uma nação cuja formação é tida como artificial e cuja história seria marcada pelas tentativas constantes da Igreja, da aristocracia, dos próprios monarcas e de influências externas para desvirtuar essa entidade, como também expõe na *Historia do Theatro* de 1870⁴⁵³.

“Portugal formou-se no seculo XII por circumstancias fortuitas, artificialmente [...] Nada d’isto era bastante para formar uma nação, que teve a dita de tornar eterna a sua acção na marcha da humanidade, que fez alguma cousa de grande, filho do seu character, se não existisse um elemento fundamental e organico, que tem passado até hoje despercebido, - o godo *lite*, que se tornou *mosárabe*, e que nas revoltas communaes ficou sendo povo.”⁴⁵⁴

Não era já a necessidade de uma individuação étnica da nação que presidia à instauração do perfil céltico do povo português, em 1865 - traço que é alargado a quase toda a Península, em 1867⁴⁵⁵? O “mosarabismo”, porém, de forma mais completa e elaborada resolve essa necessidade teórica para a afirmação da existência de uma nação e de uma literatura nacional.

A consciência desta condição faz com que escreva, nas *Epopêas*, com algum confessionalismo e com uma vaga referência a Wolf:

“Em Portugal, antes da Historia de Herculano [...] era impossivel descobrir uma feição nacional na litteratura. Chegavam os que viam mais longe a negar a nossa

⁴⁵³ *Historia do Theatro Portuguez - Vida de Gil Vicente e sua Eschola*, Porto, Imprensa Portuguesa - Editora, 1870, pp. 2-3.

⁴⁵⁴ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, pp. 48-50.

⁴⁵⁵ Vide a correcção do pequeno fragmento, já citado, do “Maravilhoso da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, nº 3582 reeditado in *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 134.

nacionalidade nas criações da intelligencia; e comtudo tivemos-a, mas para a descobrir é quasi necessario recompôr physiologicamente a existencia de uma raça”⁴⁵⁶.

É esse exercício étnico que Braga procurou realizar para fazer a prova da originalidade da literatura portuguesa. E tal é a sua convicção sobre a sua validade que o repetirá, mais de uma década depois, para justificar a nação brasileira e, por consequência, afirmar a existência de uma literatura própria. Nessa altura, há-de determinar essa individualidade nacional pelos elementos da “emigração portuguesa, pela cohabitação da raça negra e pela mestiçagem com os povos indigenas”⁴⁵⁷ para mostrar que da sua síntese se “começa a caracterisar o genio brasileiro na litteratura e na arte”⁴⁵⁸. E, tal como relativamente à constituição étnica portuguesa, caracteriza a esse nível os três elementos⁴⁵⁹.

A teoria recupera ideias anteriores - A tese sobre o “mosarabismo”, elaborada a partir dos estudos históricos de Alexandre Herculano⁴⁶⁰ adapta-se perfeitamente a aspectos anteriores do seu pensamento. Não é uma teoria que o obrigue a reformular profundamente a história que havia estabelecido, bem pelo contrário, colmata-a e resolve a sua suspeita acerca da existência de uma

⁴⁵⁶ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 2.

⁴⁵⁷ “Sobre a Poesia Popular do Brazil” in Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brazil*, I, p. [IX].

⁴⁵⁸ *Op. cit.*, p. X.

⁴⁵⁹ Embora se trate a seu tempo do problema, *vide*, também, “Da Poesia Moderna Portuguesa. Suas Transformações e Destino”, in *Parnaso Portuguez Moderno*, pp. XIX-XXXV; a versão deste estudo nas “Velho Lyrismo Portuguez”, in *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*, pp. 61-80 e as “Tradições das Raças Selvagens do Brazil”, *O Positivismo*, pp. 22-52.

⁴⁶⁰ “[C]abe, como dissemos, ao snr. Herculano esta grande descoberta na historia da Peninsula, e a legitima explicação dos elementos constitutivos do povo portuguez”, *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 53. Noutros locais, nesta obra, alude às opiniões de Herculano sobre esta matéria. *Vide*, igualmente, *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 2, 24 e ss., entre outras. A obra a que faz referência é Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Em Casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1846-1853.

literatura nacional e da originalidade do Romanceiro português, como se verá. Porque, recorde, mesmo na vigência da “auctoridade” wolfiana que o fazia duvidar da genuinidade dos romances em Portugal, Braga interrogava-se sobre ela perante a anterioridade das citações romancísticas vicentinas relativamente às colecções espanholas.

O “mosarabismo” recupera a importância do elemento germânico descrito desde a *Poesia do Direito* e a do orientalismo constatado contemporaneamente a essa obra mas noutro local e reiterado na primeira *Historia da Poesia*⁴⁶¹. Amplifica, também, a fugaz determinação da influência da poesia dos Godos e dos Árabes na portuguesa, “popular”⁴⁶².

A constituição étnico-poética “mosárabe” - A delimitação do nível de miscigenação entre o godo-lite e o árabe que o “mosárabe” representa é particularmente importante para Braga definir a dominância de um dos constituintes ou a fusão dos dois, tanto a nível étnico como poético. Defende, agora, a ideia da convivência das duas raças, a sua “quasi fusão”, distinta da visão exposta nos *Cantos açorianos*, e não aceita o relato dos cronistas eclesiásticos medievais sobre a sua hostilidade mútua⁴⁶³.

“[O] godo *lite* [...] aceitou pacificamente a convivencia com os arabes, do mesmo modo que em tempos pre-historicos os Iberos se deixaram ficar em contacto com os Celtas que os modificaram”⁴⁶⁴.

⁴⁶¹ “Maravilhoso da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº. 3577, reeditado in *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 108-109.

⁴⁶² *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 7.

⁴⁶³ *Op. cit.*, p. 52. *Epopéas da Raça Mosárabe*, pp. 19-20.

⁴⁶⁴ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, p. 52.

Fundamenta a sua opinião nas interpretações de Herculano e Durán sobre o Cid; o primeiro veria nessa figura um emblema da “coexistencia mutua das duas raças”⁴⁶⁵ e o erudito espanhol apontaria tantas imagens cidianas quantas as tendências na Península após a invasão árabe⁴⁶⁶. A própria origem etimológica de “mosárabe” lida nos “commentarios” de D. Pascual de Gayangos à *Historia da Litteratura Hespañola* de Ticknor, “*Musta'rab*, o que imita, ou que se quer tornar arabe”⁴⁶⁷, corrobora-lhe a visão.

Definido o nível de miscigenação, Braga determina os limites da influência de cada elemento constitutivo e os vestígios dos traços germânicos que não foram apagados pelos dos árabes, os desta raça e aqueles que resultam da sua “convivência”.

O Romanceiro à luz do “mosarabismo”

“[N]ada revela tão claramente este phenomeno estupendo como a poesia dos *Romanceiros*”⁴⁶⁸.

Considerando-a como criação “mosárabe”, cede, por vezes, à tentação de fazer recuar os seus primórdios até ao século XII⁴⁶⁹, todavia, ao não poder

⁴⁶⁵ *Op. cit.*, p. 53.

⁴⁶⁶ “Diz Duran, que ha tantos retratos de Cid, quantos os partidos que luctavam em Hespanha, fazendo do heroe um symbolo de suas ideias, principios e interesses”, *ibidem*. Braga traduz e transcreve, entre as páginas 53-54, desta obra, um excerto do *Romancero General*, II, p. 663, nota 24, em que são distinguidos “um Cid monarchico, popular, religioso e aventureiro; ha outro aristocratico, feudal, cavalheiresco e devoto”. Em 1892, n’*As Modernas Ideias na Litteratura Portuguesa. Com um Estudo sobre Theophilo Braga e a sua Obra por Teixeira Bastos*, II, p. 363, e em 1896, na *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, pp. 50-51, reitera a ideia e a fonte.

⁴⁶⁷ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 56.

⁴⁶⁸ *Op. cit.*, p. 77. Vide, igualmente, p. 193, entre outros locais.

⁴⁶⁹ *Op. cit.*, p. 50.

apresentar qualquer documentação desse período, data-a, na maior parte das vezes, do século XV.

A composição invocada para emblematizar esse momento arcaico de elaboração é, ela própria, um emblema da teoria de Braga,

“o velho romance anonymo anterior ao seculo XV,
d’aquelle christão que foi á porta de Moraima, *morilla de*
un bel cantar, e se poz a falar em lingua de *aravia*”⁴⁷⁰.

E a designação “aravia”, aqui tomada no sentido linguístico - “um mixto de arabe”⁴⁷¹ e português, que Braga encontra documentada em vários lugares, alguns dos quais já apresentados nos *Cantos açorianos*⁴⁷² - indicia-lhe a fase primordial do Romanceiro.

Mas, na sua opinião, outros romances fossilizaram esse período. A **Santa Iria** (0173) conserva a referência à paridade civil entre o fidalgo e o burguês consignada nos antigos forais, redutos da jurisdição “mosárabe”⁴⁷³ - o

⁴⁷⁰ *Op. cit.*, p. 57. Embora, neste local, não indique a fonte do verso, regista-a nas “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. xlvj: *Cancionero General de Muchos y Diuersos Autores* [...] por Hernando del Castilo, Valencia, Kofman, 1511, contudo, o seu conhecimento da composição deve ter sido feito na colecção de Agustín Durán, *Romancero General*, I, p. 1 (Nº. 3), onde é dada esta fonte ao lado de uma outra, do *Cancionero* de Antuérpia.

⁴⁷¹ “A lingua portugueza falada do Mondego para baixo, desde que os reis portuguezes foram conquistando o territorio até ao Algarve, era um mixto de arabe, que veiu a formar a lingua de prosa e dos documentos officiaes, a que se deve chamar aravia”, *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, p. 59.

⁴⁷² “Introducção”, in *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, pp. XI-XII e na *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, pp. 59 e 278.

⁴⁷³ Para Braga, as “Cartas de Foral” conservam, ainda que imperfeitamente, o Direito “mosárabe”. *Vide Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, p. 74. Reitera, em 1875, “nos Romances apparecem muitos symbolos analogos aos que se encontram nos Foraes, o que denota pertencerem esses cantos a essa classe que redigiu o seu direito consuetudinario; e esses symbolos são eguaes aos dos costumes germanicos, o que leva a concluir que os Romances pertencem á classe do Mosárabe”, *Manual de Historia da Litteratura Portugueza*, pp. 131-132.

historiador da literatura conhece o tema romancístico na versão de Pereira da Cunha⁴⁷⁴, reeditada no seu *Romanceiro Geral*⁴⁷⁵, na de Garrett⁴⁷⁶, também incluída nesta colecção⁴⁷⁷ e no *Romanceiro do Algarve*⁴⁷⁸, na de Bellerman⁴⁷⁹ nas suas composições de 1867⁴⁸⁰ e dos *Cantos açorianos*⁴⁸¹, e na recém publicada por Estácio da Veiga⁴⁸².

Definição dos contributos germânicos e árabes - Braga procura determinar o âmbito da influência germânica e árabe na formação do género e nesse sentido, procede à investigação da poesia dos godos que conviveram com os árabes e a deste povo cuja acção é considerada extraordinariamente fecunda na Península.

1. A “poesia gothica” e suas repercussões

O conhecimento das composições do povo germânico radicado na Península, na opinião de Braga, não pode ser comprovado directamente por não existir qualquer registo desses poemas. Não obstante, é para si inquestionável a presença dessa tradição.

⁴⁷⁴ Pereira da Cunha (1844) 329.

⁴⁷⁵ Braga (1867) 126-127.

⁴⁷⁶ Garrett (1846) 377-378.

⁴⁷⁷ Braga (1867) 123-124.

⁴⁷⁸ Veiga (1870) 185-187.

⁴⁷⁹ Bellermann (1864) 20-22.

⁴⁸⁰ Braga (1867) 125-126.

⁴⁸¹ Braga (1869)/Braga (1982) 364-365.

⁴⁸² Veiga (1870) 181-184.

Em primeiro lugar, por razões deduzidas do seu pan-latinismo e do correlativo paralelismo literário. Se ela está documentada em França e integra a sua história literária (as “cantilenas” germânicas são o fundo sobre que se elaboram os cantares de gesta franceses), a probabilidade de ter assumido estatuto semelhante em Portugal e na Península é grande. Mesmo em Inglaterra, país que não se integra a unidade latina mas sofreu invasões germânicas, a sua influência literária foi registada.

Também do conhecimento de outras criações germânicas, diz Braga, importou a historiografia medieval o procedimento de recorrer às tradições poéticas. Assim como Jornandes utilizou esse tipo de fontes, também de modo semelhante procederam os autores da “*Vida de Carlos Magno*”, dos “*Annaes de Alfredo*” e da obra de Afonso, Sábio⁴⁸³.

Na *Chronica General*, e tendo perante si o estudo de Argote y Molina, encontra romances de Bernardo del Carpio, de Los Siete Infantes de Lara, de El Cid e de El Conde Fernan González⁴⁸⁴ - refira-se que, relativamente aos de Bernardo del Carpio, exprimia outra opinião na *Historia da Poesia* de 1867; não os considerava, então, uma fonte do relato cronístico mas uma poetização de fragmentos da *Chronica General*⁴⁸⁵ e na *Floresta*, tinha-os por uma criação literária incluída na colecção de Juan de Escobar⁴⁸⁶. Vê, também, na *Chronica*

⁴⁸³ *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 36-39. Einhardus, *Vita Karoli Magni*; *Annales Rerum Gestarum a Elfredi*, apud Edelestand Du Ménil, *Histoire de la Poésie Scandinave: Prolégomènes*, Paris, Brockhaus et Avenarius, 1839, segundo indicação incompleta de Braga.

⁴⁸⁴ *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 283-284. Refere: Gonzalo Argote y Molina, “Discursos de La Lengua Castellana”, in Juan Manuel, Infante de Castilla, *El Conde de Lucanor*.

⁴⁸⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 34. Cita George Ticknor, *Historia de la Litteratura Española*.

⁴⁸⁶ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. vij.

del Cid, seguindo a lição do Marquês de Pidal, “bastantes romances”⁴⁸⁷, sem no entanto, os identificar.

Mas as vias usadas por Braga para documentar a vulgarização e conservação das composições germânicas são, predominantemente, outras. Umas, de natureza histórica, fazendo a análise das condições da sua extinção e das circunstâncias posteriores que levaram ao seu revigoramento; outras, etnográficas, procedendo à exumação dos vestígios, superstições, símbolos, tradições que deixou nos romances - por exemplo, regista o paralelo entre a personagem de **La doncella guerrera** (0231)⁴⁸⁸ e as Walkirias e o “costume germanico dos cegos cantores” comum a todos os povos invadidos por esse⁴⁸⁹.

As tentativas do seu apagamento são imputadas à intolerância religiosa e às invectivas centralizadoras da Igreja, mediante estratégias de imposição do “catholicismo ortodoxo” sobre o “arianismo” e de substituição da “língua wisigothica” pelo latim uniformizador - lição que retira de considerações de Du Méril e de Grimm⁴⁹⁰.

Não considera, porém, que a sua extinção atingisse o estrato mais profundo onde sempre vê reservadas as genuínas e mais arcaicas tradições⁴⁹¹.

⁴⁸⁷ *Epopeias da Raça Mosárabe*, pp. 284-285. Fonte indicada: P. J. Pidal, “De la Poesia Castellana”, *El Cancionero de Juan Alfonso Baena (siglo XV) / ahora por primera vez dado a luz, con notas e comentarios*.

⁴⁸⁸ Embora não o indique, as versões que conhece são Costa e Silva (1832) XI-XV, Garrett III (1851) 65-71, Braga (1867) 8-11, 11-14, 15-18, Braga (1869)/ Braga (1982) 211-215, 215-219.

⁴⁸⁹ *Epopeias da Raça Mosárabe*, pp. 36-39.

⁴⁹⁰ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, pp. 39-40. Vide, igualmente, *Epopeias da Raça Mosárabe*, p. 43-44. Refere-se a Edelestand Du Méril, *Histoire de la Poésie Scandinave*; Jacob Grimm, *Les Veillées Allemandes, chroniques, contes, traditions et croyances populaires. Nouvelle traduction précédée d'une introduction, par l'Héretier (de l'Alain)*, 2 vols, Paris, Imp. de Mme. Huzard, 1838.

⁴⁹¹ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, pp. 40-41.

Aplicando ao caso português as lições de Deping, Thierry, Du Méril⁴⁹² e Schlegel⁴⁹³, vê essa acção contrariada pelas “invasões normandas no século IX” e pelas “scandinavas”⁴⁹⁴. Recorre, novamente, ao imaginário das versões dos romances e descobre vestígios desses elementos, por exemplo, nas “sereias” de “Dom Pedro Menino”⁴⁹⁵ (**Bodas de sangue** - 0440) que, segundo Schlegel, se encontram na poesia normanda.

Atribui, também, o renascimento dos “cantos gothicos” à chegada das tradições “carlingianas”, nomeadamente, das “*Cancões de Gesta*”, cuja raiz emergiria das cantilenas de “genio” igualmente germânico⁴⁹⁶. Esta acção de reanimação, continua, já não se realizou sobre os “cantos gothicos” primordiais mas sobre a sua forma de aravia (resultado do contacto com os árabes), contudo, foi profunda ao ponto de ter deixado nos cantos peninsulares, elementos alusivos a França.

⁴⁹² *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 102-103. Alusões bibliográficas: Georges-Bernard Deping, *Histoire des Expéditions Maritimes des Normands et de leurs Établissement en France au XIème siècle*, Paris, Didier, 1844. Augustin Thierry, *Histoire de la Conquête de l'Angleterre par les Normands de ses Causes et de Suites Jusqu'à nos Jours en Angleterre, en Écosse, en Irlande et sur le Continent*, Bruxelles, H. Dumont, 1835. Edelestand Du Méril, *Histoire de la Poésie Scandinave*.

⁴⁹³ *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 106-107. O fragmento a que Braga se reporta é transcrito em português, assim como o título da obra a que pertence, *Historia da Litteratura Antiga e Moderna*, e é indicado incompletamente em nota; refere-se a Friedrich Schlegel, *Geschichte der alten und neuen Litterature, Vorlesungen, gehalten zu Wien im Jahre 1812*, Berlin, M. Simion, 1841.

⁴⁹⁴ *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 101-109.

⁴⁹⁵ *Op. cit.*, p. 107. Versão a que faz referência, Braga (1869)/Braga (1982) 253-256.

⁴⁹⁶ *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 222-223. Por várias vezes, ao longo da sua obra, assim há-de caracterizar as gestas carolíngias. Sintetiza, em 1896: “Segundo os medievistas Paulin Paris e Léon Gautier, nas *Gestas* francezas é germanica a ideia de guerra, da realeza, do feudalismo, dos symbolos juridicos, da mulher e da divindade”, *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 203. Refere-se a M. Paulin Paris, *Histoire Littéraire de la France*, XX[-XXVIII], Paris, Impr. Nationale, 1841-1885 e Léon Gautier, *Les Epopées Françaises: Étude sur les Origines et l'Histoire de la Littérature Nationale*, 3 vols., Paris, Victor Palmé, ed., 1865-1868.

Procede, então, à elaboração de um longo elenco de símbolos e superstições consideradas germânicas (com base em obras⁴⁹⁷ cuja referência é sempre insuficiente) presentes em romances portugueses e espanhóis, embora estes últimos com menor representação, publicados nos seus *Romanceiro Geral*, *Cantos açorianos* e nas colecções *Tesoro de los Romanceros* de Ochôa, e *Romancero General* de Durán⁴⁹⁸.

Por ele pretende provar a sua fecundidade na formação e vida tradicional do género, inspirado na opinião de Argote y Molina sobre a herança gótica espanhola.

“[Argote y Molina] considera os romances populares hespanhoes como de origem gothica, emquanto ao caracter epico-historico. Eis as suas palavras, que n’esta questão são um documento de summa valia: «La qual manera de contar las historias publicas, la memoria de los siglos passados, pudiera dezir que la heredamos de los Godos, de los quales fué costumbre [...] celebrar sus hazañas en cantares...»”⁴⁹⁹

Mas se Braga expõe detalhadamente a matriz germânica dos romances ao nível dos “symbolos” e costumes aludidos por eles, as dificuldades surgem quando envereda por vias. A sua descrição, em termos de génese poetica, por exemplo, limita-se à referência de que o género teve origem nos “cantos gothicos” já num estado de apagamento semelhante ao das “cantilenas

⁴⁹⁷ Alfred Maury, *Les Fées du Moyen-Âge, Recherches sur leur Origine, leur Histoire et leurs Attributs, pour servir à la Connaissance de la Mythologie Gauloise*, Paris, Ladrangé, 1843 citado in *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 46, 48, 50, 65. Jules Michelet, *Origines du Droit Français Cherchée dans les Symboles et Formules du Droit Universel*, Paris, L. Hachette, 1837, referido in *op. cit.*, pp. 72, 74, 76, 78. Joseph-Pierre Chassan, *Essai sur la Symbolique du Droit, Précédé d’une Introduction sur la Poésie du Droit Primitif*, Paris, Videcoq Fils Aîné, 1847, in *op. cit.*, p. 77.

⁴⁹⁸ *Op. cit.*, pp. 47-79, entre outras.

⁴⁹⁹ *Op. cit.*, p. 45. Gonzalo Argote y Molina, “Discursos de La Lengua Castellana”, in Juan Manuel, Infante de Castilla, *El Conde de Lucanor*.

germanicas”. Esses poemas, diz, eram semelhantes a estas composições igualmente germânicas mas não consegue caracterizá-las se não pelo seu fragmentarismo,

“sôltas, sem fôrma culta, produzidas pela inspiração primitiva, conservadas tradicionalmente”⁵⁰⁰.

2. A influência árabe

Ao definir os limites da miscigenação godo-árabe (nas *Epopêas*, vê participar um outro elemento semita, o judaico⁵⁰¹, no nascimento do “mosárabe”) pondera o “isolamento” semita como factor impeditivo da completa “fusão” entre as duas raças - curiosamente, essa incomunicabilidade do árabe limitadora da miscigenação das duas raças não a obstaculariza num artigo da *Era Nova*

“o uso d’essas interjeições sentimentaes, filhas de uma emoção religiosa [“Mezella”, “Oxala”], não se póde explicar se não por uma grande fusão do arabe com as raças que encontrou na península”⁵⁰².

Em 1871, o argumento restritivo coloca-se-lhe agravado, a nível poético, pelo da própria natureza da poesia muçulmana. “A sua poesia era incommunicavel como o seu genio”⁵⁰³ e o artificialismo erudito das suas

⁵⁰⁰ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 222.

⁵⁰¹ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, p. 49.

⁵⁰² “A Civilização Árabe em Portugal”, *Era Nova*, p. 88. Braga continua a admitir a possibilidade de comunicação entre godos e árabes, na Península, apesar do isolamento semita, apresentando os mesmos factos, agora transcritos, n’*O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, pp. 68 e 70.

⁵⁰³ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 115-116.

composições, asseverado por Dozy⁵⁰⁴ e Renan⁵⁰⁵, tornava-a incompreensível e inadequada ao gosto do povo.

Este quadro de negação de qualquer possibilidade de influência é, porém, restringido por Braga por um argumento contrário, o da existência de uma poesia árabe não artificiosa, compreensível e, em certos aspectos, semelhante à peninsular. Raciocínio que resulta, fundamentalmente, da opinião de Pascual de Gayangos

“«creêmos [...] que los arabes españoles tenían también su poesia vulgar al alcance de las masas del pueblo y que esta poesia produjo cantares, cuyo carácter y asunto tuvo ciertos puntos de contacto con la poesia vulgar española, atendida la diferencia de religion y costumbres»”⁵⁰⁶

e de um exercício académico apresentado por Bouterweck, o qual

⁵⁰⁴ “Dozy, no seu livro *Indagações sobre a historia politica e litteraria da Hespanha na idade media*, negou a influencia da poesia arabe sobre a criação da poesia nacional, partindo do ponto que os arabes hespanhoes, como os do Oriente, tinham uma poesia artistica, aristocratica, de um subjectivismo lyrico summamente obscuro, e por todos estes caracteres inintelligivel para o povo”, *op. cit.*, p. 113. Na “Introdução” dos *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. X, nota 2, Braga alude à obra pelo título francês, *Recherches sur l’histoire politique et littéraire de l’Espagne pendant le moyen âge*, e indica que a sua fonte é a obra de Ticknor. Trata-se das espécies Reinhart Pieter Anne Dozy, *Recherches sur l’Histoire Politique et Littéraire de l’Espagne Pendant le Moyen Âge*, Leyde, Brill, 1849 e George Ticknor, *Historia de la Litteratura Española*.

⁵⁰⁵ “Renan, na sua *Historia geral das linguas semitas*, caracteriza a transformação da poesia arabe [...] a responsabilidade d’elle [o artificialismo] deve pesar sobre os Persas e os Turcos.”, *Epopéas da Raça Mosárabe*, pp. 121-122. Noutras páginas havia já citado Ernest Renan, *Histoire Générale et Système Comparé des Langues Sémitiques. Première Partie. Histoire Général des Langues Sémitiques*, Paris, Imp. Impériale, 1855.

⁵⁰⁶ *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 123-124. Refere-se a George Ticknor, *Historia de la Litteratura Española*.

“cópia uma passagem do Koran, que, pósta em caracteres romanos, é como um modelo das estrophes da redondilha octosyllaba dos romances monorrimos.”⁵⁰⁷

Mas a ele não é estranha, também, a génese árabe das “ficções cavalleirescas” defendida por Huet, entre outros, e a origem do “octosyllabo” dos romances determinada por Conde⁵⁰⁸.

Como se vê, Braga apresenta a questão dos limites da influência árabe no confronto das lições de vários dos seus mestres e, perante a diversidade de opiniões dessas “auctoridades”, o erudito mostra-se particularmente cuidadoso. Não deixa de admitir a existência de uma “poesia popular” muçulmana e, portanto, sente legitimidade para considerar a hipótese da influência árabe, todavia, não ignora a tese de Dozy e, de acordo com ela, condiciona essa afirmação⁵⁰⁹.

Admite que da poesia árabe tivesse sido introduzida uma forma “tão frequente ainda em Portugal e Hespanha, a que se chama a *quadra*”⁵¹⁰ e que

“entre o povo desenvolvia-se a fôrma narrativa do Alhadits, ou contos, relação, historia em verso, de que tanto carecia para dar fôrma ás tradições germanicas que ainda conservava na memoria.”⁵¹¹

⁵⁰⁷ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 123. A sua alusão é Bouterwek, *Histoire de la Littérature Espagnole*, 2 vols., Paris, Chez Renard, 1812.

⁵⁰⁸ *Vide Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 112-113. As referências bibliográficas são escassas e insuficientes. Trata-se de Pierre-Daniel Huet, *Traité de l'Origine des Romans*, obra com várias edições, entre as quais destaco: Paris, N.-L.-M. Desessarts; Paris, T. Moette, 1685; Paris, T. Moette, 1693; Paris, J. Mariette, 1711. Antonio José Conde, *Historia de la Dominación de los Árabes en España*.

⁵⁰⁹ Também na *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Provençal)*, pp. 73-75, debate esta questão mantendo a mesma perspectiva.

⁵¹⁰ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 117.

⁵¹¹ *Op. cit.*, p. 124.

Mas limita, sobretudo, os seus efeitos ao “rythmo, pelo canto dos jograes vagabundos”⁵¹² e à génese dos “*romances sacros* ou *ao divino*”. E determina:

“Os arabes e os judeus, finalmente o ramo semita, influenciaram sobre a poesia popular da Península, não pela fôrma litteraria, mas pelo rythmo musical”⁵¹³.

Em conclusão, Braga não inviabiliza esta influência mas, no plano dos romances, apenas a aceita discutir relativamente a aspectos bem definidos:

a) no âmbito da designação de aravia (ver apartado “Evolução do significado de romance”);

b) no da génese “dos romances sacros ou ao *divino*”⁵¹⁴, os quais teriam resultado de uma livre interpretação dos textos canónicos favorecida pela tolerância árabe (ver apartado sobre classificação dos romances);

c) no da origem do metro “octosyllabo” (ver apartado sobre versificação);

d) no da lexicografia romancística com etimologia árabe - procede à sua amostragem em versões dos acervos considerados a propósito dos vestígios germânicos e em composições do *Romanceiro* de Garrett;

e) no dos símbolos árabes incorporados nos romances.

⁵¹² *Op. cit.*, p. 134.

⁵¹³ *Op. cit.*, p. 155.

⁵¹⁴ *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, p. 80.

A influência desta gama de aspectos processa-se, segundo a sua datação, entre os séculos VII e XV, balizas temporais da invasão e da expulsão muçulmanas da Península. A sua acção é prolongada e o erudito sente necessidade de a dividir historicamente em dois períodos distintos, sem que daí extraia consequências a nível poético. Um inicial, aquando da formação do “mosárabe” e outro posterior, o dos “*Mixti-arabes*” que prolonga a acção do primeiro.

“Ha tambem na creação da poesia nacional um elemento arabe secundario, a que chamamos *Mixtiarabe*, em contraposição ao *Mostarabe* ou primario: é este constituido pelas povoações mussulmanas que durante as conquistas de D. Affonso Henriques até D. Affonso II, foram deixadas permanecer no solo que perdiam o dominio, garantindo-se-lhes o domicilio em bairros separados ou *Mourarias*, e a religião, arte e industria em Foraes proprios.”⁵¹⁵

A tradição oral moderna, testemunho do “mosarabismo” - Uma outra contribuição, ainda não referida, solidifica a sua teoria “mosárabe” inspirada, como afirma, nos estudos de Herculano.

Braga sabe que historiador romântico delimitava o território em que melhor se conservara o elemento “mosárabe” e que elegia a faixa entre o Douro e o Tejo como zona privilegiada da estância dessa raça. Ao ler as considerações garrettinas sobre o núcleo mais genuíno da tradição oral moderna portuguesa, a região beirã, geografia que proporcionava as versões mais autênticas, cruza as

⁵¹⁵ *Epopeias da Raça Mosárabe*, pp. 32-33.

duas opiniões e cria, com esse enlace, um novo alicerce da sua tese “mosárabe”⁵¹⁶.

Por isso, destaca as versões com essa geografia, nomeadamente, as do seu acervo de 1867, e sublinha a sua contribuição para o conhecimento de certos temas.

“[...]ali também encontrámos versões de romances que completavam romances antigos que andavam fragmentados nas collecções hespanholas, como o *Conde Grifos Lombardo*.”⁵¹⁷

Porém, o “mosarabismo”, sendo de âmbito nacional, não pode confinar-se à comprovação beirã e tem de ser confirmada noutras regiões. Faz, então, equivaler às versões do núcleo “mosárabe” aquelas cuja antiguidade e genuinidade era inequívoca para si, as açorianas⁵¹⁸. **La guarda cuidadosa**

⁵¹⁶ “Como diz o senhor Herculano na *Historia de Portugal*, a *raça mosárabe* occupou com maior amplitude o territorio da Beira; [...] Já Garrett com o seu genio intuitivo confessava que os romances recolhidos da tradição da Beira apresentavam versões mais completas, mais extensas e de um colorido mais primitivo”, *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 77. “[...] o SNR. Herculano, que primeiro do que ninguém determinou a existencia politica dos Mosárabes, descreve o teritorio em que a nova sociedade estava assente”, *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 24. “A Beira, como prova Herculano, é o centro das povoações mosárabes, e Garrett reconheceu sempre mais pura e completa a tradição oral ali;” *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, Porto, p. 132. Por várias vezes Braga se reporta ao cruzamento das opiniões do historiador e do poeta. *Vide*, por exemplo, o fragmento editado no estudo introdutório de Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXXII e reimpresso na *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, pp. 34-35 e na *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 50.

⁵¹⁷ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, pp. 77-78. As versões portuguesas a que se refere são: “Dom Garfos” (**Conde Grifos Lombardo** - 0118), “Romances do Conde prêso” (**Conde Grifos Lombardo** - 0118) e “Justiça da Deus” (**Conde Grifos Lombardo** - 0118) publicadas por si, Braga (1867) 62-64, 60-61 e 65-67, respectivamente. A primeira é editada pela primeira vez mas as outras correspondem à desmultiplicação da versão garrettina “Justiça de Deus” (**Conde Grifos Lombardo** - 0118) publicada no *Romanceiro*, pp. 289-294.

⁵¹⁸ “É na Beira que ainda hoje se repetem os cantos populares em um estado de pureza quasi como nas ilhas dos Açores”, *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 25.

(0629) jorgense⁵¹⁹ conserva, na figura dos guardas, um elemento germânico e o “Mouro atraído”⁵²⁰ (**El Moro que reta a Valencia** - 0045) apresenta-lhe o vocábulo “Gabello”, na sua perspectiva nascida da leitura da *Histoire de la Poésie Provençal*, relacionado com o conceito árabe de “galab ou galaba, que designa o exercício de todas as virtudes da cavallaria”⁵²¹.

Mas, forçosamente, alarga o exercício a outras geografias para comprovar a verificação nacional da teoria⁵²². Curiosamente, os símbolos que vai identificando são, na sua maior parte, relativos não ao elemento “mosárabe” mas ao germânico ou ao árabe.

O “mosarabismo” confirmado pelo “elemento gothico-arabe” - Nos *Trovadores Galecio-Portuguezes*⁵²³ e sobretudo, nas *Epopêas*, a teoria é enquadrada no estabelecimento de dois constituintes interactivos da nacionalidade, o “gothico-arabe” e o “gothico-romano”, através dos quais Braga reforça a ideia de “mosarabismo” como princípio de essencialidade e explicita as origens do elemento desvirtuador da nação e da literatura.

⁵¹⁹ Braga publica, aqui, pela primeira vez a versão enviada por João Teixeira Soares de Sousa, precedendo-a da informação de que este “romance ainda até hoje não recolhido, [...] parece dictado pelo mesmo genio que inventou os *Nibelungens*”, *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 78-79.

⁵²⁰ Braga (1869)/Braga (1982) 314-315.

⁵²¹ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 81. A fonte desta sua relação é dada na *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Provençal)*, p. 75: Claude-Charles Fauriel, *Histoire de la Poésie Provençal: Cours Fait à la Faculté des Lettres de Paris*, III, Paris, Jules Labitte, 1846.

⁵²² Se é evidente esta compreensível preocupação, Braga, ainda em 1871, ressalva a região “[d]a Galiza até ao Douro [onde] não existiam povoações mosárabes; portanto não haviam cantos populares”, *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Provençal)*, p. 42. Dez anos depois, porém, como se verá, esta geografia está contemplada no mapa do Romanceiro português; vide *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., pp. 48-49.

⁵²³ *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Provençal)*, pp. 2-3.

Um e outro, o “*gothico-arabe*” e o “*gothico-romano*”, apesar de, igualmente, terem uma raiz germânica, são distinguidos social e historicamente e dessa oposição é retirada a ideia de antinomia que, na perspectiva do erudito, caracteriza a nacionalidade e a literatura portuguesas.

O primeiro elemento corresponde ao godo-lite, servo, que não encontrando, na Península, uma população romana nem romanizada⁵²⁴, conservou as suas tradições poéticas, assimilando e integrando o espírito céltico local. O segundo, a classe nobre, pelo contrário, adoptou o modelo do povo vencido e abandonou a sua herança tradicional⁵²⁵. Com a chegada dos árabes, a dicotomia agrava-se pela reacção aos invasores. Enquanto o godo-lite aceita a coexistência pacífica com o povo dominador e nela se refugia, a nobreza “*gothica*” opõe-se-lhe, o que gera a conservação, no estrato popular, do que restava dos “cantos gothicos” entretanto combatidos pelo modelo latino e pelo “catholicismo ortodoxo”.

Prefigura-se, então, o momento da génese da dualidade constituinte da nação e da sua literatura - o “mosarabismo”, de raiz popular, frente à tendência aristocrática.

No plano da história da literatura, a sua relação de antagonismo é comprovada por Braga. As criações autenticamente nacionais são expressão da raça formada pela integração dos vários elementos étnicos e poéticos - compreendendo-se que os romances assumam, na sua génese e história, um

⁵²⁴ “A influencia do dominio romano no territorio portuguez não exerceu nenhuma influencia organica; Roma conquistava com as legiões, mas não povoava; deixava os costumes e as leis ás povoações submettidas ao seu dominio e explorava-as com uma absorvente administração do seu governo militar. [...] em nada contribuiam para a transformação ou assimilação da raça que subjugavam”, *Epopéas da Raça Mosárabe*, pp. 6-7.

⁵²⁵ “Imitaram os romanos os godos da classe nobre que destituíram esses magistrados, e para quem era um assombro a sua cultura”, *op. cit.*, p. 7.

particular significado de “criação fatal”. A poesia aristocrática e artificiosa, a de inspiração provençal, “as canções gallezianas”, e a maior parte das obras literárias que se afastam da genuinidade étnico-poética têm, na sua raiz, o elemento “*gothico-romano*” que se afastou da tradição.

Uma conclusão - Pela teoria “mosárabe”, de cariz romântico, porquanto está integrada na dualidade popular-erudito, Braga justifica o Romanceiro como poesia eminentemente nacional, criação do seu núcleo étnico e poético tradicional e dota-o de um acrescido arcaísmo fazendo recuar as suas origens para além da sua manifestação na *Cronica General* de Afonso, o Sábio.

2.2.3. A anterior história do Romanceiro perante a perspectiva étnica

Como foi sendo destacado, a nova visão não prejudica, no essencial, a periodização histórica estabelecida previamente. Produz, antes, um aprofundamento de aspectos já referidos, uma maior clareza quanto às suas fontes teóricas e a adição de complementos ao quadro anterior, embora relativamente a alguns deles se verifiquem pontos de vista diferente na *Historia da Litteratura* e nas *Epopêas*.

Uma nova época histórico-literária

Uma das consequências do “mosarabismo” traduz-se no que pode ser considerado como a instauração de uma fase anterior à divulgação das tradições “carlingianas”.

Mantendo a periodização histórica constituída pelos “cyclos” poéticos medievais e pelas influências italiana e espanhola, introduz o novo elemento “mosárabe” que, simultaneamente, se prefigura como uma época anterior à dos “cyclos” na qual encontra os fundamentos mais arcaicos da origem do género, e se assume como cariz dominante do Romanceiro ao longo da sua persistência.

Deste processo, resulta, como se dizia, uma reformulação aprofundada sem conflitualidade relativamente à história enunciada até então.

O novo período é definido pelos efeitos de preservação árabe dos “cantos gothicos” revigorados, no seu germanismo, pelo contacto com normandos e “scandinavos”. É a época em que nasce a aravia e que terão começado a formar-se os “romances ao divino”.

“Em contacto com os arabes, o povo foi tirando das suas relações sociaes não só os factos para novos cantos, como no romance de *Moirama*, mas tambem adquirindo a liberdade religiosa com que os arabes tratavam as suas tradições sagradas, como vêmos nos velhos romances ao divino”⁵²⁶

Posteriormente a este período, verifica-se a influência dos “cyclos” que constituíam o primeiro momento na vida dos romances.

Os “cyclos” poéticos medievais

As influências poéticas medievais são desenvolvidas sobretudo no que concerne à carolíngia. O interesse de Braga que subjaz a este aprofundamento é compreensível por encontrar nesta tradição, uma raiz germânica mas é

⁵²⁶ *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, p. 276.

explicado, também, pelos estudos entretanto lidos sobre as epopeias francesas. Nomeadamente, o de Léon Gautier, *Épopées Françaises*⁵²⁷ - título inspirador das suas *Epopeias da Raça Mosárabe?* - e o de Fauriel, *Histoire de la Poesie Provençal*. Contudo, Braga já fazia referência a esta última obra em 1869, nos *Cantos* (p. 407), e mesmo no texto introdutório do *Romanceiro Geral* aludia ao facto de estudos recentes (sem identificação) terem feito a descoberta das epopeias francesas.

Situa a sua chegada a Portugal numa fase em que se elaboravam em cantares mais longos, os cantares de gesta e, portanto, mantinham, ainda, a forma de “cantilenas soltas”, paralelamente a essa outra que resultava da recriação jogralesca dos poemas através do seu agrupamento em torno da figura de Carlos Magno. Contudo, as longas epopeias que assim se formavam eram pronta e novamente reelaboradas também por jograis que

“diffundiam no Meio Dia da Europa os cantos de amor e aventuras guerreiras, abreviados e reduzidos aos traços geraes das intrincadas *Gestas* carolinas”⁵²⁸

Para Braga, a influência dos cantares de gesta franceses foi étnica, de renascimento do espírito germânico, a qual deixou nos romances múltiplas referências a França⁵²⁹. Mas foi também poética, na medida em “que os nossos

⁵²⁷ Léon Gautier, *Les Épopées Françaises: Étude sur les Origines et l'Histoire de la Littérature Nationale*. Em 1875, numa recensão a *Benoit de Sainte-More et le Roman de Troie*, escreve Braga sobre esta obra, “nas *Épopées françaises*, de M. Leon Gautier, assombro de investigações e de methodo, ainda que dominado por uma certa reacção catholica”, “[**Benoit de Sainte-More et le Roman de Troie**, ou les Methamorphoses d'Homère et de l'Épopées greco-latine au Moyen-Age, Benoit de Sainte-More et le Roman de Troie par A. Joly. Paris, Librairie A. Franck. 2 vol. 1870, pp. 616; 1871, pp. 446. In-4°]”, *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, p. 161.

⁵²⁸ *Epopeias da Raça Mosárabe*, p. 227.

⁵²⁹ *Op. cit.*, pp. 229-231.

cantos populares são abreviações dos *cyclos* francezes”⁵³⁰. As aravias (“cantos gothicos” depois do contacto com os árabes) que as conheceram, mantiveram a sua forma fragmentada e, mesmo no século XV, quando começam a ser designadas por romance, mantêm a sua forma breve.

A sua opinião - fundada no comentário de Leon Gautier sobre o processo de evolução da “cantilena” para a “epopêa” verificado em França e em Espanha, embora aqui, apenas pela elaboração do “*Poema do Cid*”, e do ciclo de Bernardo del Carpio, acrescenta Braga⁵³¹ - é que essa transformação realizada entre os “gallo-frankos” e vagamente manifesta no país vizinho, não foi compartilhada por nós.

“Em Portugal, nem isto houve; as cantilenas gothicas que se conservaram [...] receberam dos jograes francezes novas tradições cavalleirescas e feudaes, sem comtudo perderem o seu caracter.”⁵³²

Esta visão esboçada nas *Epopêas*, a de que os romances, em Portugal, anteriores à chegada da influência carolíngia, a aceitam através de “abreviações” das suas longas epopeias, supera a do ano anterior, da *Historia da Litteratura*, na qual defende que os poemas do “cyclo carlingiano” teriam

⁵³⁰ *Op. cit.*, p. 224.

⁵³¹ *Op. cit.*. M. Léon Gautier, *Les Epopées Françaises: Étude sur les Origines et l'Histoire de la Littérature Nationale*, I. Em 1875, fazendo a recensão crítica ao *Romancero del Cid* de D. Carolina, altera a sua opinião: considera que em Espanha, tal como em Portugal, não se verificou essa evolução e, portanto, o poema a que se refere em 1871 não ultrapassou a forma de composições “soltas” que é visível na obra da investigadora. “[...] este novo *Romancero del Cid* [...] tem a vantagem de nos dar o plano de uma epopêa que não chegou a ser elaborada pelo povo hespanhol”, “[**Romancero del Cid**, [...]]”, *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, p. 338. Todavia, no mesmo ano de 1875, reitera a ideia expressa nas *Epopêas*, de que em Espanha, tal como em França, existiram cantares de gesta. *Vide Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 57.

⁵³² *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 221.

sido “talvez perdidos na tradição das primeiras dynastias”⁵³³ nacionais, vindo apenas a ressurgir os seus vestígios pelo posterior contacto privilegiado com Espanha⁵³⁴. Escrevia então que

“[o] Cyclo de Carlos Magno, não podia propagar-se em Portugal, não só pela exagerada influencia latina, senão também pela elaboração epica de Hespanha, aonde os heroes carolinos foram suplantados pelo Cid e Bernardo del Carpio, e igualmente pela forma classica dada aos poemas da idade media na Italia por Pulci, Boiardo e Ariosto”⁵³⁵.

Mas, em 1871, fala do Romanceiro deste período sob outra perspectiva.

“Do seculo XIII a XVI [...] elle tomou a efflorescencia e riqueza, reduzindo as canções de *Gesta* a uma fôrma breve, tornando-se narrativo e dramatico, [...] e mais que tudo adquirindo esse character do mais impenetravel *anonymo*. Este periodo dos Romanceiros foi bastante vigoroso em Portugal”⁵³⁶.

Relativamente aos outros “cyclos”, a nova perspectiva não tem outras consequências para além de um mais profuso elenco de vestígios simbólicos

⁵³³ *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, p. 140.

⁵³⁴ *Op. cit.*, p. 130.

⁵³⁵ *Op. cit.*, p. 199. Luigi Pulci (1432-1484) escreveu *Morgante*, poema em 28 cantos, sobre o tema dos feitos de Roland. Matteo Maria Boiardo (1441-1494) uma das suas obras mais célebres, *Orlando Innamorato*, recria um universo em que se cruzam o heroísmo e as aventuras carolíngias com os sentimentos íntimos arturianos, no qual Roland assume o protagonismo. Ludovico Ariosto (1474-1533) compôs *Orlando Furioso*, a primeira versão em 1516, a segunda em 1521 e a final em 1536, sobre feitos de Roland, o herói que ajudou a salvar os exércitos de Carlos Magno, assegurando a sua passagem em Roncesval, em 778. A aproximação entre estas personagens e a do Par de Carlos Magno, da *Chanson de Roland*, é um pouco forçada, uma vez que se registam profundas diferenças entre a figura carolíngia e a recriações dos autores italianos.

⁵³⁶ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 286.

nos romances, no que concerne ao agora designado “cyclo gallo-bretão” por oposição “gallo-franko” carolíngio.

O greco-romano continua a ser avaliado, sobretudo, pelo seu carácter erudito e documentado concretamente com o romance de Jorge Ferreira de Vasconcelos incluído no “*Memorial dos Cavalleiros da Tavola Redonda*”, “No templo de Apolo, Achiles, desprovido namorado” o qual, na sua perspectiva, apresenta paralelos com algumas espécies do *Cancionero de Romances* na sua edição de Lisboa, de 1581, “Oh cruel hijo de Aquiles”, “Ala que el sol se ponia” e “En las obsequias de Hector”⁵³⁷. Carolina Michaëlis de Vasconcelos apenas referencia a composição à **Morte de Aquiles**⁵³⁸.

A presença de **Virgilios** (0400), romance justamente classificado como clássico, mas erroneamente detectado na versão garrettiana “Reginaldo” (**Gerineldo + Canción del huerfano + El prisionero + Conde Niño** - 0023 + 0092 + 0078 + 0049), como já foi observado, não é reiterada na *Historia da Litteratura* de 1870 e deste modo parecia que Braga emendava a sua mão. Todavia, nas *Epopêas da Raça Mosárabe*, volta a considerar a sua presença na mesma versão⁵³⁹. Mesmo conhecendo a espécie antiga do romance clássico - nos *Estudos da Edade Media*, transcreve o *incipit* da composição publicada por Durán, “Mandou el-rey prender Virgilios”⁵⁴⁰ - reitera a presença do romance na versão garrettiana. E porque Comparetti consigo concorda, tem a sua opinião

⁵³⁷ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, pp. 184-185. Como quase sempre, o erudito não refere as edições que consulta.

⁵³⁸ *Romances Velhos em Portugal*, p. 239.

⁵³⁹ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 254.

⁵⁴⁰ *Estudos da Edade Media. Philosophia da Litteratura*, p. 41, nota 2. *Romancero General*, I, pp. 151-152, (Nº. 283).

como válida, “a grande auctoridade de Comparetti accetta a filiação portugueza do romance de Virgilio”⁵⁴¹.

Acrescenta, ainda, a, para si, provável origem greco-romana da *Imperatriz Porcina*, reelaborada por Baltazar Dias. Se em 1865 e 1867, lhe registava ascendência na “Hildegarda” publicada por Grimm⁵⁴², agora, segue a opinião de Vicente de Beauvais, “o unico dos escriptores da idade media que não attribue essa ficção a Carlos Magno”⁵⁴³ e autor de *Speculum historiale*, obra em que reconhece a matriz da composição do poeta-dramaturgo Dias.

A existência de epopeias provençais - Posteriormente à introdução das tradições épicas do “cyclo carolino”⁵⁴⁴, em “lingua d’Oit”, na qual chegaram também as bretãs, observa a influência provençal na “lingua d’Oc”, do sul, largamente documentada no “*Cancioneiro da Vaticana*” e

“no preciosissimo monumento da Ajuda, conhecido vulgarmente com o titulo de *Cancioneiro do Collegio dos Nobres*, aonde se encontra não só a lingua com o requebro provençal, senão tambem os segredos rythmicos da sua complicada e artificiosa poetica.”⁵⁴⁵

⁵⁴¹ “O Romance Popular de Virgilio”, *Era Nova*, p. 90. Refere-se a Domenico Comparetti, *Virgilio nel Medio Evo*, Livorno, F. Vigo, 1872.

⁵⁴² “Da Litteratura de Cordel”, *Jornal do Commercio*, N° 3513 reeditado in *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 189. Considera, mais tarde, Braga, que a publicação desta composição originou o “estudo da poesia nacional germanica”, *Historia do Romantismo em Portugal*, p. 80.

⁵⁴³ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 185. Braga não é mais claro relativamente à sua fonte. Vicente de Beauvais (Beauvais, 1200-1264), teólogo francês, autor do *Tractatus consolatorius de morte amici* e do *Speculum majus*.

⁵⁴⁴ *Op. cit.*, p. 85.

⁵⁴⁵ *Op. cit.*, p. 113.

Com a identificação linguística de cada uma das influências poéticas, mantém a oposição de 1867 entre as de carácter épico e a de tom lírico. Contudo, fundando-se em estudos de Fauriel e Diez, deixa, em 1870, de considerar a provençal exclusivamente lírica.

“Muito tempo se acreditou que o genio provençal era sómente lyrico; as epopêas provençaes foram modernamente descobertas por Fauriel e Diez.”⁵⁴⁶

Pretende, então que “o romance de *Brancaflor* [**Flor et Blanchefleur**”], [o qual, na sua perspectiva] também se encontra na versão oral portuguesa”⁵⁴⁷, na “Branca-Flor”⁵⁴⁸ (**Hermanas reina y cautiva** - 0136), e na (já referida) composição de D. Dinis, “Senhor fremosa e do muj loução”, tivesse chegado a Portugal pela vinda de trovadores do Sul e tivesse sido composto na “lingua d’Oc”.

Como foi visto, em 1867, na *Historia da Poesia*, citava estas composições para comprovar o conhecimento do ciclo bretão, em Portugal. Nas *Epopêas*⁵⁴⁹ e nos *Trovadores Galecio-Portuguezes*⁵⁵⁰, mantém a tese de 1870.

⁵⁴⁶ *Op. cit.*, p. 142. Alude a Claude-Charles Fauriel, *Histoire de la Poésie Provençal: Cours Fait à la Faculté des Lettres de Paris*; Frederic Diez, *Gram. Das Línguas Românicas*, (trad. francesa).

⁵⁴⁷ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 118. Braga conhece o romance pela edição de Edelestand Du Méril, *Floire et Blanceflor, Poèmes du XIIIe Siècle*, Paris, 1856.

⁵⁴⁸ Braga (1867) 38-40.

⁵⁴⁹ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 270.

⁵⁵⁰ *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Provençal)*, p. 181.

A descrição do período que Braga estabelece a partir das primeiras edições de romances conhecidas por si, não é alterada, continuando a considerar as duas influências, a italiana e a castelhana. Contudo, evidencia-se uma exposição mais detalhada, o que, mais uma vez, nem sempre traz um acréscimo de rigor - por exemplo, algumas referências bibliográficas confundem obras e datas de publicação; cita frequentemente o *Cancionero de Romances* como uma colecção de 1555, sem especificar se está a considerar uma reedição.

Detém-se em alguns aspectos a que tinha aludido anteriormente. Para exemplificar o processo de criação no século XVI, ao qual por várias vezes se tinha referido, coteja agora um fragmento composto por Sepulveda com um da *Chronica General* que considera ser a fonte de “Llegados son los Infantes” dos “*Romances Sacados de Varias Historias*”⁵⁵¹ - em 1865 e 1867, tinha já referido esta origem da composição que dizia integrar o *Cancionero* de Antuérpia de “1551”⁵⁵².

Ao apresentar a obra de Hernan del Castillo, alude ao seu prólogo extraindo daí informações sobre aspectos da organização desse acervo e mesmo a data do início da sua preparação, 1491. Compara a glosa de Francisco de León de **El Conde Claros**, primeira composição da “secção para os romances com glosas” do *Cancionero General* com a versão publicada por “uma collecção de Sevilha” (a de Sepulveda?): regista que o poeta apenas incluiu vinte e seis versos da espécie do outro acervo, a qual, anota, “é dos romances

⁵⁵¹ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 285.

⁵⁵² “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº. 3595 reeditado na *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 35-36.

mais vivos [...] na tradição oral portuguesa”⁵⁵³ - existem, até então, publicadas sete versões do **Conde Claros en habito de fraile** (0159) publicadas até então, provavelmente não conhece a de Luis Ribeiro já que continua a não a referir nem reeditar⁵⁵⁴.

Indica, ainda, a existência na obra de Castillo, de outros tipos de composições, embora não proceda a qualquer análise dos poemas: para além das espécies glosadas, figurariam as “parodiadas” (por exemplo, de Diego de San Pedro - “*Reniego de ti Mahoma*”) e as de poetas como Juan de Encina que “aí apparecem não só glosando, mas tambem dando uma fórma litteraria aos romances do povo.”⁵⁵⁵

Mas o aspecto mais desenvolvido por Braga, sobretudo nas *Epopêas*, é o elenco de fontes romancísticas em obras de autores portugueses e, em menor representação, espanhóis. Ao apresentá-lo fora do quadro sistematizador⁵⁵⁶ (o qual não reúne todas as entradas apresentadas até então), distingue três tipos de referências segundo os critérios de autenticidade textual, alusões, recriações e composição segundo essa forma. Este cuidado classificatório, mais intencional do que realizado frente às citações, contrasta com a rara ou vaga indicação das fontes dos romances que verifica indiciados nessas obras.

⁵⁵³ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 288.

⁵⁵⁴ Luiz Ribeiro (1852) 561 [**Conde Claros en habito de fraile** + **La apuesta ganada** + **Aliarda** - 0159 + 0255 + 0149].

⁵⁵⁵ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 288. Na *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Hespanhola)*, pp. 39 e ss. e *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Hispano-Italica)*, pp. 188 e ss, faz um estudo mais detalhado sobre a vertente lírica da colecção de Castillo, relacionando-a com a colecção de Garcia de Resende.

⁵⁵⁶ *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 327-332.

Na primeira das classes, integra as menções, por regra muito breves, “em fôrma de proverbio, como cousa muito sabida”⁵⁵⁷, semelhantes às do fragmento da *Comedia de Rubena*⁵⁵⁸. Na segunda, reúne glosas de romances sem, no entanto, ser muito rigoroso na identificação do tema glosado ou parodiado. Assim, regista a de Gil Vicente a “Yo me estava em Coimbra”, na *Farsa dos Almocreves*, referindo apenas que o tema aparece mais tarde “na colecção de Anvers de 1555”⁵⁵⁹. Não dá nenhuma informação sobre as fontes do tema glosado por Garcia de Resende, o canto lírico “Tiempo bueno, tiempo bueno” que, segundo C. Michaëlis de Vasconcelos é

“chamado *romance* indevidamente, pois consta de quadras diversamente assonantadas (*abba* ou *abab*), e uma lamentação saudosa sobre o bom tempo passado, *bom* principalmente por ser *passado*, tema realmente universal e imorredoiro.”⁵⁶⁰

A terceira classe é a menos explorada pelo facto dessas criações terem uma relação longínqua com a “poesia do povo”. Evidentemente que, neste contexto, tem de fazer excepção às composições vicentinas, como já foi observado.

Continua a considerar, no período com que abre o século XVI, a influência espanhola. Contudo, aprecia-a de modo diferente em 1870 e 1871. Na *Historia da Litteratura*, ao caracterizar a vida dos romances, em Portugal, a

⁵⁵⁷ *Op. cit.*, pp. 290-291. Em 1881, refere-se de modo semelhante ao largo conhecimento dos romances na Índia de Diogo do Couto, “os cavalleiros portuguezes traziam[-nos] tão de memoria, e se serviam dos versos como proverbios”, *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 57.

⁵⁵⁸ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 295. Como já mencionámos, Braga indica, por várias vezes, compulsar a edição de 1562 das obras de Gil Vicente.

⁵⁵⁹ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 290. Vide nota anterior relativamente à edição vicentina consultada pelo autor. Vide *Romances Velhos em Portugal*, pp. 56 e 236.

⁵⁶⁰ *Romances Velhos em Portugal*, p. 160.

partir desta altura, destaca os seus efeitos poéticos e linguísticos mas redu-la praticamente ao universo erudito.

“É então que os Romanceiros de Hespanha exercem uma influencia decidida em Portugal, ainda assim sómente na classe culta.”⁵⁶¹

Em 1871, reitera a ideia de reciprocidade entre a influência das duas tradições⁵⁶², exposta na *Floresta*, como se viu, não deixando de a confirmar entre os poetas palacianos⁵⁶³.

Ao lado da recriação erudita que foi desvirtuando os romances, a “eschola italiana e os *Indices Expurgatorios*” colaboraram no mesmo processo⁵⁶⁴. De tal modo, que as genuínas composições, essas, permanecerão entre o povo, desconhecidas até à investigação da “feição nacional das litteraturas”⁵⁶⁵ pelo Romantismo.

Baseando-se na informação de Garrett, abriria uma excepção, no século XVIII, ao trabalho de recolha de Cavaleiro Oliveira, “o unico collector consciencioso”, porém, perante o ambiente cultural do setecentismo, não confia

⁵⁶¹ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 278.

⁵⁶² *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 291, 292, 294-295.

⁵⁶³ Ver, também, deste mesmo ano, *Historia dos Quinhentistas. Vida de Sá de Miranda e sua Eschola*, Porto, Imprensa Portuguesa - Editora, 1871, pp. 21-22, 154-155 e 246-247 e *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Hespanhola)*, pp. 99-100, 292-296 e 321-322.

⁵⁶⁴ Quase a terminar os seus estudos sobre o Romanceiro, Braga reforça a profundidade da influência nefasta dos “*Indices*” inquisitoriais aludindo a uma opinião de um escritor seu conterrâneo, Faustino da Fonseca, sobre a origem do mau presságio terceirense em cantar romances, sobretudo, a “Náo Catherineta” e a “Bella Infanta”: seria um vestígio da proibição clerical. Vide *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 284-285, nota e *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 327.

⁵⁶⁵ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 285.

(como se viu, erradamente) nas palavras do seu antecessor. “O cavaleiro de Oliveira não podia ir além do seu tempo, e Garrett mentiu.”⁵⁶⁶

2.2.4. A visão histórico-poética posterior às *Epopêas da Raça Mosárabe*

O estudo sobre as “fórmulas épicas” integrado no “Sobre a Litteratura Portugueza” introdutório ao *Thesouro da Lingua Portugueza* de Frei Domingos Vieira⁵⁶⁷, de 1871, reeditado no ano seguinte, na Dissertação para o concurso do Curso Superior de Letras⁵⁶⁸ (ver apartado sobre a história de meio século de edição) integra uma história sobre o Romanceiro escrita a partir da que é traçada nas *Epopêas*.

E a recensão a *Benoit de Sainte-More et le Roman de Troie*⁵⁶⁹ explicita as suas fontes teóricas, particularmente no que concerne aos “cyclos” poéticos medievais. Sobre o carolíngio, destaca os estudos de M. Paulin Paris⁵⁷⁰, de seu filho Gaston Paris⁵⁷¹ e do já citado Léon Gautier⁵⁷²; o arturiano é conhecido por si através da investigação de M. Hersart de la Villemarqué⁵⁷³ e de, novamente,

⁵⁶⁶ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 322.

⁵⁶⁷ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, pp. CCXV-CCXXIV.

⁵⁶⁸ *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, pp. 19-39.

⁵⁶⁹ “[**Benoit de Sainte-More et le Roman de Troie**, ou les Methamorphoses d’Homère et de l’Epopées greco-latine au Moyen-Age, Benoit de Sainte-More et le Roman de Troie par A. Joly. Paris, Librairie A. Franck. 2 vol. 1870, pp. 616; 1871, pp. 446. In-4º]”, pp. 161-171.

⁵⁷⁰ M. Paulin Paris, *Histoire Littéraire de la France*.

⁵⁷¹ M. Gaston Paris, *Histoire Poétique de Charlemagne*, Paris, Libr. Émile Bouillon, 1905.

⁵⁷² M. Léon Gautier, *Les Epopées Françaises: Étude sur les Origines et l’Histoire de la Littérature Nationale*.

⁵⁷³ Trata-se, provavelmente, de Théodore-Claude-Henri Hersart La Villemarqué, *Les Romans de la Table-Ronde et les Contes des Anciens Bretons*, 3e édition, Paris, Didier, 1860.

M. Paulin Paris; o greco-romano, a obra sobre a qual escreve bem como a de M. Edelestand Du Méril várias vezes referida por si⁵⁷⁴.

O próprio *Manual* reproduz o pensamento subjacente às *Epopêas* e as *Theorias* de 1881 e 1896, na medida em que retomam um corpo significativo do texto do *Grande Dicionario* e da primeira *Theoria* de 1872, prolongam esse mesmo quadro histórico-literário.

Contudo, à medida que se aproxima o final da década de setenta, os estudos vão perdendo o acentuado pendor histórico e, sobretudo, a detalhada descrição do período medieval com os respectivos “cyclos poeticos”. Preside a esta alteração um maior interesse pela tradição oral moderna, cujos frutos de novas investigações começam a ser publicados, particularmente a partir dos anos oitenta. A ela não é estranha, também, o aprofundamento da visão étnica e etnográfica pelo conhecimento de estudos que uma nóvel área de saberes antropológicos dava à luz.

Reservando a discussão sobre os seus estudos em torno da tradição oral moderna para momento posterior, vejamos, neste momento, o seu pensamento em torno da história e do seu enquadramento étnico.

No já aludido estudo introdutório ao *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, reitera, da construção anterior, a presença de vestígios de “cantos tradicionaes” na prosa historiográfica da *Crónica General de España*, cantos que não foram reelaborados poeticamente em forma de Gesta⁵⁷⁵. Em 1871, admitia que em Espanha, ao contrário de Portugal, essa evolução tivesse tido

⁵⁷⁴ M. Edelestand Du Méril, *Poésies Populaires Latines Anterieurs au Douzième Siècles*, Paris, Brockhaus et Avenarius ed., 1843.

⁵⁷⁵ “Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CIII e CIV.

lugar mas, como se viu, em 1875, perante o *Romancero del Cid* de Carolina M. de Vasconcelos, conclui a sua inexistência, opinião que mantém nas *Theoria da Historia da Litteratura* de 1881⁵⁷⁶ e 1896⁵⁷⁷ - considera, nesse sentido, a “*Chronica rimada*” uma recriação erudita das “tradições populares do Cid” por “imitação da fôrma das Gestas” e do mesmo modo avalia o “*Poema do Cid*”⁵⁷⁸.

A explicação que apresenta para essa falta de reelaboração poética, apesar do conhecimento de gestas francesas⁵⁷⁹ e da influência dos “cantos epicos do norte de França”, prende-se com a sua convicção sobre a íntima relação entre o fenómeno literário e as condições históricas.

“Nos paizes onde o feudalismo não chegou a esboçar-se, as Gestas francezas, que em geral versavam sobre a luta dos grandes vassallos contra o poder real, não acharam sympathia.”⁵⁸⁰

Continua a responsabilizar a influência provençal pela inexistência dos “cantares heroicos” nas colecções poéticas anteriores ao século XV⁵⁸¹. Apesar disso, identifica, erroneamente, composições anteriores que toma por romances, “*Desfiar enviaran ora de Tudela*”, do *Cancioneiro da Vaticana*, o apócrifo

⁵⁷⁶ *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., p. 31.

⁵⁷⁷ *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 85.

⁵⁷⁸ “Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CIV.

⁵⁷⁹ “Em Portugal não existe uma unica Gesta do norte de França, postoque algumas foram conhecidas na epoca da redacção do *Nobiliário* do Conde Dom Pedro”, *Curso de Historia da Litteratura Portugueza* p. 88. Sobre as fontes do *Nobiliário* de D. Pedro, vide Luís Filipe Lindley Cintra, “O *Liber Regum* e outras fontes do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro”, in *Miscelânea de Filologia, Literatura e Historia Cultural à Memória de Francisco Adolfo Coelho*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1950, pp. 224-251 e Diego Catalán Menéndez Pidal, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, Editorial Gredos, 1962.

⁵⁸⁰ *Curso de Historia da Litteratura Portugueza*, p. 88. Vide a mesma justificação apresentada, por exemplo, n’ “A Nacionalidade e a Literatura”, in *Questões de Litteratura e Arte Portugueza*, p. 9.

⁵⁸¹ “Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CV.

“Figueiral figueiredo”⁵⁸² e “Mal lo passaron francezes”⁵⁸³, com as quais pretende documentar maior antiguidade aos primeiros registos indicados pelos investigadores espanhóis (como se viu, tanto Durán como o Marquês de Pidal asseguravam a Braga que os mais vetustos não eram anteriores ao século XV).

Reitera, também, o conhecimento e a fortuna de romances em Portugal nos séculos XV a XVII através das alusões de escritores desse período, mas a própria tradição oral moderna lhe traz indícios da voga dos romances nessa época já que, por exemplo, na **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0069), na versão do “*Casamento mallogrado*, celebra-se a morte desastrosa do príncipe Dom Affonso em 1491.”⁵⁸⁴

As citações que autores deste período integram nas suas obras não são valorizadas apenas em função do conhecimento do género mas elas correspondem, igualmente, a um indício do período (agora sublinhado) áureo da literatura e da nacionalidade portuguesas. É justamente

“[n]o grande seculo da litteratura portugueza, que coincide com o periodo do esplendor da nacionalidade, depois da descoberta do caminho maritimo da India”⁵⁸⁵,

⁵⁸² Vide “Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CV; *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 39; *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 96.

⁵⁸³ “A referencia mais antiga a um romance popular apparece-nos na *Chronica de Alfonso Onzeno*, que attribuímos a Affonso Giraldes; aí vem o verso: «Mal lo passaron francezes», *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, pp. 174-175.

⁵⁸⁴ *Op. cit.*, p. 175. Versão com este título: Braga (1869)/Braga (1882) 330-331 reeditada, até 1885, in Braga (1976) 64-66 e Hardung (1877) 11-12. Para além desta, e até à data em referência, havia publicado duas versões, Braga (1869)/Braga (1882) 328-329 reeditada in Hardung (1877) 9-10 e Braga (1870) 29-30 reimpressa in Braga (1983) 172-173. Conhecia, ainda, as versões madeirenses Azevedo (1880) 249-251 e 251-253.

⁵⁸⁵ “A Nacionalidade e a Litteratura”, pp. 14-15.

que os mais “distintos” poetas se aproximaram do veio tradicional, não já por imitação espanhola, repare-se, mas “por um instinto superior dos elementos tradicionais”⁵⁸⁶.

Camões surge como um dos paradigmas desta sensibilidade quinhentista, integrando versos de romances nas suas obras, muitos dos quais, sublinha intencionalmente Braga, só posteriormente serão coligidos pelo editor de Antuérpia. Donde conclui e pretende fazer concluir que a inspiração do Épico não foi um acervo editado mas sim a tradição repetida oralmente.

O argumento da anterioridade relativamente ao *Cancionero de Romances*, para comprovar a fortuna tradicional do género, em Portugal, antes da sua fixação e divulgação escrita, não é utilizado, aqui, pela primeira vez. Como já assinalei, nos seus estudos da última metade da década de sessenta, o mesmo era aplicado a propósito da obra vicentina e constitui uma das rupturas da tese da falta de originalidade do Romanceiro português (como se verá).

Prossegue, então, com a colecção de citações e alusões de romances feitas por autores desse período, destacando-se, nesta época de comemorações camonianas, a investigação sobre a obra do Poeta-símbolo da Pátria⁵⁸⁷.

A ideia de relação entre o momento de apogeu da nacionalidade e da literatura e a aproximação entre o tradicional e o erudito reitera o princípio subjacente à valorização do período medieval das literaturas. No final da década de sessenta, justificava a importância dessa “elaboração” comum aos

⁵⁸⁶ *Op. cit.*, p. 15.

⁵⁸⁷ Sobre a presença de romances na obra camoniana, *vide*, particularmente, “Camões e a Poesia Popular na Índia Portuguesa” in *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto, Liv. Internacional de Ernesto Chardron, 1891, pp. 216-240.

povos do “Meio Dia da Europa”, por ela, em certos aspectos, resultar da aliança do povo e do poeta culto e no início da década de noventa, assim como em 1902⁵⁸⁸, confirma ter sido “n’esta communhão da litteratura *oral* e *escripta*, da praça com a côrte, que tiveram origem as fortes litteraturas da Edade-média”⁵⁸⁹.

Em meados de oitenta, repete a mesma premissa no contexto da época literária dos Descobrimentos, cuja exaltação tem uma intencionalidade política, como é compreensível, e oferece uma das fontes da perspectiva que sempre dominou os seus estudos. O

“esplendor da época dos Quinhentistas, comprova[] de um modo positivo o pensamento de Frederico Schlegel: «A separação absoluta dos sabios, do vulgo e do povo, é o maior obstaculo para os progressos intellectuais de uma nação.»”⁵⁹⁰

De modo diferente, é avaliada a posterior “moda” erudita de recriação e criação segundo a forma romance, por se ter desenvolvido num crescente afastamento do poeta culto relativamente à tradição. Esta “separação das Litteraturas *oral* e *escripta*” produziu a esterilidade posterior das academias que “imitaram servilmente os typos classicos”⁵⁹¹ e a degenerescência do género romancístico fora da reelaboração “popular”.

⁵⁸⁸ “Era esta intima e primitiva relação constante entre o povo e o escriptor que estabelecia a fecunda exuberancia esthetica na creacção das novas Litteraturas romanicas.”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 3-4.

⁵⁸⁹ *As Modernas Ideias na Litteratura Portuguesa. Com um Estudo sobre Theophilo Braga e a sua Obra por Teixeira Bastos*, II, pp. 330-331. Nas páginas 326-327, também atribuída “a bella efflorescencia litteraria” da Grécia à mesma relação.

⁵⁹⁰ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, II, p. 327. Em nota, identifica, sem rigor, a citação; é retirada da obra Friedrich Schlegel, *Histoire de la Littérature Ancienne et Moderne*, traduit par William Duckett, 2 vols., Paris, T. Ballimore, 1829.

⁵⁹¹ *As Modernas Ideias na Litteratura Portuguesa. Com um Estudo sobre Theophilo Braga e a sua Obra por Teixeira Bastos*, II, p. 331.

Como já se referiu, a investigação de Braga sobre a presença de romances em obras de autores portugueses dos séculos XVI-XVII, não apresenta, por norma, a identificação da fonte da citação ou os problemas que, por vezes, essa determinação levanta. Regista a alusão mas é muito vago quanto ao processo usado na sua detecção - o que, todavia, não obscurece o seu pioneirismo ou a evidência do seu conhecimento da tradição antiga (limitado, também, aos estudos de então).

Todavia, o trabalho supra referido sobre “Camões e a Poesia Popular na Índia Portuguesa”, o qual por duas vezes ganha letra impressa, destaca-se dessa norma. Ao indicar as citações do poeta, embora não as localize satisfatoriamente na obra, tenta identificar o romance a que pertencem e oferece a sua fonte. Por este exercício, se observa que o seu conhecimento da tradição antiga se funda, essencialmente, no *Romancero General* de Durán.

O conhecimento insuficiente dos temas gera, por vezes, um outro problema, o da identificação dos romances da tradição oral moderna na tradição antiga. Justamente o que subjaz à afirmação do romance com o *incipit* **Retrahida está la Infanta, retrahida como solia** ser a “*Silvaninha*”⁵⁹² e, logo depois, o “Conde Alarcos”⁵⁹³. Compreende-se a confusão de Braga pelo facto de grande parte das versões portuguesas⁵⁹⁴ do **Conde Alarcos** (0503) estarem contaminadas pela **Silvana** (0005) e outras apresentarem-se puras. No entanto, Braga dispunha já de alguns elementos favoráveis a uma melhor definição dos

⁵⁹² *Historia da Litteratura Portuguesa. Eschola de Gil Vicente e Desenvolvimento do Theatro Nacional*, p. 134.

⁵⁹³ *Op. cit.*, p. 144.

⁵⁹⁴ Discutir-se-à este conceito que integra versões brasileiras e galegas.

2.2.5. *Novas raízes étnicas.*
O despontar da perspectiva “anthropologica”

⁵⁹⁵ O tema do **Conde Alarcos** (0503) nas versões portuguesas editadas até 1898:

Versões puras	Versões contaminadas
Cordeiro (1845) 272	Garrett II (1851) 44-45 - Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos (0503 + 0005 + 0431)
Azevedo (1880) 127-135 e 135-141	Braga (1867) 68-71 e 71-74 - Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos (0503 + 0005 + 0431)
Leite (1884-1885a) 84-85	Braga (1869)/Braga (1982) 259-264 - Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos (0503 + 0005 + 0431)
	Hardung (1877) 149-152 - Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos (0503 + 0005 + 0431)
	Coelho (1879) 64 - Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos (0503 + 0005 + 0431)
	Braga (1883) 162-165 - Conde Alarcos + Silvana (0503 + 0005)
	Leite (1884-1885b) 424-427 - Conde Alarcos + Silvana (0503 + 0005)
	Pires (1885b) VI - Conde Alarcos + Flérída y don Duardos (0503+ 0431)
	Pires (1885j) XXXIV - Conde Alarcos + Silvana (0503 + 0005)
	Leite (1886) 39-41 - Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos (0503 + 0005 + 0431)
	Neves/Campos (1893) 234 - Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos (0503 + 0005 + 0431)
	Revista do Minho (1894a) 174-176 - Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos (0503 + 0005 + 0431)

Versões puras dos temas que contaminam as do **Conde Alarcos** (0503) na tradição portuguesa até 1898:

A descoberta da “civilização turaniana”

Ao elaborar o estudo “Da Poesia Moderna Portuguesa” em 1877, e ao reeditá-lo na década de oitenta, integrado no “Velho Lyrismo Portuguez”⁵⁹⁶, centra-se na criação lírica de expressão brasileira e galega, reconhecendo-as como constituintes da unidade étnica e poética portuguesa e pouco se atém aos romances. Contudo, não privilegiando o género, as duas versões do texto revestem-se de particular interesse por permitirem compreender o alargamento do conceito de tradição portuguesa e a teia de relações que Braga vai construir entre estas espécies romancísticas e outras cujo universo de referência é bem distinto.

O erudito vê no lirismo brasileiro o arcaísmo perdido dos “Cancioneiros palacianos”⁵⁹⁷ portugueses, fruto das primeiras colonizações, e considera que “[p]elo estudo da poesia gallega [...] se podem compreender as formas do lyrismo portuguez”⁵⁹⁸, aparentemente cindido pela separação

Silvana (0005)	Flérída y don Duardos (0431)
Azevedo (1873) 767	Braga (1867) 48-50
Azevedo (1880) 109-112	Braga (1869)/Braga (1982) 282-284 e 331-332
	Azevedo (1873) 769-770
	Azevedo (1880) 191-196
	Leite (1883b) X

⁵⁹⁶ “Da Poesia Moderna Portuguesa, suas Transformações e Destinos”, in *Parnaso Portuguez Moderno*, pp. VII- LXI. Com as alterações já apontadas, é incluído in “Velho Lyrismo Portuguez”, *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*, pp. 18-80. Embora esta última obra não indique qualquer data, segundo Álvaro Neves, “Doutor Teófilo Braga Bio-Bibliografia”, in AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, p. 415, ela situa-se entre os títulos de 1881.

⁵⁹⁷ “Da Poesia Moderna Portuguesa, suas Transformações e Destino”, p.XIX; fragmento reeditado in “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 61.

⁵⁹⁸ “Da Poesia Moderna Portuguesa, suas Transformações e Destino”, p. XXXVIII; fragmento reeditado in “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 41.

política. Deste modo, cria uma unidade tradicional portuguesa cujos limites excedem as fronteiras políticas e geográficas.

Todavia, esta entidade tem um alicerce étnico ainda mais profundo do que a unidade anterior à “desmembração” da Galiza, o qual a relaciona com outras raças e explica a conexão de determinados elementos aparentemente isolados. Esse fundamento, o mais arcaico, emerge da civilização turaniana cujos efeitos se verificam não apenas na Europa.

“[S]ob a fôrma celtica, acobertada com o nome de Galliza, existe uma camada turaniana da antiga difusão que ocupava a Aquitania e a Sicilia”⁵⁹⁹

e

“as raças da America apparecem como um grande ramo turaniano”⁶⁰⁰.

É verdade que ao apresentar a mais antiga base étnica, Braga exprime algum cuidado, prevenindo o leitor da desconfiança dos “mais severos philologos”⁶⁰¹ relativamente ao turanianismo fora do universo dos estudos étnicos. E, provavelmente, esta precaução leva-o a advertir mais tarde, não

⁵⁹⁹ “Da Poesia Moderna Portugueza, suas Transformações e Destino”, p. XL; fragmento reeditado in “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 43.

⁶⁰⁰ “Da Poesia Moderna Portugueza, suas Transformações e Destino”, p. XXIX; fragmento reeditado in “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 73.

⁶⁰¹ “Da Poesia Moderna Portugueza, suas Transformações e Destino”, p. XXIV, nota 1; “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 64, nota 1. Na década seguinte, volta a alertar para esta desconfiança dos “philologos”: “A esta raça asiatica que precedeu na Europa os indo-europeus, dá-se o nome vago de ramo allophylo do tronco branco, mas o nome mais significativo, ou *turaniano*, está incurso nas iras dos philologos, e por isso é preciso empregal-o a coberto de alguma auctoridade scientifica, como Tylor, para que nos não julguem atrasados.”, *As Modernas Ideias na Litteratura Portugueza. Com um Estudo sobre Theophilo Braga e a sua Obra por Teixeira Bastos*, II, p. 352. Refre-se a Edward Burnett Tylor (Londres, 1832 - Somerset, 1917) antropólogo, autor da obra de referência oitocentista, *Primitive Culture*, publicada em Londres, por J. Murray, em 1871.

“pretender[] reduzir os resultados [das suas investigações] a uma unidade ethnica turaniana.”⁶⁰²

Porém, apesar dessas ressalvas, está convencido de que o estudo das tradições, quer das líricas, quer “dos cantos epicos ou Romanceiros, deve seguir o mesmo methodo”⁶⁰³; dito de outro modo, deve fazer esse enquadramento étnico a fim de melhor se entenderem os dados que o comparativismo fornece e ampliar o próprio universo de relações.

A aplicação desta tese no contexto dos romances traduz-se na confirmação do já apresentado “elemento iberico” como o mais profundo substrato - veja-se que já na *Historia da Litteratura*, de 1870, e nos *Estudos da Edade Media*, contemplava a sua importância. Simplesmente, esse “elemento” surge, agora, interpretado como um ramo turaniano, “sabe-se que o *Ibero* [...] é de raça turaniana”⁶⁰⁴. O novo contexto leva, então, o polígrafo a esclarecer:

“Nos estudos anteriores seguimos um ponto de vista critico incompleto; [...] fômos investigar a sua origem nos vestigios poeticos das raças germanicas. [...] Os recentes estudos accadicos e assyriologicos e as conclusões da anthropologia e ethnologia peninsular [...] mostram-nos ao mesmo tempo a persistencia do typo *iberico* na Peninsula”⁶⁰⁵.

A anterior perspectiva, incompleta, a que alude Braga, foi desenvolvida nas *Epopêas* e, como se sabe, enfatiza, sobretudo, o “elemento germanico”. A

⁶⁰² *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., p. 35.

⁶⁰³ *Op. cit.*, p. 33. Vide, também, *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 86.

⁶⁰⁴ “Da Poesia Moderna Portugueza, suas Transformações e Destino”, p. XXXVIII. “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 41.

⁶⁰⁵ *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., p. 32. Vide, também, *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 86.

actual, dez anos depois, sem rejeitar a importância dessa contribuição⁶⁰⁶, e recuperando a ideia de estrato ibérico, propõe iniciarem-se os estudos quer da lírica quer dos “cantos narrativos” nesse fundo comum a outros povos não europeus.

Desta nova visão, decorrem consequências cujo efeito mais relevante consiste no estabelecimento de parentescos entre as tradições peninsulares e europeias com outras de famílias étnicas de outros continentes. E assim, repõe as considerações anteriormente feitas sobre a “aravia” e a sua relação com o “yaravi” mas entende, agora, essa ligação indiciadora não apenas da história da expansão peninsular mas também de uma “civilização proto-histórica” “anterior ao desenvolvimento da raça árica na Europa”⁶⁰⁷.

A raiz “mongoloide” do Ibero

A precaução manifestada relativamente às afirmações sobre o turanianismo no âmbito dos estudos literários sobre os romances, reaparece no *Curso de Historia da Litteratura* de 1885, onde prefere a comodidade da afirmação de um “fundo commum da tradição occidental” - ideia sem qualquer novidade, por quanto essa é uma convicção já antiga, expressa nas páginas de 1869 e subjacente ao próprio “pan-latinismo” de perfil ibérico, exposto na *Historia da Litteratura* de 1870, como se viu - colocando-o, contudo, em relação com cantos da China e da Índia, a qual é legitimada pelo factor étnico,

⁶⁰⁶ Em 1896, Braga continua a não rejeitar a ideia de influência germânica e de tal modo considera a sua profundidade que escreve em nota: “Não admira que nos nossos primeiros estudos fixassemos n’esta camada ethnica todas as investigações sobre as origens tradicionaes da Litteratura portugueza”, *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 47, nota 2.

⁶⁰⁷ *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., p. 35. *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 88.



turaniano. Simplesmente, em vez de identificar essa etnia por essa designação, fá-lo sob a cobertura de outra denominação. Indica “que a primitiva população occidental, dos Lydios e dos Iberos, era effectivamente mongoloide”⁶⁰⁸, sendo a partir desse “primeiro fundo tradicional”, não apenas europeu, que os romances devem ser observados.

As bases teóricas sobre as quais Braga estabelece as ligações poéticas entre o “fundo commum da tradição occidental” e a Ásia radicam, segundo o próprio erudito, em estudos de Lang⁶⁰⁹ que aprofundariam a tese de Wolf sobre a fonte tradicional dos cantos homéricos⁶¹⁰, os quais detectariam nesses poemas vestígios de composições comuns a povos orientais.

“De facto nos poemas de Homero, como o provou Lang, existem cantos populares, alguns dos quais ainda se encontram entre os Chinezes e os Oguzes, tribu turco-tartara, e entre os Índios doze seculos antes da nossa éra.”⁶¹¹

⁶⁰⁸ *Curso de Historia da Litteratura Portugueza*, p. 92.

⁶⁰⁹ Indicação bibliográfica dada em nota: “No *Saturday Review*, e traduzido na *Melusine*, col. 489; Sabatini, *La Poesia popolare in Grecia*, p. 5”, *Curso de Historia da Litteratura Portugueza*, p. 92, nota 1.

⁶¹⁰ “Era el tiempo en que dominaba la teoría wolfiana, considerándose la Iliada como compuesta de cantos breves preexistentes, ensamblados más tarde por un poeta”, R. Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico (Hispano-Portugués, Americano y Sefardí)*, *Teoría e Historia*, II, p. 261.

⁶¹¹ *Curso de Historia da Litteratura Portugueza*, p. 91-92. Cita Andrew Lang, *Costum and Myth*, Londres, Longman & Green, 1884. Na década seguinte, reitera: “Liebrecht encontra paradigmas do romance *Donzella que vae á guerra* nos cantos chinezes, e Lange acha nos poemas homericos inclusas tradições mongolicas”, *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 89.

Verificada a presença desses vestígios orientais na poesia homérica, a qual pertence ao mesmo universo de referência dos romances peninsulares⁶¹², sente toda a legitimidade para anotar a existência de

“relações entre o romance da *Donzella que vae á guerra* [cujo conhecimento na Grécia é tido como certo desde a respectiva nota da colecção de 1867] e a tradição chinesa dos Avadanas”⁶¹³.

A base destes paralelos é essencialmente temática e desenvolve-se no âmbito de uma mitografia comparada, cotejando as várias formulações de um “mytho” universal de raiz étnica turaniana, “mongoloide”. Assim, procede ao estudo dos vestígios do “mytho babylonico da deusa Istar” em duas versões de **La serrana de la Vera** (0233), uma extremenha e outra asturiana⁶¹⁴. Noutro

⁶¹² A este propósito, escreve: “Alguns dos cantos heroicos ocidentais aparecem nos seus contornos nas rapsodias homericas, como o notou Lang, e Ampère aproximando a *Bella Infanta* ou a volta do Cruzado do *Regresso de Ulisses*.”, *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, II, p. 291. No mesmo sentido escreve em 1902, referindo-se não só à “*Bela Infanta*” mas também à “*Não Catherineta*” e à “*Noiva arraiana*”, vide *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, 3ª ed., pp. 250, 255, 257. As suas alusões são feitas a Andrew Lang, *Costum and Myth*, e J. J. Ampère, *Histoire de la Littérature Française au Moyen Âge, Comparée aux Littératures étrangères*, Paris, Just Tessier, 1841.

⁶¹³ *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 92. A sua fonte, indicada em nota, é: “No *Saturday Review*, e traduzido na *Melusine*, col. 489; Sabatini, *La Poesia popolare in Grecia*, II, p. 161”.

⁶¹⁴ “O Mytho de Istar em uma Lenda Popular Extremenha e Asturiana”, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, pp. 7-17. Este estudo é retomado e desenvolvido na *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 277-286. Vicente Barrantes, *Narraciones Extremeñas*, Madrid, 1872. Vide “Los Inicios de la Recolección del Romancero Extremeño” in Diego Catalán (org.), *El Romancero Tradicional Extremeño. Las Primeras Colecciones [1809-1910]*, Mérida, Asamblea de Extremadura, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1995, pp. 13-48. Braga remete para as três versões com este título editadas in Juan Menéndez Pidal, *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos en la Danza Prima, Esfoyzas y Filandones*, Madrid, Imprenta y Fundacion de los Hijos de J. A. García, 1885, pp. 193-194 (nº. LI), 195-196 (nº. LII) e 196-197 (nº. LIII).

trabalho⁶¹⁵, investiga o mesmo “mytho” no **Veneno de Moriana** (0172), “commum a quasi todos os povos da Europa”, explicando que

“[a] quasi universalidade d’esta tradição entre povos tão diversos, como slavos, scandinavos, germanicos, bretãos e romanicos, prova-nos a profundidade primitiva das suas raizes ethnicas, e os varios grãos de transformação do thema primordial fundado sobre uma concepção mythica.”⁶¹⁶

Em 1902, prossegue na mesma linha detectando “*themas universais*” com origem em “mythos”. Assim, por exemplo, reconhece a “concepção mythica do Sol”, particularmente, a “*Entrada do Inverno* (Solsticio hibernal)”, n’“os Romances que se ligam á morte do jovem heroe: *Casamento mallogrado*”⁶¹⁷.

Porém, a perspectiva mitográfica destes estudos não impede a incursão na história dos romances, nomeadamente, a procura do registo mais antigo do **Veneno de Moriana** (0172) - segundo a sua opinião, consiste nos versos “¿Que me diestes, Moriana / Que me diestes en el vino?”, publicados por Wolf, a partir de um folheto de cordel da Biblioteca de Praga⁶¹⁸. Não obsta, também, ao ensaio de caracterização formal do romance tradicional, “objectiv[o] e dramatic[o]”, por oposição à sua recriação erudita, “subjectiva e descriptiva”⁶¹⁹.

⁶¹⁵ “O Mytho Chaldeo-Babylonico dos Amores de Istar na Tradição Occidental (Estudo sobre o Cyclo Romanesco de Juliana e Jorge)”, in *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, pp. [1]-18. Estudo retomado e ampliado na *Histora da Poesia Popular Portugueza. As Origens*, pp. 289-292.

⁶¹⁶ “O Mytho Chaldeo-Babylonico dos Amores de Istar na Tradição Occidental (Estudo sobre o Cyclo Romanesco de Juliana e Jorge)”, p. 3.

⁶¹⁷ *Histora da Poesia Popular Portugueza. As Origens*, p. 413. Vide outros exemplos in pp. 417, 420-421, 451-452, 454-456.

⁶¹⁸ “O Mytho Chaldeo-Babylonico dos Amores de Istar na Tradição Occidental (Estudo sobre o Cyclo Romanesco de Juliana e Jorge)”, p. 5.

⁶¹⁹ *Op. cit.*, p. 12.

A nova visão, recuperadora de elementos anteriores, como se viu, assume particular maturidade numa obra contemporânea ao *Curso de Historia da Litteratura, O Povo Portuguez*, na qual, declaradamente assegura:

“A mais antiga das raças historicas que ocuparam a Peninsula pertence ao ramo alófilo do tronco branco, designação vaga que substitui o nome de *turaniano*; esta raça entrou no Sul da Europa, vinda da Ásia [através do continente africano]”⁶²⁰.

Braga parece preferir a denominação substituída mas essa alteração não ultrapassa o plano terminológico e, portanto, deixa-lhe incólume o conceito. Os primeiros habitantes, os iberos, têm uma raiz turaniana e a eles se sucedeu o “*Euske*”, com igual filiação rática, como observa na lição de Humboldt⁶²¹. Portanto, conclui ser esta

“a primeira base para a unidade da civilização ocidental, que se verifica na homogeneidade das tradições líricas, épicas, novelescas, e nas superstições populares comuns a Portugal, Espanha, França, Itália e Grécia moderna.”⁶²²

Relevância d’O Povo Portuguez - A obra agora referida assume particular significado por corresponder ao resultado das múltiplas tentativas de caracterização étnica surgidas a partir de 1865, que contemplavam diversas

⁶²⁰ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, p. 65.

⁶²¹ “[...] chegou à Peninsula Hispanica um outro ramo desta mesma raça [...] e que Guilherme Humboldt distingue do Ibero denominando-o *Euske*”, *ibidem*.

⁶²² *Ibidem*.

contribuições e propunham perfis variados. Retoma as matrizes étnicas até então identificadas e coordena-as à luz das novas leituras “anthropológicas”⁶²³.

Ao contrário desses sucessivos exercícios, elaborados no contexto da história literária, *O Povo Portuguez* coloca a construção do quadro etnológico numa área epistemológica tendencialmente diferente, no âmbito dos estudos antropológicos e, enquanto em todos os outros trabalhos (e mesmo o *Curso de Historia da Litteratura*, com a mesma data de edição, 1885) esta área de investigação tem uma função subsidiária da história literária, aqui, autonomiza-se e inverte a hierarquia dos saberes. A literatura colabora na investigação étnica e etnográfica, cedendo-lhe, inclusivamente, o seu objecto de conhecimento.

Braga opta por designar a nova área de estudos por “Demotica”, preferindo-a, mesmo, à designação de “Folk-Lore” porquanto esta, ao contrário do conjunto de objectos definido pelo erudito, apenas incluiria expressões e saberes populares⁶²⁴. A partir do início da década de noventa⁶²⁵, parece aceitar com menos relutância a denominação de Williams G. Thomas⁶²⁶, no entanto, há-de conservar algumas reservas relativamente a esta perspectiva, pelo menos, no que concerne aos romances. Na última *Historia da Poesia*, onde dedica uma alínea a estudos assumidamente de “Folk-Lore” em Portugal e Espanha,

⁶²³ Sobre as fontes de Braga relativas aos novos saberes antropológicos, vide Jorge Freitas Branco, “A Propósito da Presente Edição”, in Teófilo Braga, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, pp. 15-25.

⁶²⁴ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, pp. 49-50.

⁶²⁵ *As Modernas Ideias na Litteratura Portuguesa. Com um Estudo sobre Theophilo Braga e a sua Obra por Teixeira Bastos*, II, p. 332. No ano seguinte às *Modernas Ideias*, publica um pequeníssimo estudo, provavelmente, mais com intenção de divulgação do que de crítica. *O Folk-Lore*, (II Serie), Espozende, Collecção Silva Vieira, 1893.

⁶²⁶ Williams G. Thomas usou, provavelmente, pela primeira vez a designação em 1846.

manifesta bem essa ressalva expressa n' *O Povo Portuguez* e não é muito claro quanto à inclusão do género nessa área do saber. Admite que nela

“são estudados os Cantos [os dos Cancioneiros ou dos Romanceiros?] as Dansas, as Narrativas tradicionaes, [...]. [Mas t]odo este vasto campo de phenomenos, alguns dos quaes se acham systematisados em Sciencias sociaes, carece de ser subordinado a um ponto de vista nitido, que a designação de Folk-Lore nos não dá a noção.”⁶²⁷ (Sublinhado nosso)

Em todo o caso, continua a preferir, em 1905, a denominação “Demotica” pelo seu âmbito mais “nitido” e mais alargado. Nesta “sciencia” inclui a “*Ethologia*” a qual tem como objecto

“os Cantos populares, nas trez fórmulas lyrica, narrativa e bailada, como rudimentos das fórmulas do Lyrismo, da Epopéa e do Drama nas Literaturas nacionaes.”⁶²⁸

Definição do quadro etnológico português - Da história da sucessão de raças e respectivo cruzamento, na Península, é retirado o traço específico português e estabelecidas relações multímodas com povos não apenas hispânicos⁶²⁹. Como este quadro corresponde à referida reelaboração de perspectivas anteriores e como por ele se compreendem visões posteriores, torna-se útil a sua observação, ainda que sucinta e meramente descritiva⁶³⁰.

⁶²⁷ *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicas*, p. 545.

⁶²⁸ *Op. cit.*, p. 546.

⁶²⁹ *Vide*, sobretudo, *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, pp. 65-74.

⁶³⁰ Braga alerta, *in op. cit.*, p. 59, nota, que o estudo sobre as sucessivas raças que ocuparam a Península, foi por si realizado nos “Elementos da Nacionalidade Portuguesa”, *Revista de Estudos Livres*, (1883-1884), 1884, pp. 4-16, 49-66, 97-115, 145-155, 193-200, 241-259, 289-302, 337-355, 433-447, 481-496. Em 1894, reproduz o quadro esboçado nestes estudos. *Vide A Patria Portugueza. O Territorio e a Raça*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora, Sucessores Lello & Irmão, 1894.

Definido o mais profundo estrato, o que é formado pela camada turaniana (asiática, “mongoloide”) - do Ibero e do “*Eusk*”, o basco actual - consigna a existência de uma céltica igualmente constituída por dois ramos, a mais arcaica, a dos “Ligures” e a dos “Celtas louros”, sendo os celtiberos “produto da cabitação dos ligures com os Iberos, e da ligação com os Celtas”⁶³¹. Até à chegada dos romanos, uma série de povos mediterrânicos estabeleceu colónias, sobretudo, nas regiões litorais e os invasores latinos recorreram também ao sistema do colonato favorecendo a vinda de itálicos mas igualmente a de “hordas germanicas”. A invasão germânica sucede-se e a ela, a árabe, “mauresca”; normandos, escandinavos e as “colonias frankas” ultimam, neste quadro, a chegada de povos e etnias à Península.

Desta longa sucessão, destaca o erudito dois elementos preponderantes. O ibérico, cuja raiz é comum à “mauresca” (produto do “*Berber*”, turaniano, com o árabe), e o germânico, conservado mesmo depois da invasão árabe por aqueles que revigoravam o ibérico primordial e revitalizado pelas ulteriores franjas étnicas. Ambos são cristalizados no “mosárabe” e por isso, nele resistiram conservadas as formas mais arcaicas do

“lirismo tradicional (as *Serranilhas* e *Villanellas*), dos cantos epicos (as *Aravias* ou *Romances*), dos symbolos juridicos, das superstições e de crenças”⁶³².

A função das espécies literárias tradicionais - Nesta perspectiva, cuja novidade se afigura relativa, as composições que foram até então, focalizadas essencialmente como objectos da “sciencia” literária, “sciencia” largamente

⁶³¹ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, p. 66.

⁶³² *Op. cit.*, p. 68.

recorrente da etnologia, são agora investigadas na óptica de objectos étnicos e etnográficos, sem contudo perderem o seu estatuto anterior.

É certo que também assim eram observados alguns romances na *Poesia do Direito*, nas *Epopêas*. No entanto, torna-se necessário reconhecer o carácter funcional dessas análises, feitas com o objectivo de provar as filiações étnico-poéticas da literatura portuguesa, nomeadamente do Romanceiro. As preocupações “anthropologicas” são posteriores. Tal como no próprio universo intelectual português, elas começam a manifestar-se com maior definição epistemológica (a possível, então) à medida que o século se aproxima do seu final.

Na verdade, um considerável elenco de elementos etnográficos presentes em versões de romances, alguns dos quais, já registados nos “Usos funerarios em Portugal”⁶³³, se pode elaborar a partir das páginas desses dois volumes de 1885. Observe-se o quadro meramente exemplificativo:

<i>O Povo Port.</i> , 2 ^a ed, vol., pp.	Tema etnográfico	Versos referidos	Editor
I, 77	A caça	A caçar se vai D. Jorge, a caçar como solia, Seus perros leva cansados, Seu falcão perdido havia.	Braga (1869)/Braga (1982) n. 1, 3, 20
I, 163	Ritos funerários	Cobrir-se com o seu manto, Tratara de caminhar; As servas iam atrás dela Cuidando-se de a não alcançar;	Braga (1869)/Braga (1982) n. 55

⁶³³ “Usos Funerarios em Portugal”, *Encyclopedia Republicana. Revista de Sciencias e Litteratura ao Alcance de Todas as Intelligencias*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1882, pp. 28-35. Este artigo é a base sobre a qual Braga desenvolve o assunto n’ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, pp. 150-179.

		O pranto que ela fazia Pedras fazia abrandar	
I, 289	Formas de tratamento	Anda cá filho mais velho Que te quero ensinar, A tua mãe, a rainha, Como lhe haveis de chamar Com o joelho no chão, E o chapeuzinho no ar	Braga (1867) n. 28
II, 93	Superstições	Á porta de Dona Ausenda Está uma herva fadada, Mulher que ponha a mão n'ella Logo se sente pejada	Garrett II (1857) 172

*A vigência do “mosarabismo” e a
nova formulação do “pan-latinismo”, a tese da “occidentalidade”*

Com tais excursos, poder-se-ia inferir o esbatimento da sua primeira tese sobre a raiz étnico-poética da nação e da literatura portuguesas. Mas a esta suposição responde um fragmento da *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura*, de 1896, o qual confirma, sob uma nova luz, a mesma elaboração.

“*Mosarabia e Mosarabismo*, significa com todo o rigor historico, ethnico e anthropologico a raça hispanica ou iberica, tendo incorporado em si todos os elementos celticos, *colonato* romano, *lites* germanicos, tribus *maurescas* ou berbericas, vindo sob a tolerancia arabe a constituir a nova povoação livre que se transforma de classes servas no povo das nacionalidades peninsulares.”⁶³⁴

Continua não só a vigorar a tese, agora enriquecida etnicamente, como mantém a mesma funcionalidade e a sua contextualização na antinomia “*gothico-arabe*” / “*gothico-romano*”, caracterizadora da história e literatura nacionais. Simplesmente, a ideia de antagonismo é expressa, em 1896, pelo “dualismo da *Mosarabia e Clerezia*”⁶³⁵, correspondendo este último elemento à tendência aristocrática e desnacionalizadora do anterior “*gothico-romano*”.

Também o conceito de unidade “pan-latinista” vigora nos últimos anos que ainda restam ao século ao ponto de um fragmento da *Historia da Litteratura Portuguesa* de 1870, já transcrito, reaparecer, quase textualmente, na *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura* de 1896⁶³⁶. Neste

⁶³⁴ *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 52.

⁶³⁵ *Ibidem*.

⁶³⁶ “As mesmas lendas épicas seduzem a imaginação d’estes povos: Carlos Magno, o centro heroico das Gestas, combate nos romances os Sarracenos; os Hespanhoes celebram a sua derrota em Roncesvalles na pessoa de Roland; os Italianos ferem-no na vileza e degradação

momento, designa-a e caracteriza-a pelo seu “espírito de occidentalidade”⁶³⁷, mas nada se altera no plano conceptual e da sua funcionalidade. Pelo contrário, reforça-se pela sua aplicação a géneros pouco estudados por Braga na altura da formulação “pan-latinista”, nomeadamente, a lírica e a novelística tradicionais.

Também na *Historia da Poesia Popular* de 1902, as palavras introdutórias orientam o leitor para a confirmação da “occidentalidade” fundada num “*subtractum anthropologico*” e na evolução das formas poéticas das tradições das várias nacionalidades constituintes⁶³⁸. E de igual modo, os romances afiguram-se-lhe comprovar esta unidade, “[e]ncontram-se mais paradigmas da *Não Catherineta* na Bretanha, na Provença, em Bordeos, o que explica a sua occidentalidade”⁶³⁹, a qual, anota Braga, já tinha sido intuita por Garrett, antes de Wolf e Koehler⁶⁴⁰.

Intenções de uma reflexão - Esta obra de 1902 apresenta uma ponderação sobre as teses anteriores, a qual, apesar de fazer algum eco de uma

do filho e dão o nome de *ciarlatani* (de Carlos) aos troveiros que celebram os seus feitos nas praças publicas; em Portugal apparecem os vestigios meio apagados do Cyclo carlingiano, trazido pela passagem dos Cruzados que ajudaram a conquista de Lisboa”, *op. cit.*, pp. 66-67.

Vide Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção, pp. 43-44.

⁶³⁷ *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 62.

⁶³⁸ “[É] n’esse fundo pre-árco que temos assentado os typos e themas poeticos populares communs ao Occidente da Europa em presença de um grande numero de paradigmas similares lyricos e épicos ou narrativos.”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 22.

⁶³⁹ *Op. cit.*, p. 256.

⁶⁴⁰ “Garrett teve a intuição da unidade da tradição dos Romances populares [...] Depois de Garrett, é que Fernando Wolf, na *Selecta de Romances populares de Portugal e da Catalunha*, e o dr. Koehler, no *Jarbuch fur romanische und englische Litteratur*, (vol. III, fasc. I, de 1862) notaram as relações communs que existem entre estes productos tradicionaes com os outros italianos e allemães”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 306-307, nota. Volta a aludir a esta premonição garrettiana in *Garrett e a sua Obra*, Lisboa, Livraria Moderna - Editora, 1905, p. 93.

autocrítica de Braga, surge com uma evidente intencionalidade ratificadora e uma necessidade de anexação de fontes teóricas ao pensamento esboçado até então. O “*germanismo*” inicial, o “*mosarabismo*”, renovador da primeira ideia, a descoberta de um “*substractum*” anterior ao germânico, nenhuma destas concepções que se sucedem se anulam, nesta retrospectiva⁶⁴¹. Nela, a pertinência das teorias advém do seu significado de aprofundamento “*anthropologico*” progressivo, mostrando que um povo e uma literatura contêm influências étnicas e poéticas várias, ao contrário do que pretendiam autores como Nigra, decididos a reduzir a génese dessas realidades a um elemento. No entanto, os estudos desses investigadores, embora parciais, são indicados por Braga como prova de que as suas anteriores teses excediam o estatuto de hipótese teórica. Nomeadamente, o “*germanismo*” defendido por Gaston Paris e Jeanroy e o “*mosarabismo*” por Muñoz y Romero⁶⁴².

Contudo, também o erudito micaelense não consegue evitar a ideia de um “*substractum anthropologico*”, embora mais profundo do que o germânico, celta, “*mosárabe*”, comum à “*occidentalidade*” europeia, conceito absolutamente necessário ao seu estabelecimento de relações entre as literaturas. E, do mesmo modo, não se escusa a caracterizar o povo português pela sua raiz lusitana.

Esclarece Braga que, nos seus estudos anteriores, se havia deparado com uma arcaica “*civilização proto-ária*” dominante na Europa meridional (e

⁶⁴¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. VIII-XII.

⁶⁴² *Op. cit.*, pp. XII. Vide, também, pp. 68-70. Obras citadas: Alfred Jeanroy, *Les Origines de la Poésie Lyrique en France au Moyen Âge: Etudes de Littérature Française et Comparée suivies de textes Inédits*, Paris, Hachette, 1889; Tomás Muñoz y Romero, *Discursos Leídos ante la Real Academia de la Historia, en la Recepción Pública de... el Día 4 de Febrero de 1860: [Sobre el origen de la población de los reinos cristianos de la Peninsula, el estado de las tierras, la condicion social de las classes inferiores, la nobleza y las instituciones generales y locales]*, Madrid, s.n. [Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra], 1860.

não só). De facto, assim foi. Contudo, ao designá-la agora, cria algumas perplexidades a quem vinha acompanhando a sua descoberta dos Iberos e, posteriormente, a sua identificação como ramo turaniano.

“Estavamos em frente d’esse outro problema de uma civilização proto-árica, do *Ligurismo*; outros trabalhadores esclareceram o problema [...] davam-nos o *substractum* que unifica nos mesmos costumes e tradições poeticas as nações occidentaes [...] e que os relaciona com a cultura asiatica (motivo da *hypotheese* do *Turanismo*, em contraposição ao *Iranismo*).⁶⁴³”

O “ligurismo”, o “lusitanismo” e o “mosarabismo”

N’O *Povo Portuguez*, como se observou, os Lígures “são conhecidos pela designação de Celtas maritimos”⁶⁴⁴, os primeiros dos celtas a chegarem à Península, após os quais imigram os “celtas louros”, mas todos eles posteriores aos iberos, sobre os quais, em 1896, na *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, instaurava a matriz étnica do “pan-latinismo” e da “occidentalidade”. Neste momento, na *Historia da Poesia* de 1902, define o fundamento da “occidentalidade” no “typo ligurico”, “pre-celtico”, sustentado pela tese de Martins Sarmiento, ela própria eco de investigações europeias que atribuiam a esse “typo” o elemento mais profundo comum ao ocidente europeu⁶⁴⁵,

⁶⁴³ *Historia da Poesia Popular Portugueza. As Origens*, pp. X-XI.

⁶⁴⁴ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, p. 66.

⁶⁴⁵ *Historia da Poesia Popular Portugueza. As Origens*, p. 132. Braga cita estudos vários que, pela Europa, iam defendendo a ideia de “*substractum*” lígure ao qual os Celtas se tinham sobreposto. Em Portugal, destaca os estudos de Francisco Martins Sarmiento: “*Les Lusitaniens*”, *Congrès International d’Antropologie et d’Archéologie Préhistorique*, Lisbonne, L’Academie Royale des Sciences, 1880, pp. 393-421; *Ora Maritima*, Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1880; *Os Argonautas: Subsídios para a Antiga Historia do Occidente*, Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1887.

e considera-o um ramo ibérico, tal como os “Euskes”⁶⁴⁶.

Neste sentido, não surpreende que continue a considerar este “fundo”, os “Ibero-Liguros como pertencendo á ultima emigração *turaniana*”⁶⁴⁷, imediatamente repondo as advertências feitas ao conceito, objecto de “desdem de glotologos exclusivistas”. E, embora as alterações desta nova formulação tenham consequências a nível da classificação dos romances (como se verá), a sua funcionalidade e o seu significado confirmam os das teses étnicas anteriores. Assim como pelo “turanianismo” explicava relações profundas entre tradições de povos asiáticos, europeus e americanos, pelo “ligurismo”

“é legitimo o confronto do Lyrismo occidental com os Cantos accadicos da velha Chaldêa, e os cantos heroicos das *Aravias* com as *Yaravi* do Mexico.”⁶⁴⁸.

Este novo quadro assenta no mesmo princípio verificado desde os primeiros trabalhos. A etnia de um povo, assim como a sua poesia tradicional não podem constituir um objecto de conhecimento delimitado pelas respectivas fronteiras políticas. Do mesmo modo que um povo não corresponde a uma única etnia mas ao cruzamento sucessivo de raças gerador de um particular “genio” com óbvias relações com outros povos constituídos por etnias comuns, a sua poesia não pode ser investigada fora desse contexto e explicada por uma única fonte étnico-poética.

“[...] os estudos da Poesia popular, e em geral todo o dominio do chamado *Folclore*, não se podem limitar exclusivamente a uma nação, porque nenhuma nação

⁶⁴⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 134 e 135.

⁶⁴⁷ *Op. cit.*, p. 135. Continua a fazer referência a autores e a obras sem suficientes elementos que permitam, na grande maioria, a sua detecção. Pretende apoiar nelas a sua classificação dos Lígures.

⁶⁴⁸ *Op. cit.*, p. 136.

europêa é constituída por um só elemento anthropologico puro.”⁶⁴⁹

Nessa medida, confere ao elemento lígure o estatuto do mais arcaico “*subtractum anthropologico*” e ao “*lusismo*” o “*typo nacional* [...] que através de seculos de lucta não pode confundir-se com o iberismo”⁶⁵⁰. Mas não abdica de reiterar as posteriores contribuições, germânica, árabe, “mosárabe”, normanda, “scandinava”, “franka”, em ordem à ideia de inadmissibilidade de influência exclusiva.

Embora a relação do “lusitano” com o “iberico” seja insuficientemente esclarecida, em 1902 - porquanto é aceite a caracterização do primeiro como “os Iberos do noroeste”⁶⁵¹ mas, em simultâneo, são distinguidas duas “Hespanhas”, a lusitana e a ibérica⁶⁵² - a ideia de uma “*Lusitania*” constituída por lusitanos, galegos, asturianos e cantábrios assume particular significado por nela ser fundada uma das suas áreas tradicionais peninsulares, a “*Gallecio-Asturo-Portuguesa*”⁶⁵³.

Os estudos posteriores, incluindo a última *Historia da Poesia*, consignam a existência das duas Hespanhas, a ibérica e a lusitana, e desenvolvem a concepção da sua oposição com o abandono da filiação ligúrica dos iberos⁶⁵⁴. Apenas o “*Luso*” é considerado um ramo lígure e sobre o seu

⁶⁴⁹ *Op. cit.*, p. 5.

⁶⁵⁰ *Op. cit.*, p. VI.

⁶⁵¹ *Op. cit.*, p. 131, nota 1. A expressão surge na tradução de uma citação de um dos defensores da ideia de “*ligurismo*”, Jubainville.

⁶⁵² *Op. cit.*, pp. 476-477.

⁶⁵³ *Op. cit.*, p. 130-131. A primeira referência a esta “região” é feita em 1896, embora sem a justificação “anthropologica”. Vide *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 66.

⁶⁵⁴ Vide, por exemplo, *Historia da Litteratura Portuguesa, I, Edade Media*, pp. 12-27.

território, o qual se encontrava povoado pelos Mosárabes, se fundará a nacionalidade portuguesa. A vertente ibérica peninsular há-de, historicamente, favorecer o aparecimento do centralismo castelhano oposto ao sentido de independência lusitana mas ambos descendem da

“grande Civilização ocidental ou Bronzifera, que precedeu as civilizações arianas, e que se deve designar pelo nome de *Turaniana* [...]. Como factores d’esta Civilização ocidental, *Iberos e Lusos* não eram incompatíveis”⁶⁵⁵

Esta é uma das teses que subjaz ao *Romanceiro Geral Portuguez* e explica o “Cyclo Odyssaico ou Atantico” cujo nascimento, no entanto, não nasce em 1906 (ver apartado sobre a classificação dos romances).

*As “discretas ironias” de Jeanroy
sobre a “litterature préhistorique” de Braga*

A *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura* apresenta, traduzida, uma longa citação do historiador das origens da poesia francesa com o objectivo de confirmar a ideia de unidade da tradição poética ocidental⁶⁵⁶. Contudo, esse fragmento de Jeanroy, apesar de manifestar concordância com a tese de Braga, contém algumas objecções aos exagerados fundamentos antropológicos do autor micaelense.

Esses reparos são objecto de algumas considerações, na obra de 1896, porém, Braga, visivelmente insatisfeito com a sua própria resposta, retoma a

⁶⁵⁵ *Op. cit.*, p. 14.

⁶⁵⁶ *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, pp. 83-84. Alude a Alfred Jeanroy, *Les Origines de la Poésie Lyrique en France au Moyen Âge: Etudes de Littérature Française et Comparée suivies de textes Inédits*.

questão na *Historia da Poesia* de 1902⁶⁵⁷. Transcreve, então, mais excertos de *Les Origines de la Poésie Lyrique en France au Moyen-Âge* - uns traduzidos, outros em francês, os quais exibem a desconfiança do autor relativamente às teses “pre-áricas” de Teófilo, nomeadamente, a do “turanianismo” - e a partir deles, procura encontrar incoerências e fragilidades. Sobretudo (recorrendo a uma apreciação crítica de Gaston Paris⁶⁵⁸), deseja provar que Jeanroy, embora critique a sua justificação “anthropologica”, procede exactamente do mesmo modo.

Mas, o que mais terá ferido Braga foi, provavelmente a “*discreta ironia*” do autor francês ao afirmar que o historiador da literatura portuguesa alicerçava a unidade das tradições literárias ocidentais na literatura “préhistorique” (turânica), eximindo-se a discutir, sequer, essa matriz.

“On comprendra notre reserve sur ces questions de littérature préhistorique.”⁶⁵⁹

Apesar da ironia contida na expressão “littérature préhistorique”, ela manifesta bem o exagero das elocubrações “anthropologicas” do polígrafo português. Todavia, se Jeanroy encontrou um feliz epíteto para a fundamentação da tese de Teófilo, com esse achado mostra não ter compreendido o significado e a funcionalidade da teoria de Braga, bem como a sua motivação ideológica e política (nomeadamente, a necessidade de uma afirmação de Portugal e do seu lugar no universo das culturas e das nações).

⁶⁵⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 10-14 e 293, nota.

⁶⁵⁸ *Op. cit.*, pp. 10-11, nota 2.

⁶⁵⁹ Alfred Jeanroy, *Les Origines de la Poésie Lyrique en France au Moyen Âge: Etudes de Littérature Française et Comparée suivies de textes Inédits*, p. 311, nota. *Apud Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 10.

O afã do polígrafo em encontrar sustentações “anthropologicas” tinha como objectivo a afirmação inquestionável da “occidentalidade” das tradições poéticas e, conseqüentemente, das relações entre composições peninsulares, francesas, italianas, entre outras. E, neste aspecto, mostra o erudito alguma intuição relativamente aos resultados que as últimas investigações sobre as relações entre o Romanceiro e a balada europeia têm trazido⁶⁶⁰.

2.2.6. *A última história do Romanceiro, síntese das perspectivas poética e “anthropologica”*

Entre 1902 e 1916, surgem as obras representativas da formulação última do seu pensamento sobre o género. As duas *Historia da Poesia Popular*, o *Romanceiro Geral Portuguez*, os volumes da *Historia da Litteratura* relativos à Idade Média⁶⁶¹, à Renascença⁶⁶² e ao século XVII⁶⁶³, e o *Tristão* formam, no seu conjunto, uma unidade.

Observou-se já que a primeira destas *Historia da Poesia* retomava a ideia de “occidentalidade” e a instaurava sobre o ligurismo mas a de 1905 abre com a mesma “determinação da *unidade tradicional do Occidente da*

⁶⁶⁰ Vide, apenas como exemplo, Diego Catalán, “El Mito se hace Historia.El Romance y la Herencia Baladística”, in *Arte Poética del Romancero Oral. Parte 2ª. Memoria, invención, arteficio*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, Siglo Veintiuno Editores, 1998, pp. 109-144 e Samuel G. Armistead, “Correspondências Pan-Europeias. Pan-European Analogues” in Manuel da Costa Fontes, *O Romanceiro Português e Brasileiro: Índice Temático e Bibliográfico (com uma bibliografia pan-hispânica e resumos de cada romance em inglês)*, II, Madison, 1997, pp. 624-644.

⁶⁶¹ *Historia da Litteratura Portugueza, I, Edade Media*.

⁶⁶² *Historia da Litteratura Portugueza, II, Renascença*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, 1914.

⁶⁶³ *Historia da Litteratura Portugueza, III, Os Seiscentistas*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Editores, 1916.

Europa”⁶⁶⁴, universo em que, preferencialmente, os romances são estudados - embora as relações com composições geograficamente distintas não deixem de ser investigadas. A especificidade da tradição portuguesa é atribuída ao “*lusismo*” étnico caracterizador da “Hespanha occidental” constituída por Portugal, Galiza, Astúrias e Andaluzia, e histórico no qual está incluída a determinante Expansão criadora de novas tradições.

A origem dos romances

Neste período último dos seus estudos, no que concerne à questão genética, desenvolve o que já havia apresentado nas *Epopêas* sobre a influência germânica⁶⁶⁵ e árabe⁶⁶⁶ nos romances, os vestígios desses elementos na tradição oral moderna assim como os da revitalização germânica por acção de normandos e “scandinavos”⁶⁶⁷. Porém, enquanto nessa obra e nas que reproduzem o seu pensamento, determinava a génese dos romances nesse período “gothico-arabe”, o qual integrava elementos étnicos anteriores, a partir de 1902 altera a sua opinião. E o motivo mais ponderoso dessa mudança prende-se com a distinção já conhecida mas nunca considerada entre romances “primitivos” e “velhos” - Braga cita desde sempre os estudos de Durán, nos quais são desenvolvidos esses conceitos, no entanto, só neste momento pondera e recorre a essa classificação.

Como se observou, no início da década de setenta, aceitava a tese genética “goda” de Argote y Molina, transcrevendo um ilustrativo fragmento do

⁶⁶⁴ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. sem numeração.

⁶⁶⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 86-94, 118-119.

⁶⁶⁶ *Op. cit.*, pp. 95-101.

⁶⁶⁷ *Op. cit.*, pp. 103-112, 260-261.

“Discurso sobre la Poesia Castellana”⁶⁶⁸, e nela alicerçava a sua teoria da origem “mosárabe”. Neste momento, modifica consideravelmente a sua concepção, passando a avaliar as palavras do erudito espanhol como uma “miragem mental”⁶⁶⁹.

O móbil desta modificação, como se observou, advém da aceitação do conceito de romances “primitivos” e da sua dicotomia relativamente aos “velhos”. Aos primeiros, perdidos, Braga não contesta a origem que sempre expôs; mas a aplicação dessa tese genética aos segundos, reconhece, torna-se problemática. Embora esteja convencido que os “velhos” correspondem à evolução dos anteriores, como não dispõe de registos anteriores ao século XVI, não pode conhecer a exacta relação entre eles e, portanto, resta-lhe investigar o nascimento das composições impressas a partir do movimento editorial quinhentista, algumas das quais reencontra na tradição oral moderna.

A partir deste raciocínio, e tomando em conta que o registo material foi posterior ao nascimento do romance, situa-o, tal como o conhece, não aquém do século XV.

A avaliação da tese de Argote y Molina como uma “miragem mental”, funda-se no facto do editor do *Conde Lucanor*, não ter tido possibilidade de se fundamentar documentalmente, uma vez que as composições dos séculos VIII ao XII não foram fixadas pela escrita. Admite, pelas palavras de Sarmiento, que algo delas esteja contido na prosa historiográfica da *Cronica General de España*, do século XIII⁶⁷⁰, mas atribuir uma génese a essas espécies que não se

⁶⁶⁸ Gonzalo Argote y Molina, [Advertência e notas], in MANUEL Infante de Castilla, Juan, *El Conde de Lucanor*.

⁶⁶⁹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 119.

⁶⁷⁰ *Op. cit.* Cita Martín Sarmiento, *Memorias para la Historia de la Poesia Española, Obras Póstumas*, I, Madrid, 1775, N.º. 548. Uma nota de R. Menéndez Pidal permite-nos suspeitar

conhecem, só pode ter uma validade conjectural. Não duvida da sua existência, tal como Durán⁶⁷¹, mas a possibilidade do seu conhecimento coloca-lhe problemas.

Contrariamente a esses romances “primitivos”, os “velhos”, embora admita serem seus descendentes directos, ganharam uma vida impressa no século XVI, paralela à tradicional que terá tido o seu nascimento em meados do anterior⁶⁷². Neste aspecto, e considerando a sua transcrição do *Journal des Savants*⁶⁷³, verifica-se o que o seu comparativismo permanente demonstra o que já se observou a propósito das “discretas ironias” de Jeanroy, o entendimento do Romancero no âmbito da balada europeia, tomada como sua congénere.

Na sua nova teorização genética, ainda que Braga não citasse Durán, imediatamente se reconhecia uma das suas fontes orientadoras e se constataria a diferente posição relativamente às palavras do *Romancero General* sobre a inexistência de romances em manuscritos anteriores ao Quinhentismo. Relembro que na “Introdução” do *Cancioneiro da Vaticana* e nas duas *Theoria da Historia da Litteratura*, a de 1881 e a de 1896, de algum modo contestava a afirmação restritiva do erudito espanhol ao indicar registos anteriores⁶⁷⁴.

da forma de conhecimento de Braga desta obra: “Resumen extenso [das *Memorias*] en Milá, *De la poesía heroico-popular*, 1874, páginas 16-19.”, R. Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico*, I, p. 13, nota.

⁶⁷¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 127-128, nota. Traduz um fragmento no qual o erudito espanhol consigna a existência dessas composições perdidas. Refere-se a “Discurso Preliminar”, in *Romancero General*, I, p. LIII.

⁶⁷² *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 119-120. Braga transcreve, a este propósito, as palavras de Agustin Durán, do “Prólogo”, in *Romancero General*, I, p. XXV.

⁶⁷³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 121, nota 1.

⁶⁷⁴ Vide “Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CV; *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 39; *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 96.

Agora que retira de liça essas composições⁶⁷⁵, não deixa de afirmar vestígios do período entre o nascimento dos romances velhos e a sua fixação escrita, apontando-os nas colecções insulares portuguesas⁶⁷⁶. Não se inibe de admitir a possibilidade de restaurar os mais arcaicos, os “primitivos”, perdidos, através dos “velhos”. Porém, o seu positivismo parece limitar, agora, as elocubrações alimentadas por uma cadeia de induções teóricas.

Na *Historia da Poesia* seguinte, vigora a mesma distinção e as suas consequências ao nível da teoria genética são apontadas pelas palavras de Moratín e Menéndez y Pelayo, para além das de Durán⁶⁷⁷.

A influência dos “cyclos poeticos” medievais

Perante a nova concepção genética que situa o nascimento dos romances “velhos” no século XV, Braga sente necessidade de discutir o que até então tomava como certo. A influência das matérias medievais, carolíngia, arturiana e greco-latina, na formação e história de um género posterior. É claro que a sua convicção sobre a hipotética continuidade entre os romances

⁶⁷⁵ De facto, não invoca, neste momento, as espécies anteriormente referidas mas, páginas depois, para comprovar o arcaísmo da tradição galega, “esquece” o que afirmara e escreve: “O documento mais antigo que hoje se conhece é o romance galego de Ayras Nunes, intercalado no *Cancioneiro portuguez da Vaticana* [...] que começa: «Desfiar enviaron,» é do século XIV, anterior áquelle limite para áquem do qual nunca se tinha encontrado um romance tradicional”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 196. A referência ao “Figueiral figueiredo” é feita nas pp. 204, 227-229, entre outras.

⁶⁷⁶ *Op. cit.*, p. 62.

⁶⁷⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 200-201. Leandro Fernández Moratín (Madrid, 1760 - Paris, 1828), autor espanhol representativo da literatura dramática do século XVIII. Já no final da sua vida, termina a obra citada por Braga, *Orígens del Teatro Español*. Indica Marcelino Menéndez y Pelayo (Santader, 1856 - 1912), destacado investigador das literaturas espanhola e portuguesa. Alude ao “Prólogo”, in *Romancero General*, I, pp. VIII, nota e XXV.

“primitivos” e os “velhos” lhe permite, *a priori*, reiterar essa inspiração poética, todavia reflecte sobre ela e desenvolve-a em certos aspectos.

Continua a afirmar a existência de romances na tradição oral do século XII, fundamentando-a na sua presença no texto da “*Cronica general de España* que Affonso o Sabio mandou redigir”⁶⁷⁸. Em nota⁶⁷⁹, refere as suas fontes, os “Discursos de la Lengua Castellana” e o próprio *Romancero General*, e indica no corpo do texto as personagens de referência das composições tradicionais “dissolvidas” na prosa cronística, Bernardo del Carpio, os Infantes de Lara, Cid e Fernán Gonzalez. Não aceita, porém, que a unidade métrica dessas tradições seja o “*verso octonario*”, apesar de a ver defendida por Menéndez Pidal, entre outros⁶⁸⁰.

O “*Cyclo Carlingio*” e os romances - Braga contrapõe a contestação da relação entre a poesia épica francesa dos séculos IX-XIV e as composições surgidas em Quatrocentos e Quinhentos, feita por Gaston Paris,⁶⁸¹ à defesa desse parentesco elaborada por Victor Leclerc⁶⁸². A argumentação de Paris

⁶⁷⁸ Neste momento, Braga é mais preciso quanto à autoria da *Crónica*. Por regra, designa-a como sendo do monarca. *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 80.

⁶⁷⁹ *Op. cit.*, p. 80, nota. Gonzalo Argote de Molina, “Discursos de La Lengua Castellana”, in Juan Manuel, Infante de Castilla, *El Conde de Lucanor*. Agustín Durán, “Prólogo”, in *Romancero General*, I, p. XXIV.

⁶⁸⁰ “Os criticos como Ticknor, Pidal, Labarra, e outros têm cahido na illusão de reduziem a *verso octonario* com muita facilidade a prosa das Chronicas, pensando assim reconstruir a fórmula primitiva dos romances populares; mas no seculo XII o romance heroico era cantado e bailado em verso curto ou *quinario*”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 80, nota. Refere-se a George Ticknor, *Historia de la Litteratura Española*, Juan Menéndez Pidal, *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos en la Danza Prima, Esfoyazas y Filandones*.

⁶⁸¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 225, nota.

⁶⁸² *Op. cit.*, pp. 225-227. Cita Victor Le Clerc, Ernest Renan, *Histoire Littéraire de la France au Quatorzième Siècle. Discours sur l'État des Lettres en France au Quatorzième Siècle*, 2ª. ed., Paris, Michel Lévy, 1865.

basear-se-ia no facto de nenhum tema ou personagem da primeira ter transitado para as últimas enquanto a do outro investigador consistiria em demonstrar as fontes francesas de alguns romances. De acordo com a transcrição de 1905, Leclerc fazia recair a sua atenção sobre as composições de “Fernan Gonzalez”, de “Calainos”, de “Gaifeiros”, da “Infantina”, entre outras.

Das alegações do debate criado pelo erudito português, retira ele próprio a fundamentação do seu ponto de vista alicerçado por factos já apresentados desde os seus primeiros estudos. Contra a tese negativista de Paris, riposta com uma série de onomásticos carolíngios sobreviventes nos romances (Calainos, Conde Nilo, Gerinaldo, Valdevinos, por exemplo)⁶⁸³ mas, de algum modo, se mostra conforme a ela ao continuar a reconhecer “uma certa antipathia popular contra as Gestas”⁶⁸⁴ motivada pela inexistência de condições sociais que lhe dessem eco, o Feudalismo.

Reconhece, no entanto - para além das referências aos “Doze Pares” nos “*Livros de Linhagens*”⁶⁸⁵ e da citação de Azurara da “Canção de Gesta do Duque de Lançon”⁶⁸⁶ - temas carolíngios na tradição oral moderna portuguesa, na “D. Ausenda”, no “Dom Claros de Montealvar”⁶⁸⁷, e nos “*Gerinaldo, Rico Franco, Bernal-francez, Passo de Roncesval, Reinaldo de Montalvão*”⁶⁸⁸, assim como a memória de França em várias versões de alguns romances⁶⁸⁹.

⁶⁸³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 30-32.

⁶⁸⁴ *Op. cit.*, p. 33.

⁶⁸⁵ Braga transcreve um fragmento que atribui ao “conhecimento da *Canson de Roland*, da *Viagem a Jerusalem* e do *Renaud de Montauban*”, *op. cit.*, p. 29.

⁶⁸⁶ *Op. cit.*, pp. 29-30.

⁶⁸⁷ “D. Ausenda” e “Dom Carlos de Montealvar”. *Op. cit.* p. 34.

⁶⁸⁸ *Op. cit.*, p. 40.

⁶⁸⁹ *Op. cit.*, pp. 38-39.

A explicação desta presença prende-se com a divulgação jogralesca, com a vinda de colónias francesas no período de formação nacional e com o próprio “processo natural [tradicional, quer dizer Braga] das abreviações”⁶⁹⁰ das próprias “Gestas” que assim reencontravam a sua forma primitiva de “Cantilena” já conhecida na Península. “[A]s Gestas, na Hespanha, voltaram á forma da Cantilena, que outra cousa não é o *Romance*”⁶⁹¹ “e moldaram-se na fôrma preexistente da *Aravia*.”⁶⁹²

Concluindo-se, assim, que, neste aspecto, Braga não altera o quadro apresentado nas *Epopêas*, não só sobre os limites da influência carolíngia como da teoria da formação da Gesta francesa, como do próprio Romance. A diferença é que, agora, o aplica ao romance “primitivo” - mas considerando a sua ideia de continuidade entre este e o “velho”, não surpreende que escreva:

“Os themas poeticos da Materia de França [...] apparecem na tradição oral portugueza no seculo XV, como se observa pelas collecções insulanas dos Archipelagos da Madeira e Açores”⁶⁹³.

No entanto, Braga amplia o universo desta influência através de excepções à “antipathia popular contra as Gestas”. A saber.

Uma das causas do relativo insucesso das Canções épicas francesas na Península, advinha da sua temática ser referente à história de um outro povo - Braga anota, desde sempre, que cantos com esses temas são os menos adoptados, precisando de uma reelaboração nacionalizadora para se

⁶⁹⁰ *Op. cit.*, p. 224.

⁶⁹¹ *Op. cit.*, p. 37.

⁶⁹² *Op. cit.*, p. 40.

⁶⁹³ *Ibidem*.

“vulgarizarem”⁶⁹⁴. No entanto, considera agora, através de *La Litterature Française au Moyen Age*, a existência de Gestas francesas sobre acontecimentos da história peninsular, nomeadamente, a de “*Anseis de Carthago* [que] assenta sobre a lenda da violação da filha do Conde Julião pelo rei Dom Rodrigo”⁶⁹⁵, e essas, continua, de tal modo estimularam o interesse do povo cantor, que ainda na tradição oral moderna algarvia, pensa encontrar efeitos da composição estudada por Paris. Refere-se à versão de Estácio da Veiga⁶⁹⁶ de **En Ceuta está Don Julián** (0018), romance épico peninsular.

Uma outra influência francesa - Para além das repercussões dos cantares épicos nos romances, detecta as de outras composições narrativas, as “*Chansons de toile*”, cuja existência lhe dá notícia o erudito francês que vem inspirando os seus trabalhos⁶⁹⁷. Entre elas, destaca o tema da “*Bella mal maridada*”, cujo sucesso levou uma plêiade de autores portugueses dos séculos XVI e XVII a glosarem-no até o converterem numa forma lírica⁶⁹⁸. No entanto, no período quatrocentista, teria sido um “romance” inspirado por um acontecimento e divulgado por “*pliegos sueltos*”.

⁶⁹⁴ Vide *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 152-153.

⁶⁹⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 227. Alude a Gaston Paris, *Manuel d'Ancien Français: La Litterature Française au Moyen-Âge (Xie-XIve Siècle)*, Paris, Hachette, 1888; 2e édition, revue, corrigée, augmentée et accompagnée d'un tebleau chronologique, Paris, Hachette, 1890.

⁶⁹⁶ Veiga (1870) 6-10.

⁶⁹⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 229.

⁶⁹⁸ *Op. cit.*, pp. 239-241. N' *A Tradição*, publica um artigo sobre o tema na literatura portuguesa. Vide “A Bella mal maridada”, *A Tradição*, IV, 1902, pp. 145-146; reedição facsimilada, Serpa, Edição da Câmara Municipal, 1982.

A evolução formal do tema não surpreende Braga quer por nela rever a da “poesia popular”, quer por ser uma das contingências do tratamento erudito do romance. Segundo a sua concepção, as “formas narrativas” tradicionais são sempre as mais arcaicas desenvolvendo-se posteriormente no sentido das “lyricas”. Do mesmo modo, ao serem recriadas pela erudição poética, submetem-se inexoravelmente a um semelhante processo de transformação que as desvirtua⁶⁹⁹.

O “Cyclo da Tavola Redonda e do Santo Graal” e os romances - A parte final do fragmento transcrito de Leclerc sobre a relação entre Gesta francesa e romance peninsular, contempla a influência arturiana no género. Trata-se de mais uma das “auctoridades” fundadoras da permanente ideia de Braga sobre as raízes bretãs do Romanceiro.

Considera que depois do período inicial do seu conhecimento em Portugal, no qual inspirou, sobretudo, os artistas de corte⁷⁰⁰, terá tido uma divulgação mais generalizada através dos movimentos medievais peregrinantes a Santiago. Dessa “vulgarização” terá resultado, assim continua convencido, a presença do tema de “Blanchefleur”, estudado por Edelestand du Ménil, na sua versão de 1867 de **Hermanas reina y cautiva** (0136); e do mesmo modo, justifica as semelhanças entre o seu **Conde Niño** (0049), do *Romanceiro Geral*, o *Tristan, Chevalier de Table Ronde* e um canto “popular” da Normandia recolhido por Beaurepaire⁷⁰¹.

⁶⁹⁹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 241-242.

⁷⁰⁰ Braga exemplifica, mais uma vez, com a poesia de D. Dinis e acrescenta um outro autor, João de Guilhade. *Op. cit.*, pp. 41 e 42.

⁷⁰¹ *Op. cit.*, pp. 41-42. Braga (1867) 38-40 e 37-38, respectivamente. Edelestand Du Ménil, “Introduction”, *Floire et Blancheflor, Poèmes du XIIIe Siècle*; Edelestand Du Ménil, *Histoire de la Poésie Scandinave: Prolégomènes*; E. Beaurepaire, *Étude sur la Poésie Populaire en Normandie et spécialement dans l'Avranchin*, Avranches, 1856.

No casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre e na correlativa intensificação das relações entre as cortes portuguesa e inglesa, ratifica o erudito um novo meio da influência bretã, a qual não terá deixado indiferentes os cronistas Lopes⁷⁰² e Rui de Pina nem o próprio monarca de cognome O Eloquentes⁷⁰³. No entanto, fora dessa elite, o “cyclo” manifestava a sua vitalidade ao integrar em si “elementos poeticos carlingios e da erudição classica”⁷⁰⁴ e ao introduzir-se através de composições narrativas semelhantes à “Cantilena” e à “Aravia lusitana ou Romance peninsular”, que contêm um aliciente “elemento musical”, os “*Lais*”⁷⁰⁵ e que estiveram na base da elaboração dos “poemas da Tavola Redonda e do Santo Graal”⁷⁰⁶.

O “Cyclo greco-romano” nos romances - Braga reitera o carácter erudito do “cyclo” e os limites dos seus efeitos dentro do mesmo universo⁷⁰⁷. Contudo, não deixa de observar que no fundo das composições greco-latinas inspiradoras dessa escola poética medieval, existe uma tradição lígure ainda visível nas versões oitocentistas dos romances. Explica, então:

“As tradições que os Jonios se apropriaram e sobre que se entreteceu a *Odyssêa*, foram referidas às navegações no Mediterraneo, [...] quando essas tradições resultaram das navegações atlânticas pela raça dos Lígures, ou pre-

⁷⁰² Tal como na *Historia da Poesia Popular* de 1867, Braga retira da *Cronica de D. João I* alusões a personagens do ciclo arturiano. Anexa outras da *Crónica do Condestabre*, atribuída por si a Fernão Lopes. *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, pp. 45-47.

⁷⁰³ Cita um fragmento da *Chronica de D. Affonso V*, de Rui de Pina, no qual são feitas referências a Lancelote e a Tristão e indica “romances novellescos de *Galaaz*, de *Tristão* e de *Merlin*” na livreria de D. Duarte. *Op. cit.*, p. 47.

⁷⁰⁴ *Ibidem*.

⁷⁰⁵ *Op. cit.*, p. 42.

⁷⁰⁶ *Op. cit.*, p. 44.

⁷⁰⁷ *Op. cit.*, pp. 50-53.

celticos, e de que restam vestígios nos Romances populares.”⁷⁰⁸

Retoma, Braga, também, a filiação do romance **Manda el rei prender Virgílios**, incluído no *Cancionero* de Martin Nucio, na “corrente que punha em verso a historia romana e a Biblia”⁷⁰⁹ e, novamente apoiando-se em Comparetti, reconhece-o, erroneamente, no “Reginaldo” de Garrett⁷¹⁰. No entanto, agora, pelo *Virgilio nel Medio Evo*, determina a primeira fonte documental do romance num folheto não anterior a 1435 e explica a formação da composição poética pelo encontro dessa inspiração clássica com o “genio hespanhol”, aquando da ocupação espanhola de Nápoles, a qual “fez reviver as lendas do patrono d[esse] reino”⁷¹¹.

Na Península, o romance ter-se-á propagado entre o período que medeia o aparecimento do referido folheto e a edição do *Cancionero* porém, o tema era “já conhecido entre nós como esse typo amoroso das lendas da Edade média”⁷¹².

Também “resultado da adaptação das lendas greco-romanas ou classicas ao gosto popular” considera ser, por exemplo, “«En Troya entran os Gregos»” e “«Mira Nero de Tarpeia / A Roma como ardia»”, romances de poetas eruditos depois tradicionalizados, como lhe provam as alusões em castelhano de Diogo do Couto⁷¹³, entre outros.

⁷⁰⁸ *Op. cit.*, p. 53.

⁷⁰⁹ *Op. cit.*, p. 246.

⁷¹⁰ *Op. cit.*, p. 245 e 247. Cita Domenico Comparetti, *Virgilio nel Medio Evo*.

⁷¹¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 246.

⁷¹² *Op. cit.*, pp. 246-247.

⁷¹³ *Op. cit.*, p. 414-415. Vide anexo sobre locais onde Braga assinala vestígios de romances na literatura portuguesa.

Verificada, pelos romances anteriores, a dominância da inspiração poética “iberica” sobre o “lusismo”, é prosseguido o estudo do filão dessa influência a partir da aliança matrimonial das cortes da Dinastia de Avis e dos Reis Católicos⁷¹⁴, através da investigação das alusões de autores portugueses.

Seus efeitos no palácio - Com a vinda da princesa para Lisboa, um séquito espanhol a teria acompanhado e, naturalmente, introduzido os temas mais afortunados no quotidiano da corte. Porém, Braga não esquece a fonte não oral e refere os “Pliego sueltos”, as colecções impressas e os próprios livros de música que incluíam composições romancísticas e teriam divulgado essa poesia. Entre estes últimos, destaca o já referido, *Libro* de Luis Milan dedicado a D. João III⁷¹⁵, no qual “acham-se postos em musica [...] *Mis arreos son las armas, Suspirastes Baldovinos*, etc.”⁷¹⁶

Exemplifica, então, com vários excertos de autores portugueses⁷¹⁷ a referência a romances, a maior parte das quais em castelhano, pretendendo demonstrar a predominância da “moda” - mas não a origem dos romances em Portugal. Colige alusões várias e, entre elas, figura um número significativo referente ao tema da “*Bella mal maridada*”, caso que bem ilustra os contornos da sua concepção sobre a influência espanhola. Esta não determina o

⁷¹⁴ “Desde que as côrtes de Portugal e Castella se reconciliaram, realizando-se o casamento do principe D. Affonso com a filha de Fernando e Isabel [...] começou uma corrente de desnacionalisação ou prevaecimento do *iberismo* sobre o *lusismo*. Os poetas versificam na lingua castelhana”, *op. cit.*, pp. 234-235.

⁷¹⁵ *Op. cit.*, p. 330.

⁷¹⁶ *Op. cit.*, p. 331.

⁷¹⁷ Vide anexo sobre locais onde Braga assinala vestígios de romances na literatura portuguesa.

aparecimento do género mas estimula o seu gosto na corte com a divulgação das suas versões. Assim, Braga, tendo filiado a origem do tema nas “*Chansons de toile*” (como se viu), neste momento, sublinha o paralelismo da sua presença em autores espanhóis⁷¹⁸ e nacionais, considerando que estes o citavam por inspiração castelhana.

Seus efeitos na tradição “popular” - Avalia, também, as consequências do prestígio dessa “moda” na tradição fora do palácio e conclui terem existido efeitos de “obliteração da poesia popular portuguesa”, fazendo-nos lembrar algumas páginas do longínquo ano de 1867. Todavia, a restrição enunciada na continuação desta última expressão transcrita⁷¹⁹ evidencia a sua diferente posição. Neste momento, embora a admita fora do universo “cortezanescos”, limita a sua acção. A sua ideia tem também, ela própria, raízes em concepções anteriores, nomeadamente, a tese desenvolvida a partir de 1869, sobre as composições insulares como cristalizações romancísticas do período da primeira colonização, e, portanto, garantes da existência do género, em Portugal, para além da influência castelhana⁷²⁰. E alicerça-se, ainda, na definição ensaiada na *Historia da Litteratura*, de 1870, sobre os limites eruditos dessa inspiração, salvaguardando, assim, em certa medida, a tradição oral.

A conclusão aponta para a convicção dos contornos eminentemente “cortezanescos” da influência, os quais se esbatem à medida que observa a memória tradicional portuguesa no seu conjunto.

⁷¹⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 241-242.

⁷¹⁹ “[...] no continente, ao passo que se conservou nos dois Archipelagos atlanticos, aonde esta influencia cortezanescas não chegou”, *op. cit.*, p. 238.

⁷²⁰ “A exploração d’esses dois focos ethnicos assombra pela sua riqueza tradicional [...] Pelo exame d’este documento excepcional recontrue-se o estado da Poesia popular no seculo XV, que apenas se entrevia através das imitações escriptas dos pliegos sueltos.”, *op. cit.*, p. 251.

Seguindo o veio romancístico em obras seiscentistas e setecentistas, exuma temas aludidos por Francisco Manuel de Melo, demonstrando a persistência do género entre os criadores eruditos. Contudo, também através dessa fonte, constata o crescente esgotamento do romance nesse universo, aludido pelo autor seiscentista e por Quevedo.

“D. Francisco Manuel conhecia que os *Romances velhos* decahiam da moda; e D. Francisco de Quevedo também o revela na sua *Musa XV*:

El Conde Claros, que fué
título de las guitarras,
se quedó en las berberias
con chaconas de la galla.”⁷²¹

A causa radica na exagerada recriação de formas glosadas, parodiadas, trovadas⁷²², que se afastavam progressivamente da sua referência.

Deste período, anota a fortuna de um outro tipo de composições eruditas, os denominados “*Romances mouriscos*”, poemas de “mero artifício sem realidade histórica, cheios de subjectivismo e casuística sentimental”⁷²³, datados dos finais do quinhentismo e cultivados ao longo do século XVII. Como se observou, na primeira das *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, e mesmo em estudos posteriores⁷²⁴, admitia que estas espécies correspondiam a

⁷²¹ *Op. cit.*, p. 453.

⁷²² “Como a Beatriz, do Auto [*Fidalgo Aprendiz*], não se satisfaz com a *letra nova*, Dom Gil Coutinho começa a entoar um *Romance trocado*. Não é propriamente o romance glosado, como se usava no fim do século XVI, mas parodiado, ou em burlas, ou ao divino”, *op. cit.*, p. 464.

⁷²³ *Op. cit.*, p. 457.

⁷²⁴ Vide “Transformações do romance popular. Século XVI a XVIII”, in *Floresta de Vários Romances*, pp. XLVI-XVIII e *Epopéias da Raça Mosárabe*, pp. 113-114 e 317.

uma inspiração vinda do período “mosárabe”, opinião que mantinha contra a lição de Wolf e que fundamentava num fragmento de Durán. Em 1905, coloca o erudito espanhol de acordo com o alemão e filia-se nos seus pareceres.

Na sua nova leitura, o autor do *Romancero General*, em versão teofiliana, considera:

“«De facto antes da conquista de Granada, e talvez ainda alguns annos depois, poucos romances mouriscos novellescos se acham que tenham vestigios sensiveis da poesia arabe.»”⁷²⁵

Braga não reconhece nessas composições qualquer referência à poesia anterior à “extinção do dominio arabe na Peninsula”, embora inspirem Francisco Manuel de Melo e Rodrigues Lobo os quais fazem reviver personagens sem realidade histórica, Dragut, Zaide, entre outras⁷²⁶.

Noutro caso coloca os romances inspirados por “situações produzidas entre a sociedade mosarabe [...] como o de *Moraima*”⁷²⁷, mas esses, “primitivos”, não resistiram na memória tradicional e em nada se equivalem às criações seiscentistas.

Em 1916, a terminar os seus estudos sobre o Romanceiro, mantém a opinião sobre a inexistência de realidade histórica nos “romances mouriscos”, no entanto, admite que eles representam “uma recordação das antigas luctas da

⁷²⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 458. “Con efecto, poco ántes de la conquista de Granada, y quizá hasta algunos años despues, se hallan pocos romances moriscos novelescos que tengan vestigios señalados de la poesía árabe”, *Romancero General*, I, p. X, nota 8.

⁷²⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, pp. 458-459.

⁷²⁷ *Op. cit.*, p. 209.

libertação no solo da Hespanha”⁷²⁸, argumentando, de novo, com o erudito espanhol no sentido das suas primeiras leituras. “Observa Duran que depois da conquista de Granada se cantaram alguns romances com vestígios de poesia árabe”⁷²⁹.

O exemplo que recolhe do *Romancero General* é a versão

“«Por las puertas de Celinda
Galan se passea Zaide
Aguardando que saliera
Celinda para hablarle.»”⁷³⁰

e nela encontra parentesco com a transmontana de Morais Ferreira (1898) 28, **Ay de mi Alhama** (0040), reeditada por si, Braga (1907)/Braga (1985) 327.

A sua visão sobre o século XVIII não se altera. O ostracismo a que foram devotados os romances, e toda a “poesia popular”, deixou-os com uma vida exclusivamente tradicional não surtindo qualquer efeito seu na desnacionalizada literatura escrita do Iluminismo.

⁷²⁸ *Historia da Litteratura Portuguesa, III, Os Seiscentistas*, p. 50.

⁷²⁹ *Ibidem*.

⁷³⁰ *Ibidem. Romancero General*, I, p. 26 (Nº. 54).

*As primeiras edições de romances “velhos”
e as novas recriações*

Pelo exposto, constata-se não considerar que a primeira fixação dos romances “velhos” marque o final da elaboração romancística. Se no período de influência castelhana, as composições que durante largo tempo tinham vivido na tradição oral ganhavam estatuto de letra impressa, elas próprias dão origem a recriações e novos poemas.

Surgem, a partir dessa altura, as colecções e os “Cancioneiros musicas do século XVI”⁷³¹ que funcionaram como significativos meios de divulgação dos temas, os romances “velhos”, mas também como repositório de modelos de criação dos romances “novos”. “Como uma epigenese, sobre os Romances velhos trovaram os Romances novos dos acontecimentos contemporaneos.”⁷³²

E, mais concretamente, referindo-se a um dos aspectos formais dessa recriação,

“[o]rdinariamente os primeiros versos dos romances mais populares serviam de começo a novas composições do mesmo genero, como uma epigenese; semelhante ao romance da Victoria de Salsete, existia o velho romance, que principia: «En los campos de Alaventosa» ou de *D. Beltrão*.”⁷³³

Fontes das primeiras colecções do século XVI - Braga regista o aparecimento de romances em “Pliegos sueltos, ou folhas volantes”, meio de

⁷³¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 351.

⁷³² *Op. cit.*, p. 237.

⁷³³ *Op. cit.*, p. 415.

“vulgarização” dos temas mais afortunados como o “*Dom Duardos*”⁷³⁴, e data esses folhetos quer anteriormente, quer contemporaneamente aos acervos do século XVI, considerando ser nessa forma que os primeiros poemas foram impresos

“O pliego suelto ou folha volante tem uma grande importancia para a comprehensão do vigor da poesia popular no seculo XV; a data da introdução da Typographia em varias cidades hespanholas define o tempo desde quando começaria esta intensa vulgarização menos pelo canto e dança, que pela leitura.”⁷³⁵

Os folhetos de cordel, neste sentido, terão constituído uma das fontes escritas das primeiras colecções do século XVI. Contudo, a estas terá presidido uma outra, não impressa: os “cadernos manuscriptos” que, na sua leitura do prólogo de Najera, aí são referidos. Lendo, porém, a sua transcrição traduzida, o entendimento desses materiais autógrafos aponta não para uma fonte, em si, mas para um registo intermédio entre a tradição oral e a fixação impressa. Najera

“justificando os erros do seu texto, diz no prologo: «são devidos ás copias d’onde os extrahi, copias quasi sempre alteradas, e á fraqueza da memoria das pessoas que nol-os dictavam, e que se não podiam recordar perfeitamente.»”⁷³⁶

⁷³⁴ Indica dois folhetos de cordel pelos quais se divulgou, o romance em toda a Península, mesmo antes de ser incluído na edição de 1562 das *Obras* vicentinas e no “*Cancionero de Romances* de 1557”, *op. cit.*, pp. 243-244 e nota.

⁷³⁵ *Op. cit.*, p. 244. Braga devia ter perante si o elenco de folhetos de cordel apresentado por Durán, cf. Agustín Durán, “Catálogo por órden alfabético de varios pliegos sueltos que contienen romances, villancicos, canciones, etc., de poesia popular ó popularizada”, *Romancero General*, I, pp. LXVII-XCVI.

⁷³⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 247. Edita o fragmento do prólogo da colecção de Saragoça, de 1550.

Em qualquer caso, Braga não refuta a fonte oral das primeiras colecções editadas e admite-o expressamente em relação ao *Cancionero de Romances*, a que antes de qualquer outra, incluiu “romances directamente colligidos do ditado oral”⁷³⁷.

Causas e efeitos das primeiras fixações impressas - A razão desse movimento editorial é encontrada em dois fenómenos distintos cujo encontro teve consequências na história do género. Compreende o erudito tal surto pelo desenvolvimento das técnicas tipográficas geradoras de uma “generalisação da Imprensa” e pelo gosto e interesse poético de então. Todavia, este apreço incidia, inicialmente, não sobre os romances mas, sobretudo, sobre as “*glosas* lyricas” dos romances⁷³⁸.

Por isso, a primeira colecção, a de Hernan del Castillo, que nasce dessa preferência, incluía

“principalmente [poemas] lyricos ou subjectivos, ou tambem Romances velhos glosados lyricamente, ou servindo de typo a uma nova elaboração”⁷³⁹.

Destaca, desse acervo:

Glosa in <i>Cancionero de Romances</i>	Autor	Romance velho
“Ya me estaba en pensamiento”	Diego S. Pedro	“Yo me estaba en Barbadillo”
“Reniego de tí, amor”		“Reniego de ti Mafoma”
“Estavase mi cuidado”		“Estabase el rey Ramiro”

⁷³⁷ *Op. cit.*, p. 404.

⁷³⁸ *Op. cit.*, p. 242.

⁷³⁹ *Op. cit.*, pp. 247-248.

“Ya desmaian mis servicios”		“Ya desmaian los Francezes”
	Francisco de Leon	“Pésame de vos el Conde”
	Pinar	“Yo me era mora Morayma”
	Nicola Nuñez	“Por maio, era por maio”
	Quiroz	“Rosa fresca, rosa fresca”
	Soria	“Durandarte, Durandarte”
	Alonso de Cardena	“Triste estaba el caballero”

Esse inicial apreço explica, também, a Braga a razão pela qual esta colecção apresenta uma versão do **Conde Claros** diferente da que é publicada em 1551, em Sevilha. A de Castillo é uma “glosa de Francisco de Leon” com “apenas vinte e seis versos” do romance; a sevilhana corresponde à sua forma completa⁷⁴⁰.

As novas e cada vez mais numerosas edições de romances, manifestando o interesse das “classes cultas” e sendo estimuladas por ele, participaram no desenvolvimento de novas formas de recriação a partir dos poemas que publicavam⁷⁴¹. Poetas como Baltazar Dias transformaram “as suas situações e muitos dos seus versos proverbias”; aproveitaram o “typo melodico para outros da mesma metrificação”; criaram “parodias *burlescas*” e “parodias *ao divino*”; compuseram “romances subjectivos”.

Porém, estes diversos tipos de recriação não esgotavam o modelo, embora alguns deles fossem responsáveis pela degenerescência do género, e viram surgir, em concomitância, espécies literárias sobre acontecimentos coevos compostas segundo o paradigma a que eles se reportavam.

⁷⁴⁰ *Op. cit.*, p. 247.

⁷⁴¹ *Op. cit.*, p. 377.

“[O] terremoto acontecido em 1522 em Villa Franca (ilha de S. Miguel), foi celebrado n’essa forma, como conta João de Barros: «Do qual caso se fez uma Cantiga ao modo como acerca de nós se *cantavam os Romances* de cousas acontecidas.»”⁷⁴²

E mesmo os sucessos de outrora, aludidos pelo historiador quinhentista citado por Braga, foram objecto de criação poética segundo o mesmo modelo. Neste contexto, destaca os *Romances Nuevamente Sacados de Historias Antiguas*, por diversas vezes apontado, resultantes da conversão romancística de troços da *Crónica* de Afonso, o Sábio. Recorre, novamente, o polígrafo micaelense ao prólogo do próprio Sepúlveda, para o demonstrar; mas dele extrai, também, a voga das colecções do século XVI entre os poetas da corte. Embora o fragmento de Lorenzo arraste consigo alguma depreciação dos romances “velhos”, o que não colocou qualquer dúvida ao enaltecedor do Quinhentismo enquanto época de simbiose do tradicional e do erudito, transcreve-a para especificar os acervos hipoteticamente aí referenciados. Sepúlveda produzia a sua obra “«para aprovechar-se los que cantarlos quisieren, en lugar de otros muchos que yo he visto impresos y de muy poco fructo.»”⁷⁴³

As colecções aí aludidas, segundo o seu transcritor, seriam, “principalmente”, o *Cancionero de Romances* e a *Silva de Varios Romances*, obras por demais indicadas ao longo das suas páginas oitocentistas. Porém, a presente referência contém uma precisão relativamente às datas das edições do título de Antuérpia referidas, por regra, sem qualquer esclarecimento. O acervo de Antuérpia é datado ora de 1550, ora de 1555, ora de 1557; neste momento, não só oferece o título completo, “*Cancionero de/ Romances en que estan/*

⁷⁴² *Op. cit.*, p. 378.

⁷⁴³ *Op. cit.*, p. 390. Vide, também, *Historia da Litteratura Portuguesa, III, Os Seiscentistas*, p. 53.

recopilados la mayor par/te de los romances castell/anos que f asta ago/ra se han com/puesto”, como mostra conhecer a primeira e segunda edições na expressão “sem data e anterior á de 1550”.

O sucesso destas compilações levou, também, como ele próprio detectara já, a reimpressões das mesmas por outros livreiros, o que lhe foi sempre evidente ao registar as edições de Lisboa do *Cancionero de Romances* e do *Ramilhete de Flores*⁷⁴⁴. Também volta a incluir neste movimento editorial português, o primeiro *Romancero é historia del muy valeroso Caballero el Cid Ruy Dias de Vivar* (citado, agora, sem ser pela sua forma abreviada) e sua reedição de 1615⁷⁴⁵.

Mas por outros condicionalismos, eles próprios nefastos aos romances, explica o aparecimento de parte destas obras, quer em Portugal, quer em Espanha. Por um lado, a influência métrica da “Eschola italiana” que intentava substituir a “Medida velha” do romance “velho” pelo “endecasyllabo”, originou a reacção de poetas como Sepulveda e o aparecimento de obras como os *Romances Nuevamente Sacados*⁷⁴⁶. Por outro, as proibições inquisitoriais dos “Indices Expurgatorios”, nomeadamente o de 1581, incidindo sobre “«As Florestas hespanholas”, estimulou livreiros como “Manoel de Lyra”.

“Refere-se [esse *Index*] ás duas edições sem data da *Floresta de varios Romances*, de Valencia, sem anno, e que era formada da reunião do *Cancionero de Romances* e da *Silva de Romances*. [...] A proibição das *Florestas*, fez com que n’esse mesmo anno o livreiro Manoel de

⁷⁴⁴ “A collecção de Anvers foi reimpressa em Lisboa em 1581, por Manoel de Lyra [...] Em 1595 o livreiro Pedro Flores, imprimiu em Lisboa, na officina de Antonio Alvares, o *Ramilhete de Flores*, 4ª, 5ª e 6ª parte da «*Flor de Romances nuevos*, hasta agora nunca impressos...»”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 390.

⁷⁴⁵ *Op. cit.*, p. 454.

⁷⁴⁶ *Op. cit.*, p. 390.

Lyra reproduzisse em Lisboa uma edição do *Cancionero de Romances*, de Anvers de 1550, que consta de oitenta e dois romances [na realidade, a colecção inclui cento e oitenta e três], grande parte dos quaes ainda hoje persistem na tradição oral”⁷⁴⁷.

O surto de reedições em Portugal é, também, justificado pelo interesse manifestado por um estrato que não sendo considerado erudito, Braga vê com apetências culturais e entregue ao mesmo gosto dos poetas cortesãos. “As collecções dos Romances e Canções hespanholas reimprimiram-se com frequencia em Portugal, para satisfazer as necessidades da leitura da classe média.”⁷⁴⁸

O grupo social a que se refere é identificado pela evolução da própria história europeia, a qual apresenta, a partir do século XV, uma ascensão do povo à burguesia, fruto da sua aliança com a Realeza contra os poderes senhoriais. Com esta transformação, deu-se a “efflorescencia poetica” reconhecida no velho continente, resultante da longa elaboração medieval e das novas condições de liberdade popular⁷⁴⁹.

⁷⁴⁷ *Op. cit.*, pp. 403-404.

⁷⁴⁸ *Op. cit.*, p. 450.

⁷⁴⁹ *Op. cit.*, pp. 183-184.

3. A originalidade e a nacionalidade dos romances em Portugal

3.1. Os romances vieram de Espanha

Os seus primeiros estudos descrevem romanticamente a resistência de uma poesia não artificiosa, anterior a qualquer documentação⁷⁵⁰ e tratamento erudito, frente às tentativas de ostracismo geradas, na Idade Média, pela “aristocratisação da igreja e [...] pelo cultismo provençal”⁷⁵¹, repelida pela moda renascentista da arte poética italiana⁷⁵² e pelos *Index* eclesiásticos⁷⁵³.

Esta perspectiva da “poesia popular”, nomeadamente, dos romances, emerge da convicção wolfiana de que falta originalidade à poesia portuguesa. Braga conhece, seguramente, a opinião do erudito alemão sobre as literaturas castelhana e portuguesa (embora não a refira, reporta-se ao seu autor, por exemplo, na página 134 da *Historia da Poesia* de 1867, a propósito dos “romances mouriscos”) e dela conhece as considerações distintivas das poesias castelhana e portuguesa. Enquanto a primeira teve uma origem popular e uma base nacional, a segunda desenvolveu-se a partir de influências poéticas estrangeiras, o que a dotou de um carácter essencialmente imitativo, “en una palabra, [...] más receptiva que productiva”⁷⁵⁴.

⁷⁵⁰ “As primeiras poesias portuguesas, conservadas casualmente nos Chronicons, não são de origem popular [...]”, *Romanceiro Geral*, p. V.

⁷⁵¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 10.

⁷⁵² *Romanceiro Geral*, p. VI.

⁷⁵³ Na “Bibliographia de Romanceiros e Folhas volantes da poesia popular-jogralesca em Portugal, a contar do século XVI”, in *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 201-210, indica, entre as páginas 204-205, romances proibidos pelo “Index Expurgatorio de 1624”.

⁷⁵⁴ Ferdinand Wolf, *Historia de las Litteraturas Castellana y Portuguesa*, II, Madrid, La España Moderna, s.d.[1896], p. 447 (leio pela edição traduzida por Miguel de Unamuno e anotada por M. Menéndez y Pelayo). Teria Braga consultado a edição *princeps*, em alemão, *Studien zur Geschichte der spanischen und portugiesischen Nationalliteratur*, Berlin, 1859?

A vigência do pressuposto é transitória, embora só no final da década de setenta, na “Introdução” ao *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, o rebata directamente, atribuindo-o à elocubração wolfiana, no contexto da discussão das fontes tradicionais do acervo em referência⁷⁵⁵. Contudo, venceu o seu pensamento ao ponto de gerar afirmações negativas sobre a genuinidade da literatura portuguesa, em momentos posteriores à sua tese de um veio original nas criações nacionais. Vê-lo-emos.

A partir da lição de Wolf, escreve Braga na sua primeira *Historia da Poesia*, “a maior e a melhor parte dos romances que andam na tradição oral do nosso povo, vieram directamente da Hespanha”⁷⁵⁶ e no *Romanceiro Geral*, anotando as duas versões de **La infantina** (0164): as versões portuguesas são mais perfeitas e “quasi sempre mais bem acabadas do que as castelhanas. Saem da ultima demão.”⁷⁵⁷

Dois anos depois, reafirma que “[o]s romances pertencem ao povo hespanhol pela fatalidade da raça e pelo estado social que os produziu”⁷⁵⁸.

Pelo menos, cita-a nesta língua, em 1871, indicando mesmo o número da página a que quer fazer referência (a propósito dos trovadores portugueses e castelhanos que figuram no *Cancioneiro da Vaticana*). Vide *Historia da Poesia Portuguesa (Eschola Provençal)*, pp. 193.

⁷⁵⁵ No contexto da discussão das fontes tradicionais do *Cancioneiro da Vaticana*, Braga refuta a tese da falta de originalidade da literatura portuguesa defendida por Wolf. “Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, pp. XCVI-XCVII.

⁷⁵⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 137. Afirmações congêneres são abundantemente feitas quer nesta obra, vide pp. 22, 29, por exemplo, quer no *Romanceiro Geral*: “Quasi todos os romances portuezes são de origem castelhana e ainda se encontram nos Romanceiros hespanhoes”, escreve na p. 165.

⁷⁵⁷ *Romanceiro Geral*, p. 176. As versões são publicadas nas páginas 26-28 (**La infantina** + **El caballero burlado** + **La hermana cautiva** - 0164 + 0100 + 0169) e 28-29 (**La infantina** + **El caballero burlado** - 0164 + 0100).

⁷⁵⁸ “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. vj.

Todavia, começa, nesta altura, a suspeitar dessa tese redutora pensando que se fosse possível reunir

“as innumeras allusões aos romances populares que se encontram nos quinhentistas, recomporíamos o Romanceiro portuguez e veríamos que não sômos menos ricos do que os nossos vizinhos.”⁷⁵⁹

Além desta conjectura, o perfil étnico dos dois povos peninsulares leva-o a abrir outra fenda nessa construção e interroga, então, o leitor desenganando-o da conclusão wolfiana,

“[n]ão sômos nós do mesmo sangue, do mesmo tronco celtibero? não soffremos nós as mesmas modificações no cadinho da idade media da Europa?”⁷⁶⁰

A tese da falta de originalidade começa a ceder, não sem algumas hesitações.

3.2. Os romances são tão portugueses quanto espanhóis

Embora as duas nações sejam politicamente individualizadas, as suas tradições poéticas revelam não uma extrema proximidade, mas uma mesma identidade. Assim, a mal vista preponderância linguística castelhana e a respectiva influência poética⁷⁶¹ na corte de D. Manuel, expressa em 1867, embora não seja ultrapassada, pois escreve que

⁷⁵⁹ *Op. cit.*, p. xxxij.

⁷⁶⁰ *Op. cit.*, p. vj.

⁷⁶¹ “Pelas relações das côrtes de Hespanha e Portugal no reinado de Dom Manuel, torna-se exclusiva a influencia dos Romanceiros hespanhoes na poesia do nosso povo.”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 143.

“[n]o tempo de D. Manoel os romances hespanhoes eram de preferencia estimados em Portugal; [...] El-rei queria aliviar as saudades da filha de Fernando e Isabel com os cantares da sua patria. [...] Os belfurinhos portugueses, que iam ás cidades de Hespanha vender productos do Oriente, tambem traziam de lá boa copia de romances. [...] mais esta causa que não deixou florir o romance popular portuguez, e lhe imprimiu feições que lhe não eram naturaes”⁷⁶²

não impede a afirmação de que os

“mesmos [romances] andaram na tradição portugueza no seculo XVI, em tempo que a mente dos dois povos os elaborava ainda. [E prossegue adiante:] O velho Romanceiro hespanhol da ultima metade do seculo XV, o legitimamente popular, tanto é hespanhol como portuguez.”⁷⁶³

O facto das colecções os registarem em castelhano é explicado pela “curiosidade” de editores espanhóis quinhentistas e pelo correspondente desinteresse português - apesar do qual, os romances não foram apagados da memória portuguesa - e, pelas mesmas razões, justifica a sua superioridade numérica em Espanha. Em Portugal, apesar da recolha destas composições ser tão recente, ela assume uma importância valiosa, pois “tem dado o que ha de mais bello e mais antigo na poesia peninsular.”⁷⁶⁴ E leva mais longe a argumentação sobre a existência de uma arraigada e longa tradição nacional, ampliando a colecção, iniciada nas páginas de 1867, de citações e referências de romances em obras literárias e históricas portuguesas.

⁷⁶² “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. xxx.

⁷⁶³ *Op. cit.*, p. vij.

⁷⁶⁴ *Ibidem.*

Contudo, é nas “Notas” da colecção açoriana que Braga, numa atitude bastante invulgar ao longo da sua obra, explicitamente afirma ultrapassar a sua tese inicial - por certo, deslumbrado com as versões exumadas da tradição por Teixeira Soares de Sousa - embora não identifique a fonte da sua anterior convicção.

“Nos primeiros trez volumes do *Cancioneiro e Romanceiro geral portuguez* duvidavamos da originalidade do nosso povo; agora sentimos o prazer de restituir ao povo portuguez a parte que lhe cabe na elaboração dos romanceiros da Península.”⁷⁶⁵

Compara o *corpus* romancístico publicado em ambos os países, e contabiliza noventa poemas “puramente *anonymos* e bellos” (tradicionais, quer dizer) nas colecções espanholas⁷⁶⁶. Em Portugal, euforicamente, sobe a cota para cem, não indicando, porém, em nenhum dos casos, as respectivas espécies nem tão pouco as bases da sua quantificação.

Será necessário esperar por um texto de 1875⁷⁶⁷ para se confirmar que o seu raciocínio partia da leitura crítica do *Romancero* de Durán. Entre os “dois mil e tantos romances” dessa colecção, a grande parte afigura-se-lhe “de elaboração individual”; a restante minoria, essa sim, comparável às versões editadas em Portugal, constitui o verdadeiro *corpus* tradicional espanhol, “o

⁷⁶⁵ *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 417.

⁷⁶⁶ “A parte mais bella dos romances hespanhoes constará, quando muito, de cem romances anonymos [...]”, “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, p. vij. “Os dois mil romances do Romanceiro hespanhol, não valem mais do que os nossos cem; aquelles, tirando-lhes pouco mais de noventa, puramente *anonymos* e bellos, foram escriptos por litteratos conhecidos [...]”, *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 417.

⁷⁶⁷ “[**Romancero del Cid**, nueva edicion añadida y reformada sobre las antiguas, que contiene doscientos y cinco romances recopilados, ordenados publicados por Carolina Michaelis. Leipzig, F. A. Brockhaus. 1871 1 vol. In-8º p. x, 368]”, pp. 337-341.

legítimo Romanceiro nacional de Hespanha”⁷⁶⁸ e não ultrapassa (na sua opinião em 1875) a centena de exemplares.

Também resultado de uma entusiasmada e forçada afirmação da superioridade nacional é a extrapolação que faz da diferença de critério editorial entre as suas colecções e a de Nucio, do século XVI. Convencido da antiguidade das suas versões açorianas, considera a tradição portuguesa mais rica pela “abundancia de variantes, e a diversidade de versões, ao passo que o colector hespanhol só appresenta uma lição contemporanea das nossas.”⁷⁶⁹

Neste raciocínio apressado e pouco rigoroso que não pondera, sequer, a forçosa diferença de critérios editoriais, anuncia-se o inequívoco abandono da ideia de imitação e a confirmação da tese da elaboração simultânea dos romances “pelo genio da mesma raça a que os dois povos pertencem”⁷⁷⁰.

De facto, alguns estudos posteriores renovam a hesitação frente à questão da originalidade, nomeadamente nos *Estudos da Edade Media*, tão próximos cronologicamente dos *Cantos*, “[d]a Hespanha saíram os Romanceiros, a ultima criação epica da humanidade”⁷⁷¹, mas a verdade é que parte do excerto das “Notas” dos *Cantos* agora considerado, é incorporado nas “Notas” de 1909⁷⁷² que marcam o período final da sua investigação sobre os romances.

⁷⁶⁸ *Op. cit.*, p. 338.

⁷⁶⁹ *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 416.

⁷⁷⁰ *Ibidem*.

⁷⁷¹ *Estudos da Edade Media. Philosophia da Litteratura*, p. 159.

⁷⁷² *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 505.

Entretanto, no início dos anos oitenta, reitera a opinião expressa em 1869 e dela extrai mesmo consequências a nível dos próprios estudos sobre o género. Se as composições têm uma elaboração paralela, formando duas tradições, cada reportório é subsidiário para o conhecimento do próprio Romanceiro peninsular.

“A tradição apparece por vezes commum a Portugal e Hespanha, o que revela uma mesma fonte primordial [...]; isto basta porém, para que os Romanceiros se estudem como um documento ethnico, tomando os dados do problema de ambos os paizes, para d’elles tirar as conclusões geraes.”⁷⁷³

E a mesma ideia reaparece já na última fase dos seus estudos, no início do século XX, aplicada no âmbito da poesia lírica tradicional do sul da Europa⁷⁷⁴.

2.3.3. Os romances são “mosárabes”; as versões são portuguesas ou espanholas

Uma das fracturas da sua opinião sobre a nacionalidade espanhola dos romances é, como se viu, de natureza étnica e dela resulta a teoria expressa nos *Cantos açorianos*, os romances são uma criação do génio comum aos dois países peninsulares.

A mesma afirmação é feita no volume introdutório da *Historia da Litteratura*, atribuindo a originalidade das composições à etnia matricial dos dois povos.

⁷⁷³ *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 31.

⁷⁷⁴ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. VII.

“No periodo epico de formação dos Romanceiros da Península, do século XIV ao século XVI, a mesma corrente da inspiração popular passou de Hespanha para Portugal; era o mesmo sangue mixto, o mesmo genio aventureiro e amigo de ouvir falar de extranhos sucessos, que fazia florescer em Portugal uma das mais esplendorosas poesias da idade media.”⁷⁷⁵

Contudo, como é perceptível no fragmento transcrito, a hesitação de que falava mantém-se, pois admite uma certa precedência espanhola, ainda influenciado pela tese wolfiana, apesar de, nesta altura, estar já convencido da existência de uma literatura portuguesa.

A originalidade dos romances é mosárabe e a sua marca étnica e poética nas composições assume toda a evidência, para Braga. Esta determinação étnica gera, por vezes, incongruências na datação do nascimento do género. Se no excerto anterior, a situa nos séculos XIV-XVI, tendo como referência as suas convicções sobre os primeiros registos poéticos, quando raciocina em termos étnicos e políticos (a formação de Portugal), antecipa o momento genesiaco, “a raça *mosarabe* [...] no século XII deu fôrma á sua poesia nos *Romanceiros*”⁷⁷⁶.

Ressonância dos estudos do erudito alemão estão, também, subjacentes à sua consideração de que “os romances carolinos [...] são todos de origem hespanhola”⁷⁷⁷, explicando o facto não pelo desconhecimento, em Portugal, desse “cyclo” mas pela dificuldade em se difundir, dada a exagerada influência latinista e a elaboração épica do país vizinho.

⁷⁷⁵ *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, p. 13.

⁷⁷⁶ *Op. cit.*, p. 50.

⁷⁷⁷ *Op. cit.*, p. 140.

Mas a tese da elaboração simultânea é, para si, inquestionável e provada pela antiguidade das versões açorianas. Reclama, aliás, como sua a descoberta desse arcaísmo, embora com justiça não sugira que as composições tenham resultado do seu trabalho de pesquisa.

“A grande criação epica do povo portuguez no seculo XIV e XV [...] existiu. Cabe-nos a gloria de a termos descoberto: Quando no seculo XV foram descobertas as ilhas dos Açores, os colonos que para ali foram mandados levaram os romances como andavam na tradição oral do tempo; desde a colonisação até ao presente [...] esteve incommunicavel [...]. O resultado d’esta rica descoberta está nos *Cantos populares do Archipelago açoriano*.”⁷⁷⁸

O reconhecimento de um Romanceiro português está intimamente ligado à afirmação da existência de uma literatura nacional. Se ela se manifesta com dificuldade por sermos um “povo formado artificialmente” e tardiamente de Espanha

“[n]o seculo XII se desmembrou [de Espanha] o reino de Portugal; neste tempo já estavam formadas as linguas romanas; já existiam trovadores; já se achavam ateadas as revoltas communaes; já os principios do direito romano iam revelando as audaciosas tradições imperialistas; já os grandes cyclos epicos percorriam a Europa; já as Cruzadas começavam a enfraquecer o feudalismo. O que cabia ainda para crear a este povo que se agrupava tão tarde?”⁷⁷⁹

e por nela ter influído, de uma forma determinante, o elemento clássico, sobretudo o latino, logo na sua formação

⁷⁷⁸ *Op. cit.*, pp. 277-278.

⁷⁷⁹ *Op. cit.*, p. 46.

“[f]azer a historia da Litteratura portugueza é mostrar como o genio mediévico teve uma diminuta revelação entre nós, por causa da excessiva auctoridade com que os modelos classicos se impozeram á admiração até hoje”⁷⁸⁰

não decorre desse facto a sua improbabilidade. O próprio Romanceiro o documenta como expressão do génio da raça, apesar das influências estrangeiras entretanto nacionalizadas - de resto, sempre admitidas na formação do género, nomeadamente, as carolíngias e as arturianas.

“por muito tempo, antes de Garrett e do Cancioneiro e Romanceiro geral Portuguez, se acreditava que o nosso povo não tinha poesia nacional, ou pelo menos lhe faltara a originalidade nos seus romances.”⁷⁸¹

Para além da oscilação conceptual que não consegue evitar, apresenta alguma clarividência relativamente a dois aspectos. Por um lado, distingue a questão da originalidade e da especificidade das composições portuguesas e espanholas; por outro, debate estes problemas prevenindo os vícios de preconceitos regionalistas e nacionalistas.

Se a originalidade é uma questão supranacional, com pertinência apenas ao nível dos romances, a especificidade está intimamente ligada à nacionalidade e assume significado ao nível das versões. Os romances não são portugueses ou espanhóis, a sua originalidade é mosárabe. As versões revelam particularidades locais, características distintivas e, nesse sentido, assumem-se com uma individualidade portuguesa ou espanhola; o estatuto de umas em relação às outras não é de menor genuinidade mas de equivalência, o mesmo se aplicando aos *corpora* nacionais que formam. Em ordem a este raciocínio,

⁷⁸⁰ *Op. cit.*, p. 3.

⁷⁸¹ *Op. cit.*, p. 13.

Braga passa a referir-se, preferencialmente, não ao Romanceiro português e espanhol mas aos Romanceiros peninsulares.

É certo que, ao enunciar esta distinção, Braga usa, por vezes, indiferenciadamente a terminologia “versão” e “romance”, provocando dúvidas quanto ao seu pensamento. Contudo, e apesar dessa indistinção, pode interpretar-se contextualmente a existência dos dois conceitos, no fragmento:

“O romance de *Yseult* andou também na versão popular; conhece-se pelo episódio da *herva fadada*, que entretece a acção. O nome de Yseult acha-se transformado em [...] *Ausêa* nos romances hespanhoes e em *Ausenda* na versão oral portugueza.”⁷⁸²

Adverte, então, que o problema da originalidade não deve ser entendido na oposição dos dois povos peninsulares,

“[e]m Portugal dava-se a mesma corrente poetica, no mesmo momento, com a mesma intensidade, porque o povo hespanhol e portuguez é ethnographically só um - o *Mosarabe*”⁷⁸³

ou mesmo de regiões administrativas, “as divisões politicas, os odios suscitados entre localidades nada tem de organico”⁷⁸⁴ mas no universo étnica e poeticamente indivisível que produziu essas composições.

No início dos anos setenta, a ideia de influência espanhola deixa de assumir qualquer pertinência ao nível da discussão sobre a origem dos romances e, na verdade, nem sequer no plano da sua evolução. Apesar de a

⁷⁸² *Op. cit.*, p. 155.

⁷⁸³ *Op. cit.*, p. 276.

⁷⁸⁴ *Op. cit.*, p. 277.

verificar ao longo dos séculos XVI e XVII, na época posterior à primitiva elaboração simultânea, restringe-a, na primeira *Historia da Litteratura*, à classe erudita portuguesa.

“Se folhearmos os escriptores que alludiram aos romances populares do seculo XVI, só acharemos referencias a versões espanholas, e quasi sempre na propria lingua em que foram escriptas”⁷⁸⁵.

Esses criadores eruditos, acrescenta, não citavam apenas versos dessas composições, importavam até os procedimentos criativos cultos espanhóis. Nomeadamente, o da conversão das crônicas em poemas com forma de romance, o da glosa lírica dos mais afortunados e a criação musical “para a letra do povo, que nascera ao som de uma melopêa dolorosa”⁷⁸⁶.

“Por este tempo dava-se em Hespanha um phenomeno curioso, nada menos do que a reacção de um grande facto da idade media: assim como os romances epicos tinham sido diluidos em prosa para servirem de fontes e de auctoridades historicas, dava-se tambem agora a sua contraria [...] É esta a phase épica da Hespanha, que actuou em Portugal unica e exclusivamente no seculo XVI e XVII, em Jorge Ferreira, em Gil Vicente, em Bernardim Ribeiro, em D. Francisco Manuel de Mello, em Balthazar Dias, e em poucos mais.”⁷⁸⁷

Portanto, a determinação da influência espanhola não é feita no âmbito da tradição portuguesa mas ao nível da recriação erudita dessas composições e não admite outras consequências para além do ostracismo a que devotou o Romanceiro em Portugal, conservado apenas entre o povo, até o Romantismo o

⁷⁸⁵ *Op. cit.*, p. 282.

⁷⁸⁶ *Op. cit.*, p. 280.

⁷⁸⁷ *Op. cit.*, p. 279.

exumar da tradição oral moderna - de descobrir “a existencia dos nossos cantos populares”⁷⁸⁸.

Como se observou, as *Epopêas da Raça Mosárabe* não reconhecem esta restrição e verificam não uma unilateral influência mas o intercâmbio das duas tradições. Assim como em Portugal se conheceram versões espanholas, documentadas nas alusões de autores dos séculos XVI-XVII, também a Espanha chegaram as composições que corriam em língua nacional.

A ideia de reciprocidade entre as duas tradições estava já (embrionariamente) subjacente à afirmação de 1867 sobre a existência de temas portugueses nas colecções quinhentistas espanholas. E o *Romanceiro Geral*, mesmo imbuído da convicção da falta de originalidade do *corpus* nacional, abre ainda assim, uma secção para os “Romances de supposta origem portuguesa”, nos quais são incluídos os temas **Silvana + Delgadina** (0005 + 0075)⁷⁸⁹, **Bernal Francés + La aparición** (0222 + 0168)⁷⁹⁰, **Conde Niño** (0049)⁷⁹¹, **La condesita** (0110)⁷⁹², **Don Alejo muerto por traición de su dama** (0546)⁷⁹³, **La mala suegra** (0153)⁷⁹⁴, **La bastarda y el segador** (0161)⁷⁹⁵, **Flérída y don**

⁷⁸⁸ *Ibidem*.

⁷⁸⁹ Braga (1867) 30-34, reedição de Garrett II (1851) 109-115.

⁷⁹⁰ Braga (1867) 34-36.

⁷⁹¹ Braga (1867) 37-38.

⁷⁹² Braga (1867) 38-40.

⁷⁹³ Braga (1867) 40-42.

⁷⁹⁴ Braga (1867) 42-45.

⁷⁹⁵ Braga (1867) 45-47 [reedição de Garrett II (1851) 98-104] e 50-52.

Duardos (0431)⁷⁹⁶, **La difunta pleiteada** (0217)⁷⁹⁷, **Muerte del príncipe D. Juan** (0006)⁷⁹⁸, **Nau Catrineta** (0457)⁷⁹⁹.

Deste grupo, nem todos manterão essa classificação ao longo dos estudos posteriores, considerando mesmo, nas *Epopêas*, que esta é “uma classe hypothetica”⁸⁰⁰ sujeita às ulteriores investigações fora de Portugal. Outros surgirão como portugueses; no estudo do *Thesouro da Lingua Portuguesa* e na sua reedição da primeira *Theoria*⁸⁰¹, contempla dois destes, a **Muerte del príncipe D. Juan** (0006)⁸⁰², a **Nau Catrineta** (0457)⁸⁰³ e a **Nau Catrineta + El castigo del sacristán** (0457 + 0536)⁸⁰⁴, e a **Santa Iria** (0173)⁸⁰⁵, incluído este último nas “Lendas piedosas” do *Romanceiro Geral*.

Em 1871, mais liberto do preconceito wolfiano, reconhece a paridade dos “Romanceiros” peninsulares e, nessa medida, não evita a ideia de influência mútua.

⁷⁹⁶ Braga (1867) 48-50.

⁷⁹⁷ Braga (1867) 53-55, reedição de Garrett III (1851) 116-122; a versão garrettiana já havia sido reimpressa in Bellermann (1864) 152-158.

⁷⁹⁸ Braga (1867) 55-58, reedição de Garrett III (1851) 32-35.

⁷⁹⁹ Braga (1867) 58-59.

⁸⁰⁰ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 363.

⁸⁰¹ In Frei Domingos Vieira, *Grande Dicionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, I, p. CCXX e *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 29.

⁸⁰² Garrett III (1851) 32-35 reeditada in Braga (1867) 55-58.

⁸⁰³ Versões publicadas conhecidas por Braga: Garrett III (1851) 89-93; Braga (1867) 58-59; Braga (1869)/Braga (1982) 285-287, 287-289, 290-292 e 292-295.

⁸⁰⁴ Braga (1869)/Braga (1982) 295-297.

⁸⁰⁵ Versões publicadas conhecidas por Braga: Pereira da Cunha (1844) 329 reeditada in Braga (1867) 126-127; Garrett (1846) 377-378 reeditada in Braga (1867) 123-124; Braga (1867) 125-126. É possível que conheça a versão Bellermann (1864) 20-22, embora não a reedite nem a ela se refira, na *Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção*, p. 131, indica o autor como um dos que se dedicou ao estudo da poesia nacional.

Claro que outros autores, de quando em quando, lhe colocarão o problema do erudito alemão mas Braga encontra explicações não na génese ou na história dos romances mas nas fontes e nos critérios usados por eles.

“Diz Du Puymaigre, que os romances portugueses são mais bem metrificadas e dramatisados do que os do Romanceiro hespanhol, circunstancia que o levou a crêr serem os nossos resultado de uma segunda elaboração mais moderna. É esta a ideia que hoje reina na Europa; teve culpa d’isto Garrett com os seus aperfeiçoamentos.”⁸⁰⁶

Na recensão crítica a *La Literatura Portuguesa en el Siglo XIX* de Romero Ortiz, reitera a argumentação: o historiador espanhol não se apercebe de que a *Adozinda* “não pertence ao estudo da tradição”⁸⁰⁷ e Du Puymaigre considera os romances portugueses traduções dos espanhóis por tomar como autênticas as versões garrettianas⁸⁰⁸.

As *Epopêas* desenvolvem a afirmação do género como expressão poética do génio da raça e, correlativamente, as suas versões como poesia nacional. No entanto, acrescentam uma nova perspectiva. Debatem o problema não só no universo peninsular mas no próprio quadro português.

Étnica e poeticamente, o país de Braga é formado pelos dois “elementos” distintos e opostos, o “*gothico-romano*” e o “*gothico-arabe*” cuja expressão literária se manifesta nas “canções gallezianas” e nos “romances”, respectivamente.

⁸⁰⁶ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 357.

⁸⁰⁷ “[Sobre **La Literatura portuguesa en el siglo XIX. Estudio literario** por D. Antonio Romero Ortiz. Madrid, Tip. De Greg. Estrada, 1870]”, *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, p. 36.

⁸⁰⁸ *Op. cit.*, p. 33. A esta opinião de Du Puymaigre se refere, também, no *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 456.

“O antagonismo político entre os dois elementos da mesma nacionalidade não é menos sedento na luta das duas poesias, a *mosarabe* (correspondendo às criações épicas da língua d’Oil) e a *galleziana*, (correspondendo ao lirismo subjectivo da língua d’Oc).”⁸⁰⁹

Perante esta oposição inconciliável mas constituinte da nacionalidade, qual a base de legitimação da tese dos romances - e não das “canções gallezianas” - como poesia nacional? Sem qualquer hesitação e romanticamente, constrói provas de que a autenticidade reside no elemento mais conservador das tradições, no que se manteve popular e não cedeu à romanização (cuja influência não foi “organica”, apenas conjuntural), à aristocratização, ao “canonismo catholico” e à imitação do lirismo provençal - o “*gothico-arabe*”, configurado no mosárabe. E, portanto, é a sua manifestação poética a mais genuína, os romances.

Para além desta argumentação legitimadora, está subjacente à sua tese, dada a sua insuperada formação romântica, outra razão afluída no excerto agora transcrito: os romances afiguram-se-lhe poesia nacional porque os reconhece como “criações épicas”, ao contrário das “canções gallezianas”, líricas.

2.3.4. Influências estrangeiras nos “Romanceiros” peninsulares

Compreende-se que o problema da originalidade e da nacionalidade assuma também pertinência num contexto que ultrapassa o universo peninsular, dado o processo genético deste tipo de composições. Desde os artigos do *Jornal do Commercio* que a influência francesa é admitida e particularmente destacada

⁸⁰⁹ *Epopeas da Raça Mosárabe*, p. VI.

nos romances em Portugal, quer indirectamente, numa primeira visão, quer por uma acção não intermediada por Espanha, convicção posterior. Como pode Braga reiterar a genuinidade desta criação poética mosárabe, espanhola e portuguesa, se

“[d]os oitenta romances anonymos que ainda existem, apenas tres se referem a assumptos da historia portugueza [...] Todos os outros versam sobre assumptos que nos não pertencem, que vieram de fóra, uns do cyclo de Carlos Magno, outros da Tavola Redonda”⁸¹⁰?

Neste excerto de 1871, Braga não faz referência aos temas propriamente espanhóis mas sabe-se como a sua existência nunca se colocou como problema nos seus estudos. No ano anterior a esta estimativa, e na vigência da mesma concepção sobre a origem e a história dos romances, identifica as influências externas e delimita o âmbito do labor poético peninsular e nacional.

“Os Romanceiros da Peninsula são a ultima criação epica da Humanidade; ha n’elles duas correntes de inspiração, uma estrangeira e outra nacional. A estrangeira, e primeira que influiu sobre a criação poetica, eram os romances do cyclo de Carlos Magno [...]; este cyclo prendeu-se organicamente ao genio peninsular pelo sentimento das raças germanicas, modificado pela cultura latina [...] e do espirito francez. A segunda corrente de inspiração é propriamente nacional; [...] dá-se a substituição dos heroes carolinos pelos guerreiros irmãos do povo que os cantava; esta tendencia facilitou tambem a acceitação dos romances de aventuras do cyclo bretão.”⁸¹¹

⁸¹⁰ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXX. Fragmento reeditado in *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 29.

⁸¹¹ *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, pp. 275-276.

Assim definidas as duas componentes da acção criadora, a estrangeira e a nacional, a primeira constituída pelas influências carolíngia e arturiana e a segunda pela acção de assimilação e adaptação, pareceria, numa primeira leitura, haver uma sobrevalorização da “inspiração” não peninsular, restringindo-se a outra a uma “nacionalização” de elementos estranhos.

Todavia, neste fragmento, estão contidas referências a ideias que obstam a essa interpretação. Alude Braga ao facto das composições carolíngias (impropriamente chamadas “romance”, como é evidente; *vide* apartado sobre a evolução do significado de romance) serem apropriadas “organicamente [...] pelo sentimento germanico” - ao fazê-lo, está a identificar essa influência com a própria essencialidade poética nacional, mosárabe, cuja raiz germânica (“cantos gothicos”) é semelhante à matriz das tradições carolíngias (as “cantilenas”). Neste sentido, a “inspiração” do ciclo de Carlos Magno, embora “estrangeira”, encontra, na Península, o génio da sua própria matriz e por isso se torna fecunda. A “nacionalização” de elementos poéticos vindos de França assume-se, assim, uma revitalização de um germen preexistente.

Era, aliás, um argumento muito semelhante a este, como foi observado, que Braga usou na primeira *Historia da Poesia*, para explicar a fortuna das tradições arturianas em Portugal. A adopção da influência da Távola Redonda, cuja raiz seria celta, deveu-se ao fundo igualmente celta do povo.

Continua, portanto, vigente, a originalidade mosárabe dos romances e a especificidade das versões portuguesas e espanholas.

2.3.5. *Alguns equívocos aparentes criados pela expressão apressada*

Ao longo da leitura dos escritos de Braga, encontram-se, por vezes, pequenos fragmentos que interrogam a linha de pensamento dominante desse período. Torna-se necessário, então, contextualizá-los para se compreender o seu verdadeiro alcance. Por regra, trata-se de um comentário circunstancial a uma obra ou a um autor, ou uma consideração apenas relativa à tendência literária “gothico-roman[a]”, que surge numa formulação facilmente interpretável como tese de aplicação geral à criação nacional; ainda noutros casos, são afirmações cujo significado se compreende apenas por referência ao de outras contemporâneas que as completam ou esclarecem.

Exemplificam-no dois excertos particularmente desconcertantes se destacados da linha evolutiva do pensamento de Braga. Um, do *Manual da Historia da Litteratura*, de 1875:

“Como não existiam *tradições* organicas, que interessassem o entusiasmo do povo e o provocassem a transmittil-as, pode-se dizer que o povo ficou mudo até ao tempo de D. João I, em que nos apparecem os seus primeiros cantos”⁸¹².

E outro da *Historia do Romantismo*, de 1880:

“Em Portugal, nunca os escriptores receberam inspiração das tradições nacionaes, por um motivo muito facil de explicar: porque não tivemos nacionalidade”⁸¹³.

⁸¹² *Manual de Historia da Litteratura Portugueza*, p. 31.

⁸¹³ *Historia do Romantismo em Portugal*, p. 90.

No primeiro caso, não é possível credibilizar uma interpretação que veja Braga datar dos finais do século XIV os primeiros cantos “populares”. Sabe-se como os reconhecia em textos historiográficos anteriores e como admitia uma tradição poética ainda mais arcaica profundamente implantada na Península. É esta a lição que, de resto, perpassa todo o *Manual*. O fragmento transcrito aponta noutro sentido, no da valorização do período de D. João I, por corresponder a uma fase de ascensão e protagonismo popular na história nacional, depois da perseguição perpetrada pela aristocracia, pela Igreja e pela cultura latinista à tradição mosárabe que teve de se reservar e sobreviver proscrita.

O segundo excerto colide com as convicções repetidamente expressas, durante a década de setenta, sobre a existência de uma literatura e de uma nacionalidade portuguesas, as quais o levaram a contestar, em 1878, no estudo introdutório ao *Cancioneiro da Vaticana*, a autoridade da tese wolfiana e que são reiteradas no ano seguinte ao da *Historia do Romantismo*, na *Theoria da Litteratura*.

Na mesma data dessa designada terceira edição da *Theoria*, Braga publica nas citadas *Questões de Litteratura e Arte*, um texto intitulado “A Nacionalidade e a Litteratura”⁸¹⁴ que desvanece qualquer dúvida relativamente às suas convicções sobre a identidade nacional e literária, nomeadamente, do Romanceiro português, e deixa perceber que o erudito tinha, na *Historia do Romantismo*, como referência, apenas os escritores eruditos, por regra classificados pelo seu afastamento do veio tradicional.

Mas esse estudo tem um acrescido interesse por manifestar uma nova visão da identidade nacional, da sua formação, embora sem acentuadas

⁸¹⁴ In *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*, pp. [7]-17.

consequências no plano do entendimento sobre a literatura e o Romanceiro. Portugal é interpretado como uma nação histórica, símbolo da independência dos antigos estados peninsulares e paradigma de resistência à hegemonia espanhola. A sua origem foi

“consequencia da agitação separatista dos diversos estados peninsulares; [...] Enquanto os outros estados se annexam, se unificam nos dois centros de Aragão e de Castella, que por seu turno se fundem em 1469 a 1504 na unidade politica hespanhola, Portugal permanece sempre independente, através de todos os cataclysmos historicos da Peninsula, como o modelo dos antigos estados livres hispanicos.”⁸¹⁵ (Sublinhado nosso).

A sua nova perspectiva não altera a ideia de uma literatura nacional, antes a reforça, nomeadamente, confirmando-a como expressão desse “genio” de liberdade nem tem consequências ao nível da concepção sobre o Romanceiro. Continua a considerar os “romances peninsulares, communs a Hespanha e a Portugal, provenientes do fundo ethnico d’onde emergiram os dois povos.”⁸¹⁶.

2.3.6. *A persistência da tese*

Mesmo n’*O Povo Portuguez* - obra que surge (também) da necessidade de Braga caracterizar étnica e etnograficamente o “povo” no momento em que defende uma perspectiva de federalismo ibérico assente na ideia de independência e liberdade,

⁸¹⁵ *Op. cit.*, pp. [7]-8.

⁸¹⁶ *Op. cit.*, p. 15.

“a nacionalidade portuguesa tem outras razões de ser para que [...] fique mais do que uma provincia de Hespanha. [...] Importa reconhecer o facto das diferenciações etnicas, aproveitar as suas diversas energias locais, e por isso a civilização da Peninsula só entrará num curso definitivo quando todas essas diferenças provinciais forem reconhecidas numa unificação consciente por meio da forma politica da federação”⁸¹⁷

- a originalidade dos romances não pertence a qualquer dos povos peninsulares mas à sua etnia comum⁸¹⁸.

Esta é, de resto, a sua tese de novo exposta em textos posteriores. Não reconhece qualquer contradição entre a especificidade da tradição portuguesa e o seu entendimento no contexto de uma unidade de contornos peninsulares e, em simultâneo, ocidentais, também. Essa individualidade desenvolve-se especialmente nos séculos áureos da sua literatura mas a sua matriz étnica-poética é comum à Hispânia e ao ocidente europeu.

“[É] n’este activo periodo, que abrange os fins do seculo XIV e todo o seculo XV, que as tradições peninsulares, persistentes e sobreviventes de um longo passado, se adaptam á expressão do sentimento nacional.”⁸¹⁹

Justamente o que exprime na última das suas *Historia da Poesia*, comentando a teoria, já analisada, do colector dos romances madeirenses:

“Portugal não recebeu essas tradições da Hespanha iberica, nem da Italia, Bretanha ou França do norte, mas esses *themas communs* aos povos occidentaes

⁸¹⁷ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, p. 74.

⁸¹⁸ *Op. cit.*, p. 68.

⁸¹⁹ *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 65.

demonstram o individualismo vigoroso e persistente da nossa raça. É o que se começa a compreender, desde que em vez de determinar á tóa fócios de irradiação tradicional se reconstitue o fundo commum ethnico pelas persistencias populares.”⁸²⁰

E nesta mesma obra retoma uma argumentação antiga de carácter histórico para provar a existência de uma tradição portuguesa na qual se espelha uma unidade que a transcende⁸²¹.

Reportámo-nos à inisistente referência ao facto de surgirem citações romancísticas em obras vicentinas anteriores às primeiras colecções espanholas, as quais se repetem em textos de Camões e António Prestes, entre outros. Acrescenta a esta apontada evidência a especificidade das versões da tradição oral moderna portuguesas, mas, em simultâneo, a sua proximidade relativamente aos “*Romances velhos*”, na sua visão, as composições editadas nessas colecções seiscentistas de Najera e de Nucio. Neste sentido, aconselha mesmo o cotejo das espécies exumadas no seu tempo com as impressas na *Silva* e no *Cancionero de Romances*.

É verdade que neste afã, comete imprecisões desnecessárias. Conhecendo a composição de Montesino e o poema editado por Gaston Paris sobre a morte de D. Afonso⁸²², não hesita em considerar o romance originariamente português (tratar-se-à esta questão Braga3). E do mesmo modo caracteriza **La batalla de Lepanto** (0112).

A constatação dos mesmos temas em composições modernas portuguesas, castelhanas, asturianas, catalãs e galegas não lhe questiona o

⁸²⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 273-274.

⁸²¹ *Op. cit.*, pp. 504-505.

⁸²² *Op. cit.*, pp. 309-310.

problema da originalidade ou da nacionalidade, bem pelo contrário, demonstra o “fundo commum peninsular”. Por outro lado, a verificação de temas numa ou mais destas regiões e a sua inexistência noutra não é visto como um argumento contundente contra a sua tese, bem pelo contrário, prova-lhe a inconsistência da ideia de um núcleo geográfico genético, centro verdadeiramente criador.

As colecções de poesia tradicional europeia “em que abundam os paradigmas do Romanceiro portuguez”⁸²³ também fundamentam, na sua opinião, a impossibilidade de se admitir a tese da originalidade privativa de uma região específica.

2.3.7. A ratificação da tese pela crítica a Carolina Michaëlis de Vasconcelos

É evidente que a referência a um núcleo criador advinha da leitura das opiniões de Menéndez Pelayo e de D. Carolina sobre a génese exclusivamente castelhana dos romances. A elas se reporta explicitamente na *Historia da Litteratura* de 1914, dedicada à *Renascença*, discutindo os seus fundamentos e retirando-lhe qualquer validade⁸²⁴.

Contra elas, afirma: “A fôrma do Romance é commum a todo o Occidente, e os seus themas poeticos subsistem similares entre os povos meridionaes”⁸²⁵. E repudia a ideia de inexistência de qualquer participação portuguesa nessa origem remota e, consequentemente, a de falta de originalidade nacional.

⁸²³ *Op. cit.*, p. 536.

⁸²⁴ *Historia da Litteratura Portuguesa, II, Renascença*, pp. 268-280.

⁸²⁵ *Op. cit.*, p. 269.

A primeira base de sustentação da tese de Braga - e a qual arremeça contra os eruditos, pelo seu desconhecimento - é, como desde logo se podia prever, de natureza “anthropologica” mas acrescenta, também, razões de natureza literária e poética. Acusa a influência de Menéndez Pelayo nas opiniões da investigadora da literatura portuguesa mas rebate, sobretudo, as afirmações dos “Estudos sobre o Romanceiro Peninsular”.

Contrapõe, então, no contexto dos estudos “anthropologicos”, duas ideias, as quais, no entanto, não desenvolve nem fundamenta: “[s]cientificamente não ha *originalidade* quando se trata da tradição, transformando-se sempre na sua continuação”⁸²⁶ e “[a] theoria dos *centros de irradiação* foi um preconceito, que o estudo scientifico dissolveu”⁸²⁷.

Com a primeira, como é evidente, tenta reduzir a pertinência da questão, porém, ao fazê-lo, o exercício tem um efeito perverso. Minimiza, também, os seus próprios estudos realizados nesse sentido. Aliás, tendo em conta o conjunto das páginas de Braga, essa afirmação seria mais facilmente atribuída a outra pena que não a sua. Nada parece tão estranho ao pensamento do polígrafo.

Contudo, é possível entrever nela um outro significado, a afirmação da antiguidade das tradições ao ponto de não ser possível determinar uma (e apenas uma) origem da tradição. Relembremos a sua tese algo silogística: as tradições correspondem ao “genio” de uma raça, esta é o produto de uma miscigenação étnica, logo, a origem e a originalidade das tradições não pode ser encontrada num só elemento étnico. Portanto, o que Braga pode querer afirmar é que a originalidade do Romanceiro não pode ser privativa dos castelhanos

⁸²⁶ *Op. cit.*, p. 270.

⁸²⁷ *Ibidem*.

assim como não pode ser identificada com outro povo. O “castelhanismo” seria tão redutor como o “germanismo” ou o “celtismo” e essas teorias “exclusivistas”, vimo-lo, foram abandonadas pelo crítico - pelo menos, nas suas palavras.

A segunda ideia, a da negação dos “*centros de irradiação*”, esteve desde sempre contida nas suas palavras. É verdade que em alguns dos seus primeiros estudos parece aceitar a existência de um núcleo genético a partir do qual se difundiam as tradições - seja a Provença⁸²⁸ ou a Aquitânia⁸²⁹ - porém, o desenvolvimento das suas teses étnicas e “anthropológicas” não lhe permitirá a manutenção desse pressuposto. Prefere o princípio de um “*fundo commum*” das tradições das várias nacionalidades, as quais, definidas, coordenadas e estudadas permitem o conhecimento dessa espécie de magna étnico-poético.

“Não podemos explicar esta similaridade pela simples propagação de povo a povo; a extensão destes paradigmas é imensa, e por isso, à parte uma ou outra renovação, tudo deriva de um fundo étnico primordial.”⁸³⁰

Uma das consequências desta sua convicção manifesta-se na tese da elaboração simultânea do Romanceiro peninsular por parte de Espanha e Portugal, a qual coincidiu com a criação da própria balada europeia.

⁸²⁸ Em 1867, considera ser a “Provença [...] o ponto d’onde diffluiram todos estes romances communs ás raças latinas”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 151.

⁸²⁹ Na segunda metade da década de setenta, e no início dos anos oitenta, situava o centro na Aquitânia a partir de onde a Provença, a Itália, a Sicília, a Galiza e Portugal teriam recebido muitos dos seus temas tradicionais, líricos e épicos. Vide “Da Poesia Moderna Portuguesa, suas Transformações e Destino”, in *Parnaso Portuguez Moderno*, p. XXV e a correspondente versão in “Velho Lyrismo Portuguez”, in *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*, pp. 69-70.

⁸³⁰ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, pp. 260-261. Também no ano de 1902 escreve: “A determinação do substratum anthropologico dá á critica uma base mais segura para assentar o principio da não transmissão tradicional de povo a povo”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. VII.

Um dos argumentos de D. Carolina consistia, segundo o contendedor, no facto de muitas citações de romances feitas por autores portugueses surgirem em castelhano. Contra ele, riposta com a explicação da constatação, invocando a influência dominante na corte, nos séculos XV e XVI. E adverte o leitor para a própria concepção da “eximia romanista” que não aceitava a relação directa entre a língua da composição e a sua origem. Transcreve dos seus “Estudos sobre o Romanceiro”:

“«[os] romances escriptos em castelhano nem por isso são necessariamente obra de castelhanos.»”⁸³¹

Outro apresentava a corrupção das versões portuguesas, visível na sua forma incompleta e contaminada, contra a perfeição das castelhanas como indício de uma elaboração posterior, ao que Braga retorque com a conclusão inversa. A “perfeição desvenda a modernidade”⁸³².

E, finalmente, apontava a investigadora dos romances em Portugal a inexistência de temas sobre a história de Portugal; ou seja, interpreta Teófilo, a ausência de elaboração portuguesa. Como seria de esperar, de imediato contrapõe uma série de composições cuja inclusão no género de romance tradicional é, em muitos casos, duvidosa assim como a atribuição de uma origem portuguesa.

Apesar destas diferenças entre os dois, o autor micaelense sublinha a ideia de Carolina Michaëlis de Vasconcelos que os une, a de ausência de fronteiras políticas nestes estudos.

⁸³¹ *Historia da Litteratura Portuguesa, II, Renascença*, p. 271.

⁸³² *Op. cit.*, p. 272.

2.3.8. O problema da nacionalidade no contexto dos estudos romancísticos

O conceito de nacionalidade embora assuma pertinência ao nível temático, coloca-se sobretudo no plano das versões quer dos romances cujo assunto ou origem é, na convicção de Braga, nacional, quer dos que nasceram ou tratam de situações fora de Portugal.

E neste sentido, a nacionalidade é uma prerrogativa mais da tradicionalidade do que da génese das composições. Justamente a lição enunciada num excerto da introdução ao “Cyclo odyssaico ou atlantico” do volume de 1909 do *Romanceiro Geral*.

“Os themas tradicionaes renovam o seu i2.0nteresse *actualizando-os*, pelo espirito patriotico, assimilando-os, pelas analogias historicas com successos sociaes, pela constante tendencia para a *personificação* e *localização*.”⁸³³

O nacional, no plano da tradicionalidade, consiste na adaptação particular de temas comuns adequando as personagens e onomásticos, os espaços e toponímias e reportando as situações a episódios da sua própria história e vida social.

Os primeiros agentes deste processo de nacionalização são os próprios jograis que, circulando pelos espaços peninsular e europeu, difundiam os temas e as composições. Braga admite que eles próprios adaptavam determinados elementos dos cantos à realidade dos locais onde os repetiam. Contudo, é o povo que nacionaliza quer assimilando as composições mais adequadas à sua sensibilidade e história, quer adaptando-as étnica e poeticamente.

⁸³³ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 314.

3. Perspectivas sobre a investigação do Romanceiro de Tradição Oral Moderna Portuguesa

3.1. Primeiras avaliações da investigação em Portugal

Na perspectiva de Braga, o interesse oitocentista europeu que faz emergir as versões dos romances da sua vida tradicional, radica nos estudos sobre os poemas homéricos como reelaborações de uma poesia “anonyma” anterior à *Iliada* e à *Odisseia*. A seus olhos, por toda a Europa, surgiam investigadores inspirados pelos trabalhos de Vico e Wolf⁸³⁴, entre outros, a procurar as fontes das literaturas nas tradições poéticas “anonymas” mais arcaicas. A investigação sobre o Romanceiro peninsular nasceria, então, desses estudos.

“Depois das bases da critica homerica creadas por Vico e desenvolvidas por Wolf, a comprehensão dos cantos nacionaes tomou um alcance profundo”⁸³⁵.

O mesmo princípio incentivador da descoberta dos romances, a concepção da génese tradicional das literaturas, é visto, mais tarde, no pensamento de Renan, particularmente, no seu estudo sobre a *Bíblia*, do qual Braga traduz alguns fragmentos n’*As Modernas Ideias na Litteratura*, como uma outra aplicação do critério.

“«Israel, teve pois a sua collecção epica como a Grecia, n’esse livro primitivo dos cantos e das gestas heroicas,

⁸³⁴ Vide *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 335-336.

⁸³⁵ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, pp. CCXXI-CCXXII. Fragmento reeditado in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 33 e *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 46.

das quaes certas partes, [...] fizeram a fortuna litteraria da Biblia.»⁸³⁶

Estava, assim, determinada, segundo o historiador da literatura portuguesa, a génese dos estudos romancísticos.

Na sua perspectiva, iniciam-se com a edição de Jacob Grimm, a *Silva de Romances Viejos* - a qual surge não em 1811, como regista, mas em 1815, em Viena (mesmo supondo que tivesse como referência a data do prólogo, não poderia situar a obra aquém de 1812) - e prosseguem com a *Collección de los más Célebres Romances Antiguos*, de G. B. Depping - o ano de 1817, atribuído nas *Epopêas* a este acervo, não corresponde a este título surgido em Londres em 1825, mas à sua versão alemã, *Sammlung der besten alten spanischen Romanzen*⁸³⁷ - e o *Romancero del Cid*, que Johannes Müller reimprimia, em 1829.

Observa Braga, com pertinência, que, em Inglaterra, essa investigação, ao contrário da realizada na Alemanha, se fazia com uma motivação sobretudo estética e, por isso, não lhe reconhece uma contribuição valiosa para o desenterrar histórico e tradicional dos romances⁸³⁸. Não sendo esta a vertente que mais colabora para o seu conhecimento, considera, pelo contrário, ter sido a inspiradora das primeiras edições em Portugal e, portanto, co-responsável pela direcção que os trabalhos tomaram, na sua primeira fase⁸³⁹.

⁸³⁶ *As Modernas Ideias na Litteratura Portuguesa*, II, p. 328. Alude a Ernest Renan, *Histoire du Peuple d'Israël*, 5 vols, Paris, Calmann Lévy, 1887-1894.

⁸³⁷ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 338. Vide R. Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico*, II, pp. 254-255, onde é analisada cada uma destas obras.

⁸³⁸ Vide sobre este assunto, R. Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico*, II, pp. 257-260.

⁸³⁹ Vide *Epopêas da Raça Mosárabe*, pp. 338-339. Escreve, em 1892: "Esse estudo começou por uma predilecção artistica; quando Garrett iniciou em Portugal a investigação da Poesia popular, procedeu artisticamente, segundo o processo dominante.", *As Modernas Ideias na Litteratura Portuguesa*, II, p. 332.

Distintos destes, eminentemente artísticos, caracteriza, desde sempre, os seus pela intencionalidade e critérios “científicos”. No entanto, a apreciação que esboça sobre os trabalhos que lhe são contemporâneos, nem sempre se mantém. Assim, a uma forte crítica do *Romanceiro do Algarve*, em 1871 (vide infra), sucede, em 1892, a inclusão da obra entre os trabalhos que continuam o “processo científico” iniciado “na vasta collecção do *Cancioneiro e Romanceiro geral portuguez* (1867-1869)”⁸⁴⁰. Nesse contexto, indica, embora muito incompletamente os trabalhos de Tomás Pires⁸⁴¹, Reis Dâmaso⁸⁴², Rodrigues de Azevedo⁸⁴³, Leite de Vasconcelos⁸⁴⁴, Adolfo Coelho⁸⁴⁵, Pérez Ballesteros⁸⁴⁶ e Sílvio Romero⁸⁴⁷.

⁸⁴⁰ *Op. cit.*, p. 333. *Vide op. cit.*, notas 1 a 6.

⁸⁴¹ Do colector alentejano, faz referência a um título, “Cantos Populares do Alentejo” publicado na *Sentinela da Fronteira* e no *Elvense*. *Vide*, sobre a bibliografia de Tomás Pires, Pere Ferré, “Introdução”, in António Tomás Pires, *Lendas e Romances*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 43-46.

⁸⁴² António Reis Dâmaso, “Tradições Populares (Colecção do Algarve): Romances” in *Encyclopedia Republicana*, Lisboa, Nova Minerva, 1882, pp. 154-156, 171-173, 184; prossegue com o título “Tradições Populares do Algarve: Romances”, pp. 201-204, 215-216 e 232-237.

⁸⁴³ Alvaro Rodrigues de Azevedo, *Romanceiro do Archipelago da Madeira*.

⁸⁴⁴ José Leite de Vasconcellos, *Romanceiro Portuguez*, Biblioteca do Povo e das Escolas, nº 121, Lisboa, David Corazzi, 1886. *Vide* outros estudos editados por Leite in Pere Ferré, “Fontes Impressas da Tradição Oral Moderna Portuguesa”, *Relatório para o Concurso para Professor Associado*, pp. 68-89.

⁸⁴⁵ Francisco Adolpho Coelho, “Romances Galiciennes”, *Romania*, VI, 1873, pp. 259-260; “Romances Sacros, Orações e Ensalmos Populares do Minho”, *Romania*, III, 1874, pp. 263-278; “Romances Populares e Rimas Infantis portuguezas”, *Zeitschrift für Romanische Philologie*, III, 1879, pp. 61-72 e 193-199; “Os Jogos e as Rimas Infantis de Portugal: Collecção e Estudos para Servirem à História da Transmissão das Tradições populares”, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, IV, 12, 1883, pp. 567-595; “Notas e Paralelos folkloricos: VI. Romance de D. Gato”, *Revista Lusitana*, I, Nº 4, 1887-1889, pp. 320-331.

⁸⁴⁶ José Pérez Ballesteros, *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, I, II e III, Madrid, Librería de Ricardo Fé, 1885. Existe uma outra edição com a data de 1886.

⁸⁴⁷ Sílvio Romero, *Cantos Populares do Brazil*.

3.1.1. Avaliação do contributo garrettiano

Como se sabe, são as próprias palavras do iniciador destes estudos em Portugal que revelam as suas fontes e, portanto, a apreciação de Braga sobre estas primeiras investigações reflecte apenas a leitura dos textos introdutórios de Garrett. Todavia, conhecendo-os bem, não avalia coerentemente os procedimentos do primeiro editor de romances, preferindo transformar as suas indicações quer relativas a esses modelos ingleses, quer descritivas dos processos textuais sobre as versões, em críticas sistemáticas por não ter respeitado a tradição - procedimento textual, aliás, pouco raro na mão de Braga.

Escreve, a este propósito em 1880, que Garrett

“[v]ia a poesia popular por este característico exterior, e em vez de a estudar explicando-a pela ethnologia da raça, tratou de contrafazer-a na *Adozinda*”⁸⁴⁸.

E em 1885,

“prejudicou porém a tradição retocando-a artisticamente, recompondo situações com fragmentos de variantes.”⁸⁴⁹

Subverte, também, algumas afirmações garrettianas ao referir que pelas suas informações, o poeta deveria dispor de cerca de uma centena de composições para editar quando, realmente, apenas figuravam trinta e dois romances no acervo publicado até ao final da sua vida, não tendo ficado nenhuma versão por ver a luz da imprensa⁸⁵⁰.

⁸⁴⁸ *Historia do Romantismo em Portugal*, p. 196.

⁸⁴⁹ *Curso de Historia da LitteraturaPortuguesa*, p. 395.

⁸⁵⁰ *Epopéas da Raça Mosárabe*, pp. 344-346.

Em rigor, as trinta e duas composições publicadas até 1851, inclusivé, não correspondem a romances mas a versões. Os temas são trinta e um (sem a consideração dos romances contaminadores) e o facto de nada restar inédito depois da morte do poeta é contrariado pela impressão de uma versão do **Conde Alarcos** (0503) em 1983, por A. Costa Dias, M. H. Costa Dias e L. A. Costa Dias⁸⁵¹ e um fragmento inédito do **Conde Claros en habito de fraile** (0159) em 1994, por Cristina Carinhas⁸⁵².

O *corpus* tradicional impresso por Garrett, entre 1828 e 1851, é o seguinte:

Título (IGR)	Contaminações (IGR)	1ª edição	2ª edição
Vuelta del marido (0113)		(1842) 117-122 II (1851) 12-14	II (1851) 7-11
Muerte del príncipe don Juan (0006)		III (1851) 32-35	
Conde Grifos Lombardo (0118)		II (1851) 289-294.	
Aliarda (0149)		III (1851) 15-17	
Pérdida de don Beltrán (0150)		II (1851) 234-238	
Gaiferos libera a Melisendra (0151)		II (1851) 250-267	
Conde Claros en hábito de fraile (0159)	La apuesta ganada+ La infanta preñada (0255 + 0469)	II (1851) 192-203	

⁸⁵¹ A. Costa Dias / M. H. Costa Dias / L. A. Costa Dias II (1983) 278-279 reeditada in A. Costa Dias / M. H. Costa Dias II (1990?) 260-261 e in L. A. Costa Dias (1988) 97-98.

⁸⁵² Carinhas II (1994) 91.

Conde Claros preso (0366)		II (1851) 213-217	
Hermanas reina y cautiva (0136)		II (1851) 183-188	
El cautivo del renegado (0443)	Cautivo firme en su fe (0317)	III (1851) 77-82	
La vuelta del navegante (0559)		III (1851) 108-111.	
Conde Niño (0049)		III (1851) 9-12.	
El Quintado (0176)	La aparición (0168)	III (1851) 168-171	
Don Alejo muerto por traición de su dama (0546)	El castigo del sacristán (0536)	II (1851) 91-95	
La novia abandonada (0720)	Conde Niño (0049)	III (1851) 22-26	
La mala suegra (0153)		III (1851) 40-47 .	
Conde Alarcos (0503)	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)	II (1851) 44-55	
El conde Alemán (0095)		Garrett (1851) 78-82	
Ronda a una mujer malcasada (0167)		III (1851) 54-57	
Bernal Francés (0222)	La aparición (0168)	(1828) XXVI- XXXII	II (1851) 129-135
Una fatal ocasión (0232)		III (1851) 4-6	
El ciego raptor (0189)		III (1851)	

		178-180	
Silvana (0005)	Delgadina (0075)	(1828) 107-113	II (1851) 109-115 ⁸⁵³
Gerineldo (0023)	Canción del huérfano + El prisionero + Conde Niño (0092 + 0078 + 0049)	II (1851) 158-167	
La bastarda y el segador (0161)		III (1851) 98-104	
La infanta preñada (0469)		II (1851) 172-178	
La infantina (0164)	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)	(1847) 149-150	II (1851) 21-24 e 32-35
La doncella guerrera (0231)		III (1851) 65-71	
Santa Iria (0173)		(1846) 377-378	(1846a) 34-36
La difunta pleiteada (0217)		III (1851) 116-122	
Nau Catrineta (0457)		III (1851) 89-93	

Perante este quadro, as apreciações de Braga reflectem um saber ainda insuficiente sobre os temas, comum aos seus contemporâneos, e um manuseamento improvável do espólio deixado por Garrett, do qual, apesar de tudo, mostra conhecer a existência. Vejam-se as indicações sobre o “espólio de Garrett”, embora erradas, sobre o facto de não se encontrarem “manuscriptos d’este genero [dos romances]”⁸⁵⁴ e de outros correspondentes ao “Livro III -

⁸⁵³ Refunde Garrett (1828) 107-113, introduzindo novas lições.

⁸⁵⁴ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 346.

Lendas e Prophecias”, ao “Livro IV - *Romances historicos compostos sobre factos ou mythos da Historia portugueza e de outras*”⁸⁵⁵.

É verdade que, no decorrer do tempo, teve oportunidade de adquirir um conhecimento mais detalhado dos documentos dessa colecção organizada postumamente. Observamo-lo nas notas do estudo sobre o poeta, editado na *Historia do Romantismo*, as quais revelam bem quanto esse trabalho deve à herança garrettiana⁸⁵⁶. Anos mais tarde, em 1892, refere-se ao manuscrito de versões de romances, que dizia não existir, pelo seu título, *Cancioneiro de Romances, Xácaras, Solaos e Outros Vestigios da Antiga Poesia Nacional*, o que permitiria supor a sua consulta⁸⁵⁷. Mas, quando em 1905, volta a citar o autógrafo, pelo conteúdo dessa alusão não se deverá inferir o seu manuseamento, apenas o seu conhecimento pelo “Catalogo dos Autographos”.

“Em 1824 a collecção formada por Garrett intitulava-se *Cancioneiro de Romances, Xacaras e Soláos*, e outros vestigios da antiga Poesia nacional - colligidos, a maior parte da tradição oral do povo. - No Catalogo dos Autographos (ap. *Helena*, p. XXVII) lê-se que constava de «50 xacaras ou romances, que fazem parte dos trez volumes publicados posteriormente.»⁸⁵⁸

⁸⁵⁵ *Ibidem*.

⁸⁵⁶ Por repetidas vezes, ao longo do “Livro I” da *Historia do Romantismo em Portugal*, pp. 123-222, remete para o “Catalogo dos Autographos, Diplomas, Documentos Politicos e Litterarios Pertencentes ao Sr. Visconde de Almeida Garrett” publicado no póstumo *Helena, Fragmento de um Romance Inedito pelo Sr. Visconde de Almeida Garrett*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, pp. [XII]-XLVII.

⁸⁵⁷ *As Modernas Ideias na Litteratura Portugueza*, I, p. 33. *Cancioneiro / de / Romances, Xacaras, Soláos / e outros vestigios / Da antiga poesia nacional / Pela maior parte conservados na tradição / geral dos povos / E agora primeiramente colligidos / Por / J. B. de Almeida-Garrett / Começado / 1824*, manuscrito depositado na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Sala Ferreira Lima, FL. 1-2-1-24.

⁸⁵⁸ *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicos*, p. 498, nota.

Braga, na sua crítica, ultrapassa, por vezes, os limites da razoabilidade deturpando informações que ele próprio detém. Note-se que sabendo pelo punho de Teixeira Soares de Sousa do facto deste colector açoriano não ter podido colaborar com Garrett, por morte do poeta⁸⁵⁹, inscreve-o entre aqueles cujas ofertas ajudaram a formar as primeiras colecções portuguesas “e ainda por ultimo o snr. João Teixeira Soares o v[eio] ajudar n’esta vastissima collecção.”⁸⁶⁰

Dois pares de anos depois, no *Manual da Historia da Litteratura Portuguesa*, corrige-se ao não incluir o nome do colector açoriano entre os seus colaboradores⁸⁶¹. Mantém, todavia, a opinião sobre o carácter factício das composições garrettianas, o qual terá originado errados juízos sobre a originalidade dos romances em português (*vide* apartado sobre a originalidade e nacionalidade dos romances em Portugal). Evidentemente que a questão não pode deixar de ser colocada: se desta convicção está imbuído Braga, porque inclui versões do *Romanceiro* de 1851 no seu acervo de 1867, muitas vezes com retoques próprios⁸⁶²?

No período final dos seus estudos, o erudito micaelense reformula e altera algumas considerações feitas aos trabalhos do introdutor, em Portugal, dos estudos que desenvolvia. No ano da derradeira *Historia da Poesia Popular*, onde, como se verá, procede a uma longa explanação das várias investigações

⁸⁵⁹ A primeira carta que recebe de S. Jorge, informa-o sobre a inexistência, nos acervos garrettianos, de versões recolhidas por Soares de Sousa. *Vide* carta de João Teixeira Soares de Sousa de 9 de Novembro de 1867, in *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 29-30 e reeditada in *Mocidade de Theophilo*, pp. 272-273.

⁸⁶⁰ *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 345.

⁸⁶¹ *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 455.

⁸⁶² Maria Teresa Araújo, “As Fontes Garrettianas do *Romanceiro Geral Portuguez*”, *Correspondências*, 2 (no prelo).

sobre a tradição oral moderna portuguesa, dando particular destaque à obra garrettiana, escreve:

“Penitenceio-me por tel-o accusado da falta de criterio historico e philosophico para saber respeitar na sua integridade estas venerandas reliquias da tradição de um povo.”⁸⁶³

3.1.2. *Apreciação dos estudos de Estácio da Veiga*

Acusações semelhantes às zurzidas a Garrett, no início dos estudos teofilianos, são feitas ao *Romanceiro do Algarve* editado em 1870. É pertinente a aproximação feita entre esta colecção e as de Garrett, no que concerne ao processo de composição de uma versão a partir do conjunto de versões recolhidas desse mesmo romance. Tal como na crítica aos trabalhos de 1828 e 1851, Braga formula-a a partir das afirmações de Estácio da Veiga, transcrevendo mesmo algumas delas⁸⁶⁴. Contudo, não teria sido necessário recorrer às palavras do erudito algarvio já que essas intervenções, na opinião do actual investigador deste *Romanceiro*, “foram levadas a cabo de modo mais inábil [do que o de Garrett], o que as torna perceptíveis mesmo pelo leitor desprevenido.”⁸⁶⁵

Braga sublinha o desconhecimento de Veiga sobre edições anteriores e sobre os próprios romances - por vezes, com acuidade. Regista que a indicação

⁸⁶³ Garrett e a sua Obra, p. 93.

⁸⁶⁴ Epopêas da Raça Mosárabe, p. 372.

⁸⁶⁵ J. J. Dias Marques, “Os manuscritos do *Romanceiro do Algarve* de Estácio da Veiga existentes no Museu Nacional de Arqueologia”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, Vol. 11/12, 1993-1994, p. 157.

de “O Cavalleiro da Silva” (**El Moro que reta a Valencia** - 0045) como a primeira aparição do romance⁸⁶⁶, revela a incapacidade do seu editor o identificar nos *Cantos* açorianos⁸⁶⁷ ou a sua ignorância sobre a existência da colecção. O mesmo em relação a “Dom Joaquim”⁸⁶⁸ (**La batalla de Lepanto** - 0112), romance, sublinha, publicado nos *Romanceiro Geral*⁸⁶⁹ e *Cantos*⁸⁷⁰ jorgenses. Contudo, deve dizer-se que nem um nem outro autor se apercebe de que a “Nau Catherineta”⁸⁷¹ algarvia (**La batalla de Lepanto + Nau Catrineta** - 0112 + 0457) é uma versão de **La batalla de Lepanto** contaminada pelo que lhe dá o título⁸⁷².

Também erroneamente, nota Braga⁸⁷³, Veiga afirma editar, com a “Santa Cecilia”⁸⁷⁴ (**La devota caluniada** - 0165), a primeira versão do romance quando já tinha sido publicada uma no *Romanceiro Geral*⁸⁷⁵ e duas nos *Cantos*. Neste aspecto, compartilham os dois a mesma confusão, já que se a colecção de 1867 integra, de facto, uma versão, a de 1869 não - a indicação dada pelo editor micaelense reporta-se a duas composições não romancísticas⁸⁷⁶.

No afã de cada um reclamar a descoberta da primeira versão, não conhecendo bem os temas, Teófilo equivoca-se, também, ao afirmar as

⁸⁶⁶ *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 373.

⁸⁶⁷ Braga (1869)/Braga (1982) 314-315. Veiga (1870) 13-15.

⁸⁶⁸ Veiga (1870) 55-57.

⁸⁶⁹ Braga (1867) 157-159. Versão contaminada com uma canção lírica.

⁸⁷⁰ Braga (1869)/Braga (1982) 304-307, 307-310 e 310-313.

⁸⁷¹ Veiga (1870) 48-52.

⁸⁷² *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 373.

⁸⁷³ *Op. cit.*, p. 374.

⁸⁷⁴ Veiga (1870) 194-196.

⁸⁷⁵ Braga (1867) 128-129.

⁸⁷⁶ Braga (1869)/Braga (1982) 358-361 e 361-364.

novidades dos *Cantos* de 1869⁸⁷⁷: sublinha a primazia das suas versões de **Flérída y don Duardos** (0431)⁸⁷⁸ quando já havia publicado uma no *Romanceiro Geral*⁸⁷⁹; as de **La batalla de Lepanto** (0112) quando ele próprio anota, algumas páginas depois (p. 373), a versão incluída na colecção de 1867, como há pouco se viu. Acerta, contudo, ao referir a efectiva primazia das espécies do **Rico Franco** (0133)⁸⁸⁰.

Também se engana Braga ao contabilizar, na colecção algarvia, trinta e cinco romances⁸⁸¹. De facto, esse acervo apresenta apenas dezanove composições romancísticas.

Versões de romances no *Romanceiro do Algarve*

Título (IGR)	Contaminações (IGR)	<i>Romanceiro do Algarve</i> , pp.	Fortuna editorial anterior
En Ceuta está Don Julian (0018)		6-10	
Afuera, afuera Rodrigo (0021)	Muerte del príncipe don Juan + Quejas de doña Urraca + Os labraré yo un pendón (0006 + 0004 + 0085)	19-22	
El Moro que reta a Valencia (0045)		13-15	
La batalla de Lepanto (0112)	Nau Catrineta (0457)	48-52 55-57	

⁸⁷⁷ *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 368.

⁸⁷⁸ Braga (1869)/Braga (1982) 282-284 e 331-332.

⁸⁷⁹ Braga (1867) 48-50.

⁸⁸⁰ Braga (1869)/Braga (1982) 316-317 e 317.

⁸⁸¹ *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 375.

3.1.3. A sua opinião sobre os seus próprios trabalhos

Às suas *Epopéas*, posteriores a estes trabalhos, atribui o papel “correctivo d[as] phantasias de Garrett”⁸⁸² tanto no que concerne aos seus aspectos teóricos, nomeadamente, da sua história sobre a “poesia popular portuguesa”, como do próprio conceito de romance. Braga atribui a insuficiências teóricas os “dislates” do poeta.

“Como o poderá definir [ao romance] quem não tiver conhecimento da *Aravia* peninsular, e da *Cantilena* germanica e das *Gestas* francezas?”⁸⁸³

E considera ser devido aos seus estudos que o Romanceiro, em Portugal, é verdadeiramente descoberto na sua autenticidade. As razões invocadas prendem-se, sobretudo, com critérios editoriais, destacando a fidelidade da impressão à tradição e à geografia, parâmetro que o leva a apresentar não uma versão única de um romance composta a partir de várias, mas a diversidade de poemas tradicionais de cada tema.

Reserva-se para outro trabalho a discussão destes aspectos mas, desde já, se percebe a distância que medeia o enunciado de Braga sobre as suas intenções e princípios (no qual mostra posições inovadoras e com algum rigor, inspirado pelo espírito positivista) da sua prática (a qual levanta vários problemas).

No plano dos pressupostos, o autor pretende sublinhar a sua opção “científica” no tratamento do Romanceiro por contraposição à perspectiva de interesse estético.

⁸⁸² *Op. cit.*, p. 352.

⁸⁸³ *Op. cit.*, p. 349.

“Quando Garrett adquiriu os meios de recolher os cantos [...] não resistiu ao defeito do seu tempo [...]. Mas o criterio d’estes estudos, descoberto por Jacob Grimm, prevaleceu na Europa; tivemos a felicidade de apparecer n’esto periodo scientifico da critica”⁸⁸⁴.

Segundo este “criterio”, sublinha Braga, edita, pela primeira vez dois temas da tradição oral moderna portuguesa, **Rico Franco** (0113) e **Flérída y don Duardos** (0431) - a composição de **La batalla de Lepanto**, que junta a estes⁸⁸⁵, é realmente publicada por si mas não em 1869. São realmente as suas, as primeiras versões mas esta referência do erudito fica aquém da realidade, tendo efectivamente publicado primeiras espécies de romances não só nos *Cantos*, recolhidos por Teixeira Soares de Sousa. Vê-las-emos.

Destaca, ainda, a sua metodologia comparativista procurando relacionar as versões de romances com composições do “Meio dia da Europa”. O seu suporte de relações resulta das investigações que, no velho continente, iam surgindo (a elas se fará referência mais tarde). Para Braga, todos estes poemas são “romances” quer tenham uma geografia peninsular, quer sejam oriundos de Itália, França ou da Grécia.

“Os estudos do cavalheiro Nigra sobre a poesia popular do Piemonte, demonstraram o grande principio de unidade dos romances que se cantam na Italia, França, Hespanha, Portugal e Grecia moderna”⁸⁸⁶.

⁸⁸⁴ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXXII. Fragmento reeditado in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 34 e *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 47.

⁸⁸⁵ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 368.

⁸⁸⁶ *Op. cit.*, p. 362.

3.2. *O acompanhamento das edições de romances até 1885 e a formação dos primeiros quadros da tradição portuguesa*

Braga deveria estar particularmente atento à publicação dos resultados das investigações de outros autores. A crítica, nas *Epopêas*, ao *Romanceiro do Algarve*, editado no ano anterior, assim o sugere e a epistolografia, na maior parte, ainda inédita, conservada no seu Espólio, a explica - eram, frequentemente, os autores dessas publicações que lhe enviavam os seus opúsculos ou notícia sobre eles.

O conhecimento de um mais vasto leque de composições justifica, aliás, a sistematização geográfica-étnica da tradição oral moderna portuguesa elaborada em 1881, na qual divide a tradição portuguesa em duas categorias, a “parte continental” constituída pela Galiza e o Minho, a Beira Baixa e a Estremadura e o Alentejo e Algarve e pela “parte colonial” integrando a Madeira, os Açores e o Brasil e a Índia⁸⁸⁷. E em meados da década de oitenta, reitera esta geografia do *Romanceiro português*⁸⁸⁸.

Ao jeito de Braga, esta informação, sobretudo em 1885, não ultrapassa a referência regional, não oferecendo, sequer, o nome dos autores das publicações - embora, ainda que incompletamente, parte dela seja dada em 1881, na descrição da referida sistematização. Em todo o caso, ela corresponde ao conhecimento que o erudito tinha das novas versões - confirmado pela inclusão de um número significativo destas composições nos volumes do *Romanceiro Geral Portuguez*, como se verá.

⁸⁸⁷ *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., pp. 48-59.

⁸⁸⁸ Braga indica, in *Curso de Historia da Litteratura Portugueza*, p. 396, as regiões da Madeira, Alentejo, Trás-os-Montes, Minho, Brasil, Galiza, embora, como ele próprio sabia, o Alentejo, Trás-os-Montes e o Minho figurassem já nas colecções garrettianas e na sua de 1867.

Entre a impressão do *Romanceiro do Algarve* e 1885, assiste-se, de facto, a um significativo acréscimo não só de novas versões como de novos temas e perante este manancial acumulado ao anterior, o polígrafo sentiu necessidade de proceder à organização das espécies publicadas.

3.2.1. *Primeiros ensaios sistematizadores da tradição portuguesa*

Este tipo de sistematização não surge, pela primeira vez, em 1881, ele havia sido inaugurado no estudo do *Grande Dicionario* e na sua reedição de 1872⁸⁸⁹, simplesmente, nessa altura, apenas contemplava três regiões, a Beira-Baixa, o Algarve e os Açores - claro, tendo como referência a colecção de Garrett, o *Romanceiro Geral* e as investigações de Teixeira Soares de Sousa e de Estácio da Veiga. Não se compreende a razão porque estabelece, em 1871-1872, apenas três regiões quando o conjunto do *corpus* até essa altura, apresentava já composições com outras geografias; o facto é que neste momento, podia incluir, na sua sistematização, Trás-os-Montes (que continuará a não figurar em 1881), Minho e Estremadura.

Entre as novas regiões da organização de 1881-1885, ao figurarem a Madeira, a Galiza e o Brasil comprova-se o conhecimento actualizado de Braga, a que nos referíamos. No entanto, a inclusão da Índia não é justificada, em 1881, pela tradição oral moderna, nomeadamente, pelas versões goesas de Costa e Silva, de **La doncella guerrera** (0231)⁸⁹⁰ e do **Conde Alarcos**

⁸⁸⁹ In Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, pp. CCXXI-CCXXIV. Fragmento reeditado in *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, pp. 33-39.

⁸⁹⁰ Costa e Silva (1832) XI-XV.

(0503)⁸⁹¹, mas por uma citação de um romance encontrada nas *Decadas* de Diogo do Couto.

Era este o quadro dos temas dominantes, e respectiva primeira versão, surgidos até ao ano da sistematização de 1881:

⁸⁹¹ Costa e Silva (1838) 13-16.

Temas dominantes coligidos entre 1828-1881 (inclusive)

Título (IGR)	Geografia	Editor
Quejas de doña Urraca (0004)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 191-193 ⁸⁹²
Muerte del príncipe don Juan (0006)	Minho	Garrett III (1851) 32-35
En Ceuta está don Julián (0018)	Algarve	Veiga (1870) 6-10
Afuera, afuera, Rodrigo (0021)	Algarve	Veiga (1870) 19-22 ⁸⁹³
El Moro que reta a Valencia (0045)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 314-315
Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal (0069)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 328-329 e 330-331
La batalla de Lepanto (0112)	Beira Litoral	Braga (1867) 157-159 ⁸⁹⁴
Conde Grifos Lombardo (0118)	Beira Alta	Garrett II (1851) 289-294
Aliarda (0149)	Trás-os-Montes	Garrett III (1851) 15-17
Pérdida de don Beltrán (0150)	Trás-os-Montes	Garrett II (1851) 234-238
Gaifeiros libera a Melisendra (0151)	Trás-os-Montes	Garrett II (1851) 250-267
Conde Claros en hábito de fraile (0159)	Versão factícia	Garrett II (1851) 192-203 ⁸⁹⁵
Conde Dirlos (0190)	Trás-os-Montes	Leite (1881) 75-81 ⁸⁹⁶
Floresvento (0343)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 230-231 ⁸⁹⁷ , 232-233 e 233-235
Conde Claros preso (0366)	Ribatejo	Garrett II (1851) 213-217
Tamar (0140)	Trás-os-Montes	Leite (1881) 36-37
Blancaflor y Filomena (0184)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 318-

⁸⁹² Versão contaminada: **Quejas de doña Urraca** + **Silvana** (0004 + 0005).

⁸⁹³ Versão contaminada: **Afuera, afuera, Rodrigo** + **Muerte del príncipe don Juan** + **Quejas de doña Urraca** + **Os labraré yo un pendón** (0021 + 0006 + 0004 + 0085).

⁸⁹⁴ Versão contaminada com uma canção lírica.

⁸⁹⁵ Versão contaminada: **Conde Claros en hábito de fraile** + **La apuesta ganada** + **La infanta preñada** (0159 + 0255 + 0469).

⁸⁹⁶ **Conde Dirlos** + **La vuelta del navegante** (0190 + 0559).

⁸⁹⁷ Versão contaminada: **Floresvento** + **Blancaniña** (0343 + 0234).

		320 ⁸⁹⁸ e 320-322 ⁸⁹⁹
Cautiverio sin esperanza (0025)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 367-368 ⁹⁰⁰
Hermanas reina y cautiva (0136)	n.i.	Garrett II (1851) 183-188
Bodas de sangre (0440)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 249-253, 253-256 ⁹⁰¹ e 257-259 ⁹⁰²
El cautivo del renegado (0443)	Estremadura	Garrett III (1851) 77-82 ⁹⁰³
La princesa rescatada (0589)	Beira Alta	Leite (1881) 27
Vuelta del marido (0113)	Beira Baixa	Garrett (1842) 117-122
La vuelta del navegante (0559)	Beira Alta	Garrett III (1851) 108-111
Conde Niño (0049)	n.i.	Garrett III (1851) 9-12
La condesita (0110)	Beira Baixa	Braga (1867) 38-40
El quintado (0176)	Trás-os-Montes	Garrett III (1851) 168-171 ⁹⁰⁴
La novia del conde de Alba (0508)	Douro Litoral	Quillinan (1853) 201-207
La novia abandonada (0720)	Versão factícia	Garrett III (1851) 22-26 ⁹⁰⁵
La mala suegra (0153)	Versão factícia	Garrett III (1851) 40-47
Conde Alarcos (0503)	Índia	Costa e Silva (1838) 13-16
Adúltera que plañe a su enamorado muerto (0077)	Madeira	Azevedo (1873) 768
El conde Alemán (0095)	Versão factícia	Garrett (1851) 78-82
Ronda a una mujer malcasada (0167)	Beira Baixa	Garrett III (1851) 54-57
Bernal Francés (0222)	Versão factícia	Garrett (1828) XXVI-XXXII ⁹⁰⁶

⁸⁹⁸ Versão contaminada: **Blancaflor y Filomena + Casada de lejas tierras** (0184 + 0155).

⁸⁹⁹ Versão contaminada: **Blancaflor y Filomena + Bernal Francés + Casada de lejas tierras + La aparición** (0184 + 0222 + 0155 + 0168).

⁹⁰⁰ Versão contaminada **Cautiverio sin esperanza + Como no cantais, la bella** (0025 + 0098).

⁹⁰¹ Versão contaminada: **Bodas de sangre + Canción del huérfano + El prisionero + Conde Niño** (0440 + 0092 + 0078 + 0049).

⁹⁰² *Ibidem.*

⁹⁰³ Versão contaminada: **El cautivo del renegado + Cautivo firme en su fé** (0443 + 0317).

⁹⁰⁴ Versão contaminada: **El quintado + La aparición** (0176 + 0168).

⁹⁰⁵ Versão contaminada: **La novia abandonada + Conde Niño** (0720 + 0049).

⁹⁰⁶ Versão contaminada: **Bernal Francés + La aparición** (0222 + 0168).

Blancaniña (0234)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 236-237 e 237-239
Adúltera con un “gato” (0436)	Galiza	Milá (1877) 70
Veneno de Moriana (0172)	Brasil	Magalhães (1873) ⁹⁰⁷
Una fatal ocasión (0232)	Trás-os-Montes	Garrett III (1851) 4-6
Rico Franco (0133)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 316-317 e 317
El ciego raptor (0189)	Versão factícia	Garrett III (1851) 178-180
Silvana (0005)	Versão factícia	Garrett (1828) 107-113 ⁹⁰⁸
Delgadina (0075)	Beira Litoral	Braga (1867) 181-183
Gerineldo (0023)	Versão factícia	Garrett II (1851) 158-167 ⁹⁰⁹
La bastarda y el segador (0161)	Trás-os-Montes	Garrett III (1851) 98-104
La infanta preñada (0469)	Versão factícia	Garrett II (1851) 172-178 ⁹¹⁰
Flérída y don Duardos (0431)	Beira Baixa	Braga (1867) 48-50
La infantina (0164)	Versão factícia	Garrett (1847) 149-150 ⁹¹¹
La apuesta ganada (0255)	Trás-os-Montes Beira Litoral	Leite (1881) 12-13 e 14
La muerte ocultada (0080)	Trás-os-Montes	Leite (1881) 47-48
Don Gato (0144)	Galiza	Milá (1877) 71
La doncella guerrera (0231)	Índia	Costa e Silva (1832) XI-XV
La guarda cuidadosa (0629)	Açores	Braga (1870a) 78
La buena hija (0635)	Trás-os-Montes	Leite (1881) 57
Los soldados forzadores (0170)	Beira Baixa	Braga (1867) 22-24
La difunta pleiteada (0217)	Versão factícia	Garrett III (1851) 116-122

⁹⁰⁷ A versão a que se faz referência, publicada por Celso de Magalhães, “Poesia Popular Brasileira”, *Trabalho*, Recife, 1873, é transcrita por Sylvio Romero, “Poesia Popular no Brasil”, *Revista Brasileira*, II, Rio de Janeiro, 1880, p. 214, nota 1. É a partir desta fonte que a conhecemos.

⁹⁰⁸ Versão contaminada: **Silvana** + **Delgadina** (0005 + 0075).

⁹⁰⁹ Versão contaminada: **Gerineldo** + **Canción del huerfano** + **El prisionero** + **Conde Niño** (0023 + 0092 + 0078 + 0049).

⁹¹⁰ Versão contaminada: **La infanta preñada** + **La infanta parida** (0469 + 0138).

⁹¹¹ Versão contaminada: **La infantina** + **El caballero burlado** + **La hermana cautiva** (0164 + 0100 + 0169).

Me casó mi madre (0221)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 385-386
El castigo del sacristán (0536)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 301-302
Don Alejo muerto por traición de su dama (0546)	Versão factícia	Garrett (1851) 91-95 ⁹¹²
Cogida de Diego Gil y Pizarro (0669)	Beira Baixa	Braga (1867) 154-155
Santa Catalina (0126)	Galiza	Milá (1877)
La devota calumniada (0165)	Trás-os-Montes	Braga (1867) 128-129
Santa Iria (0173)	Ribatejo	Garrett (1846) 377-378
Nau Catrineta (0457)	Versão factícia	Garrett III (1851) 89-93
El alma peregrina y el caballero piadoso (0797)	Minho	Coelho (1874) 265
El labrador caritativo (0185)	Minho	Braga (1865) 306-307
La nave guiada por la Virgen (0108)	Açores	Braga (1869)/Braga (1982) 302-304
El pájaro verde (0701)	Algarve	Veiga (1870) 114-117

Muito provavelmente, deste conjunto de versões, apenas fugiu ao controlo de Braga a de **La novia del conde de Alba** (0508), já que nem no *Romanceiro Geral Portuguez* a contempla ou lhe faz referência.

Assim dito, parecerá que se estabelece como critério do seu conhecimento das versões a respectiva inclusão no acervo de 1906-1909. De modo algum, até por termos presente o facto de aí não figurarem composições garantidamente manuseadas por Braga - porquanto pertencem a colecções das quais o erudito retira e edita outras versões (os motivos que subjazem a esta selecção bem como a descrição das versões reeditadas e não incluídas por Braga ocupar-nos-ão a seu tempo).

⁹¹² Versão contaminada: **Don Alejo muerto por traición de su dama** + **El castigo del sacristán** (0546 + 0536).

Um exemplo bastante significativo do que se afirma é retirado da presença e ausência das composições dos *Romances Populares Portuguezes*, de Leite de Vasconcelos, na última colecção de Braga. Embora grande parte delas não figure nesse acervo, o seu conhecimento é inquestionável na medida em que outras, desse pecúlio, o integram. Observem-se os quadros:

Versões de Leite (1881) não incluídas em Braga 1906-1909

Título (IGR)	<i>Romances Pop. Port.</i> (pp.)
Muerte del príncipe don Juan (0006)	66-68 e 69-71
Conde Claros en hábito de fraile (0159)	15-19 ⁹¹³ , 20-22 ⁹¹⁴ e 23-25 ⁹¹⁵
Conde Dirlos (0190)	75-81 ⁹¹⁶
Tamar (0140)	36-37
La princesa rescatada (0589)	27
Vuelta del marido (0113)	41-42 ⁹¹⁷ , 46 e 47-49.
Conde Niño (0049)	33-35
El quintado (0176)	82-84
La mala suegra (0153)	28-29
Blancaniña (0234)	30-31
Delgadina (0075)	72-73
Gerineldo (0023)	58-61 e 62-64
La infantina (0164)	38-40 ⁹¹⁸ e 49-50 ⁹¹⁹

⁹¹³ **Conde Claros en hábito de fraile + La apuesta ganada + La infanta preñada** (0159 + 0255 + 0469).

⁹¹⁴ **Conde Claros en hábito de fraile + Aliarda** (0159 + 0149).

⁹¹⁵ **Conde Claros en hábito de fraile + La apuesta ganada + La infanta preñada** (0159 + 0255 + 0469).

⁹¹⁶ **Conde Dirlos + La vuelta del navegante** (0190 + 0559).

⁹¹⁷ **Vuelta del marido + ¿Cómo no cantáis la bella?** (0113 + 0098).

⁹¹⁸ **La infantina + El caballero burlado + La hermana cautiva** (0164 + 0100 + 0169).

⁹¹⁹ *Ibidem.*

La apuesta ganada (0255)	14
La buena hija (0635)	57
La devota calumniada (0165)	88-89
Santa Iria (0173)	94-97 e 87 ⁹²⁰

Versões de Leite (1881) incluídas em Braga 1906-1909

Título (IGR)	<i>Rom. Pop. Port.</i> (pp.)	<i>Rom. Geral Port.</i> (ano do vol, pp)
Vuelta del marido (0113)	43-45 ⁹²¹	(1906)/(1982) 40-42
Ronda a una mujer malcasada (0167)	9-11 8-9	(1907)/(1982) 83-85 (1907)/(1982) 85-87
Adúltera con un “gato” (0436)	5	(1907)/(1982) 87
La apuesta ganada (0255)	12-13	(1906)/(1982) 416
La muerte ocultada (0080)	47-48 ⁹²²	(1909)/(1982) 495-496
Santa Catalina (0126)	98-99 ⁹²³	(1907)/(1982) 562-563
Santa Iria (0173)	90-93 ⁹²⁴	(1907)/(1982) 529 ⁹²⁵

Tendo em conta a circunstância editorial da espécie tradicional publicada por Quillinan, o facto de surgir isolada de qualquer outra composição romancística na obra londrina *Poems*, de 1853, parece certo o seu desconhecimento por parte do erudito, mesmo sendo ele um prolixo leitor.

⁹²⁰ Edita oito hemistíquios finais da versão que há-de ser publicada integralmente em Leite (1960) 22-23.

⁹²¹ Versão reeditada de Leite (1886) 43-44.

⁹²² Versão reeditada de Leite (1882c) 585-586.

⁹²³ Versão reeditada de Leite (1886) 48-49.

⁹²⁴ Versão reeditada de Leite (1886) 50-52.

⁹²⁵ Braga edita apenas oito hemistíquios.

Em 1885, como se notava supra, Braga confirma a sistematização da “terceira edição” da *Theoria da Historia da Litteratura*. Realmente, tendo surgido novas versões publicadas e até novos temas, nenhuma das respectivas geografias compromete o seu plano geral de organização. Destaco, novamente, os romances:

Novos temas dominantes coligidos entre 1882-1885 (inclusive)

Título (IGR)	Geografia	Editor
Casada de lejas tierras (0155)	Algarve	Dâmaso (1882) 171-173
La mujer del pastor (0026)	Trás-os-Montes	Leite (1883a.) IV
La flor del agua (0104)	Trás-os-Montes	Leite (1883a) III
La virgen y el ciego (0226)	Trás-os-Montes	Leite (1883b) XV

3.2.2. *A sua visão sobre as colecções
das três novas geografias portuguesas*

A tradição madeirense

Braga acompanhou a preparação do acervo de Rodrigues de Azevedo, publicado em 1880, desde o seu início e foi, pelas palavras do professor do Lyceu do Funchal, o seu instigador. Documenta-o a correspondência enviada da Madeira, desde Abril de 1869⁹²⁶, e por ela se percebe que a suspeita de Teófilo sobre a existência de romances no Arquipélago é anterior à edição das versões da **Adultera que plañe a su enamorado muerto** (0077), da **Silvana** (0005) e

⁹²⁶ Vide cartas enviadas por Rodrigues de Azedo a Braga in *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 109 e ss.

de **Flérída y don Duardos** (0431) nas *Saudades da Terra*⁹²⁷. Não surpreende esta intuição se se tiver em conta a importância dos *Cantos* da outra região insular e a tese de Braga sobre o isolamento geográfico como factor de conservação romancística.

A sua opinião sobre este *Romanceiro* distingue-se bem da que atingiu os de Garrett e Veiga e, no entanto, poderia, igualmente, desferir invectivas semelhantes a propósito da intervenção textual a que, assumidamente, procedeu o seu editor, o qual, ao longo do estudo introdutório da sua colecção, vai descrevendo e justificando os seus procedimentos⁹²⁸ - Cristina Carinhas exemplifica essas intervenções de Azevedo fazendo um estudo comparativo entre as versões de **Silvana** (0005) publicadas *in* Azevedo (1873) 767 - a qual é reeditada *in* Azevedo (1880) 107-109 - e *in* Ferré (1982) 220: sendo a última autenticamente tradicional, o cotejo das composições evidencia os tipos de retoque do primeiro editor da tradição madeirense⁹²⁹.

O polígrafo açoriano destaca o manancial de temas incluídos nesse acervo bem como o critério de apresentação da diversidade de composições de cada romance e não de uma versão factícia construída a partir de várias. Sublinha:

“Nenhum dos romances até hoje conhecidos nas versões continentais falta na tradição da Madeira”⁹³⁰.

⁹²⁷ Álvaro Rodrigues de Azevedo, (edição de), *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Frutuoso. Historia das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Typ. Funchalense, 1873, pp. 768, 767 e 769-770, respectivamente.

⁹²⁸ Vide Álvaro Rodrigues de Azevedo, “Prefacio”, *in* *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, pp. XIV-XV.

⁹²⁹ Vide Cristina Carinhas, *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960). Edição Crítica*, I, pp. 84-88.

⁹³⁰ *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 55.

Mais uma vez, nos deparamos com uma afirmação feita apressadamente. Porque estabeleceria Braga como termo de comparação apenas os temas “continentaes” relegando a importantíssima colecção açoriana com doze temas inéditos na tradição portuguesa? Mesmo contando com a sua frequente confusão relativamente à identificação dos romances, verificou-se há pouco a consciência de ter editado, em 1869, as primeiras versões de **Rico Franco** (0133) e em 1867, a de **Flérída y don Duardos** (0431) da tradição portuguesa.

Muito provavelmente, a sua intenção comparativa, apesar do que exprime, ultrapassava a dos temas na Madeira com os “continentaes” e consistia no cotejo daqueles com os portugueses. Só esta relação, aliás, faz sentido em 1881, altura em que considera a tradição portuguesa para além das fronteiras políticas. Porque estabeleceria Braga uma relação restrita ao continente se ele não exaure a tradição nacional?

Verifiquem-se, de seguida, os temas na colecção de Rodrigues de Azevedo:

Temas dominantes no *Romanceiro do Archipelago da Madeira*

Título (IGR)	<i>Roman. do Archip. da Madeira</i> (pp.)
El Moro que reta a Valencia (0045)	204-210 ⁹³¹
Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal (0069)	249-251 ⁹³² e 251-253
La batalla de Lepanto (0112)	219-221

⁹³¹ Versão contaminada: **El Moro que reta a Valencia** + **Ay de mi Alhama** (0045 + 0040).

⁹³² Versão contaminada: **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** + **No me entierren en sagrado** (0069 + 0101).

Conde Claros en hábito de fraile (0159)	156-158 ⁹³³
Conde Claros preso (0366)	81-88, 89-93, 94-98 e 99-103
Hermanas reina y cautiva (0136)	211-219
Bodas de sangre (0440)	72-77 e 78-81 ⁹³⁴
El cautivo del renegado (0443)	221-225 ⁹³⁵ e 225-229 ⁹³⁶
Vuelta del marido (0113)	202-204
La novia abandonada (0720)	115-118 ⁹³⁷ , 118-122 ⁹³⁸ e 122-127 ⁹³⁹
Conde Alarcos (0503)	127-135 e 135-141
Adúltera que planea a su enamorado muerto (0077)	186-188 e 188-190 ⁹⁴⁰
El conde Alemán (0095)	172-175, 175-178, 178-181 e 182-185
Ronda a una mujer malcasada (0167)	262-265, 266-269 e 269-273
Bernal Francês (0222)	141-145 ⁹⁴¹ e 145-150 ⁹⁴²
Blancaniña (0234)	103-105 e 105-107
Rico Franco (0133)	57-60 e 60-62
El ciego raptor (0189)	254-255 e 255-256
Silvana (0005)	107-109 ⁹⁴³ , 109-112 e 112-115 ⁹⁴⁴
Gerineldo (0023)	63-65, 66-68 e 69-71

⁹³³ Versão contaminada: **Conde Claros en hábito de fraile** + **La infanta preñada** (0159 + 0469).

⁹³⁴ Versão contaminada: **Bodas de sangre** + **Canción del huérfano** + **El prisionero** + **Conde Niño** (0440 + 0092 + 0078 + 0049).

⁹³⁵ Versão contaminada: **El cautivo del renegado** + **Cautivo firme en su fe** (0443 + 0317).

⁹³⁶ *Ibidem.*

⁹³⁷ Versão contaminada: **La novia abandonada** + **Bodas de sangre** + **Conde Niño** + **No me entierren en sagrado** (0720 + 0440 + 0049 + 0101).

⁹³⁸ Versão contaminada: **La novia abandonada** + **Conde Niño** (0720 + 0049).

⁹³⁹ *Ibidem.*

⁹⁴⁰ Esta versão foi inicialmente editada in Azevedo (1873) 768 e reimpressa in Braga (1876) 63-64.

⁹⁴¹ Versão contaminada: **Bernal Francês** + **La aparición** (0222+ 0168).

⁹⁴² *Ibidem.*

⁹⁴³ Versão editada in Azevedo (1873) 767.

⁹⁴⁴ Versão contaminada: **Silvana** + **Delgadina** (0005 + 0075).

La bastarda y el segador (0161)	285-286
La infanta preñada (0469)	150-155 ⁹⁴⁵
Flérída y don Duardos (0431)	191-196 e 196-201 ⁹⁴⁶
La infantina (0164)	340-353 ⁹⁴⁷ , 354-360 ⁹⁴⁸ e 360-363 ⁹⁴⁹
La doncella guerrera (0231)	159-166, 167-170 e 170-172
Santa Iria (0173)	17-19 e 19-20
Nau Catrineta (0457)	238-241, 241-243 e 243-249

Como conclusão: cotejando este quadro com os anteriores, particularmente com o que oferece os “Temas dominantes coligidos entre 1828-1881 (inclusive)”, verifica-se, mais uma vez, o desacerto das palavras de Braga proferidas no ano após a edição do acervo de 1880. No *Romanceiro* de Azevedo, não figuram quarenta temas, quer seja em versões puras, quer contaminando qualquer uma que aí figure.

A tradição brasileira

O seu conhecimento das versões recolhidas no Brasil data do período de elaboração do *Parnaso Portuguez*, obra onde edita três versões cearenses de **El ciego raptor** (0189)⁹⁵⁰, do **Veneno de Moriana** (0172)⁹⁵¹ e de **Hermanas**

⁹⁴⁵ Versão contaminada: **La infanta preñada** + **La infanta parida** (0469 + 0138). Cristina Carinhas demonstra que esta versão foi composta por Rodrigues de Azevedo a partir da versão “D. Ausenda” de Garrett. Vide Cristina Carinhas, *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960)*. Edição Crítica, II, pp. 164-165.

⁹⁴⁶ Versão publicada in Azevedo (1873) 769-770.

⁹⁴⁷ Versão que inclui um conta tradicional versificado, “As três cidras do amor”.

⁹⁴⁸ *Ibidem*.

⁹⁴⁹ Versão contaminada: **La infantina** + **El caballero burlado** + **La hermana cautiva** (0164 + 0100 + 0169).

⁹⁵⁰ Braga (1877) 225-227.

⁹⁵¹ Braga (1877) 227-229.

reina y cautiva (0136)⁹⁵² e apresenta um estudo sobre a “poesia popular” do Brasil⁹⁵³, especialmente dedicado à sua expressão lírica.

Mais tarde, em 1883, nas “Notas” à colecção de Sílvio Romero, Braga identifica a fonte da composição do **Veneno de Moriana** (0172).

“A versão do Ceará publicada pela primeira vez no *Parnaso portuguez moderno*, foi-nos communicada pelo nosso bom amigo Teixeira Bastos, por quem obtivemos a maior parte dos elementos tradicionaes brasileiros”⁹⁵⁴.

Este fragmento, para além dessa informação, traz outra, incorrecta, a de atribuir a prioridade à composição de 1877, quando Braga já conhecia a publicada por Celso de Magalhães, em 1873, através de um artigo de Sílvio Romero⁹⁵⁵ que se integra numa longa série editada na *Revista Brasileira*⁹⁵⁶, a qual é citada pelo erudito português desde 1881⁹⁵⁷.

O excerto transcrito também não identifica os outros “elementos tradicionaes” que seriam devidos à “comunicação” de Teixeira Bastos. Reportar-se-ia o autor à fonte das outras duas versões? Não nos esclarece, no

⁹⁵² Braga (1877) 229-232.

⁹⁵³ “Da Poesia Moderna Portuguesa, suas Transformações e Destino”, in *Parnaso Portuguez Moderno*, pp. XIX-XXXV. Este estudo é, como se observou, incorporado no “Velho Lyrismo Portuguez”, in *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*, pp. 61-79.

⁹⁵⁴ “Notas” in Sílvio Romero, *Cantos Populares do Brazil*, II, p. 196.

⁹⁵⁵ Sílvio Romero, “A Poesia Popular no Brazil”, *Revista Brasileira*, II, p. 214, nota 1. O autor sergipano regista a fonte da versão que transcreve: Celso de Magalhães, “Poesia Popular Brasileira”, *O Trabalho*, Recife, 1873.

⁹⁵⁶ Sílvio Romero, “A Poesia Popular no Brazil”, *Revista Brasileira*, I, 1879, pp. 94-102, 194-203, 264-274, 343-362, 433-440, 503-511 e 561-574; II, 1880, pp. 27-39, 112-126, 205-214 e 432-437; III, 1880, pp. 51-62, 234-247 e 336-339; V, 1880, pp. 139-151, 211-223, 304-326 e 463-486; VI, 1880, pp. 18-33, 108-162, 208-223, 307-316 e 440-458; VII, 1881, pp. 28-39. Este estudo será reunido, mais tarde, no opúsculo *Estudos sobre a Poesia Popular no Brazil*, Rio de Janeiro, Tip. Laemert, 1888.

⁹⁵⁷ *Theoria da Historia da Litteratura*, 3ª. ed., p. 58, nota 1.

entanto, há alguma probabilidade dessa referência estar contida nas palavras de Braga.

O facto é que outras tentativas no sentido de se descobrir a proveniência dessas composições se manifestou infrutífera. A saber.

Pela sua geografia, e partindo da informação de Sílvio Romero⁹⁵⁸, colocou-se a hipótese de terem resultado de trabalhos prospectores de José de Alencar ou Araripe Júnior. No entanto, o autor da série “Poesia Popular no Brasil”, conhecendo os seus estudos⁹⁵⁹, não identifica as versões do *Parnaso* e transcreve mesmo a de **Hermanas reina y cautiva** (0136) por não a “encontra[r]mos na tradição”⁹⁶⁰ do Brasil.

Poder-se-ia colocar a hipótese de pertencerem ao pequeno e importante acervo de um dos primeiros colectores brasileiros, Celso de Magalhães, antecessor de Alencar. Contudo, considerando que as suas investigações se terão realizado entre Sergipe, Rio Grande do Sul⁹⁶¹, Maranhão, Pernambuco e Baía e tomando em conta o estudo de Romero sobre os trabalhos de Magalhães⁹⁶², nomeadamente, a informação de que este autor

⁹⁵⁸ Segundo o investigador da literatura brasileira, o Ceará, até 1880, teria sido explorado por José de Alencar e Araripe Júnior. “A Poesia Popular no Brasil”, *Revista Brasileira*, V, p. 326.

⁹⁵⁹ Particularmente em relação aos trabalhos de José de Alencar, refere-se bastante criticamente pela sua acção retocadora. *Vide* “Poesia Popular no Brasil”, *Revista Brasileira* III, pp. 336-337.

⁹⁶⁰ “A Poesia Popular no Brasil”, *op. cit.*, V, pp. 313-315.

⁹⁶¹ Esta geografia não resulta de informação de Romero mas de Braga. “Sobre a Poesia Popular do Brasil” in Sílvio Romero, *Cantos Populares do Brasil*, p. XIV.

⁹⁶² Sílvio Romero, “A Poesia Popular no Brasil”, *Revista Brasileira*, I, pp. 433-440, 503-511 e 561-574; II, pp. 27-39, 112-126, 205-214.

“limitou-se a ligeiros confrontos [entre as versões do *Romanceiro Geral* de 1867 e a memória brasileira de algumas delas], deixando de fornecer as variantes por estenso”⁹⁶³,

não é possível considerar essa eventualidade.

Numa palavra, alguma probabilidade tem a hipótese levantada.

O interesse do erudito português pela investigação desta tradição é, sobretudo, estimulado pelos artigos referidos de Sílvio Romero, nos quais o historiador da literatura do Brasil dá a conhecer o estado dos trabalhos sobre a “poesia popular” local, procede ele próprio ao seu estudo e edita e reimprime versões ou fragmentos.

No entanto, não são as linhas mais ou menos eruditas que reclamam a atenção de Braga, embora não descure as informações sobre as investigações locais e aproveite a caracterização étnica do povo brasileiro. A maior importância dos artigos do Rio advém das versões aí impressas - “uma efflorescencia que espanta”⁹⁶⁴ - sobre as quais dirá que

“são o deposito augusto [...] transmittido pela mãe patria: sob este aspecto, vem ell[a]s completar a tradição portugueza, tão apagada já no continente, e tão vigorosa nas colonias distantes”⁹⁶⁵.

Neste aspecto, algum paralelismo se encontra entre este seu entusiasmo e o manifestado na “Introducção” dos *Cantos* açorianos a respeito

⁹⁶³ *Op. cit.*, p. 573.

⁹⁶⁴ “Sobre a Poesia Popular do Brazil” in Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brazil*, I, p. XVII.

⁹⁶⁵ *Op. cit.*, p. XI.

das espécies que prefaciava. Em ambos os casos, encontra a tradição portuguesa na sua genuinidade dos séculos XV-XVI, conservada pelo isolamento relativamente à “mãe pátria”. E o mesmo verifica no *Romanceiro* da Madeira e na presença de **La doncella guerrera** (0231) na Índia. “[É] uma lei da história que se confirma com a poesia de outras nações; é nas colónias distantes que se dá a persistência tradicional”⁹⁶⁶.

O arcaísmo brasileiro, na constatada falta de documentos epocais, é comparado ao indiano, passível de ser conhecido nas citações e alusões de Diogo do Couto, Camões. No entanto, continua, a evolução das duas tradições distingue-as; enquanto a oriental foi decaindo, a americana foi revigorada pelas sucessivas ondas de emigração minhota e, sobretudo, insular. Braga procura provas da sua tese sobre a origem dessa regeneração, através da geografia das versões da **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0069) e do **Veneno de Moriana** (0172).

No primeiro caso, esquecendo as madeirenses de Azevedo (ver quadro supra), anota que o tema é conhecido nos Açores e no Brasil: as composições jorgenses aludidas surgem da sua bibliografia, Braga (1869)/Braga (1882) 328-329, 330-331 e Braga (1870) 29-30 reeditada in Braga (1883) 172-173; a brasileira é encontrada por si num dos fragmentos da versão do **Bernal Francés** (0222) de Celso de Magalhães transcrito por Romero na *Revista* do Rio (ver quadro seguinte). O segundo, de facto, é inicialmente descoberto no Brasil - em Pernambuco, Celso de Magalhães recolhe a versão aludida, depois reeditada por Romero (ver quadro seguinte), e Teixeira Bastos oferece a cearense, já referida, para o *Parnaso*, Braga (1877) 227-229 - e só posteriormente, aparece em S. Miguel, graças a Arruda Furtado, a versão que é editada nas “Notas” da colecção organizada a partir dos artigos de Romero, Braga (1883) 196-197.

⁹⁶⁶ *Op. cit.*, p. XI-XII.

Dos estudos da *Revista Brasileira*, tanto lhe interessa a informação relativa às versões surgidas no Brasil, que inclui na sua “Introdução” ao acervo de 1883, a listagem das aludidas por investigadores locais como simples memória, sem texto⁹⁶⁷. Excluindo essas, as versões e fragmentos tradicionais que conhece nesses artigos formam o quadro a seguir apresentado.

Versões/fragmentos publicados por Romero

Versão Título (IGR)	Fragmento Título (IGR)	<i>Rev. Brasileira</i> (vol, pp.)	1º. editor
	Pérdida de don Beltrán (0150)	II, 35	Magalhães (1873)
Conde Claros en hábito de fraile (0159) ⁹⁶⁸		II, 33-35	
Conde Claros preso (0336)		II, 31-33	
Hermanas reina y cautiva (0136)		V, 313-315	Braga (1877)
Vuelta del marido (0113)		I, 565-567	
La vuelta del navegante (0559)		I, 567-568	
	La aparición (0168)	I, 568-569 ⁹⁶⁹	Magalhães (1873)
La novia abandonada (0720)		I, 572-573	
Conde Alarcos (0503)		II, 29-30	

⁹⁶⁷ *Op. cit.*, p. XXI.

⁹⁶⁸ Versão contaminada: **Conde Claros en hábito de fraile** + **La infanta preñada** + **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0159 + 0469 + 0069).

⁹⁶⁹ Fragmento que corresponde a **La aparición** (0168) mas, segundo a descrição de Romero, faz parte de uma versão cujo tema dominante seria o **Bernal Francés** (0222).

	Conde Alarcos (0503)	II, 28 V, 318, 319	Magalhães (1873) Von Koseritz
	El conde Alemán (0095)	II, 30	Magalhães (1873)
	Ronda a una mujer malcasada (0167)	II, 119	Magalhães (1873)
Bernal Francés (0222)		I, 570-571	
	Bernal Francés (0222)	I, 568	Magalhães (1873)
Veneno de Moriana (0172)		II, 214, nota	Magalhães (1873)
El ciego raptor (0189)		II, 123-126	
	El ciego raptor (0189)	I, 265	Magalhães (1873)
	La doncella guerrera (0231)	I, 561, 562, 563; II, 118	Magalhães (1873)
Don Alejo muerto por traición de su dama (0546)		II, 27-28	
Santa Iria (0173)		II, 113-114	
Nau Catrineta (0457)		I, 573-574 V, 320-322	Von Koseritz

O seu entusiasmo perante este acervo levou-o a escrever a Romero felicitando-o pelo seu trabalho, como se depreende pela carta retribuída do Brasil, em 30 de Outubro de 1882⁹⁷⁰. Esse terá sido, sem dúvida, o primeiro passo para a sua colaboração na edição dos *Cantos* de 1883.

⁹⁷⁰ Carta depositada no Espólio de Teófilo Braga, em Ponta Delgada com o N.º 4006.

Do ponto de vista de Romero, Braga ter-se à oferecido para o dar à luz da imprensa, coadjuvado por Carrilho Videira, primeiro as composições poéticas e, futuramente, os estudos teóricos. Escreve o investigador brasileiro na “Advertencia” de 1883:

“Nada temos a dizer aqui sobre o modo por que encaramos a poesia anonyma do Brazil. Este trabalho já foi feito nas paginas da Revista Brasileira, e dal-o-hemos em volume n’esta serie. Resta-nos agradecer [...] aos snrs. Theophilo Braga e Carrilho Videira, que tão galhardamente se offereceram para salvar das traças esta collecção”⁹⁷¹.

Sabe-se que nunca os seus estudos teóricos serão publicados por iniciativa de Braga - ou porque nunca tenham estado projectados ou devido à conhecida diatribe entre os dois protagonistas dos *Cantos* - mas o resultado do trabalho sobre os artigos bem como a anexação do estudo preliminar, das “Notas” e de versões estranhas ao acervo de Romero não terá desagradado ao colector brasileiro. Não só a “Advertencia” o deixa antever como uma carta posterior, depositada no Espólio de Braga com o N° 4039, o afirma convictamente.

Antes, porém, de se dedicarem algumas palavras à controvérsia que envolveu o trabalho de 1883 e à polémica entre os dois investigadores, observe-se o quadro das versões romancísticas incluídas nos dois volumes dos *Cantos Populares do Brazil*, onde surgem composições não só estranhas à colecção do autor sergipano mas estranhas, também, à tradição brasileira.

⁹⁷¹ “Advertencia”, in *Cantos Populares do Brazil*, p. VI-VII. Carrilho Videira era, como se sabe, editor.

Versões dos *Cantos* do Brasil (1883) e respectivas fontes

Título (IGR)	<i>Cantos</i> (vol, pp.)	Fonte 1: <i>Rev. Braz.</i> (vol, pp.)	Outras fontes	Geografia
Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal (0069)	I, 20 ⁹⁷² II, 172-173	II, 33-35 ⁹⁷³	Braga (1870) 29-30	Brasil Açores
Conde Claros en hábito de fraile (0159)	I, 18-19 ⁹⁷⁴ II, 166-170 ⁹⁷⁵	II, 33-35 ⁹⁷⁶	Coelho (1879) 64-66	Brasil Minho
Conde Claros preso (0336)	I, 13-16 I, 16-18	II, 31-33	Magalhães (1873)	Brasil Brasil
Hermanas reina y cautiva (0136)	I, 41 I, 41-44 II, 203-205		Magalhães (1873) Braga (1877) 229-232	Brasil Brasil Algarve
Vuelta del marido (0113)	I, 1-3 II, 143-144	I, 565-567	Coelho (1879) 63	Brasil Minho
La vuelta del navegante (0559)	I, 4-5 II, 146-147			Brasil Açores

⁹⁷² Versão que resulta da cisão de **Conde Claros en hábito de fraile** + **La infanta preñada** + **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0159 + 0469 + 0069).

⁹⁷³ **Conde Claros en hábito de fraile** + **La infanta preñada** + **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0159 + 0469 + 0069).

⁹⁷⁴ Versão resultante da cisão de **Conde Claros en hábito de fraile** + **La infanta preñada** + **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0159 + 0469 + 0069).

⁹⁷⁵ Esta versão, tal como a sua fonte, é contaminada **Conde Claros en hábito de fraile** + **Conde Claros preso** (0159+ 0366).

⁹⁷⁶ **Conde Claros en hábito de fraile** + **La infanta preñada** + **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0159 + 0469 + 0069).

La novia abandonada (0720)	I, 7-9 ⁹⁷⁷ II, 153-158 ⁹⁷⁸	I, 572-573		Brasil Açores
Casada de lejas tierras (0155)	I, 25-27 II, 183-184		Magalhães (1873) Dâmaso (1882) 171- 173	Brasil Algarve
Conde Alarcos (0503)	I, 11-12 ⁹⁷⁹ II, 162-165	II, 29-30		Brasil Açores
Bernal Francés (0222)	I, 5-7 ⁹⁸⁰ II, 149-152 ⁹⁸¹	I, 570-571	Dâmaso (1882) 155- 156 ⁹⁸²	Brasil Algarve
Veneno de Moriana (0172)	I, 36-37 I, 38-39 II, 197 II, 198-199	II, 214, nota	Magalhães (1873) Braga (1877) 227-229 Milá (1882) 256	Brasil Brasil Açores Catalunha
El ciego raptor (0189)	I, 31-34 I, 34-36 II, 192-193 II, 193-195	II, 123-126	Braga (1877) 225-227 Murguía I (1865) 578 Coelho (1879) 67-68	Brasil Brasil Galiza Minho

⁹⁷⁷ Versão contaminada **La novia abandonada** + **Conde Niño** (0720 + 0049).

⁹⁷⁸ Esta versão integra, no início, o romance **La infantina** (0164). Para além disso, é contaminada **La novia abandonada** + **Conde Niño** (0720 + 0049).

⁹⁷⁹ Versão contaminada **Conde Alarcos** + **Silvana** (0503 + 0005).

⁹⁸⁰ Versão contaminada **Bernal Francés** + **La aparición** (0222+ 0168).

⁹⁸¹ Versão contaminada **Bernal Francés** + **La aparición** (0222+ 0168).

⁹⁸² Versão contaminada **Bernal Francés** + **La aparición** (0222+ 0168).

La infantina (0164)	II, 153-158 ⁹⁸³			Açores
La guarda cuidadosa (0629)	II, 200-201		Braga (1870a) 78	Açores
Don Alejo muerto por traición de su dama (0546)	I, 9-11 ⁹⁸⁴	II, 27-28		Brasil
Santa Iria (0173)	I, 23-24 II, 179-180 II, 181	II, 113-114	Murguía I (1865) 579 Coelho (1879) 69	Brasil Galiza Minho
Nau Catrineta (0457)	I, 20-22 I, 22-23 II, 177-178	I, 573-574 V, 322-324	Von Koseritz Milá (1882) 215-216	Brasil Brasil Catalunha

Comparando os *Cantos* com o estudo de Romero, desde logo se evidencia a inclusão de versões inéditas açorianas, resultado das prospecções de Arruda Furtado⁹⁸⁵, como por várias vezes Braga esclarece nas “Notas”, e uma algarvia bem como a reedição de composições do Minho, do Algarve, dos Açores, da Galiza e da Catalunha.

Intenções comparativistas explicam a inserção destas espécies, no entanto, sem negar essa motivação, convém não esquecer as múltiplas referências a outras versões editadas sem que surjam transcritas.

⁹⁸³ Versão que integra, no final, **Conde Niño + La novia abandonada** (0049 + 0720). Para além disso, é uma versão contaminada **La infantina + El caballero burlado + La hermana cautiva** (0164 + 0100 + 0169).

⁹⁸⁴ Versão contaminada **Don Alejo muerto por traición de su dama + No me entierren en sagrado** (0546 + 0101).

⁹⁸⁵ Arruda Furtado (Ponta Delgada, 1854 - Lisboa, 1887) foi um dos mais importantes antropólogos portugueses oitocentistas.

No caso das inéditas, a necessidade do cotejo textual foi, seguramente, associada à oportunidade de publicação. Veja-se que a versão algarvia só surgirá novamente impressa no *Romanceiro Geral Portuguez*⁹⁸⁶ e as açorianas fazem parte do acervo cuja outra fracção é dada à estampa nas “Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores”⁹⁸⁷.

Sobre os problemas textuais se tratará mais tarde, mas não pode deixar de se registrar, neste momento, outro aspecto imediatamente perceptível no quadro, até porque constitui um dos episódios da discórdia entre Braga e Romero. Trata-se do fraccionamento, nos *Cantos*, da composição que surge entre as páginas 33-35 do segundo volume da *Revista Brasileira*, do qual resultam as versões da **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0069) e do **Conde Claros en hábito de fraile** (0159).

Mas passemos à história da polémica que envolveu o opúsculo de 1883, espelho não só de susceptibilidades exacerbadas mas sobretudo do pensamento dos dois investigadores sobre os romances.

Para se lhe compreender a dimensão, convém recordar o facto de a “Introdução” dos *Cantos* ter sido reimpressa com ligeiras alterações, vinte e dois anos depois na *Historia da Poesia Popular Portuguesa*⁹⁸⁸, após o libelo que envolveu os dois polígrafos, imediatamente ulterior ao exaltado *Passe Recibo*⁹⁸⁹ publicado em 1904.

⁹⁸⁶ Braga (1907)/Braga (1985) 134-136.

⁹⁸⁷ “Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores”, *Revista Lusitana*, pp. 96-116. O **veneno de Moriana** é a única versão impressa em 1883 que figura neste artigo, na página 3.

Historia da Poesia Popular Portuguesa. Ciclos Épicos, pp. 423-444.

⁹⁸⁹ *Op. cit.*

Como parcialmente se viu, essa reedição traz nas entrelinhas a dissensão que os opôs ao suprimir epítetos elogiosos⁹⁹⁰, ao substituir referências bibliográficas⁹⁹¹ e ao introduzir excertos de duas cartas de Fran Paxêco, nos quais anuncia a descoberta de manuscritos de Celso de Magalhães que provam a anterioridade dos seus trabalhos em relação a Sílvio e comunica alterações e dislates introduzidos na segunda edição dos *Cantos*⁹⁹².

Surpreendente é a reedição revelar a persistência de um pensamento próximo ao dos estudos da *Revista brasileira*. De facto, a partir da *Theoria da Historia da Litteratura portugueza* de 1881, passando pela "Introducção" e pelas "Notas" dos *Cantos* e pela *Historia da Poesia Popular Portugueza* de 1905, a afinidade de Braga em relação a Romero mantém-se em certos aspectos. Confirma-o o trecho acrescentado nas páginas 432-433, em 1905, ao texto de 1883 (fragmento que destaca a sensibilidade de Celso de Magalhães à adaptação dos romances à realidade brasileira): sendo esta alteração posterior à polémica, parece, no entanto, ter sido feita à luz de um dos artigos de Romero⁹⁹³, tal é a coincidência desses blocos textuais. Aliás, Braga, mesmo em pleno calor polémico, reconhece a importância dos estudos do autor sergipano numa carta a Fran Paxêco⁹⁹⁴ e, Sílvio, de igual modo, não a deixa passar despercebida no *Passe Recibo*⁹⁹⁵.

⁹⁹⁰"Sobre a Poesia Popular do Brasil", in Sylvio Romero, *op. cit.*, pp. X-XI.

⁹⁹¹ Confronte-se: Sylvio Romero, "A Poesia Popular no Brasil", *Revista Brasileira*, I, p. 265, com *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicas*, p. 441.

⁹⁹²*Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicas*, p. 434, nota. Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, S. Paulo, Livraria Clássica de Alves & Comp., Tip. "Confiança", 1897.

⁹⁹³ "A Poesia Popular no Brasil", *Revista Brasileira*, I, pp. 561-563.

⁹⁹⁴ *Cartas de Teófilo (Com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas "Confissões" de Camilo)*, pp. 29-30.

⁹⁹⁵ *Op. cit.*, p. 27.

Os Cantos e a polémica entre Braga e Romero - Mas não foi a edição das composições poéticas, e particularmente dos romances e o seu estudo que desaveio os dois autores. São as próprias palavras do investigador brasileiro que o demonstram na carta dirigida ao erudito português, logo que recebeu as primeiras provas tipográficas dos *Contos*, arquivada no Espólio de Ponta Delgada.

"O seu estudo sobre os *Contos*, [...] é de todo desaccorde com o que fez sobre os *Cantos*. Este ultimo trabalho foi feito de accordo com os «Estudos sobre a Poesia Popular do Brazil» estudos que fazem parte da serie a que pertencem os *Cantos e Contos*; aquelle outro trabalho afastou-se d'essa trilha e encerra erros bem serios sobre as cousas do Brazil."⁹⁹⁶

A sua discórdia, como se vê, não advém da obra de 1883 mas é motivada pelo estudo "Sobre a novellistica brasileira"⁹⁹⁷ e pelos critérios editoriais usados por Braga em 1885. A polémica envolverá os *Cantos* mas como efeito periférico e tardio do desacordo fundamental. Ela será ampliada, ao longo do tempo, com factos diversos desde a não edição da parte teórica da sua colecção dos *Cantos e Contos* enviada para Lisboa, até à intervenção de Fran Paxêco, a qual terá constituído um verdadeiro factor de empolamento.

Braga afirma ter sido graças a esse seu colaborador que tomou conhecimento das acusações⁹⁹⁸; Romero, por seu lado, embora identifique o seu

⁹⁹⁶ Sylvio Romero [carta] - Rio, 8 de Janeiro de 1885 - 2 fols. - ms. Carta constante do Espólio de Teófilo Braga depositado na Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada com o nº 4039.

⁹⁹⁷ "Sobre a Novellistica Brasileira", in Sylvio Romero, *Contos Populares do Brazil*, pp. VII-XXXVI.

⁹⁹⁸ *Cartas de Teófilo, (Com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas "Confissões" de Camilo)*, p. 28.

verdadeiro opositor, "[o] meu debate é com o sr. Theophilo Braga e só com elle"⁹⁹⁹, não deixa de reconhecer Paxêco como o

"encarregado de tomar-lhe a frente, protegendo-o a elle [Teófilo Braga] e atordoando-me a mim com uma saraivada dos mais grosseiros impropérios e insultos"¹⁰⁰⁰.

A repercussão desta polémica nos *Cantos* é não só retroactiva como as acusações mútuas que desencadeia não assumiram grande impetuosidade se comparadas com outras desta diatribe. As críticas esgrimidas na citada carta de Teófilo a Paxêco e o capítulo I do *Passe Recibo*, no qual Sílvio expõe o "caso dos *Cantos*, que declar[ou] não apurar em *Uma Esperteza*"¹⁰⁰¹ parecem, aos nossos olhos contemporâneos, desproporcionadas relativamente à convergência dos seus pensamentos manifestada nos artigos da *Revista* e na "Introdução" e "Notas" de 1883, a qual se verifica mesmo em aspectos que aparentemente os afastam. Parecem igualmente desproporcionadas ao avaliarmos as intervenções textuais de Braga feitas nos *Cantos* e depois no *Romanceiro Geral Portuguez* sobre as versões romancísticas publicadas por Romero na *Revista Brasileira*.

Teófilo acusa Sílvio do desconhecimento dos temas tradicionais, o que o terá levado a confundir "D. Branca" (**Conde Claros en hábito de fraile + La infanta preñada + Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal - 0159 + 0469 + 0069**) e o "Casamento malogrado" (**Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal - 0069**), apresentando-os como uma só versão¹⁰⁰² (ver quadro supra). E reforça a crítica numa pequena nota da *Historia da Poesia* de 1905:

⁹⁹⁹ *Passe Recibo (Réplica a Theophilo Braga)*, p. 22.

¹⁰⁰⁰ *Op. cit.*, p. 21.

¹⁰⁰¹ *Op. cit.*, p. 36.

¹⁰⁰² *Cartas de Teófilo (Com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas "Confissões" de Camilo)*, p. 31.

“Sylvio Romero na edição do Rio de Janeiro de 1897, traz esta versão, tal como a destacámos do romance *D. Branca*, com que anda confundida, não obstante dizer que apagara o que fizemos na coordenação crítica e conscienciosa d’esses Cantos. O odio é sempre cego.”¹⁰⁰³

Romero, admitindo o facto de ter editado a versão contaminada, relativiza-o dizendo que não o citou para “não levantar bulha por motivo tão simples e sem valor”¹⁰⁰⁴ mas, por outro lado, atribui-lhe a importância do problema desse processo tradicional ao interrogar-se sobre a legitimidade do colector em corrigir o que o povo fundiu.

“Si o povo, si a massa popular no Brasil esqueceu a distincção dos dous romances, si os agglutinou em um só, e si o papel do *folk-lorista* é o de reproduzir fielmente o que a tradição diz, qual a vantagem de o querer corrigir? A poesia popular é da multidão anonyma ou é do colleccionador?”¹⁰⁰⁵

Braga desfere esta crítica mas nas “Notas” dos *Cantos* brasileiros, ao comentar “O Caçador” açoriano (ver quadro supra), confrontava-se com este mesmo

“phenomeno notavel da assimilação d[e] romance[s] [...] facto tão importante para o problema tão complexo da elaboração poetica popular”¹⁰⁰⁶

não fraccionando o longo poema que editava. Pelo contrário, registava em pé-de-página que nesse “romance do *Caçador* ha o syncretismo de tres

¹⁰⁰³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 309, nota. Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brasil*, 2ª ed., pp. 17-18 e 19, respectivamente.

¹⁰⁰⁴ *Passe Recibo (Réplica a Theophilo Braga)*, p. 33-34.

¹⁰⁰⁵ *Op. cit.*, p. 34.

¹⁰⁰⁶ “Notas”, in Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brasil*, p. 153.

romances independentes”¹⁰⁰⁷ (**La infantina + El caballero burlado + La hermana cautiva** - 0164 + 0100 + 0169).

A objecção de Romero ao facto de Braga e Carrilho terem transformado o volume dos *Cantos* em dois juntando-lhe prólogo e notas demasiado extensos¹⁰⁰⁸, colide com a consciência do polígrafo português o ter feito para melhorar o acervo brasileiro, o que, de acordo com uma carta citada de 1884, teria sido do agrado do colector¹⁰⁰⁹. E a mesma justificação é invocada para a inclusão de versões para além das editadas no periódico - no entanto, apenas se refere às suas, do *Parnaso*, esquecendo todas as outras (ver quadro supra).

Encontros e desencontros entre os dois investigadores - Os artigos do periódico do Rio reconhecem admiração pela obra de Braga utilizando-a como referência de legitimação de ideias. Assim, a indicação do *Manual da Historia da Litteratura Portuguesa* comprova a proposição sobre o estado de decadência do reino português quando iniciou a colonização do Brasil e seus efeitos contemporâneos¹⁰¹⁰. As edições do autor português são indicadas, pouco acertadamente, como manifestos de respeito pela autenticidade textual e valorização das versões, das

"variantes de um mesmo canto, porque são ellas que nos habilitam a conhecer como cada população *modificou, adaptou ao seu meio a lição primitiva*"¹⁰¹¹.

¹⁰⁰⁷ *Op. cit.*, p. 158, nota 1.

¹⁰⁰⁸ *Cartas de Teófilo, (Com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e duas "Confissões" de Camilo)*, p. 31.

¹⁰⁰⁹ *Op. cit.*, p. 30-31.

¹⁰¹⁰ "A Poesia Popular no Brasil", *Revista Brasileira*, I, p. 101.

¹⁰¹¹ *Op. cit.*, III, p. 336. *Vide*, igualmente, p. 337.

Francia e Inglaterra, y algunos también en las comunidades de Levante.”¹⁰⁷²

Na verdade, também Braga reconhecia na história nacional a causa da existência desta memória romancística distanciada geograficamente dos eixos da tradição portuguesa - a expulsão dos Judeus, no século XVI. E atribuía a sua conservação à continuada preservação da identidade do “*judeu portuguez*”. Por aqui se compreende a importância desta sub-tradição e o seu lugar na última sistematização:

“Entre as famílias judaicas existem vestígios d’essa forte corrente da poesia popular portuguesa da época fecunda do século XV, que servem principalmente para bem avaliar a sua intensidade.”¹⁰⁷³

Ao lado das arcaicas versões insulares conservadas pelo isolamento geográfico, das galegas que ainda lhe apresentam a metrificação anterior ao “octosyllabo”, das brasileiras cujos vestígios das primeiras colonizações se impõem à sua observação, coloca em paridade arqueológica o acervo sefardita do Levante - provavelmente, inspirado pela leitura das palavras do erudito espanhol que distingue as comunidades turcas das europeias pelo seu carácter fechado:

“Estos nuevos desterrados [...] pudieron renovar también el fondo de la poesía tradicional, importando nuevos romances o componiéndolos ellos mismos. Pero tal influjo debió de alcanzar en muy pequeña escala a las sinagogas de Turquía, muy remotas y aisladas, perdidas entre bárbaros, y pobladas a la sazón de gente pobre, inculta y abatida, que en nada semejaba a los opulentos y refinados mercaderes hebreos de Venecia y Amsterdam.

¹⁰⁷² Marcelino Menéndez Pelayo, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, 2ª ed., IX, Edición Nacional de las Obras Completas de Menéndez Pelayo, XXV, Santander, CSIC, 1945, p. 390.

¹⁰⁷³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 324.

[...] la simple lectura de estos romances [do Levante] basta para probar que son de los más viejos”¹⁰⁷⁴.

Fundamentada a instauração desta classe da tradição portuguesa - nota-se que a sua designação é, também, encontrada a partir do estudo de Menéndez Pelayo cuja influência está a verificar-se, “Romances Castellanos Tradicionales entre los Judíos de Levante” - inclui o erudito no último volume do acervo, as composições indicadas no elenco das versões do *Romanceiro Geral Portuguez* (vide anexo), cuja fonte directa é, como regista Braga, a colecção do autor espanhol. A excepção poderia ser encontrada na **Vuelta del marido** (0113), cujo conhecimento surge explicitamente atribuído à colecção de Abraham Danon e reiterado por uma outra fonte comunicada por Tomás Pires¹⁰⁷⁵, no entanto, é possível que a versão, tal como as outras, tenha sido lida na sua reedição da *Antología de los Poetas Líricos Castellanos*¹⁰⁷⁶, apesar de em 1909 ela ser editada sem os versos 23 e 26 impressos por Pelayo.

Perante as composições publicadas na *Antología*, a selecção de Braga obedece a vários critérios: ora decorre da semelhança das versões e dos temas, caso da **Vuelta del marido** (0113)¹⁰⁷⁷ e da **Delgadina** (0075)¹⁰⁷⁸, ora é

¹⁰⁷⁴ *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, 2ª ed., IX, pp. 390-391.

¹⁰⁷⁵ Braga (1909)/Braga (1985) 336-338. Vide Abraham Danon, “Recueil de Romances Judeo-espagnols chantés en Turquie”, *Revue des Études Juives*, Paris, 1896. Braga regista a referência que lhe é oferecida por Tomás Pires, em carta de 9 de Abril de 1905: *La Ilustración Española y Americana*, N.º. 8, 29 de Fevereiro de 1904, p. 123. A carta a que o polígrafo se refere está depositada no seu Espólio com o N.º 6532 e conserva-se, ainda, inédita.

¹⁰⁷⁶ *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, 2ª ed., IX, p. 414. Na p. 392, este erudito indica as versões que publica da colecção de Danon e lá figura a composição em causa.

¹⁰⁷⁷ No “[...] Semanario rabinico de Adrinopoles publicado em 1896, vem uma versão d’aquelle que entre nós é conhecido por *Bella Infanta*”, *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 336.

¹⁰⁷⁸ “Hoje já se não trata de indigenismo, mas de riqueza e conservação dos themas em relação ao substractum ethnico commum a dados povos”, *op. cit.*, p. 459.

Contrapõe-nas aos retoques e reconstruções da poesia popular feitas por José de Alencar e compara este autor brasileiro à

"geração velha em Portugal, por exemplo, [que] ainda hoje não lê os trabalhos dos jovens escriptores, e por isso em poesia popular não saiu ainda do estalão de Garrett"¹⁰¹².

Esta referência aos "jovens escriptores" portugueses, numa alusão a Braga, bem como o seu reconhecimento como "impulsionador" dos estudos sobre o Romanceliro¹⁰¹³, deve ter agradado à leitura do autor português, conhecida a contenda que mantinha com a memória do primeiro investigador de romances em Portugal. Seguindo o exemplo de Celso de Magalhães, é muito frequente, nestes artigos, a recorrência às edições de Braga como acervo em relação ao qual é sugerido ou mesmo estabelecido o cotejo com as versões publicadas.

De modo semelhante, a "Introducção" de 1883 e mesmo a *Historia da Poesia* de 1905 faz uma apreciação positiva dos trabalhos da *Revista Brasileira*, identificando-se, o autor, de uma forma subliminar, com eles já que os entende como reacção ao romantismo subjectivista através da valorização das tradições, a qual é feita pela investigação dos elementos étnicos e da origem e desenvolvimento da poesia popular.

A analogia entre os dois investigadores situa-se a um nível ainda mais profundo, ao nível das suas motivações e dos objectivos fundamentais que presidiram à investigação das tradições nacionais - o conhecimento e a afirmação da identidade nacional. Mas se este pressuposto político e cultural os

¹⁰¹² *Op. cit.*, p. 338.

¹⁰¹³ *Op. cit.*, I, p. 433.

aproxima, ele é também causa de divergências sempre que se colocam na perspectiva das suas diferentes nacionalidades, a brasileira e a portuguesa.

A reacção de Romero à tese de Braga sobre o turanismo brasileiro exprime o seu imperativo de afirmação da especificidade do Brasil¹⁰¹⁴ e o mesmo combate pela ideia de identidade nacional brasileira está subjacente à crítica do carácter deturpador da influência africana e índia sobre a herança romancística portuguesa, defendido por Teófilo mas também por Celso de Magalhães¹⁰¹⁵.

Romero considera antes essa acção um benefício sem o qual a tradição brasileira seria uma extensão da portuguesa. Compreensivelmente, substitui esse conceito de corrupção pelo de transformação tradicional, de adaptação operada pelo "mestiço"¹⁰¹⁶, verdadeiro factor de criação da "poesia popular" brasileira depois do português, privilegiando deste modo, o vector de recriação. O autor açoriano, pelo contrário, obedecendo ao pressuposto, procura restaurar a genuinidade dos romances, "aportuguesando". Veja-se, por exemplo, que ao reeditar nos *Cantos*¹⁰¹⁷, a versão "Noiva Roubada", tal como é intitulada na *Revista Brasileira*¹⁰¹⁸ (**La vuelta del navegante** - 0559), substitui. "Deus vos salve, *siá* noiva" por "Deus vos salve **senhora** noiva" (v. 11 a)

¹⁰¹⁴ Nos locais já observados, o polígrafo português havia defendido que o lirismo se desenvolvera no Brasil a partir da herança portuguesa, a qual tinha uma génese étnica turana, mas a essa fonte associava uma indígena, a tupi, a qual seria do mesmo modo, descendente dos arcaicos turanos. Sílvio não podia subscrever este duplo turanismo brasileiro, sobretudo aceitar esta genealogia do tupi que manifesta um "modo peculiar de tudo attribuir ao europeu entre nós", *op. cit.*, V, p. 310. Embora não negue a contribuição do elemento português, não o reconhece como o traço determinante do génio brasileiro manifestado no seu canto lírico, o qual é o resultado da integração desse elemento, cuja preponderância admite, com o africano e o indígena, não esquecendo o importante factor mestiço.

¹⁰¹⁵ *Op. cit.*, I, p. 510.

¹⁰¹⁶ *Op. cit.*, V, pp. 562 e ss. e 569.

¹⁰¹⁷ *Op. cit.*, pp. 4-5.

¹⁰¹⁸ *Op. cit.*, I, pp. 567-568.

O autor sergipano, corroborando o conceito de transformação e adaptação tradicionais, através das quais o génio brasileiro se revela, contra o de corrupção, mostra a relação contraditória entre este, defendido por Braga, e o pressuposto do mesmo investigador segundo o qual o povo, no seu incessante canto transmitido de geração em geração, não se engana. Romero não encontra conciliação possível entre esta afirmação de "inerrância popular" e a avaliação negativa das alterações que a vida tradicional inevitavelmente produz nos romances. Como pode o povo "acertar" se as transformações que produz são deturpadoras? Conclui, então, tratar-se de um dogma comparável ao "*direito divino* dos reis e [à] *infallibilidade* do papa"¹⁰¹⁹, e pergunta com alguma malícia, "[o] que dirá a isto o Sr. Theophilo Braga, que de romantico hysterico e de metaphysico idealista deu um salto mortal para o positivismo?"¹⁰²⁰

Ao apontar os limites do conhecimento de Braga sobre a poesia popular brasileira, afirma igualmente a riqueza desse património poético. Ele não se reduz às *modinhas*"¹⁰²¹, ao contrário do que pensa o autor português, nem elas, na sua perspectiva, são de origem popular, resultam antes de criações individuais popularizadas. De facto, neste aspecto, parece exagerar o crítico uma vez que ele próprio conhecia as versões romancísticas do *Parnaso* - das quais edita uma (ver quadro).

A perspectiva do outro contendor é marcada, também, pelo seu nacionalismo. Mesmo ultrapassando a tese turaniana e reconhecendo a especificidade étnica e poética da nação brasileira, o seu interesse por esta tradição é, sobretudo, determinado pelo seu fundo de reserva da herança

¹⁰¹⁹ *Op. cit.*, p. 194.

¹⁰²⁰ *Ibidem.*

¹⁰²¹ *Op. cit.*, p. 274.

portuguesa desde os tempos da primeira colonização e por isso a incluirá no acervo do *Romanceiro Geral Portuguez*.

Em alguns aspectos sobre os quais os dois autores manifestam grande proximidade de opiniões, certos pormenores os fazem divergir. Como já se observou, os dois polígrafos têm a mesma visão histórica da primeira colonização feita por Portugal num período de decadência política e da acção deletéria dos Jesuítas, quer de um lado quer do outro do Atlântico, e ambos constataam uma renovação da tradição poética, na sua actualidade. Porém, no afã comum da procura do génio e especificidade das suas culturas, as razões deste renascimento distanciam-nos pelos imperativos caros a um e a outro. De acordo com as suas perspectivas nacionais, Romero entende que esse renascimento se deve à confluência dos elementos negro, índio e, claro, mestiço. Braga, embora os considere corruptores, admite-os atribuindo-lhes uma função adaptadora, o que é visível através das investigações brasileiras, mas não deixa de realçar o papel das sucessivas emigrações de Portugal, Minho e Açores, na revitalização, preservação, da herança romancística, enunciando, assim, os dois vectores tradicionais, a conservação e a recriação, em tensão dinâmica.

Ambos concordam sobre o estado da tradição brasileira, naquele momento. Assistia-se à integração dos vários elementos tradicionais correspondentes aos três elementos étnicos e dessa fusão resultava a individualidade da nação brasileira e da sua poesia. Esta constatação reforçava a importância dos *Cantos*: tinham sido coligidos neste período de transição e, por isso, documentavam os vários elementos constitutivos da nacionalidade, além de oferecerem os temas em que a sua literatura deveria assentar e assim constituíam um forte estímulo para o desenvolvimento da consciência nacional e afirmação da sua individualidade.

Apesar de reeditar, no *Parnaso Portuguez*, as versões de **Pobreza de la Virgen recién parida** (0812) e de **El discípulo amado + El rastro divino** (0064.1 + 0042.1)¹⁰²², publicadas por Adolfo Coelho na *Romania*,¹⁰²³ e conhecer as de **Santa Iria** (0173) e de **El ciego raptor** (0189) de Murguía¹⁰²⁴, a leitura do comentário deste historiador espanhol sobre a reduzida existência de romances na Galiza convence-o de que a sua “parte narrativa da poesia popular é diminutissima”¹⁰²⁵. Cita-o, então:

“[C]asi podemos asegurar que no se conoce en Galicia el romance [...]. Parece que hacia la parte de Asturias, en Rivadeo y Vega del Castropol se conservan algunos, escritos en una de esas variedades de gallego, natural á nuestros pueblos fronterizos”¹⁰²⁶.

Volta a incluir o mesmo excerto no estudo introdutório à colecção galega de Pérez Ballesteros, *Cancionero Popular Gallego*¹⁰²⁷, mas perante o aumento significativo de versões, justifica aqui, a opinião de Murguía pela então insuficiente exumação dessa tradição. Como é sabido, o maior número de composições não se devia ao autor do *Cancionero* mas às investigações de

¹⁰²² Braga (1877) 268 e 269-270, respectivamente.

¹⁰²³ Coelho (1873) 259-260.

¹⁰²⁴ Murguía (1865) 578 e 579, respectivamente.

¹⁰²⁵ *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 48.

¹⁰²⁶ “Velho Lyrismo Portuguez”, in *Questões de Litteratura e Arte Portuguesa*, p. 52. O excerto transcrito não figura na primeira versão deste estudo publicada in *Parnaso Portuguez Moderno*. Transcreve Manuel Murguía, *Historia de Galicia*, I, Lugo, Imp. de Soto Freire, 1865, p. 256.

¹⁰²⁷ “Sobre a Poesia Popular da Galiza” in José Pérez Ballesteros, *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, I, Madrid, Librería de Ricardo Fé, 1885, p. XLI. Existe uma outra edição com a data de 1886.

Milá¹⁰²⁸. No entanto, Braga não esboça qualquer referência à fonte das espécies romancísticas que prefaciava, apesar de anteriormente citar esses trabalhos nas suas “Notas” da colecção brasileira¹⁰²⁹.

A sua diferente opinião sobre a expressão quantitativa da tradição galega alicerça-se, também, na suspeita de Juan Menéndez Pidal sobre a probabilidade da existência de romances nessa região, manifestada na *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos*¹⁰³⁰ e do próprio

“*Cuestionario del Folk-Lore gallego*, nº 95, [no qual] já se indicam os principaes romances tradicionaes, uns locaes como o da *Albuela*, *Sylvanina*, *Guirinelda*, o *Segador*, *Duque cego*, *Conde Nilo*, *Rufina hermosa*”¹⁰³¹.

¹⁰²⁸ Manuel Milá y Fontanals, “La Poesia Popular Gallega”, *Romania*, VI, 1877, pp. 47-75. Estudo incluído in *Obras Completas de D. Manuel Milá y Fontanals. Coleccionadas por D. Marcelino Menéndez y Pelayo*, V, “Opúsculos Literarios”, 2ª Serie, 1893, pp. 363-399. Sobre as fontes romancísticas do *Cancionero* de Ballesteros, escreve R. Menéndez Pidal: “en el *Cancionero Gallego* [...] no se incluye más que uno, el de *Doña Arbola* [**La mala suegra** - 0153], sobre los ya publicados por Milá.”, *Romancero Hispánico*, II, p. 286. Reitera-o recentemente Ana Valenciano, “a excepción do romance de *La mala suegra*, o resto das versións romancísticas publicadas por Pérez Ballesteros procede do traballo de Milá”, Ana Valenciano, *Romanxeiro Xeral de Galicia. Catálogo Exemplificado dos seus Temas*, I, Madrid - Santiago de Compostela, Publicacións do Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñero, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1998, p. 75.

¹⁰²⁹ “Notas” in Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brazil*, II, pp. 148, 162, 179.

¹⁰³⁰ Juan Menéndez Pidal, “Anotaciones”, in *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos en la Danza Prima, Esfoyazas y Filandones*, p. 275. Observo que Braga transcreve um fragmento desta obra de 1885 no mesmo ano de 1885, o que revela, como já anotamos, a sua informação actualizada, fruto, muitas vezes, das relações epistolográficas com eruditos com idênticos interesses.

¹⁰³¹ “Sobre a Poesia Popular da Galiza” in José Pérez Ballesteros, *Cancionero Popular Gallego*, I, p. XLII. Refere *Cuestionario del Folk-Lore Gallego Establecido en la Coruña el 29 de diciembre de 1883*, Madrid, Librería de Ricardo Fé, 1885. Sobre este questionário, vide R. Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico*, II, p. 286 e Ana Valenciano, *Romanxeiro Xeral de Galicia*, I, p. 75, nota 171. Neste último local, nota 172, são identificados os romances referidos por Braga, **La mala suegra** (0153), **La bastarda y el segador** (0161), **Conde Alarcos** (0503), **El ciego raptor** (0189), **Conde Niño** (0049) e **La pastora probada por su hermano**, respectivamente.

E, embora não o cite, deveria ter presente a recusa de Milá, expressa em 1877, em aceitar a ideia de repugnância galega em relação aos romances e

“explicar la actual carestía [por] la decadencia del espíritu tradicional y la mayor afición á otros géneros más enlazados con la música y la danza. Igual escasez se nota (juzgando por lo que se ha publicado), no tan solo en Aragón y en Valencia, sino tambien en Castilla y Andalucía, que tan fecundas fueron en romances.”¹⁰³²

Braga estava bem de acordo com o erudito catalão quanto à preferência galega pela lírica, como se vê pelo seu estudo, já referido, sobre a poesia “popular” da Galiza publicado em duas versões, no *Parnaso* e nas *Questões de Litteratura e Arte* - e mesmo na fase final dos seus trabalhos, já em pleno século XX, na *Historia da Poesia Popular* de 1902, consigna essa maior fortuna lírica¹⁰³³. Porém, ela não obsta à existência de romances. Nesta sua penúltima *Historia da Poesia*, retoma a discussão sobre o tema referindo as opiniões dos autores já citados, incluindo a de Milá que estava implícita anteriormente e agora surge transcrita¹⁰³⁴ e aduz um novo argumento em favor da certeza da existência de romances mesmo antes da sua recolha. Esquecendo as suas próprias dúvidas iniciais, lembra que bastava considerar a proximidade geográfica das Astúrias e

“ter sido a Galliza parte da região da Lusitania, á qual pertencera também a Betica (Andalusia), para que a tradição do *Romance* narrativo, sobrevivente n’estes dois povos, se não extinguisse na Galliza”¹⁰³⁵.

¹⁰³² Manuel Milá y Fontanals, “De la Poesia Popular Gallega”, *Romania*, VI, p. 52.

¹⁰³³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 194.

¹⁰³⁴ *Op. cit.*, pp. 195-196.

¹⁰³⁵ *Op. cit.*, p. 194.

Ultrapassa, também, em 1885, a sua errónea opinião de 1881 sobre a existência de romances se restringir à classe “*ao divino*”¹⁰³⁶. Muito provavelmente, no início da década, a sua base textual não incluía a colecção de Milá, de 1877, e limitava-se às versões de Murguía e Coelho - a **Santa Iria** (0173) é um devoto, as editadas no volume II da *Romania*, são de dois romances religiosos, mas **El ciego raptor** (0189) pertence à classe dos “raptos e violações”.

Apesar da forte probabilidade de Braga não contar, nessa altura (1881), com o acervo do erudito catalão, em 1885, data da confirmação da referida sistematização, o seu manuseamento era evidente. Deste modo, o quadro seguinte apresenta as versões sobre as quais foi corroborada a nova região romancística.

Versões galegas a partir das quais é confirmada
a geografia galega

Título (IGR)	Contaminações (IGR)	Editor
El quintado (0176)	La aparición (0168)	Milá (1877) 69-70
La mala suegra (0153)		Ballesteros III (1885) 262-269
Conde Alarcos (0503)	Silvana (0005)	Milá (1877) 68-69
Adúltera con un “gato” (0436)		Milá (1877) 70
Don Gato (0144)		Milá (1877) 71
La devota de la Virgen en el yermo (0212)		Milá (1877) 68

¹⁰³⁶ *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 49.

Como se verifica, com excepção da versão inédita de Ballesteros, a confirmação de Braga desta geografia romancística assenta no estudo de Milá - o qual é descrito por Ana Valenciano¹⁰³⁷.

O carácter arcaico desta tradição, comparável ao das insulares e da brasileira, é particularmente sublinhado no “Prólogo” do opúsculo de Ballesteros mas aqui, essa antiguidade manifesta-se na versificação das composições¹⁰³⁸. Braga, com a convicção de que a inicial forma métrica dos romances teria sido a “redondilha menor” (*vide* apartado sobre versificação), verifica a “antiguidade” das versões galegas pela sua análise métrica e nota que será a partir do estudo desta tradição que o problema da versificação romancística pode ser aprofundado. Daí, o seu interesse redobrado.

“Esta característica não tem sido observada com cuidado; porque o romance em redondilha maior é uma nova elaboração dos cantos heroicos durante o século XV, e com essa fôrma entrou nas colleções impressas do século XVI. N’este problema é da Galiza que se devem esperar as mais importantes descobertas tradicionaes. O romance em octosyllabos não penetrou profundamente na Galliza”¹⁰³⁹.

Revestir-se-ia de alguma estranheza o facto de ter sido Braga o autor escolhido para prefaciar a colecção galega, todavia, considerando “a estreita relación que unía ós estudiosos das sub-tradicións portuguesa e galega”¹⁰⁴⁰ e o

¹⁰³⁷ Ana Valenciano, *Romanxeiro Xeral de Galicia*, I, pp. 73-74.

¹⁰³⁸ Também em 1902, indica ser na Galiza onde “a poesia tradicional é a que apresenta os typos mais archaicos”. *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 196.

¹⁰³⁹ “Sobre a Poesia Popular da Galiza” in José Pérez Ballesteros, *Cancionero Popular Gallego*, I, p. XLIV. Esta ideia é, também, ratificada in *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 207-208.

¹⁰⁴⁰ Escrevia Ana Valenciano a propósito do facto do *Romanxeiro Geral* ter servido de base à elaboração do já referido *Cuestionario* galego. *Romanxeiro Xeral de Galicia*, I, p. 75, nota 171.

estado de então das investigações sobre o Romanceiro de tradição oral moderna em Espanha, compreende-se o convite ao estudioso português, o qual é identificado em 1905:

“O fundador das numerosas Sociedades de Folk-Lore em Hespanha, D. Antonio Machado y Alvarez, é que nos indicara para este estudo”¹⁰⁴¹.

De facto, encontra-se depositada no Espólio de Teófilo a carta do investigador espanhol na qual é feito o convite ao erudito português para prefaciar a colecção galega. Transcrevemos apenas parte do fragmento em que transparece a maior admiração pelo labor de Braga:

“El objeto principal de esta carta es pedir á U. [...] un favor que le agradecemos [...]. Vamos á publicar en el tomo VII de nuestra Biblioteca un Cancionero gallego coleccionado por D. José Peres Ballesteros, Director del Instituto de Coruña y desearíamos que U., competentíssimo en poesia popular gallega, honrara esta obra con un prólogo de su docta y autorizada pluma.”¹⁰⁴²

Até à data de publicação do seu estudo, como se observa pela descrição de R. Menéndez Pidal¹⁰⁴³, no país vizinho, as grandes colecções ainda não tinham visto a luz da imprensa - isto é, se exceptuarmos o *Romancerillo Catalan*¹⁰⁴⁴, de Milá, editado em 1853 e depois em 1882, com um significativo acréscimo textual e científico, apresentando várias versões e variantes; as

¹⁰⁴¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 531.

¹⁰⁴² António Machado Alvarez, [carta] - Madrid, 21 de Dezembro de 1884 - 2 fols.; 21 cm - ms. TB, N° 5441. Inédita.

¹⁰⁴³ R. Menéndez Pidal, “Estado Latente del Romancero Oral” *Romancero Hispánico*, II, pp. 277-290.

¹⁰⁴⁴ Manuel Milá y Fontanals, *Romancerillo Catalan*, Barcelona, 1853. Uma nova edição surge em 1882.

*Cansons de la Terra*¹⁰⁴⁵, retocadas literariamente e, de 1885, a *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos*.

Por isso, e não esquecendo as suas anteriores investigações sobre a “poesia popular” galega, não surpreende o agradecimento de Ballesteros por Braga ter aceite escrever o “Prólogo”¹⁰⁴⁶. Revela, sim, o apreço dos seus trabalhos em Espanha, o qual está largamente documentado na epistolografia publicada e a inédita conservada no seu Espólio, em Ponta Delgada.

3.2.3. *Áreas geográficas sem memória romancística?*

Observou-se anteriormente, um problema com o qual Braga se enfrentou, a inexistência de versões de romances em áreas muito concretas. Reconhece em certas regiões, uma memória muito ténue, praticamente a ausência de composições deste género, enquanto outras, pelo contrário, oferecem um número muito significativo. A razão da diferença afigura-se-lhe radicar na natureza étnica dos habitantes dessas localidades.

A ideia, esboçada nas *Questões de Litteratura e Arte*¹⁰⁴⁷, não é nova. Se se recordar a sua teoria “mosárabe” sobre os romances, nomeadamente, na sua expressão geográfica, encontra-se o mesmo princípio. As Beiras ofereciam as melhores versões por corresponderem ao núcleo do território habitado por

¹⁰⁴⁵ Francesch Pelay Briz, *Cansons de la Terra*, 5 vols., Barcelona, 1866, 1871, 1874, 1877.

¹⁰⁴⁶ Carta inédita depositada no Espólio de Braga com o N.º 1674. Enviada sem identificação do local, provavelmente de La Coruña, em 21 de Fevereiro de 1885. Uma outra, também inédita, constante desse Arquivo, com N.º 1673, também sem local, de 26 de Outubro de 1885, acompanha o envio do *Cancionero Popular Gallego*.

¹⁰⁴⁷ “Velho Lyrismo Portuguez”, pp. 66-67 (excerto que não figura na primeira versão do estudo publicada no *Parnaso Portuguez Moderno*).

“mosárabes”. Na década de oitenta, esta premissa das *Epopêas* mantém-se ampliada pelas suas leituras antropológicas.

“Ha portanto uma diferença nas tradições épicas e lyricas nos povos do occidente, explicavel pelo fundo ethnico que os constituirá”¹⁰⁴⁸.

Onde domina a tendência lírica, Provença, Galiza e Brasil¹⁰⁴⁹, Minho, é consideravelmente menos expressiva a tradição épica, a qual é preponderante em Espanha, nas regiões das Beiras, Açores, Madeira e México. A razão está nos respectivos “typos anthropologicos”, a “*brachycephalia*” do primeiro grupo e a “*dolichocephalia*” do segundo.

Todavia, no mesmo ano em que tece este princípio, admite, falando da tradição brasileira, que “além da assombrosa persistencia das fórmulas tradicionais do lyrismo, [...] se acha uma poesia narrativa [...] O seu estudo começa agora”¹⁰⁵⁰.

Tinha perante si os artigos de Sílvio Romero, da *Revista Brasileira*,¹⁰⁵¹ e não podia deixar de se entusiasmar com as referências aí feitas e as versões de

¹⁰⁴⁸ “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 66 (excerto que não figura na primeira versão do estudo publicada no *Parnaso Portuguez Moderno*).

¹⁰⁴⁹ A sua convicção sobre a inexistência de tradições épicas no Brasil e na Galiza nasce das opiniões de dois investigadores locais, Sílvio Romero e Manuel Murguía. “[S]obre este ponto consignamos a opinião do collector critico Sylvio Romero [...]: «No Brasil as correntes lyricas são muito mais ricas e abundantes do que as fórmulas épicas.» Este facto merece ser aproximado da observação de Manuel Murguía, que diz: «Casi podemos assegurar que no se conoce en Galicia el romance...»”, “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 75 (excerto que não figura na primeira versão do estudo publicada no *Parnaso Portuguez Moderno*). Vide “A Poesia Popular no Brasil”, *Revista Brasileira*, I, p. 511 e Manuel Murguía, *Historia de Galicia*, I, p. 256.

¹⁰⁵⁰ *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, 3ª ed., pp. 57-58.

¹⁰⁵¹ *Op. cit.* Ver-se-ão, mais tarde, as espécies romancísticas aqui publicadas.

romances aí publicadas - mesmo perante a opinião tendencialmente negativa de Von Koseritz sobre a reduzida memória de romances no Rio-Grande¹⁰⁵².

3.3. O projecto de um inventário dos temas da tradição portuguesa. A sua utilidade

Em 1887-1889, Braga considera de tal forma explorado o conjunto da tradição portuguesa, formado pelo continente peninsular, Galiza, Açores, Madeira e Brasil (esquecendo, nesta altura, a Índia, referida na sistematização de 1881, como se observou), que reconhece ser o momento de elaborar um inventário dos temas conservados na memória tradicional. Desde a publicação do *Cancionero* de Ballesteros, para além de novas versões, tinham surgido mais quatro temas, todos eles recolhidos por Leite de Vasconcelos, **El moro cautivo** (0438)¹⁰⁵³, **El cura sacrílego** (0083)¹⁰⁵⁴, **La pastora devota del rosario** (0212)¹⁰⁵⁵ e **El rey y la Virgen romera** (0192)¹⁰⁵⁶. Neste quadro, escreve, então:

¹⁰⁵² Romero havia transcrito de um artigo de Carlos Von Koseritz, publicado *Gazeta de Porto-Alegre*: “O povo rio-grandense não tem romances nem xacaras, como o portuguez. Nossa poesia popular é de versos faceis, que vulgarmente se chamam *quadrinhas* [...] Os velhos romances portuguezes que os primeiros povoadores da provincia trouxeram da mãe-patria desapareceram d’aqui; só a *Nao Catherineta* conserva-se ainda na memoria de nosso povo, embora mutilada. Em compensação, porém, encontramos em nossas quadrinhas frequentes reminiscencias de romances portuguezes”, “Poesia Popular no Brasil”, *Revista Brasileira*, V, p. 318. Braga insere o excerto na sua *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 58.

¹⁰⁵³ Versão contaminada com um tema também ele ainda não descoberto na tradição portuguesa: **El moro cautivo** + **Abenámar** (0438 + 0051). Leite (1886) 28-29.

¹⁰⁵⁴ Leite (1886) 26.

¹⁰⁵⁵ Leite (1886) 29-30.

¹⁰⁵⁶ Versão contaminada **El rey y la Virgen romera** + **Las almenas de Toro** (0192 + 0032). Leite (1886) 26-28.

“Hoje, que a tradição se acha [...] profundamente explorada [...] pódem-se já determinar quaes os romances fundamentaes conservados no thesouro poetico do nosso povo.”¹⁰⁵⁷

Contudo, o objectivo de Braga não se limita à concretização dessa possibilidade e à consequente apresentação do respectivo elenco de romances.

“D’esta determinação precisa resulta o conhecer-se quaes os romances que se perderam, ou que por ventura se podem vir a descobrir.”¹⁰⁵⁸

O interesse desse trabalho decorre, como se lê na parte final da transcrição, da sua utilidade como guia de exumação de novas versões, o que exemplifica com o **Veneno de Moriana** (0172). Sugere que a publicação das composições do Ceará e de Pernambuco favoreceu a recolha de três novas espécies, uma em S. Miguel (*vide* quadros da tradição brasileira) e duas em Campo de Vóboras¹⁰⁵⁹. Noutro local, verificando a existência de **La doncella guerrera** (0231) em Goa (*vide* quadro dos temas recolhidos entre 1828 e 1881), faz a extrapolação de “[c]omo seria interessante uma exploração d’esta mina”¹⁰⁶⁰, suspeitando do seu manancial.

Braga não havia, provavelmente, esquecido o exemplo do *Cuestionario del Folk-Lore Gallego* que, a partir de versões do seu *Romanceiro Geral*, apresentava uma espécie de manual de recolha de romances¹⁰⁶¹.

¹⁰⁵⁷ “Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores”, p. 100.

¹⁰⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁵⁹ Leite (1883a) VII e Leite (1883b) XIV.

¹⁰⁶⁰ “Camões e a Poesia Popular na India Portuguesa”, in *Camões e o Sentimento Nacional*, p. 240.

¹⁰⁶¹ *Vide* Ana Valenciano, *Romanxeiro Xeral de Galicia*, I, p. 75.

Mas perguntamo-nos: como podia contribuir esse inventário com informação sobre “os romances que se perderam”? Provavelmente, Braga, ao fazer essa afirmação, tinha em mente o seu continuado trabalho de colecção de referências romancísticas surgidas em obras dos séculos XVI e XVII (*vide* apartado) e a possibilidade de, cotejando a tabela da tradição oral moderna portuguesa com a das citações e alusões de Quinhentos e Seiscentos, alcançar esse resultado. Admitindo a hipótese de tal raciocínio presidir a essas palavras, não se afiguram completamente absurdas, embora apenas no plano metodológico. A outro nível que não esse, desde logo o erudito deveria prever o estado provisório de ambas as investigações e acautelar a afirmação. De facto, outros temas vão surgir na tradição oral moderna portuguesa até ao final da vida de Braga.

Até à sua colecção de 1906-1909, ainda será recolhido um número significativo de novos temas dominantes (como dizíamos, sem considerar as contaminações) e de temas que tinham surgido apenas em contaminação. Neste último caso, estão **Las almenas de Toro** (0032)¹⁰⁶², **Ay de mi Alhama!**

¹⁰⁶² Tavares (1903-1905) 73-74. O tema havia aparecido in **El rey y la Virgen romera + Las almenas de Toro** (0192 + 0032) in Leite (1886) 26-28.

(0040)¹⁰⁶³, **El prisionero** (0078)¹⁰⁶⁴ e **Os labraré yo un pendón** (0085)¹⁰⁶⁵.

Temas dominantes
descobertos entre 1887-1889 e 1906-1909, inclusivé

Título (IGR)	Editor
Jimena pide justicia (0001)	Chaves (1906) 17
Penitencia del rey don Rodrigo (0020)	Menéndez Pidal (1885)/Menéndez Pidal (1986) 177-178
Tarquino y Lucrecia (0403)	Pedroso (1895) 370-371
La fuerza de la sangre (0648)	Lopo (1890-1892b) 266-267
La lavandera (0417)	Tavares (1903-1905) 76
La gallarda (0200)	Rodrigues (1907) 379-380
La serrana de la Vera (0233)	Tavares (1903-1905) 75-76
La esposa de don García (0183)	Tavares (1903-1905) 74-75
Mambrú (0178)	Deusdado (1893)
Voces dava el marinero (0180)	Tavares (1906) 281 e 319
El idólatra de María (0538)	Tavares (1903-1905) 74

¹⁰⁶³ Moraes Ferreira (1898) 28. *Vide* **El moro que reta a Valencia + Ay de mi Alhama** (0045 + 0040) *in* Azevedo (1880) 204-210.

¹⁰⁶⁴ Tavares (1906) 293. O tema aparecera, em contaminação:

Versão	Editor
Bodas de sangre + Canción del huérfano + El prisionero + Conde Niño (0440 + 0092 + 0078 + 0049)	Braga (1869)/Braga (1982) 253-256 e 257-259 Azevedo (1880) 78-81
Gerineldo + Canción del huérfano + El prisionero + Conde Niño (0023 + 0092 + 0078 + 0049)	Garrett II (1851) 158-167

¹⁰⁶⁵ Tavares (1906) 316. O tema havia surgido *in* **Afuera, afuera, Rodrigo + Muerte del príncipe don Juan + Quejas de doña Urraca + Os labraré yo un pendón** (0021 + 0006 + 0004 + 0085) *in* Veiga (1870) 19-22.

3.4. A formação dos definitivos contornos da tradição portuguesa e a sua inserção nas regiões tradicionais peninsulares

A definição dos limites da tradição romancística portuguesa estabelecida em 1881 e ratificada em 1885 é reencontrada na sua última formulação de 1909. A única alteração, no terceiro volume do *Romanceiro Geral Portuguez*, reside na introdução de uma nova sub-tradição constituída pelo “*Romanceiro tradicional dos Judeus portugueses do Levante*”¹⁰⁶⁶, a qual é já contemplada na última *Historia da Poesia*¹⁰⁶⁷. É certo que, no último quadro, o erudito não inclui a Galiza (ao contrário da sistematização da década de oitenta), quer num apartado próprio, quer no grupo das versões do Minho, área a que sempre esteve ligada, mas o facto só pode corresponder a uma distração. Por um lado, versões com essa geografia figuram no primeiro e segundo volumes do *Romanceiro Geral Portuguez*; por outro, se o critério de exclusão tivesse sido a sua nacionalidade política, porque integraria neste “Índice” dos “*Romanceiros Provinciais Portugueses*” o “*Romanceiro tradicional do Brazil e India Portugueza*”?

3.4.1. Nova formulação da tradição portuguesa

A sub-tradição dos “Judeus do Levante”

A notícia relativa à memória romancística dos “*Judeus portugueses*” que figura em 1905, inclui indicações sobre o conhecimento de certos temas nas diásporas de Baiona, Haia e Bulgária. Pelo registo das espécies, nem sempre é

¹⁰⁶⁶ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 630.

¹⁰⁶⁷ *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicos*, pp. 324, 447-449.

fácil identificá-las, todavia, anota Braga: “*Silvaninha*”, em Baiona¹⁰⁶⁸; “*D. Duardos*”, aceite como sendo recolhida pelo Cavaleiro de Oliveira, em Haia, no século XVIII¹⁰⁶⁹; “Mi padre era di Francia / mi madre d’Aragon” (**El cautivo del renegado** - 0443), “De onde se esta zamaro, / que aqui veyo yo?” e “Arvoleta! Arvoleta! / la rama era de oro” (**La vuelta del marido** - 0113), na Bulgária¹⁰⁷⁰.

A origem portuguesa das versões é certificada por Braga com base no veredicto dos autores das suas fontes, e embora elas não sejam retomadas no *Romanceiro Geral Portuguez*, nele, a ideia de uma tradição sefardita portuguesa alicerça-se na opinião de Menéndez y Pelayo¹⁰⁷¹ que, de facto, escreve:

“Ha de tener en cuenta, ademas, que durante los siglos XVI y XVII fué continua, aunque parezca de poco momento, la emigración de judíos peninsulares (principalmente portugueses) que huyendo de los rigores de la Inquisición buscaron asilo en Holanda, Alemania,

¹⁰⁶⁸ “Communicou-nos o sr. Cardoso de Bettencourt, que na Synagoga de Bayona as orações ou psalmos cantam-se com melodias populares portuguezas, tendo apontadas as canções typicas á margem, como *Silvaninha*”, *op. cit.*, p. 447. João Leão Cardoso de Bettencourt (França, 1865 - ?), bibliófilo judeu, estudou vários assuntos semitas.

¹⁰⁶⁹ “No prologo da segunda edição da *Adozinda*, Garrett falla de um exemplar da *Bibliotheca lusitana*, que pertenceu ao Cavalheiro de Oliveira, em cujas margens o seu possuidor, quando estivera na Haya transcrevera varios cantos populares colligidos de Judeus portuguezes do tempo das perseguições [...]. Foi n’este exame que encontrou Garrett o romance de *Dom Duardos* de Gil Vicente com variantes fundamentaes”, *op. cit.*, pp. 448-449. Vide “Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, pp. XI-XIII.

¹⁰⁷⁰ “Kayserling allude a varios cantos populares castelhanos e portuguezes conservados entre Judeus expulsos da Peninsula na epoca da intolerancia. «Os judeus na Bulgaria têm por exemplo o canto popular portuguez: [composições indicadas no corpo do texto]», *op. cit.*, p. 447. Refere-se a Meyer Kayserling, *Bibliotheca Española-Portuguesa-Judaica: Dictionnaire Bibliographique*, Strasbourg, Charles J. Trubner, 1890.

¹⁰⁷¹ Escreve Braga que os “Judeos do Levante” são “em grande parte portuguezes, como reconheceu Menendez y Pelayo”, *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 459. Alude a Menéndez Pelayo, Marcelino, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, X, Madrid, Perlado, Páez y Cia., 1900.

Francia e Inglaterra, y algunos también en las comunidades de Levante.”¹⁰⁷²

Na verdade, também Braga reconhecia na história nacional a causa da existência desta memória romancística distanciada geograficamente dos eixos da tradição portuguesa - a expulsão dos Judeus, no século XVI. E atribuía a sua conservação à continuada preservação da identidade do “*judeu portuguez*”. Por aqui se compreende a importância desta sub-tradição e o seu lugar na última sistematização:

“Entre as famílias judaicas existem vestígios d’essa forte corrente da poesia popular portuguesa da época fecunda do século XV, que servem principalmente para bem avaliar a sua intensidade.”¹⁰⁷³

Ao lado das arcaicas versões insulares conservadas pelo isolamento geográfico, das galegas que ainda lhe apresentam a metrficação anterior ao “octosyllabo”, das brasileiras cujos vestígios das primeiras colonizações se impõem à sua observação, coloca em paridade arqueológica o acervo sefardita do Levante - provavelmente, inspirado pela leitura das palavras do erudito espanhol que distingue as comunidades turcas das europeias pelo seu carácter fechado:

“Estos nuevos desterrados [...] pudieron renovar también el fondo de la poesía tradicional, importando nuevos romances o componiéndolos ellos mismos. Pero tal influjo debió de alcanzar en muy pequeña escala a las sinagogas de Turquía, muy remotas y aisladas, perdidas entre bárbaros, y pobladas a la sazón de gente pobre, inculta y abatida, que en nada semejaba a los opulentos y refinados mercaderes hebreos de Venecia y Amsterdam.

¹⁰⁷² Marcelino Menéndez Pelayo, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, 2ª ed., IX, Edición Nacional de las Obras Completas de Menéndez Pelayo, XXV, Santander, CSIC, 1945, p. 390.

¹⁰⁷³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 324.

[...] la simple lectura de estos romances [do Levante] basta para probar que son de los más viejos”¹⁰⁷⁴.

Fundamentada a instauração desta classe da tradição portuguesa - nota-se que a sua designação é, também, encontrada a partir do estudo de Menéndez Pelayo cuja influência está a verificar-se, “Romances Castellanos Tradicionales entre los Judíos de Levante” - inclui o erudito no último volume do acervo, as composições indicadas no elenco das versões do *Romanceiro Geral Portuguez* (vide anexo), cuja fonte directa é, como regista Braga, a colecção do autor espanhol. A excepção poderia ser encontrada na **Vuelta del marido** (0113), cujo conhecimento surge explicitamente atribuído à colecção de Abraham Danon e reiterado por uma outra fonte comunicada por Tomás Pires¹⁰⁷⁵, no entanto, é possível que a versão, tal como as outras, tenha sido lida na sua reedição da *Antología de los Poetas Liricos Castellanos*¹⁰⁷⁶, apesar de em 1909 ela ser editada sem os versos 23 e 26 impressos por Pelayo.

Perante as composições publicadas na *Antología*, a selecção de Braga obedece a vários critérios: ora decorre da semelhança das versões e dos temas, caso da **Vuelta del marido** (0113)¹⁰⁷⁷ e da **Delgadina** (0075)¹⁰⁷⁸, ora é

¹⁰⁷⁴ *Antología de Poetas Liricos Castellanos*, 2ª ed., IX, pp. 390-391.

¹⁰⁷⁵ Braga (1909)/Braga (1985) 336-338. Vide Abraham Danon, “Recueil de Romances Judeo-espagnoles chantés en Turquie”, *Revue des Études Juives*, Paris, 1896. Braga regista a referência que lhe é oferecida por Tomás Pires, em carta de 9 de Abril de 1905: *La Ilustracion Española y Americana*, N.º. 8, 29 de Fevereiro de 1904, p. 123. A carta a que o polígrafo se refere está depositada no seu Espólio com o N.º 6532 e conserva-se, ainda, inédita.

¹⁰⁷⁶ *Antología de Poetas Liricos Castellanos*, *Antología de Poetas Liricos Castellanos*, 2ª ed., IX, p. 414. Na p. 392, este erudito indica as versões que publica da colecção de Danon e lá figura a composição em causa.

¹⁰⁷⁷ No “[...] Semanario rabinico de Adrinopoles publicado em 1896, vem uma versão d’aquelle que entre nós é conhecido por *Bella Infanta*”, *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 336.

¹⁰⁷⁸ “Hoje já se não trata de indigenismo, mas de riqueza e conservação dos themas em relação ao substractum ethnico commum a dados povos”, *op. cit.*, p. 459.

justificada por uma alusão não identificada de Gil Vicente, no caso de “Un lunes me levaté, - un lunes por la mañana”¹⁰⁷⁹. Outro caso, o de “Siete años anduví - por una linda dama” resulta, provavelmente, do paralelismo de Puymaigre, reposto por Pelayo, em nota¹⁰⁸⁰, entre esta versão e as do *Romanceiro Geral*, dos *Cantos Populares do Archipelago Açoriano* e dos *Cantos Populares do Brazil*. E na inclusão de “Gian Lorenzo, Gian Lorenzo, - quen te hiso tanto mal!”, deve ter presidido a opinião do crítico cantábrico sobre a nacionalidade do assunto, a qual expressa em nota e é traduzida, em parte, no volume do acervo português¹⁰⁸¹.

O facto de todas as espécies surgirem nas “Notas” aos temas recolhidos no território nacional, no Brasil e na Galiza poder-nos-ia levar a formular a hipótese do seu estatuto de classe portuguesa apenas vigorar no quadro do pensamento teórico de Braga enquanto na sua prática editorial, figuraria como tradição comparada. Todavia, ao constataremos o copioso número de versões transmontanas inseridas nessa secção, essa possibilidade é inviabilizada e a situação editorial tende a ser explicada pelo momento em que Braga conhece as respectivas fontes e pela oportunidade da sua inclusão.

¹⁰⁷⁹ *Op. cit.*, p. 519.

¹⁰⁸⁰ “A propósito de esta canción cita Puymaigre el romance português «O Cego» (*Romanceiro general* de T. Braga, pág. 149. - *Cantos pop. do Archipelago açoriano*, pág. 373. - *Cantos populares do Brazil*, I, 349)”, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, 2ª ed., IX, p. 421, nota 4.

¹⁰⁸¹ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 578. *Vide Antología de Poetas Líricos Castellanos*, 2ª ed., IX, p. 396, nota.

*Novas considerações sobre
a memória romancística insular*

Embora não tenha surgido, desde a sistematização do primeiro lustro de oitenta, um número significativo de novas versões, Braga, em 1905, actualiza e desenvolve as apreciações dos acervos que sempre privilegiou.

A sub-tradição madeirense - Nenhuma composição com esta geografia é editada no Arquipélago ou no continente depois de 1880; apenas posteriormente ao *Romanceiro Geral Portuguez*, em 1914, surgirão novas recolhas, a **Muerte del príncipe Don Alfonso de Portugal** (0069), **La novia abandonada** (0720) e **La galera de la Virgen** (0435.1)¹⁰⁸². Contudo, Braga, não tendo prefaciado ou anotado a colecção de Rodrigues de Azevedo - fosse pelos seus “«muitos trabalhos»”, fosse pelo recuo do professor do Funchal em relação ao pedido feito nesse sentido, motivado pela diferente posição dos dois investigadores quanto ao problema da nacionalidade das versões (*vide* apartado, neste trabalho, “Rodrigues de Azevedo: um garrettianismo revisto à luz de Teófilo Braga) - produz, agora, um estudo sobre essa sub-tradição talhado no mesmo formato das introduções dos opúsculos que publicaram os acervos do Brasil e da Galiza. Parte da definição dos elementos constituintes do povo para a caracterização histórico-poética da sua memória tradicional, estabelecendo relações comparativas com outras classes portuguesas e com formas poéticas registadas no *Cancionero de Romances*¹⁰⁸³.

¹⁰⁸² Soares (1914) pp. 146-147 [versão contaminada com **No me entierren en sagrado** (0101)], 147-148 [versão contaminada com **Conde Niño** (0049)] e 146, respectivamente.

¹⁰⁸³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 253-274.

Seguindo de perto as investigações de Rodrigues de Azevedo sobre a origem portuguesa e estrangeira da história da população madeirense e suas influências, reproduz um quadro histórico-poético semelhante ao que aplicou e reconhece na tradição nacional e nele, por exemplo, encontra a justificação para a divulgação local das “tradições [...] da Távola Redonda, com mais intensidade do que mesmo no continente portuguez.”¹⁰⁸⁴

Para a comprovar, cita as duas versões da **Adultera que plañe a su enamorado muerto** (0077), “*Dona Ouliva e Dona Eurives*, vestígios de uma forma *Gwenivar*”¹⁰⁸⁵ - vide quadro supra relativo às versões publicadas no *Romanceiro do Archipelago da Madeira*.

Independentemente do acerto, ou não, da determinação da origem arturiana do tema, de facto, ele assume, até então, na região insular, mais do que maior “intensidade” relativamente ao continente; ele tem aí a sua exclusiva expressão portuguesa¹⁰⁸⁶.

Braga reporta-se, no mesmo contexto das tradições arturianas, à “de *Tristão* [que] também ahi se syncretiza com a historia veridica de Dom Pedro Menino”¹⁰⁸⁷, referindo-se, provavelmente, à versão “Conde de Montalvão”, **Bodas de sangre + Canción del huerfano + El prisionero + Conde Niño** (0440 + 0092 + 0078 + 0049) cuja estrutura contaminativa é igual à açoriana

¹⁰⁸⁴ *Op. cit.*, p. 259.

¹⁰⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁸⁶ A propósito dele, escreve Pere Ferré no estudo preliminar dos *Romances Tradicionais*, no qual edita sete novas versões: “Outro importante romance, só conhecido pela tradição dos judeus espanhóis de Marrocos e que aparece na Madeira, é o da «Dona Olívia».”, Pere Ferré, “Introdução”, in *Romances Tradicionais*, p. 22.

¹⁰⁸⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 259.

que tem o título de “Dom Pedro Menino”¹⁰⁸⁸ - continuando, assim, a considerar o **Conde Niño** (0049) um tema de origem bretã.

Também neste caso (**Conde Niño**), a maior “intensidade” madeirense tem de ser lida de outro modo. Enquanto nenhuma versão deste romance foi publicada por Azevedo - no *Romanceiro* da Madeira, o tema apenas surge em contaminação quer das **Bodas de sangue** (0440), quer de **La novia abandonada** (0720) - no continente, até 1905, conheciam-se seis versões puras: a de Garrett III (1851) 9-12; a de Braga (1867) 37-38; a de Veiga (1870) 65-67; a de Leite (1881) 33-35; a de Pires (1885c) VIII e a de Oliveira (1905)/Oliveira (198?) 50-51¹⁰⁸⁹.

E reitera o arcaísmo da memória madeirense por repetir versões de temas históricos, da **Muerte del príncipe Don Alfonso de Portugal** (0069), **La batalla de Lepanto** (0112) e **El Moro que reta a Valencia + Ay de mi Alhama** (0045 + 0040) - acrescentando, a partir do estudo de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que este último se apresenta “mais completo do que aquelle que figura na collecção do *Cancionero de Romances* (fl. 179), que começa: Helo, helo por do viene”¹⁰⁹⁰.

A sub-tradição açoriana - Se não é registada, até 1914, qualquer adição ao acervo de Azevedo e, nessa medida, durante esse período verifica-se uma perfeita coincidência entre o *Romanceiro* da Madeira e a expressão

¹⁰⁸⁸ Braga (1869)/Braga (1982) 253-256.

¹⁰⁸⁹ Dos Açores, são conhecidas três versões: Braga (1869)/Braga (1982) 271-272, 272-274 e 274-275.

¹⁰⁹⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 261. Vide Carolina Michaëlis de Vasconcellos, *Romanzen Studien*, Separata da *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 1891.

romancística do arquipélago, no caso dos Açores, a situação assume outro rosto.

Posteriormente à sistematização de 1881-1885, na qual já estavam implícitas as versões açorianas publicadas nas “Notas” dos *Cantos Populares do Brazil* (vide quadro supra relativo às composições incluídas nessa colecção), edita Braga novas versões e reimprime o **Veneno de Moriana** (0172) dos *Cantos* de 1883 no primeiro número da *Revista Lusitana* e no segundo volume do *Romanceiro Geral Portuguez*.

No artigo de 1887-1889, estuda algumas denominações de romance, como se viu; em 1902¹⁰⁹¹, presta homenagem aos colectores que lhe possibilitam assinar todas as publicações de espécies romancísticas açorianas; mas é na última *Historia da Poesia*¹⁰⁹² que se detém na reavaliação desta memória insular.

Tal como relativamente à Madeira, esboça uma história poética sublinhando a coincidência entre o período da primeira colonização e a época de “efflorescencia da Poesia popular” por toda a Europa - facto que lhe suscita a imediata possibilidade comparativa dos seus cantos com os europeus, tendente à comprovação da “unidade das Tradições poeticas”.

Estabelece, também, relações comparativas, nomeadamente, a propósito da **Muerte del príncipe don Alfonso de Portugal** (0069)¹⁰⁹³. Coteja uma versão açoriana com outras de áreas da tradição portuguesa, faz referências

¹⁰⁹¹ “Cantos Populares dos Açores”, *Revista do Minho*, Ano XVI, s/ nº, 1902, pp. 14-21.

¹⁰⁹² *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 273-315.

¹⁰⁹³ *Op. cit.*, pp. 306-315.

ao poema de Montesino e ao descoberto por Gaston Paris e acrescenta paralelos com espécies tradicionais espanholas.

No que concerne ao primeiro grupo, transcreve a composição jorgense publicada por si em 1870 e 1883¹⁰⁹⁴, a madeirense pertencente ao acervo de Azevedo¹⁰⁹⁵ e a brasileira dos *Cantos* de 1883¹⁰⁹⁶. Sobre elas, anota, acertadamente, a contaminação da segunda - embora não identifique o seu tema, trata-se de **No me entierren en sagrado** (0101) - e confessa resultar a terceira de uma intervenção sua sobre uma composição publicada anteriormente por Romero. De facto, no segundo volume da *Revista Brasileira* (vide quadro sobre as versões/fragmentos publicados por Romero), páginas 33-35, figura uma versão de **Conde Claros en hábito de fraile + La infanta preñada + Muerte del príncipe Don Alfonso de Portugal** (0159 + 0469 + 0069) que dá origem, nos *Cantos Populares do Brasil* (vide quadro “Versões dos *Cantos* do Brasil e respectivas fontes”), por cisão textual operada por Braga, a duas independentes, correspondendo uma, entre as páginas 18-19, aos dois primeiros temas (versos 1-21 da composição da *Revista*) e outra, na página 20, ao último (versos 22-26).

Do confronto destas versões, conclui o investigador que a presença do tema no Brasil, se deve à emigração açoriana ou a uma antiga memória portuguesa continental que, entretanto, se extinguiu. Realmente, no tempo de Braga, não existia qualquer composição exumada da tradição oral moderna portuguesa peninsular¹⁰⁹⁷. Mas esse arcaico conhecimento do tema não lhe

¹⁰⁹⁴ Vide quadro supra relativo às composições editadas nos *Cantos Populares do Brasil*.

¹⁰⁹⁵ Azevedo (1880) 249-251.

¹⁰⁹⁶ Vide quadro com o título “Versões dos *Cantos* do Brasil (1883) e respectivas fontes”.

¹⁰⁹⁷ Mesmo hoje, a excepção consiste na versão recolhida na Beira Baixa, a qual, no entanto, foi aprendida pela informante in Azevedo (1880) 251-253. Cf. Cruz (1988) 58 reeditada in Cruz (1992) 36-37 e Cruz (1993b) 43.

coloca qualquer dúvida e o motivo que invoca assume-se, de facto, pertinente. Se o poema de Fray Ambrosio Montesino não é tradicional, o que Paris edita, sendo ainda do século XV, é já “anonymo e abreviado”¹⁰⁹⁸.

O acerto das afirmações anteriores contrasta, porém, com as tentativas de relação temática com versões espanholas. Como é sabido, o romance é privativo das regiões insulares portuguesas e do Brasil¹⁰⁹⁹.

Esta relação privilegiada da tradição dos Açores com a do Brasil, é ainda reforçada pelo aparecimento do **Veneno de Moriana** (0172) no Ceará e em S. Miguel (*vide* quadro supra Versões dos *Cantos* do Brasil e respectivas fontes). Paralelamente a ela, não deixa de reconhecer a influência da memória minhota, algarvia e flamenga das primeiras colonizações insulares - embora não indique nenhum tema ilustrativo - e, deste modo, sublinhar o arcaísmo desta região visível na conservação, para além da **Muerte del príncipe Don Alfonso de Portugal** (0069), de **La batalla de Lepanto** (0112) e de **Flérída y don Duardos** (0431).

Esta preservação é vista como directamente proporcional à decadência continental, de tal modo, que aventa a hipótese de, através dela, ser possível proceder-se “a um trabalho reconstitutivo do nosso passado continental”¹¹⁰⁰.

¹⁰⁹⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 309. Braga não regista a referência bibliográfica do poema de Montesino mas localiza o estudo de Gaston Paris, *Romania*, I, 1872.

¹⁰⁹⁹ *Vide* Diego Catalán, J. Antonio Cid, Beatriz Mariscal, Flor Salazar, Ana Valenciano y Sandra Robertson, *El Romancero Pan-Hispánico. Catalogo Descriptivo*, III, Madrid, Seminario Menéndez-Pidal, 1983, pp. 355-361.

¹¹⁰⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 277.

Não se regista qualquer reformulação relativa às duas sub-tradições geograficamente tão distintas. No caso da primeira, e por razões óbvias (está perante uma sub-tradição quase sem versões publicadas), a sua caracterização assenta, sobretudo, nas alusões a romances feitas por Diogo do Couto nas suas *Decadas* e por Camões nas suas *Cartas* e nos *Disparates Seus na Índia*¹¹⁰¹. Da tradição oral moderna, regista, acertadamente, a versão de **La doncella guerrera** (0231) publicada por Costa e Silva, inspiradora da sua obra de 1832¹¹⁰², porém, erroneamente, faz, aqui a afirmação da prioridade deste autor relativamente a Garrett na edição de versões da tradição oral moderna portuguesa - como é sabido, o poeta edita dois temas em 1828. Não se refere, em 1905, a duas composições do **Conde Alarcos** (0503) que inclui em 1906¹¹⁰³ com a mesma origem geográfica e também coligidas pelo “arcadista ferrenho”, como o denomina na última *Historia da Poesia*.

O texto relativo ao Brasil, como se observou, corresponde a uma reedição do estudo introdutório aos *Cantos* de 1883 com apenas algumas interpolações sem consequências muito significativas para a caracterização da memória romancística local.

¹¹⁰¹ *Op. cit.*, pp. 411, 413-415.

¹¹⁰² *Op. cit.*, p.422. Costa e Silva (1832) XI-XIV.

¹¹⁰³ Braga (1906)/Braga (1982) 548-560 e 560-561.

3.4.2. A coordenação da tradição portuguesa e o plano da sua integração peninsular

Se os contornos estão, portanto, quase definidos desde 1881-1885, a nova coordenação das sub-tradições apresenta nítidas diferenças. Abandona as categorias “continental” e “colonial” e contempla, segundo um critério provincial (não aplicável ao Brasil nem aos “*Judeus do Levante*”), dez regiões não absolutamente coincidentes com a sistematização de 1881-1885. Considera: 1) Minho e Douro, 2) Trás-os-Montes, 3) Beira, 4) Estremadura e Ribatejo, 5) Alentejo, 6) Algarve, 7) Madeira, 8) Açores, 9) Brasil e Índia e 10) o “*Romanceiro tradicional dos Judeus portugueses do Levante*”.

Para além da inclusão da última classe e do lapso relativamente à tradição galega, a novidade da nova coordenação das áreas tradicionais consiste na alteração da associação de províncias até então ligadas (a Estremadura perde o seu vínculo com a Beira para o ganhar com o Ribatejo) e na individualização de outras (o Alentejo e o Algarve).

As duas regiões tradicionais peninsulares dividem a tradição portuguesa

Em 1896 e 1902, apresenta duas áreas da tradição poética na Península, a “*Região Asturo-Gallecio-Portuguesa*” e a “*Região Extremenha-Betico-Algarvia*”¹¹⁰⁴, cujo desenvolvimento posterior não é significativo - embora,

¹¹⁰⁴ *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 66 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 129-274 e 274-308.

por exemplo, em 1905¹¹⁰⁵ e em 1909¹¹⁰⁶ se lhe refira (apenas) e em 1914 dedique algumas palavras mais caracterizando a primeira como uma peculiar região peninsular¹¹⁰⁷. É curiosa esta diminuta atenção ulterior uma vez que, no ano do terceiro volume do *Romanceiro Geral Portuguez*, mas noutro local, as refere, embora rapidamente, como constituintes da “primitiva Lusitania.”¹¹⁰⁸

Possivelmente, o motivo subjacente à sua não exploração reside no problema da relação entre lusitanos e portugueses. Braga não duvida que estes descendem desse ramo lígure estacionado na faixa ocidental da Península, no entanto, parece não reivindicar a coincidência absoluta entre os primeiros e o seu conceito de tradição romancística portuguesa. Assim sendo, desenvolver a concepção dessas regiões poderia carrear consequências fragmentadoras para a unidade da tradição portuguesa e até induzir o leitor na ideia da existência de um núcleo tradicional por causa da designação da primeira região, quando, como se sabe, o erudito prefere o conceito de “fundo commum” ao de centro difusor. Repare-se que, mesmo ao falar da comunicação da memória continental e insular ao Brasil, logo justifica essa assimilação por um elemento étnico pré-existente, ainda que longinquamente.

Na verdade, Braga tem consciência de que a expressão geográfica de uma tradição não se explica apenas por esse “fundo commum”, razões de natureza histórica estão igualmente presentes:

¹¹⁰⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 516. A designação dessas regiões, aqui, assume alguma diferença, “Galecio-Asturo-Lusitana” e “Betico-Extremenha e Algarvia”.

¹¹⁰⁶ *Historia da Litteratura Portuguesa, I, Edade Media*, p. 28 e 38.

¹¹⁰⁷ “«Se a Iberia tem - um tom accentuado de continentalidade, e se no seio d’esta planura das Castellas é uma continuidade cerrada, a zona Asturo-Gallecio-Portugueza é, principalmente na parte em que se comprehendem a Galiza e Portugal, a região mais insular da península. [...] te no seio da estrutura peninsular um cunho bem caracteristico e definido.»”, *Historia da Litteratura Portuguesa, II, Renascença*, p. 15.

¹¹⁰⁸ *Historia da Litteratura Portuguesa, I, Edade Media*, p. 38.

“No percurso histórico da nacionalidade portuguesa, a expansão colonial começa quando a Tradição se tornava a expressão do sentimento de Pátria;”¹¹⁰⁹

porém, o conceito de núcleo da tradição, nomeadamente, portuguesa foi imediatamente ultrapassado logo que encontrado na Beira de Garrett e Herculano.

O significado das regiões - Embora Braga tenha preferido desenvolver a investigação da tradição “portuguesa” e não a “lusitana”, o significado do estabelecimento de grandes áreas afins antecede e sobrevive a estas duas. Consiste no permanente exercício comparativista e na constante preocupação em definir relações entre tradições e sub-tradições.

Por outro lado, as áreas que constituem as duas regiões e a forma como se associam não são estranhas aos estudos de Braga, bem pelo contrário. As correspondências das tradições poéticas galegas com as exumadas para cá da fronteira são investigadas desde a segunda metade da década de setenta, como se viu; e logo após a publicação do acervo asturiano de Juan Menéndez Pidal, as referências comparativas ao seu manancial não são songadas.

Os alicerces das duas regiões - A fundamentação das duas áreas tradicionais cumpre a persistente argumentação étnica, histórica e poética. No que concerne à justificação romancística :

¹¹⁰⁹ *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 66. Braga introduz a referência a África mas a sua pertinência no contexto do romances, reduz-se ao facto referido em 1905, “Gil Vicente, na farsa do *Clerigo da Beira*, imita a linguagem dos pretos, parodiando n’ella o romance da *Bella mal maridada*”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 445.

A) “A região Gallecio-Asturo-Portuguesa”

O estabelecimento da primeira região retira consistência da opinião de Juan Menéndez Pidal:

“«Romances de los contenidos en esta obra [*Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos en la Danza Prima, esfoyazas y filandones*] que no se hallan en las collecciones castellanas, tienen un eco en el *Romanceiro portuguez*, y quizá tambien lo tengan en el inédito de Galicia: porque estas tres regiones, unidas entre si por la naturaleza, se asemejan grandemente por sus costumbres y manera de expression.»”.¹¹¹⁰

Na hipótese de Carolina Michaëlis de Vasconcelos sobre o núcleo mais conservador das “«antiquissimas cantilenas epo-lyricas»”, “«Galliza, Asturias e Traz-os-Montes, e talvez parte do Minho»”, alicerça, também, Braga, a unidade dessa região¹¹¹¹.

Para além das palavras das “auctoridades”, o infatigável comparativista funda-a na unidade métrica “*quinaria*” de “muitos romances” com essa geografia¹¹¹² - na **Santa Iria** (0173) “gallecio-portuguesa”¹¹¹³, nas versões

¹¹¹⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 195-196; nas pp. 208-209 repete a transcrição, traduzida. Cf. Juan Menéndez Pidal, *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos en la Danza Prima, Esfoyazas y Filandones*, p. 275.

¹¹¹¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 274. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Estudos sobre o Romanceiro Peninsular: Romances Velhos em Portugal”, *Revista Lusitana*, II, 1890-1892, p. 157.

¹¹¹² *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 206-207.

¹¹¹³ Braga transcreve a versão, supra referida, editada por Manuel Murguía, *Historia de Galicia*, p. 579, e logo depois denomina-a como uma composição “gallecio-portuguesa”. *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 205-206.

galega e minhota de **El ciego raptor** (0189)¹¹¹⁴, nas minhota e asturiana de **La mala suegra** (0153)¹¹¹⁵. Alicerça-a, também, no conhecimento asturiano do **Veneno de Moriana** (0172)¹¹¹⁶, tema que também apresenta numa versão transmontana publicada por Leite de Vasconcelos¹¹¹⁷ - mas ao incluir, em simultâneo, outras composições com uma proveniência geográfica estranha à região em causa, resvala para outra vertente do seu comparativismo, a investigação dos “*themas universaes*” nas versões romancísticas. Retomando o estudo publicado em 1893, na *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*¹¹¹⁸ (*vide* a fiel reposição textual das páginas 12-16 de 1893 nas 240-244 de 1902¹¹¹⁹, para além da transcrição de outras composições incluídas no artigo), coloca este último tema romancístico em paralelo não só em tradições romancísticas estranhas à que tenta justificar como em regiões não peninsulares, Ucrânia, Alemanha, Escócia e Bretanha francesa.

O facto de encontrar paralelos entre “cantos” asturianos (não identificados) e da outra região tradicional peninsular não perturba, em 1902, a coordenação estabelecida o qual é justificado “pela extensão da antiga

¹¹¹⁴ *Op. cit.*, p. 207. Reedita, em nota, Murguía I (1865) 678; a composição do Minho a que se refere é, provavelmente, Coelho (1879) 67-68 reimpressa por si, Braga (1883) 193-195. Alude, também, a uma composição asturiana, porém, não se verifica, nesta tradição, este tema. *Vide* Juan Busto Cortina, *Catalogo Indice de Romances Asturianos*, Premio Juan Uria Riu 1989, s.l., Servicio Central de Publicaciones e Principado de Asturias, Consejería de Eucacion, Cultura, Deportes y Juventud, [1992].

¹¹¹⁵ Leite (1882a)26-27 e Menéndez Pidal (1885)/Menéndez Pidal (1986) 158, respectivamente.

¹¹¹⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 234 e 235-236. Transcreve, nestas duas últimas páginas, Menéndez Pidal (1885)/Menéndez Pidal (1986) 164.

¹¹¹⁷ *Op. cit.*, pp. 236-237. Identifica, em nota, a fonte da versão, “L. Vasc., *Rom.*, n. VII”. Trata-se de Leite (1883a) VII reeditada in Leite (1886) 17-18.

¹¹¹⁸ “O Mytho Chaldeo-Babylonico dos Amores de Istar na Tradição Occidental”, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*.

¹¹¹⁹ “Nos Cantos populares da Ukrania, [...] Elle vinha para te desposar...»”.

Lusitania”¹¹²⁰, anterior às invasões romana, germânica e árabe e restaurada pela constituição da nação portuguesa, desde a tomada de Lisboa¹¹²¹.

B) “A região Extremenha-Betico-Algarvia”

Ao contrário da anterior área tradicional, a fundamentação desta segunda, no plano dos romances, afigura-se pouco consistente. O seu estabelecimento corresponde à extensão de um princípio metodológico esboçado por Machado y Alvarez “para a organização do *Folk-Lore hespanhol*”¹¹²², o qual é confirmado, segundo Braga, pela “unidade ethnica” da região, mas nenhuma referência é feita à província algarvia.

Também a apresentação das versões de **La serrana de la Vera** (0233) não reserva nenhuma argumentação em seu favor. Uma asturiana, uma catalã e duas extremenhas do século XVII, uma considerada tradicional e outra marcada pelo gosto desse período, não podem comprovar a segunda região¹¹²³. Na tradição portuguesa, o tema surge, pela primeira vez, in Tavares (1903-1905) 75-76 mas, mesmo nessa altura, em nada poderia contribuir para a sua confirmação, uma vez que a origem geográfica da composição é Trás-os-Montes¹¹²⁴.

¹¹²⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 246.

¹¹²¹ *Op. cit.*, pp. 246-248.

¹¹²² Sem indicar a fonte, traduz as palavras atribuídas ao investigador espanhol: “«Se duas ou mais das regiões mencionadas, por sua homogeneidade de dialectos, analogia de costumes, condições geográficas, ou qualquer outra causa analoga, desejarem reunir-se formando um só centro, poderão fazê-lo adoptando um nome os das regiões componentes, como por exemplo: Extremadura e Andalusia, seria denominado *Betico-Extremenho*»”, *op. cit.*, pp. 274-275.

¹¹²³ *Op. cit.*, pp. 278-284. Menéndez Pidal (1885)/Menéndez Pidal (1986) 196, Milá (1882) n. 259, versões asturiana e catalã, respectivamente. As outras composições são transcritas *apud* Vicente Barrantes, *Narraciones Extremeñas*.

¹¹²⁴ Rodrigues (1907) 376-377.

Mais uma vez, Braga envereda por um comparativismo mais alargado na senda da linha do artigo onde, pela primeira vez havia publicado todas estas versões, com excepção da espécie do *Romancerillo Catalan*. No primeiro volume da *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, havia estudado estas composições no contexto da investigação da presença d’“O Mytho de Istar” nas tradições ocidentais¹¹²⁵.

3.5. A retrospectiva crítica final sobre a investigação romancística

A determinação da génese dos trabalhos exploratórios do Romanceiro, em 1905, desenvolve a apresentada nas *Epopêas da Raça Mosarabe*, integrando-a na investigação europeia das fontes tradicionais das literaturas modernas, a qual, na sua perspectiva, foi estimulada pelos estudos dos poemas homéricos como “synthese” de uma tradição anterior¹¹²⁶. Outra vertente de investigação introduzida, segundo Braga, por Schlegel, a “philologica”, colabora, também, para o novo interesse pelo Romanceiro, sendo devido a ela que Jacob Grimm procede ao seu estudo, ao lado de uma larga plêiade de eruditos europeus que descobrem uma poesia comparável: os “*Nibelungen*”, os “Cantos gaélicos”, as “*Gestas*” francesas¹¹²⁷.

¹¹²⁵ “O Mytho de Istar em uma Lenda Popular Extremenha e Asturiana”, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*. Grande parte do artigo é reposto textualmente em 1902. Vide (1889) 7-15 > (1902) 280-286 - “Na Extremadura hespanhola [...] de muitas tribus de raça amarella.”

¹¹²⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, pp. 494-495. Braga cita, neste âmbito, os autores a que, em 1871, já havia feito referência - Vico, *Scienza Nuova*, 1725; Ferdinand Wolf, *Prolegomena ad Homerum*, 1795 - e acrescenta Herder, Voss e Stolberg, referindo-se muito vagamente às respectivas contribuições.

¹¹²⁷ *Op. cit.*, pp. 494-495. Cita, também sem referências bibliográficas, os estudos de Jacob Grimm, W. Grimm, Lachmann e Edgar Quinet.

3.5.1. Reavaliação dos trabalhos garrettianos

Pela transcrição supra, de *Garrett e a sua Obra*, verificou-se já uma reformulação crítica sobre os primeiros estudos do Romanceiro, em Portugal. Realmente, a última *Historia da Poesia* manifesta bem esta nova compreensão dos estudos garrettianos, nomeadamente, das intervenções textuais assumidas pelo poeta, agora desculpadas pelo espírito da época

“Garrett commetteu simplesmente o erro de *aprimorar* os romances do povo, o que se explica pelo receio que tinha de lhe não acceitarem a descoberta”¹¹²⁸

e interpretadas coerentemente em função dos seus modelos. Se o primeiro editor de romances se confessava influenciado pelos autores ingleses, é natural para Braga que o seu critério não fosse o que “Jacob Grimm impõe no estudo das tradições”¹¹²⁹ mas o “dos colleccionadores inglezes; assim, raro será o romance velho que não fosse retocado”¹¹³⁰.

Grimm, aos olhos de Braga, surge como o introdutor do conceito e prática de respeito pela tradição e, embora o veja citado por Garrett e encontre num dos seus fragmentos ecos desse princípio¹¹³¹, continua a reconhecer maior influência às colecções de de Ellis, Percy e Scott. Se, com algum acerto, persiste nesta convicção, perde a razão ao afirmar que Garrett retocou

¹¹²⁸ *Op. cit.*, p. 518.

¹¹²⁹ *Op. cit.*, p. 498.

¹¹³⁰ *Op. cit.*, p. 500-501. Na página 497, indica os títulos de Ellis e de Percy: *Specims of Early English Metrical Romances*, 3 vols, 1811 e *Reliques of Ancient English Poetry*, 4 vols., 1823, respectivamente.

¹¹³¹ “A intuição genial de Garrett levava-o á mesma conclusão de Jacob Grimm sobre a verdade da poesia do povo: «Eu tenho mais fé n’esses documentos que nos conserva o povo com toda a sua ignorancia, do que n’esses outros que deixou escriptos a sapiencia dos letrados. O povo altera, traduz, corrompe, mas não inventa.» (*Bernal Francez*)”, *op. cit.*, p. 511.

“romances velhos”. Como se sabe, a maior parte das composições editadas e retocadas pelo poeta são temas mais recentes, entendendo-se que a intenção de Braga era a afirmação da antiguidade dos temas trabalhados.

Continuando a recorrer às páginas de 1828-1851, descreve as fontes sobre que assentaram as respectivas reelaborações. Composições da tradição oral moderna portuguesa, as colecções de Depping e de Durán e as anotações manuscritas do exemplar da *Bibliotheca Lusitana* que teria sido pertença de Cavaleiro de Oliveira, de cuja existência várias vezes duvidou - como se observou já, Lindley Cintra compulsou este mesmo volume na biblioteca de Washington. Na nova perspectiva, aceita que os apontamentos à margem aí feitos por Oliveira tenham sido utilizados nos retoques e figurem no acervo garrettiano¹¹³².

Entre as consequência das intervenções textuais - explicitadas pelo poeta e transcritas na *Historia da Poesia*¹¹³³ - Braga regista duas que, embora de diferente natureza, assumem particular significado na obra do erudito micaelense. A constatação da primeira revela a notável intuição de Teófilo sobre a possibilidade do retoque criar contaminações artificiais.

“Aconteceu a Garrett por vezes vêr-se embaraçado nas suas restaurações, como nos romances do *Conde Nilo* e *Reginaldo*, em que agrupara temas de outros romances.”¹¹³⁴

Não considerando a versão do **Conde Niño** (0049), que, ao contrário do que pensa, é pura, de facto, “Reginaldo” (**Gerineldo** + **Canción del**

¹¹³² *Op. cit.*, p. 500.

¹¹³³ *Op. cit.*, pp. 499-502.

¹¹³⁴ *Op. cit.*, p. 502.

huérfano + El prisionero + Conde Niño - 0023 + 0092 + 0078 + 0049) afigura-se uma composição “conjectural”¹¹³⁵ e longínqua da tradição oral moderna. Se analisarmos todas as espécies portuguesas de **Gerineldo** conhecidas até 1905, nenhuma apresenta qualquer contaminação¹¹³⁶.

A segunda repõe a questão, já parcialmente aludida, da criação de uma falsa imagem de falta de originalidade da tradição portuguesa. Atribui às versões garrettianas a responsabilidade por Du Puymaigre, Wolf, Morel-Fatio e Leite de Vasconcelos a considerarem de segunda elaboração relativamente à espanhola¹¹³⁷. E, num claro exagero (se esta afirmação for aplicada ao conjunto do *Romanceiro*), acrescenta mesmo terem as suas composições sido vistas como “uma superfetação, traduzid[a]s com habilidade do hespanhol. Era negar a existencia da poesia tradicional”¹¹³⁸.

Mesmo com estes efeitos, salva a apontada causa das elucubrações dos investigadores referidos e critica-as noutras frentes, no desconhecimento da história do *Romanceiro* em Portugal e na não consideração da existência de

¹¹³⁵ É expressão do próprio editor de 1853, transcrita por Braga: “«São infinitas e muito disparatadas as variantes que desprezei na maior parte *ao emendar conjecturalmente* o romance.»”, *op. cit.*, pp. 501-502. Garrett, II (1851) 158-167: **Gerineldo + Canción del huérfano + El prisionero + Conde Niño** (0023 + 0092 + 0078 + 0049).

¹¹³⁶ Braga (1867) 18-20; Braga (1869)/Braga (1982) 265-267 e 268-270; Azevedo (1880) 63-65, 66-68 e 69-71; Leite (1881) 58-61 e 62-64; Dâmaso (1982) 184 e 235-236; Pires (1885) XXL; Pires (1899)/Pires (1982) 93-94 e 157; Nunes (1900-1901) 183-185; Pedroso (1902) 464-465 e Oliveira (1905)/Oliveira (198?) 34-36.

¹¹³⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, pp. 503-504. Embora não localize a apreciação de Du Puymaigre, indica, em notas: Ferdinand Wolf, “Proben portugiesischer und catalani cher Volksromanzen”, *Sitzungharichte der kaiserlichen Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-historische*. Clase XX, Band. I. Heft. Vienna, 1856, p. 17-168; Morel-Fatio, [...], *Romania*, II, p. 125; José Leite de Vasconcellos, *Poesia Amorosa do Povo Portuguez*, Lisboa, Viuva Bertrand & C^a. Successores Carvalho & C^a., 1890, p. 40.

¹¹³⁸ *Op. cit.*, p. 518.

“um fundo commum peninsular”¹¹³⁹.

Apesar dos aspectos nefastos das colecções de Garrett, as quais terão ficado aquém dos seus objectivos editoriais - esta ideia de projecto inacabado nasce da observação do plano apresentado no *Romanceiro* de 1851¹¹⁴⁰ - não deixa de evidenciar a sua importância fora das fronteiras nacionais, nomeadamente,

“serviu a Amador de los Rios para o estudo comparativo dos cantos tradicionaes que colligira nas Asturias (*Historia de la Literatura española*, t. VII, p. 440 e seg.)”¹¹⁴¹

Elogia, também, Garrett (num indisfarçado encómio a si próprio) por ter intuído dois conceitos particularmente caros a si. O “do povo *Mosarabe*, que elaborara as tradições poeticas e as linguas vulgares”¹¹⁴² e, a partir das composições que editava, a unidade tradicional de Portugal, “Hespanha e França meridional”¹¹⁴³. O primeiro, explicita transcrevendo um fragmento do *Romanceiro* de 1843, deve-o a Herculano¹¹⁴⁴; o segundo, como sabe mas não diz, assenta, essencialmente, nas obras de Durán, Ochoa e Raynouard.

¹¹³⁹ *Op. cit.*, p. 505.

¹¹⁴⁰ *Op. cit.*, p. 507. Vide “Introdução”, in *Romanceiro*, II, p. XLV.

¹¹⁴¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 505, nota. Refere-se a José Amador de los Rios, *Historia Critica de la Litteratura Española*, 7 vols., Madrid, Imp. de José Rodriguez, 1861-1865. Reed. facs., 7 vols., Madrid, Gredos, 1969.

¹¹⁴² *Op. cit.*, p. 509.

¹¹⁴³ *Op. cit.*, p. 510.

¹¹⁴⁴ *Op. cit.*, p. 509. Cf. “Prefacio”, in *Romanceiro e Cancioneiro Geral*, pp. XVIII-XIX.

3.5.2. *Perspectivação da sua própria obra*

Braga reclama para si a continuação dos estudos garrettianos, situando o início da sua investigação em 1863¹¹⁴⁵. Não é difícil admitirmos esta datação, se pensarmos na existência de uma prova documental dos seus esforços de pesquisa, nessa altura: a carta de José Gomes Monteiro¹¹⁴⁶ que acompanhou o envio da primeira versão editada por Braga, **El labrador caritativo**. Esta composição como já mencionei, será dada à estampa, não nesse ano, mas no seguinte, integrada no seu estudo “Poesia Popular”, o qual é incluído no volume de 1865, da *Revista Contemporanea*.

Posteriormente a essa data, anota a de 1865 para anunciar, pela primeira vez, o facto que analisamos detalhadamente no apartado “Mais de cinquenta anos de edição de estudos sobre romances”, a edição, no *Jornal do Commercio*, de uma significativa parte da *Historia da Poesia* de 1867¹¹⁴⁷.

A retrospectiva da sua obra assenta, em larga medida, em documentos de apresentação dos títulos, os “prospectos” que eram lançados para angariar assinaturas para a sua edição e numa “noticia avulsa” encomendada pelo impressor do “*Cancioneiro e Romanceiro geral portuguez*” ao autor. São textos particularmente interessantes não só pela sua actual raridade como pelas informações aí contidas, malgrado alguns aspectos.

A saber.

No “prospecto” relativo aos títulos de 1867, manifesta, ainda que

¹¹⁴⁵ *Op. cit.*, p. 515.

¹¹⁴⁶ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 19.

¹¹⁴⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 517.

incompletamente, o seu conhecimento sobre a edição de investigações de composições tradicionais, na Europa, a perspectiva histórica sobre a “poesia popular” e o número de versões romancísticas editadas (engana-se Braga ao quantificá-las, não são sessenta mas cinquenta)¹¹⁴⁸. Se bem observarmos, verifica-se que nesta enunciação figuram já as vertentes dominantes dos seus estudos, o comparativismo, o historicismo literário e a edição textual - apenas se encontram naturalmente omitidas as ulteriores preocupações étnicas e antropológicas.

Anunciando a publicação dos materiais recolhidos por Teixeira Soares de Sousa¹¹⁴⁹, novamente, e falsamente, identificado como “collaborador do *Romanceiro* de Garrett”¹¹⁵⁰, apresenta um plano da obra que não coincide com a estrutura do opúsculo para além da grande divisão entre composições romancísticas e líricas. Compare-se, então:

Prospecto	Cantos Populares do Archipelago Açoriano
Ensalada de Romances velhos	Cancioneiro das Ilhas (Rosal de enamorados; Serenadas do Luar; Doutrinal de Orações)
Rosal de enamorados (Fastos do anno; Orações; Parlengas e Jogos; Anexins)	Romanceiro de Aravias (Enselada de romances novellescos; Primavera de romances maritimos; Rosa de romances mouriscos; Silva de romances historicos; Coro de romances sacros; Enseladilha de romances entretenidos)

¹¹⁴⁸ *Op. cit.*, pp. 517-520.

¹¹⁴⁹ *Op. cit.*, pp. 521-523.

¹¹⁵⁰ *Op. cit.*, p. 522.

Como se constata, a ordem dos géneros das composições foi invertida; o título da segunda parte, no Prospecto, passou a designar, nos *Cantos*, um grupo de poemas; a secção “Fastos do anno” foi integrada na denominada, no opúsculo, “Doutrinal de Orações”; mas a diferença mais relevante consiste na inexistência, no acervo editado, das “Parlengas e Jogos” e dos “Anexins”.

Recorrendo ao Espólio de Teófilo Braga, onde apensos à epistolografia enviada pelo colector jorgense, se encontram alguns manuscritos de Teixeira Soares, comprova-se uma dupla referência a um conjunto de provérbios recolhidos¹¹⁵¹ e numa carta de Velas, de 24 de Junho de 1868, recolhe-se idêntica informação¹¹⁵² porém, eles não são incluídos nos *Cantos*, tal como as “Parlengas e Jogos”.

Também se verifica, por esses autógrafos, que o plano do Prospecto não pode ser atribuído ao erudito de S. Jorge, sendo, por isso, admissível que a estrutura anunciada corresponda a uma construção provisória de Braga, posteriormente reelaborada por este.

O folheto relativo à *Floresta*, pelo contrário, é fiel à estrutura da obra porém, anuncia uma intenção que ficou por concretizar. A inclusão de “«uma espécie de relatório *Do espirito e systema do Cancioneiro e Romanceiro geral portuguez*»”¹¹⁵³, nunca apresentado mesmo em qualquer outra obra. Do seu teor não se podem fazer significativas inferências, contudo, um fragmento de uma carta de Teixeira Soares, de 17 de Outubro de 1868, relativa à organização dos

¹¹⁵¹ Vide autógrafos transcritos, em notas, no apartado “A singularidade de Teixeira Soares de Sousa nos meados do século XIX”.

¹¹⁵² “Dei mais extensão á collecção de adagios. Ligo muita importancia a eses genero de ideias, que bem aproveitadopode trazer grandes vantagens no mar da vida, e mesmo na eloquencia, como vejo nos oradores, tanto politicos como sagrados, nos Estados Unidos”, *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 33, reeditado in *Mocidade de Theophilo*, p. 277.

¹¹⁵³ *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicos*, p. 524.

Cantos açorianos pode dar alguma luz sobre a ideia do Prospecto.

“Lembrou-se mais o meu dito amigo [António Pereira da Cunha] que seria de grande curiosidade um índice analítico, por onde facilmente se podessem procurar os logares relativos a certas idéas, fazendo assim sobresahir com indicações os principaes traços da poesia popular.”¹¹⁵⁴

A “noticia avulsa”, a que fazíamos referência, pedida pelo impressor dos acervos de 1867, regista a colecção, sob esses títulos, de composições de “[t]odas as provincias do reino e ilhas dos Açores”¹¹⁵⁵. No que concerne ao *Romanceiro*, destaca o aparecimento, na Beira Baixa, do tema do **Conde Grifos Lombardo** (0118) numa versão¹¹⁵⁶ mais completa do que nas espécies espanholas mais antigas - sem, no entanto, as identificar. Em Trás-os-Montes, outra versão do mesmo romance, a “*Justiça de Deus*”, a qual resulta de uma cisão da composição garrettiana reeditada por Bellermann¹¹⁵⁷, e o **Conde Niño** (0049)¹¹⁵⁸. No Algarve, **El cautivo del cajón** (4021), poema que reimprime de um artigo de Estácio da Veiga¹¹⁵⁹. Relativamente ao Minho, alude, seguramente, a **El labrador caritativo**, do qual edita e reedita uma versão¹¹⁶⁰.

Reclama que a classificação das espécies tradicionais é feita segundo os critérios de Grimm e Durán e com o *Romancero General* de D. Agustín

¹¹⁵⁴ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 38, reeditado in *Mocidade de Theophilo*, p. 282.

¹¹⁵⁵ *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicas*, p. 525.

¹¹⁵⁶ Braga (1867) 62-64.

¹¹⁵⁷ Garrett II (1851) 289-294; Bellermann (1864) 160-166; Braga (1867) 65-67. Em Braga (1867) 60-61, figura a outra parte da versão de 1851. Vide Maria Teresa Araújo, “As Fontes Garrettianas do *Romanceiro Geral Portuguez*”, *Correspondências* (no prelo).

¹¹⁵⁸ Braga (1867) 37-38.

¹¹⁵⁹ Veiga (1860) 1-2; Braga (1867) 109-113.

¹¹⁶⁰ Braga (1865) 306-307; Braga (1867) 118-120.

compara, finalmente, o conjunto dos seus primeiros estudos até à publicação da sua *Floresta*.

“O *cancioneiro e Romanceiro geral portuguez* é tão vasto como a gigante collecção hespanhola, se attendermos a que n’esta o numero de romances *anonymos*, ou perfeitamente do povo, não se eleva a mais de *cem*, que outros tantos repete a tradição portugueza.”¹¹⁶¹

Como a “noticia avulsa” não está datada, torna-se impossível aferir a afirmação relativa à memória nacional editada, contudo, é evidente referir-se Braga a versões e não a romances.

3.5.3. *Panorama de várias contribuições nacionais e estrangeiras*

Em 1905, Braga oferece um panorama crítico da investigação dos romances da tradição portuguesa que não se afigura exaustivo. O motivo da omissão de alguns títulos não reside no seu desconhecimento, muitos deles são fonte do *Romanceiro Geral Portuguez* (como se pode comprovar no inédito *Indículo* conservado no seu espólio), mas no carácter não sistemático do quadro. Apesar desta característica, o seu excurso apresenta novas apreciações de acervos anteriormente recenseados e de colecções sobre as quais ainda não havia tecido um juízo consistente. O seu interesse advém, paralelamente, de informações dadas pela primeira vez, nomeadamente, a já referida origem do convite para prefaciar o *Cancionero* de Ballesteros (*vide* apartado supra sobre a tradição galega).

¹¹⁶¹ *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicos*, p. 526.

Neste quadro, inclui, também, uma espécie de elenco de periódicos, alguns dos quais contaram consigo na sua fundação ou e entre os seus colaboradores, onde foram publicados estudos sobre as tradições. Alguns deles, efectivamente, estamparam versões de romances. A *Revista de Estudos Livres*, a *Revista Lusitana*, a *Encyclopedia Republicana*, o *Boletim da Sociedade de Geographia*, a *Revista do Minho*, *O Elvense*, *A Tradição*. Outros podia ter incluído nessa lista, porém, esqueceu, pelo menos dois particularmente importantes quer pelos textos publicados quer pela craveira dos seus colonistas, a *Romania* e o *Zeitschrift für Romanische Philologie*.

O Romanceiro do Algarve
e as posteriores investigações algarvias

Tendo estabelecido o seu *Romanceiro* de 1867 na continuidade, embora cientificamente renovada, do pioneirismo garrettiano, atribui a publicação do primeiro acervo algarvio ao aparecimento da primeira colecção regional, os seus *Cantos açorianos*.

As críticas ao opúsculo de Veiga não sofreram a evolução das respeitantes a Garrett. Bem pelo contrário, recolhe novos argumentos para a prova dos exagerados retoques textuais, no entanto, acrescenta pouco mais do que as próprias informações do colector. Apenas desconfia de dois versos, pertencendo apenas um deles a uma versão romancística.

“Os retoques litterarios reconhecem-se em versos como este do *Cavalleiro da Silva* [**El Moro que reta a Valencia** (0045)]: «Ditas que eram tais blandicias...» e no romance *Ausencia* [impropriamente assim

classificada, esta composição]: «*Amargamente* dizia:
D'estas praias arenosas»”¹¹⁶².

Prosseguindo a sua leitura, menciona o facto (referido por Veiga, como se viu) de composições romancísticas incluídas no acervo de 1870 terem surgido previamente noutros locais, num periódico e no seu *Romanceiro* de 1867¹¹⁶³. Como se pode observar no quadro anterior sobre as “Versões de romances no *Romanceiro do Algarve*”, **El cautivo del cajón** (4021) é editado primeiramente in Veiga (1860) 1-2, reimpresso in Braga (1867) 109-113 e só depois, Veiga (1870) 169-153; a **Santa Iria** (0173) estampada in Veiga (1870) 185-187 é a versão de Garrett (1846) 377-378, reeditada in Garrett (1846a) 34-36 e também incluída in Braga (1867) 123-124.

Considera, porém, que a investigação algarvia seguiu caminhos mais rigorosos com as prospecções de Reis Damaso e Ataíde de Oliveira; as do primeiro autor editadas na *Encyclopedia Republicana* e as segundas aguardando “publicidade”¹¹⁶⁴. Embora exprima este apreço, o facto é que inclui, no seu *Romanceiro Geral Portuguez*, todas as versões publicadas por Veiga (*vide* quadro seguinte) e não procede do mesmo modo relativamente às, na sua visão, mais fiáveis. Do primeiro colector, não reimprime uma de **El ciego raptor** (0189) e duas de **Gerineldo** (0023)¹¹⁶⁵; do segundo, uma do **Bernal Francés + La aparición** (0222 + 0168), uma da **Delgadina + Silvana** (0075 + 0005) e uma de **La infanta preñada + La infanta parida** (0469 + 0138)¹¹⁶⁶.

¹¹⁶² *Op. cit.*, pp. 527-528.

¹¹⁶³ *Op. cit.*, p. 527.

¹¹⁶⁴ *Op. cit.*, p. 528.

¹¹⁶⁵ Damaso (1882) 202-203, 184 e 235-236, respectivamente.

¹¹⁶⁶ Oliveira (1905)/Oliveira (198?) 46-49, 427-428 e 77-79, respectivamente.

Título (IGR)	Contaminações (IGR)	<i>Romanceiro do Algarve</i> (pp.)	<i>Rom. Geral</i> Port. (ano do vol., pp)
En Ceuta está Don Julian (0018)		6-10	(1907) 306-308
Afuera, afuera Rodrigo (0021)	Muerte del príncipe don Juan + Quejas de doña Urraca + Os labraré yo un pendón (0006 + 0004 + 0085)	19-22	(1907) 308-311
El Moro que reta a Valencia (0045)		13-15	(1907) 317-319
La batalla de Lepanto (0112)	Nau Catrineta (0457)	48-52 55-57	(1906) 4-8 (1907) 358-360
Blancaflor y Filomena (0184)	Casada de lejas tierras (0155)	91-94	(1906) 598-601
Bodas de sangre (0440)	La novia abandonada + No me entierren en sagrado (0720 + 0101)	131-133	(1906) 281-283
El cautivo del renegado (0443)	Cautivo firme en su fe (0317)	70-74	(1907) 152-156
El cautivo del cajón (4021)		169-173	
La vuelta del navegante (0559)		108-111	(1906) 75-77
Conde Niño (0049)		65-67	(1906) 270-272
Don Alejo muerto por traición de su dama (0546)		25-28	(1906) 168-171
La novia abandonada (0720)	Conde Niño (0049)	103-105	(1906) 283-285
La infanta preñada (0469)	La infanta parida (0138)	77-80	(1906) 387-390
La infantina (0164)	El caballero burlado (0100)	40-44	(1906) 247-250
La devota caluniada (0165);		194-196	(1907) 475-477

Santa Iria (0173)		181-184	(1907) 507-508
		185-187	(1907) 519-522
El pájaro verde (0701)		114-117	(1906) 615-619

Uma nova visão sobre o Romanceiro madeirense

Os encómios feitos ao acervo de Azevedo e à memória insular contrastam com a última opinião sobre as intervenções textuais daquele colector - agora admitidas pela primeira vez. Todavia, não as concretiza, nem a título de exemplo, como procedeu em relação ao trabalho de Veiga, preferindo afirmá-las pelas “admiráveis” suspeitas de Teixeira Soares e corroborá-las por exercícios semelhantes feitos sobre composições de outros géneros, incluídas na mesma colecção¹¹⁶⁷.

Para além desta alteração crítica, Braga fornece uma interessante informação sobre a história da edição deste acervo.

“O dr. Rodrigues de Azevedo começou, por falta de recursos typographicos, a imprimir o *Romanceiro* em um semanario madeirense, aproveitando depois a composição para livro, pagando apenas o papel.”¹¹⁶⁸

Este depoimento, bastante credível uma vez que o opúsculo é editado pela tipografia da *Voz do Povo*, periódico do Funchal do qual a Biblioteca

¹¹⁶⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 529.

¹¹⁶⁸ *Op. cit.*, p. 528.

Nacional apenas conserva poucos números dispersos¹¹⁶⁹, traz não só a notícia da impressão de composições anterior a 1880, como a informação, à qual provavelmente se chegará depois do cotejo das versões do periódico e do livro, de não se registarem discrepâncias textuais entre as espécies do *Romanceiro* e a sua primeira edição. É que, segundo Braga, a composição tipográfica estava pronta; para o livro tomar corpo, apenas foi necessário passá-la a papel adequado.

As investigações brasileira e galega

Resultado da sua diatribe com Sílvio Romero e da factualidade editorial, situa o início da exploração brasileira nos trabalhos de Celso de Magalhães publicados n' *O Trabalho*, os quais são por si reconhecidos - e pelo seu amigo Fran Paxêco, cuja opinião transcreve - na continuidade dos estudos garrettianos e do seu próprio *Romanceiro*¹¹⁷⁰. Contudo, não deixa de citar os colectores anteriormente referidos, entre os quais, o próprio investigador sergipano. Curiosamente, esquece a impressão das três versões no *Parnaso* em 1877 que o tornam um dos primeiros editores de versões romancísticas do Brasil.

Pelo contrário, a referência à tradição galega centra-se no *Cancionero* que havia prefaciado e omite os trabalhos citados por si anteriormente, incluindo as versões reeditadas no seu *Parnaso*.

¹¹⁶⁹ Procedemos, neste momento, a uma investigação mais alargada no sentido de descobrir os números da *Voz do Povo* que documentem a informação de Braga.

¹¹⁷⁰ *Op. cit.*, p. 530. Espécies em referência: Celso de Magalhães, *O Trabalho*, 31 de Maio de 1873 e Fran Paxêco, "Raspões Críticos", *Pacotilha*, 23 de Janeiro de 1904.

Como afirmávamos, o panorama que Braga apresenta da investigação sobre os romances não é exaustivo e, em certos aspectos, nem sequer se afigura suficientemente representativo. Por exemplo, descure as contribuições de Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso, as quais, não obstante, aproveita quase na totalidade no *Romanceiro Geral Portuguez*. Do primeiro, na sua colecção, só não inclui três composições: **Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos** (0503 + 0005 + 0431), editada in Coelho (1879) 64; uma das versões de **Don Gato** (0144), in Coelho (1883) 594 e **La doncella guerrera** (0231) in Coelho (1879) 61-62. Do segundo, apenas ficam excluídas cinco: **Conde Claros en hábito de fraile + La apuesta ganada + La infanta preñada** (0159 + 0255 + 0469), **Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos** (0503 + 0005 + 0431), duas versões de **El conde Alemán** (0095), um versão do **Bernal Francés** (0222) e **La devota calumniada** (0165) publicadas in Pedroso (1902) 460-462, 462-462, 466-467, 459-460, 459 e 457, respectivamente.

Referência a uma só espécie da bibliografia de Leite - Apenas o *Romanceiro Portuguez*, de 1886, é aludido nesta retrospectiva e sobre ele não esboça qualquer juízo crítico, limitando-se a situá-lo no tempo relativamente ao de Hardung¹¹⁷¹ (esse sim, largamente comentado, como se verá). Todavia, mesmo a simples citação da obra contém uma imprecisão, a sua denominação de “Romanceiro de Traz-os-Montes”, a qual poderia levar à não identificação da espécie bibliográfica, não fosse figurar o nome do autor e da colecção “Bibliotheca do Povo e das Escolas”. Compreende-se o motivo da designação,

¹¹⁷¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 535.

de facto, a grande parte das versões aí incluídas tem origem nessa região; porém, outras são apresentadas com outra geografia.

Versões do *Romanceiro Portuguez* com origem geográfica
fora de Trás-os-Montes

Título (IGR)	Geografia	<i>Romanceiro Portuguez</i> (pp.)	Fortuna editorial anterior
Hermanas reyna y cautiva (0136)	n.i.	54-56	Garrett II (1851) 183-188; Bellerman (1864) 92-98; Braga (1867) 103-106; Braga (1876) 59-62
Vuelta del marido (0113)	Douro Litoral	43-44	Leite (1881) 43-45
Conde Niño (0049)	Algarve	60-62	Veiga (1870) 65-67
El quintado + La aparición (0176 + 0168)	Beira Alta	52-54	Leite (1884-1885a) 82-83
La mala suegra (0153)	Minho	38-39	Leite (1882a) 26-27
Casada de lejas tierras (0155)	Algarve	58-60	Dâmaso (1882) 171-173; Braga (1883) 183-184
Conde Alarcos + Silvana + Flérída y Don Duardos (0503 + 0005 + 0431)	Douro Litoral	39-41	
La devota calumniada (0165)	Beira Litoral	46-47	
Santa Iria (0173)	Beira Alta	50-52	Leite (1881) 90-93
El labrador caritativo (0185)	Douro Litoral	49-50	Leite (1881a) s.p.

Nau Catrineta (0457)	Versão factícia	44-46	Garrett III (1851) 89-93; Bellerman (1864) 116-120; Hardung I (1877) 23-25; João Diniz (1881) 225-227; Quental (1883) 7-9
El alma peregrina y el caballero piadoso (0797)	Minho	34-35	Coelho (1874) 265

Sobre o colector alentejano - Refere que “Antonio Thomaz Pires, publicou [...] um completo Romanceiro alentejano”¹¹⁷² e indica *O Elvense* como um dos periódicos nos quais colaborou. Realmente, foi nesse jornal que as suas primeiras composições romancísticas foram publicadas, como se observa no texto introdutório de Pere Ferré à última edição das *Lendas e Romances*¹¹⁷³. Mas, como se lê neste estudo, a publicação das versões de Pires não se restringiu às folhas elvenses e Braga sabe-o bem. A correspondência que endereçou regularmente ao colector alentejano¹¹⁷⁴ deixa ver o envio regular, por parte deste, das espécies que estampavam os resultados das suas explorações.

Essa epistolografia mostra, também, um profundo contraste com a sucinta apreciação feita na *Historia da Poesia*. Mas regressemos à fugaz alusão de 1905.

¹¹⁷² *Op. cit.*, p. 541.

¹¹⁷³ Pere Ferré, “Introdução”, in António Tomás Pires, *Lendas e Romances*, pp. 43-46.

¹¹⁷⁴ Eurico Gama, *Cartas de Teófilo Braga a António Tomás Pires (1883-1911)*.

Apesar do seu laconismo, qualifica bem a colecção de Pires atribuindo-lhe o epíteto mais conforme ao estado de então da investigação no Alentejo. Como regista Pere Ferré, antes deste colector iniciar os seus trabalhos, a região apenas se encontrava representada nas variantes introduzidas por Garrett nas suas versões, numa composição editada por Braga no seu *Romanceiro* de 1867 e noutra publicada por Consiglieri Pedroso, em 1881, na *Romania*¹¹⁷⁵. Resultado da sua exploração, surgirão entre 1884 e 1902, setenta e uma versões inéditas¹¹⁷⁶.

*O destaque dado a Hardung
entre alguns investigadores estrangeiros*

A colecção de Bellerman, de 1864, *Portugiesische Volkslieder und Romanzen*, merece a a Braga dois comentários¹¹⁷⁷. O primeiro estabelece a fonte garrettiana desse trabalho; de facto, pelo quadro seguinte, é possível confirmar a acuidade da afirmação.

<i>Romanceiro</i> , 1851 (vol., pp)	<i>Portugiesische Volkslieder und Romanzen</i> , 1864 (pp.)	Título (IGR)
II, 289-294	160-166	Conde Grifos Lombardo (0118)
II, 250-267	30-54	Gaifeiros libera a Melisenda (0151)
II, 183-188	92-98	Hermanas reina y cautiva (0136)
III, 77-82	184-190	El cautivo del renegado + Cautivo firme en su fe (0443 + 0317)

¹¹⁷⁵ Pere Ferré, “Introdução”, in António Tomás Pires, *Lendas e Romances*, pp. 35-36.

¹¹⁷⁶ *Op. cit.*, pp. 43-46.

¹¹⁷⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 533. Refere-se a Christ. Fr. Bellermann, *Portugiesische Volkslieder und Romanzen*, Leipzig, Wilhelm Engelmann, 1864.

III, 108-111	172-176	La vuelta del navegante (0559)
III, 9-12	134-138	Conde Niño (0049)
91-95	146-150	Don Alejo muerto por traición de su dama + El castigo del sacristán (0546 + 0536)
II, 44-55	76-90	Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos (0503 + 0005 + 0431)
III, 4-6	168-171	Una fatal ocasión (0232)
III, 178-180	192-195	El ciego raptor (0189)
III, 65-71	64-75	La doncella guerrera (0231)
III, 116-122	152-158	La difunta pleiteada (0217)
III, 89-93	116-120	Nau Catrineta (0457)

O segundo prende-se com a informação da existência de uma edição dos *Portugiesische Volkslieder und Romanzen* anterior à de Leipzig, de 1864, surgida em Berlim. De facto, a indicação não se confirma. Em Berlim, em 1840, Bellerman editou não esse título mas *Die AltenLiederbucher der Portugiesischen*, obra em que apresenta composições romancísticas traduzidas em alemão.

Tal como nessa publicação berlinense, Ettore Toci, em Livorno, apresenta uma tradução de composições portuguesas, nos *Canti Popolari Portoghesi* e Emanuel Geibel e A. F. von Schack estampam o *Romanzero des Spanier und Portugiesen*, no qual imprimem em alemão cento e quatro romances. Braga cita este trabalho pretendendo assinalar o interesse europeu pela tradição peninsular mas, ao contrário do que faz em relação às obras de

Bellermann e de Toci, não adverte para a forma traduzida das suas composições¹¹⁷⁸.

Todavia, o investigador não nacional destacado por Braga é, sintomaticamente, Hardung¹¹⁷⁹. Com ele teve relações epistolares, pelo menos, em 1875, ano em que o erudito alemão lhe escreve a pedir os *Cantos* açorianos e, logo depois, a agradecê-los¹¹⁸⁰. Nessas cartas, emitidas do Porto, exprime o estudioso o que a sua “Introducção” de 1876 manifesta admiração pelos estudos teofilianos e a sua referência permanente ao lado de uma também constante atenção às páginas de Garrett.

O polígrafo português destaca bem as fontes teóricas desse estudo prefaciador, a *Historia da Poesia* de 1867, as *Epopêas e o Manual*, nomeadamente, a tese sobre a anterioridade do verso “quinario” relativamente ao “octonario” (*vide* apartado sobre versificação). No entanto, o projecto que subjaz à obra de reunir numa só colecção as composições dispersas por vários volumes de diversos autores interessa particularmente ao autor do *Romanceiro Geral Português*, o qual começaria a ser estampado no ano seguinte à sua apreciação.

Braga via, muito provavelmente, nesse título de Leipzig, uma espécie congénere da sua, de 1906-1909, embora mais restrita. Nesta convicção, define as fontes textuais das versões editadas em 1877, os acervos garrettianos, os seus de 1867 e 1869 e o de Estácio da Veiga, e assinala os compreensíveis limites da

¹¹⁷⁸ *Op. cit.*, p. 534. Alude a Ettore Toci, *Canti Popolari Portoghesi*, Livorno, Raffaello Giusti, 1888; Emanuel Geibel, A. F. von Schack, *Romanzero des Spanier und Portugiesen*, Stuttgart, J. G. Cotta'scher Verlag, 1860.

¹¹⁷⁹ *Op. cit.*, pp. 534-535. Victor Eugenio Hardung, *Romanceiro Portuguez*, 2 vols., Leipzig, F. A. Brockhaus, 1877.

¹¹⁸⁰ Cartas editadas in *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 208-210.

obra ao não incluir o *Romanceiro* madeirense e o *Romanceiro Portuguez*, de 1886, de Leite de Vasconcelos. Porém, não se apercebe das versões que, anteriores a 1877, não foram reeditadas por Hardung: em primeiro lugar, das versões das *Saudades da Terra* (reeditadas em 1880); em segundo, das composições que, figurando nos opúsculos referidos como fonte, não são reeditadas na colecção do autor alemão.

Versões omitidas por Hardung

Título (IGR)	Versões não incluídas no <i>Romanceiro</i> de 1877
La muerte del príncipe Don Alfonso de Portugal (0069)	Braga (1870) 29-30
La batalla de Lepanto (0112)	Braga (1867) 157-159
Conde Claros en hábito de fraile + La apuesta ganada + Aliarda (0159 + 0255 + 0149)	Luiz Ribeiro (1852) 561
Conde Claros preso (0366)	Garrett II (1851) 213-217
Blancaflor y Filomena + Casada de lejas tierras (0184 + 0155)	Veiga (1870) 91-94
Bodas de sangue (0440)	Braga (1869)/Braga (1982) 249-253
Bodas de sangue + La novia abandonada + No me entierren en sagrado (0440 + 0720 + 0101)	Veiga (1870) 131-133
La vuelta del navegante (0559)	Braga (1869)/Braga (1982) 200-202
Conde Niño (0049)	Garrett III (1851) 9-12
La novia del conde de Alba (0508)	Quillinan (1853) 201-207
Don Alejo muerto por traición de su dama (0546)	Braga (1869)/Braga (1982) 239-241
Don Alejo muerto por traición de su dama + No me entierren en sagrado (0546 + 0101)	Braga (1869)/Braga (1982) 241-243

La novia abandonada + Conde Niño (0720 + 0049)	Veiga (1870) 103-105
La novia abandonada + Conde Niño (0720 + 0049)	Garrett III (1851) 22-26
La mala suegra (0153)	Braga (1867) 42-45
Conde Alarcos (0503)	Cordeiro (1845) 272
Adúltera que plañe a su enamorado muerto (0077)	Azevedo (1873) 768
Bernal Francés + La aparición (0222 + 0168)	Garrett (1828) XXVI-XXXII; Garrett II (1851) 129-135
Silvana (0005)	Azevedo (1873) 767
Flérída y don Duardos (0431)	Braga (1867) 48-50
Flérída y don Duardos (0431)	Braga (1869)/Braga (1982) 282-284
Flérída y don Duardos (0431)	Azevedo (1873) 769-770
El castigo del sacristán (0536)	Braga (1869)/Braga (1982) 301-302
La doncella guerrera (0231)	Braga (1867) 11-14 e 15-18
La doncella guerrera (0231)	Braga (1869)/Braga (1982) 215-219
La guarda cuidadosa (0629)	Braga (1870a) 78
Nau Catrineta (0457)	Braga (1869)/Braga (1982) 285-287
Nau Catrineta (0457)	Braga (1869)/Braga (1982) 290-292
Nau Catrineta (0457)	Braga (1869)/Braga (1982) 292-295
Nau Catrineta + El castigo del sacristán (0457 + 0536)	Braga (1869)/Braga (1982) 295-297

Na sua elogiosa crítica, Braga transcreve um excerto da “Introdução” de Hardung no qual refere ter escutado, durante as suas viagens por Portugal,

“«romances que me eram completamente desconhecidos e que não andam recolhidos em nenhum dos Romanceiros até hoje publicados.»”¹¹⁸¹

¹¹⁸¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, pp. 534-535. Victor Eugenio Hardung, “Introdução”, in *Romanceiro Portuguez*, I, p. VII.

O erudito português não comenta a afirmação, todavia, se Hardung os ouviu, não registou qualquer versão com essa característica no seu opúsculo. É verdade que inclui uma composição inédita, à qual Braga não faz referência, mas ela não corresponde à novidade anunciada pelo estudioso alemão. Trata-se de **Conde Alarcos + Silvana + Flérída y don Duardos** (0503 + 0005 + 0431)¹¹⁸², cuja estrutura de contaminação é igual às de Garrett II (1851) 44-55, Braga (1867) 68-71, 71-74 e Braga (1869)/Braga (1982) 259-264 incluídas no primeiro volume de 1877 entre as páginas 161-168, 145-148, 152-155 e 156-160, respectivamente.

Finalmente, a importância do acervo de Hardung é definida enquanto espécie bibliográfica divulgadora dos estudos portugueses sobre a sua tradição e estímulo de novos trabalhos, na Europa, sobre os romances em Portugal. O *Romanceiro. Choix de Vieux Chants Portugais* de Puymaigre é o exemplo dado, referindo que se trata de uma tradução dos cantos editados pelo investigador alemão¹¹⁸³.

3.6. Os conceitos de regionalidade como critérios de sistematização dos romances de tradição oral moderna

Como se depreende da exposição que vem sendo feita, Braga desde cedo instaura parâmetros coordenadores do *corpus* romancístico assentes em conceitos de regionalidade com natureza diversa (étnica, geográfica) e

¹¹⁸² Hardung I (1877) 149-152.

¹¹⁸³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 535. Le Comte de Puymaigre, *Romanceiro. Choix de Vieux Chants Portugais*, Paris, Ernest Leroux, Éditeur, 1881.

amplitude variável (provincial, nacional, transnacional). As suas fronteiras não são rígidas e variam com essa natureza e perspectiva. Assim, os contornos étnicos de uma região podem não se conformar com delimitações políticas ou distâncias geográficas; podem, também, transformar-se de acordo com o ponto de observação - o Romanceiro português por exemplo, constitui uma unidade em si mas no contexto da tradição peninsular, o seu estatuto é parcelar.

Perante este quadro, urge uma clarificação dos conceitos de regionalidade acompanhando a sua formulação ao longo das páginas de Braga.

3.6.1. Descrição das regionalidades

A sua primeira colecção de 1867, na tradição garrettiana, obedece a um pressuposto nacional designado pelo atributo “geral” e com ela, pretende a edição de um acervo português comparável aos publicados, então, pela Europa. Antes do final da década, publicando os *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, introduz um novo critério definido por uma entidade administrativa com alguma tradução na geografia natural e instaura um conceito de regionalidade com um significado parcelar relativamente ao “geral” - embora o nacional de 1867, de algum modo, se assumisse como parte do peninsular, até porque a sua concepção de então, ainda era dúbia quanto à relação do Romanceiro português com o hispânico.

Com estes dois títulos da década de sessenta, apresentam-se duas formulações de regionalidade. Uma nacional e outra administrativa. Se o conceito de “geral”, nacional, se funda no traço linguístico, a outra emerge de uma realidade exterior aos próprios romances.

Antes, porém, de prosseguirmos, importa, destacar a opinião do

verdadeiro colector dos *Cantos* insulares, Teixeira Soares de Sousa, acerca do título da colecção dado no continente porque nela emerge um conceito de regional não administrativo ao qual Braga não se mostrou sensível, manifestando assim, o carácter essencialmente administrativo do seu critério. Embora o erudito jorgense condescenda com a designação de Teófilo, adverte para o facto desse acervo ser relativo à sua ilha e apenas a ela¹¹⁸⁴, inferindo-se daqui, uma noção de região alicerçada numa geografia natural à qual o seu conterrâneo açoriano não cedeu. Contudo, com esse reparo, mostra-se mais rigoroso ao manifestar a intuição relativamente a um dos factores que pode favorecer a unidade e a especificidade de uma tradição regional, o isolamento geográfico.

É verdade que o editor micaelense, na “Introdução” desses *Cantos*, refere o aspecto do isolamento açoriano relativamente ao continente como factor de preservação romancística, todavia não parece considerá-lo no interior do próprio arquipélago e extrair daí consequências. Para si, essa colecção é genericamente açoriana.

Logo no início da década seguinte, como se observou, define três focos dos cantos portugueses cujo perfil é, nas suas palavras, “ethnico” mas se encontra de acordo com o critério administrativo de 1869. A determinação da Beira Baixa, Algarve e Açores afigura-se inequivocamente provincial.

Todavia, a sistematização de 1881-1885 perturba esta linearidade conceptual. Em primeiro lugar, o conceito de nacional, como “geral”, fundado linguística e politicamente, é substituído pelo de “portuguez”, o qual não mostra conformidade nem com fronteiras políticas nem com o próprio idioma,

¹¹⁸⁴ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 34-35, reeditado in *Mocidade de Theophilo*, pp. 279-281.

apresentando versões não apenas na língua nacional. Em segundo, o critério administrativo confronta-se com regionalidades de natureza provincial e política fazendo integrar na tradição portuguesa a Galiza, parcela territorial espanhola, e o Brasil, nação independente.

Quase a finalizar os trabalhos sobre o Romanceiro, em 1909, acentua a concepção que se subentende em 1881-1885 ao introduzir a sub-tradição dos “*Judeus portugueses do Levante*”, a qual não constitui uma entidade política autónoma, tal como a Galiza, e como ela, não oferece versões em português.

3.6.2. Significados das regionalidades

Por esta descrição, verifica-se não existir um conteúdo apenas provincial ou administrativo ou linguístico ou político nas suas regionalidades e que elas se associam sem vinculação à contiguidade geográfica, podendo surgir uma sub-tradição espacialmente fragmentada, caso do Brasil e da Índia. Deste modo, parece que estes significados de região se cruzam com outros na sua consolidação.

***Um mesmo traço liga
diferentes províncias ou geografias***

Efectivamente, um dos fundamentos da região emerge da longínqua *Historia da Poesia* de 1867. Embora Braga se aperceba que “[a] poesia popular

apresenta diferentes características de provincia para provincia”¹¹⁸⁵, na continuação deste excerto, admite um outro conceito de regionalidade romancística definido por um traço inerente às próprias composições, o qual pode ser observado em diferentes províncias. Tal é o caso das regiões fronteiriças unidas pela forte presença espanhola.

“Em quasi todas as povoações da fronteira vogam romances de origem hespanhola.”¹¹⁸⁶

E em idêntica circunstância, a sub-tradição do Brasil e da Índia - justificada na “Introdução” dos *Cantos* de Romero e na sua versão de 1905. Um espaço e outro foram colonizados simultaneamente, no século XVI, pelo mesmo tipo de população. A Índia conservou pela “saudade da pátria” e pela distância relativamente à metrópole e, por consequência, à monarquia e à Inquisição, uma memória poética genuína. O Brasil, sofrendo “[a] influencia jesuitica e o influxo da raça negra africana”¹¹⁸⁷, apresenta algumas “deturpações”, porém, a continuada imigração do Minho e sobretudo dos Açores, recuperou a tradição poética.

Assim, a identidade desta região indo-brasileira e o traço que lhe dá consistência, no contexto da tradição romancística portuguesa, é definido por esse fundo histórico ainda vivo.

¹¹⁸⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 90.

¹¹⁸⁶ *Op. cit.*, p. 91.

¹¹⁸⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 429. Esta expressão está integrada num parágrafo que não consta na “Introdução” de 1883.

Se os cantos brasileiros e indianos constituem, mais do que expressões geográficas, documentos modernos do período das Descobertas, os insulares não representam apenas uma parte da expressão nacional; são, sobretudo, um documento histórico da evolução do Romanceiro português. Pela língua e pelas ténues alusões aos “costumes juridicos do tempo das cartas de Foral”¹¹⁸⁸, estes correspondem aos romances do século XV e a própria designação de “aravia”, usada localmente, é uma “revelação historica”¹¹⁸⁹ da sua origem.

Tal como as composições do Brasil e da Índia em relação ao século XVI, também as dos Açores e, de igual modo, as do outro arquipélago insular português, representam o período de formação do Romanceiro na Hispânia e permitem o conhecimento dos seus aspectos relevantes. Da Madeira “póde-se dizer que toda a poesia levada para ali pelos elementos coloniaes do principio do seculo XV se mantém intacta.”¹¹⁹⁰

O conteúdo étnico

O traço distintivo dominante em qualquer regionalidade teofiliana é o seu perfil etnológico detectado nos respectivos romances. Contudo, é ele que frequentemente relaciona regiões diferentes. A Galiza e o Brasil, por exemplo, separados geográfica e politicamente, conservam com o espaço português “inteira a sua unidade ethnica na tradição litteraria”¹¹⁹¹. E, num plano de maior

¹¹⁸⁸ *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. VIII.

¹¹⁸⁹ *Op. cit.*, p. IX.

¹¹⁹⁰ *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 55.

¹¹⁹¹ “Da Poesia Moderna Portuguesa, suas Transformações e Destino”, p. LIX e “Velho Lyrismo Portuguez”, p. 60.

concretização, na nota à versão brasileira intitulada “Dona Infanta”, adverte que o seu estudo deve “atender ao elemento colonial da emigração do Minho, o mais importante depois das ilhas dos Açores”¹¹⁹², indicando, assim, a relevância do elemento étnico na compreensão daquele romance tradicional.

O que identifica a região é o “modo de contar”

O conhecimento progressivo de romances e versões, cada vez em maior número, alicerça o comparativismo de Braga e leva-o a ampliar as analogias entre composições, tradições e sub-tradições de diversa origem geográfica. Simultaneamente, porém, sublinha os aspectos que as distinguem. As “Notas” do volume do *Romanceiro Geral* de 1909 são representativas deste método que destaca a semelhança mas também a diferença específica, sendo esta que caracteriza e dá identidade à área romancística.

Premonitoriamente, em 1867, na *Historia da Poesia*, ainda com um conhecimento bastante limitado dos romances em Portugal, constata o que exemplifica por várias ocasiões, particularmente, nas “Notas” de 1909. Escrevia “[...] a diferença principal que temos observado [entre as regiões] está no modo de contar”¹¹⁹³, marcando assim, outro traço constitutivo da área romancística.

Algumas vezes, a própria edição da versão suporta, em aparato crítico, o diferente “modo de contar” regional. A composição da ilha da Terceira intitulada “Donzella que vae á guerra”, é estampada em 1906¹¹⁹⁴ com

¹¹⁹² “Notas”, in Sylvio Romero, in *Cantos Populares do Brazil*, II, p. 143.

¹¹⁹³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 91.

¹¹⁹⁴ É longa a fortuna editorial desta versão: Garrett III (1851) 65-71; Bellermann (1864) 64-

abundantes notas de rodapé, as quais exibem alterações provinciais de hemistíquios, versos, adjectivos, onomásticos e situações - é verdade que o aparato é de Garrett, no entanto, neste caso, Braga mantém-no.

3.6.3. A regionalidade do nacional

Dos seus estudos e notas das versões, é possível colher vários exemplos das diferenças que resultam do confronto das tradições portuguesa e peninsular e até meridional, donde é possível entender um estatuto regional de nacionalidade quando inserida num contexto mais alargado, transnacional. De facto, Braga, ao estabelecer permanentemente a relação das suas versões com as hispânicas e as da tradição europeia, abre uma dimensão regional à nacionalidade e dota-a, assim, de uma natureza dinâmica.

3.6.4. Os limites da transnacionalidade

Mas esse cotejo sistemático de versões de tradições várias, hispânica e europeia não é, ainda, a sua linha de horizonte e, rapidamente, os paralelos atingem a universalidade com a integração de temas e tradições estranhas ao velho continente. A sua propensão para a grande síntese aliada aos estudos emergentes das várias escolas antropológicas europeias¹¹⁹⁵ irá conduzi-lo a teorias bastante discutíveis. Porém, elas mostram como o seu autor, entre muito poucos, no seu tempo, terá entendido o carácter dinâmico do nacional, a sua face regional no contexto transnacional e intuído a dimensão transregional do local.

75; Hardung I (1877) 88-93; Quental (1883) 172-176; João Dinis (1893) 128-132; Braga (1906)/Braga (1982) 131-136.

¹¹⁹⁵ Vide Jorge Freitas Branco, "A propósito da presente edição", in Teófilo Braga, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, pp. 16-22.

A unidade da Europa meridional - O conceito de Romanceiro como género transnacional manifesta-se logo em 1867, na *Historia da Poesia*. Este conceito é alicerçado em fontes orais mas também escritas.

“Nos Romanceiros hespanhoes encontram-se muitos romances tirados da historia portugueza [...] É natural que fossem communs ás duas nações, [mas acrescenta] como tantos comuns aos povos do Meio Dia da Europa”¹¹⁹⁶.

A unidade dos povos do sul é uma constatação cada vez mais fundamentada, ao longo da sua obra, pela ampliação dos paralelos sucessivamente construídos entre as composições dessas tradições. Em 1870, torna-a bastante clara e defende a tese do “pan-latinismo” sobrevivente à sua continuada destruição pelas monarquias e seus processos sucessórios.

“Os Francezes, os Italianos, os Hespanhoes e os Portuguezes são um mesmo povo; as mesmas raças mutuamente se invadiram e se fundiram. [...] As linguas neo-romanas têm um caracter commum; [...] As mesmas legendas occupam as imaginações”¹¹⁹⁷.

Ainda em 1905, reitera a

“determinação da *unidade tradicional do Occidente da Europa*, através das formas persistentes dos communs elementos poeticos nas nacionalidades meridionaes”¹¹⁹⁸.

Se o elemento étnico explica a presença de cantos semelhantes numa geografia tão vasta, os jograis, ao percorrerem a Europa medieval repetindo as

¹¹⁹⁶ *Historia da Poesia Popular Portugueza*, p. 29.

¹¹⁹⁷ *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, p. 43.

¹¹⁹⁸ *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicos*, p. s.nº.

mesmas composições, tiveram, igualmente, um papel relevante “andavam assim, sem o saberem, formando esta unidade de tradições”¹¹⁹⁹. É certo que estes difusores são um dos primeiros agentes da nacionalização dos cantos, como se viu admitido por Braga, mas a sua permanente mobilidade entre regiões e estratos sociais permite, segundo o autor, a divulgação de sucessos e de composições e, deste modo, colaborar na unidade da expressão poética desse fundo étnico comum aos povos do sul.

A universalidade dos temas e dos géneros - É frequente encontrar-se nos seus estudos, paralelos entre versões romancísticas e tradições não europeias inseridos numa linha de investigação dos temas universais. Relaciona, por exemplo, o maravilhoso da “Infantina”, a donzela encantada que o cavaleiro encontra numa árvore, com uma lenda do *Mahabhârata*¹²⁰⁰. Todavia, Braga não restringe a sua visão universal aos temas das composições. Os próprios géneros literários são entendidos como categorias de verificação universal.

Numa obra de carácter aparentemente apenas nacional como *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, teoriza

“[a]s literaturas antigas ou modernas, do oriente e do ocidente, apresentam as mesmas formas ou tipos fundamentais universais, que são o *lirismo* a *epopeia* e o *drama*. Derivam estas formas comuns da expressão do sentimento de fases sociais análogas nas raças superiores”¹²⁰¹.

¹¹⁹⁹ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, p. 151.

¹²⁰⁰ *Manual da Historia da Litteratura Portuguesa*, pp. 76-77.

¹²⁰¹ *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, II, p. 286.

E ocupando-se da epopeia, refere em igual plano

“as cantilenas ou rapsódias das *epopeias* da Caldeia, da Índia, da Pérsia, da Grécia, da Alemanha e da França”¹²⁰².

Na sua perspectiva, a própria formação da epopeia é universalmente idêntica

“aqueles que repetem essas canções isoladas são os *sutas* na Índia, os *aedos* na Grécia, os *troveiros* ou jograis na Idade Média. Sucede-se um período de coordenação sistemática feito por outros cantores, como os *kavy* da Índia, os *rapsodos* na Grécia ou os *clerc* nas Gestas Francas”¹²⁰³.

É, portanto, através da via antropológica que chega à universalidade, étnica e mítica, mas não relega o comparativismo poético desta visão dinâmica do regional, nacional e transnacional. A própria classificação adoptada no seu primeiro *Romanceiro* manifesta logo esta dialéctica, a qual irá manter-se ao longo dos sessenta anos de estudos. A regionalidade não é coincidente com a geografia, ultrapassa o estatuto parcelar no contexto nacional e este correspondendo a uma unidade de regiões, funciona, também, como uma regionalidade no espaço transnacional. Esta espécie de república de tradições actualiza-se regional e nacionalmente e o seu horizonte é a própria universalidade humana.

¹²⁰² *Ibidem*.

¹²⁰³ *Op. cit.*, p. 291.

3.6.5. O critério regional é privativo do género romancístico

Numa recensão crítica a *Músicas e Canções Populares Colligidas da Tradição*, de Neves e Mello¹²⁰⁴, Braga apenas admite o critério regional no âmbito do Romanceiro e não lhe reconhece utilidade na “Cantiga, lyrica, actual, improvisada”¹²⁰⁵. Enquanto no primeiro caso a sua aplicação permite o conhecimento de realizações particulares, regionais, de um acervo que não se restringe a essas ocorrências locais, as quais, assim evidenciadas, fornecem elementos históricos, etnológicos e filológicos pertinentes, na lírica, “é que nada se conclue”¹²⁰⁶.

Segundo a sua perspectiva, o romance tem uma estrutura “persistente” que não permite uma grande amplitude de variação. O critério regional destaca-lhe as alterações operadas em cada área. A lírica apresenta-se sob formas muito “flutuantes” cuja dominante é a diversidade mesmo no interior de uma zona geográfica. Neste caso, o que pode tal critério revelar? Responde Braga

“o unico modo de a classificar ou recolhel-a em corpo systematico é pela ordem psychologica da paixão, como fez para o *Cancionero Español* D. Emilio Lafuente y Alcantara, e nós, seguindo o seu auctorizado exemplo.”¹²⁰⁷

Como se vê, Braga tem uma particular atenção à regionalidade romancística, não só consciente de que através destas investigações se “iam

¹²⁰⁴[*Músicas e Canções populares colligidas da tradição*, por Adelino Antonio das Neves e Mello (Filho). Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, 1º vol., 8º, 245 pp.], *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, pp. 204-208.

¹²⁰⁵*Op. cit.*, p. 206.

¹²⁰⁶*Ibidem.*

¹²⁰⁷*Ibidem.*

amontoando as pedras de um monumento nacional”¹²⁰⁸, mas muito atento à informação particular das composições de cada área. Interessa-o mesmo a própria ocorrência das designações de romance em diferentes regiões, como foi já observado nos *Cantos* açorianos a propósito da “aravia”, questão que retomará ao longo de quase toda a sua obra. Investiga outros significantes regionais, procura a sua origem, e a partir dela retira informação histórica, métrica e elementos sobre o tipo de transmissão, recitativa ou cantada, ou sobre a dança que, segundo a sua convicção, acompanhava o romance¹²⁰⁹.

3.6.6. *O incentivo à investigação regional*

Teófilo mostra bastante apreço pelo aparecimento dos trabalhos de prospecção restritos a uma área geográfica. Deixa antever o incentivo a esta investigação a correspondência que lhe é enviada por Soares de Sousa, à medida que erudito micalense ia conhecendo o propósito inicial e ulteriores recolhas do colector jorgense¹²¹⁰.

Aliás, Braga estimulará ao longo da sua vida a exploração regional, muitas vezes com o objectivo de os seus resultados lhe serem oferecidos como é suposto, por exemplo, numa carta que lhe dirige Rodrigues de Azevedo¹²¹¹. O colector de romances na ilha da Madeira optará, mais tarde, por editar a sua própria colecção ao contrário de alguns outros

“collectores da Beira Baixa, do Minho, de Traz-os-

¹²⁰⁸ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 369.

¹²⁰⁹ “Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores”, pp. 99-100.

¹²¹⁰ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 29-64. Alguma desta correspondência é reeditada in *Mocidade de Theophilo*, pp. 272-294, 296-297, 299-300, como tem sido observado.

¹²¹¹ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, p. 111.

Montes e dos Açores, [que] quando accediam ás minhas instancias não curavam de gloria litteraria.”¹²¹²

A primeira carta enviada por Braga, em 1883, a Tomás Pires, o primeiro investigador de romances no Alentejo, manifesta esse mesmo estímulo.

“Estimej immensamente a sua carta, à qual me apresso a responder, porque me abre o ensejo de felicitar o fervoroso colector dos Cantos populares do Alemtejo, n’essa provincia até hoje tão mal representada no largo inquerito das tradições portuguezas. Se nos varios centros provinciaes existissem investigadores carinhosos como o meu amigo, estava naturalmente formada a importante sociedade de folk-loristas portuguezes de que tanto carecemos.”¹²¹³

Verifica-se por estes fragmentos epistolares o interesse de Braga pelas investigações regionais e que a publicação dos *Cantos* corresponde não só à impossibilidade de os integrar numa imediata segunda edição do *Romanceiro Geral*, como propunha timidamente Soares de Sousa na primeira carta enviada de Velas¹²¹⁴, mas a uma valorização deste acervo regional, visível na respectiva “Introdução” e “Notas”.

¹²¹² *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 369.

¹²¹³ Eurico da Gama, *Cartas de Teófilo Braga a António Tomás Pires (1883-1911)*, p. 8.

¹²¹⁴ *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, pp. 30-31, reeditado in *Mocidade de Theophilo*, pp. 273-274.

4. Construção de uma teoria do Romanceiro

Braga dedica grande parte da sua investigação sobre o Romanceiro a questões de natureza histórica e étnica e à edição e reedição de versões, as quais lhe suscitam comparações nem sempre restritas ao universo romancístico. O tratamento de problemas relacionados com a respectiva poética, pelo contrário, ocupa um lugar discreto na sua obra e enferma de um reduzido aprofundamento. Subjaz a este desequilíbrio, o conhecimento insuficiente dos temas e a pouca propensão do autor para a análise e o cotejo textual.

Apesar disso, não sendo, realmente, esta uma área privilegiada na sua obra, reflecte sobre alguns aspectos e apresenta lições que, recorrendo em certa medida a princípios herdados de uma investigação romântica, o revela simultaneamente como um dos iniciadores da viragem dos estudos romancísticos em Portugal, particularmente no que concerne aos seus problemas teóricos. O seu interesse reside, para além do pioneirismo de que se reveste, em alguns elementos detectados e em intuições que estudos posteriores hão-de desenvolver.

4.1. Um género tradicional com origem individual

4.1.2. O primeiro criador é um poeta

Não coloca qualquer dúvida a concepção de Braga sobre a génese individual das composições conservadas na memória popular, quer nos seus primeiros estudos quer na sua fase final. Basta relembrar uma afirmação feita no *Jornal do Commercio*, reimpressa na *Historia da Poesia* de 1867, e outra

surgida neste opúsculo e na *Historia da Poesia* de 1902 para se evidenciar a persistência desse inequívoco princípio. A primeira garante que “[u]m povo inteiro não collabora ao mesmo tempo n’uma canção ou rimance”¹²¹⁵ e a segunda que “[a] poesia popular tem sempre uma origem individual”¹²¹⁶.

Portanto, logo nas suas primeiras páginas, consigna, em todos os casos, ter existido um poeta criador, quer compusesse segundo a sua própria inspiração, a partir de um relato cronístico ou de uma composição anterior. Contudo, este momento inicial não se lhe afigura o único de autoria individual. A divulgação do canto e a sua primeira reelaboração é, ainda, atribuída a um cantor.

“[O] jogral, mercenario, de condição inferior, vulgarisa-o, vae-o *rusticando* pela recitação fragmentada d’aquellas partes que lisongeavam mais as localidades por onde passa.”¹²¹⁷

A partir deste momento de vulgarização, a composição vai perder progressivamente a sua condição de obra individual para se transformar em “poesia anonyma”.

Braga está de tal modo convencido da validade da tese que, para além de não a alterar ao longo das suas páginas - apesar de algumas afirmações poderem gerar leituras inviesadas - chama a atenção do leitor, em 1905, não só

¹²¹⁵ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº 3631 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 63.

¹²¹⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. VII e *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 49.

¹²¹⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 37. Também em 1871, escreve: “Quando os jograes repetiam de terra em terra estes cantos, fragmentavam-os segundo as exigencias da recitação, e o povo, ao decorar os episodios que mais o impressionavam, reduzia-os sempre ás situações dramaticas, e a um laconismo forçado pela infidelidade da memoria.”, *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 221.

para a concordância que outros investigadores manifestam em relação a ela, como sublinha o destaque dado por Juan Menéndez Pidal à sua formulação teórica¹²¹⁸. Com efeito, D. Juan, referindo que

“Theophilo Braga nos da cuenta de este fenómeno con una claridad y precisión incomparables”¹²¹⁹,

traduz o fragmento do *Jornal do Commercio* e da *Historia da Poesia* de que se extraiu a afirmação supra referida¹²²⁰.

4.1.3. A evolução para uma “poesia anonyma” e a variação tradicional

Como se observa no excerto transcrito, Braga admite que a divulgação jogralesca é de responsabilidade individual, quer por ela corresponder à reprodução de um poema cuja identificação autoral é possível, quer por consistir numa reelaboração do próprio jogral. Contudo, entende-a como o primeiro passo para a perda da individualidade na medida em que, nela, o “povo” intervém pela primeira vez. Trata-se, ainda, de uma acção indirecta e difusa que apenas funciona como condicionadora da recriação jogralesca, todavia, nesse momento começa o processo de apropriação e adopção colectiva da composição. O cantor, ao submeter a sua reelaboração aos gostos e interesses do “povo”, cede-lhe parte da respectiva autoria.

¹²¹⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 531-532.

¹²¹⁹ “Estudio de los Romances Castellanos”, in *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos en la Danza Prima, Esfoyazas y Filandones*, p. 50.

¹²²⁰ *Op. cit.*

Assimilado o poema, memorizado o que dele é aceite - explicita Braga, “as partes e situações dramaticas”¹²²¹ - a sua vinculação autoral é esbatida na razão directa da fortuna da sua transmissão, a qual se processa

“pela *expressão oral* exclusiva, [sendo por esta via] que os cantos populares entram na corrente da *tradição*; acompanhando as transformações da sociedade e da linguagem”¹²²².

De cada vez que o povo ia “recordar-se era como criar novamente sobre as impressões que tinham ficado”¹²²³ e, portanto, não só se esbatia a ideia de autor como a composição se distanciava da sua forma inicial e, nessa medida, já não podia atribuir-se ao poeta criador ou ao jogral recriador.

Esta “corrente da *tradição*”, na qual o poema entrava (processo de tradicionalização) é caracterizada pelo desconhecimento da “proveniência” da composição e, em simultâneo, pela sua reelaboração, a qual se faz de “decadencias ou transformações” e de versões e variantes - distinguindo-a, assim, da simples “*vulgarização*” por esta conservar a individualidade dos cantos¹²²⁴.

A descrição deste processo em nada se altera ao longo das páginas de Braga, bem pelo contrário. O próprio facto de parte das “*leis de formação poetica*” do “Prologo” da *Historia da Poesia* de 1867¹²²⁵ ser retomada na

¹²²¹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 37.

¹²²² *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 50.

¹²²³ *Romanceiro Geral*, p. 163.

¹²²⁴ Vide “Introdução” in Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brazil*, I, pp. XXIX-XXX. Excerto reeditado in *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 443.

¹²²⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. V-VIII.

Historia da Poesia de 1902¹²²⁶, comprova a persistência do seu pensamento relativamente ao processo de transformação de uma poesia individual numa “poesia anonyma”.

A versão e a variante

Ao aprofundar os conceitos de versão e variante, não deixa palavras muito claras. Quer uma, quer outra, são “processos de que o povo se serve para tornar sua a criação individual”¹²²⁷; contudo, a respectiva descrição é bastante insatisfatória.

A primeira, continua nesse local, afigura-se-lhe essencialmente linguística (adaptação do verso à “synthaxe e dicção particular”) e a segunda, de natureza formal (reunião de “episodios de predilecção em volta d’um mesmo facto”). Quando, mais tarde, nas *Epopêas*, apresenta, retrospectivamente, alguns dos critérios editoriais do seu *Romanceiro Geral*, volta a reconhecê-las no plano da tradição mas as suas palavras continuam sem pertinência. Atribui a denominação de

“[v]ersão, ao romance mais extenso colhido da tradição;
Variante ao romance mais breve e moderno sobre o
mesmo assumpto, em que havia alguma circunstancia
nova no drama”¹²²⁸.

Apesar da reduzida acuidade da distinção, do uso incorrecto de “romance”, o qual assume, aqui, o sentido de composição, e da alteração da

¹²²⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, pp. 49-50.

¹²²⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. VII.

¹²²⁸ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 360.

ideia de “*versão*”, confirma-se o conteúdo de “*variante*”. Sob esta última designação, Braga reconhece uma composição de um romance (versão, afinal) mais reduzida, comparativamente às outras conhecidas por si, e que apresenta um motivo estranho ao tema, o qual foi incorporado pela tradição.

Esta definição poderia corresponder a uma terminologia de autor, sem prejuízo da validade da sua crítica. Porém, como se pode observar por uma das “Notas” dos *Cantos* açorianos, esta leitura não é sustentável. A saber.

“Esta versão [”Dom Carlos de Montealbar”, **Conde Claros en hábito de fraile** (0159)] é uma variante do bem conhecido romance de *Dom Claros d’Além-mar* [**Conde Claros en hábito de fraile** (0159)]; a amante vae a queimar, por não saberem que o filho que ella traz no seu ventre é de sangue real.”¹²²⁹

A consideração da versão como “*variante*” parte da comparação das composições do seu *Romanceiro Geral*, como aí ele próprio chama a atenção - não cita a de Garrett e a de Luiz Ribeiro (*vide* quadro seguinte). Todas elas, ao serem versões contaminadas, faziam crer, erroneamente, a Braga que o poema jorgense correspondia a uma espécie “mais breve” do romance e, portanto, uma “*variante*”. Trata-se, porém, da única versão pura do romance até então publicada.

¹²²⁹ *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 419.

Versões editadas até 1869 (inclusive)
de **Conde Claros en hábito de fraile** (0159)

Fonte	Contaminações
Garrett II (1851) 192-203 ¹²³⁰	La apuesta ganada + La infanta preñada (0255 + 0469)
Luiz Ribeiro (1852) 561 ¹²³¹	La apuesta ganada + Aliarda (0255 + 0149)
Braga (1867) 79-83	Conde Claros preso + La infanta preñada (0366 + 0469)
Braga (1867) 87-89	La infanta preñada (0469)
Braga (1869)/Braga (1982) 243-246	La infanta preñada (0469)
Braga (1869)/Braga (1982) 246-249	#

Compulsando os volumes do *Romanceiro Geral Portuguez*, verifica-se existir, ainda, para além desse traço identificador da “*variante*”, um outro, sobretudo quando reimprime as versões garrettianas cujo aparato é mantido. Veja-se, por exemplo, a de **El conde Alemán** (0095), de 1851, estampada em 1907¹²³²: aí, o conceito assume um significado de variação poética regional.

Apesar dos problemas enunciados, Braga mostra consciência de que a transformação da poesia individual numa poesia colectiva se processa criando uma variação textual cujo entendimento, veremos, oscila entre a degenerescência e a recriação poética tradicional.

¹²³⁰ Versão reeditada in Braga (1867) 156-157 (versão factícia que inclui apenas os versos da Beira Alta apresentados por Garrett).

¹²³¹ É possível que Braga não conhecesse esta versão. Pelo menos, não lhe faz referência nem a integra no seu *Romanceiro Geral Portuguez*.

¹²³² Garrett (1851) 78-82; Braga (1907)/Braga (1985) 1-3.

4.1.4. O processo origina uma “poetica” própria

Como se depreende, da transformação em “poesia anonyma” e do seu desenvolvimento tradicional, extrai Braga algumas consequências poéticas; e do seu conjunto, infere mesmo uma poética particular. Logo em 1867, na “lei” XII, a consigna estabelecendo que

“[a] redução da criação individual aos traços geraes pelo povo é o que constitue a sua poetica; os cantos que elle conserva são abreviações d’outros mais extensos [...] encontram-se romances diversos confundidos em um só.”¹²³³

Nesta redacção contraída, o processo é entendido como um sistema de procedimentos poéticos muito específicos, uma verdadeira “poetica”, e nomeia dois deles cuja importância destacará - a essencialidade e a contaminação. No entanto, é necessário referi-lo, se detecta uma “poetica” particular, adverte que nela residem “os typos rudimentares ou embryonarios da Poesia artistica”¹²³⁴, o que significa, por um lado, a sua convicção relativamente às fontes tradicionais das literaturas modernas e por outro, o entendimento dos romances como verdadeira literatura - não deixando de ser possível também aí encontrar vestígios da dicotomia herdada entre poesia popular e poesia artística¹²³⁵.

De todo este entendimento, compreende-se que a sua avaliação do processo não seja absolutamente negativa e não o vincule (por inteiro) a uma ideia de corrupção. Embora reconheça algumas das sucessivas reelaborações como uma “degradação” (não esqueçamos a sua valorização dos “romances

¹²³³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. VII.

¹²³⁴ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 2.

¹²³⁵ Sobre a história da distinção entre poesia popular e poesia artística, vide R. Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico*, I, pp. 11-25.

velhos”), compreende-as, igualmente, segundo as suas próprias palavras, como “uma renovação efectiva” dos cantos¹²³⁶.

4.2. Elementos de poética tradicional

4.2.1. A forma do romance tradicional

Considerando o crítico que o romance se forma por “abreviação” de composições longas, de acordo com a permanentemente invocada lição de Walter Scott, tenta especificar essa transformação. Caracteriza-a como uma “redução” ao que denomina “traços geraes” sugerindo assim uma evolução poética tendente à condensação e à essencialidade.

Com esta convicção, não admira a sua surpresa perante a extensão do “Dom Gaifeiros” (**Gaifeiros libera a Melisenda** - 0151) de Garrett, atribuindo as longas descrições da versão às intervenções textuais do poeta-editor feitas à luz da composição lida na colecção de Durán¹²³⁷. E por isso, o desmultiplica no *Romanceiro* de 1867 e de 1906.

Se pode existir algum acerto na identificação do retoque de 1851 e na respectiva fonte, nem o exercício de pretenso restauro da forma tradicional empreendido por Braga, nem a convicção da composição garrettiana corresponder a dois temas é admissível. Sobre o primeiro, embora certíssimo,

¹²³⁶ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 50. Sublinhado nosso.

¹²³⁷ *Romanceiro Geral*, p. 200. Vide, também, *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 396. A versão Garrett III (1851) 250-267 dá origem a Braga (1867) 94-97 e 97-103 reeditadas in Braga (1906)/Braga (1982) 211-214 e 214-220. Sobre esta intervenção textual, vide Maria Teresa Araújo, “As Fontes Garrettianas do *Romanceiro Geral Portuguez*”, *Correspondências*, 2 (no prelo).

não demonstra os procedimentos a que alude, quanto ao segundo, revela o desconhecimento do romance.

O processo de “redução” tradicional é igualmente referido na sua primeira *Historia da Poesia*, procurando concretizá-lo. Identifica-o como um vector de reelaboração selectiva, o qual privilegia a forma do discurso directo sobre as longas tiradas de um narrador e, nessa medida, prefere a acção objectiva das personagens ao quadro indirectamente narrado, prescindindo dos elementos formalmente supérfluos e emocionalmente mais ténues.

“O povo adoptou dos romances jogralescos [...] aquellas partes fundamentaes da acção, desprezando as descripções e narrativas longas, perpetuando sómente os grandes lances dramaticos que se imprimem na memoria.”¹²³⁸

Na última *Historia da Poesia*, reitera os “traços objectivos e profundamente dramaticos” resultantes das “abreviações e simplificações” operadas pela “transmissão oral”¹²³⁹. Portanto, na visão de Braga, o romance tradicional tem uma forma breve que, por regra, não se desenvolve narrativamente, evita as descrições e se prefigura dramática.

¹²³⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 140.

¹²³⁹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 95.

4.2.2. Actualização e arcaísmo tradicional

No plano linguístico

O povo não conserva o que não compreende, diz o crítico micaelense, e, por isso, actualiza os onomásticos e os topónimos segundo as realidades que conhece. Este procedimento tradicional atingiu, exemplifica em 1867 e 1909, os

“nomes dos personagens carolinos [...] aportuguesados pelo nosso povo, como Valdovinos, Reinaldos de Montalvão, Roldão, Oliveiros, Beltrão, Danes Ogeiro, transformados de *Baudin*, *Reynaud de Monteauban*, *Roland*, *Olivier*, *Bertrand*, *Ogier le Danois*.”¹²⁴⁰

Paralelamente a esta tendência actualizadora, descobre um arcaísmo na linguagem de algumas versões da tradição oral moderna, sobretudo nas de áreas mais isoladas. No entanto, este facto não questiona o princípio enunciado sobre a tradicionalização manter apenas os elementos com sentido, na medida em que o explica pelo conservadorismo linguístico das regiões mais fechadas, apresentando mesmo um “glossário das palavras antigas de que o povo se serve nos seus romances”¹²⁴¹ na “Introdução” aos *Cantos* açorianos.

No plano das situações dramáticas

Como dizíamos, encontra-se, por vezes, nas páginas de Braga, uma

¹²⁴⁰ *Romanceiro Geral*, p. 167; excerto reeditado in *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 387.

¹²⁴¹ *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. XIV.

proposição admissível que, ao ser contextualizada, gera uma série de afirmações erróneas. Verificou-se um destes casos na nota de 1867 e 1909 a **Gaifeiros libera a Melisenda** (0151); junta-se agora um outro a propósito do princípio há pouco referido sobre a actualização tradicional em ordem à manutenção do sentido. Teoriza em 1869:

“Quando o povo já não compreende os factos a que allude nos seus cantares, vae insensivelmente accomodando-os ao presente.”¹²⁴²

O conteúdo da afirmação não merece qualquer reparo, porém, a sua aplicação, nas “Notas” das versões açorianas, a **El ciego raptor** (0189) é completamente falsa. Para o polígrafo, o tema resultaria da “adaptação” de “Yo me era Moraima, morilla de un bel cantar”, composição sobre o engano de um cristão a uma moura. O fim “da sociedade mosarabe”, a que aludiria esse poema, foi retirando o sentido ao canto e “o povo aproveitou as situações antigas introduzindo personagens modernos”¹²⁴³. Como é sabido, a composição antiga a que se refere e que encontra no *Cancionero de Romances*, não chegou à tradição oral moderna portuguesa.

4.2.3. A contaminação

Um dos processos tradicionais a que Braga se mostra mais atento consiste na contaminação de temas e versos nas espécies coligadas no século XIX. O fenómeno surge, sobretudo, discutido pelo erudito nas suas “Notas”, com acerto e sem ele, registando a sua verificação na tradição oral moderna portuguesa.

¹²⁴² *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 465.

¹²⁴³ *Op. cit.* A mesma convicção mantém-se nas *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 365.

Distinta da contaminação tradicional, aponta Braga a que resulta da intervenção dos editores de versões, afirmação que, numa primeira leitura, revelaria uma boa acuidade de percepção do estilo tradicional e, em última instância, nos faria conjecturar um exercício de análise e cotejo textual. Contudo, o exemplo dado pelo polígrafo não nos leva a confirmar essa interpretação. Na última *Historia da Poesia*, acusa Estácio da Veiga de ter composto o “Almendo”¹²⁴⁴ (**La infantina** + **El caballero burlado** - 0164 + 0100) reunindo “o thema de uma Donzella libertada do mouro que a guardava” (não identifica de outro modo este “thema”) ao da “*Infantina*” e procede, então, à edição do que considera ser uma composição deste tema¹²⁴⁵. O resultado deste exercício continua a ser uma versão factícia, da mão de Braga, na qual o próprio metro do verso é alterado de acordo com a sua última concepção sobre a métrica romancística.

Embora não se duvide que Veiga, assim como quase todos os estudiosos de então, procedesse a intervenções sobre as espécies tradicionais, a reconstrução de Braga de uma versão pura de **La infantina** levanta, desde logo, bastantes suspeitas, não só pela legitimidade do exercício como pelo facto do seu resultado ser pouco conforme à tradição portuguesa, na qual todas as versões se apresentam contaminadas¹²⁴⁶. Observe-se o quadro relativo às contaminações surgidas até 1905.

¹²⁴⁴ Veiga (1870) 40-44.

¹²⁴⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 127-128.

¹²⁴⁶ Sobre a contaminação de **La infantina**, na tradição portuguesa, escreve Pere Ferré: “a «Infantina», o «Cavaleiro enganado» e «A irmã cativa» [...] na tradição portuguesa sobrevivem constituindo um único romance”, Pere Ferré, *Os Romances da «Infantina», «Cavaleiro enganado» e «Irmã cativa» à Luz da Tradição Madeirense*, Lisboa, Separata do *Boletim de Filologia*, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1983, p. 143.

Versões “portuguesas” de **La infantina** (0164)
editadas até 1905 (inclusive)

Versões editadas pela primeira vez (por ordem cronológica)	Contaminações
Garrett (1847) 149-150	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Braga (1867) 26-28	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Braga (1867) 28-29	El caballero burlado (0100)
Braga (1869)/Braga (1982) 183-185, 185-188 e 188-191	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Veiga (1870) 40-44	El caballero burlado (0100)
Coelho (1879) 62-63	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Azevedo (1880) 360-363	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Leite (1881) 38-40 e 49-50	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Leite (1882b) s.p.	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Braga (1883) 153-158	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Leite (1883b) XVI	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Leite (1900) 58	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Pedroso (1902) 462	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)
Oliveira (1905)/Oliveira (198?) 37-39 e 272-273	El caballero burlado + La hermana cautiva (0100 + 0169)

Em 1867, indica que a sua composição “A Encantada” (**La infantina + El caballero burlado** - 0164 + 0100) resulta da contaminação dos dois romances que encontra nos “Romanceiros hespanhoes com o nome de *Infantina* e *Romance de la Infanta de Francia*.”¹²⁴⁷ Ao registar essa análise, evidencia a sua percepção sobre a contaminação temática como um dos processos de recriação poética tradicional. É verdade que a sua opinião, embora aceitável no que concerne ao primeiro tema, merece alguns reparos quanto ao segundo: o título, no *Romancero* de Durán (sua fonte, nas suas próprias palavras), figura como “La Infantina de Francia”¹²⁴⁸ e não “*Infanta de Francia*”; por outro lado, não parece ser este que Braga deveria citar mas a composição denominada “La Infanta Encantada”¹²⁴⁹, da qual, aliás, o crítico parece retirar o título para a sua versão.

No entanto, apesar destes desacertos, a intuição sobre o procedimento tradicional afigura-se pertinente.

Na altura em que analisa esta sua versão da Foz, ainda convencido da origem castelhana dos romances, formula esta ideia de constante e permanente processo de tradicionalização com as expressões “ultima demão” ou “segunda demão”. Outras vezes, explicita-a por outra equivalente, “pelo andar do tempo”¹²⁵⁰. Em qualquer caso, a concepção subjacente é a do entendimento da

¹²⁴⁷ *Romanceiro Geral*, p. 176. Versão da tradição oral moderna a que se refere, Braga (1867) 28-29. Segundo a sua afirmação, a sua fonte antiga é “Duran, t. I, p. 152”; trata-se do *Romancero General*, I, pp. 152-153, N.ºs. 284-285 e pp. 159-160, N.º. 295, pp. 163-174 N.ºs. 308-316.

¹²⁴⁸ *Romancero General*, I, pp. 163-174, N.ºs. 308-316.

¹²⁴⁹ *Op. cit.*, pp. 159-160, N.º. 295.

¹²⁵⁰ *Romanceiro Geral*, p. 184.

contaminação como um efeito de uma ininterrupta transmissão oral e através dela explica a *con-fusão* dos temas.

Braga utiliza, frequentemente, a expressão “romances confundidos” para designar a presença de dois ou mais temas numa versão. Com ela, e sobretudo com o atributo usado, deixa perceber a sua valorização do processo - a qual, aliás, o coloca em sintonia com toda a escola positivista. No entanto, não considera a “fusão” um processo tradicional desordenado mas, pelo contrário, organizado ao ponto de originar um poema autónomo, fruto de uma continuada tradicionalização.

Na verdade, Braga atribui o fenómeno à “desmemória do vulgo”, caso do seu “Bernal-Francez” (**Bernal Francés** + **La aparición** - 0222 + 0168), o qual resultaria da “Adultera castigada” e de “El Palmero” de Durán¹²⁵¹. Mais uma vez, acerta no que se refere ao processo poético e ao segundo tema mas o título do primeiro, no *Romancero* de Durán, figura no masculino e corresponde a **Blancaniña** (0234), não ao **Bernal francés** (0222). À parte estes problemas, regista, acertadamente, que, depois da contaminação ser tradicionalizada, aceite por todos, “o povo não sabe discriminar”¹²⁵² os temas implicados, porquanto ele é herdeiro de uma memória em permanente actualização¹²⁵³ e não de uma forma que a sua tradição não perpetuou.

¹²⁵¹ *Op. cit.*. Vide, igualmente, *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 509. A versão a que se refere é publicada em Braga (1867) 34-36 e em Braga (1907)/Braga (1985) 42-45. *Romancero General*, I, p. 161, N.º. 298 e pp. 157-158, N.ºs. 291 e 292, respectivamente.

¹²⁵² *Romanceiro Geral*, p. 184.

¹²⁵³ Escreverá em 1902, sintetizando o seu pensamento: “A tradição persiste, mas sempre em um movimento de adaptação.”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. As Origens*, p. 113.

Entre os vários casos detectados, os quais não inventariamos devido ao seu reduzido interesse, um deles evidencia uma correcta intuição não só sobre os temas aí contaminados e o respectivo encaixe, como sobre um conceito de contaminação tendencialmente persistente. Trata-se do seu estudo sobre o “Romance do Conde Yano” de 1869 reeditado, com excepção de uma frase, quarenta anos depois.

“Bem se vê que ali está ainda em elaboração a poesia, por isso que da pequena circumstancia por onde Sylvana começa a accusar o pae, sae esta fusão do romance do *Conde Yano*; também as lições da Beira-Baixa e do Porto começam com a abertura do romance da *Sylvana*, o que revela a tendencia que os dois romances têm para se fundirem.”¹²⁵⁴

Como se observa, comentando a versão única editada nessa colecção¹²⁵⁵, o erudito, ao contrário do caso anterior, não exprime uma concepção negativa sobre a recriação tradicional, nomeadamente, a que procede por contaminação, e indica (quase) irrepreensivelmente os temas presentes na composição, uma vez que identificando os de **Conde Alarcos + Silvana** (0503 + 0005) só não regista o terceiro, **Flérída y don Duardos** (0431), apesar de já o ter editado¹²⁵⁶. Além disso, descreve com acerto, embora insuficientemente, o respectivo engaste: de facto, a versão abre com o início do romance da **Silvana** e o **Conde Alarcos** começa a emergir da parte final do diálogo que filha e mãe estabelecem. Transcrevo esse fragmento respeitando o verso curto da edição de Braga:

¹²⁵⁴ *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 421 e *Romanceiro Geral Portuguez*, p. 467.

¹²⁵⁵ Braga (1869)/Braga (1982) 259-264.

¹²⁵⁶ Braga (1867) 48-50; Braga (1869)/Braga (1882) 282-284 e 331-332.

“-«Vosso pae é homem velho,
 Isso foi em zombaria.
 «Renego do seu zombar,
 Mais da sua zombaria;
 Case-me, senhora mãe,
 Hoje n’este santo dia.
 -«Filha, já não ha na côrte
 Um que vos merecia.
 «Eu mereço-me de um Conde,
 Marido de minha tia.
 Mandae vós cá chamar
 Para cá jantar um dia;
 Que depois da sobremeza
 Eu propria lhe falaria.”

Mas como dizíamos, o excerto dos *Cantos* revela um conceito de contaminação frequente cuja acuidade se afigura bastante aceitável, quer no momento em que é escrito como no que é estampado pela segunda vez. Realmente, os temas em referência, manifestavam uma acentuada “tendencia” para se “fundirem” na tradição oral moderna portuguesa. Como se torna visível no quadro seguinte, a grande parte das versões do **Conde Alarcos** surge contaminada com a **Silvana** - e com **Flérída y don Duardos**.

Versões “portuguesas” do **Conde Alarcos** (0503)
 editadas até ao *Romanceiro Geral Portuguez* (inclusive)

Versões editadas pela primeira vez (por ordem cronológica)	Contaminações
Costa e Silva (1838) 13-16	#
Cordeiro (1845) 272	#
Garrett II (1851) 44-55	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Braga (1867) 68-71 e 71-74	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)

Braga (1869)/Braga (1982) 259-264	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Hardung I (1877) 149-152	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Milá (1877) 68-69	Silvana (0005)
Romero II (1879) 29-30	Silvana (0005)
Coelho (1879) 64	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Azevedo (1880) 127-135 e 135-141	#
Braga (1883) 162-165	Silvana (0005)
Leite (1884-1885a) 84-85	#
Leite (1884-1885b) 424-427	Silvana (0005)
Pires (1885b) VI	Flérída y don Duardos (0431)
Pires (1885c) IX	#
Pires (1885j) XXXIV	Silvana (0005)
Leite (1886) 39-41	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Neves/Campos (1893) 234	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Revista do Minho (1894a) 174-176	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Pires (1900-1901a) 86-87	#
Pires (1900-1901a) 87-90	Silvana (0005)
Nunes (1900-1901) 151-155, 156-158, 159-161 e 169-170	#
Pires (1901)/Pires (1982) 149-150	#
Pires (1901)/(Pires (1982) 166-168	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Pedroso (1902) 459, 459-460	#
Pedroso (1902) 466-467	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Pires (1903-1905) 216-217	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Oliveira (1905)/Oliveira (198?) 60-64/323-324 e 65-69	Silvana (0005)
Braga (1906)/Braga (1982) 506-509 e 539-543	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)
Tavares (1906) 302	Flérída y don Duardos (0431)
Tavares (1906) 309-310 e 322-323	Silvana + Flérída y don Duardos (0005 + 0431)

Até 1869, das seis versões impressas, quatro apresentavam-se contaminadas com **Silvana e Flérída y don Duardos**. Em 1909, estampadas

entretanto mais trinta e quatro composições, podia contar com doze puras, duas contaminadas apenas com **Flérída**, oito com **Silvana** e doze com os dois temas. No cômputo geral, num universo de quarenta versões, apenas dezasseis não incluíam o tema detectado. Portanto, Braga, nas “Notas” do *Romancero Geral Portuguez*, encontra-se mais à vontade, ainda, para reiterar a tendência da **Silvana** contaminar o **Conde Alarcos**.

A existência de versos comuns

Braga parece distinguir uma segunda modalidade de contaminação para além da encontrada no caso da “Encantada” ou do “Conde Yano”, nos quais lhe é possível atribuir a origem dos elementos, ou seja, pode identificar os temas aí presentes. Agora, o crítico descobre um outro aspecto, a existência de um denominador comum a versões de vários romances que não pode ser imputado exclusivamente a um deles. Regista, em 1869,

“que ha na memoria do povo um certo numero de versos
centões que servem para todos os romances.”¹²⁵⁷

O sentido do vocábulo destacado pelo próprio autor parece reduzir-se a uma fórmula poética não privativa de uma composição, significado que nas *Epopêas* aparece com um pouco de mais clareza ao transcrever alguns versos de uma das suas composições açorianas para documentar uma dessas fórmulas.

“Vinde, vinde, minha filha
Ouvir um doce cantar;

¹²⁵⁷ *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 409.

Ou são os *Anjos* no céu,
Ou as *Sereias* no mar.”¹²⁵⁸

Contudo, não indica outras composições nas quais tivesse encontrado os mesmos versos nem aprofunda a sua intuição - realmente, uma outra modalidade específica de contaminação.

No caso em que pela primeira vez enuncia a sua constatação, também não apresenta argumentos abonativos da sua crítica aplicada - para além do acerto na intuição do princípio. Considera que o final da versão do “Romance do Conde de Allemanha”¹²⁵⁹, (**El conde Alemán + No me entierren en sagrado** - 0095 + 0101), é semelhante ao da “*Sylvana*”; no entanto, nesse acervo, entre o desfecho dessa composição e o das duas versões com o tema da **Silvana**¹²⁶⁰, **Silvana** (0005) e **Silvana + Delgadina** (0005 + 0075), e mesmo o da espécie da **Delgadina** (0075)¹²⁶¹, apenas o motivo da morte como castigo de terceiros se afigura comum, não os versos. Relativamente a estes, a única justificação para a afirmação de Braga seriam os versos 75-76, “Calae-vos, senhora mãe, / Calae-vos por cortezia”, desse seu “Conde da Alemanha”, e 21-22, “«Deixae-me, senhor, deixae-me / Com honra e cortezia”, da “*Silvana desamparada*”, **Silvana + Delgadina** (0005 + 0075). Contudo, não se afigura provável esta hipótese porque embora os referidos versos do “Romance do Conde de Allemanha” sejam finais, os outros não o são.

Apesar dos aspectos apontados, os quais nos levam a, mais uma vez, confirmar a crítica mais rigorosa aos seus estudos, é justo reconhecer-se a

¹²⁵⁸ *Epopéas da Raça Mosárabe*, p. 107. Fragmento de **Bodas de sangre + Canción del huérfano + El prisionero + Conde Niño** (0440 + 0092 + 0078 + 0049), Braga (1869)/Braga (1982) 257-259.

¹²⁵⁹ Braga (1869)/Braga (1982) 208-211.

¹²⁶⁰ Braga (1869)/Braga (1982) 191-193, 197-200.

¹²⁶¹ Braga (1869)/Braga (1982) 193-196.

notável intuição do erudito micaelense sobre o conceito de fórmula poética comum a certos romances e considerá-la como elemento inerente à poética da recriação tradicional.

4.2.4. Presença de um mesmo motivo em versões de vários romances

Para além dos limites da contaminação (a qual se restringe ao plano do discurso)¹²⁶², consideramos, agora, a constatação feita por Braga sobre a presença de um mesmo motivo em vários romances. O polígrafo não ensaia uma explicação detalhada, para além das extrapolações étnicas que largamente desenvolve nas *Epopêas*, entre outros locais; verifica-a no contexto da análise poética tradicional das versões que edita.

Na nota do “Romance de Flor e Brancaflor” (**Hermanas reina y cautiva** - 0136), versão garrettiana que há-de reimprimir por várias vezes¹²⁶³, detecta

“a peripecia de reconhecimento, como na *Dona Infanta* [Braga (1867) 1-4; **Vuelta del marido** (0113)], e *Infanta de França* [Braga (1867) 26-28; **La infantina + El caballero burlado + La hermana cautiva** (0164 + 0100 + 0169)], tão usada em quasi todos os romances populares da Europa.”¹²⁶⁴

¹²⁶² Sobre o problema, *vide*, sobretudo, F. Salazar, “Contaminación o fórmula: un falso problema en los estudios del Romancero”, *Congreso de Literatura. Hacia la Literatura Vasca*, Madrid, Editorial Castalia, 1989, pp. 561-574.

¹²⁶³ É longa a fortuna editorial da versão, sendo também publicada por outros autores até figurar no volume de 1907: Garrett II (1851) 183-188; Bellermann (1864) 92-98; Braga (1867) 103-106; Braga (1876) 59-62; Leite (1886) 54-56; Hardung II (1877) 29-33; Braga (1907)/Braga (1985) 128-131.

¹²⁶⁴ *Romanceiro Geral*, p. 201.

E em 1909, repetindo o registo, embora exclua dele a primeira versão, precisa esse “reconhecimento”, seja entre esposos ou irmãos¹²⁶⁵.

Perante estas afirmações (não fazendo a crítica à dita extensão europeia do romance), observa-se uma tentativa de definição do motivo e da delimitação da respectiva ocorrência textual. No primeiro caso, trata-se de um procedimento, realmente, necessário para a verificação da sua presença; no segundo, infere-se a percepção da presença de um mesmo motivo em versões de vários romances não sendo possível determinar qual o da sua origem, apenas os da sua frequência.

4.2.5. Elementos de versificação romancística

Como está a verificar-se, grande parte dos aspectos relativos à poética dos romances mantém uma uniformidade conceptual de Braga ao longo da sua obra. Também o tratamento dos problemas da versificação não diverge muito profundamente, apresentando, contudo, algumas mudanças de visão.

Primeira concepção sobre a unidade métrica dos romances

Até à edição da obra dirigida aos professores dos liceus, o *Manual* de 1875, Teófilo defende a tese da “medida octosyllabica” dos romances e apresenta os “endecasyllabos” ou “*endexas*” como metro raro, na tradição oral

¹²⁶⁵ *Romanceiro Geral Portuguez*, III, p. 531.

moderna, confinado à “Santa Iria” e ao “Cego”¹²⁶⁶. De facto, imprime quase todas as composições em verso curto, mas as da **Santa Iria** (0173) de 1867 reeditadas em 1907¹²⁶⁷ e a de 1869 também incluída no segundo volume do *Romanceiro Geral Portuguez*¹²⁶⁸, são estampadas em verso longo, “endecasyllabico” (seguindo o molde imposto por Garrett). Quanto à de **El ciego raptor** (0189) do acervo de 1867 reimpressa em 1907¹²⁶⁹, aparece em verso curto mas uma outra composição deste tema figura, em 1869 e em 1907, em verso longo¹²⁷⁰.

Apesar da discrepância de critério, a sua tese privilegia o verso curto em detrimento do longo mas considera este último, embora o tenha como excepcional.

No estudo da *Floresta* vigora a mesma concepção expressa desde os artigos do *Jornal do Commercio*, lendo-se aí que

“o metro espontaneo das linguas hespanhola e portugueza é a redondilha octosyllabica; o verso da redondilha sae falado, natural, sem se pensar.”¹²⁷¹

Com efeito, para si, sempre foi evidente a natureza dessa “medida”, ou seja, a sua conformidade à língua, a qual encontrava confirmada na “conversão da prosa das chronicas a verso” de que resultaram versos de “En corte del casto

¹²⁶⁶ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portugueza”, *Jornal do Commercio*, Nº 3643 e *Historia da Poesia Popular Portugueza*, p. 92.

¹²⁶⁷ Braga (1867) 123-124 e 125-126; Braga (1907)/Braga (1985) 507-508 e 510-511, respectivamente. A primeira versão corresponde à reimpressão de Garrett (1846) 377-378.

¹²⁶⁸ Braga (1869)/Braga (1982) 364-365; Braga (1907)/Braga (1985) 526-527.

¹²⁶⁹ Braga (1867) 147-149; Braga (1907)/Braga (1985) 176-178.

¹²⁷⁰ Braga (1869)/Braga (1982) 372-373; Braga (1907)/Braga (1985) 185-186.

¹²⁷¹ “Transformações do romance popular. Seculo XVI a XVIII”, in *Floresta de Varios Romances*, p. XVII.

Alfonso”, romance de **Bernardo del Carpio**, e de “Llegados son los Infantes”¹²⁷², bem como as composições de Sepulveda¹²⁷³.

Com este argumento e com a convicção sobre o verso curto, compreende-se a sua recusa em aceitar a tese de Antonio José Conde defensora da origem árabe do verso romancístico. Segundo Braga, Conde pretendia filiá-lo nos “dois hemistichios, o *sadrilbait* ou a entrada do verso, e o *ogrilbait* ou o fim do verso”¹²⁷⁴, porém, tal hipótese é insustentável aos olhos do escritor micaelense, mesmo nos momentos em que mais se aproximou de teses arábicas. Veja-se que nos *Cantos* açorianos

“[a] forma metrica em *endeixas*, lembra[-]lhe, não a filia]
a strophe arabe em que os dois versos neo-latinos se
tornam os dois hemistichios *ogrilbait* e *saldribait*.”¹²⁷⁵

Ou mesmo no ano seguinte, na sua primeira *Historia da Litteratura*, reconhecendo a influência árabe na poesia portuguesa, adverte que para conhecer a génese do verso romancístico “não é preciso citar a fôrma do *ogrilbait* e *saldribait*”¹²⁷⁶.

Apesar de não aceitar a origem árabe e ainda em 1902 rebater a tese de Conde com outro argumento, o de que “um povo não adopta a versificação de

¹²⁷² “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº 3595 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 34-36.

¹²⁷³ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº 3595 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 33.

¹²⁷⁴ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº 3595 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 32. Alude a Antonio José Conde, *Historia de la Dominación de los Árabes en España: Sacada de Varios Manuscritos y memorias arábicas*.

¹²⁷⁵ *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, p. 465.

¹²⁷⁶ *Historia da Litteratura Portuguesa. Introdução*, p. 80.

outro povo”¹²⁷⁷, na última *Historia da Poesia* admite que o “rythmo” árabe pode ter consolidado a “preferencia” desse metro através dos cantos dos “jograes mouriscos” radicados na Península depois da sua expulsão¹²⁷⁸.

Os fundamentos da raridade do “endecasyllabo” contra a fortuna do “octosyllabo” são descobertos, por um lado, na natureza dos metros e, por outro, na própria história dos romances. Ao determinar o carácter pouco melódico do primeiro e a adequação musical do segundo, explica o desequilíbrio constatado na tradição oral moderna, uma vez que “quasi sempre entre o povo a poesia e a musica não se separam”¹²⁷⁹. Mas, continua, a excepcionalidade da “endeixa” na memória poética prende-se, também, com a natureza literária (individual, quer dizer) desse metro¹²⁸⁰, o qual é estranho à transmissão tradicional feita em verso “octosyllabo”, natural ao “rythmo” da língua e ao canto.

Como se depreende desta última razão aduzida, o crítico encontra na história dos romances explicações para essa rejeição métrica¹²⁸¹. A “endeixa” consistiria num verso mais antigo do que o actual “octosyllabo”, seria anterior ao século XV e teria nascido sob a influência erudita das gestas francesas e do “verso alexandrino francez”. Contudo, se não sobreviveu na memória do povo pelos motivos inerentes à sua natureza pouco adequada, o “octosyllabo” em que se transformou foi reforçado nos séculos XV e XVI, em consequência do interesse dos eruditos de então que não só o descobriam esteticamente como o

¹²⁷⁷ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Origens*, p. 328. Sobre esta discussão, *vide op. cit.*, pp. 327-330.

¹²⁷⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 84 e 87.

¹²⁷⁹ “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº 3643 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 92.

¹²⁸⁰ *Ibidem*.

¹²⁸¹ In Dr. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, pp. CCXIX e CCXXI. *Vide* reedição destas pp. in *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, pp. 28 e 31.

usavam em reacção à influência italiana que trazia, de novo, o “endecasyllabo”¹²⁸².

A noção de anterioridade do “endecasyllabo” relativamente ao metro mais comum a partir dos séculos XV-XVI colide, todavia, com um pressuposto da história dos romances. Como se observava supra, Braga provava pela poetização de fragmentos de crónicas, a natureza linguística do “octosyllabo”. Mas, ao mesmo tempo, admitia “o facto contrario, quando a historia se fundava principalmente sobre as tradições”¹²⁸³, ou seja, aceitava que as crónicas tinham prosificado composições poéticas nesse metro. Deste modo, deixava implícita a ideia de anterioridade do “octosyllabo” relativamente às crónicas, bem como uma datação coincidente com a do “endecasyllabo”. Contudo, não parece que o erudito se tenha apercebido das consequências das suas palavras sobre as fontes dos textos historiográficos medievais.

A sua teorização defende o “octosyllabo” como o verdadeiro metro tradicional dos romances, um verso, todavia, posterior aos séculos XV-XVI e a “endeixa” como o “rythmo” mais arcaico, anterior a esse período, contudo, residual nas composições então coligidas da “Santa Iria” e do “Cego”. Estabelece, assim, a prioridade cronológica do verso longo e a sua transformação ulterior em verso curto.

Nova visão sobre a métrica romancística

A partir do *Manual*, defende a vigência do verso curto quer na tradição oral moderna, quer nos primórdios do Romanceiro, embora, como se observou,

¹²⁸² “Transformações do Romance Popular. Seculo XVI a XVIII”, pp. xiv-xvij.

¹²⁸³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 34.

mantenha o verso longo nas reedições de 1907 das versões de **Santa Iria** e estampe neste metro a de 1869 de **El ciego raptor**. Consigna, então:

“Nos romances portuguezes notam-se duas fórmulas particulares de verso, o de redondilha menor ou de cinco syllabas e o de redondilha maior ou de sete syllabas metricas.”¹²⁸⁴

E em 1909, reitera:

“Nos romances tradicionaes portuguezes notam-se duas fórmulas de *versificação*: o metro *quinario*, de redondilha menor, que prevaleceu até ao século XV, enquanto o romance foi dansado e cantado, a que o Chanceller Ayala chamava *Versetes de antiguo rimar*; e o metro octonario ou de redondilha maior, que prevaleceu do século XV em diante, quando os romances separados da dança e da musica, como exclusivamente narrativos eram *resados* (recitados). Esta forma facil e espontanea facultou aos eruditos a transformação dos *romances* velhos no thema, mas actualisados ao século XV, glosados e parodiados, até se tornarem subjectivos.”¹²⁸⁵

Apesar da nova terminologia métrica - muito provavelmente influenciada pela reedição de 1874 do *Tratado de Metrificação* de Castilho¹²⁸⁶, o qual, provavelmente, estimula a publicação da “Poetica Historica Portugueza”

¹²⁸⁴ *Manual de Historia da Litteratura Portugueza*, pp. 128-129. Este excerto integra a transcrição de parte destas páginas no estudo introdutório à sua edição do *Cancioneiro da Vaticana*; ao contrário de casos já detectados, aqui, Braga remete para o seu *Manual*. [Introdução], *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, pp. CV-CVI. É, também, citado em 1902, com a respectiva fonte de 1875, *Historia da Poesia Popuar Portugueza. Origens*, pp. 201-202, nota. Sem qualquer indicação, o mesmo fragmento é incluído no *Curso de Historia da Litteratura Portugueza*, p. 175.

¹²⁸⁵ *Historia da Litteratura Portugueza, I, Edade Media*, pp. 429-430.

¹²⁸⁶ A. F. de Castilho, *Tratado de Metrificação Portugueza*, 4ª. ed., Porto, Em Casa de Viuva Moré, 1874.

em 1876¹²⁸⁷ - mantida paralelamente à anterior, referindo a “redondilha maior” como verso de “sete syllabas” e “octosyllabo”¹²⁸⁸, a nova tese apenas se impõe como tal, por se decidir pelo verso curto, quer na modalidade de “redondilha menor”, quer na de “redondilha maior”. E nesta reformulação se resume a alteração conceptual de Braga. Todos os outros aspectos são herdeiros da sua primeira teorização, embora tenha de proceder a algumas modificações a fim de manter a consistência da sua nova opinião.

A “redondilha menor” corresponde à cisão do “endecasyllabo”, explicação dada pelo próprio crítico falando do verso da poesia portuguesa:

“Este verso é hemistichio do verso tambem nacional composto de dez syllabas (*em decas*) *Endexa*. Á mesma designação de *Redondilha menor* pertence o verso de seis syllabas, tambem empregado como hemistichio de *Endecasyllabo*.”¹²⁸⁹

A sua origem é definida de modo semelhante, pela “influencia do [verso] alexandrino dos cantos jogralescos”¹²⁹⁰ que divulgavam as tradições poéticas francesas, e a sua predominância aparece datada no mesmo período, o anterior ao século XV.

Tal como na primeira concepção, a “redondilha maior” ou “octosyllabo” ou “septenario” sucede-lhe historicamente ganhando, entre os séculos XV e XVI, a prevalência quase absoluta. É verdade que, nessa altura, Braga incluía na explicação da mudança do verso longo em verso curto, o facto

¹²⁸⁷ *Antologia Portuguesa*, pp. []-XXVII.

¹²⁸⁸ No *Manual*, logo na página seguinte ao fragmento agora transcrito, alude ao “verso octosyllabo”. *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 130.

¹²⁸⁹ *Antologia Portuguesa*, p. V.

¹²⁹⁰ *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa*, p. 129.

do novo verso se impor pela sua adequação musical, enquanto agora, a sua dominância é vista como consequência dos romances terem deixado de ser cantados¹²⁹¹. Contudo, vendo bem, a lógica subjacente é a mesma: o verso mais curto é o mais adaptado ao canto. Até 1875, entendia que o “endecasyllabo” cedera ao “octosyllabo” por um imperativo melódico; em 1875, compreende que desaparecido o canto (por imposição eclesiástica), o verso mais curto se transforme num mais longo, próprio da recitação.

Como se viu, Braga criou, implicitamente, em 1867, a ideia de contemporaneidade arcaica do “octosyllabo” e do “endecasyllabo”, embora formalmente não fosse essa a tese defendida. Em 1878, depois do *Manual*, continua a afirmar a fonte de textos historiográficos em composições “octosyllabicas”, os quais teriam prosificado esse metro¹²⁹² sem resolver essa questão frente à teoria da precedência da redondilha menor. No entanto, em 1902 e em 1905, apercebe-se do problema e resolve-o de duas formas diferentes. Na *Historia da Poesia sobre as Origens*, numa alusão não expressa ao exercício de Marquês de Pidal referido no estudo do *Cancioneiro da Vaticana*¹²⁹³, escreve num tom negativista sem qualquer elucidação:

“Os criticos que extraem das Chronicas geraes castelhanas situações tradicionaes, scindindo a prosa em verso de redondilha maior cuidando reconstruir os

¹²⁹¹ “Dá-se no século XV a substituição da redondilha menor pelo verso de sete syllabas, que hoje se tornou exclusivo da cantiga e do romance. Qual a causa d’este phenomeno? A contar do século XV os romances deixaram de ser cantados e foram *resados*; o verso de sete syllabas é harmonioso mesmo recitado”, *op. cit.*, p. 129. Escreverá, no mesmo sentido, em 1902: “A passagem dos Cantares antigos ou Romances de versos *quinarios* para *septenarios* no século XV em Portugal e Hespanha, é um phenomeno que resultou do facto da recitação prevalecendo sobre o canto e a dança.”, *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Origens*, p. 324.

¹²⁹² [Introdução], *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, p. CIV.

¹²⁹³ “O Marquez de Pidal presentiu esta transformação, extrahindo episodios em verso octosyllabico, que deveriam ter pertencido aos romances populares primitivos”, *op. cit.*, p. CIV.

antigos *Romances* oraes, cáem em uma illusão, porque na época em que essas *Chronicas* foram redigidas, os *Romances* populares eram em verso *quinario*, segundo o *rythmo* do canto e da dansa em que eram entoados.”¹²⁹⁴

Na outra *Historia da Poesia*, porém, tenta esclarecer o problema recorrendo à ideia recolhida na *Leyenda de los Infantes de Lara* da “paragoge poetica”, através da qual confirma a sua tese da anterioridade do verso “quinario”¹²⁹⁵. Segundo Braga, o cronista, ao prosificar esse verso, nos séculos XIII e XIV, tê-lo-ia ampliado usando a “paragoge” e, assim, teria criado “a forma do septissyllabo” que os eruditos posteriores encontram ao poetizarem e analisarem a prosa historiográfica.

Para o crítico, é, portanto, inquestionável o verso de “redondilha menor” nas formas mais antigas, nos desaparecidos “romances primitivos” e a de “redondilha maior” nos “romances velhos”. Quer na primeira teorização do metro romancístico, quer nesta, apresenta, na tradição oral portuguesa, os mesmos romances, “Santa Iria” e o “Cego”, como documentos do verso mais arcaico. Até ao *Manual*, são entendidos como vestígios do “endecasyllabo”, depois comprovam a “redondilha menor”.

Contudo, a sua demonstração do verso “quinario” excede este raciocínio sendo feita através de um exercício académico de reconstrução a partir da “redondilha maior”. Toma a versão garrettiana da *Nau Catrineta* (0457)¹²⁹⁶ e as de Estácio da Veiga¹²⁹⁷ de *Afuera, afuera Rodrigo + Muerte del príncipe Don Juan + Quejas de Doña Urraca + Os labraré yo un*

¹²⁹⁴ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Origens*, pp. 324-325.

¹²⁹⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 203-204.

¹²⁹⁶ Garrett III (1851) 89-93.

¹²⁹⁷ Veiga (1870) 19-22 e 13-15, respectivamente.

pendón (0021 + 0006 + 0004 + 0085) e de **El Moro que reta a Valencia** (0045) e edita-as em “redondilha menor” fazendo as transformações necessárias¹²⁹⁸.

A questão do verso curto ou verso longo é entendida como falsa e a defesa do último deve-se, explica, por um lado, à preocupação erudita de adaptar a “metrica popular” à “metrica latina”, por outro, ao pressuposto de “que os versos dos poemas heroicos são grandes”¹²⁹⁹. Cita Nebrija, Juan del Encina como autores cuja motivação é a primeira; Grimm, Dozy, Milá, Amador de los Rios teriam partido do outro conceito. Em qualquer caso,

“[e]sta errada compreensão resultou de se considerar o verso de redondilha menor ou maior separados da condição vital da sua formação - o *canto* e a *dansa*.”¹³⁰⁰

Dizíamos que posteriormente à formulação de 1875, Braga concretiza e desenvolve alguns dos aspectos aí enunciados mantendo a concepção apresentada. Porém, a verdade, é que em 1881, na *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa* nos deparamos com um fragmento cujo teor reproduz o pensamento anterior ao *Manual*. Aí consigna que

“[o] romance soffreu uma alteração na fôrma metrica [nos séculos XV e XVI]; em vez do verso alexandrino ou em *endexas* como se lhe chamava, passou a ser octosyllabo”¹³⁰¹.

¹²⁹⁸ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 211-217.

¹²⁹⁹ Vide esta discussão in *op. cit.*, pp. 205-207.

¹³⁰⁰ *Op. cit.*, pp. 206-207.

¹³⁰¹ *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*, 3ª ed., p. 44. Fragmento reposto do seu estudo publicado in Dr. Frei Domingos Vieira, *op. cit.*, p. CCXXI e reimpresso na *Theoria da Historia da Literatura Portuguesa*, p. 31.

A sua leitura não deixa qualquer dúvida relativamente a um retrocesso conceptual, todavia, ao verificarmos que não se trata de um fragmento escrito no início da década de oitenta mas da reposição de um excerto de 1871 e 1872, o qual não foi reformulado à luz da sua nova visão, conclui-se constituir não uma inflexão teórica mas mais uma distração teofiliana.

À parte este episódio de reedição desatenta, o profuso polígrafo, depois de 1875, desenvolve sempre a mesma tese.

A rima assonantada

Um parágrafo de 1867 introduz a questão da rima em assonante¹³⁰², contudo, não a desenvolve significativamente nos seus estudos posteriores sobre a poética romancística. Há-de manter a opinião inicial sobre este tipo de rima se verificar em toda a “poesia popular” portuguesa (destacando embora a lição de Rengifo, segundo a qual ela seria “privativa dos romances”) e caracteriza-a como uma “rima imperfeita”, fruto da repetição de uma vogal. Em meados da década seguinte, reitera a mesma definição precisando que ela “consiste na correspondencia da vogal accentuada da ultima syllaba metrica, abandonando a egualdade de sons das outras letras restantes.”¹³⁰³

E na *Historia da Poesia* de 1902, onde alude a este aspecto da versificação ao nível da “poesia popular” e da literatura culta, não acrescenta um estudo aprofundado no que concerne aos romances¹³⁰⁴. Entende a assonância como “o esboço rudimentar da *Rima*”, encontra a sua origem na

¹³⁰² *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 36.

¹³⁰³ *Antologia Portuguesa*, p. XI.

¹³⁰⁴ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Origens*, pp. 341-346.

forma cantada da poesia mais antiga e explica a sua conservação como uma espécie de manifesto de especificidade relativamente ao modelo de “versificação latina”. Embora refira, pela investigação de Eduardo La Barra, que a alternância de assonantes pode ser explicada pela “deturpação do Romance” ou pela “amalgama” de temas, não desenvolve o problema, o qual o remeteria para o já aludido processo de contaminação, nem explora a concepção monorrimática aí implícita.

4.3. A classificação dos romances

Apesar do reduzido acerto com que trata, neste aspecto, alguns temas dos romances, os seus ensaios classificatórios são particularmente significativos, pelo seu pioneirismo em Portugal. Na verdade, em 1851, pela mão de Garrett, tinha surgido um quadro de sistematização (*vide infra*) mas a ele, seguem-se imediatamente os de 1867 e 1869.

O seu pensamento há-de evoluir ao longo da obra produzindo modelos diferentes que reflectem a linha de desenvolvimento dos seus estudos sobre a história do Romanceiro. Se, como se observou, os seus primeiros trabalhos manifestam uma acentuada visão histórico-poética, gradualmente, a perspectiva “anthropologica” impõe-se, sem contudo, se afirmar por oposição. Também os seus ensaios de classificação surgem, numa primeira fase, sob inspiração de exemplos retirados de acervos antigos, nomeadamente, da já referida *Chanson des Saxons* e das nomenclaturas quinhentistas, abrindo-se cada vez mais a critérios de natureza “anthropologica”. Não quer isto dizer que os seus modelos, quer os primeiros, quer os últimos, se imponham pela uniformidade de critério; pelo contrário, embora manifestem essa tendência, eles apresentam

internamente categorias de diferente natureza, mas, neste aspecto, não se afastam muito de outros ensaios oitocentistas¹³⁰⁵.

Reflectem, ainda, o que Di Stefano constata a propósito das classificações deste período:

“Cada escuela, cada investigador, reflexiona sobre la clasificación del que le ha precedido; en parte la acepta y en parte la modifica, agregando, sustrayendo, matizando.”¹³⁰⁶

Nomeadamente, a do *Cancionero de Romances*, a da *Silva de Romances* de Grimm, a do *Romancero General* de Durán e a garrettiana apresentada em 1851 são objecto de apreciação e, em algumas delas, Braga funda expressamente a fonte de certas categorias suas.

4.3.1. Primeiras classificações: o critério das denominações dos “antigos”

Profundamente eivado das teses românticas sobre a “naturalidade” da “poesia popular”, os seus primeiros escritos advertem que

¹³⁰⁵ Descrevendo Di Stefano a amplitude do modelo de D. Agustín, encontra nele classes de diferente natureza: “Agustín Durán no quiso recortar materiales ni renunciar a distinciones, con este resultado: Tres grandes Series, cinco Categorías temático-estilísticas con varias Secciones cada una hasta un total de treinta y cuatro, tres Épocas con ocho Clases, cuatro Definiciones temporales. Sumando, alcanzamos cuatro Determinaciones generales - dos más temáticas y dos más temporales - con quince reparticiones, treinta y ocho sub-reparticiones y cuatro sub-sub-reparticiones.”, Giuseppe Di Stefano, “Consideraciones sobre la Clasificación de los Romances”, *Romanceiro Ibérico*, I, 1999, p. 16.

¹³⁰⁶ *Ibidem*.

“não se póde fazer uma distinção natural nas diversas fôrmas da poesia popular; o povo não conhece regras academicas, nem influencias eruditas.”¹³⁰⁷

Esta afirmação parece inviabilizar qualquer modelo classificatório fora do plano “académico”, artificial (no sentido romântico), pois presume que todo erudito, ao organizar o manancial poético, segmentando-o em categorias, lhe impõe os seus conceitos teóricos cuja génese é exterior às composições. Contudo, esta interpretação do fragmento transcrito colide com a continuação da sua leitura:

“Todas estas fôrmas [da poesia popular] se confundem mais ou menos; comtudo as divisões que existem na poesia popular não são um mero artifício, são tiradas das denominações que se encontram e a que os nossos antigos alludiam.”¹³⁰⁸

Afinal, apesar da relativa indistinção tipológica, afigura-se-lhe possível estabelecer uma classificação consistente fora do universo “académico”. Se a raiz do modelo não pode emergir da poesia, esse condicionalismo não retira legitimidade à aplicação de um sistema organizador desde que ele se funde nas designações citadas pelos “antigos” e constatadas na sua contemporaneidade - ou seja, desde que se baseie no quadro de identificação consolidado pela história.

Na verdade, estas palavras não explicitam satisfatoriamente o pensamento do autor. Elas têm como referência a “poesia popular” em geral e

¹³⁰⁷ “Discussão das Fôrmas da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº 3603 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pp. 78-79.

¹³⁰⁸ “Discussão das Fôrmas da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº 3603 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 79.

introduzem definições de “solao”, “lôa”, “xacara”¹³⁰⁹, “dizer”, entre outras - sem incluir, no entanto, o romance - mas não aprofundam o esboço conceptual que nelas se entrevê. Apesar disso, o seu sentido aponta para a ideia da possibilidade de classificar embora os seus critérios tenham de corresponder aos validados pela história e não possam reflectir a natureza (indistinta) da poesia. Nas *Epopêas*, apesar de manter um laconismo semelhante, ratifica o critério, “[a] classificação que adoptamos é deduzida da historia”¹³¹⁰.

Porém, na abertura do *Romanceiro Geral* contemporâneo à reedição das afirmações de 1865, Braga apresenta outra posição para justificar a sua ordenação:

“A classificação adoptada não é a de Duran; é tirada da natureza da poesia popular, que por si mesmo se divide e aconselha as partes em que se deve agrupar.”¹³¹¹

Antes de se proceder à análise da sua opinião sobre o modelo do erudito espanhol - desenvolvida não em 1867, mas nas *Epopêas* - o que resulta surpreendente é Braga dizer fundar o seu modelo na “natureza da poesia”, a qual, nesta página, não se lhe afigura indistinta mas ordenada. Contudo, apesar do princípio enunciado, a sua classificação, visível no índice do acervo, não se apresenta em conformidade com ele mas com o espírito das afirmações de 1865 repetidas na *Historia da Poesia* e reiteradas em 1871. Além disso, evidencia um critério de antiguidade.

¹³⁰⁹ Para Braga, a “xacara” distingue-se do romance embora, por vezes, se possa confundir com ele - o que não é explicitado. Vide “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa”, *Jornal do Commercio*, Nº 3603 e *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, p. 83. Apesar da sua convicção, designa **El ciego raptor** (0189) por “Xacara do Cego Andante” no *Romanceiro Geral* de 1867, p. 147, e por “Xacara do Cego” nos *Cantos* de 1869, p. 372.

¹³¹⁰ *Epopeias da Raça Mosárabe*, p. 369.

¹³¹¹ *Romanceiro Geral*, p. VIII.

“Flor dos Romances Anonymos do Cyclo Carlingiano e da Tavola Redonda” e “Vergel de Romances Mouriscos, Contos de Cativos, Lendas Piedosas e Xacaras” constituem as duas grandes classes estabelecidas. A primeira funda-se na já referida alusão clasificatória de Jean Bodel e utiliza a designação “Flor” tão comum às velhas colecções. A segunda, embora não nasça directamente dos “antigos”, a denominação de “Vergel” situa-se no mesmo campo semântico de “Flor”, *Silva* ou *Rosas*, como se sabe, títulos frequentes de acervos quinhentistas¹³¹². Aliás, este processo de inspiração nas designações dos “antigos” tê-lo-à levado, também, a intitular a obra de 1869 *Floresta de Varios Romances* a partir da homónima de Lopez de Tortajada, editada em 1652¹³¹³. Nesse mesmo ano do final da década, também classifica as composições dos *Cantos* açorianos segundo estas influências às quais associa as de Wolf e Durán - “Enselada de Romances Novellescos”, “Primavera de Romances Maritimos”, “Rosa de Romances Mouriscos”, “Silva de Romances Historicos”, “Coro de Romances Sacros” e “Enseladilha de Romances Entretenidos”.

As subclasses de 1867 afiguram-se obedecer a outros critérios que vão desde o de unidade das tradições poéticas meridionais (“Romances communs aos povos do Meio Dia da Europa”), ao de génese (“Romances de supposta origem portugueza”), ao de fonte (“Romances que se encontram nas Collecções hespanholas”), ao temático (“Romances mouriscos e Contos de Cativos” e “Lendas piedosas”) e ao formal (“Xacaras e Coplas de burlas”).

E também a categoria dos “romances sacros ou ao *divino*”, assim designados na primeira *Historia da Litteratura* - classe possivelmente

¹³¹² Veja-se, por exemplo, *Cancionero Llamado Flor de Enamorados* (Barcelona, 1562), *Silva de Varios Romances* (Barcelona, 1561) e *Rosas de Romances* (Valencia, 1573).

¹³¹³ Damián López de Tortajada, *Floresta de Varios Romances* (Valencia, 1652) com edição de Antonio Rodriguez-Moñino, Madrid, Castalia, 1970.

correspondente à de 1869, “Coro de Romances Sacros”; no entanto, como em 1870 não indica nenhum tema desse grupo, não é segura esta relação - manifesta alguma diferença relativamente ao critério histórico. O seu perfil assume uma maior conformidade com a de “Romances mouriscos e Contos de Cativos” e “Lendas piedosas”, temática.

Assim, os seus primeiros ensaios constituem-se por classes tendencialmente inspiradas nas denominações dos acervos “antigos” embora as subclasses apresentem perfis mais diversificados e se organizem segundo o critério de antiguidade.

4.3.2. Reflexões em torno de classificações anteriores à sua

A “monstruosidade” da classificação garrettiana

A mais próxima referência de Braga, temporal e espacialmente, é objecto da sua primeira avaliação. Como já se destacou, a fase final da sua obra manifesta uma profunda reformulação dos juízos feitos sobre os trabalhos do introdutor dos estudos romancísticos em Portugal. Todavia, as suas primeiras páginas, também assim se verificou, são marcadas por um acintoso negativismo.

No que concerne a este aspecto, a sua crítica inicial à classificação do romântico não podia ser mais destrutiva, não pelos problemas que levanta mas pelo tom usado. Na verdade, apenas uma questão é colocada e atinge somente o “Livro II” do plano incluído na “Introdução” de 1851¹³¹⁴. Acusa o seu autor de

¹³¹⁴ “Introdução”, in *Romanceiro*, II, p. XLV.

reunir nesse *item*, romances “anonymos” com origem nos “cyclos epicos da idade media” e romances de autoria conhecida. No entanto, embora seja esta a única crítica feita, o epíteto atribuído à classificação é “monstruosidade”¹³¹⁵.

Também se insurge contra a opinião de Garrett sobre o modelo de Durán. O poeta tê-lo-ia recusado por o considerar “falso” e confuso pelas suas múltiplas subdivisões, não tendo compreendido o rigor dessa espécie de

“nomenclatura chimica; o logar que o romance occupa, indica a sua origem, a sua época, o seu character e as suas transformações.”¹³¹⁶

Na verdade, a objecção de Garrett à classificação do *Romancero General* prende-se com o seu carácter (parafraseando Di Stefano¹³¹⁷) “ecuménico”, demasiado abrangente, e profusamente “articulado”, o qual não gerava clareza¹³¹⁸; mas a perspectiva do poeta parece ser a da impossibilidade de o aplicar ao *corpus* que editava.

Braga sabe-o bem e por isso afirma:

“Garrett deveria dizer, que rejeitava a classificação de Duran, por se não poder applicar a 37 romances o systema que abrangia 2:000!”¹³¹⁹

¹³¹⁵ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 347.

¹³¹⁶ *Ibidem*.

¹³¹⁷ “Ni antes ni después de Durán ha habido una recopilación tan ecuménica ni tan articulada como su benemérito *Romancero general*”, Giuseppe Di Stefano, “Consideraciones sobre la Clasificación de los Romances”, p. 16.

¹³¹⁸ “Introdução”, in *Romanceiro*, II, p. XLIV-XLV.

¹³¹⁹ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 347.

Em 1905, retira a crítica feita ao primeiro sistema português e reformula as palavras sobre a posição garrettiana frente ao modelo do *Romancero General*, preferindo, agora, sublinhar o aspecto que coloca os dois investigadores portugueses de acordo. A inadequação desse minucioso plano ao reduzido *corpus* nacional¹³²⁰.

*A perfeição do “systema” de Durán
e a sua inaplicabilidade em Portugal*

Agora se observou que a opinião do erudito, em 1871, sobre o plano do *Romancero* é a de máximo rigor, acrescentando ser “historica e verdadeira”¹³²¹ - significativas estas qualificações, “historica”, critério preponderante nos seus primeiros ensaios classificatórios pouco anteriores a estas palavras, e “verdadeira” por oposição a “falsa” de Garrett - mas por causa do desequilíbrio entre os *corpora* reconhece não poder utilizá-la.

Contudo, considera que a deve apresentar. O resultado, porém, não espelha a complexidade do “systema” e reduz-se a um elenco das “clases” definidas por Durán. Constrói um esquema de oito pontos¹³²² correspondente às oito “clases” e a sua sucinta enunciação é elaborada a partir do texto incomparavelmente mais informativo do *Romancero*¹³²³. Na última *Historia da Poesia*, volta a tentar esboçar as suas linhas fundamentais mas o renovado

¹³²⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, p. 507.

¹³²¹ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 348.

¹³²² *Ibidem*.

¹³²³ *Romancero General*, I, p. 583-584.

esforço não surte efeito muito diferente, descrevendo-a através de critérios formais e histórico-formais¹³²⁴.

*A importância das classificações atribuídas ao
Cancionero de Romances e à Silva de Romances Viejos*

Ao contrário dos anteriores, diz Braga, estes são os seus modelos de referência - aos quais acrescenta vagamente a contribuição dos “modernos trabalhos sobre as epopéias gallo-frankas”¹³²⁵. Não lhes atribui a reconhecida perfeição do anterior, mas a sua estrutura simples adapta-se facilmente ao reduzido *corpus* português. Por isso, embora advirta que reserva algumas “divergencias”, declara a sua classificação de 1867 como resultado dos planos dos dois acervos¹³²⁶.

A mão de Braga nos quadros das duas classificações - Para comprovar o estabelecimento das suas fontes, apresenta um sistema que atribui à colecção quinhentista e um outro à oitocentista, os quais, no entanto, fundando-se nas respectivas obras, resultam da sua adaptação às convicções oitocentistas do erudito.

No caso do *Cancionero de Romances*, constrói três classes a partir do texto de “El impresor”:

¹³²⁴ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 508.

¹³²⁵ *Epopéias da Raça Mosárabe*, p. 362.

¹³²⁶ *Op. cit.*, pp. 361-362.

“El impresor”, in <i>Cancionero de Romances</i>	<i>Epopêas da Raça Mosárabe</i>
“Tambiem quise que tuuiessen alguna orden y puse primeiro los que hablan delas cosas de frãcia y delos doze pares/despues los que cuentan historias castellanas y despues los de troya/y vltiyimamente los que tratan cosas de amores/pero esto no se pudo hazer tanto a punto (por ser la primera vez) que al fin no quedasse alguna mexcla de vnos cõ otros.” ¹³²⁷	“1.^a - Romances velhos e primitivos, ou levemente modificados, cujo assumpto é o cyclo de Carlos Magno. 2.^a - Continúa o cyclo carlingiano, com assumptos da Historia de Hespanha e de Portugal e outros paizes, e um romance artistico. 3.^a - Miscellanea das duas classes anteriores com romances mouriscos de fronteira, amatorios, doutrinaes e satyricos.”¹³²⁸

Na construção do seu quadro, Braga respeita os critérios de antiguidade e de tema subentendidos no texto introdutório; estabelece a primeira categoria em consonância com as palavras do editor mas as outras, embora resultem do consignado no *Cancionero*, reflectem o seu pensamento sobre os romances - nomeadamente, a segunda manifesta a sua tese (posterior ao *Romanceiro Geral*) sobre a existência de composições elaboradas sobre assuntos históricos portugueses e a terceira evoca o seu conhecimento da classificação de Durán.

A *Silva* organizar-se-ia em duas categorias, a dos “Romances de Carlos Magno e dos Doze Pares” e a dos “Romances Varios”¹³²⁹, esquema de facto próximo da descrição que Diego Catalán faz da classificação de Grimm, o qual,

¹³²⁷ “El impresor”, in *Cancionero de Romances en que estan recopilados la mayor parte delos romances castellanos que hasta agora sean compuesto*, En Envers, En Casa de Martin Nucio, s.d., apud *Cancionero de Romances impreso en Amberes sin año*, Edición facsimil con una introduccion de R. Menéndez Pidal, Madrid, 1945.

¹³²⁸ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 361.

¹³²⁹ *Op. cit.*, p. 362.

“en 1815 había comenzado a poner orden en este caos [...] introduciendo los principios cronológicos y estilísticos para categorizar los romances que publica”¹³³⁰

Compreendidos os quadros como interpretações do autor micaelense feitas à luz das suas convicções, melhor se compreende que neles funde a classificação do *Romanceiro Geral*.

Dos quadros estabelecidos às categorias de 1867 - Se os planos apresentados correspondem a adaptações conformes ao seu pensamento, não chegam ao ponto de se confundirem com o seu. Como se pode prever, nunca seria essa a intenção do erudito, aliás, bem marcada por si ao exprimir “divergencias” relativamente à (sua) do *Cancionero*. O seu objectivo era mostrar a novidade do seu exercício baseado na segurança de uma classificação vinda dos “antigos” e de outra reputada por Durán como “*excellente*”¹³³¹. Assim, seguindo o convite sugerido por Braga, ao comparar-se a sua primeira classe com as primeiras do *Cancionero* e da *Silva*, conclui-se a existência de uma correspondência entre si, mas igualmente a mais-valia da de 1867 ao acrescentar e especificar o que o erudito considerava serem as composições da “Tavola Redonda”, “cyclo” não referido por nenhum dos outros acervos. De resto, pelo confronto dos três modelos provocado pela sua apresentação seguida, o autor pretendia levar o leitor à ideia do seu modelo ser mais amplo e pormenorizado.

¹³³⁰ Diego Catalán, “A Modo de Prólogo. El Romancero Tradicional Moderno como Género con Autonomía Literaria”, in *Arte Poética del Romancero Oral. Parte 1ª, los Textos Abiertos de Creación Colectiva*, p. X.

¹³³¹ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 362.

De um modo mais evidente, procurou fazer a afirmação da diferença rejeitando a segunda classe do *Cancionero* referente a assuntos históricos. É verdade que nas *Epopêas*, onde esboça estas reflexões, já tem outra opinião sobre a existência de composições tradicionais com esse tema, porém, em 1867, não concebe que esses cantos se divulguem e se tradicionalizem, “o povo adopta sempre aquelles que não dizem respeito a facto algum particular ou historico”¹³³². A esta categoria, contrapõe, na altura, um dos três subgrupos da sua primeira classe, o das composições comuns às tradições da Europa meridional, cujo denominador comum é, exactamente, não “te[re]m referencia particular a algum facto historico”¹³³³.

Como dizíamos, a sua posição modifica-se logo em 1869 criando a classe “Silva de Romances Historicos” (reformulação conceptual à qual não foi, com certeza, estranho o manancial de temas épicos e históricos oferecidos por Soares de Sousa) mas em 1871, expondo retrospectivamente a sua classificação de 1867, não se refere a essa alteração.

O que a afectação destas fontes e respectivas “divergências” não oculta são as inconfessadas referências de Braga, comuns às dos autores do século XIX em geral, Wolf e Durán. Basta observar-se a designação de algumas das suas categorias bem como a que atribui à terceira classe do *Cancionero* para se entrever a influência, ainda que indirecta, dos investigadores tutelares dos estudos oitocentistas.

¹³³² *Romanceiro Geral*, p. 173.

¹³³³ *Epopêas da Raça Mosárabe*, p. 363.

4.3.3. *Uma nova classificação sob o imperativo do “assumpto”*

Em 1876, apresenta, num parágrafo, um novo modelo cujas categorias são criadas, explica, com base nos “assumptos” dos romances¹³³⁴. O “*cavalheiresco*”, o “*de aventuras*”, o “*historico*”, o “*sacro*” e o “*entretenido* ou *subjectivo*” definem o quadro geral do Romanceiro e nele se percebe que alguns dos pressupostos anteriores se modificaram.

O paradigma dos “antigos” perde o protagonismo, embora esclareça que sob a primeira classe reúne as “tradições carlingianas ou arthurianas” e abre uma categoria, a segunda, para composições mais recentes, que não contêm relação com nenhum “cyclo tradicional da idade media”.

Todavia, a terceira classe, dos “*historicos*”, era já contemplada nos *Cantos* e confirma o princípio entrevisto em 1869 sobre a existência de temas tradicionais que aludem a sucessos reais. A última constava, também, desse quadro e ultrapassa o critério agora definido, o do “assumpto”, na medida em que o próprio erudito consigna sobre as composições aí reunidas: “quando perde[m] o seu character narrativo e serve[m] de expressão do sentimento.”

Portanto, apesar das linhas de continuidade, prefigura-se um novo modelo caracterizado, sobretudo, pelo imperativo do “assumpto”.

4.3.4. *A emergência da classificação “anthropologica”*

Em meados da década seguinte, como já tantas vezes foi destacado, ao nível da sua construção da história do Romanceiro, desenvolve Braga uma

¹³³⁴ *Antologia Portuguesa*, p. XIX.

perspectiva de tendência “anthropologica” a qual se adapta às suas teses de natureza histórico-poética. Também no plano da evolução dos seus exercícios classificatórios se repercute essa reelaboração conceptual. Se *O Povo Portuguez* marcava um momento de especial maturidade dessa nova visão sobre a história do Romanceiro, ele mesmo oferece parte significativa da estrutura do sistema do *Romanceiro Geral Portuguez*, último modelo de classificação do erudito. Mas, do mesmo modo, esta obra, no que concerne a este aspecto, não relega o pensamento anterior. Reflete o princípio de classificar segundo a nomenclatura dos “antigos” distinguindo duas ordens de composições:

“Quando no seculo XVI, os principaes escriptores portuguezes se aproximaram das fontes populares da literatura, chamaram *romances velhos* aos que andavam na tradição, e *letra nova* aos que se formavam sobre esses typos.”¹³³⁵

O novo sistema é apresentado paralelamente a esta distinção fundada na história literária e a sua constituição, reformulando o critério de 1876, contextualiza-o numa perspectiva predominantemente “anthropologica”. “Cyclo da esposa fiel, que foi desenvolvido nas lendas de Penelope”, “Cyclo da esposa infiel [...] desenvolvimento épico do tipo de Helena”, “Cyclo da mulher forte, synthetisado no typo de Kudrun”, “Cyclo da mulher cativa, de que se conhece o typo indiano de Sita” e “Cyclo da mulher perseguida e da esposa desgraçada, de que o typo mais universal é o de Crescencia” são as classes de 1885 sem que nenhuma delas contenha qualquer subdivisão¹³³⁶.

Assim fundamenta Braga o seu plano:

¹³³⁵ *O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, II, p. 293.

¹³³⁶ *Op. cit.*, p. 292.

“Pode-se afirmar, que pela monstruosidade das situações moraes os romances correspondem a uma sociedade barbara, inferior ao que se conhece da mais antiga constituição de todos os ramos aricos; considerando esses temas, vê-se que todos eles têm por personagens heróicas *mulheres*, circunstancia singular que ajuda a fixar a sua origem. Foram criados esses poemas sobre as reminiscencias de uma sociedade heterista; comprova-se isto com os vestigios dos cultos femininos de prostituição sagrada deixados por uma raça que ocupou o Ocidente antes dos Arias. É a este fundo étnico que se deve atribuir o elemento proto-semita da epopeia helenica, bem como os romances communs ao Meio-dia da Europa.[...] Como a população hispanica, de que resultou o povo das actuais nacionalidades peninsulares, foi formada pela contribuição de muitas raças diferentes, nos romanceiros acham-se elementos épicos de diversas proveniencias; ha assim rudimentos propriamente aricos, germanicos e normando-byzantinos.”¹³³⁷

Como se percebe pelo fragmento, o novo sistema coordena “anthropologicamente” critérios de natureza temática, genética e poética. A saber.

Organiza-se, num primeiro momento, em função do grande tema da figura feminina mas o motivo que preside a essa determinação ultrapassa a simples constatação dos romances se desenvolverem em torno da mulher. Ele radica no facto desse protagonismo constante indiciar a origem “anthropologica” dos próprios poemas. Num segundo momento, constitui-se em consonância com as sucessivas integrações rácicas na Península, as quais trazem consigo uma actualização poética particular do tema de raiz “anthropologica” e, nessa medida, as suas categorias correspondem, simultaneamente, a estratos antropológicos e a relações com espécies não romancísticas.

¹³³⁷ *Op. cit.*, pp. 291-292.

4.3.5. *Uma reformulação à luz dos ensaios anteriores*

Um novo plano é apresentado em 1892 com uma explicação sobre a sua formação e utilidade, a qual ratifica a concepção do anterior - embora estruturalmente se distingam. Consigna, então, que ele resulta do encontro do Romanceiro com tradições não estritamente peninsulares e que, através dele, se torna possível a “reconstrução”, a identificação, da origem poética e “anthropologica” das respectivas composições¹³³⁸.

O fundamento das suas categorias, as “situações” desenvolvidas nas composições, também não é inteiramente novo, recupera o do modelo de 1876, o dos “assumptos”, e sobre ele se estabelece a classe dos “Romances [que] representam uma época social proto-historica”, anterior à raça árica; a do “cyclo odysaico ou mediterraneo”, a do “cyclo scandinavo de Sigurd”, as dos “cyclos de Carlos Magno e do rei Arthur”, a do “cyclo mauresco e do Cid” a do “cyclo da elaboração evangelica” e a do grupo “referente a successos historicos nacionaes”.

Como se verifica, este sistema tem, igualmente, raízes em formulações anteriores ao nível da designação de certas categorias. Portanto, a sua novidade não consiste nos seus pressupostos ou na natureza das classes mas na respectiva reelaboração e na nova estrutura. Partindo das “situações”, vincula-as à sua génese rácica, aos seus “Cyclos poeticos” e a dois temas, o “evangelico” e o “historico”.

Assim, retomando a perspectiva vigente na *Antologia*, e mesmo a anterior a essa, a que se fundava nas designações dos “antigos” (veja-se a classe dos “cyclos de Carlo Magno e do rei Arthur”, inspirada nas denominações de

¹³³⁸ *As Modernas Ideias na Litteratura Portugueza*, II, p. 334.

Jean Bodel e correspondente à longínqua primeira categoria do sistema de 1867), o plano não abandona a concepção “anthropologica”. Embora não retome a figura feminina organizadora de todo o modelo de 1885 - a qual, mais do que tema comum aos romances era entendida como vestígio da arcaica “sociedade heterista” - cria classes com um conteúdo rácico e uma delas, a primeira, continua a representar a ideia de “fundo anthropologico”. Inspira-se mesmo nas duas primeiras categorias do sistema de 1885 para estabelecer o “cyclo odysaico mediterraneo”, o qual é ainda justificado em 1896, na *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura*¹³³⁹.

O traço individualizante do novo plano, para além da sua estrutura, é dado pelo próprio autor e consiste na coordenação dos critérios “anthropologico” e “histórico-poético”. As

“tradições heroicas o Romanceiro occidental ligam-se ao problema das raças que povoaram o Occidente, e os Cyclos tradicionaes que durante a Edade-média se repetiram oralmente na Europa, ou mesmo chegaram a ser elaborados litterariamente.”¹³⁴⁰

4.3.6. A síntese do Romanceiro Geral Portuguez

Desta longa experimentação de modelos, a qual reflecte a evolução do pensamento do autor, surge, em 1906-1909, uma classificação resultante da coordenação de pressupostos e categorias anteriores. Sendo a última, apresenta-se como a menos inovadora no plano interno da obra de Braga, indiciando uma

¹³³⁹ “Assim, vetustas tradições do cyclo da Odyseea mediterranea, como a dos errores de Ulysses e do regresso do heroe, tomam o aspecto nacional das navegações portuguezas nos romance da *Não Catherineta* e da *Bella Infanta*”, *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 65.

¹³⁴⁰ *As Modernas Ideias na Litteratura Portugueza*, II, p. 334.

cristalização conceptual fechada à investigação mais rigorosa que o dobrar do século foi desenvolvendo¹³⁴¹. A verdade é que o polígrafo micaelense raramente se interessou por essas observações minuciosas mas, em contrapartida, o acompanhamento dos trabalhos “anthropologicos”¹³⁴² gerava novas perspetivações dos problemas, novas relações entre tradições poéticas e, consequentemente, renovados ensaios de classificação. A do *Romanceiro Geral Portuguez*, porém, representa, sobretudo, uma síntese do percurso anterior esboçada n’*As Modernas Ideias*, como se viu, e continuada nas *Historia da Poesia*.

Consiste em cinco grandes classes organizadas segundo critérios cruzados - antiguidade, tema, forma, génese (étnica e poética) - as quais se desdobram num número variável de subclasses (indicadas entre perêntesis): “Romances heroicos e novellescos” (“Cyclo Odyssaico ou atlantico”, “Cyclo scandinavo-germanico”, “Cyclo Carlingio (Materia de França)” e “Cyclo Arthuriano”), “Romances de Aventuras” (“Cyclo da Mulher perseguida”, “Cyclo da Esposa infiel”, “Cyclo de Peregrinos e Cativos” e “Cyclo de Xácaras e Coplas de burlas”), “Romances Historicos e Lendarios” (“Cyclo Neo-Godo e Mosarabe” e “Cyclo portuguez tradicional e semi-litterario”), “Romances Sacros e Devotos” (“Cyclo evangelico popular”, “Cyclo Marial - Milagres da Virgem” e “Cyclo Santoral - Lendas piedosas”) e “Romances com Fórma Litteraria do Seculo XV ao XVIII” (“Romances, Trovas e Canções narrativas”,

¹³⁴¹ A este propósito, escreve Pere Ferré: “Teófilo, não desconhecendo os trabalhos dos criticos assinalados pela Michaelis [“nos «Estudos sobre o Romanceiro Peninsular: Romances Velhos em Portugal» publicados na revista *Cultura Española* entre 1907 e 1909”, Wolf, Milá e Menéndez Pidal] com a sua classificação provou preferir as grandes elocubrações à tarefa pautada pelo rigor dos eruditos.”, Pere Ferré, “Nota Prévia”, in *Romanceiro Geral Português*, I, p. XL, nota.

¹³⁴² Vide Jorge de Freitas Branco, “A Propósito da Presente Reedição”, in *O Povo Português nos Seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, pp. 15-25.

“Romances anonymos contrafazendo o gosto popular” e “Romances da Historia de Portugal (tirados das Collecções hespanholas”).

Prenúncios do plano em 1902 e 1905

Como dizíamos, basta uma primeira observação das categorias desta última classificação para se reconhecer matrizes em modelos anteriores, nomeadamente, os dois primeiros “cyclos” dos “Romances de Aventuras” (segunda classe de 1876), importados d’*O Povo Portuguez*. Mas, simultaneamente, constata-se algumas alterações cuja preparação tem lugar nas duas últimas *Historia da Poesia*.

A saber.

As subclasses dos “Romances heroicos e novellescos” são estabelecidas sobre o sistema de 1892, o qual, já por si, formava a primeira categoria a partir das duas iniciais de 1885 e a terceira tendo como referência a que abre o modelo de 1867. Porém, relativamente ao seu paradigma, o “Cyclo Odyssaico” deixa de ser referido ao mundo mediterrânico e passa a ser associado ao “atlântico”; o “Cyclo Scandinavo” inclui o “germanico”; os “Carlingio” e “Arthuriano” desmultiplicam-se e são apresentados autonomamente.

Todas estas modificações se entreviam já em 1902 e 1905 e têm um significado apenas superficial, não representando uma introdução de novos critérios. Correspondem, respectivamente, a um entendimento adoptado por Braga sobre os poemas homéricos não como cantos relativos à geografia mediterrânica mas atlântica, visão que se adaptava perfeitamente à sua última

interpretação sobre os lígures¹³⁴³; à sua persistente tese sobre a conservação de temas poéticos do Norte¹³⁴⁴, não se compreendendo a razão pela qual, em 1892, não tinha considerado o veio germânico; e à tentativa de caracterização específica da “Materia de França” e da “Materia da Bretanha”, sem no entanto fazer capitular a sua concepção sobre a reelaboração “arthuriana” de temas “carlingios”¹³⁴⁵.

*Especializações de classes anteriores
e uma classe não tradicional*

As categorias dos “Romances Historicos e Lendarios” e dos “Sacros e Devotos” têm os seus paradigmas nos primeiros ensaios, sobretudo, no de 1869, carreando apenas a novidade das suas subdivisões. Contudo, a natureza dos seus critérios, “anthropologica”, formal e temática, não acompanha esse novo aspecto.

O próprio facto de incluir na sua classificação os “Romances com fôrma litteraria”, não tradicionais, evoca, com as devidas distancias, o seu longínquo trabalho de 1869, a antologia da *Floresta de Varios Romances*, a qual se organiza em duas secções, uma das quais com o título recuperado em 1909, “Romances da Historia de Portugal, Tirados das Collecções Hespanholas”.

¹³⁴³ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Origens*, pp. 250-253.

¹³⁴⁴ *Op. cit.*, pp. 260-261.

¹³⁴⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, pp. 29 e ss. e 40 e ss.

Significado da última classificação

Considerando as observações feitas, constata-se corresponder o seu plano de 1906-1909 a uma recuperação dos vários ensaios encetados ao longo da sua obra e a uma confirmação dos pressupostos que os foram gerando. A sua diferença consiste num sistema mais amplo e mais pormenorizado criado não só à luz das experimentações anteriores mas, sobretudo, tendo em conta a necessidade de organizar um *corpus* incomparavelmente mais vasto - embora não corresponda à totalidade das versões da tradição portuguesa de então, a sua expressão é, como se sabe, consideravelmente significativa.

O acerto com que classifica os temas dificilmente pode ser valorizado à luz do conhecimento actual, no entanto, como observou P. Ferré, pode-se observar que, por vezes, Braga esboça a mais “lúcida e fina asserção a par da opinião mais temerária”¹³⁴⁶. Tinha como horizonte, o prefaciador da edição facsimilada do *Romanceiro Geral Portuguez*, os temas que o autor oitocentista incluía no “Cyclo Odyssaico ou atlantico”. Se

“[a] inclusão dos temas dedicados ao regresso do marido neste ciclo foi feita recentemente em publicação do Seminário Menéndez Pidal [...] num ciclo intitulado «Romances de tema odiseico»”¹³⁴⁷

já o facto de figurarem, por exemplo, **La flor del agua** (0104), **La gallarda** (0200) ou a **Nau Catrineta** (0457) nessa subclasse de 1906 mostra o desacerto da classificação teofilina¹³⁴⁸.

¹³⁴⁶ Pere Ferré, “Nota Prévia”, p. XLIII.

¹³⁴⁷ *Ibidem*.

¹³⁴⁸ *Ibidem*.

Corroborando as palavras de P. Ferré sobre as notáveis intuições do polígrafo, regista-se que alguns dos seus “cyclos” encontram, também, de algum modo, eco em algumas classes do *Catalogo* de Armistead¹³⁴⁹, nomeadamente, o da “Mulher perseguida” e o da “Esposa infiel”.

O primeiro, embora com um sentido mais elocubrativo, parece conter alguma correspondência com “L. Romances da esposa infeliz” na medida em que inclui **La mala suegra** (0153), **Casada de lejas tierras** (0155) e o **Conde Alarcos** (0503). Claro, o “cyclo” de Braga abrange outros temas não catalogados em “L.”, por exemplo, **Silvana** (0005), **Delgadina** (0075), **Los soldados forzadores** (0170), **Tarquino y Lucrecia** (0403), mas a sua presença admite-se na lógica temática da “Mulher perseguida”. O da “Esposa infiel” encontra a sua expressão em “M. Romances de mulheres adúlteras”. Dos temas reunidos por Braga, **El conde Alemán** (0095), **Ronda a una mujer malcasada** (0167), **Bernal Francés** (0222), **Blancaniña** (0234) e **El quintado** (0176), apenas o último não é considerado por Armistead.

4.4. Relações do Romanceiro com outros géneros

Ao longo das páginas de Braga sobre a história dos Romances observa-se, como foi sendo referido, o estabelecimento de relações com outros géneros. Recordamos o parentesco genético com textos historiográficos, a transformação de versos em formas proverbiais, a importação de outros por parte de obras cultas. Mas, igualmente, a conversão de fragmentos de romances em

¹³⁴⁹ Samuel G. Armistead con la colaboración de Selma Margaretten, Paloma Montero y Ana Valenciano, *El Romancero Judeo-Español en el Archivo Menéndez Pidal (Catálogo-Índice de Romances y Canciones*, 3 vols., Madrid, Catedra-Seminario Menéndez Pidal, 1978.

quadras¹³⁵⁰ e mesmo a “mistura [“do genero *lyrico*, e do *narrativo*”] d’estes dois elementos que ás vezes se dá no syncretismo popular”¹³⁵¹. Ou, ainda, a aproximação do conto, da lenda e do romance. No entanto, para além da constatação do fenómeno, o erudito não aprofunda nenhuma dessas relações que são detectadas essencialmente sob o aspecto temático. Quando procede a uma análise do ponto de vista formal, deixa, por regra, não resolvidas algumas hesitações nas considerações insuficientemente esboçadas.

Referimo-nos, concretamente, à observação da transformação da *Nau Catrineta* (0457) no Brasil. Na “Introducção” dos *Cantos* de 1883¹³⁵² regista que versos do romance foram “intercalados no auto rudimentar dos *Marujos*” e em 1905¹³⁵³, repondo o estudo, mantém a anotação. Todavia, nessa sua última *Historia da Poesia*, insere novas informações sobre esse processo e, o mais importante, junta uma nova visão. Depois de reeditar o fragmento supra transcrito, acrescenta:

“A Canção narrativa *Náo Cathrineta* recebeu a fôrma dramática na tradição popular do Brasil”¹³⁵⁴.

¹³⁵⁰ Em 1881, transcreve da *Revista Brasileira* um fragmento de Carlos Von Koseritz através do qual consigna esta evolução do romance: “«encontramos em nossas quadrinhas frequentes reminiscencias de romances portuguezes»”, *Theoria da Historia da Litteratura Portugueza*, p. 58. A fonte de Braga, como ele próprio indica, é a *Revista Brasileira* mas aí, encontra as palavras do estudioso citadas por Sílvia Romero a partir, segundo este, da *Gazeta de Porto-Alegre*. Vide Sílvia Romero, “A Poesia Popular no Brazil”, *Revista Brasileira*, V, p. 318.

¹³⁵¹ [Musicas e Canções Populares colligidas da tradição, por Adelino Antonio das Neves e Mello (Filho). Lisboa, Imprensa Nacional, 1872, 1 vol., 8º, 245pp.] *Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, pp. 206-207.

¹³⁵² “Introducção” in Sílvia Romero, *Cantos Populares do Brazil*, I, pp. XXVIII-XXIX. Vide reedição do fragmento in *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicas*, p. 441.

¹³⁵³ *Historia da Poesia Popular Portugueza. Cyclos Épicas*, pp. 441-442.

¹³⁵⁴ *Op. cit.*, p. 441.

Com esta afirmação, o erudito não consigna apenas a incorporação de versos no “auto” mas a própria transformação da forma romancística nesse texto dramático. Contudo, não resolve a incoerência. A nova perspectiva estava já presente na anterior *Historia da Poesia*, opúsculo onde não coloca a observação de 1883.

“Sob o ponto de vista da Canção popular, outras transformações se operam dignas de estudo: tal é a conversão de um Romance ou Canção narrativa, como a *Não Catherineta*, que no Brasil tomou fôrma rudimentar de um Auto, com evoluções scenicas, dança e canto nos Cheganços do Anno Bom.”¹³⁵⁵

Importa-a, então, em 1905 e não se apercebe da sua oscilação conceptual relativamente a 1883, como se entre a ideia de “intercalação” e a de evolução formal não existisse qualquer diferença.

Também não explicita como um romance se transforma num objecto de natureza não “literária”. Observa-o, apenas, sem sequer identificar a fonte das respectivas espécies.

“Outras vezes a Canção narrativa, como *La rueda de Isabel* (= Rico Franco), ou *El Membru* (= *Bella Infanta*) convertem-se em Jogos domesticos e infantis.”¹³⁵⁶

O critério que preside, por excelência, às relações estabelecidas entre composições de diferentes géneros é, como dizíamos, de natureza temática e, portanto, os problemas formais são pouco valorizados ou analisados. De facto, Braga não podia explorar significativamente este aspecto pelas razões já algumas vezes referidas. O erudito enfermava de um conhecimento insuficiente

¹³⁵⁵ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Origens*, p. 473.

¹³⁵⁶ *Ibidem*.

dos limites dos géneros, além de que esse exercício exigia uma atenção a minudências às quais o erudito não reconhecia pertinência.

Veja-se, a título exemplificativo, que nos seus primeiros trabalhos, estudando “Os Contos de Fadas”, relaciona um que

“se encontra[ria] no *Nobiliario* de Conde Dom Pedro, aproveitado já pelo snr. Herculano nas *Lendas e Narrativas*, mas inferior na graça e espontaneidade primitiva. É o conto da Dama-Pe-de-cabra: [...] Este mesmo conto ainda se repete na tradição popular no romance da *Encantada e Caçador e a Donzilla*, vulgarissimo em quase todas as provincias do reino e ilhas.”¹³⁵⁷

A constatação do mesmo tema no conto e nas versões romancísticas¹³⁵⁸ não o estimula, porém, nem a um aprofundamento do respectivo tratamento temático nos textos em prosa e nos poéticos, nem a uma análise formal, restringindo-a ao comentário sobre a menor “graça e espontaneidade” da composição de Herculano.

As suas últimas páginas em nada diferem destas. Na *Historia da Poesia* de 1905, diz encontrar o tema de **El labrador caritativo** (0185) nas *Legendes Pieuses du Moyen-Age*, de Maury, na “Mythologia allemã” de Grimm e numa “ballada” das *Chansons Populaires des Provinces de France* mas reduz o seu exercício comparativo a essa verificação, transcrevendo uma versão açoriana e a balada francesa¹³⁵⁹.

¹³⁵⁷ *Estudos da Edade Media. Philosophia da Litteratura*, pp. 61 e 64, respectivamente.

¹³⁵⁸ “Encantada”, **La infantina + El caballero burlado** (0164 + 0100), Braga (1867) 28-29. “Caçador e a Donzilla”, **La infantina + El caballero burlado + La hermana cautiva** (0164 + 0100 + 0169), Braga (1869)/Braga (1982) 185-188.

¹³⁵⁹ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicas*, pp. 154-156. Refere-se a Alfred Maury, *Essai sur les Légendes Pieuses du Moyen-Âge*, Paris, Ladrangé, 1843; Jacob Grimm,

Convém, por fim, proceder a um esclarecimento relativamente ao parágrafo anterior. Se o quadro comparativo traçado por Braga sobre as relações entre os romances e outros géneros não inclui, no lado não romancístico, a “ballada”, colocando-a a par de **El labrador caritativo**, é por, inquestionavelmente, o crítico estar convencido da semelhança tipológica dessas espécies poéticas. Portanto, para si, comparar versões de romances e de baladas é trabalhar sobre o mesmo género literário; para investigar relações entre diferentes géneros, elege o drama, o texto historiográfico, o conto.

“Deu-se no século XV, quasi simultaneamente entre todas as nacionalidades da Europa, uma profunda manifestação da Poesia popular, com caracteres morphologicos e themas tradicionaes communs, taes como os *Romances* hespanhoes, as *Aravias* portuguezas, as *Canzone* e *Strambottes* italianas, os *Gwerziou* da Bretanha, as *Ballads* da Inglaterra e Escossia, os *Volkslieder* da Allemanha, os *Kampviser* scandinavos, e as *Chanson à toile* francezas.”¹³⁶⁰

Teutonic Mythology translated by James Steven Stallybrass, 2 vols., London, Buther & Tanner, Frorne, 1883; Jules Fleury, *Chansons Populaires des Provinces de France*, Paris, Bourdilliat, 1860, p. 5. Versão em referência, Braga (1869)/ Braga (1982) 370-371.

¹³⁶⁰ *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos*, p. 183. Vide, também, p. 276.

CONCLUSÕES

Chegou o momento de reiterarmos o que anunciávamos na abertura deste trabalho: o crítico e polígrafo micaelense é uma figura invulgar nos estudos romancísticos portugueses. Não pelas razões, muito provavelmente temperamentais, que o terão levado a assumir-se, ele próprio, nos primeiros anos do século XX, como um “pensador isolado” - curiosamente, o epíteto é lançado no título do estudo introdutório da colecção epistolar *Quarenta Annos de Vida Litteraria*, a qual reúne um número significativo de documentos assinados por ilustres nomes portugueses e estrangeiros dirigidos a si.

A sua singularidade impôs-se-nos, para além do contexto editorial da obra, pela investigação histórica e teórica que desenvolveu. Através dela, encontrámos um autor pós-garrettiano que nunca operou uma definitiva ruptura com o mestre e, simultaneamente, um positivista que, trabalhando na “sciencia” literária, preferiu a construção da grande tese ao rigoroso e pormenorizado exame de fontes e textos.

Entre os dois escritores, Garrett e Braga - um que pontificou na primeira metade do século mas cuja influência se prolonga para além dela, e o outro, a partir dos anos sessenta -, apesar da diferença das suas perspectivas e das motivações no estudo dos romances, bem como a desigual amplitude das suas obras, revelou-se-nos, em certos aspectos, uma harmonia conceptual, por vezes, surpreendente. Não nos referimos ao comum procedimento de, com advertência e sem ela, ambos reescreverem e reeditarem estudos seus anteriores - prática textual que, depois de descoberta e analisada através do cotejo de algumas das suas páginas, nos revelou mais claramente a evolução dos seus pensamentos e nos permitiu observar a persistência e a reformulação das suas concepções.

Mencionamos, sim, a comum concepção romântica (presente, também, em Estácio da Veiga, entre outros) de fazerem radicar no género romancístico,

a origem da literatura portuguesa. Se Garrett mostra, por vezes, alguma hesitação, admitindo como possível a anterioridade da lírica, da poesia dos Cancioneiros, relativamente ao Romanceiro, com base no facto material da inexistência de colecções de romances mais antigas do que esses acervos palacianos, a prioridade épica domina as obras dos dois autores.

Afiguraram-se, igualmente, próximos ao fazerem intervir, nas suas histórias, a tensão entre o elemento autóctone e a influência estrangeira e ao estabelecerem a valorização de períodos literários na predominância do primeiro. Apesar desta coincidência, verificámos que o conceito teofiliano de inspiração *estrangeira*, fortemente condicionado pelas suas teses étnicas (supra políticas, portanto) faz com que a sua visão se individualize face à de Garrett.

Ambos evoluíram de uma ideia inicial de superioridade dos romances em Espanha, face a Portugal, para a afirmação da equivalência das tradições peninsulares, descobrindo-se o motivo da alteração garrettiana na de Braga (embora esta se processe mais elaboradamente): quer um, quer outro, ao constatarem o acréscimo de versões da tradição nacional, reformularam a sua convicção.

No caso de Garrett, vimos que a nova opinião surgiu entre a publicação “Da Poesia Popular em Portugal” e a incorporação e reescrita deste estudo no *Romanceiro*; isto é, entre o final da década de quarenta e 1851, ano da primeira grande colecção portuguesa. Se bem observarmos, ela deu-se no mesmo período em que, do outro lado da fronteira, apareceu o *Romancero General*, no qual este interessado leitor compulsou um extraordinário manancial de composições antigas mas um diminuto número de poemas da tradição oral moderna - ao contrário das suas investigações que iam revelando uma enorme vitalidade do género em Portugal. Perante tal constatação, alterou o entendimento.

Braga mostrou-se, desde sempre, impressionado com os volumes de Durán: se eles quase não documentavam a tradição oral, ofereciam, copiosamente, uma memória secular espanhola. Mas, para além disso, nos anos de 1865-1868, estava imbuído do espírito wolfiano e considerava as versões portuguesas raras e obra de segunda demão, logo, inferiores às espanholas. Daí, a afirmação do desequilíbrio. No entanto, nesta mesma época em que o reconhece, observámos-lhe alguma vacilação motivada pela verificação das citações romancísticas vicentinas, anteriores ao emblemático *Cancionero* de Antuérpia. E encontrámos-lhe proposições que tendiam a explicar a diferente expressão das duas tradições mais como um facto editorial do que real.

A sua mudança de avaliação, contudo, firmou-se noutra circunstância. Foi a crescente exumação da tradição oral moderna portuguesa, sobretudo a de uma área geográfica isolada e, portanto, na sua própria perspectiva, arcaica, que mais contribuiu para a sua alteração conceptual. Pela colecção de Teixeira Soares de Sousa, Braga constatou não só a antiguidade da tradição nacional (da qual suspeitou com o teatro vicentino) como a fecundidade da sua expressão moderna. Nesta circunstância, reformulou a sua ideia inicial substituindo-a pela de tradições equiparáveis.

Também comum aos dois se manifestou a perspectiva comparativista e, em ambos, essa visão permitiu, por exemplo, que tivessem percepcionado um dos aspectos da contaminação romancística. Braga aprofundou mais este processo de tradicionalização, relembramos que o vimos constatar a contaminação tendencialmente sistemática, na tradição portuguesa (apercebeu-se que a maior parte das versões do **Conde Alarcos** - 0503 surgia contaminada com a **Silvana** - 0005; só não reparou na **Flérída y don Duardos** - 0431), mas, tal como Garrett, detectou a existência de fórmulas poéticas, as quais designou por “centões” e o seu antecessor, por “*bordões* poeticos”.

Aliás, como é descrito nas “Questões Prévias” deste trabalho, Silva Pereira, contemporâneo do primeiro estudioso, também percebeu o fenómeno da contaminação, advertindo para a existência de versos de uns romances intercalados em versões de outros. Sabe-se como os autores de perfil romântico viam este processo numa perspectiva de corrupção, de degenerescência das composições, as quais, oriundas de um tempo arcaico (de feição arquetípica), tinham sido sujeitas à decadência desse tempo primitivo, à rudeza do povo e aos limites da memória.

Braga, na medida em que, por um lado, não operou a ruptura definitiva com esse ideário e, por outro, não viu essa concepção contestada pelo positivismo que o inspirava (segundo esta perspectiva, a tradição não respeita o texto do autor, submete-o às vicissitudes da oralidade, da memória e das limitações do “povo” e, por isso, a versão deve ser restaurada no sentido de expurgar o que, nela, não coincide com a forma inicial), não considerou de um modo muito diferente este processo. Contudo, observámo-lo, parece ter tido, em alguns momentos, a intuição do processo não como decadência textual mas como recriação tradicional feita através da tensão entre arcaísmo e inovação poética.

Na verdade, esta ténue visão teofiliana não se afigura completamente isolada no panorama português. O seu correspondente do Funchal, Rodrigues de Azevedo, cujo garrettianismo se discutiu na primeira parte deste estudo, distinguiu na tradição, um duplo vector, o de recriação (admissível) e o que “vicia”, embora, recordamos, a sua posição dominante, tal como a de Braga, tenha sido a do entendimento negativo das modificações tradicionais, conceito que, assumidamente, o impediu de perfilhar a lição de Grimm e de editar fielmente as versões coligidas (ao mesmo tempo que criticava as “liberdades” garrettianas derivadas das motivações estéticas).

Todos estes autores, bem como os que incluímos na primeira parte deste estudo, se mostram de acordo quanto à naturalidade linguística e poética do octossílabo e consideram, este metro, um dos atributos da forma romance. O crítico michaelense evoluiu desta concepção mas, numa primeira fase, defendeu-a, discutindo a sua origem, confrontando opiniões, tentando provar a sua natureza através da relação entre os romances e textos cronísticos e postulando a sua adequação à poesia cantada.

A sintonia que fomos encontrando entre Braga e Garrett termina ao atendermos às suas diferentes posições relativamente à teoria genética de Scott, com a qual o autor do *Romanceiro* de 1851 não está completamente de acordo. Cessa, também, ao considerarmos as afirmações (não as práticas) teofilianas sobre o imperativo do respeito textual e a correspondente edição fidedigna, as quais resultavam da nova direcção teórica dos estudos. E, do mesmo modo, desaparece essa concordância e confrontamo-nos com a total oposição se dermos eco à maior parte das apreciações de Braga sobre as páginas garrettianas - como se observou, na sua fase final, as invectivas foram cedendo à compreensão, mas antes disso, os seus juízos foram tão insistentemente negativos que se tornaram alvo de críticas semelhantes à da carta inédita do seu amigo Joaquim de Araújo, parcialmente transcrita por nós.

A evolução geral das investigações proporcionou ao autor micaelense um aprofundamento dos problemas e a elaboração de um mais amplo quadro crítico, o que também o distingue dos autores seus contemporâneos. No entanto, a correlação da sua obra com estes também não é absolutamente inexistente. Viu-se que, no aspecto tão inovador da edição de colecções regionais (o primeiro acervo, no panorama português, *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, exhibe a sua autoria), ombreou com a relativa simultaneidade da preparação e publicação do *Romanceiro do Algarve* e

assinalou-se como a colecção açoriana em tanto deveu ao, então, mais esclarecido investigador da tradição, Teixeira Soares de Sousa.

Também se afigurou muito significativo, neste aspecto, o debate epistolar que manteve com Rodrigues de Azevedo sobre a dimensão nacional e popular dos romances, por quanto revela a adopção comum do princípio positivista da autoria individual dos poemas mas, simultaneamente, a distância que a restante argumentação estabeleceu entre si. Se Braga aplaudiu a concepção do professor do liceu do Funchal sobre a anterioridade dos romances em relação à formação das nacionalidades, não podia aceitar que o carácter nacional das versões se restringisse ao plano linguístico. No entanto, o que, de facto, os opôs foi a qualificação “popular”: Azevedo, tomando-a no sentido da sua aplicação a um dos elementos constitutivos da nação, considerou que os romances ou são nacionais ou populares; Braga colocou o problema não nesse âmbito, mas no da discussão da definição e relação dos conceitos wolfianos “popular” e “tradicional”, revelando, assim, leituras desconhecidas por Azevedo, as quais permitiam ao polígrafo uma perspetivação diferente do problema.

Adolfo Coelho, ao contrário do colector da tradição madeirense, dominava bem, pelo menos, algumas das fontes de Braga; relembramos a sua carta inédita, a qual transcrevemos em parte, onde fala do conhecimento comum dos estudos de Diez e de Wolf. E Carolina Michaëlis de Vasconcelos, devido à sua formação e de acordo com o que reflectem as suas páginas, sabia, igualmente, muito bem qual o enquadramento teórico das concepções do crítico.

Temas recorrentes na sua obra

Estabelecido este enquadramento da obra de Teófilo, focalizaram-se os seus estudos teóricos e reconhecêmo-los desenvolvidos em três eixos. A construção de uma história dos romances, a caracterização da tradição oral moderna portuguesa (e respectiva descrição crítica da sua investigação, realizada por si, pelos que o precederam e pelos seus contemporâneos) e a elaboração de uma poética do Romanceiro tradicional.

Podendo, agora, observá-los numa visão de conjunto, reiteramos essa estrutura de fundo mas assinalamos, igualmente, o cruzamento destas linhas vectoriais na investigação de certos temas (aspecto que fomos registando ao longo das nossas páginas).

O significado de “romance”

O seu estudo sobre o significado da designação “romance” exemplifica bem este enlace. Desenvolve-se no quadro da origem e da história do género, particularmente, na sua primeira formulação (isto é, a que defende a tese genética “gothica-arabe”), prolonga-se no âmbito do estudo da tradição oral moderna, não apenas peninsular, na qual descobriu a existência de outras denominações (algumas das quais o percurso histórico lhe revelára), e tem efeitos ao nível da definição da poética do género, uma vez que a variação geográfica das designações é correlativa à própria variação romancística.

Reconhece a existência do significante, na Idade Média, advertindo que o seu conteúdo inicial é de natureza linguística e só posteriormente evoluiu no sentido poético, por extensão da denominação da língua em que se cantavam as composições. Assinala como primeiro documento do significado mais moderno

do termo, a carta-proémio do Marquês de Santillana e nela vê, também, uma anterior designação das composições romance, os “cantares”. Contudo, esta mais arcaica designação não é por si considerada imediatamente anterior a “romance”. De permeio, coloca outras (“aravia”, “gesta” e “estoria”) que correspondem às sucessivas influências na formação do género, segundo a sua primeira formulação histórica: com o “cantar”, marca a dos cantos épicos germânicos (na forma “gothica”), com a “aravia”, a reelaboração poética peninsular dessa herança à luz da inspiração árabe e com “estoria”, uma nova reelaboração posterior à chegada das Gestas carolíngias.

Nos séculos XV e XVI, encontra uma outra designação, a de “rymance”, no *Leal Conselheiro* e no *Cancioneiro* de Resende, e, se, no início, a equipara a romance, usando indistintamente uma ou outra, posteriormente, distingue-a por conter uma alusão a rima, inexistente na outra, e atribui a sua presença naquelas obras, a uma confusão de eruditos.

Dá consolidada, nestes séculos, a denominação provando-o pela extensão da sua aplicação às composições dos poetas cultos feitas, segundo moda de então, sob inspiração dos antigos cantos. E de tal modo reconhece a sua fortuna nesse período, que vê o “romance” acompanhar a degenerescência desses poemas eruditos (motivada pelo exagero e esgotamento das glosas compostas) e, com elas, cair no ridículo dos autores cultos - sendo apenas recuperado pelo oitocentismo.

Como dizíamos, a investigação da designação fê-lo cruzar o vector histórico com o da tradição oral moderna na medida em que ela o fez reencontrar, na sua contemporaneidade, vocábulos que descobrira em séculos anteriores (“aravia”, “estoria”, “romance”). Mas não só, ela levou-o a detectar, no seu tempo, embora em áreas geográficas diferenciadas, uma pluralidade de sinónimos entre os quais se incluem não só as denominações que colectores e

seus colaboradores revelavam mas, também, denominações como “canzone”, “ballads”, “Volkslieder”, entre outras. Se a persistência de umas lhe comprova a consistência histórica do género e a vitalidade da transmissão oral ininterrupta, a diversidade das outras resulta da fortuna de um género que não reconhece confinado ao mundo peninsular.

E, finalmente, a variação das designações afigurou-se-lhe um fenómeno paralelo ao da existência de várias versões de um romance e, nesse sentido, surgiu-lhe como efeito de um dos traços através dos quais define a poética do género, a variação romancística.

Génese e história do Romanceiro

Braga retomou, permanentemente, as questões das origens e da evolução, investigando-as à luz das duas perspectivas que conduziram a sua construção, a poética-literária e a étnica e “anthropologica”. Sob uma visão e sob outra, ao longo das décadas de oitocentos, Braga defende que os primórdios do género têm a sua raiz num período bastante arcaico, em que a tradição “gothica”, na Península, se reelaborava pelo contacto com uma fecunda inspiração árabe e se revitalizava com a chegada da poesia carolíngia e com a vinda de “scandinavos” e “normandos”.

Posteriormente, reformula a sua tese à luz do princípio positivista de datação do nascimento pelo primeiro documento escrito (postulado que, não obstante a adesão do crítico ao “systema”, lhe colocava algumas objecções por estar convencido que o registo das composições é posterior à sua formação) e da distinção que Durán estabelece entre romances primitivos e romances velhos (a qual desde sempre conheceu mas não retirou qualquer consequência e, agora, reconhece, também, na obra de Menéndez Pelayo).

Não nega a possibilidade dos romances primitivos terem tido a origem que primeiramente traçou, mas a inexistência material das composições inviabiliza-lhe, agora, a sua afirmação para além da conjectura. Embora admita que eles tenham evoluído para os romances velhos (esses, sim, fixados editorialmente), não dispõe de qualquer comprovação e, portanto, a questão da génese apenas se lhe afigura pertinente em relação às composições que vê documentadas no século XVI, altura em que surgem os primeiros acervos. Reconhece como segura a anterior existência dos poemas, pelo menos no século XV, mas, condicionado pelo pressuposto positivista, defronta-se com a obrigatoriedade de a relegar, neste âmbito.

Perante esta alteração, é compreensível que a sua anterior periodização não pudesse ser mantida, no entanto, a visão histórica que ela encerra permanece com pequenas adaptações. Nas primeiras formulações, a sua história desenvolve-se em três épocas: a primeira, relativa à medievalidade (a qual não se compagina com a nova tese genética), surge descrita pela influência dos três ciclos poéticos aludidos em *La Chanson des Saxons*, o carolíngio, o arturiano e o greco-romano; a segunda, delimitada entre os séculos XV e XVI, é caracterizada pelas lutas entre dois modelos de inspiração, o italiano e o castelhano, às quais resiste o prestígio da criação em forma romance; a terceira, por último, entre os séculos XVII-XVIII, figura como a época da degenerescência da composição em romance, por tanto ter sido repetida, e do consequente refúgio dos verdadeiros cantos romancísticos entre o povo.

O quadro histórico correlativo à nova teoria, embora deixe de ser periodizado e de contemplar épocas muito distintas no respeitante à Idade Média, não relega o lugar da influência carolíngia, nomeadamente, quanto à sobrevivência de onomásticos das Gestas nos romances e à presença de temas como “Gaifeiros” (**Gaifeiros libera a Melisendra** - 0151) na tradição oral moderna. Continua, também, a considerar a fecundidade do “cyclo arthuriano”

e a caracterizá-lo do mesmo modo, integrador de elementos poéticos carolíngios e clássicos reformulados à luz de uma tradição própria.

A visão sobre os romances nos séculos XVI a XVIII apenas se reformula no que concerne aos efeitos da influência espanhola. Liberto do preconceito wolfiano e definida a transnacionalidade dos romances, reconhece, na corte portuguesa, um redobrado interesse por estas composições, estimulado pela presença dos que acompanharam a vinda da princesa-filha dos Reis Católicos. Assim, a divulgação dos poemas em “pliegos sueltos”, em livros de música como o de Luis Milán, em colecções impressas, teve, segundo reforça, efeitos na imprensa portuguesa, favorecendo a reedição de algumas dessas obras, e na criação e recriação erudita. Fora do palácio, também não considera esta revitalização deletéria.

Vimos como o final de quatrocentos e o século XVI interessaram particularmente o erudito, não apenas na fase última dos seus estudos. Ao longo da sua obra, foi elaborando um elenco de alusões e citações de romances feitas por autores portugueses quinhentistas e posteriores com o qual apresentou um embrião dos *Romances Velhos em Portugal*, como se pode conferir pelo Anexo A. Mas não se limitou a esses registos: entre outros aspectos, embora nem sempre com acerto, foi fazendo incursões na questão das edições das primeiras colecções; procurou determinar as fontes dessas compilações (as quais reconhecia nos folhetos de cordel, em manuscritos, segundo lia no prólogo de Nájera, e na própria tradição oral), e apresentou uma análise do *Cancionero* de Castillo oferecendo a indicação dos romances velhos que alguns dos poetas, aí coligidos, glosaram.

*A nacionalidade e a originalidade
dos romances*

Inicialmente wolfiano, evoluiu Braga construindo uma tese transnacional e transpeninsular dos poemas na qual reservou, sempre, a dimensão nacional das versões. Como já se observou no confronto que estabelecemos entre o crítico e Garrett, foi a crescente exumação da tradição oral moderna, apoiada pela fecunda descoberta da presença de versos romancísticos em obras de autores quinhentistas, que desencadeou a viragem da sua concepção. Contudo, não deixámos de reconhecer que a sua perspectiva étnica e “anthropológica” contribuiu para as primeiras fissuras do seu entendimento inspirado pelo estudioso alemão. O facto de, em 1868, estar convencido da raiz étnica comum dos povos peninsulares e de postular o princípio da poesia “popular” ser expressão de uma raça, leva-o a duvidar do seu primeiro juízo.

Passa, então, a defender a tese da elaboração simultânea dos poemas, fruto do “genio” comum peninsular, “mosárabe”, na qual admite o desenvolvimento de tradições diferentes. Isto é, não considera os romances composições nacionais, pelo contrário, defende o carácter étnico da sua originalidade; atribui, sim, a nacionalidade às versões de cada tradição na medida em que elas exprimem não menor genuinidade mas especificidades próprias (adaptação ou criação de onomásticos, toponímias ou costumes, por exemplo).

À medida que foi aprofundando a sua perspectiva étnica e “anthropológica” e descobrindo uma unidade rácica mais ampla, a qual o levou à criação do “pan-latinismo” e da tese da “occidentalidade”, a originalidade dos romances deixou de ser estritamente peninsular, reconhecendo os seus temas e a sua forma poética na poesia dos povos europeus meridionais.

Neste sentido, compreendeu-se que não tivesse podido aceitar o princípio dos núcleos genéticos ou de irradiação, defendido por Menéndez Pelayo e D. Carolina, e reiterasse o seu de “fundo commum” poético e étnico actualizado pelas várias tradições.

Assim, apesar do reduzido interesse actual de algumas das suas elucubrações étnicas e “anthropologicas” (as quais, ao longo da sua obra, se vão tornando cada vez mais complexas e discutíveis), concluímos ter sido, em parte, devido a esta perspectiva que Braga teve, dos romances, uma visão mais ampla e bastante mais avançada, no seu tempo; considerou-os não apenas como expressão nacional (visão que Ramón Menéndez Pidal havia de desenvolver, como é sabido), não apenas como cantos peninsulares, mas europeus, abrindo-os aos estudos baladísticos (cujo desenvolvimento actual foi referido).

Os limites da tradição romancística portuguesa

Se houve aspectos em que a persistência de uma concepção foi detectada na obra de Braga (o seu conceito de autoria individual dos romances, por exemplo), um deles foi o conjunto dos pressupostos da definição da tradição portuguesa. Embora a sua expressão geográfica vá sendo ampliada pelas investigações que via serem desenvolvidas e publicadas (às quais está permanentemente atento, veja-se o acompanhamento que faz da preparação do *Romanceiro* madeirense), a sua ideia está formada em 1877, no *Parnaso Portuguez*, com a inclusão da sub-tradição galega e brasileira.

Isto é. Se a primeira sistematização, de 1872 (estabelecida sobre as versões garrettianas, as suas, as de Veiga e poucas mais), confinando-se a fronteiras políticas, supõe uma ideia de coincidência entre tradição nacional e

tradição portuguesa, cinco anos depois, a ideia desta última evidencia um significado não político mas histórico, étnico e supra-linguístico, o qual é confirmado pela introdução de versões dos “Judeus do Levante” na última colecção de 1906-1909.

A Galiza, por razões étnicas, o Brasil, a Índia e a diáspora, por efeitos da história, fazem parte, na concepção de Braga, da tradição portuguesa e nem o facto de algumas das suas versões serem recitadas ou cantadas em castelhano tem qualquer consequência na sua concepção.

A comprovação da existência destas sub-áreas romancísticas é feita, predominantemente, pela tradição oral moderna (na qual verifica, também, os factos que explicam, por exemplo, a vitalidade das versões brasileiras: as seculares migrações açorianas e minhotas) mas, no caso concreto da Índia, documenta-a pelas citações de Diogo do Couto, nas suas *Décadas*, e pelas de Camões nos *Disparates seus na Índia*.

Estabelecidos os limites e encontrada a sua unidade, permanentemente a confronto, quer na sua totalidade, quer em parte, com outras tradições e sub-tradições não apenas peninsulares (relembremos o caso dos acervos insulares, nos quais admite influências flamengas, por exemplo), o que revela a sua concepção dinâmica das regionalidades romancísticas. Se reconhece e consigna uma tradição portuguesa (constituída por sub-áreas), ao ter tentado construir duas regiões na Península (“Gallecio-Astura-Portuguesa” e “Extremenha-Betico-Algarvia”), manifesta a visão de uma tradição poder transformar-se numa sub-tradição, desde que seja alterado o horizonte de referência. E a mesma concepção manifesta no quadro do “pan-latinismo”, assim como da “occidentalidade”: nesta nova unidade, a tradição peninsular passa a assumir o estatuto de sub-tradição.

A classificação dos romances.

Em termos de categorização, entre o primeiro quadro de 1867 e o último de 1906-1909, observámos um percurso que se inicia influenciado pelos preceitos românticos da “naturalidade” da poesia “popular” (os quais colocam algumas objecções ao próprio acto de classificar, uma vez que as classes pertencem, na terminologia romântica, ao mundo da “erudição” e da “artificialidade”). Braga resolveu esta dificuldade recorrendo quer a divisões e designações descobertas em colecções antigas, quer à criação de classes com conteúdos diversos (temático, formal, genético, entre outros) organizadas segundo o critério da antiguidade.

Em meados dos anos setenta, propõe um novo modelo de classificação assente nos “assumptos” dos romances, após o qual se observou uma evolução paralela aos seus estudos sobre a história do género. Uma visão cada vez mais “anthropologica” que reformula, mas não recusa, a perspectiva dominante anterior.

N’*O Povo Portuguez*, apresenta o seu primeiro plano “anthropologico” organizado em “cyclos” designados por referência a “situações” protagonizadas por personagens femininas emblemáticas de tradições não peninsulares, como Helena. Assim, entre outros, encontrámos o da “esposa infiel” e o da “mulher perseguida”, presentes, também, na classificação do *Romanceiro Geral Portuguez*, e cuja proximidade com as classes do *Catalogo* de Samuel Armistead, “M. Romances de mulheres adúlteras” e “L. Romances da esposa infeliz”, respectivamente, assinalámos.

No início dos anos noventa, n’*As Modernas Ideias*, prossegue Braga o desenvolvimento de um quadro de raiz semelhante, reelaborado através da recuperação de categorias e critérios anteriores. Se da classe dos romances

representativos de uma época arcaica, “proto-histórica”, ressalta a perspectiva do quadro de 1885, a substituição da referência às figuras de mulher pela de Carlos Magno e Artur, por exemplo, significa a reposição da perspectiva da sua primeira fase.

Com esta obra de 1892, concluímos formada a classificação de 1906-1909, nomeadamente, com o estabelecimento da categoria do “cyclo odysaico”, a qual, nesta altura, é entendida por referência ao mundo mediterrânico e, nas últimas *Historia da Poesia*, bem como no *Romanceiro Geral Portuguez*, passa a ter como horizonte o atlântico (de acordo com a sua nova concepção “anthropologica” ligue dos poemas homéricos). As outras classes têm matrizes anteriores (inclusivamente, a dos “Romances com fôrma litteraria” cujos antecedentes vimos na sua *Floresta de Varios Romances*), o que nos fez reconhecer o perfil sistematizador, mais do que inovador, do seu último quadro.

A questão do metro romancístico

Como dizíamos, ao confrontarmos a crítica de Braga com a dos seus antecessores, a sua convicção, no que concerne ao metro dos romances, partiu do entendimento partilhado por todos sobre o octossílabo como o verso característico do género, embora, logo em 1865, contemple a existência excepcional de algumas composições hendecassilábicas.

Definia a “medida” métrica mais comum pela sua conformidade às línguas peninsulares, a qual verificava em romances que correspondiam a poetizações de fragmentos de crónicas, retirando desta constatação os argumentos contra a tese da origem árabe do octossílabo, exposta pelo crítico espanhol Antonio José Conde. Reconhecia a maior antiguidade do

hendecassílabo, mas a natureza erudita deste metro e a sua inadequação ao canto, assim pensava, impediu-o de ter fortuna entre o povo (raciocínio no qual se descobrem facilmente preceitos românticos). Defende, assim, nos primórdios da sua obra, a precedência do verso longo e a sua posterior transformação octossilábica.

Todavia, observámos a reformulação da tese inicial, em meados da década de setenta, com a afirmação da prioridade do verso curto e da sua prevalência na tradição oral moderna. De acordo com a nova visão, o metro mais arcaico teria sido o de “redondilha menor” (“quinario”), mantendo, como anteriormente, a ideia da sua transformação quatrocentista em “redondilha maior” (“octonario”).

Concluímos, na altura em que discutimos a sua evolução, e reiterámo-lo agora, que a alteração de perspectiva consiste, fundamentalmente, na afirmação do verso curto, uma vez que o hendecassílabo continua a ser definido por si como um verso erudito e corresponde a dois “quinarios”. Assim, na sua nova perspectiva, os romances primitivos teriam tido a forma métrica curta mais breve e os velhos, perdidos do canto, teriam ganho o metro curto mais longo.

Quer na sua primeira ideia, quer na última, a reelaboração métrica dos séculos XV-XVI é atribuída não só à repoetização “popular” como à erudita, na medida em que terá sido utilizada pelos poetas como reacção à influência italiana.

Em suma. Para além destes aspectos que seleccionamos para sistematizar os estudos críticos de Braga sobre os romances, ressalta o espírito das palavras de Teixeira Bastos sobre os trabalhos do polígrafo açoriano. Afigura-se-nos uma obra que foi sendo desenvolvida ininterruptamente em

ensaios permanentes, em reformulações à luz de novas leituras, novas investigações da tradição oral moderna e na qual se observa a evolução de um pensamento que, se em certos aspectos, se mantém tributário de princípios românticos, manifesta-se, desde o início, resultado de uma visão positivista que ela própria ajudou a introduzir nos estudos literários, em Portugal.

Não surpreende, portanto, que, ao lado de elucubrações teóricas cujo interesse, hoje, se limita à própria história das ideias sobre os romances, ressaltem intuições notáveis que a crítica mais recente foi destacando e às quais acrescentámos tantas outras, no plano da versificação, da classificação, do conceito de regionalidade romancística, da convicção da utilidade de um inventário das versões tradicionais para a exumação da tradição moderna, da sua concepção de romance no quadro da balada europeia e das relações do género com o conto e o teatro.

ANEXOS

Anexo A

Alusões a romances feitas autores portugueses dos séculos XVI-XVII detectadas por Teófilo Braga

Siglas usadas:

- (1865) - “Discussão das Fórmulas da Poesia Popular Portuguesa, *Jornal do Commercio*.
- (1867) - *Historia da Poesia Popular Portuguesa*.
- (1867a) - *Romanceiro Geral Colligido da Tradição*.
- (1868)/(1879) - *Villa Nova de Gaia. Romance por João Vaz de Evora*.
- (1869)/(1982) - *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*.
- (1869a) - *Floresta de Varios Romances*.
- I (1870) - *Historia do Theatro Portuguez. Vida de Gil Vicente e sua Eschola. Seculo XVI*.
- II (1870) - *Historia do Theatro Portuguez. A Comedia Classica e as Tragicomedias. Seculos XVI e XVII*.
- (1870a) - *Hist. da Litteratura Portuguesa. Introducção*.
- (1871) - *Epopêas da Raça Mosárabe*.
- (1871a) - “Sobre a Litteratura Portuguesa” in Dr. Frei Domingos Vieira, *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*.
- (1871b) - *Historia dos Quinhentistas. Vida de Sá de Miranda e sua Eschola*.

- (1871c) - *Historia da Poesia Portuguesa, (Eschola Hespanhola) Seculo XV. Poetas Palacianos.*
- (1872) - *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa.*
- (1872a) - *Historia da Poesia Portuguesa, (Eschola Hispano-Italica), Seculo XVI. Bernardim Ribeiro e os Bucolistas.*
- (1875) - *Manual de Historia da Litteratura Portuguesa.*
- (1876) - *Curso de Litteratura Portuguesa. Antologia Portuguesa.*
- (1881) - *Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa.*
- (1883) - *Cantos Populares do Brazil*
- (1885) - *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa.*
- (1885a)>(1994) - *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições, II (pp. da 2ª. edição).*
- (1891) - “Camões e a Poesia Popular Portuguesa”in *Camões e o Sentimento Nacional.*
- (1893) - “O Mytho Chaldeo-Babylonico dos Amores de Istar na Tradição Occidental (Estudo sobre o Cyclo Romanesco de Juliana e Jorge)”, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes, II.*
- (1896) - *Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa.*
- (1898) - *Historia da Litteratura Portuguesa. Eschola de Gil Vicente e Desenvolvimento do Theatro Nacional.*
- (1902) - *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Origens.*
- (1902a)/(1982) - “A Bella mal maridada”, *A Tradição, IV.*
- (1905)/(1987) - *Historia da Poesia Popular Portuguesa. Ciclos Épicos.*
- (1914) - *Historia da Litteratura Portuguesa, II, Renascença.*

Autor: Anrique Lopes

in Braga (1870a) 284; (1898) 239; (1905)/(1987) 380.

Autor: Antonio Prestes

in Braga (1870a) 283, 284; (1871) 328, 329; (1875) 215; (1881) 215; (1885) 216; (1898) 106, 269, 270, 274, 282, 283, 284; (1902a)/(1982) 146; (1905)/(1987) 240, 347, 366, 367, 380, 381; (1914) 266, 283.

Autor: António Ribeiro Chiado

in Braga (1875) 215; (1905)/(1987) 384; (1914) 283, 311.

Autor: Baltazar Dias

in Braga (1867) 192, 202-210; (1867a.) 197; (1869a) 62-104, 104-149; I (1870) 290, 291; II (1870) 209; (1871) 330; (1898) 134, 144.

Autor: Bernardim Ribeiro

in Braga (1868)/(1879) V-VI; (1869a.) xxxvj; (1871) 298, 327, 328; (1872a) 128; (1897) 90; (1905)/(1987) 385.

Autor: Camões

in Braga (1869)/(1982) 446; (1869a.) xxxj, xxxij, xxxiv; (1870a) 285; (1871) 291, 329, 330; (1872a) 166; (1875) 216; (1885) 217; (1891) 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224; (1902) 466; (1898) 207; (1905)/(1987) 234, 349, 383, 387, 388, 411; (1914) 200, 284.

Autor: Diogo Bernardes

in Braga (1871) 298, 306; (1871b) 246-247; (1905)/(1987) 385.

Autor: Diogo do Couto

in Braga (1871) 330; (1875) 217; (1881) 57; (1883) XV, XVI; (1885) 217, 218; (1885)>(1994) 293; (1891) 225, 226, 227, 228; (1905)/(1987) 413-414, 415; (1914) 280, 281.

Autor: Francisco da Silveira

in Braga (1871a.) CCXXI; (1872) 32; (1881) 44; (1885) 175.

Autor: Francisco de Portugal

in Braga (1883) 166; (1905)/(1987) 384-385.

Autor: Francisco Lopes

in Braga (1869a.) 160-162.

Autor: Francisco Manuel de Melo

in Braga (1867) 28; (1867a) 180; (1869a) xxxvij, xxxviii, xxxix, xlij, xliij; II (1870) 269; (1871) 317, 332; (1876) 289; (1885)>(1994) 293; (1898) 432; (1902a)/(1982) 146; (1905)/(1987) 240, 327, 451, 452, 453, 454, 458.

Autor: Frei António de Portalegre

in Braga (1871) 329; (1871b) 22; (1898) 314; (1905)/(1987) 397.

Autor: Frei Bernardo da Cruz

in Braga (1867) 140-141, nota 1; (1869a.) xxxvj; (1871) 304-305, 330; (1905)/(1987) 389.

Autor: Frei Luís de Sousa

in Braga (1871) 327; (1905)/(1987) 385.

Autor: Garcia de Resende

in Braga (1868)/(1879) V; (1869a) xj-xij, 4; I (1870) 282; II (1870) 323; (1871) 282, 291, 327; (1871a) CCXXI; (1872) 31, 32; (1871b) 22; (1871c) 321-322; (1881) 43-44; (1885) 175; (1896) 98; (1902a)/(1982) 145; (1905)/(1987) 239, 389.

Autor: Gil Vicente

in Braga (1865) N.º 3616; (1867) 23, 24, 26, 62-63, 138 e 139; (1867 a.) 184, 188, 199, 200, 201; (1869a.) xij, xvij-xix, xxxvj, xliij, 11, 13, 14, 21, 212; (1870a) 284; (1871) 289, 290, 295, 296, 327, 328; (1871a.) CCXXI; (1872) 32; (1875) 213; (1881) 43, 44; (1885) 203, 215; (1893) 5; (1896) 98; (1902a)/(1982) 145; (1905)/(1987) 240, 248, nota, 262, nota, 238, 339, 321, 340, 355, 334, 356, 357, 361, 358, 379, 413, 445; (1914) 199, 200, 281, 282, 288.

Autor: Gil Vicente de Almeida

in Braga (1898) 229, 230; (1905)/(1987) 380.

Autor: Gregorio Afonso

in Braga (1872a) 228; (1898) 239, nota.

Autor: Jeronymo Ribeiro Soares

in Braga I (1870) 237; (1870a.) 284; (1871) 329; (1875) 215; (1885) 216; (1898) 242; (1905)/(1987) 368.

Autor: Jorge da Silveira

in Braga (1871c) 321, 322; (1902a)/(1982) 145; (1905)/(1987) 239.

Autor: Jorge de Montemor

in Braga (1902a)/(1982) 145-146; (1905)/(1987) 240.

Autor: Jorge Ferreira de Vasconcelos

in Braga (1867) 26-27; (1867a.) 165; (1869a.) xlv; (1870a) 282, 283; (1871) 290, 297, 328, 329; (1875) 214; (1881) 52; (1885) 216; (1898) 144, nota; (1905)/(1987) 244, 326, 346, 382, 383, 384, 422, (1914) 266, 268, 282, 283.

Autor: Jorge Pinto

in Braga I (1870) 270; (1870a) 284; (1871) 327; (1875) 215; (1885) 216; (1898) 233; (1905)/(1987) 380; (1914) 283, 284.

Autor: Manuel Pereira de Ocem

in Braga (1905)/(1987) 386, 387, 388, 389, (1914) 285.

Autor: Miguel Leitão de Andrada

in Braga (1871) 330.

Autor: Nuno Pereira

in Braga (1869a) xxxvij; (1870a) 277; (1871) 289, 327; (1871a) CCXXI; (1872) 32; (1871c) 321 e 322; (1881) 44; (1885) 175; (1902a)/(1982) 145; (1905)/(1987) 238.

Autor: Pedro Homem

in Braga (1871a) CCXXI; (1872) 31; (1871c) 100; (1881) 43; (1896) 98; (1885) 175; (1905)/(1987) 237-238.

Autor: Pero Andrade de Caminha

in Braga (1905)/(1987) 346; (1914) 285.

Autor: Sá de Miranda

in Braga (1869a) xlij, 212; (1871) 289; (1871a) CCXXI; (1872) 31; (1871b) 22, 246; (1875) 215; (1881) 44; (1902a)/(1982) 145; (1905)/(1987) 240.

Autor: Serrão de Castro
in Braga (1905)/(1987) 453.

Autor: Simão Machado
in Braga (1870a) 282; (1871b) 22.

Autor: Soropita
in Braga (1871) 330.

Autor não identificado:
in Braga I (1870) 307; (1871) 302; (1898) 164, 171; (1905)/(1987) 397.

Outras referências:

1) Memórias dos Ditos e Sentenças de Reis, ms. - N° 1127 da Torre do Tombo
in Braga (1905)/(1987) 370.

2) Index Expurgatório de 1564
in Braga (1867) 207; (1869a.) xliv; (1871) 307, 330; (1875) 216; (1885) 217;
(1905)/(1987) 402, 403.

3) Index Expurgatório de 1624
in Braga (1867) 206, 207; (1867a.) 201; (1869a.) xxvj; (1871) 330, 332.

Anexo B

Subsídios para a definição das fontes dos estudos teóricos de Teófilo Braga sobre o Romanceiro¹

ACOSTA, José de, *Historia Natural y Moral de las Indias: en que se tratan las cosas notables del cielo y elementos, metales, plantas y animales dellas y los ritos y ceremonias, leyes y gouierno y guerras de los Indios / compuesta por el Padre Ioseph de Acosta... de la Compañia de Iesus...*, Madrid, En casa de Alonso Martin, 1608.

AMPÈRE, Jean-Jacques, *Histoire de la Littérature Française au Moyen Âge, Comparée aux Littératures Étrangères*, Paris, Just Tessier, 1841.

AMPÈRE, Jean-Jacques, *La Grèce, Rome et Dante, Études Littéraire d'après Nature*, Paris, Didier, 1848. Existem mais duas edições da Didier, uma de 1859 e outra de 1865 e uma de Paris, Lecoffre Fils, 1873.

BEAUREPAIRE, E., *Étude sur la Poésie Populaire en Normandie et Specialement dans l'Avranchin*, Avranches, 1856.

BOPP, M. Franz, *Grammaire Comparrée des Langues Indo-Européennes Comprenant... traduit sur la deuxième édition et précédée d'une introduction par M. Michel Bréal*, Paris, Impériale, 1867.

¹ Não se incluem, neste elenco, os numerosos opúsculos e periódicos citados por Braga, no âmbito dos seus estudos comparativistas. Alguns dos títulos aqui mencionados não correspondem a ensaios exclusivamente teóricos, contudo, os seus efeitos ao nível das teorizações de Braga foram sendo referidos ao longo deste trabalho.

BOUTERWEK, *Histoire de la Littérature Espagnole*, 2 vols., Paris, Chez Renard, 1812.

CHASSAN, Joseph-Pierre, *Essai sur la Symbolique du Droit, Précédé d'une Introduction sur la Poésie du Droit Primitif*, Paris, Videcoq Fils Aîné, 1847.

CHASSANG, Alexis, *Histoires du Roman et de ses Rapports avec l'Histoire dans l'Antiquité Grecque et Latine*, 2^a. ed., Paris, Imp. de Bourdier et C., s.d.

COMPARETTI, Domenico, *Virgilio nel Medio Evo*, Livorno, F. Vigo, 1872.
Reeditado por Giorgio Pasquali, 2 vols., Firenze, "La Nuova Italia", [1943-1946].

CONDE, Antonio José, *Historia de la Dominación de los Árabes en España: Sacada de Varios Manuscritos y Memorias arábicas / por D. José Antonio Conde*, Barcelona, Imp. De D. Juan Oliveres, 1844. Reedição em Valencia, Librerías "París-Valencia", [1997] a partir da edição de Madrid, Marín y Compañía, 1874.

COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de, *Tesoro de la Lengua Castellana, o Española*, Madrid, Luis Sanchez, 1611. Edições várias, ao longo do século XX, sendo a mais recente de Barcelona, Alta Fulla, 1998.

CREVAUX, Jules, *Voyages dans l'Amerique du Sud*, Paris, Hachette, 1883.

DEPPING, Georges-Bernard, *Vélaud le Forgeron. Dissertation sur une Tradition du Moyen Age*, Paris, Tip. de Firmin Didot Frères, 1833.

DEPPING, Georges-Bernard, *Histoire des Expéditions Maritimes des Normands et de leurs Établissement en France au Xième siecle*, Paris, Didier, 1844. Reeditado em dois volumes, Brionne, Le Portulan, [1971].

D'HERICAULT, Charles, *Essai sur l'Origine de l'Épopée Française et sur son Histoire au Moyen Age*, Paris, Imp. de Paul Dupont, 1860.

Dicionario da Academia das Ciências, Lisboa, 1793.

DOZY, Reinhart Pieter Anne, *Recherches sur l'Histoire Politique et Littéraire de l'Espagne Pendant le Moyen Âge*, Leyde, Brill, 1849. *Apud* TICKNOR, George, *Historia de la Litteratura Española*, 4 vols., Madrid, [s.n.] 1851-1856.

DU MÉRIL, Edelestand, *Histoire de la Poésie Scandinave: Prolégomènes*, Paris, Brockhaus et Avenarius ed., 1839.

DU MÉRIL, Edelestand, *Poésies Populaires Latines Anterieurs au Douzième Siècles*, Paris, Brockhaus et Avenarius ed., 1843.

DU MÉRIL, Edelestand, *Poesies Populaires Latines du Moyen Âge*, Evreux, Imprimerie de Louis Tavernier et Cie., 1847. Reedition en fac-simile Genève, Slatkine, [Paris], [diffusion Champion], 1977.

DU MÉRIL, Edlestand, *Floire et Blanceflor, Poèmes du XIIIe Siècle*, Paris, 1856.

DU PUYMAIGRE, Théodore-Joseph Boudet, Comte, *Chants Populaires Recueillis dans le Pays Messin*, Metz, Tip. Rousseau-Pallez, 1865.

- DU PUYMAIGRE, Théodore-Joseph Boudet, Comte, *Les Vieux Auteurs Castellans*, 2 vols., Metz, Rousseau-Pallez, 1861-1862.
- DU PUYMAIGRE, Théodore-Joseph Boudet, Comte, *Romanceiro. Choix de Vieux Chants Portugais*, Paris, Ernest Leroux, Éditeur, 1881.
- ENGELMANN, W. H., *Glossaire des Mots Espagnols et Portugais dérivés del Arabe*, Leyde, Brill, 1861.
- FAURIEL, Claude-Charles, *Histoire de la Poésie Provençal: Cours Fait à la Faculté des Lettres de Paris*, 3 vols., Paris, Jules Labitte, 1846. Reedição em Genève, Slatkine Reprints, 1969.
- FAURIEL, C., *Chants Populaires de la Grèce Moderne*, 2 vols., Paris, Imp. F. Didot, 1824.
- FLEURY, Jules, *Chansons Populaires des Provinces de France*, Paris, Bourdilliat, 1860.
- GAUTIER, Léon, *Les Epopées Françaises: Étude sur les Origines et l'Histoire de la Littérature Nationale*, 3 vols., Paris, Victor Palmé, ed., 1865-1868.
- GAYANGOS, D. Pascual de e VEDIA, D. Henrique, "Commentarios" in TICKNOR, George, *Historia de la Litteratura Española*, 4 vols., Madrid, [s.n.] 1851-1856.
- GRIMM, Jacob, *Les Veillées Allemands, Chroniques, Contes, Traditions et Croyences Populaires, nouvelle traduction précédé d'une introduction par L'Heritier*, 2 vols., Paris, Imp. de Madame Huzard, 1838.

GRIMM, Jacob, *Teutonic Mythology translated by James Steven Stallybrass*, 2 vols., London, Buther & Tanner, Frome, 1883.

HERCULANO, Alexandre, *Historia de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Em Casa da Viúva Bertrand e Filhos, 1846-1853. Várias edições posteriores.

HUBER, Victor Aimé, *Chronica del famoso cavallero Cid Ruydiez Campeador, Nueva Edición con una Introducción Historico-litteraria por... Huber*, Marburg, 1844.

JEANROY, Alfred, *Les Origines de la Poésie Lyrique en France au Moyen Âge: Etudes de Littérature Française et Comparée suivies de textes Inédits*, Paris, Hachette, 1889, 2^a ed., Paris, Honoré Champion, 1904, Paris, Lib. Ancienne Honoré Champion, 1925.

JUBAINVILLE, Henri d'Arbois, *Introduction a l'Étude de la Litterature Celtique*, Paris, Ernest Thorin, 1883.

KAYSERLING, Meyer, *Bibliotheca Española-Portuguesa-Judaica: Diccioneire Bibliographique*, Strasbourg, Charles J. Trubner, 1890.

La Chanson des Saxons par Jean Bodel, publicada por Francisque Michel, Paris, 1839.

LANG, Andrew, *Costum and Myth*, Londres, Longman & Green, 1884.

LA VILLEMARQUÉ, Théodore-Claude-Henri Hersart, (Vicomte de), *Les Romans de la Table-Ronde et les Contes des Anciens Bretons*, Paris, Imp. Simon Raçon et Comp., 1861.

LA VILLEMARQUÉ, Théodore-Claude-Henri Hersart, (Vicomte de), *La Légende Celtique et la Poésie des Cloîtres*, Paris, Imp. chez Bonaventure, 1864.

LE CLERC, Victor, RENAN, Ernest, *Histoire Littéraire de la France au Quatorzième Siècle. Discours sur l'État des Lettres en France au Quatorzième Siècle*, 2^a. ed., Paris, Michel Lévy, 1865.

LENORMANT, François, *Les Sciences Occultes en Asie. La Magie chez les Chaldéens et les Origines Accadiennes*, Paris, Maisonneuve, 1874.

LENORMANT, François, *Histoire des Peuples Orientaux et de l'Inde*, Paris, A. Lévy Libraire, 1876.

LENORMANT, François, *Les Origines de l'Histoire d'Après la Bible et les Traditions des peuples Orientaux*, 4 vols., Paris, Maisonneuve, 1880-1884.

LOPEZ DE MENDONZA, Inigo, *Obras de Don Inigo Lopez de Mendonza, Marquez de Santillana compiladas... notas e comentarios por José Amador de los Rios*, Madrid, José Rodriguez, 1852. E Collection de Sanchez, I

LUCAS, Hippolyte, *Documents Relatifs a l'Histoire du Cid*, Lagny, Tip. de A. Varigault et Cie., 1860.

MARCELLUS, Comte de, *Chants Populaires de la Grèce Moderne*, Paris, Typ. Simon Raçon et Comp., 1860.

MARCROY, Paul, *Scenes et Paysages dans les Andes*, 2 vols., Paris, L. Hachette, 1861.

MARMIER, *Chants Populaires du Nord*, Paris, A. T., 1842.

MAURY, Alfred, *Essai sur les Légendes Pieuses du Moyen-Âge*, Paris, Ladrangé, 1843.

MAURY, Alfred, *Les Fées du Moyen-Âge, Recherches sur leur Origine, leur Histoire et leurs Attributs, pour servir à la Connaissance de la Mythologie Gauloise*, Paris, Ladrangé, 1843.

MAURY, Alfred, *Croyance et Légendes du Moyen Âge, Nouvelle Édition des Fées du Moyen-Âge et Essai sur les Légendes Pieuses...*, Paris, H. Champion, 1896. Reed. en fac-simile, Genève, Slatkine, 1974.

MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, X, Madrid, Perlado, Páez y Cia., 1900.

MENÉNDEZ PIDAL, Juan, “Estudio de los Romances Castellanos”, in *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos en la Danza Prima, Esfoyazas y Filandones*, Madrid, Imprenta y Fundación de los Hijos de J. A. García, 1885. Reedición facsimilada de Seminario Menéndez Pidal, Editorial Gredos y GH Editores, Madrid-Gijón, 1896, pp. [1]-78.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *La Leyenda de los Infantes de Lara*, Madrid, Imprenta de los Hijos de José M. Ducazcal, 1896.

MICHELET, Jules, *Introduction à l'Histoire Universelle*, Paris, L. Hachette, 1831. Várias edições posteriores até *Œuvres Complètes*, II, Paris, Flammarion, 1972.

MICHELET, Jules, *Origines du Droit Français Cherchée dans les Symboles et Formules du Droit Universel*, Paris, L. Hachette, 1837. Várias edições posteriores até *Œuvres Complètes*, III, Paris, Flammarion, 1973.

MILÁ Y FONTANALS, Manuel, *Romancerillo Catalán, Canciones Tradicionales, refundido e aumentado por D. Manuel Milá y Fontanals*, 2ª ed., Barcelona, Imp. La Renaixensa, 1882.

MOLINA, Gonzalo Argote de, [Advertência e notas], in MANUEL Infante de Castilla, Juan, *El Conde de Lucanor compuesto por el... Principe don Iuan Manuel...*, Madrid, por Diego Diaz de la Carrera, 1642.

MÜLLER, Max, *Essai sur la Mythologie Comparée les Traditions et les Costumes... traduit de l'anglais avec l'autorisation de l'auteur par Georges Perrot*, Orleans, Imp. G. Jacob, 1874.

MUÑOZ Y ROMERO, Tomás, *Discursos Leídos ante la Real Academia de la Historia, en la Recepción Pública de... el Día 4 de Febrero de 1860: [Sobre el origen de la poblacion de los reinos cristianos de la Peninsula, el estado de las tierras, la condicion social de las classes inferiores, la nobleza y las instituciones generales y locales]*, Madrid, s.n., 1860 (Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra).

NIGRA, Constantino (Cte), *Canti Popolari del Piemonte*, Torino, Stabilimento Tipografico Vincenzo Bona, 1888.

Obras Completas del Dr. D. Manuel Milá y Fontanals. Colecionadas por el Dr. D. Marcelino Menéndez Pelayo, Barcelona, Libr. De Álvaro Vudaguer, 1888-1890.

PARIS, Gaston, *Manuel d'Ancien Français: La Littérature Française au Moyen-Âge (XIe-XIVe Siècle)*, Paris, Hachette, 1888. 2e édition, revue, corrigée, augmentée et accompagnée d'un tableau chronologique, Paris, Hachette, 1890.

PARIS, Gaston, *Histoire Poétique de Charlemagne*, Paris, Libr. Émile Bouillon, 1905.

PARIS, M. Paulin, *Histoire Littéraire de la France*, XX[-XXVIII], Paris, Impr. Nationale, 1841-1885.

PARIS, M. Paulin, *La Table Ronde. Les Romans mis en Nouveau Langages et Accompagnés de... Compositions*, 3 vols., Paris, Tip. de Ad. Lainé et J. Havard, 1868-1872.

PARIS, M. Paulin, *Études sur les Romans de la Table Ronde*, 2 vols., Paris, Nogent-le-Rotrou, Imp. de Daupeley-Gouverneur, 1881-1883.

PICTET, Adolphe, *Les Origines Indo-Européennes, ou les Aryas Primitifs, Essai de Paléontologie Linguistique*, 2 vols., Paris, J. Cherbuliez, 1859-1863, 3 vols., 2e ed., Paris, Sandoz et Fischbacher, 1877.

PIDAL, Marquez de, "De la Poesia Castellana", in *El Cancionero de Juan Alfonso Baena (siglo XV) / ahora por primera vez dado a luz, con notas e comentarios* [Eugenio de Ochoa, P. J. Pidal], Madrid, Imp. De la Publicidad, a cargo de M. Rivadeneyra, 1851.

PRESCOTT, William H., *History of the Conquest of Peru, With a Preliminary View of a Civilization of the Incas*, 2 vols., Paris, Baudry's European Library, 1847.

QUINET, Edgar, *Œuvres Complètes: les Révolutions d'Italie*, Paris, Pagnerre, 1857.

RECLUS, Elisée, "La Poésie et les Poètes dans l'Amérique hispanique", *Revue des Deux Mondes*, t. XLIX, 15 de Fevereiro de 1864, pp. 902-929.

RENAN, Ernest, *Histoire Générale et Système Comparé des Langues Sémitiques. Première Partie. Histoire Général des Langues Sémitiques*, Paris, Imp. Impériale, 1855. Edições várias até *Œuvres Complètes*, VIII, Paris, Calmann-Lévy, 1958.

RENAN, Ernest, *Histoire du Peuple d'Israël*, 5 vols., Paris, Calmann Lévy, 1887-1894. Edições várias até *Œuvres Complètes*.

RENGIFO, Juan-Diaz Rengifo, *Arte Poetica Española, con una fertilissima silva de consonantes comunes, propios, esdruxulos y reflexos y un divino estimulo del amor de Dios*, Madrid, En la Imprenta de F. Martiniez, 1644.

RIOS, José Amador de los, *Historia Critica de la Litteratura Española*, 7 vols., Madrid, Imp. de José Rodriguez, 1861-1865. Reed. facs., 7 vols., Madrid, Gredos, 1969.

ROMERO, Tomas Muñoz y, RIOS, José Amador de los, *Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia*, Madrid, [Imprenta y estereotipia de M. Rivadeneyra], 1860.

SARMENTO, Francisco Morais, "Les Lusitaniens", in *Congrès International d'Antropologie et d'Archéologie Préhistorique*, Lisbonne, L'Academie Royale des Sciences, 1880, pp. 393-421.

SARMENTO, Francisco Morais, *Lusitanos, Ligures e Celtas*, Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1891-1893.

SARMENTO, Francisco Morais, *Ora Maritima*, Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1880.

SARMENTO, Francisco Morais, *Os Argonautas: Subsídios para a Antiga Historia do Occidente*, Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1887.

SARMIENTO, Martín, *Memorias para la Historia de la Poesia Española, Obras Póstumas*, I, Madrid, 1775.

SCHLEGEL, Friedrich, *Gesschichte der alten und neuen Litterature, Vorlesungen, gehalten zu Wien im Jahre 1812*, Berlin, M. Simion, 1841. *Histoire de la Littérature Ancienne et Moderne*, traduit par William Duckett, 2 vols., Paris, T. Ballimore, 1829.

SEPÚLVEDA, Lorenzo, *Romances Nuevamente Sacados de Historias Antiguas* [...], Anvers, Ivan Steelsio, 1551.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Rimas varias de Luis de Camoens, principe de los poetas heroicos y liricos de España, comentadas. Tomos I e II que contienen la 1ª, 2ª y 3ª centuria de los sonetos*, Lisboa, Por Theotonio Damaso de Mello, 1685. *Tomos III, IV y V, que contienen: el tomo III las canciones, las odes y las sextinas, el tomo IV las elegias y octavas, y el tomo V las primeras ocho eglogas*, Madrid, Na Imp. Craesbeeckiana, 1689.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Lusiadas de Luís de Camoens Príncipe de los Poetas de España. Al rey nuestro señor Felipe Quarto, el grande. Comentadas, etc.*, 2 vols., Madrid, Por Juan Sanchez, 1639.

THIERRY, Augustin, *Histoire de la Conquête de l'Angleterre par les Normands de ses Causes et de Suites Jusqu'a nos Jours en Angleterre, en Écosse, en Irlande et sur le Continent*, Bruxelles, H. Dumont, 1835.

TICKNOR, George, *Historia de la Litteratura Española*, 4 vols., Madrid, [s.n.] 1851-1856. *History of Spanish Literatura*, 3 vols., London, John Murray, 1849-1850.

TOCI, Ettore, *Lusitania. Canti Popolari Portoghesi*, Livorno, Raffaello Giusti, 1888.

TOMMASEO, Niccolò, *Canti Popolari Toscani, Corsi, Illirici, Greci*, 4 vols., Venezia, Tip. di G. Tasso, 1841-1842.

TYLOR, Edward Burnett, *Primitive Culture*, Londres, J. Murray, 1871.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *L'Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes et des Anciens Égyptiens, indiquée principalement par la Philologie Comparée*, Vienne, I. Et R. de Faesy et Frick, 1876.

VILHENA, Julio Marques, *As Raças Historicas da Peninsula Iberica e a sua Influencia no Direito Portuguez*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1873.

VON SCHACK, Adolf Frederic, *Poesia y Arte de los Arabes en España y Sicilia*, Madrid, Imp. Rivadeneyra, 1867.

WRIGHT, Thomas, *The Celt, the Roman and the Saxon: a History of ... Christianity*, 2^a ed., London, Bradbury and Evaris Printers, Whitefriars, 1861.

WOLF, Ferdinand Joseph, *Studien zur Geschichte der spanischen und portugiesischen Nationalliteratur*, Berlin, A. Asher & Co., 1859. *Historia de las Litteraturas Castellana y Portuguesa*, 2 vols., tradução de Miguel de Unamuno, edição anotada por M. Menéndez y Pelayo, Madrid, La España Moderna, [1896].

WOLF, Ferdinand Joseph, *Proben portugiesischer und catalani cher Volksromanzen*, Wien, Aus Der Kaiserlich-Koniglichen Hof-Und Staatsdrucherei, 1856.

WOLF, Ferdinand Joseph, *Histoire de la Littérature Brésilienne Suivi d'un choix de morceaux tirés des meilleurs auteurs brésiliens*, Berlin, A. Asher, 1863. *O Brasil Literário*, S. Paulo, 1955.

BIBLIOGRAFIA

I - Documentos inéditos

1. Espólio de Teófilo Braga. Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada

1.1. Notas, apontamentos e planos manuscritos

1.1.1. Autógrafos de Teófilo Braga

Indículo dos Romances Tradicionaes Portuguezes. Caixa N° 4.

Manuscritos relativos à obra Francisco Maria Supico, *Mocidade de Theophilo*. *Subsidios Bio-Bibliographicos para o Estudo da Obra de Theophilo Braga*, Lisboa, Instituto Theophiliano, 1920. Caixa N° 14.

Nota sobre a recensão Alfred Morel-Fatio, "Braga, *Epopeas da raça mosarabe*", *Romania*, II, 1873, pp. 369-370. Caixa N° 20.

1.1.2. Outros autógrafos

Manuscritos de João Teixeira Soares de Sousa apensos à sua correspondência enviada a Teófilo Braga (elencos de versões remetidas para edição). Núcleo Epistolográfico.

1.2. Epistolografia dirigida a Teófilo Braga

ALVAREZ, António Machado, [carta] - Madrid, 21 de Dezembro de 1884 - 2 fols. - ms. - TB. N° 5441.

ALVAREZ, António Machado, [carta] - Madrid, 13 de Fevereiro de 1889 - 2 fols. - ms. - TB. N° 5447.

ALVARO, Pinto, [carta] - Porto, 27 de Janeiro de 1915 - 1 fol. - ms. - TB. N° 6378.

ARAÚJO, Joaquim de, [bilhete postal] - Génova, 6 de Janeiro de 1897 - ms. - TB. N° 8849.

ARAÚJO, Joaquim de, [bilhete postal] - Génova, 19 de Fevereiro de 1897 - ms. - TB. N° 8838.

ARAÚJO, Joaquim de, [bilhete postal] - Génova, 27 de Abril de 1897 - ms. - TB. N° 8853.

ARAÚJO, Joaquim de, [carta] - s.l., 8 de Julho de 1902 - 2 fols. - ms. - TB. N° 2066.

ARAÚJO, Joaquim de, [carta] - Génova, 26 de Junho de 1907 - 2 fols. - ms. - TB. N° 2065.

ARAÚJO, Joaquim de, [bilhete postal] - Génova, [] de Março de 1909 - ms. - TB. N° 2065.

ARAÚJO, Joaquim de, [carta] - Génova, s.d. - 3 fols. - ms. - TB. N° 1907.

ARAÚJO, Joaquim de, [carta] - s.l. e s.d. - 2 fols. - ms. - TB. N° 6491.

AZEVEDO, Alvaro Rodrigues de, [carta] - Funchal, 19 de Outubro de 1867 - 1 fol. - ms. - TB. N° 703.

BALLESTEROS, José Pérez, [carta] - s.l., 21 de Fevereiro de 1885 - 1 fol. - ms. - TB. N° 1674.

BALLESTEROS, José Pérez, [carta] - La Coruña, 16 de Abril de 1885 - 2 fols. - ms. - TB. N° 1675.

BALLESTEROS, José Perez, [carta] - s.l., 26 de Outubro de 1885 - 1 fol. - ms. - TB. N° 1673.

BOTELHO, Manuel José, [carta] - Angra do Heroísmo, 23 de Janeiro de 1869 - 1 fol. - ms. - TB. N° 698.

BRAGA, Marques, [carta] - Braga, 3 de Maio de 1902 - 2 fols. - ms. - TB. N° 2260.

BRAGA, Marques, [cartão] - Paris, 15 de Setembro de 1908 - ms. - TB. N° 6649.

BRAGA, Marques, [carta] - Paris, 7 de Setembro de 1909 - 2 fols. - ms. - TB. N° 2264.

BRAGA, Marques, [cartão] - Lisboa, s.d. - ms. - TB. N° 6646.

CASTELLANOS, Carlos A., [carta] - Habana, 27 de Março de 1922 - 1 fol. - ms. - TB. N° 1695.

COELHO, Francisco Adolpho, [carta] - [Lisboa], 3 de Junho de 1871 - 2 fols. - ms. - TB. N° 3266.

COELHO, Francisco Adolpho, [carta] - Lisboa, 28 de Junho de 1871 - 3 fols. - ms. - TB. N° 3268.

COELHO, Francisco Adolpho, [carta] - Porto, 1 de Janeiro de 1874 - 2 fols. - ms. - TB. N° 3292.

COELHO, Francisco Adolpho, [carta] - Porto, 20 de Fevereiro de 1874 - 2 fols. - ms. - TB. N° 3296.

COELHO, Francisco Adolpho, [carta] - Porto, 16 de Maio - 4 fols. - ms. - TB. N° 3300.

COELHO, Francisco Adolpho, [carta] - s.l. e s.d. - 2 fols. - ms. - TB. N° 3316.

Correio Elvense [carta] - Elvas, 11 de Maio de 1905 - 2 fols. - ms. - TB. N° 8282.

COSTA, Joaquin, [carta] - Madrid, 10 de Julho de 1881 - 1 fol. - ms. - TB. N° 1705.

CUNHA, António Pereira da, [carta] - Ribeira Seca, 20 de Abril de 1869 - 2 fols. - ms. - TB. N° 803.

FLÔR, VALLE, [carta] - s.l., 24 de Fevereiro de 1915 - 2 fols. -ms. - TB. N° 6381.

FERRAZ, Moniz Barreto, [carta] - [Lisboa], 22 de Maio de 1900 - 1 fol. -ms. - TB. N° 304.

FONTANALS, Milá y, [carta] - Barcelona, 23 de Outubro de 1889 - 2 fols. - ms. - TB. N° 1712.

GUICHOT, Alejandro, [carta] - Sevilla, 10 de Novembro de 1884 - 1 fol. - ms. - TB. N° 1724.

GUICHOT, Alejandro [carta] - Sevilha, 2 de Janeiro de 1889 - 1 fol. - ms. - TB. N° 1719.

HEMBERG, Sigrid [carta] - Porto, 28 de Junho de 1901 - 2 fols. - ms. - TB N° 8257.

Livraria Chardron, [ofício] - Porto, 28 de Novembro de 1905 - 1 fol. - ms. - TB. N° 8168.

Lyceu de Camões, [carta] - Lisboa, s.d. - 2 fols. - ms. - TB. N° 8320.

MARIN, F. Rodriguez [carta] - Sevilla, 19 de Outubro de 1882 - 2 fols. - ms. -
TB N°1774.

MARIN, F. Rodriguez, [carta] - Sevilla, 1 de Novembro de 1882 - 2 fols. - ms -
TB. N° 1773.

MARIN, F. Rodriguez, [carta] - Sevilla, 9 de Novembro de 1882 - 2 fols. - ms -
TB. N° 1775.

MARIN, F. Rodriguez, [carta] - Sevilla, 24 de Julho de 1885 - 2 fols. - ms - TB.
N° 1771.

MARTINEZ, B. Joaquin, [carta] - Madrid, 11 de Agosto de 1868 - 2 fols. - ms.
- TB. N° 1787.

MATTA, José Caeiro, [carta] - Coimbra, 27 de Maio de 1905 - 1 fol. - ms. -
TB. N° 4671.

MENÉNDEZ PIDAL, Juan, [carta] - Madrid, 8 de Abril de 1886 - 2 fols. - ms.
- TB. N° 8897.

MENÉNDEZ PIDAL, Juan, [carta] - Madrid, 6 de Maio de 1885 - 2 fols. - ms.
- TB. N° 1817.

MESQUITA, Carlos, [carta] - Viseu, 26 de Novembro de 1904 - 2 fols. - ms. -
TB. N° 4665.

NUNES, M. Dias, [carta] - Serpa, 16 de Janeiro de 1899 - 1 fols. - ms. - TB. N°
534.

NUNES, M. Dias, [carta] - Serpa, 26 de Fevereiro de 1899 - 2 fols. - ms. - TB. N° 533.

OLIVEIRA, Francisco Athaide d', [carta] - Loulé, 14 de Maio de 1902 - 4 fols. - ms. - TB. N° 5623.

OLIVEIRA, Francisco Athaide d', [carta] - Loulé, 20 de Fevereiro de 1904 - 1 fol. - ms. - TB. N° 5959.

OLIVEIRA, Francisco Athaide d', [carta] - Loulé, 2 de Novembro de 1905 - 2 fols. - ms. - TB. N° 8530.

OLIVEIRA, Francisco Athaide d', [carta] - Loulé, s.d. - 2 fols. - ms. - TB. N° 5727.

PINTO, Alvaro, [bilhete postal] - Porto, 22 de Outubro de 1914 - ms. - TB. N° 1423.

PINTO, Alvaro, [carta] - Porto, 27 de Janeiro de 1915 - 1 fol. - ms. - TB. N° 6378.

PINTO, Mozart, [carta] - Fortaleza, 7 de Agosto de 1915 - 2 fols. - ms. - TB. N° 6385.

PIRES, António Thomaz, [carta] - Elvas, 18 de Novembro de 1885 - 2 fols. - ms. - TB. N° 6544.

PIRES, António Thomaz, [carta] - Elvas, 30 de Novembro de 1885 - 2 fols. - ms. - TB. N° 6525.

PIRES, António Thomaz, [carta] - Elvas, 20 de Dezembro de 1885 - 2 fols. - ms. - TB. N° 6535.

PIRES, António Thomaz, [carta] - Elvas, 20 de Dezembro de 1904 - 2 fols. - ms. - TB. N° 6536.

PIRES, António Thomaz, [carta] - Elvas, 9 de Abril de 1905 - 2 fols. - ms. - TB. N° 6532.

PIRES, António Thomaz, [carta] - Elvas, 6 de Agosto de 1906 - 2 fols. - ms. - TB. N° 6518.

PIRES, António Thomaz, [carta] - Elvas, 14 de Janeiro de 1910 - 2 fols. - ms. - TB. N° 6523.

PIRES, António Thomaz, [cartão] - Lisboa, s.d. - ms. - TB. N° 6646.

PIRES, António Thomaz, [carta incompleta] - s.l. e s.d. - 4 fols. - ms. - TB. N° 6533.

ROMERO, Sylvio, [carta] - s.l., 30 de Outubro de 1882 - 2 fols. - ms. - TB. N° 4006.

ROMERO, Sylvio, [carta] - Rio [de Janeiro], 8 de Janeiro de 1885 - 2 fols. - ms. - TB. N° 4039.

SÁ, Alberto Moura e, [carta] - s.l. e s.d. - 2 fols. - ms. - TB. N° 6483.

SERRA, Rosendo [carta] - Barcelona, 6 de Setembro de 1904 - 2 fls. - ms. - TB N° 5814.

TEIXEIRA, Henrique Nunes, [carta] - Porto, 12 de Novembro de 1873 - 1 fol - ms. - TB. N° 758.

TUBINO, Francisco M., [carta] - Madrid, 24 de Junho de 1877 - 1 fol. - ms. - TB. N° 5782.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de, [bilhete postal] - Porto, 24 de Abril de 1894 - ms. - TB. N° 1426.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de, [cartão] - s.l. e s.d. - ms. - TB N° 8699.

VASCONCELLOS, José Leite, [bilhete postal] - Porto, 4 de Dezembro de 1886 - ms TB N° 1435.

VASCONCELLOS, José Leite, [bilhete postal] - Porto, 10 de Janeiro de 1887 - ms TB N° 1440.

VASCONCELLOS, José Leite, [bilhete postal] - Cadaval, 10 de Abril de 1887 - ms TB N° 1438.

VIDEIRA, José Carrilho, [carta] - s.l., s.d. - 1 fol. - ms. - TB. N° 405.

VITERBO, Sousa, [bilhete postal] - Lisboa, 11 de Dezembro de 1901 - ms. - TB N° 1390.

SOUSA, Joaquim Cardoso de e RODRIGUES, F. Bartolomeu [carta] - Lisboa, 22 de Maio de 1905 - 2 fols. - ms. - Espólio de Teófilo Braga, TB N° 682.

II - Obra impressa de Teófilo Braga

1. Estudos

1865

Poesia do Direito, Porto, Em Casa da Viuva Moré - Editora.

“Poesia Popular”, *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, pp. 306-307.

“Da Litteratura de Cordel”, *Jornal do Commercio*, nº 3513, 6 /Julho.

“Do Cyclo Greco-Romano na Poesia Popular Portugueza”, *Jornal do Commercio*, nº 3553, 23 /Agosto.

“A Lenda da Nau Catherineta”, *Jornal do Commercio*, nº 3561, 1/Setembro.

“Maravilhoso da Poesia Popular Portugueza”, *Jornal do Commercio*, nº 3568, 9 /Setembro, nº 3577, 20 /Setembro, nº 3582, 26 / Setembro.

“Discussão das Fórmias da Poesia Popular Portugueza”, *Jornal do Commercio*, nº 3595, 11 / Outubro, nº 3603, 20 / Outubro, nº 3604, 21 / Outubro, nº 3616, 7 / Novembro, nº 3631, 24 / Novembro, nº 3643, 8 / Dezembro.

1866

“Poesia da Historia nos Cyclos Cavalheirescos”, in *A Ondina do Lago*, Porto, Typographia Commercial, pp. V-XXVII.

1867

Cancioneiro Popular Colligido da Tradição, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Historia da Poesia Popular Portugueza, Porto, Typographia Lusitana.

Romanceiro Geral Colligido da Tradição, Coimbra, Imprensa da Universidade.

1868

Historia do Direito Portuguez. Os Foraes, Coimbra, Imprensa da Universidade.

“Transformações do Romance Popular no Romance com Fôrma Erudita nos Fins do Seculo XVI”, in *Villa Nova de Gaia. Romance por João Vaz de Evora*, Coimbra, Imprensa Litteraria, pp. III-VIII. Exite uma outra edição de Coimbra, Livraria Portugueza e Estrangeira do Editor Manuel de Almeida Cabral, 1879, pp. III-VIII.

Floresta de Varios Romances, Porto, Typ. Da Livraria Nacional.

1869

Cantos Populares do Archipelago Açoreano, Porto, Typ. da Livraria Nacional.

Historia da Poesia Moderna em Portugal. Carta a J. M. Nogueira Lima sobre a GRINALDA, Porto, Typographia da Livraria Nacional.

1870

Estudos da Edade Media. Philosophia da Litteratura, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardon.

Historia da Litteratura Portugueza. Introducção, Porto, Imprensa Portugueza - Editora.

Historia do Theatro Portuguez - Vida de Gil Vicente e sua Eschola, Porto, Imprensa Portugueza - Editora.

1871

Historia da Poesia Portugueza (Eschola Hespanhola) Seculo XV. Poetas Palacianos, Porto, Imprensa Portugueza - Editora.

Historia da Poesia Portugueza (Eschola Nacional). Epopeas da Raça Mosarabe, Porto, Imprensa Portugueza-Editora.

Historia da Poesia Portugueza (Eschola Provençal) Seculo XII a XIV. Trovadores Galecio-Portuguezes, Porto, Imprensa Portugueza.

Historia dos Quinhentistas. Vida de Sá de Miranda e sua Eschola, Porto, Imprensa Portugueza - Editora.

“Sobre a Litteratura Portugueza” in VIEIRA, Dr. Frei Domingos, *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*, Porto, E. Chardron e Bartholomeu H. Moraes, pp. CCIX-CCXLVIII.

1872

Os Criticos da Historia da Litteratura Portugueza. Exame das Affirmações dos Snrs. Oliveira Martins, Anthero de Quental e Pinheiro Chagas, Porto, Imprensa Portugueza-Editora.

Historia da Poesia Portugueza (Eschola Hispano-Italica) Seculo XVI. Bernardim Ribeiro e os Bucolistas, Porto, Imprensa Portugueza - Editora.

Theoria da Historia da Litteratura Portugueza, Porto, Imprensa Portugueza-Editora.

1875

[Adelino Antonio das Neves e Mello (Filho), *Musicas e Canções Populares Colligidas da Tradição*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872] *Revista de Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, I, (1873-1875), Porto, Imprensa Litterario-Commercial - Editora, pp. 204-208.

[A. Joly, *Benoit de Sainte-More et le Roman de Troie, ou les Metamorphoses d'Homère et l'Epopée Greco-Latine au Mouen-Age*, 2 vols., Paris, Librairie A.

Franck, 1870], *Revista de Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, I, (1873-1875), Porto, Imprensa Litterario-Commercial - Editora, pp. 161-171.

[Carolina Michaëlis, *Romancero del Cid*, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1871], *Revista de Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, I, (1873-1875), Porto, Imprensa Litterario-Commercial - Editora, pp. 337-341.

[D. Antonio Romero Ortiz, *La Literatura Portuguesa en el siglo XIX. Estudio Literario*, Madrid, Tip. De Greg. Estrada, 1870], *Revista de Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, I, (1873-1875), Porto, Imprensa Litterario-Commercial - Editora, pp. 33-38.

[D. Luis Fernandes Guerra y Orbe, *Don Juan Ruiz de Alarcon y Mendonza*, Madrid, Imprenta Rivadaneira, 1871], *Revista de Bibliographia Critica de Historia e Litteratura*, I, (1873-1875), Porto, Imprensa Litterario-Commercial - Editora, pp. 309-318.

Manual de Historia da Litteratura Portuguesa desde as suas Origens até ao Presente, Porto, Liv. Universal de Magalhães & Moniz, Editores.

1876

Curso de Litteratura Portuguesa. Antologia Portuguesa, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz - Editores.

[Braga, T.], “Romance. Noiva Desertora”, *Trovador*, IV, Rio de Janeiro, pp. 129-131.

1877

Parnaso Portuguez Moderno, Lisboa, Francisco Arthur da Silva - Editor.

“Typo do Romance Popular Hespanhol”, *La Academia*, Nº 17, Madrid, 29 de Abril.

1878

“Introdução”, in *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. III-CVI.

1879

“Constituição da Esthetica Positiva”, *O Positivismo*, I, (1878-1879), Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz - Editora, pp. 409-422.

1880

Historia do Romantismo em Portugal, Ideia Geral do Romantismo. Garrett - Herculano - Castilho, Lisboa, Nova Livraria Internacional. Reedição facsimilada Lisboa, Ulmeiro, 1984.

Sciencia das Religiões. Origens Poeticas do Christianismo, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz-Editores.

“Tradições das Raças Selvagens do Brazil”, *O Positivismo*, II, (1879-1880), Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz - Editora, pp. 22-52.

1881

“A Civilização Árabe em Portugal”, *Era Nova, Revista do Movimento Contemporâneo*, (1880-1881), p. 88.

“O Romance Popular de Virgílio”, *Era Nova, Revista do Movimento Contemporâneo*, (1880-1881), pp. 89-90.

Questões de Litteratura e Arte Portuguesa, Lisboa, Editor - A. J. P. Lopes, s.d.

Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa, 3ª ed., Porto, Imprensa Portuguesa-Editora.

1882

“Usos Funerarios em Portugal”, *Encyclopedia Republicana. Revista de Sciencias e Litteratura ao Alcance de Todas as Intelligencias*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, pp. 28-35.

1883

“Sobre a Poesia Popular do Brazil”, in ROMERO, Sylvio, *Cantos Populares do Brazil. Acompanhados de Introducção e Notas Comparativas por Theophilo Braga*, I, Lisboa, Nova Livraria Internacional - Editora, pp. IX-XXXI.

“Notas”, in ROMERO, Sylvio, *Cantos Populares do Brazil*, II, *op. cit.*, pp. 141-230.

1885

Contos Tradicionaes do Povo portuguez, com um Estudo sobre a Novellistica geral e Notas comparativas, 2 vols., Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz -Editores, 1883; 2ª ed. ampliada, Lisboa, J. A. Rodrigues & Cª., 1914-1915. Várias reedições posteriores; a última, Lisboa, Dom Quixote, 1995-1998.

Curso de Historia da Litteratura Portugueza Adaptado ás Aulas de Instrucção Secundaria, Lisboa, Nova Livraria Internacional - Editora.

O Povo Portuguez nos seus Costumes, Crenças e Tradições, I e II, Lisboa, Livraria Ferreira - Editora. 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994.

“Sobre a Poesia Popular da Galiza”, in BALLESTEROS, José Pérez, *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, I, Madrid, Librería de Ricardo Fé, 1885, pp. VII-XLV. Existe uma outra edição com a data de 1886.

“[Sobre a] Novellistica brasileira”, in ROMERO, Sylvio, *Contos Populares do Brazil*, Lisboa, Nova Livraria Internacional - Editora, pp. VII-XXXVI.

1887-1889

“Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores”, *Revista Lusitana*, I, pp. 99-100.

1889

“O Mytho de Istar em uma Lenda Popular Extremenha e Asturiana”, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, I, Porto, Typographia Occidental, pp. 7-17.

1890

“Origem do Romance *Donzela que Vae à Guerra*”, *Revista do Minho*, VI, N° 11

1891

Camões e o Sentimento Nacional, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora Lugan & Genelioux, Sucessores, pp. 216-240.

1892

As Lendas Christãs, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora Lugan & Genelioux, Sucessores.

As Modernas ideias na Litteratura Portugueza. Com um Estudo sobre Theophilo Braga e a sua Obra por Teixeira Bastos, I e II, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora Lugan & Genelioux, Sucessores.

1893

O Folk-Lore, (II Serie), Espozende, Collecção Silva Vieira.

“O Mytho Chaldeo-Babylonico dos Amores de Istar na Tradição Occidental (Estudo sobre o Cyclo Romanesco de Juliana e Jorge)”, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, II, pp. [1]-18.

“Romance do Natal (Versão da Ilha de S. Jorge)”, *Revista do Minho*, VIII, Nº 24, p. 196.

“Vilancico do Natal (Versão da Ilha de S. Jorge)”, *Revista do Minho*, VIII, Nº 24, p. 198.

1894

A Patria Portuguesa. O Territorio e a Raça, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Casa Editora, Sucessores Lello & Irmão.

1896

Historia da Litteratura Portuguesa. Introducção e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa, Porto, Livraria Chardron, Casa Editora, Sucessores Lello & Irmão.

1897

Historia da Litteratura Portugueza. Bernardim Ribeiro e o Bucolismo, Porto, Livraria Chardron, Casa Editora, Successores Lello & Irmão.

1898

Historia da Litteratura Portugueza. Eschola de Gil Vicente e Desenvolvimento do Theatro Nacional, Porto, Livraria Chardron, Casa Editora, Successores Lello & Irmão.

1902

“Cantos Populares dos Açores”, *Revista do Minho*, Ano XVI, s/ nº, pp. 14-21.

“A Bella mal maridada”, *A Tradição*, IV, pp. 145-146. Reedição facsimilada, Serpa, Edição da Câmara Municipal, 1982.

Historia da Poesia Popular Portugueza. Origens, 3ª ed., Lisboa, Manuel Gomes, Editor.

1903

“Autobiographia Mental de um Pensador Isolado”, *Quarenta Annos de Vida Litteraria, 1860-1900*, Lisboa, Typographia Lusitana - Editora Arthur Brandão, pp. V-LXI.

1904

Obras Completas de Almeida Garrett. Grande Edição Popular Ilustrada, Prefaciada, Revista e Coordenada, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal.

1905

Historia da Poesia Popular Portuguesa. Cyclos Épicos, Lisboa, Manuel Gomes Editor. Reedição facsimilada, Lisboa, Vega, 1987.

Garrett e a sua Obra, Lisboa, Livraria Moderna - Editora, 1905.

1906-1909

Romanceiro Geral Portuguez, 2ª ed., I: *Romances Heroicos, Novellescos e de Aventuras*, Lisboa, Manuel Gomes, 1906, II: *Romances de Aventuras, Historicos, Lendarios e Sacros*, *ibidem*, 1907, III: *Romances com Forma Litteraria do Seculo XV a XVIII*, Lisboa, J. A. Rodrigues & Cª, 1909. Reedição facsimilada, Lisboa, Vega, 1982.

1909

Historia da Litteratura Portuguesa, I, Edade Media, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão.

1911-1913

Cancioneiro Popular Portuguez, 2ª ed., 2 vols., Lisboa, J. A. Rodrigues & Companhia.

1914

Historia da Litteratura Portuguesa, II, Renascença, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmão.

Tristão, o Enamorado. Quadros de Conjunto do Romanceiro Popular Português, Porto, Edição da Renascença Portuguesa, s.d.

1916

Historia da Litteratura Portuguesa, III, Os Seiscentistas, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmãos.

2. Epistolografia

BRAGA, Theophilo, *Quarenta Annos de Vida Litteraria: cartas de Innocencio Francisco da Silva, Gomes Monteiro, Camillo Castello Branco* [et al], Lisboa, Typographia Lusitana-Editora Arthur Brandão, 1903.

BRAGA, Teófilo, *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite (1864-1909)*, Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, 1994.

Cartas de Teófilo Braga a Marques Braga, Lisboa, Imprensa nacional, 1931.

Cartas inéditas de Teófilo Braga a Wilhelm Storck. Conservadas na Biblioteca da Universidade de Munster, Coimbra, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, 1934.

GAMA, Eurico, *Cartas de Teófilo Braga a Tomás Pires (1883-1911)*, Coimbra, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIII, 1968.

PAXÊCO, Fran, *Cartas de Teófilo (Com um Definitivo Trecho Autobiográfico do Mestre e Duas "Confissões" de Camilo)*, Lisboa, Portugália Editora, 1924.

RODRIGUES, Manuel Augusto, *Correspondência para Teófilo Braga: de lentes de Coimbra e outros intelectuais*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

SUPICO, Francisco Maria, *Mocidade de Theophilo. Subsídios Bio-Bibliographicos para o Estudo da Obra de Theophilo Braga*, Lisboa, Instituto Theophliano, 1920.

Teófilo Braga e Inocêncio Francisco da Silva. Correspondência trocada entre o historiador e o bibliófilo da literatura portuguesa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928.

VILHENA, Maria da Conceição, *Correspondência de Teófilo Braga: cartas em francês*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1985.

VILHENA, Maria da Conceição, *Correspondência de Teófilo Braga: cartas em italiano*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1987.

III - Elementos da recepção impressa à obra de Teófilo Braga

AAVV, *In Memoriam do Doutor Teófilo Braga*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1933.

AAVV, *Primeiro Centenário do Nascimento do Doutor Teófilo Braga*, Ponta Delgada, Edição Comemorativa da Câmara Municipal de Ponta Delgada, 1944.

AAVV, *Quinquagenário, 1858 a 1908. Cincoenta Annos de Actividade mental de Theophilo Braga*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1908.

AAVV, *Theophilo Braga Perante as Gerações Escolares de 1872 a 1922*, Lisboa, Instituto Theophiliano, Tipografia "Eco Musical", 1922.

AGOSTINHO, José, *Teófilo Braga: os nossos escritores*, Porto, António Figueirinhas, [19?].

BASTO, Cláudio, "Teófilo Braga. II. - Como Etnógrafo", *Revista Lusitana*, Vol. XVIII, 1930, pp. 307-314.

BASTOS, Teixeira, *Theophilo Braga e a Sua Obra: Estudo Complementar das Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, Porto, Liv. Internacional de Ernesto Chardron, 1892.

BASTOS, Teixeira *et al.*, *Theophilo Braga Perante as Gerações de 1872-1922: 50 Anos de Magisterio*, s.l. e s.n., 1922.

BATALHA, Ladislau, *Teófilo Braga: apontamentos biográficos*, Porto, Pensamento, 1938.

BETTENCOURT, Rebelo de, *Teófilo Braga, Mestre Nacionalista. Com duas cartas intimas e uma breve antologia poética*, Lisboa, Edição da "Gazeta dos Caminhos de Ferro", 1942.

BRAGA, Marques, "A obra de Teófilo Braga e as Tradições Portuguesas", in *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*, Primeira Série, Tomo VI, Coimbra, 1916, pp. 283-302.

BRAGA, Marques, "Teófilo Braga", in *Cartas de Teófilo Braga a Marques Braga*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1931, pp. 5-11.

BRAGA, Marques, [Sobre a *Historia da Poesia Popular Portugeza*], *Boletim da Associação do Magistério Secundario Official*, Anno I, Fasc. V, 1905, pp. 156-179.

BRAGA, Marques, [Sobre o *Romanceiro Geral Portuguez*], *Vanguarda*, 22/VI/1906.

BRANCO, Jorge Freitas, "A propósito da presente edição", in BRAGA, Teófilo, *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, I, 2ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994, pp. 15-25.

CARREIRO, Buno, *Vida de Teófilo Braga. Resumo Cronológico*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1955.

CHAVES, Pedro Castelo Branco, *Teófilo Braga e o Nacionalismo: Estudos Literários*, Lisboa, Seara Nova, 1935.

COELHO, António do Prado, *Teófilo Braga e a Historia da Literatura portuguesa*, Separata dos *Trabalhos da Academia de Sciencias de Portugal*, Primeira Série, Tomo VI, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917.

COELHO, António do Prado, *Teófilo Braga: Bodas de Ouro no Magistério. 1872-1922*, Lisboa, Tip. Eduardo Simões, 1921.

COELHO, António do Prado, "Teófilo Braga", in SAMPAIO, Albino Forjaz de, (Dir.), *História da Literatura portuguesa ilustrada dos séculos XIX e XX*, Porto, Livraria Fernando Machado, 1942, pp. 172-184.

COELHO, António do Prado, *As melhores Páginas da Literatura Portuguesa, Teófilo Braga*, Lisboa, Sociedade Editorial e Livreira, Lda., Liv. Rodrigues, [1943].

COELHO, António do Prado, *O Romance Popular Português na Obra de Teófilo Braga*, Lisboa, Livraria Central Editora, [1946].

DAMASO, Reis, *Theophilo Braga*, Porto, Livr. Moderna de Alcino Aranha & Cª, [19?].

DANTAS, Júlio, *Teófilo Braga. Discurso proferido na Sessão da Classe de Letras de 25 de Fevereiro de 1943*, Lisboa, Separata do *Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*, 1943.

DORES, Victor, "Teófilo Braga e João Soares de Sousa ou a história de uma (quase) fraude", *Signo, Jornal de Letras e Artes*, 27/X/1987.

FERRÃO, António, *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal*, Lisboa, Separata do *Boletim de Segunda Classe*, Academia das Ciências de Lisboa, Vol. XIX, 1935.

FERRÉ, Pere, "Nota Prévia", in BRAGA, Teófilo, *Romanceiro Geral Português*, I, ed. fac-similada, Lisboa, Vega, 1982, pp. IX-XLV.

FERRÉ, Pere, "Problemas textuais do Romanceiro Português: algumas notas" in *Quaderni Portoghesi*, 11-12, Primavera-Autunno, 1982, pp. 39-66.

FIGUEIREDO, Fidelino de, *Historia da Critica litteraria em Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1916.

FIGUEIREDO, Fidelino, "Donjuanismo e anti-donjuanismo em Portugal", *Critica do Exilio*, Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1930, pp. 181-259.

HOMEM, Amadeu Carvalho, "Teófilo na Ilha: primórdios de uma carreira intelectual" in BRAGA, Teófilo, *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite (1864-1909)*, Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, 1994, pp. 13-19.

HOMEM, Amadeu José de Figueiredo Carvalho, *Teófilo Braga, Filosofia e Pensamento político-social*, [Tese de Doutoramento], Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

LEAL, João, "Em torno desta edição", in BRAGA, Teófilo, *Contos Tradicionais do Povo português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987, pp. 13-19.

LEAL, Silva, [*Romanceiro e Cancioneiro Geral*], "Bibliografia", *O Panorama*, 2ª série, Vol. II, Nº 104, 32 de Dezembro de 1843, pp. 405-408.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, "Bibliographia", *Annuario para o Estudo das Tradições populares portuguezas*, 1º Anno-1883, Porto, 1882, p. 70.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, *Ensaaios Ethnographicos*, I, Espozende, s. e., 1891-1896, pp. 291-301, II, Espozende, s. e., 1903, pp. 304-305 e 352-353, III, Lisboa, Imprensa-Lucas, 1906, pp. 384-385, IV, Lisboa, Liv. Classica Editora, 1910, pp. 421 e 451.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, *Etnografia portuguesa*, I, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1933, pp. 259-265.

LOURENÇO, Eduardo, "A imagem teofiliana de Camões", *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978, pp. 149-162.

MARTINS, J. P. Oliveira, "O snr. Theophilo Braga e um dos criticos da Historia da Litteratura Portugueza", *O Primeiro de Janeiro*, Nº 177, 4º Anno, 1872.

MARTINS, J. P. Oliveira, "Theophilo Braga e o Cancioneiro e Romanceiro Geral Portuguez", *Revista Critica de Literatura Moderna*, II, 1869, pp.1-47.

MARTINS, J. P. Oliveira, *A Teoria do Mosarabismo de Teófilo Braga (Inédito)*, Coimbra, Separata da *Biblos*, Vol. XXVIII, 1953.

MATOS, Artur Teodoro de, "Teófilo Braga e João Soares de Sousa ou a história de uma (quase) fraude, esclarecimento", *Signo, Jornal de Letras e Artes*, 9/XII/1987.

MOREL-FATIO, Alfred, "Braga, Cancioneiro e Romanceiro Geral", *Romania*, II, pp. 124-134.

MOREL-FATIO, Alfred, "Braga, Epopeas da Raça mosarabe", *Romania*, II, pp. 369-370.

MORLEY, S. Griswold, [Sobre o *Romanceiro Geral Portuguez* de Theophilo Braga], *Modern Language Notes*, XXIII, Nº 7, November, 1908, pp. 227-229.

ORTIGÃO, Ramalho, *Teófilo Braga. Esboço Biográfico*, Lisboa, Tip. Luso-Hespanhola, 1879.

PALMA-FERREIRA, João, "Teófilo Braga", in *Literatura Portuguesa, História e Crítica*, I, Lisboa, IN-CM, 1985, pp. 177-201.

PALMA-FERREIRA, João, "Teófilo Braga", in *Temas de Literatura portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 1983, pp. 211-272.

PAVÃO, J. Almeida, "Prefácio", in Teófilo Braga, *Cantos Populares do Arquipélago dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982, pp. XV-XLIII.

PAXÊCO, Fran, "A morte de Teófilo Braga. Os últimos trabalhos e as ultimas vontades do grande escritor", *O Século*, Nº 15078, Ano 45º, 1924.

PAXÊCO, Fran, "Raspões Criticos", *Pacotilha*, 23 de Janeiro de 1904.

PAXÊCO, Fran, *A Escola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, Livraria Editora, 1917.

PAXÊCO, Fran, *Os Escritores Portuguezes. I. Teófilo Braga*, Manaus, Tip. do Diario de Noticias, 1899.

PAXÊCO, Fran, *Teófilo no Brazil*, Lisboa, Caza Ventura Abrantes, 1917.

PIMENTA, Alfredo Augusto Lopes, *Teófilo Braga*, Separata da *Revista Gil Vicente*, Guimarães, 1943.

PINTO, Silva, *Theophilo Braga e os Críticos*, Lisboa, s.n., 1872.

QUENTAL, Anthero de, "Duas palavras a proposito do Folheto do snr. Theophilo Braga, mas não em resposta ao snr. Theophilo Braga nem ao seu Folheto", *O Primeiro de Janeiro*, Nºs. 168 e 169, 4º Anno, 1872.

QUENTAL, Anthero de, "Philosohia da Historia litteraria portugueza", *O Primeiro de Janeiro*, Nºs. 113, 114, 115, 116, 118, 119, 4º Anno, 1872.

- RATOLA, FRANCISCO Simões, *Teófilo Braga: Traços Biográficos e Bibliografia Teofiliana*, Lisboa, F. S. Ratola, 1915.
- "[*Romanceiro e Cancioneiro Geral*]", *Revista Universal Lisbonense*, Tomo III, Lisboa, Imprensa da Gazeta dos Tribunais, 1844, pp. 130-131.
- ROMERO, Sylvio, *Passe Recibo (Réplica a Theophilo Braga)*, Bello Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1904.
- ROMERO, Sylvio, *Uma Esperteza! Os Contos e Cantos Populares e o Senhor Theophilo Braga - Protesto*, Rio de Janeiro, Typ. da Escola, 1888.
- SAMPAIO (BRUNO), José, [], *Voz Publica*, Nº 1334, 13/XI/1894.
- SARMENTO, Olga de Moraes, *Theophilo Braga (Notas e Commentarios)*, Lisboa, s.n., 1925.
- SIMÕES, João Gaspar, (Direcção, Prefácio e Notas bio-bibliográficas), *Perspectiva da Literatura portuguesa do século XIX*, vol. II, Lisboa, Ed. Ática, 1948.
- SUPICO, Francisco Maria, *A Mocidade de Teophilo. Subsídios bio-bibliographicos para o estudo da obra de Theophilo Braga*, Lisboa, Instituto Theophiliano, 1920.
- VASCONCELLOS, Carolina Michaelis de, "Resenha Bibliographica", in *Cancioneiro da Ajuda*, II, Halle A.S., Max Niemeyer, 1904; ed. facsimilada, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, pp. 1-98.

IV - Edições e estudos de textos romancísticos

1. A Tradição Antiga

Cancionero General de Hernando del Castillo (Valencia 1511), edición facsimilada de Antonio Rodríguez-Moñino, Madrid, Real Academia Española, 1958.

Cancionero de Romances impreso en Amberes sin año. Edición facsimil con una introducción por R. Menéndez Pidal, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1945.

Cancionero de Romances (Anvers, 1550), edición, estudio, bibliografía e índices por Antonio Rodríguez-Moñino, Madrid, Castalia, 1967.

DURÁN, Agustín, *Romancero General o Colección de Romances Castellanos Anteriores al Siglo XVIII*, 2 vols., Biblioteca de Autores Españoles, X, XVI, Madrid, M. Rivadeneyra, 1849-1851.

ESCOBAR, Juan de, *Historia y Romancero del Cid (Lisboa, 1605)*, edición, estudio bibliográfico e índices por Antonio Rodríguez-Moñino, Madrid, Castalia, 1973.

GRIMM, Jacob, *Silva de Romances Viejos*, Vienna de Austria, Em Casa de Schmidl, 1831.

LÓPEZ DE TORTAJADA, Damián, *Floresta de Varios Romances* (Valencia 1652), edición, estudio, bibliografía e índices por Antonio Rodríguez-Moñino, Madrid, Castalia, 1970.

MICHAËLIS, Carolina, *Romancero del Cid. Nueva Edición Añadida y Reformada sobre las Antiguas*, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1871.

OCHOA, Eugenio de, *Tesoro de los Romanceros y Cancioneros Españoles, Históricos, Caballerescos, Moriscos y Otros*, París, Baudry, Librería Europea, s.d..

WOLF, Ferdinand Joseph, HOFMANN, Conrado, *Primavera y Flor de Romances o Colección de los más Viejos y más Populares Romances Castellanos*, 2 vols., Berlín, A. Asher y Comp., 1856, 2ª ed., Marcelino Menéndez Pelayo, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, VIII, *Edición Nacional de las Obras Completas de Menéndez Pelayo*, XXIV, Santander, Aldus, S. A. de Artes Gráficas, 1945.

2. A Tradição Oral Moderna

ANASTÁCIO, Vanda Maria Coutinho Garrido, *Os Textos de Romances no ROMANCEIRO E CANCIONEIRO DO ALGARVE, uma Tentativa de Edição Crítica*, Tese de Mestrado, Lisboa, Fac. de Letras da Univ. de Lisboa, 1985.

ANÓNIMO, "Folk-lore Portuguez. IX", *Revista do Minho*, nºs. 20-21, 1894, pp. 174-176.

- AZEVEDO, Alvaro Rodrigues de, (edição de), *As Saudades da Terra pelo Doutor Gaspar Fructuoso. Historia das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Typ. Funchalense, 1873.
- AZEVEDO, Alvaro Rodrigues de, *Romanceiro do Archipelago da Madeira*, Funchal, Typ. da "Voz do Povo", 1880.
- BALLESTEROS, José Pérez, *Cancionero Popular Gallego y en Particular de la Provincia de la Coruña*, III, Madrid, Librería de Ricardo Fé, 1885.
- BELLEMAN, Christ. F., *Portuguiesische Volkslieder und Romanzen*, Leipzig, Wilhelm Engelmann, 1864.
- BRAGA, Theophilo, "Poesia Popular", *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, V, 1865, pp. 302-307.
- BRAGA, Theophilo, *Romanceiro Geral Colligido da Tradição*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.
- BRAGA, Theophilo, *Cantos Populares do Archipelago Açoriano*, Porto, Livraria Nacional, 1869. Reedição facsimilada, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.
- BRAGA, Theophilo, *Historia do Theatro Portuguez. Vida de Gil Vicente*, Porto, Imprensa Portugueza Editora, 1870.
- BRAGA, Theophilo, *Historia da Litteratura Portugueza. Introducção*, Porto, Imprensa Portugueza Editora, 1870.

BRAGA, Theophilo, *Antologia Portuguesa*, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, Editores, 1876.

BRAGA, Theophilo, *Parnaso Portuguez Moderno*, Lisboa, Francisco Arthur da Silva - Editor.

BRAGA, Theophilo, "Notas" in Sylvio Romero, *Cantos Populares do Brazil. Acompanhados de Introdução e Notas Comparativas por Theophilo Braga*, II, Lisboa, Nova Livraria Internacional - Editora, 1883.

BRAGA, Theophilo, "Ampliações ao Romanceiro das Ilhas dos Açores", *Revista Lusitana*, I, pp. 99-100.

BRAGA, Theophilo, *Romanceiro Geral Portuguez*. 2ª ed., I. *Romances Heroicos, Novellescos e de Aventuras*, II. *Romances de Aventuras, Históricos, Lendários e Sacros*, III. *Romances com Forma Litteraria do Seculo XV a XVIII* Lisboa, Manuel Gomes, 1906-1909. Reedição facsimilada, Lisboa, Vega, 1982-1885.

CARINHAS, Ana Cristina Porfírio, *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960)*. Edição crítica, II, [Tese de Mestrado], Universidade Nova de Lisboa, 1994.

CATALÁN Menéndez Pidal, Diego *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid, Editorial Gredos, 1962.

CATALÁN, Diego, organizador, com a colaboração de Maria Soledad de Andrés, Francisco Bustos, Maria Josefa Canellada, José Caso, Paloma Montero e Ana Valenciano, *Romances de Tema Odiseico*, Romancero Tradicional de las Lenguas Hispánicas (Español-Portugués-Catalán-Sefardi).

Collección de textos e Notas de María Goyri y Ramón Menéndez Pidal, III, IV, V, Madrid, Cátedra Seminario Menéndez Pidal - Gredos, 1969, 1970, 1971.

CHAVES, Francisco Afonso, “Festas do Espírito Santo nos Açores”, *Arquivo dos Açores*, XIII, Ponta Delgada, Typ. do Arquivo dos Açores, 1906, pp. 11-35. Reedições facsimiladas, Ponta Delgada, Of. Artes Gráficas, 1920 e Universidade dos Açores, 1983.

COELHO, Francisco Adolpho, “Romances Galiciennes”, *Romania*, II, 1873, pp. 259-260.

COELHO, Francisco Adolpho, “Romances Sacros, Orações e Ensalmos Populares do Minho”, *Romania*, III, 1874, pp. 263-278.

COELHO, Francisco Adolpho, “Romances Populares e Rimas Infantis portuguesas”, *Zeitschrift für Romanische Philologie*, III, 1879, pp. 61-72 e 193-199.

COELHO, Francisco Adolpho, “Os Jogos e as Rimas Infantis de Portugal: Collecção e Estudos para Servirem à História da Transmissão das Tradições populares”, *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, IV, 12, 1883, pp. 567-595.

COELHO, Francisco Adolfo, *Obra Etnográfica, I. Festas, Costumes e outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, organizado e prefaciado por João Leal, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993.

CORDEIRO, A. X. R., “O Conde Alarcos”, *Revista Academica*, 1, Março de 1845, p. 272.

CRUZ, José Pires da, *Estudos sobre o Romanceiro tradicional: Tradição Oral das Beiras*, Tese de Doutoramento, University of California, Davis, 1988.

CRUZ, José Pires da, “Recolha de Romanceiro de Tradição Oral na Beira Alta e Beira Baxa até 1988”, *Luso-Brazilian Review*, XXIX, 1992, pp. 29-40.

CRUZ, José Pires da, *Estudos sobre o Romanceiro tradicional: Tradição Oral das Beiras*, Guarda, Câmara Municipal, 1993.

DAMASO, António Reis, “Tradições Populares (Colecção do Algarve): Romances” in *Encyclopedia Republicana*, Lisboa, Nova Minerva, 1882, pp. 154-156, 171-173, 184, prossegue com o título “Tradições Populares do Algarve: Romances”, pp. 201-204, 215-216 e 232-237.

DEUSDADO, Ferreira, “A Guerra do Mirandum”, *Commercio de Portugal*, N° 4327, 23 de Dezembro de 1893.

COSTA DIAS, Augusto da, COSTA DIAS, Maria Helena da, COSTA DIAS, Luís Augusto, *Romanceiro*, II, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.

COSTA DIAS, Augusto da, COSTA DIAS, Maria Helena da, COSTA DIAS, Luís Augusto, *Romanceiro*, II, 2ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, (1990?).

COSTA DIAS, Luís Augusto, *Fontes Inéditas do Romanceiro Português. Os Papelinhos de Garrett*, Sintra, Câmara Municipal, 1988.

COSTA E SILVA, José Maria, *Isabel ou a Heroína de Aragom. Poema*, Lisboa, Na Impressão Regia, 1832.

COSTA E SILVA, José Maria, *O Espectro ou A Baroneza da Gaia, Poema*, Em Paris, Na Casa de Guiraudet e Jouaust, 1838.

COSTA FONTES, Manuel da, *Romanceiro da Ilha de S. Jorge*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1983.

Cuestionario del Folk-Lore Gallego Estabelecido en la Coruña el 29 de diciembre de 1883, Madrid, Librería de Ricardo Fé, 1885.

DINIZ, João, *Educação Infantil. Leituras elementares*, 2ª ed., Porto, 1893.

FERRÉ, Pere, com a colaboração de Vanda Anastácio, José Joaquim Dias Marques e Ana Maria Martins, *Romances Tradicionais*, Funchal, Edição da Câmara Municipal do Funchal, 1982.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, *Adozinda*, Londres, Em Casa de Boosey & Son, em 1828.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, *O Alfageme de Santarém, ou a Espada do Condestavel*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, *Romanceiro e Cancioneiro Geral. I. Adozinda e Outros*, Lisboa, Typ. da Soc. Propagadora dos Conhecim. Uteis, 1843.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, "Viagens na Minha Terra", *Revista Universal Lisbonense*, V, 1846, pp 377-378.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, "Da Antiga Poesia Portuguesa", *Revista Universal Lisbonense*, VI, 1847, pp. 149-150.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, *Romanceiro. Romances Cavalherescos Antigos*, II, III, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1851.

GEIBEL, Emanuel e SCHACK, A. F. von, *Romanzero des Spanier und Portugiesen*, Stuttgart, J. G. Cotta'scher Verlag, 1860.

HARDUNG, Victor Eugenio, *Romanceiro Portuguez*, I, II, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1877.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, *Romances Populares Portuguezes*, Barcellos, Typ. da Aurora do Cavado, 1881.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, “Versão Portuguesa do Romance Popular de Jean Renaud”, *Romania*, XI, 1881, pp. 585-586.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, *Uma Excursão ao Soajo*, Barcellos, Typographia do Tirolino, 1882.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, “Um Romance Popular Portuguez”, *Folha de Braga*, 10 de Setembro de 1882.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, “Romanceiro Popular de Portugal”, *O Penafidense*, Anno IV, Nº 607, 23-X-1883.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, “Romanceiro Popular de Portugal”, *O Penafidense*, Anno IV, Nº 617, 27-X-1883.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, “Dialectos Beirões. I. Linguagem Popular de Monte Novo”, *Revista de Estudos Livres*, II, 1884-1885, pp. 81-91.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, “Dialectos Beirões. I. Linguagem Popular de Monte Novo”, *Revista de Estudos Livres*, II, 1884-1885, pp. 81-91.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, “Dialectos Beirões. I. Linguagem Popular de Taboação”, *Revista de Estudos Livres*, II, 1884-1885, pp. 424-436.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, *Romanceiro Portuguez*, Biblioteca do Povo e das Escolas, nº 121, Lisboa, David Corazzi, 1886.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, *Romanceiro Português*, I, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1958.

LOPO, Joaquim de Castro, “Valdevinos (Romance Popular Transmontano)”, *Revista Lusitana*, II, 1890-1892, pp. 80-81, 266-267.

MAGALHÃES, Celso de, [Colaboração n’*O Trabalho*, 1873] in Sylvio Romero, “A Poesia Popular no Brazil”, *Revista Brasileira*, I, 1879, pp. 94-102, 194-203, 264-274, 343-362, 433-440, 503-511 e 561-574, II, 1880, pp. 27-39, 112-126, 205-214 e 432-437.

MELLO (Filho), Adelino Antonio das Neves e, *Musicas e Canções Populares Colligidas da Tradição*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1872.

MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino, “Romances Populares Recogidos de la Tradición Oral” in *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, X, Madrid, Perlado, Páez y Cia., 1900.

MENÉNDEZ Y PELAYO, Marcelino, “Romances Populares Recogidos de la Tradición Oral” in *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, 2ª ed., IX,

Edición Nacional de las Obras Completas de Menéndez Pelayo, XXV, Santander, CSIC, 1945.

MENÉNDEZ PIDAL, Juan, *Colección de los Viejos Romances que se Cantan por los Asturianos en la Danza Prima, Esfoyazas y Filandones*, Madrid, Imprenta y Fundación de los Hijos de J. A. García, 1885. Reedición facsimilada de Seminario Menéndez Pidal, Editorial Gredos y GH Editores, Madrid-Gijón, 1986.

MENÉNDEZ PIDAL, Juan, *Leyendas del Último Rey Godo (Notas e investigaciones)*. Nueva edición corregida, Madrid, Imprenta de la RABM, 1906.

MILÁ Y FONTANALS, Manuel, “La Poesía Popular Gallega”, *Romania*, VI, 1877, pp. 47-75. In *Obras Completas de D. Manuel Milá y Fontanals. Coleccionadas por D. Marcelino Menéndez y Pelayo*, V, “Opúsculos Literarios”, 2ª Serie, 1893, pp. 363-399.

MILÁ Y FONTANALS, Manuel, *Romancerillo Catalan: Canciones Tradicionales*, 2ª. ed. refundida y aum. por Manuel Milá y Fontanals, Barcelona, Librería de Álvaro Verdaguer, 1882.

MORAES FERREIRA, Albino J., *Dialecto Mirandez*, Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1898.

MURGUÍA, Manuel, *Historia de Galicia*, I, Lugo, Imp. de Soto Freire, 1865.

NEVES, Cesar das e CAMPOS, Gualdino de, *Cancioneiro de Musicas Populares*, I, Porto, Typographia Occidental, 1893.

- NUNES, José Joaquim Dias, “Subsídios para o Romanceiro Português (Tradição Popular do Algarve)”, *Revista Lusitana*, VI, 1900-1901, pp. 151-188.
- OLIVEIRA, Francisco Xavier d’Athaide d’, *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve (Lição de Loulé)*, Porto, Typographia Universal, 1905. Reedição facsimilad, Faro, Algarve em Foco Editora, s.d.
- PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Contribuições para um Romanceiro e Cancioneiro Popular Portuguez”, *Romania*, X, 1881, pp. 100-116.
- PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O Rei Traquilha”, *Revista Lusitana*, III, 1895, pp. 370-371.
- PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Poesias Populares Portuguezas”, *Révue Hispanique*, IX, 1902, pp. 455-467.
- PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos*, prefácio, organização e notas de João Leal, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.
- PEREIRA DA CUNHA, A., “Contos da minha Terra. I. Masilgado”, *Revista Universal Lisbonense*, III, 1844, p. 329.
- PIRES, António Thomaz, “Miscellanea Folk-lorica”, *O Elvense*, Nº 452, 31-V-1885.
- PIRES, António Thomaz, “Miscellanea Folk-lorica”, *O Elvense*, Nº 453, 4-VI-1885.

PIRES, António Thomaz, “Miscellanea Folk-lorica”, *O Elvense*, Nº 466, 19-VII-1885.

PIRES, António Thomaz, “Miscellanea Folk-lorica”, *O Elvense*, Nº 470, 2-VIII-1885.

PIRES, António Thomaz, “Lendas & Romances (Recolhidos da Tradição Oral na Provincia do Alentejo)”, *A Tradição*, I, 1899, pp. 71-74, 93-94, 119, 157, 182-184. Reedição facsimilada, Serpa, Edição da Câmara Municipal, 1982.

PIRES, António Thomaz, “Miscellanea Folk-lorica”, *Revista do Minho*, XV, nºs., 11-17, 22, 23, 23, 25-30, 1900-1901, pp. 84-101, 105-112, 117-136, 172-182 [184], 193[185]-238 [240].

PIRES, António Thomaz, “Lendas & Romances (Recolhidos da Tradição Oral na Provincia do Alentejo)”, *A Tradição*, III, 1901, pp. 42-44, 91-92, 143-144, 148-150, 166, 169. Reedição facsimilada, Serpa, Edição da Câmara Municipal, 1982.

PIRES, António Thomaz, “Tradições Poéticas de Entre Douro e Minho”, *Revista Lusitana*, VIII, 1903-1905, pp. 215-220.

PURCELL, Joanne B., *Novo Romanceiro Português das Ilhas Atlânticas*, I, org. de Isabel Rodríguez-García com a colaboração de João das Pdras Saramago, Madrid, Seminário Menéndez Pidal, 1987.

QUENTAL, Antero, *Thesouro Poetico da Infancia*, Porto, Livraria Chardron, 1883, 2ª ed., Porto, Lello & Irmão - Editores, 1983, 3ª ed., Sintra, Colares, 1996.

QUILLINAN, Edward, *Poems*, Londres, Edward Moixon, 1853.

RIBEIRO, Luiz, "Cantos Populares de Portugal", *A Peninsula*, I, Dezembro de 1852.

RODRIGUES, Daniel, "Romanzas (Complemento ao Romanceiro)", *O Instituto*, LIV, 1907.

ROMERO, Sylvio, "A Poesia Popular no Brazil", *Revista Brasileira*, I, 1879, pp. 94-102, 194-203, 264-274, 343-362, 433-440, 503-511 e 561-574, II, 1880, pp. 27-39, 112-126, 205-214 e 432-437, V, 1880, pp. 139-151, 211-223, 304-326 e 463-486.

SOARES, Urbano Canuto, "Subsídios para o Cancioneiro do Arquipélago da Madeira", *Revista Lusitana*, XVII, 1914, pp. 135-158.

SOARES de SOUSA, João Teixeira, *Cantos Populares Açorianos, Cancioneiro e Romanceiro, Edição Popular*, Horta, Typ. Minerva Insulana, 1902.

TAVARES TEIXEIRA, José Augusto, "Romanceiro Transmontano", *Revista Lusitana*, VIII, 1903-1905, pp. 71-80.

TAVARES TEIXEIRA, José Augusto, "Romanceiro Transmontano", *Revista Lusitana*, XI, 1906, pp. 277-323.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da, "A Vigília e a lenda da Senhora dos Martires de Castro Marim", *A Nação*, nº 3819, 18 de Agosto de 1860, pp. 1-2. *Estrella d'Alva*, nº 20, 1861, pp. 149-152.

VEIGA, Sebastião Philippes Martins Estácio da, *Romanceiro do Algarve*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1870.

VON KOSERITZ [colaboração de Carlos Von Koseritz na *Gazeta de Porto Alegre*] in Sylvio Romero, "A Poesia Popular no Brazil", *Revista Brasileira*, V, 1880, pp. 139-151, 211-223, 304-326 e 463-486.

V - VÁRIA

AMORIM, Francisco Gomes de, *Garrett. Memorias Biographicas*, I, II Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1884.

ANASTÁCIO, Vanda "Acerca do Romanceiro e Cancioneiro do Algarve de Ataíde de Oliveira", *Estudos de Literatura Oral*, Nº 1, Centro de Estudos Ataíde de Oliveira, Universidade do Algarve, 1995, pp. 22.

ARAÚJO, Maria Teresa, "As Fontes Garrettianas do *Romanceiro Geral Portuguez*", *Correspondências*, 2 (no prelo).

ARMISTEAD, Samuel G. con la colaboración de Selma Margaretten, Paloma Montero y Ana Valenciano, *El Romancero Judeo-Español en el Archivo Menéndez Pidal (Catálogo-Índice de Romances y Canciones*, 3 vols., Madrid, Catedra-Seminario Menéndez Pidal, 1978.

ARMISTEAD, Samuel G., “¿Existió un romancero de tradición oral entre los moriscos?”, *Actas del Coloquio Internacional sobre Literatura Aljamiada y Morisca*, Madrid, Gredos, 1978, pp. 211-236.

ARMISTEAD, Samuel G., “Correspondências Pan-Europeias. Pan-European Analogues” in Manuel da Costa Fontes, *O Romanceiro Português e Brasileiro: Índice Temático e Bibliográfico (com uma bibliografia pan-hispânica e resumos de cada romance em inglês)*, II, Madison, 1997, pp. 624-644.

ASKINS, Arthur Lee-Francis, “Introducción”, in Juan Escobar, *Historia y Romancero del Cid (Lisboa, 1605)*, edición, estudo bibliográfico e índices por Antonio Rodríguez-Moñino, Introducción por Arthur Lee-Francis, Madrid, Editorial Castalia, 1973, pp. 7-34.

BARBAS, Helena, “O Romanceiro: da prática à inovação teórica”, in Almeida Garrett, *O Trovador Moderno*, Lisboa, Edições Salamandra, 1994, pp. 9-62.

CARINHAS, Ana Cristina Porfírio, *Romanceiro das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (1825-1960). Edição crítica*, I, [Tese de Mestrado], Universidade Nova de Lisboa, 1994.

CASTILHO, A. F. de, *Tratado de Metrificação Portuguesa*, 4ª. ed., Porto, Em Casa de Viuva Moré, 1874.

CATALÁN, Diego, “Romanceiro: Em Portugal e na Galiza”, in *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, 3ª ed., organizada por Jacinto do Prado Coelho, Porto, Livraria Figueirinhas, 1976.

CATALÁN, Diego, CID, J. Antonio, MARISCAL, Beatriz, SALAZAR, Flor, VALENCIANO, Ana y ROBERTSON, Sandra, *El Romancero Pan-Hispánico. Catalogo Descriptivo*, III, Madrid, Seminario Menéndez-Pidal, 1983.

CATALÁN, Diego, "El Mito se hace Historia.El Romance y la Herencia Baladística", *Arte Poética del Romancero Oral. Parte 2ª. Memoria, invención, artificio*, Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal, Siglo Veintinuo Editores, 1998, pp. 109-144.

"Catalogo dos Autographos, Diplomas, Documentos Politicos e Litterarios Pertencentes ao Sr. Visconde de Almeida Garrett" in Garrett, JOÃO BAPTISTA DA SILVA LEITÃO de Almeida, *Helena, Fragmento de um Romance Inedito pelo Sr. Visconde de Almeida Garrett*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, pp. [XII]-XLVII.

CINTRA, Luís Filipe Lindley, "O *Liber Regum* e outras fontes do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro", in *Miscelânea de Filologia, Literatura e Historia Cultural à Memória de Francisco Adolfo Coelho*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1950, pp. 224-251.

CINTRA, Luís Filipe Lindley, "Notas à Margem do Romanceiro de A. Garrett", *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, VIII, 1, 1967, pp. 105-135.

COELHO, António do Prado, *O Romanceiro de Garrett*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1962.

CORDEIRO, A. X. R. Cordeiro, "O Poema do Cid", *Revista Academica*, Vol. I, Coimbra, 1845, pp. 172-176, 201-204.

- CORREIA, João David Pinto, *O Romanceiro Tradicional*, Lisboa, Imp. Nac.-Casa da Moeda, 1986.
- CORREIA, João David Pinto, *O Essencial sobre o Romanceiro Tradicional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1986.
- CORREIA, João David Pinto, *Os Romances Carolíngios da Tradição Oral Portuguesa*, I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1993.
- CORTINA, Juan Busto, *Catalogo Indice de Romances Asturianos*, Premio Juan Uria Riu 1989, s.l., Servicio Central de Publicaciones e Principado de Asturias, Consejería de Eucacion, Cultura, Desportes y Juventud, [1992].
- COSTA FONTES, Manuel da, *O Romanceiro Português e Brasileiro: Índice Temático e Bibliográfico (Com uma Bibliografia Pan-Hispânica e Resumos de cada Romance em Inglês)*, I, Madison, 1997
- DI STEFANO, Giuseppe, “Introducción”, in *Romancero*, Madrid, Taurus Ediciones, 1993, pp. 11-60.
- DI STEFANO, Giuseppe, “Consideraciones sobre la Clasificación de los Romances”, *Romanceiro Ibérico*, I, 1999, pp. 13-27.
- DI STEFANO, Giuseppe, “Estudio critico”, in *El Romancero*, 4ª ed., Madrid, Narcea, S. A. de Ediciones, s.d., pp. 13-75.
- DIAS, A. Jorge, *Bosquejo histórico da Etnografia portuguesa*, Separata do Suplemento bibliográfico da *Revista Portuguesa de Filosofia*, II, Coimbra, 1952.

DIAS, Luís Augusto Costa, "*Fontes Inéditas do Romanceiro Português. Os Papelinhos de Garrett*", Sintra, Câmara Municipal, 1988.

FERRÉ, Pere, "Autour du *Romanceiro* portugais", *La Recherches en Histoire du Portugal*, I, 1989, pp. 73-84.

FERRÉ, Pere, "O Romanceiro", Joaquim Pais de Brito (Coord.), *Tradições*, Lisboa, Pomo, 1993, pp. 121-130.

FERRÉ, Pere, "Prefácio", in Armando Cortes-Rodrigues, *Romanceiro Popular Açoriano*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1987, pp. 19-37.

FERRÉ, Pere, "Fontes Impressas da Tradição Oral Moderna Portuguesa", in *Relatório para o Concurso para Professor Associado*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1993, pp. 68-89.

FERRÉ, Pere, "Introdução", in António Tomás Pires, *Lendas e Romances*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 35-51.

FERRÉ, Pere, "Introdução", *Romances Tradicionais*, Funchal, Câmara Municipal do Funchal, 1982, pp. 9-25.

FERRÉ, Pere, *Os Romances da «Infantina», «Cavaleiro enganado» e «Irmã cativa» à Luz da Tradição Madeirense*, Lisboa, Separata do *Boletim de Filologia*, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1983.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, "Bernal-Francez", *A Ilustração*, I, 1845, pp. 22-23 e 59-60

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, "Os Figueiredos", *A Ilustração*, I, 1845, pp. 62-63 e 65.

GARRETT, João Baptista da Silva Leitão de Almeida, "Da Poesia Popular em Portugal", *Revista Universal Lisbonense*, V, 1846, pp. 439-441, 450-452, 460-462, 473-475 e 483-485, VI, 1847, pp. 99-102 e 148-150.

GOMES, Alberto Figueira, *Poesia e Darmaturgia Populares no Século XVI - Baltazar Dias*, Lisboa, 1983.

GOUVEIA, Maria Margarida Maia, *Sobre as Relações Culturais entre Portugal e o Brasil nos Fins do século XIX: uma carta de Fran Paxeco a Teófilo Braga*, Separata do *Arquipélago*, *Revista da Universidade dos Açores*, Série Ciências Humanas, Nº V, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1983.

GUERREIRO, Manuel Viegas, *Para a História da Literatura Popular Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983, pp. 79-83.

LEITE DE VASCONCELLOS, José, *Poesia Amorosa do Povo Portuguez*, Lisboa, Viuva Bertrand & C^a. Successores Carvalho & C^a., 1890.

LOCKHART, J. G., *Ancient Spanish Ballads, Historical and Romantic*, 1841.

LUZ, José Luís Brandão, "Teófilo Braga, uma personalidade em conflito", in Braga, Teófilo e Braga, Maria José, *Minha Freira. Cartas familiares*, (organização, introdução e notas por José Luís Brandão da Luz), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1996, pp. 7-30.

MAGALHÃES, Celso de, *A Poesia Popular Brasileira*, (introdução e notas de Bráulio Nascimento), Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1973.

MARQUES, J. J. Dias, “Os manuscritos do *Romanceiro do Algarve* de Estácio da Veiga existentes no Museu Nacional de Arqueologia”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, Vol. 11/12, Lisboa, 1993-1994, pp. 153-173.

MARQUES, José Joaquim Dias, *Contribuição para o estudo do Romanceiro do Algarve de Estácio da Veiga à Luz de Manuscritos Inéditos*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Universidade do Algarve, 1997.

MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino, *Antología de Poetas Líricos Castellanos*, 2ª ed., IX, Edición Nacional de las Obras Completas de Menéndez Pelayo, XXV, Santander, CSIC, 1945.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *Romancero Hispánico (Hispano-Portugués, Americano y Sefardí). Teoría e Historia*, 2 vols., Madrid, Espasa-Calpe, 1953-1968.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, “À Propósito del Romanceiro Português de J. Leite de Vasconcellos” in *Actas: III Coloquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, I, Lisboa, Imprensa de Coimbra, 1959, pp. 493-499.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, “La «Chanson de Saisnes» en España” in *Los Godos y la Epopeya Española - “Chansons de Gesta” y Baladas Nordicas*, 2ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1969, pp. 175-209.

- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, "En torno a «Miragaia» de Almeida Garrett", *De primitiva lírica Española y Antigua Épica*, 3ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1977, pp. 135-153.
- MILÁ Y FONTANALS, Manuel, *Observaciones sobre la Poesia Popular con Muestras de Romances Catalanes Inéditos*, Barcelona, Imp. de Narciso Ramirez, 1853.
- MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva, *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e Criação*, I, Coimbra, Atlantida Editora, 1971.
- OCHOA, Eugenio de, *Tesoro de los Romanceros y Cancioneros Españoles, Históricos, Caballerescos, Moriscos y Otros*, París, Baudry, Librería Europea, s.d..
- PAVÃO Jr., J. Almeida, *Aspectos do Cancioneiro Popular Açoriano*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.
- PAVÃO JR., J. Almeida, "Nota explicativa", in Armando Cortes-Rodrigues, *Romanceiro Popular Açoriano*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1987, pp. 7-14.
- PAVÃO JR., Almeida, "Nota Introdutória" in Teófilo Braga, *Cartas a Maria do Carmo Barros Leite (1864-1909)*, Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, 1994, pp. 13-19.
- PEREIRA, Silva, "Da Antiguidade e Belleza dos Versos Octosylabicos", *Revista Academica*, Vol. I, Coimbra, 1845, pp. 28-31.

PÉREZ, José Luís Forneiro, *El Bilingüismo en el Romancero Tradicional Gallego*, Tesis Doctoral, Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, s.d.

RAITT, Lia Noemia Rodrigues Correia, *Garrett and the English Muse*, London, Thamesis Books Limited, 1983.

ROMERO, Sylvio, "A Poesia Popular no Brazil", *Revista Brasileira*, I, Rio de Janeiro, 1879, pp. 94-102, 194-203, 264-274, 343-362, 433-440, 503-511 e 561-574, II, 1880, pp. 27-39, 112-126, 205-214 e 432-437, III, 1880, pp. 51-62, 234-247 e 336-339, V, 1880, pp. 139-151, 211-223, 304-326 e 463-486, VI, 1880 pp. 18-33, 108-162, 208-223, 307-316 e 440-458, VII, 1881, pp. 28-39. *Estudos sobre a Poesia Popular no Brazil*, Rio de Janeiro, Tip. Laemert, 1888, 2ª ed., Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1877.

ROMERO, Sylvio, *Historia da Litteratura Brasileira*, Rio de Janeiro, Garnier, 1888.

ROMERO, Sylvio, *Cantos Populares do Brazil*, 2ª ed. [sem a colaboração de Teófilo Braga, com "Introdução" de Sylvio Romero], Rio de Janeiro, S. Paulo, Livraria Clasica de Alves & Comp., Tip. "Confiança", 1897.

SALAZAR, Flor, "Contaminación o fórmula: un falso problema en los estudios del Romancero" in *Congreso de Literatura. Hacia la Literatura Vasca*, Madrid, Editorial Castalia, 1989, pp. 561-574.

SAMPAIO, Albino Forjaz de, *Subsídios para a Historia do Teatro Português - Teatro de Cordel (Catálogo da Colecção do Autor)*, Lisboa, 1922.

SENA, Jorge de, “Inês de Castro, ou a literatura portuguesa desde Fernão Lopes a Camões, e história político-social de D. Afonso IV a D. Sebastião, e compreendendo especialmente a análise estrutural da Castro de Ferreira e do episódio camoniano de Inês”, *Estudos de História e de Cultura*, I, Lisboa, Edição da *Revista Ocidente*, 1967, pp. 123-618.

SILVA, E. J. Moreira da, *As Reliques of Ancient Poetry de Thomas Percy e o Romanceiro de Almeida Garrett: Dois Modos Diferentes de Entender e Avaliar a Poesia Popular*, Angra do Heroísmo, s.e., 1990.

SILVA, Innocencio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, Miguel Nuno Mercês de Mello de Alarcão e, *Edward Quillinan e Portugal*, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1986.

SOROMENHO, Paulo Caratão, *Papéis de António Tomás Pires*, Elvas, À Sombra do Aqueduto, 1963.

VALENCIANO, Ana, *Romanxeiro Xeral de Galicia. Catálogo Exemplificado dos seus Temas*, I, Madrid - Santiago de Compostela, Publicación do Centro de Investigacións Lingüísticas e Literarias Ramón Piñero, Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1998.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, “Estudos sobre o Romanceiro peninsular: Romances Velhos em Portugal”, *Cultura Española*, V, 1907, pp. 767-803, 1021-1057, IX, 1908, pp. 93-132, 435-512, 717-758, XIV, 1909, pp. 434-483, 697-732.

VASCONCELOS, Carolina Machaëlis de, *Estudos sôbre o Romanceiro Peninsular. Romances Velhos em Portugal*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de, *Romanzen Studien*, Separata da *Zeitschrift fur Romanische Philologie*, 1891.

VEIGA, S. [Sebastião] P. [Philippe] M. [Martins] Estácio da, "Cantos Populares do Algarve", *A Nação*, Nº 3481, 28 de Julho de 1859, pp. 1-2.

VEIGA, S. [Sebastião] P. [Philippe] M. [Martins] Estácio da, "Cantos Populares do Algarve, Canção da Engeitada", *Estrella d'Alva*, nº 2, 1861, pp. 1-2.

VEIGA, S. [Sebastião] P. [Philippe] M. [Martins] Estácio da, "Poesia Popular do Algarve", *O Futuro*, Nº 33, 7 de Maio de 1858, pp. 1-2.

VEIGA, S. [Sebastião] P. [Philippe] M. [Martins] Estácio da, "Poesia Popular do Algarve", *Estrella d'Alva*, Nº 2, 1861, pp. 91-92, Nº 11, 1861, pp. 83-84.

VEIGA, Sebastião Philippe Martins Estácio da, "Nossa Senhora dos Martyres", *Revista do Minho*, VII, Nº. 18, 1892, pp. 77-78.

ÍNDICE

Introdução	v
Desenvolvimento das siglas usadas na identificação das versões	xv
I . Questões prévias	1
1. Os estudos romancísticos em Portugal até aos primeiros trabalhos de Braga	3
1.1. Garrett: a função estética dos estudos romancísticos	4
1.1.1. Indícios da génese de um pensamento (1828)	6
1.1.2. A concretização do “Romanceiro portuguez” (1843)	11
1.1.3. A importância de alguns estudos publicados em periódicos (1845-1847)	27
1.1.4. Formulação última do seu pensamento (1851)	35
1.2. Os trabalhos romancísticos contemporâneos de Garrett	43
1.3. Estácio da Veiga e Rodrigues de Azevedo: dois ilustres garrettianos	46
1.3.1. Estácio da Veiga: um discípulo com algumas críticas	47
1.3.2. Rodrigues de Azevedo: um garrettianismo revisto à luz de Teófilo Braga	57
1.4. A singularidade de Teixeira Soares de Sousa nos meados do século XIX	67
1.4.1. Alguns traços do seu perfil de investigador	68
1.4.2. Algumas linhas de continuidade conceptual numa abordagem de maior rigor	71
1.4.3. Os <i>Cantos</i> na perspectiva de Soares de Sousa	76
1.5. Tendência da investigação ulterior: o interesse pela exumação e edição	81
2. Aspectos da recepção às obras de Braga: vectores	

da evolução dos estudos romancísticos (1867-1982)	84
2.1. A crítica contemporânea ao autor	85
2.1.1. A crítica das fontes teóricas	86
2.1.2. A filiação garrettiana	87
2.1.3. Os estudos sobre a tradição no conjunto da sua obra	90
2.1.4. Interpretações sobre debilidades e incorrecções	92
2.2. A crítica entre as décadas noventaístas de 20 e 80	95
2.2.1. A crítica das fontes teóricas	96
2.2.2. Perspectivações dos seus estudos sobre a tradição	97
2.3. A crítica mais recente	100
2.3.1. A determinação do significado das teses	101
2.3.2. A crítica textual	103
2.3.3. Os problemas de classificação	104
2.3.4. A necessidade de estudo crítico da obra	105
2.4. A crítica na epistolografia dirigida ao autor	106
2.5. O interesse de Braga pela recepção às suas obras	114
2.6. Braga produtor de apreciações à sua obra?	122
II. O Pensamento de Teófilo Braga sobre o Romanceiro	
da Tradição Oral Moderna Portuguesa	129
1. Mais de cinquenta anos de edição de estudos sobre romances	131
1.1. O volume editorial e a fecundidade do pensamento	135
1.2. A <i>História da Poesia Portuguesa</i> de 1867	136
1.2.1. A “Poesia Popular” na <i>História da Poesia Popular</i>	137
1.2.2. Os estudos do <i>Jornal do Commercio</i> na <i>História da Poesia Popular</i>	140
1.2.3. A “Poesia da Historia” na <i>Historia da Poesia Popular</i>	148
1.3. “Transformações do Romance Popular” em 1868/1879 e em 1869	150

1.4. A <i>História da Poesia Moderna</i> de 1869	
na “Poesia Moderna em Portugal” de 1870	152
1.5. Os estudos sobre o <i>Romanceiro</i> no <i>Thesouro da Língua Portuguesa</i> e na série <i>Theoria da História da Litteratura Portuguesa</i> (1871-1896)	153
1.5.1. O estudo do <i>Thesouro da Língua Portuguesa</i> em 1872	154
1.5.2. O estudo do <i>Thesouro da Língua Portuguesa</i> em 1881	157
1.5.3. A versão inserta na <i>Introdução e Theoria da História</i> de 1896	169
1.6. O estudo “Sobre a Poesia Popular do Brazil” dos <i>Cantos Populares do Brazil</i> na <i>História da Poesia Popular Portuguesa</i> de 1905	176
1.6.1. Uma reedição reveladora de uma contenda	177
1.6.2. Alterações devidas à estrutura da obra de 1905	179
1.6.3. Outras alterações	180
1.6.4. Manutenção de um pensamento	181
1.7. As “Notas” do <i>Romanceiro Geral</i> , dos <i>Cantos Populares do Archipelago Açoriano</i> e dos <i>Cantos Populares do Brazil</i> no <i>Romanceiro Geral Portuguez</i>	184
1.7.1. Causas das alterações: novas teses “anthropologicas”, a reavaliação das fontes e ulteriores investigações	190
1.7.2. Para além da proximidade discursiva	193
1.7.3. A persistência de um pensamento	193
2. Evolução e fontes da construção de uma história do <i>Romanceiro</i>	203
2.1. A evolução do significado de romance	203
2.1.1. Conteúdo linguístico e poético	203
2.1.2. Os “romances è cantares”	206
2.1.3. As novas criações “romance”	209
2.1.4. “Aravia”, um especial sinónimo de romance	210
2.1.5. A história da denominação corresponde à génese	

e história do Romanceiro	219
2.1.6. O “rimance” e o “romance”	223
2.1.7. A diversidade das designações e a geografia do Romanceiro	223
2.2. Percursos do seu pensamento sobre a história do Romanceiro	226
2.2.1. Uma visão histórico-poética	226
2.2.2. Uma perspectiva étnica	261
2.2.3. A anterior história do Romanceiro perante a perspectiva étnica	293
2.2.4. A visão histórico-poética posterior às <i>Epopêas da Raça Mosárabe</i>	305
2.2.5. Novas raízes étnicas. O despontar da perspectiva “anthropologica”	312
2.2.6. A última história do Romanceiro, síntese das perspectivas poética e “anthropologica”	334
2.3. A originalidade e a nacionalidade dos romances em Portugal	358
2.3.1. Os romances vieram de Espanha	358
2.3.2. Os romances são tão portugueses quanto espanhóis	360
2.3.3. Os romances são “mosárabes”; as versões são portuguesas ou espanholas	364
2.3.4. Influências estrangeiras nos “Romanceiros” peninsulares	373
2.3.5. Alguns equívocos aparentes criados pela expressão apressada	376
2.3.6. A persistência da tese	378
2.3.7. A ratificação da tese pela crítica a Carolina Michaëlis de Vasconcelos	381
2.3.8. O problema da nacionalidade no contexto dos estudos romancísticos	385
3. Perspectivas sobre a investigação do Romanceiro de Tradição Oral Moderna Portuguesa	386

3.1. Primeiras avaliações da investigação em Portugal	386
3.1.1. Avaliação do contributo garrettiano	389
3.1.2. Apreciação dos estudos de Estácio da Veiga	395
3.1.3. A sua opinião sobre os seus próprios trabalhos	399
3.2. O acompanhamento das edições de romances até 1885 e a formação dos primeiros quadros da tradição portuguesa	401
3.2.1. Primeiros ensaios sistematizadores da tradição portuguesa	402
3.2.2. A visão sobre as colecções das três novas geografias portuguesas	410
3.2.3. Áreas tradicionais sem memória romancística?	441
3.3. O projecto de um inventário dos temas da tradição portuguesa. A sua utilidade	443
3.4. A formação dos definitivos contornos da tradição portuguesa e a sua inserção nas regiões tradicionais peninsulares	447
3.4.1. Nova formulação de tradição portuguesa	447
3.4.2. A coordenação da tradição portuguesa e o plano da sua integração peninsular	459
3.5. A retrospectiva crítica final sobre os estudos romancísticos	465
3.5.1. Reavaliação dos trabalhos garrettianos	466
3.5.2. Perspectivação da sua própria obra	470
3.5.3. Panorama de várias contribuições nacionais e estrangeiras	474
3.6. Os conceitos de regionalidade como critérios de sistematização dos romances de tradição oral moderna	488
3.6.1. Descrição das regionalidades	489
3.6.2. Significados das regionalidades	491
3.6.3. A regionalidade do nacional	495
3.6.4. Os limites da transnacionalidade	495
3.6.5. O critério regional é privativo do género romancístico	499
3.6.6. O incentivo à investigação regional	500
4. Construção de uma teoria do Romanceiro	502

4.1. Um género tradicional com origem individual	502
4.1.2. O primeiro criador é um poeta	502
4.1.3. A evolução para uma “poesia anonyma” e a variação tradicional	504
4.1.4. O processo origina uma “poética” própria	509
4.2. Elementos de poética tradicional	510
4.2.1. A forma do romance tradicional	510
4.2.2. Actualização e arcaísmo tradicional	512
4.2.3. A contaminação	513
4.2.4. Presença de um mesmo motivo em versões de vários romances	523
4.2.5. A versificação romancística	524
4.3. A classificação dos romances	535
4.3.1. Primeiras classificações: o critério das denominações dos “antigos”	536
4.3.2. Reflexões em torno de classificações anteriores à sua	540
4.3.3. Uma nova classificação sobre o imperativo do “assumpto”	547
4.3.4. A emergência da classificação “anthropologica”	547
4.3.5. Uma reformulação à luz dos ensaios anteriores	550
4.3.6. A síntese do <i>Romanceiro Geral Portuguez</i>	551
4.4. Relações do <i>Romanceiro</i> com outros géneros	556
Conclusões	561
Temas recorrentes na sua obra	569
Anexos	581
Anexo A	583
Anexo B	590

Bibliografia	603
I - Documentos Inéditos	605
1. Espólio de Teófilo Braga. Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada	605
1.1. Notas, apontamentos e planos manuscritos	605
1.1.1. Autógrafos de Teófilo Braga	
1.1.2. Outros autógrafos	606
1.2. Epistolografia dirigida a Teófilo Braga	606
II - Obra impressa de Teófilo Braga	614
1. Estudos	
2. Epistolografia	
III - Elementos da recepção impressa à obra de Teófilo Braga	628
IV - Edições e estudos de textos romancísticos	636
1. A Tradição Antiga	636
2. A Tradição Oral Moderna	637
V - Vária	649
Índice	661



